

**XIX ENANPUK
2022**

CADERNO DE RESUMOS

**PLANEJANDO O URBANO E O REGIONAL,
ORGANIZANDO A ESPERANÇA**

XIX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

XIX ENANPUR

BLUMENAU (VIRTUAL) 2022

PLANEJANDO O URBANO E O REGIONAL, ORGANIZANDO A ESPERANÇA

CADERNO DE RESUMOS

ORGANIZAÇÃO

CRISTIANE MANSUR DE MORAES SOUZA
CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO
IVO MARCOS THEIS
LUCIANA BUTZKE
ROBERTA GIRALDI ROMANO
FLÁVIA KELLER ALVES

XIX ENANPUR

XIX ENANPUR

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Blumenau (Online), 22 a 26 de maio de 2022

Site: <http://www.sisgeenco.com.br/eventos/enanpur/2022/>

Plataforma: <http://scientia->

e.com/sistema/novosis/enanpur/2022/index.php

Ambiente Virtual: <http://104.237.6.224/ENANPUR2022/Cronograma/>

Contato: xixenanpur@gmail.com

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cristiane Mansur de Moraes Souza (PPGDR/FURB) – Coordenadora Geral

Carlos Alberto Cioce Sampaio (PPGDR/FURB) – Coordenador Adjunto

Ivo Marcos Theis (PPGDR/FURB) – Coordenador Acadêmico

Luciana Butzke (PPGDR/FURB) – Coordenadora de Gestão

Isabel Grimm (PPGGS/ISAE) – Coordenadora Logística

Clóvis Reis (PPGDR/FURB) – Consultor de Comunicação

Flávia Keller Alves (PPGDR/FURB) – Gestão Executiva Financeira

Roberta Giraldo Romano (PPGDR/FURB) – Gestão Executiva Logística

Gabriela Schmidt (PPGDR/FURB) - Gestão Cultural e Criativa

Roberta Maria de Moura Sousa (PPGDR/FURB) – Apoio

Alana Vitória Conti (FURB) – Apoio

Leonardo Cristiano Gieseler (FURB) – Apoio

DIRETORIA DA ANPUR

Camila D'Ottaviano (PPGAU/FAUUSP) – Presidente

Pedro Vasconcelos Maia do Amaral (CEDEPLAR/UFMG) – Secretário Executivo

Everaldo Melazzo (PPGGeografia/UNESP-PP) – Secretário Adjunto

Cristiane Mansur de Moraes Souza (PPGDR/FURB) – Diretora

Fabrcio Leal de Oliveira (IPPUR/UFRJ) – Diretor

Raul Ventura Neto (PPGAU/UFPA) – Diretor

Sara Raquel F. Q. de Medeiros (PPEUR/UFRN) – Diretora

Alessandro Filla Rosaneli (PPU/UFPR) – Conselho Fiscal

Camilo Vladimir de Lima Amaral (PPGPC/UFGoias) – Conselho Fiscal

Laila Nazem Mourad (PPGTAS/UCSAL) – Conselho Fiscal

Fernando César de Macedo Mota (PPGDE/UNICAMP) – Conselho Fiscal (Suplente)

Flavio Antonio Miranda de Souza (MDU/UFPE) – Conselho Fiscal (Suplente)

Paulo Soares (PPGGeografia/UFRGS) – Conselho Fiscal (Suplente)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alex Pizzio da Silva (PPGDR/UFT)

Ana Paula Perrota (PPGDT/UFRRJ)

Arlene Anelia Renk (PPGPSDR/UNOCHAPECÓ)

Benny Schvartsberg (FAU/UnB)

Carlos Alberto Cioce Sampaio (PPGDR/FURB)

Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ)

Carolina Pescatori Candido da Silva (FAU/UnB)

Christian Luiz da Silva (PPGTE/UTFPR)

Cibele Saliba Rizek (PPGAU-IAU/USP)

Cidonea Machado Deponi (PPGDR/UNISC)

Cidival Morais de Sousa (PPGDR/UEPB)

Clóvis Reis (PPGDR/FURB)

Clóvis Ultramarini (PPGTU/PUCPR)

Cristiane Mansur de Moraes Souza (PPGDR/FURB)

Fernando César de Macedo Mota (PPGDE-IE/UNICAMP)

Francisco do O' de Lima Júnior (PLANDITES/UERN; URCA)

Frederico Rosa Borges de Holanda (PPG-FAU/UnB)

Geraldo Magela Costa (IGC/UFMG)

Gilberto Friedenreich dos Santos (PPGDR/FURB)

Heleniza Ávila Campos (PROPUR/UFRGS)

Heloísa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG)

Henrique Tahan Novaes (PPGE/UNESP)

Hipólita Siqueira de Oliveira (IPPUR/UFRJ)

Humberto Miranda do Nascimento (PPGDE-IE/UNICAMP)
Isa de Oliveira Rocha (PPGPLAN/UEDESC)
Ivo Marcos Theis (PPGDR/FURB)
Juarês José Aumond (PPGDR/FURB)
Jupira Gomes de Mendonça (PPGAU/UFMG)
Leonardo Brandão (PPGDR/FURB)
Livia Izabel Bezerra de Miranda (PPGDR/UFCEG)
Luciana Butzke (PPGDR/FURB)
Luciano Felix Florit (PPGDR/FURB)
Luis Cláudio Krajevski (UFPR)
Madianita Nunes da Silva (PPU/UFPR)
Maiko Rafael Spiess (PPGDR/FURB)
Márcio Moraes Valença (PPEUR-PPGAU/UFRN)
Maria Cristina da Silva Leme (FAU-USP)
Maria de Lourdes Zuquim (PPGAU-FAU/USP)
Mariana de Azevedo Barretto Fix (PPGDE-IE/UNICAMP)
Moacir José dos Santos (UNITAU)
Norma Lacerda Gonçalves (MDU/UFPE)
Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski (PPGGEO/UFPR)
Rainer Randolph (IPPUR/UFRRJ)
Rogério Haesbaert da Costa (PPGEO/UFF)
Rogério Leandro Lima da Silveira (PPGDR/UNISC)
Rosana Denaldi (PPGPGT/UFABC)
Sandra Lencioni (FFLCH/USP)
Thales Haddad Novaes de Andrade (PPGPol/UFSCAR)
Valmor Schiochet (PPGDR/FURB)
Virginia Elisabeta Etges (PPGDR/UNISC)

INSTITUIÇÃO PROMOTORA

ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

INSTITUIÇÃO ORGANIZADORA

PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB

APOIO

PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/FURB
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SITE E PLATAFORMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

SISGEENCO – Gestão de Encontros e Congressos Científicos

TRANSMISSÃO

INFACTT

ARTE

Telomar Florêncio
Mari Florêncio



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
MESAS REDONDAS.....	8
SESSÕES ESPECIAIS.....	9
OFICINAS.....	12
LANÇAMENTO DE LIVROS.....	13
SESSÕES TEMÁTICAS.....	21
ST01. O Direito à Cidade.....	21
ST02. Cidade: história e cultura.....	37
ST03. Planejamento e gestão do espaço metropolitano	47
ST04. Movimentos sociais e a produção do espaço urbano e regional.....	58
ST05. Habitação e a produção do espaço urbano e regional.....	69
ST06. A tecnociência na conformação do espaço urbano e regional	85
ST07. Políticas públicas e a questão ambiental.....	90
ST08. Políticas públicas em tempos de/para o enfrentamento da crise sanitária	109
ST09. Extensão universitária e planejamento urbano e regional	116
ST10. Estado e planejamento em múltiplas escalas	123
ST11. Desenvolvimento urbano e regional.....	134
ST12. Estado, sociedade civil e desenvolvimento regional.....	142
SESSÕES LIVRES	147

APRESENTAÇÃO

“Apesar de você / Amanhã há de ser / Outro dia / Você vai ter que ver / A manhã renascer / E esbanjar poesia / Como vai se explicar / Vendo o céu clarear / De repente, impunemente / Como vai abafar / Nosso coro a cantar / Na sua frente”. (Chico BUARQUE, “Apesar de você”, **Chico Buarque**, 1970)

“[...] a esperança, este afeto expectante contrário à angústia e ao medo, é a mais humana de todas as emoções e acessível apenas a seres humanos. Ela tem como referência, ao mesmo tempo, o horizonte mais amplo e mais claro. Ela representa aquele appetitus no ânimo que não só o sujeito tem, mas no qual ele ainda consiste essencialmente como sujeito não plenificado”
(BLOCH, Ernst. **O princípio esperança I**. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005, p. 77)

“Que toquem os sinos em nome da esperança / Eterna criança que vive, / brincando, no peito / Dos homens que sabem da força que tem o respeito / Para com os seus semelhantes, / Na luta por seus direitos / Que traga a alegria o toque feliz deste sino / E faça dançar nas ruas meu povo menino”.
(GONZAGUINHA, “Esperança”, **Coisa mais maior de grande**: pessoa, 1981)

“Mas é claro que o sol vai voltar amanhã / Mais uma vez, eu sei / Escuridão já vi pior, de endoidecer gente sã / Espera que o sol já vem”.(Renato RUSSO, “Mais uma vez”, **Duetos**, 2010)

“Pois essa esperança está fundada no impulso humano para a felicidade e dificilmente poderá ser destruída, e com suficiente clareza ela sempre foi um motor da história. Ela o foi como expectativa e instigação para um objetivo positivamente visível, pelo qual importa lutar, e dá um impulso para frente no transcurso monótono do tempo”(BLOCH, Ernst. **O princípio esperança I**. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005, p. 430)

Nesses primeiros anos do terceiro decênio do século XXI temos constatado retrocessos em importantes indicadores sociais, econômicos, ambientais e políticos. Quanto aos primeiros, as taxas de desemprego dispararam, a riqueza e a renda vêm se concentrando com renovado vigor, a pobreza e a miséria regressaram com força. No que se refere aos indicadores econômicos, o processo de desindustrialização segue em ritmo acelerado, enquanto o capital financeiro avança, desimpedido, sobre o produto econômico e a estrutura produtiva. Em relação aos indicadores ambientais, a destruição do meio físico (resultado de omissão oficial e descumprimento da legislação por parte de agentes privados) parece não ter mais limites – como têm evidenciado o rompimento da Barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, a pressão para autorizar a exploração mineral em terras indígenas e o aumento do desmatamento na Amazônia. Por fim, os indicadores políticos informam que os direitos individuais e coletivos têm sofrido reveses consideráveis, a ponto de se reconhecer que o Brasil caminha a passos largos em direção a um ambiente político marcado por crescente déficit democrático.

No campo da cultura, a manifestação pública do preconceito contra a ciência e as artes parece levar ao agravamento desses indicadores. Embora este complexo quadro dê conta do que se passa no país, o contexto internacional não deixa de favorecê-lo. Pelo menos, no que respeita às alianças preferenciais dos grupos sociais que se beneficiam com a referida degradação social, econômica, ambiental e política. De fato, no âmbito das diatribes que antagonizam as velhas e as novas forças econômicas internacionais, o Brasil vem sendo reconduzido a alianças preferenciais com a potência decadente.

A crescente instabilidade econômica no plano internacional ganha contornos de crise estrutural do capital. Os riscos que aí se apresentam para quem aposta tantas fichas na potência ainda hegemônica podem ser antecipados – e tendem a ser cruelmente pesados para o conjunto da sociedade. A entrada em cena da pandemia do novo coronavírus, Covid-19, entre fins de 2019 e início de 2020 – sem perspectivas concretas de abrandar suas nefastas consequências – têm agravado tão rápida quanto dramaticamente o cenário que se acaba de esboçar.

É aí, nesta conjuntura de tempestade perfeita, que se realizará a décima-nona edição do Encontro Nacional da ANPUR. A palavra-chave é esperança. A tradição é de que os encontros nacionais ocorram a cada dois anos. Em decorrência da crise sanitária do novo coronavírus, o intervalo entre a última edição e a próxima será de três anos. Ademais, também é tradição que os encontros nacionais sejam realizados em capitais de estados. O XIX ENANPUR ocorrerá em uma cidade média que não é capital.

Assim, para debater as causas mais profundas do complexo quadro acima esboçado, com seus incontornáveis impasses e implicações nas escalas urbana e regional, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Blumenau, convida a comunidade de pesquisadoras e pesquisadores do campo do planejamento urbano e regional a participar, ativamente, do XIX Encontro Nacional da ANPUR. Que aí se tenha a oportunidade de reavaliar as táticas e estratégias, adotadas até o presente, para a formulação e a consecução dos variados projetos societários que assentam em autêntica solidariedade, justiça, liberdade e autodeterminação. Que aí se constitua um espaço para a construção da esperança em escala urbana e regional.



“Tente / E não diga que a vitória está perdida /
Se é de batalhas que se vive a vida / Tente outra
vez”. (Raul SEIXAS, “Tente outra vez”, **A arte
de Raul Seixas, 2004**)

“A esperança / Dança, na corda bamba de
sombriinha / E em cada passo dessa linha / Pode
se machucar / Azar / A esperança equilibrista /
Sabe que o show de todo artista / Tem que
continuar”. (Aldir BLANC & João BOSCO, “O
bêbado e a equilibrista”, **Linha de Passe,**
1979)

MESAS REDONDAS

MR01 – 50 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NO BRASIL

Expositor: Carlos Bernardo Vainer (UFRJ)
 Expositora: Wrana Maria Panizzi (UFRGS)
 Expositora: Maria Cristina Leme (USP)
 Expositora: Edna Maria Ramos de Castro (UFPA)
 Expositora: Norma Lacerda Gonçalves (UFPE)
 Expositor: Frederico Rosa Borges de Hollanda (UnB)
 Mediador: Ivo Marcos Theis (FURB)

MR02 – CRISE POLÍTICA E CRISE SANITÁRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A ANPUR

A pandemia de Covid-19 exacerbou as graves desigualdades socioespaciais do Brasil – habitacionais, urbanas, sanitárias, raciais, étnicas e de gênero –, agravou situações de pobreza, gerou novas formas de vulnerabilização, e revelou estratégias do Capital e da Sociedade para lidar com essa ameaça global à saúde e economia. As cidades, inseridas numa rede mundial, têm papel primordial na difusão, manutenção, mas também no controle da doença. Algumas iniciativas emergiram a partir da organização da sociedade com base em experiências de autoabastecimento e de organização da produção agroecológica de alimentos nas cidades e regiões metropolitanas, enquanto novas experiências como o medo, o imponderável, a insegurança e a superação de tantas adversidades surgiram durante a crise sanitária. Como a ANPUR tem enfrentado esses desafios, apontando novas perspectivas em seus campos de reflexão e de ação política?

Expositora: Edna Maria Ramos de Castro (UFPA)
 Expositora: Heloísa Soares de Moura Costa (UFMG)
 Expositor: Christovam Barcellos (Fiocruz)
 Mediadora: Leila Christina Duarte Dias (UFSC)

MR03 – A QUESTÃO REGIONAL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

No Brasil e na América Latina, em distintos níveis de diálogo com o pensamento do “Norte”, teorias, métodos, olhares e abordagens das mais variadas perspectivas, passaram a dar relevo e, por vezes, centralidade ao regional, que ganhou novas texturas e configurações. Nesse cenário, um produto direto desse processo foi a criação do RegionAL – Observatório Latino-americano de Pesquisas sobre Questões Regionais, que é um convite ao debate sobre a problemática regional no nosso contexto e que já vinha sendo gestado há vários anos por intelectuais dedicados à questão. A relevância do Observatório RegionAL deve-se ao fato de que a questão regional constitui-se como chave para um projeto nacional, na medida em que coloca em destaque as diferenças na produção do espaço, permitindo assim redescobrir o planejamento urbano e regional.

Expositor: Angelo Serpa (UFBA)
 Expositor: Eudes André Leopoldo de Souza (UNIFESSPA)
 Expositor: Rogério Haesbaert (UFF)
 Coordenadora: Sandra Lencioni (USP)

MR04 – OS DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DA ESPERANÇA EM UM ÂMBITO DE DISTOPIA

Esta mesa-redonda não trata de um aspecto específico do campo do planejamento urbano e regional. Pensada para fechar o XIX ENANPUR, ela nos desafia: a olhar à nossa volta, a meditar sobre os nossos aprendizados e vivências, e a olhar para frente com vistas a construirmos o Novum. O sentido desta mesa é, pois, o de mirar para além do que temos captado até aqui. Não significa negar o real existente. Pelo contrário, temos que tê-lo presente, a distopia, o horror que está por todo o lado. Mas, há diferentes modos de olhar para além do que temos visto. O que se privilegia nesta mesa sugere uma chave algo distinta: a da construção/organização da esperança. Nesta mesa convocamos um pensador alemão, Ernst Bloch, para falar de esperança. Bloch deixou vasta e sólida obra, da qual saltam inúmeros sinais – “Spuren” – para a construção de um futuro distinto do que se viveu até o presente. Ele é conhecido por disseminar a noção de “utopia concreta”, por formular uma teoria da possibilidade, por elaborar uma ontologia do ainda-não. A construção/organização da esperança é, pois, um desafio posto para nós, estudiosas/os e militantes do PUR, desde esta perspectiva, visando olhar – e agir – para além do que temos vivenciado nessa chave blochiana.

Expositora: Suzana Guerra Albornoz (FURG/UNISC)
 Expositora: Mariana Affonso Pena (IFG)
 Expositor: Alysson Leandro B. Mascaro (USP)
 Mediador: Ivo Marcos Theis (PPGDR/FURB)

SESSÕES ESPECIAIS

SE01 – POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Durante a sessão serão apresentados alguns trabalhos referentes às linhas de pesquisas com temática urbana e regional desenvolvidas atualmente no Ipea. Inicialmente será lançado o mais novo Boletim Urbano, Regional e Ambiental do Instituto no qual são apresentados artigos diversos abordando esses temas. Em seguida serão discutidas questões importantes sobre o desenvolvimento econômico e social das cidades médias brasileiras e também sobre características e tendências dos modelos de regulamentação territorial urbana que impactam o desenvolvimento das cidades. Por fim, serão apresentados artigos da linha de pesquisa do Ipea ligada à análise e proposições de políticas de desenvolvimento e planejamento urbano com vistas a subsidiar o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Abertura e lançamento do Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA) do IPEA

Palestrante: Carlos Wagner Albuquerque (IPEA/BRUA)

Cidades médias no Brasil: uma avaliação para políticas públicas

Palestrante: Diana Motta (IPEA)

Regulação Urbana no Brasil: tendências e perspectivas

Palestrante: Luiz Felipe Seixas (IPEA)

Interface entre assistência técnica e participação social no planejamento urbano municipal

Palestrante: Carlos Henrique Carvalho Ferreira Jr. (IPEA)

Escala de acúmulo de fragilidades municipais: dimensões de heterogeneidade

Palestrante: Armando Palermo Funari (IPEA)

SE02 – A RBEUR E O CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

Espelho? Onde o campo se revela. Vitrine? Onde o melhor da produção é exposto e aparece como referência para os agentes do campo. Motor? Que movimenta e anima o campo. As revistas científicas transitam entre essas funções. Para refletir sobre o papel da RBEUR no campo dos estudos urbanos e regionais, a sessão reunirá pesquisadoras sobre a produção literária e editora/es que conduziram os recentes dossiês temáticos.

Palestrante: Ariel García (CEUR-CONICET, UBA, Argentina)

Palestrante: Bianca Freire-Medeiros (USP)

Palestrante: Diana Helene (UFAL)

Palestrante: Gabriela Leandro Pereira (UFBA)

Palestrante: Paula Freire Santoro (USP)

Palestrante: Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISIC)

Palestrante: Rossana Brandão Tavares (UFF)

Coordenadora: Fernanda Ester Sánchez García (UFF)

Coordenador: Pedro de Novais Lima Junior (UFRJ)

SE03 – FROM LATIN AMERICAN SCHOLARSHIP TO GLOBAL URBAN STUDIES? EXPLORING AGENDAS FOR CRITICAL RESEARCH AND TRANSFORMATIVE PRACTICE

This session provides a sample of ongoing academic work from and on Latin America that is supported by the Urban Studies Foundation. It's specific objective is not only to investigate the obvious historical, geographical, and socio-political specificities of the regional scholarship, but to explore how such deeper, situated regional knowledge might contribute to the field of critical urban studies with policy relevance at a truly global level. To do so, the session will organize several thematic examples of Latin American urban research around a set of broader, cross-cutting questions. More particularly, what is the justification behind specific thematic objects of investigation (be it the contradictory spatial development trajectories and the role of planning; the formality-informality nexus; neo-liberalization and financialization; policy mobility and the circulation of planning ideas and practices in globally unequal knowledge infrastructure networks, among other examples)? What is the theoretical framing that is constituted to investigate these objects and does this framing relate in any way to such wider epistemic debates on the limits and potentials of urban theory from the Global South? What are the research methods employed? Finally, do studies trigger potential linkages between the critical reflection that is generated and the effective transformation in Latin American cities, which continue marked by deep inequalities in terms of class, race, gender, and ethnicity? This session is both expected to contribute to USF's own policy debates regarding its leverage on the equality, diversity, and inclusion in global urban knowledge networks, as well to establish a constructive dialogue with this year's general conference theme on 'spaces of hope' in the contemporary urban policy scenario in Brazil and Latin America.

Chair: Jeroen Klink (UFABC)

1. Getting together to produce poetry or to create spaces of hope? Rachel de Castro Almeida (USF International Fellow and PUC-Minas, Brazil)

This presentation is an invitation to follow the footsteps of Lefebvre's critique of everyday life and, together, look at public spaces, especially where soirees take place, and to find the hints left by young residents of peripheral areas in the metropolitan region of Belo Horizonte in order to produce 'spaces of hope'. How does the occupation of public spaces to recite poetry reveal the production of spaces of resistance? How do these cultural practices show strategies to confront the contradictions imposed by this (im)productive economic system, the deep social inequalities, in political contexts where there are constant threats to democracy as well as to social and human rights?

In recent decades, young people from the peripheral of large Brazilian cities have been inventing, with impressive speed, new cultural circuits and new economic solutions – even if precarious and informal as they may be - to support the creation of 'spaces

of hope'. These new forms of cultural expression – which combine digital and physical media and add up to a culture of protest – interconnect these young people beyond the limits of geographic space. This cultural production arising on the margins of what is conventional and mainstream, showing the reciprocity between different groups, recreates codes of behavior and even reinvents models and relations of production, connection, and access through alternative channels. This resonance promotes the feeling of shared identity among peers, recognition within the community and produces cracks to be filled with hope, in the streets and for the streets.

2. Thinking through elsewhere and from here: the politics of slum upgrading in Latin American cities

Camila Saraiva (USF Postdoctoral Research Fellow, UFABC, Brazil)
In a time of increasing and complex circulation of ideas and policy mobilities, while searching for similarities and differences between planning practices may be commonplace, comprehending how planning practice changes in different cultural and political contexts over time (Sanyal, 2005) is crucial. However, there is still a lack within planning history as a field of systematic comparisons considering shifting planning approaches in different localities (Sorensen, 2014). Adding to this, despite the decolonial turn and the prominent production on and from the South, certain subjects are still at the fringes of global urban studies, as is the case of informal settlement upgrading. Seeking to contribute to filling in these gaps, this research project entails a genetic comparison (Robinson, 2016) based on the interconnected genesis of repeated, related but distinctive informal settlement upgrading policies in São Paulo, Buenos Aires, and Medellín. This relational analysis, wherein one city poses questions about the evolution of policies towards informal settlements (with their understandings, institution-building processes, and regulatory mechanisms) to another, draws loosely on definitions of historical institutionalism combined with a notion of place as unbounded and a transcalar conception of urban policymaking. I argue that historicizing the repetitions and conditions of difference both in respect to the emergence and classification of informal settlements as well as regarding their transformation via upgrading policies is a prolific way to deepen our understanding of the role of planning in the making of contemporary cities. Moreover, comparative historical analysis like this may also illuminate new lines of policy (and political) action - especially those related to informal settlements - not only in Latin America but at the global level at large.

References

- Sorensen, A (2015) Taking path dependence seriously: an historical institutionalist research agenda in planning history, *Planning Perspectives*, 30:1, 17-38.
Robinson, J (2016) Thinking cities through elsewhere: comparative tactics for a more global urban studies. *Progress in Human Geography*, 40 (1), 3-29.
Sanyal, B (2005) Hybrid Planning Cultures: the search for the global cultural commons. In B. Sanyal (Ed.) *Comparative Planning Cultures*. New York/London: Routledge, p. 3-25.

3. Exclusionary formalization in Brazilian urban markets: discourse of modernization and production of inequalities

Felipe Rangel Martins (USF International Fellow, USP, Brazil)

In Brazil, as in other countries in the global South, popular markets, especially those that occupy the streets of large cities, are historically perceived by the State and by a large part of the population as places of precariousness of work and illegality of products. This common representation is also associated with aspects of insecurity, risk and disorder of the spaces and marginality of those involved - marginality in its ambivalent sense: referring both to the distance from the formal worker, as well as to the image of people who perform activities on the margins of the law. In recent years, state agencies in partnership with market operators have implemented strategies to "formalize" these activities, justifying such actions through representations and discourses that emphasize the supposed risks and negative effects that would arise from popular markets. In this paper, I propose to discuss these strategies, highlighting the contradictions of these formalization processes. The discussion is based on my doctoral research, in which I carried out an ethnographic investigation in popular commerce markets in the center of São Paulo. Through the notion of "exclusionary formalization", I try to emphasize that the modernization strategies of these markets have produced new inequalities, given that the implemented entrepreneurial regulation model make it difficult for the most vulnerable groups of traders to remain, configuring a kind of "gentrification of work" in the popular commerce.

4. Financial investors in Brazil's commercial property markets: a comparative analysis of REITs, pension funds, and listed property companies

Daniel Sanfelici (USF International Fellow and UFF, Brazil)

Over the past decade, Brazil has witnessed a sharp growth in the creation of new real estate investment trusts (Sanfelici & Halbert, 2019). As of 2020, REITs own over BRL 120 billion (USD 25 billion) in (mostly commercial) property assets, and the number of shareholders in these vehicles has already exceeded one million (mostly domestic middle and upper-income individuals). However, the growth of REITs is part of a broader trend in Brazil's commercial property market since the early 2000s: the decline in traditional forms of property ownership (small individual investors, family-owned developers, owner-occupiers, etc) and the rise of institutional ownership. This shift calls for a better understanding of how domestic investors, with large sums of money under management, conduct investments in real estate, how they understand that category of investment, and the channels they use to invest. This paper looks into the investment practices of three groups of property investors in Brazil's commercial property market: real estate investment trusts; listed property firms; and pension funds. We analyze key variables that explain differences in investment practices, such as liability structure, governance models, and stakeholder participation in decision-making. Our results show that, while these actors are indeed increasingly financialized, there remain key differences in risk-taking behavior and investment priorities that deserve to be taken into account, with key implications for urban development and policymaking.

SE04 – ORGANIZANDO A ESPERANÇA: BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVAS

Sob o lema e o tema geral deste XIX Encontro, "Organizando a esperança", a Diretoria da Anpur convida a todas e todos os participantes a debaterem com Olga C. Firkowski (UFPR e representante da Área de Geografia Humana no Comitê de Assessoramento de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional junto ao CNPq) e Laura Rovelli (Coordenadora do Fórum Latinoamericano de Avaliação Científica (FOLEC) da CLACSO e investigadora CONICET Argentina). A proposta central desta sessão é realizar um balanço crítico dos processos de precarização da ciência e ataque aos cientistas que vem sendo levados a cabo através de cortes de bolsas, redução/cancelamento/desvirtuamento de editais, asfixia dos recursos aos Programas de Pós-Graduação, aprofundamento da lógica de empresariamento e subordinação da avaliação e internacionalização a interesses privatistas. Neste sentido, ainda, conhecer e debater a proposta coletiva em construção, através da CLACSO, de uma avaliação com "sentidos, políticas y prácticas" que "fortaleça o carácter aberto, comum e de domínio público do conhecimento" constitui-se em estratégia crucial na elaboração de alternativas compartilhadas entre os agentes que produzem cotidianamente a C&T em todas as áreas do conhecimento.

Coordenadora: Camila D'Ottaviano (USP/Presidenta ANPUR)

Palestrante: Olga C. Firkowski (UFPR e representante da Área de Geografia Humana - Comitê de Assessoramento de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional junto ao CNPq).

Palestrante: Laura Rovelli (Coordenadora do Fórum Latinoamericano de Avaliação Científica (FOLEC) da CLACSO e investigadora CONICET Argentina)

OFICINAS

(RE) VER A CIDADE: PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA COLABORATIVA

Kayan Freitas de Araújo (UFSM) – araujofkayan@gmail.com

O objetivo desta oficina é instruir os participantes para o planejamento e gestão de processos de intervenção urbana participativos em espaços livres públicos. Serão apresentados conteúdos teóricos e práticos, com atividades síncronas para interação entre os participantes e discussão sobre o tema.

CARTOGRAFIA AFETIVA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA INTERAÇÃO ENTRE USUÁRIOS E LUGARES VIVENCIADOS

Maria Paula Albernaz (UFRJ) – paulaalbernaz@fau.ufrj.br
Marina Guerra Diógenes (UFRJ) – marina.diogenes@fau.ufrj.br
Hyago Ataíde P. Maia (UFRJ) – hyago.maia@fau.ufrj.br
Luis Víctor Antunes (UFRJ) – luis.antunes@fau.ufrj.br
Milena Coutinho Pereira (UFRJ) – milena.pereira@fau.ufrj.br

Com intuito de abarcar a complexidade do lugar nas cidades brasileiras, a oficina volta-se ao debate sobre os sentidos local e global presentes em ambientes urbanos, e sentimentos de pertencimento e exclusão advindos, detectados por quem vivencia o espaço cotidianamente. A principal referência é o conceito de lugar da geógrafa Doreen Massey, considerando sua simultânea condição de aberta ao exterior, com caráter identitário, e influenciada por quem vivencia. Pretende-se assim captar não só diferenças territoriais, mas relacionamentos vividos no território por diferentes indivíduos, buscando estimular um entendimento e questionamento sobre a vida urbana e o cotidiano. Nos seus procedimentos prevê-se a partir da contextualização do conteúdo teórico, a elaboração de cartografia afetiva dos percursos cotidianos pelos participantes, estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes contextos e campos disciplinares, seguida de discussão coletiva acerca das características e problemáticas identificadas nos trajetos, e debate acerca de semelhanças e diferenças, assim como dinâmicas e processos.

LANÇAMENTO DE LIVROS

50 ANOS DE PLANEJAMENTO URBANO: UMA HISTÓRIA ENTRE HISTÓRIAS 1970-2020

Editora Marcavivual, ISBN: 978-85-61965-35-7, 2022, 478 p.

Célia Ferraz de Souza (UFRGS)

Depoimento e reflexão da Professora Arquiteta Célia Ferraz de Souza, que completou 50 anos de atuação em arquitetura e urbanismo. Seguem 20 textos especialmente elaborados para esta publicação, de profissionais que por ela foram orientados academicamente (graduação, mestrado ou doutorado), em abordagens variadas que dialogam entre si, em temáticas como legislação ou projeto, história ou evolução das cidades, relatam pesquisas em planejamento urbano ou urbanismo.

A CONDIÇÃO PERIFÉRICA

Editora Consequência, ISBN: 978-65-87145-09-9, 1ª ed., 2020, 176 p.

Thiago Canetti (UFMG)

O livro apresenta uma interpretação para o processo de extensão das periferias relacionada com o processo de crise das formas sociais historicamente determinadas, que faz expandir a forma-periferia para outros territórios. A partir da noção de "condição periférica", pretende-se contribuir para elucidar o aprofundamento do abismo da desigualdade, a disseminação da precariedade e o crescimento da violência em suas múltiplas formas.

A DIMENSÃO AMBIENTAL NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: OLHARES CRÍTICOS A PARTIR DA DRENAGEM URBANA NOS PROJETOS DO PAC

Editora Letra Capital, ISBN: 978-65-89925-62-0, 1ª ed., 2022, 282 p.

Luciana Nicolau Ferrara (UFABC)

Adauto Lucio Cardoso (UFRJ)

Érica Cristine Medeiros Machado (UFCG)

O livro é resultado da pesquisa em rede "A dimensão ambiental e as infraestruturas na urbanização de favelas: concepções de projeto, formas de produção das redes e especificidades dos assentamentos precários" que faz parte do projeto "As metrópoles e o Direito à Cidade: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano – Programa de Pesquisa da Rede Observatório das Metrópoles 2015-2020", submetido à Chamada INCT – MCTI/CNPq/CAPES/FAPS nº 16/2014, subprojeto "Direito à Cidade e Habitação", dentro do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq, sob a coordenação geral de Adauto Lucio Cardoso. A pesquisa teve como objetivos identificar, tipificar e avaliar criticamente projetos

e obras de urbanização de favelas que foram objeto do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), e nos quais o manejo de águas pluviais e a drenagem urbana foram centrais e estruturadores da intervenção. O tema das infraestruturas é tratado, então, como importante elemento de análise sobre a qualificação dos assentamentos em termos ambientais e urbanos. Os estudos de caso pesquisados foram: em São Paulo (UFABC), os projetos da Favela do Sapé e do córrego Ponte Baixa e Jardim Letícia; em Campina Grande (UFCG), o projeto para a bacia da Ramadinha; em Belém do Pará (UFPA), o projeto para a bacia da Estrada Nova; em Curitiba (UTFPR), o projeto para o bolsão Audi-União; e em Recife (UFPE), o projeto para a bacia do rio Beberibe. Apenas o estudo de caso do córrego Ponte Baixa e Jardim Letícia refere-se ao PAC-PAR, denominado pelo município de São Paulo como PAC-Drenagem.

A LÓGICA DA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA CAPITALISTA

Editora Consequência, ISBN: 978-65-87145-27-3, 1ª ed., 2022, 192p.

Oseias Teixeira da Silva (IFF)

Nesta obra partimos da compreensão de que a produção imobiliária capitalista, elemento central da produção do espaço urbano, possui uma lógica. Esta lógica pode ser compreendida a partir da generalização do conceito de diferencial de renda (rent gap) utilizado até o momento apenas para a compreensão do processo de gentrificação. Buscar a lógica da produção imobiliária consiste na explicação da origem da rentabilidade dos empreendimentos imobiliários, diretamente assentados na mudança dos usos do espaço urbano. Através dos empreendimentos imobiliários é possível transformar os gastos ancorados na renda atual dos imóveis nas suas condições atuais nos ganhos possíveis relacionados à renda potencial do imóvel na sua condição futura, ou seja, após o processo de produção imobiliária. A partir da compreensão da lógica da produção imobiliária como diretamente ligada ao diferencial de renda, podemos também compreender o significado de processos mais amplos de transformação espacial como a dispersão urbana, cuja lógica e significado também estão relacionados à busca pelo diferencial de renda por parte dos promotores imobiliários.

ALÉM DE RIO E SAMPA - CORUMBÁ, IRECÊ E PARINTINS: EVOLUÇÃO E DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

Editora Topbooks, ISBN: 978-65-5897-008-8, 1ª edição, 2021, 336p.

Jorge Guilherme Francisconi (UnB)

Sonia Helena

Uma análise histórico-interpretativa da evolução da política e do planejamento urbano no país, das instituições envolvidas, de rupturas político-econômicas, de mudanças na legislação. Aponta as razões pelas quais o planejamento urbano foi descontinuado,

e o plano diretor em particular, oscilou entre momentos de destaque e de descrédito, até chegar a merecer espaço próprio na Constituição Federal de 1988. Regulamentado pelo Estatuto da Cidade, o que tornou instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, abranger todo o território municipal e contar com a participação da sociedade. Esse marco regulatório demanda novos métodos, técnicas e procedimentos para se pensar o futuro dos municípios de das cidades tendo em conta os desafios representados pela heterogeneidade de demandas potenciais, condições e peculiaridades locais e regionais, por novos padrões e exigências, pela demanda global por políticas de ordenamento territorial urbano. O livro termina com sugestões para fortalecer o planejamento urbano e a gestão urbana no Brasil, mediante a adoção de boas práticas de prospecção e de visão estratégica. Novas formas de relacionamentos funcionais, casa-trabalho-escola-comércio-serviços, das inovações tecnológicas disponíveis, novos modelos de projeto urbanístico, de qualificação das equipes responsáveis e do fortalecimento da participação popular em todo o processo. Isso propiciará a estruturação de uma rede urbana bem distribuída e equilibrada, com cidades mais bonitas e agradáveis, funcionalmente adequadas, ambientalmente sustentáveis, socialmente justas, culturalmente diversas e economicamente prósperas, lócus das trocas socioeconômicas, da convivência, dos encontros e da renovação permanente da sociedade.

APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS EM SÃO PAULO: LIMITES E POSSIBILIDADES DO PLANEJAMENTO URBANO

Editora FAUUSP, ISBN: 978-65-89514-13-8, DOI: 10.11606/9786589514138, 1ª ed., 2021, 342 p.

Eduardo Alberto Cusce Nobre (USP)
He Nem Kim Seo (PMSP)

O livro foi publicado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) no Portal de Livros Abertos da USP em 2021 e é resultado de projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e Fapesp. Procura analisar os limites e as possibilidades da aplicação dos instrumentos urbanísticos implementados pelo Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo de 2002 e por sua revisão de 2014, considerando os princípios que os regem: Função Social da Cidade e da Propriedade Urbana; a Equidade e Inclusão Sócio-territorial; a Gestão Democrática e o Direito à Cidade. A partir de um panorama de experiências nacionais e internacionais de enfrentamento dos mesmos problemas urbanos, foi realizada uma avaliação da aplicação dos instrumentos em São Paulo, com ênfase naqueles de financiamento a projetos de intervenção urbana e de preservação cultural (FUNDURB, OODC, OUC, TDC e TPC) e naqueles de acesso à terra urbanizada para fins de habitação de interesse social (ZEIS, PEUC, e Cota de Solidariedade). Além da introdução, prefácio de Raquel Rolnik e posfácio, o livro está organizado em sete capítulos e conta com a contribuição de diversos pesquisadores de diferentes instituições públicas de ensino ou órgãos públicos relacionados com a gestão

do território e às políticas urbanas e culturais, todos vinculados ao NAPPLAC-USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído, ligado à Reitoria da Universidade de São Paulo). A partir da articulação desses capítulos, o posfácio conclui que a aplicação dos instrumentos urbanísticos em São Paulo teve resultados inócuos frente aos seus objetivos, mas que foram muito bem apropriados pelo mercado imobiliário, que se utilizou deles das mais diversas maneiras de modo a garantir maior lucratividade para seus empreendimentos. Por outro lado, a falta de articulação das políticas urbanas e a descontinuidade administrativa fizeram com que o poder público não atuasse de maneira a garantir uma redistribuição dos benefícios gerados. Logicamente que a aplicação dos instrumentos por si só não resolveriam esse problema. Contudo a compreensão dos seus limites e possibilidades pode ser uma contribuição de grande importância para uma administração urbana comprometida e engajada com a promoção de cidades mais justas e incluídas.

CIDADE PÓS-COMPACTA: ESTRATÉGIAS DE PROJETO A PARTIR DE BRASÍLIA

Editora Rio Books, ISBN: 978-65-87913-61-2, 1ª ed., 2021, 324 p.

Guilherme Lassance (UFRJ)
Luciana Saboia (UnB)
Carolina Pescatori (UnB)
Cauê Capillé (UFRJ)

Cidade pós-compacta apresenta a hipótese de que um outro olhar sobre o urbanismo moderno pode nos fornecer pistas para lidar com os desafios do fenômeno urbano contemporâneo. Defendemos ser urgente um projeto que busque uma alternativa, por um lado, à receita de tornar compacto o não-compacto e, por outro, à simples inclusão da condição de não-lugar, não-cidade e não-edificado numa nova epistemologia ampliada do urbanismo.

CIDADE, GÊNERO E INFÂNCIA

Editora Romano Guerra, ISBN: 978-65-87205-02-1, 1ª ed., 2022, 456 p.

Rodrigo Mindlin Loeb (UPM)
Ana Gabriela Godinho Lima (UPM)

Organizado por Rodrigo Mindlin Loeb e Ana Gabriela Godinho Lima, o livro apresenta estudos, sob variados ângulos, das múltiplas relações entre cidade, gênero e infância no Brasil. Editado pela Romano Guerra e Pistache Editorial. Voltada para um dos compromissos fundamentais da sociedade – zelar pelo desenvolvimento saudável das crianças mais novas –, a publicação busca se tornar referência para a formação de arquitetas, arquitetos, urbanistas e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que trabalham em territórios urbanos e promovem possibilidades de desenvolvimento e empoderamento de mulheres e crianças. A publicação surge de um concurso

realizado em 2017 pela Fundação Bernard van Leer, com a proposta inovadora de inserir a temática da primeira infância na graduação e pós-graduação de arquitetura e urbanismo no Núcleo de Pesquisa em Cidade, Gênero e Infância da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São 22 artigos de pesquisadores, especialistas e profissionais que trabalham no campo interdisciplinar para onde confluem os temas da infância, gênero e território. Inéditos, os textos apresentam experiências de organizações referência na área – como Avante, CECIP, Centro de Excelência em Primeira Infância e Instituto Elos –, pesquisas acadêmicas sobre violência, espaço público e segregação territorial, pesquisas e práticas na transformação do território, histórias de incentivo à brincadeira no espaço público, envolvimento da comunidade, entre outros assuntos que trazem novas lentes à prática de arquitetos e urbanistas.

Por que falar sobre primeira infância e gênero em relação aos territórios urbanos. A forma como a cidade trata a primeira infância é um termômetro para a saúde e a vitalidade urbana como um todo. Atualmente, mais de 80% da população brasileira encontra-se em áreas urbanas. O dado evidencia a importância de a sociedade repensar seu modelo de urbanização, considerando todos (especialmente as crianças), buscando o equilíbrio com a natureza e a construção de ambientes que favoreçam o movimento, a descoberta do novo e o encontro. Em um dos textos introdutórios do livro, a antropóloga Adriana Friedmann destaca: “Promover uma interlocução temática sobre cidade, gênero e infância neste momento significa convocar para a humanização das vidas e das relações entre atores sociais: crianças, jovens, adultos, famílias, comunidades, equipamentos sociais, políticos e educacionais”. Claudia Vidigal, representante da Fundação Bernard van Leer no Brasil, reforça a importância das experiências relatadas no livro e de como elas podem nos guiar a caminhos mais democráticos. “Caminhos capazes de fazer das cidades espaços mais democráticos, de encontros com o outro, diferente de mim, com quem aprendo, respeito e evoluo”, conclui.

DA PARTICIPAÇÃO À INSURGÊNCIA: PRÁTICAS EMERGENTES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Editora Insular, ISBN: 978-65-88401-99-6, 1ª ed., 2022.

Elson Manoel Pereira (UFSC)

Este livro é um dos resultados do terceiro Seminário Internacional de Planejamento Urbano organizado pelo Laboratório Cidade e Sociedade da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado em 20 e 21 de agosto de 2019 e promovido conjuntamente com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC. Ele mostra o momento da reflexão dos pesquisadores do laboratório Cidade e Sociedade/UFSC e de outros pesquisadores convidados para debater a temática da cidade, no Brasil e no mundo. Após anos de estudo teórico e muita pesquisa de campo sobre a participação em processos de planejamento urbano, a tese de doutorado de Luis Felipe Cunha sobre as experiências do bairro do Campeche, em Florianópolis, e de Point Saint Charles, em Montreal marcou um ponto de inflexão nas reflexões do laboratório e indicou um rico campo de investigação.

A participação, no processo de elaboração e gestão de Políticas Públicas para a resolução dos problemas urbanos no Brasil, começou sua institucionalização com a promulgação da Constituição de 1988 e teve grande desenvolvimento a partir dos anos 2000. A prática da participação, principalmente nas políticas municipais, mostrou suas forças e seus limites. Sua avaliação ainda não está finalizada; talvez estejamos ainda longe disto. Mas, as práticas sociais não têm esperado esta avaliação definitiva; ao contrário, elas têm procurado alternativas quando as formas de intervir nos processos urbanos não encontram respostas concretas na institucionalidade e mesmo são bloqueadas por ela. São práticas sociais, com forte grau de espacialidade, que se colocam contra formas hegemônicas da produção territorial; práticas que se insurgem contra a forma neoliberal de produzir a cidade. Compreender esta passagem da participação institucionalizada para as práticas insurgentes, foi o objetivo do seminário e igualmente deste livro.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ASPECTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

Editora Novas Edições Acadêmicas, ISBN: 978-62-04194-02-8, 1ª ed., 2021, 268 p.

Claudio Machado Maia (JC2 Inteligência Estratégica)

Jairo Marchesan (UnC)

A obra está dividida em duas partes. A primeira “Aspectos teóricos e empíricos sobre desenvolvimento regional” traz quatro capítulos que se ocupam do debate sobre fundamentações teóricas e metodologias de análise do desenvolvimento regional. Os textos possuem interfaces com investigações sobre análises de diferentes formatos de formulação de agendas de desenvolvimento regional, o cenário institucional e as articulações que dão sustentação e para os atores e promotores do desenvolvimento. A segunda parte “Análise e experiências de Desenvolvimento Regional” é composta por sete textos que discutem experiências concretas de desenvolvimento regional, analisando-as a partir de aspectos diversos, tais como: análise histórica de potencialidades regionais, indicadores de potencialidades e gargalos do desenvolvimento, participação social e atores no processo de desenvolvimento, gestão pública e relatórios acompanhamento, captação e gestão da água e a questão do jovem aprendiz no cenário das políticas públicas de emprego.

DI/VER/(S)CIDADE: DIÁLOGOS SOBRE DIVERSIDADE NA CIDADE

Universidade Federal do Pará, ISBN: 978-65-86640-46-5, 1ª ed., 2020, 166 p.

Ana Claudia Duarte Cardoso (UFPA)

Recurso didático que consolida resultado de projeto de extensão, que teve como objetivo estudar e dialogar com os desafios gerados pela lógica hegemônica na universidade e nas cidades

amazônicas. O livro pode ser lido como um todo ou em partes, e constituiu-se de três "Círculos de Leitura" que discutiram autores anticoloniais como Silvia Cusicanqui, Alberto Acosta e Frantz Fanon, para compreender perspectivas hegemônicas presentes nas ordens política, econômica, cultural e na formação acadêmica e atuação profissional de urbanistas. As discussões permitem a emergência de outras cosmovisões, dentre ribeirinhos, povos indígenas, de matriz africana, e a constatação de que é urgente o enfrentamento de diversas opressões nas ruas e espaços públicos das cidades e nas mentes dos cidadãos. Outros recursos do projeto estão disponíveis para acesso por meio de links e QRcodes. Disponível gratuitamente no site www.urbanapesquisa.net.

ENTRE TRAVESSIAS E ATRAVESSAMENTOS: UM POUCO SOBRE A REALIDADE DAS ILHAS DE COTIJUBA E DO COMBU EM BELÉM (PA)

Universidade Federal do Pará, ISBN: 978-65-86640-45-8, 1ª ed., 2022, 112 p.

Letícia Vicente Ribeiro (UFPA)
Romário Brito (UFPA)
Rafaela Oliveira (UFPA)
Ana Claudia Cardoso (UFPA)

Trata-se de uma obra de divulgação científica para dar visibilidade às soluções, arranjos e configurações espaciais de grupos sociais que estão em contato mais próximo com o rio, as várzeas e a mata. A obra apresenta um panorama sobre a realidade insular de Belém, com foco nas ilhas do Combu e de Cotijuba, aborda aspectos do território, os tipos de economia praticados, o acesso às políticas públicas e às infraestruturas, os conflitos e os desafios existentes e as potencialidades locais, além de apresentar uma relação de tecnologias e recomendações dos pesquisadores para minimizar as demandas e os problemas observados nas ilhas. Disponível gratuitamente no site www.urbanapesquisa.net.

GOIÂNIA: CÓRREGO BOTAFOGO

Editores PUC Goiás, ISBN: 978-65-89488-01-9, 1ª ed., 2021/22, 140 p.

Wanessa Silva Rocha (PUC-GO)
Antonio Pasqualetto (PUC-GO)
Elizon Dias Nunes (UFG)

Goiânia está localizada na bacia do Rio Meia Ponte, possuindo 03 ribeirões, 80 córregos e, entre eles, o Córrego Botafogo, que é objeto deste estudo devido a localização e ocupação desordenada de sua microbacia, trazendo impactos relevantes na mobilidade urbana de nossa capital. O Córrego Botafogo tem nascente na região leste, com o fluxo de 150.000 veículos por dia na região. Esta é uma pesquisa bastante pertinente, pois leva em consideração os impactos da urbanização dessa sub-bacia hidrográfica sem o planejamento prévio. Processo esse que começou em 1991, com a construção da Marginal Botafogo,

considerada um símbolo da urbanização de Goiânia. O projeto, à época, foi elaborado sem visão holística de integração com a natureza. Nas etapas seguintes, apesar da área da microbacia estar bastante comprometida, o projeto e a construção do canal foi um dos aspectos positivos visando causar menos danos ambientais em relação ao curso do Córrego Botafogo. O adensamento com muitos empreendimentos sem estudos prévios e omissão dos gestores no sentido de mitigar os impactos ambientais tornou-se problema a ser resolvido. Na legalização e urbanização da região por parte da prefeitura não foi considerada a permeabilidade do solo, técnicas de retenção para diminuir a velocidade das águas pluviais e nem tampouco as construções de galerias. Neste estudo foi considerado um período de 30 anos, tempo suficiente para levantar, com segurança, os aspectos urbanísticos visando detalhar as áreas permeáveis e impermeáveis e a caracterização do uso do solo para futuras soluções, assim, amenizando os efeitos dessa urbanização. As técnicas sugeridas neste livro devem ser empregadas 14 em toda a região metropolitana, que merece acolhida, principalmente na revisão do Plano Diretor em análise na Câmara Municipal. Quero parabenizar os profissionais Wanessa Rocha, Antônio Pasqualetto e Elizon Dias, que integram o Sistema CONFEA-CREA, pela excelente produção e tenho certeza que a mesma servirá para que possamos atenuar os efeitos da ocupação desordenada dessa região.

MULHERES E PERIFERIAS COMO FRONTEIRAS: O TEMPO-ESPAÇO DAS MORADORAS DO CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ BONIFÁCIO

FAUUSP (Coleção Caramelo), ISBN: 978-65-89514-06-0 (impresso)/978-65-89514-10-7 (eletrônico), 1ª ed., 2021, 280 p.

Carolina Alvim de Oliveira Freitas (USP)

Originado de uma dissertação de Mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2018), o livro 'Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio' busca compreender os cruzamentos entre as transformações do espaço da periferia e as transformações dos papéis sociais das mulheres, tomando o caso do Conjunto Habitacional José Bonifácio (conhecido como Cohab II) em Itaquera, zona leste de São Paulo. A história do planejamento urbano do século XX e dos planos público-privados do século XXI compõe um movimento de continuidades e descontinuidades que exige a atualização do pensamento urbano clássico brasileiro sobre a produção do espaço da periferia. Se o espaço periférico da metrópole se revela hoje como fronteira para a expansão do capital, o mesmo pode ser inferido em relação às mulheres trabalhadoras, já que as tradicionais representações femininas vêm sendo direcionadas para novos papéis. Empreender através do espaço urbano e do corpo feminino, portanto, aparece hoje como via dupla de acumulação de capital. Ao reconhecer o nó existente entre processos de exploração (do trabalho), opressão (de sexo e raça) e espoliação (urbana, imobiliária e financeira) cuja unidade é tecida pela totalidade, a obra se vale da pesquisa de campo no

Conjunto José Bonifácio para compreender as práticas concretas socioespaciais das moradoras da Cohab em seu cotidiano, visando essa totalidade. Assim, as escalas do apartamento, do condomínio e do Conjunto são referenciadas para desenvolver as conclusões sobre a concepção, a vivência e a percepção do espaço por aquelas mulheres que lá vivem.

NEOEXTRATIVISMO E AUTORITARISMO: AFINIDADES E CONVERGÊNCIAS

Editora Garamond, ISBN: 978-65-5937-024-5, 1ª ed., 2022, 300 p.

Henri Acselrad (UFRJ)

A coletânea discute as formas de apropriação do espaço por agentes do agronegócio e da mineração, destacando os traços autoritários associados à natureza expropriatória das operações extrativas frente às terras e recursos da agricultura familiar, das comunidades indígenas e tradicionais. Tendo por base pesquisas de campo na Amazônia paraense, os textos buscam evidenciar as confluências entre autoritarismo de Estado e de mercado, atentando para os novos dispositivos do capitalismo ecologicamente modernizado, para a linguagem antipolítica do liberalismo autoritário e a relação entre neoextrativismo e constrangimento da liberdade acadêmica.

ORDENAMENTO E GOVERNANÇA DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA - DESAFIOS DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR SOBRE COMPLEXIDADE TERRITORIAL

Editora PACO, ISBN: 978-65-58408-40-6 (impresso)/978-65-58408-39-0 (eletrônico), 1ª ed., 2022, 228 p.

Lucia Maria Machado Bógus (PUC-SP)
Suzana Pasternak (USP)
Pedro Roberto Jacobi (USP)
Pedro Henrique Campello Torres (USP)

Ordenamento e Governança da Macrometrópole Paulista: desafios de pesquisa interdisciplinar sobre complexidade territorial é fruto de uma união de esforços de natureza múltipla revelada pela interdisciplinaridade que apresenta, pela complexidade territorial analisada, pelos temas abordados, pelos diversos instrumentos de análise e diferentes prismas e olhares e, ainda, pelos desafios políticos de uma gestão integrada do território. Os textos presentes nesse livro são a expressão nítida da valorização crescente das interfaces de cada ciência em particular, assinalando a importância do desenvolvimento de relações entre os campos do saber e pondo na ordem do dia a interdisciplinaridade. Nesse sentido, não obstante das especializações necessárias ao conhecimento, essa coletânea traz uma mensagem, a de que devemos construir pontes entre as várias esferas do conhecimento porque sem elas, sem o desenvolvimento permanente desses vínculos, não poderemos contribuir com toda potência para revolucionar o conhecimento e avançar em direção ao futuro. Enquanto os processos sinalizam

em uma direção, aqui entidades e órgãos foram, lamentavelmente, alcançados por catapultas. Porém, isso não é o fim, é um momento, um presente a ser superado e o conhecimento revelado nesse livro ilumina o devir, pois, lembrando Brecht, apenas quando somos instruídos pela realidade é que podemos mudá-la.

POR UMA NOVA GEOGRAFIA REGIONAL

Editora Consequência, ISBN: 978-65-87145-29-7, 1ª ed., 2021, 410 p.

Eudes Leopoldo (UNIFESSPA)
Rogério Haesbaert (UFF)
Rita de Cássia Ariza da Cruz (USP)
Angelo Serpa (UFBA)

Por uma nova Geografia regional se constitui na expressão de uma intencionalidade, a de colocar claramente a importância do regional, da região e dos regionalismos no mundo contemporâneo. Estes são percebidos de diferentes maneiras, mas têm em comum um olhar fundado em teorias e métodos cuidadosamente perseguidos. Os temas abordados nessa coletânea são diversos, indo desde aqueles que claramente se propõem a discutir e atualizar aspectos teóricos relativos à categoria analítica – a região e seus derivados – até a relação entre a pandemia da Covid-19 e a região, passando pela discussão do nexo entre fronteira e região e entre o urbano e o regional de forma geral e múltipla, além de focar a região como questão regional, em que a relação com o Estado está intrinsecamente posta, revelando a dimensão política dessa categoria. Não é possível dizer que a geografia regional presente neste livro, em suas múltiplas transfigurações, apresenta abordagens excludentes de outras; ao contrário, fica evidente a riqueza de cada uma delas e se percebe com clareza que a coletânea de textos busca contribuir e desenvolver a geografia regional.

PRÁTICAS URBANAS EMERGENTES - ANO II: EXTENSÃO E ACESSORIA TÉCNICA

Editora dos Autores, ISBN: 978-65-00-11578-9, 1ª ed., 2020, 241 p.

Bruno Cesar Euphrasio de Mello (UFRGS)
Inês Martina Lersch (UFRGS)
João Farias Rovati (UFRGS)

O livro Práticas Urbanas Emergentes - Ano II: Extensão e Assessoria Técnica, foi organizado pelos professores Bruno Cesar Euphrasio de Mello, Inês Martina Lersch, João Farias Rovati e pelas bolsistas de extensão Bárbara Bundyra Finger e Hemilyn da Silva Machado. O livro foi compilado durante o primeiro ano de pandemia e se encontra impresso e disponível em formato online desde 2020. Reúne reflexões, impressões e relatos dos integrantes do Projeto de Extensão Práticas Urbanas Emergentes, sediada na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, segundo a segunda obra a ser lançada pelo projeto. Seus 14 capítulos foram

escritos por professores, estudantes de graduação e pós-graduação, além de arquitetos e urbanistas recém-egressos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Eles descrevem a interação entre a universidade e a Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, coordenada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST). O livro é fartamente ilustrado com fotos, desenhos e colagens.

SAMBA E CIDADE

Editora Intermeios Cultural, ISBN: 978-65-86255-63-8, 1ª ed., 2022, 142 p.

Ana Barone (USP)
Gleuson Pinheiro (USP)
Maria Gabriela Feitosa (USP)

A consolidação do samba urbano como um gênero musical coincide com a intensificação da urbanização e expansão das cidades nas primeiras décadas do século XX. O primeiro samba gravado, Pelo Telefone, retrata uma cena urbana: a relação ambígua entre lei, repressão e jogos de azar na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1910. Ao mesmo tempo, a gravação dessa composição, ou seja, sua inserção na nascente indústria fonográfica, guarda relações com a maneira pela qual as Escolas de Samba passariam a figurar como símbolo da cultura urbana carioca, servindo de inspiração e influência para outras regiões que tinham constituição socioeconômica semelhante, com grupos negros originários de uma mesma matriz cultural. A coletânea reúne alguns textos que exploram de formas variadas as relações entre samba e cidade no Rio de Janeiro e em São Paulo. Parte dos capítulos, especificamente a que trata de São Paulo, foi inicialmente apresentada e discutida na edição de 2019 do Seminário "A Cidade e a Questão Racial", produzido anualmente pelo Laboratório de Estudos de Raça e Espaço Urbano, LabRaça, na FAUUSP. Entre eles, estão os capítulos de Gleuson Pinheiro, de Marcos Virgílio da Silva e aquele escrito pelos organizadores. A esses textos, somaram-se os convites feitos a Wallace Lopes Silva, Felipe Ferreira e Vinícius Natal, que contribuíram com reflexões sobre o Rio de Janeiro.

SOCIOECONOMIA FLUMINENSE: POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPO DE CRISE

Editora Consequência/Faperj, ISBN: 978-65-87145-16-7, 1ª ed., 2021, 416p.

Carlos Antonio Brandão (UFRJ)
Deborah Werner (UFRJ)
Fabio Lucas Pimentel de Oliveira (UFRJ)

Este livro busca apresentar uma agenda de pesquisa e de debates necessários para o enfrentamento da multidimensional crise do Estado do Rio de Janeiro. Com foco na análise e proposição de políticas públicas, procura realizar diagnósticos e sugerir ações estratégicas consequentes e de longo prazo para esta unidade da federação brasileira.

TENDÊNCIAS E DESAFIOS DO CAMPO DE PÚBLICAS: TEORIAS, POLÍTICAS, REDES E FINANÇAS

Editora Letra Capital, ISBN 978-65-89925-65-1, 1ª ed. 2022, 296 p.

Aldenilson Costa (UFRRJ)
Deise Luce de Sousa Marques (UFRRJ)
Ronaldo Raasch (UFRRJ)
Vera Regina Ramos Pinto (UFRRJ)
Naiara Tavares da Silva (UFRRJ)

No contexto de transformações orientadas pelas ações governamentais, decorrentes da diversificação de mecanismos de comunicação e ampliação dos fluxos de informação, participação de novos grupos sociais, e de questionamentos do papel do Estado, quais as tendências e desafios do campo de públicas? Esta é a problemática que orienta as discussões que compõem o livro: Tendências e desafios do campo de públicas: teorias, políticas, redes e finanças. A obra apresenta artigos produzidos por professores, pesquisadores e estudantes do Departamento de Administração Pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso, a natureza interdisciplinar do livro permite o diálogo com os campos do Planejamento Urbano e Regional, Economia, Geografia, Administração Pública, entre outros, sobre temas como Teoria da Administração Pública, Análise de Políticas Públicas, Redes Tecnológicas na Gestão Pública e Finanças Públicas.

TERRITORIALIDADES, POLÍTICAS E SUSTENTABILIDADE: AGENDA E QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Editora Atena, ISBN: 978-65-5983-994-0, 1ª ed., 2022, 241 p.

Diná Andrade Lima Ramos (UFRRJ)
Denise de Alcantara Pereira (UFRRJ)

O decênio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) representa uma data a ser celebrada! Este momento reflete a persistência e o esforço, coletivo e individual, de todos que fazem parte de sua trajetória. Ao comemorar seus dez anos, com esta coletânea, revisitou-se sua evolução, estimulou-se sua autocompreensão identitária e, consolidou-se seu papel socioeconômico, cuja abrangência espacial ultrapassa o entorno dos Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que o acolhe. Nesta oportunidade, como toda boa festividade, há convidados ilustres, entre os quais incluem-se os leitores, bem como docentes, egressos do Programa, que participam desde sua fundação, acrescentando brilho e inspiração, com sua contribuição a esta obra. Os capítulos demonstram a capacidade de seu qualificado corpo docente, oriundo de diferentes campos do conhecimento e instituições parceiras, somado aos esforços de seus alunos e ao apoio das agências de fomento, para oferecer, como contrapartida social da universidade pública, resultados de

estudos, com potencial revelador e/ou transformador, sobre o desenvolvimento do território, em suas múltiplas dimensões e escalas. Tal construção é sempre desafiadora, considerando que os temas da área de Planejamento Urbano e Regional, e Demografia, envolvem problemas complexos da ciência, exigindo saberes e respostas multidisciplinares, o grande trunfo do PPGDT. A coletânea reflete o ganho científico e dialógico, das diferentes disciplinas, em busca de uma sociedade plural, inclusiva, diversa, justa, igualitária e democrática.

TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE / RS (1800-1970): GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PRESENÇA NEGRA NO ESPAÇO URBANO

ANPUR, ISBN: 978-65-80485-06-2, 1ª ed., 2021, 246 p.

Daniele Machado Vieira (UFRGS)

O livro realiza uma geografia histórica da presença negra na cidade de Porto Alegre/RS (século XIX – meados século XX), construindo uma cartografia dos espaços outrora ocupados pelo grupo negro. Caracterizadas pelos batuques, pelos quicumbes da Irmandade do Rosário, pelas quitadeiras negras, as territorialidades negras do século XIX rompem com a visão cristalizada do negro apenas como escravizado. No século XX, os territórios negros Areal da Baronesa, Ilhota, Colônia Africana e Bacia do Mont'Serrat são áreas residenciais caracterizadas pela grande densidade de famílias negras e por suas práticas culturais, como os cultos de matriz africana (o batuque), o carnaval e outras sociabilidades negras. Buscou-se reconstituir esses antigos territórios negros no espaço e no tempo, trazendo à tona o agenciamento e o protagonismo negro na constituição - material e simbólica - de seus espaços. Também foi identificado o paulatino deslocamento destes grupos para as bordas da cidade, atrelados a momentos de profundas transformações do espaço urbano.

UNIVERSIDADE, LUTAS E CONFLITOS URBANOS

Consequência Editora, ISBN: 978-65-8714-538-9, 1ª ed., 2022, 320 p.

Glauco Bienenstein (UFF)

Regina Bienenstein (UFF)

Daniel Mendes Mesquita de Sousa (UFF)

Cynthia Gorham (UFF)

A coletânea de artigos do livro Universidade, Lutas e Conflitos Urbanos trata das disputas que ocorrem em cidades situadas num país da periferia do capitalismo, no caso, o Brasil. São situações oriundas da implementação de políticas públicas municipais e/ou decorrentes de lutas empreendidas por grupos sociais organizados, que têm envolvido professores e estudantes integrantes do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, NEPHU/PROEX/UFF. Há mais de 35 anos, o NEPHU/PROEX/UFF tem concentrado sua atenção no estudo da

questão urbana, como também no provimento de assessoria a coletivos populares subalternizados, notadamente aqueles envolvidos com as lutas pelo direito à cidade e à moradia digna. Os textos apresentados abordam um conjunto de expressões de demandas trazidas pelos supracitados coletivos sociais, incluindo desde processos de planejamento conflitual e participativo, como é o caso da Fazendinha-Sapê, à assessoria às famílias da ocupação do Casarão da Rua Presidente Domiciano, em Niterói, entre outras experiências não menos importantes, que materializam o tensionamento presente nas disputas pelo espaço nas cidades brasileiras, aí também incluídas outras derivações relativas às lutas contra o racismo e a LGBTQIA+.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS

Editora Letra Capital, 978-65-89925-61-3, 1ª ed., 2022, 398 p.

Madianita Nunes da Silva (UFPR)

Adauto Lucio Cardoso (UFRJ)

Rosana Denaldi (UFABC)

Este livro é fruto da pesquisa intitulada “Direito à Cidade e Habitação: condicionantes institucionais e normativas para implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas – avaliação do ciclo recente”, desenvolvida como desdobramento da pesquisa Direito à Cidade e Habitação: um balanço do PAC – Urbanização de Favelas. A obra dedica-se a analisar as trajetórias das políticas de urbanização de favelas nos municípios de Belo Horizonte (MG), Campina Grande (PB), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Pelotas (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Santo André (SP), sendo composta por capítulos que desenvolvem análises comparadas entre esses casos, e capítulos que apresentam as trajetórias locais. A pesquisa que deu origem a este livro é parte da Rede Observatório das Metrôpoles, que desde 2015 desenvolve o projeto “As metrôpoles e o Direito à Cidade: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano”, dentro do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia do CNPq, contando com o apoio de diversas instituições de fomento e organizações da sociedade civil.

URBANO-CONSTELAÇÃO

Editora Cosmópolis, ISBN: 978-65-99497-92-6, 1ª ed., 2022, 483 p.

Rita Velloso (UFMG)

Pensar arquiteturas da insurreição como parte constituinte da constelação do urbano, a partir de Walter Benjamin, em diálogo com pensadores como Henri Lefebvre, em destaque particular, além de vários outros, é o propósito central de Rita Velloso nesses ensaios a que chamou Urbano – Constelação. Relacionar coisas/estrelas entre si e para além delas a fim de construir uma compreensão das articulações entre formas urbanísticas-territoriais e processos sociais que lhes são intrínsecos e

subjacentes, formando constelações do urbano, lhe permite trazer novas compreensões sobre as lutas nas cidades e nos vários desdobramentos do tecido urbano: franjas, subúrbios, centralidades e vazios, espaços de extensão urbana. Já no doutorado em filosofia, na primeira década deste século, Rita, arquiteta-filósofa, ousava combinar autores – Benjamin e Lefebvre em especial – para investigar a distração e o choque na experiência da arquitetura na vida cotidiana. Essa ousadia em ultrapassar limites disciplinares e construir diálogos a partir de experiências de planejamento e observações participantes, tornadas reflexões filosóficas, já apontava para explorações teóricas e de modos de ver, pensar e vivenciar os conflitos e lutas que se nos apresentam na vida cotidiana contemporânea, necessariamente urbana, diria Lefebvre. Pensar e narrar por constelações e aplicar esse método ao contexto brasileiro recente – e à região metropolitana de Belo Horizonte em particular – ao que chama lutas urbanas pelo direito à cidade, privilegia narrativas históricas e processos de construção e de instituição da própria organização socioespacial e política tão incipiente das nossas sociedades urbanas. Os ensaios das partes finais – Constelação, Benjamin e Constelação, Lefebvre – resgatam diálogos com seus referenciais filosóficos principais para pensar a arquitetura e a vida urbana, sendo que toda a obra já traz em si um esforço crítico, de apropriação e superação da matriz do pensamento europeu a partir das experiências concretas e reflexões no universo do cotidiano urbano brasileiro (e mineiro). Uma coletânea muito bem-vinda para ajudar a pensar as complexidades do urbano contemporâneo.

SESSÕES TEMÁTICAS

ST01. O Direito à Cidade

Comissão Científica: Clóvis Reis (FURB), Geraldo Magela Costa (UFMG), Norma Lacerda Gonçalves (UFPE), Jupira Gomes de Mendonça (UFMG), Benny Schvarsberg (UNB).

Temas: le droit à la ville; exclusão e violência na cidade; lutas sociais e movimentos sociais urbanos; direitos humanos e direito à cidade; direito de quem habita a/vive na cidade; direito à mobilidade/transporte urbano; acesso a equipamentos urbanos; liberdade de expressão e cidade democrática; o Estatuto da Cidade e o direito à cidade; qual direito, de quem, a qual cidade no capitalismo periférico?

EMENTA: Nesta ST serão tratados problemas relacionados à cidade que se referem ao direito de quem nelas vive. Há, inicialmente, que considerar aquelas e aqueles que vivem na cidade para se considerar a natureza do direito à sua fruição: são mulheres e homens que não apenas nasceram num lugar, mas também que, por inúmeras razões, cedo ou tarde a ele acorreram. São, de qualquer maneira, mulheres e homens que aí encontraram condições para a venda de sua força de trabalho, exigência para que pudessem ter acesso aos meios necessários à sua subsistência. Aos melhores benefícios que este lugar pode oferecer, porém, têm direito muito poucas/os. O direito a uma habitação confortável e segura, à locomoção tranquila e num tempo razoável, aos serviços públicos de qualidade e à liberdade de dizer o que pensa e fazer o que quer é restrito. Os problemas relacionados ao direito à cidade são, portanto, os problemas enfrentados por porções consideráveis de mulheres e homens que produzem e consomem a cidade – e vivem sem direitos. No contexto do capitalismo periférico brasileiro (e latino-americano), a democratização da cidade não pode (mais) ser uma concessão do Estado a serviços das personificações do grande capital industrial, comercial e financeiro, mas, para porções consideráveis de mulheres e homens sem direitos, objeto de luta dos movimentos sociais urbanos.

(DES) CAMINHOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA EM BELO HORIZONTE

Reginaldo Magalhães de Almeida (FUMEC) - ralmeida@fumec.br
 Carla Edwiges de Andrade (FUMEC) - a820381@fumec.edu.br
 Julia Malard Almeida (UFMG) - juju.malard@gmail.com

O Estudo de Impacto de Vizinhança é um importante instrumento presente nos licenciamentos urbanísticos, que visa contribuir na gestão democrática das cidades. Desde 1996, ele está presente em Belo Horizonte, sendo sua análise e aprovação coordenada pelo órgão municipal que contém representantes da sociedade civil e é denominado COMPUR. Verifica-se, que passados cerca de

20 anos o Estudo de Impacto de Vizinhança é um importante instrumento presente nos licenciamentos urbanísticos, que visa contribuir na gestão democrática das cidades. Desde 1996, ele está presente em Belo Horizonte, sendo sua análise e aprovação coordenada pelo órgão municipal que contém representantes da sociedade civil e é denominado COMPUR. Verifica-se, que passados cerca de 20 anos de sua regulamentação pelo Estatuto da Cidade, o EIV precisa de maiores estudos. O objetivo deste artigo é analisar a trajetória da implementação do EIV em BH, ressaltando os avanços e retrocessos alcançados. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisas bibliográficas e documentais. Verificou-se, quanto a parte de requisitos exigidos para elaboração do EIV, certa eficácia quanto à implementação ao longo dos anos na cidade. Porém, observa-se ainda a necessidade de um COMPUR mais democrático e uma maior participação da população no processo de implementação do EIV, para que as decisões visem a coletividade, de forma que o direito à cidade seja uma realidade plena.

A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NÃO HEGEMÔNICOS NA LUTA PELA MORADIA E PELO DIREITO À CIDADE NAS CIDADES MÉDIAS DE RIBEIRÃO PRETO – SP E MARINGÁ – PR

Tatiana Monteiro Gomes (FCT Unesp - Presidente Prudente) - tatimonteiro_9@hotmail.com

Este trabalho consiste em uma análise realizada a partir de levantamentos parciais de pesquisa em andamento a nível de mestrado, que se debruça sobre o âmbito das relações que se estabelecem nas lutas urbanas dos agentes sociais não hegemônicos pelo direito à cidade. Buscou-se compreender os caminhos de formulação de ideias e estratégias que refletem as ações dos agentes sociais não hegemônicos, representados aqui pelos movimentos sociais de luta pela moradia e pelo acesso à cidade. Assim, o trabalho está pautado na identificação e análise dos agentes sociais não hegemônicos que, nas cidades de Ribeirão Preto-SP e Maringá-PR, se organizam em torno da luta e disputa pelo acesso e consumo da terra urbana e da habitação. Entre outras conclusões parciais, foi possível identificar diferentes tipologias de luta entre os movimentos sociais abordados como estudo de caso, o que acaba definindo, também, diferentes formas de apropriação do espaço nas duas cidades. Partindo deste aspecto, em ambos os casos, é possível identificar uma discussão para a ação dos movimentos que se dá a partir de um modelo capitalista neoliberal de desenvolvimento, mas não necessariamente há a consolidação desses movimentos para as duas cidades.

A IMPORTÂNCIA DO ARRANJO DA CIDADE PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Luciana Ribeiro da Cruz (Universidade Federal do Norte do Tocantins) - luciana_rib_cruz@hotmail.com

Thelma Pontes Borges (Universidade Federal do Norte do Tocantins) - thelmapontes@uft.edu.br

Este artigo decorre de um estudo teórico-bibliográfico na área de demandas e dinâmicas regionais com o objetivo de discutir sobre dois dos direitos das crianças: o direito à cidade e o direito à infância. Para isso, refletimos sobre o lugar que tem sido ofertado à criança da primeira infância no arranjo social da cidade, em um período em que as crianças de até seis anos são consideradas as mais atingidas com o infausto surgimento da pandemia da COVID-19. É preciso evidenciar a importância da participação da criança, de até seis anos, na projeção urbanística, bem como discutir políticas públicas que permeiam a infância e o desenvolvimento pleno do sujeito infantil nesta fase da vida e nos diferentes espaços da urbe.

A TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM BELO HORIZONTE: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO, AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DO INSTRUMENTO NO MUNICÍPIO

Sophia Guarnieri (UFMG) - sophiaguarnie19@gmail.com

A Transferência do Direito de Construir (TDC) é um instrumento de política urbana voltado à preservação de imóveis de interesse histórico, cultural, ambiental ou paisagístico, à viabilização da regularização fundiária e à implantação de habitação de interesse social e equipamentos urbanos e comunitários. O presente artigo propõe uma análise da aplicação prática da TDC no município de Belo Horizonte, acompanhando a trajetória e a evolução do instrumento na legislação urbanística municipal. Os dados da aplicação da TDC no período de 2013 a março de 2020 viabilizaram a espacialização dos imóveis geradores e receptores no município e a elaboração de mapas temáticos, que complementam o estudo anterior existente, referente ao período de 1996 a 2010. A análise dos dados evidenciou a vinculação predominante do instrumento à preservação do patrimônio histórico-cultural do município e a associação dos imóveis receptores às regiões mais valorizadas e com maior dinâmica imobiliária. Por fim, são sintetizados os avanços, limites e as perspectivas para o instrumento no município.

A UTOPIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL PELA LUZ QUE IRRADIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: ABORDAGENS LATINO-AMERICANAS DE PLANEJAMENTO URBANO

Ariel Pereira da Silva Oliveira (Universidad Nacional de La Plata) - aripsy543@gmail.com
Ideni Terezinha Antonello (Universidade Estadual de Londrina) - antonello@uel.br

O debate acerca da importância da participação popular na implementação de políticas de planejamento urbano se consolidou como um tema recorrente na literatura graças a sua

relevância para pensarmos estratégias de superar os limites impostos por um modelo de planejamento tecnocrata e determinista físico-territorial. O escopo deste artigo é discutir a proposta metodológica, voltadas ao planejamento, construída a partir de reflexões de quatro autores latino-americanos Fals Borda (1981), Matus (2006), Souza (2006) e Bozzano (2020), que tem como elo a defesa da participação popular. A metodologia utilizada foi o levantamento do referencial teórico-metodológico sobre a temática e análise dele. Conclui-se que utopia de transformação socioterritorial visando o direito à cidade, pode-se sedimentar mediante a força que advém da participação popular, para tanto é necessário repensar as formas de elaboração de planejamento urbano, neste sentido sobressai as perspectivas de planejamento urbano alicerçada na defesa da participação popular foco desta análise.

A UTOPIA DO DIREITO À CIDADE: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELAS MULHERES

Soraya Nór (Universidade Federal de Santa Catarina) - soraya.nor@ufsc.br
Cora Destefani de Sousa (Universidade Federal de Santa Catarina) - coradestefani@gmail.com
Isadora Nascimento de Deus (Universidade Federal de Santa Catarina) - isanscmt@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo discutir a utopia do direito à cidade em Henri Lefebvre (2001a;b) sobre uma ótica feminista marxista, no intuito de trazer contribuições desse campo teórico ao debate sobre gênero e cidade. Para tanto, incorpora-se a ideia das relações de produção e reprodução como ponto de partida para um estudo espacial da condição das mulheres no modo de produção capitalista. Integrou-se a essa análise contribuições de Heleieth Saffioti (1976) e Lélia Gonzalez (2020), bem como estudos do campo feminista marxista que analisam a reprodução social. A partir disso, realizou-se uma interpretação de dados estatísticos, no intuito de compreender a realidade das mulheres nos centros urbanos brasileiros. Por fim, argumenta-se que a diluição das dicotomias entre espaço de produção de mais valor e reprodução social, mediante a prevalência do valor de uso em relação ao valor de troca no espaço urbano, é um importante fator para o real exercício do direito à cidade pelas mulheres, no sentido de alcançar essa fundamental utopia.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O DIREITO À CIDADE

Poliana Gonçalves Monteiro (Universidade Federal Fluminense) - poli.dmambembe@gmail.com

O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens e atravessa toda a sociedade, inclusive a produção do espaço. Este artigo busca evidenciar o padrão territorial desigual no qual a violência contra a mulher se materializa na cidade do Rio de Janeiro em sua relação com a recente

reestruturação do espaço urbano legitimada pelos megaeventos que determinou o aprofundamento das desigualdades e da segregação e impactou milhares de famílias. Na cidade patriarcal, portanto, o exercício de direitos tem recorte tem raça, gênero e classe e o planejamento urbano hegemônico pode potencializar esse regime de opressão-exploração.

ACESSO À CIDADE: AVALIAÇÃO DA INSERÇÃO URBANA DE DOIS EMPREENDIMENTOS DE CLASSES DIFERENTES NO SETOR SUL DE UBERLÂNDIA

Carolina Carrijo Costa (Universidade Federal de Uberlândia) - carol.carrijo.costa@gmail.com

Fernando Garrafa (Universidade Federal de Uberlândia) - fegarrafa@yahoo.com

A dinâmica atual das cidades propõe uma dicotomia em que a periferia vira morada, ao mesmo tempo, das populações de baixa e alta renda. Esses dois processos de segregação (um imposto e outro voluntário) culminam em uma vivência da cidade diferente para cada grupo. O objetivo do trabalho é avaliar a inserção urbana de dois empreendimentos periféricos do Setor Sul de Uberlândia, sendo um condomínio de alto padrão e um loteamento do PMCMV. Para isso, aplicou-se a Ferramenta de Avaliação da Inserção Urbana, além de um sistema de pontuação definido pela autora, em uma análise através do Google Earth e Maps. Ambos empreendimentos foram considerados “insuficientes” por não contemplarem todos usos obrigatórios estabelecidos pela ferramenta. Já no sistema de pontuação, o loteamento PMCMV pontuou 6,25/10 contra 0/10 do condomínio, apontando-o como consideravelmente “mais inserido” apesar de sua insuficiência. Questiona-se se esse resultado mostra uma inserção urbana real ou apenas uma capacidade de produção da cidade em ambientes de acessibilidade reduzida, visto que o loteamento continua separado da malha urbana por descontinuidades. Levanta-se ainda questões sobre o isolamento de ambas as classes (alta e baixa) em bolhas sociais.

APLICATIVOS DE TRANSPORTE E JUSTIÇA NO TRANSPORTE URBANO: ESTUDO DE CASO SOBRE O IMPACTO NOS NÍVEIS DE ACESSIBILIDADE EM PORTO ALEGRE

Francisco Minella Pasqual (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - francisco.pasqual@gmail.com

Júlio Celso Borello Vargas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - julio.celso@ufrgs.br

O artigo busca explorar como a presença dos aplicativos de transporte de passageiros nas cidades se relaciona com a justiça na mobilidade. Para isso, é feita uma análise crítica acerca do modo de funcionamento deste serviço, abordando aspectos do neoliberalismo e da economia do compartilhamento, bem como uma revisão de quais os impactos que eles causam nas cidades que já foram identificados na literatura. Além disso, é aplicada

uma metodologia quantitativa para determinar qual o impacto dos aplicativos na acessibilidade a universidades a partir de seis regiões de Porto Alegre e qual a variação causada por eles sobre a equidade através da aplicação de índices de Gini. Os resultados apontam que, apesar de os aplicativos aumentarem a acessibilidade potencial de todas as regiões, quando introduzidas restrições de renda eles só se tornam viáveis para as regiões com maiores rendas e mais próximas dos destinos, não contribuindo com uma maior justiça e equidade no transporte urbano.

APROPRIAÇÕES SUBVERSIVAS: AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS NOS DESLOCAMENTOS COTIDIANOS ENTRE A CASA E A ESCOLA NO RIO DE JANEIRO/RJ

Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira (UFRJ) - mariana.coviello@fau.ufrj.br

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (UFRJ)

O artigo tem por objetivo investigar como as crianças negociam, reinventam e subvertem a lógica normativa da cidade, transformando espaços que, na sua maioria, não foram pensados para elas. O percurso metodológico foi estruturado na relevância do pesquisar-COM, tendo como objeto de análise os relatos produzidos na atividade “Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro” (GAE; SEL, 2020), que apresentam as percepções e desejos de estudantes da rede pública municipal de educação, nos percursos diários casa-escola. Valendo-se do entrelace entre as dimensões morfológicas e afetivas, os resultados deste trabalho buscam contribuir com uma discussão política e poética sobre o direito à cidade e a infância, tendo o território educativo como mecanismo estruturante e influenciador de ações e decisões relativas ao ambiente urbano e à vida coletiva, como na construção da própria cidadania.

CAMP, CARNAVAL E CORPO: ESTÉTICA E PERFORMANCE NO EXERCER O DIREITO À CIDADE

Andressa Mueller (PROPUR - UFRGS) - dessa.mueller@gmail.com

Paulo Edison Belo Reyes (PROPUR - UFRGS) - paulo.reyes@ufrgs.br

Este trabalho busca articular a ideia de performance queer do carnaval de rua como agir político de reivindicação do direito à cidade, através do se fazer visível, e da sensibilidade estética que surge e que atua através dessa visibilidade. Parte-se do princípio de que a cidade não é apenas seu aspecto visível, mas a relação entre a construção espacial com a construção ideológica que orienta a produção do espaço, e com isso, produz em si uma série de condições de visibilidade e de espaços para reivindicação e para repressão de direitos de indivíduos. Assim, se atravessa o conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre a partir do olhar da teoria queer sobre a performance do corpo, numa discussão sobre os aspectos estéticos e políticos de uma identidade e sensibilidade queer, o camp, e suas conexões com o carnaval de rua brasileiro enquanto ritual urbano no espaço público.

CAMPO DE BATALHA: CARTOGRAFIA DE TERREIROS E OS CONFLITOS COM IGREJAS NEOPENTECOSTAIS EM SÃO GONÇALO E NITERÓI

Fernanda Helena de Menezes Mello Alves (Universidade Federal Fluminense) - fernandahelenamalves@gmail.com

O seguinte trabalho traz uma reflexão sobre as dinâmicas territoriais e relações sociais dos terreiros de matrizes afro-brasileiras ao longo dos últimos anos em São Gonçalo e Niterói. Utilizo a abordagem do conflito urbano como tensionamento inerente à vida social. Essa interpretação permite o desvelamento e enfrentamento de obstáculos ao desenvolvimento e democratização das cidades. A relevância do tema se dá na tentativa de entender quais são os conflitos e disputas entre igrejas neopentecostais e terreiros de matrizes afro-brasileiras e formas de espacializá-los. É também um experimento de possíveis caminhos para a proteção à memória e direito à cidade dos povos de terreiro, uma vez que as crescentes ações de intolerância e racismo religioso os tornam cada vez mais vulneráveis e invisibilizados.

CIDADANIA PAISAGÍSTICA: O GRAFITE COMO FORMA DE ESTABELECEM TERRITORIALIDADES NA ÁREA DO PORTO – PELotas/RS

Angélica Kohls Schwanz (Universidade de Santa Cruz do Sul) - schwanzangelica9@gmail.com
Rogério Leandro Lima da Silveira (Universidade de Santa Cruz do Sul) - rllsilveira@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo discutir o uso do grafite como meio de expressão híbrida e como marca de afirmação de territorialidades, a partir das discussões mais recentes do direito à paisagem, sob a abordagem da geografia cultural, que considera a paisagem no seu sentido relacional e como campo de disputa dos diversos grupos. Tem como delimitação espacial a região do Porto de Pelotas, que passa por transformações urbanas e sociais devido ao processo de desindustrialização na segunda metade do século XX e atualmente, de revitalização com a implantação do Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica para estabelecer os principais conceitos e as relações entre cultura, paisagem e cidadania. Em seguida apresenta uma análise das imagens dos grafites/pichações que estabelecem territorialidades e podem se configurar como expressão da reivindicação de uma cidadania paisagística.

CIDADES INCLUSIVAS PARA AS MULHERES: O PAPEL DO CONSELHO DE ARQUITETURA URBANISMO EM PUGNAR PELO DIREITO DAS MULHERES À CIDADE

Daniela Pareja Garcia Sarmento (Universidade Regional de Blumenau) - daniela@terra.arq.br
Ana Laterza (Universidade de Brasília) - ana.laterza@aluno.unb.br

Busca-se entender o desenvolvimento da vida das mulheres, a condição delas em sua esfera pública e privada, e de que forma as cidades acolhem as demandas do cotidiano feminino. Provoca uma reflexão sobre como a universalização dos usuários da cidade afeta a vida das mulheres e de grupos socialmente excluídos, e os desafios a serem enfrentados para construir cidades mais inclusivas e acessíveis para todos e todas, e neste contexto refletir sobre o papel do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em pugnar pelo direito das mulheres à cidade. Palavras-chave: Mulheres. Urbanismo de gênero. Direito à cidade.

COMPREENDENDO O CONCEITO DE DIREITO À CIDADE A PARTIR DOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Fernanda Teixeira Jardim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - ftjardim@hotmail.com

O conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre na década de 60, persiste no debate atual, mesmo que as cidades e o processo de urbanização tenham assumido outras características. Contudo, os desafios contemporâneos, relacionados a globalização e as novas condições da urbanização, nos levam a revisitar o conceito de direito à cidade, de forma a apreender toda a sua abrangência e o seu potencial de transformação social. As dinâmicas de reprodução capitalista atuais reforçam a mercantilização do espaço, sobretudo o urbano, gerando desigualdades e injustiças socioespaciais crescentes, que se manifestam em diversas escalas espaciais, levando a uma ampliação das lutas sociais. É preciso considerarmos, neste contexto, uma aplicação do conceito de direito à cidade em todo seu potencial. Para uma apropriação social que compreenda o espaço planetário, dos processos que envolvem a globalização e a urbanização, em suas interconexões escalares.

DA COMPREENSÃO DA POBREZA ÀS IDEIAS DE DIREITO À CIDADE

Thaís Oliveira Ponte (Universidade de São Paulo) - thaisolponte@usp.br

Este trabalho procura refletir, inicialmente, a respeito da elaboração de conceitos como uma possibilidade de compreender, superar obstáculos e trazer respostas a questões que permitam avançar na compreensão do mundo. De modo mais específico, através de uma análise do conceito de pobreza e da ideia de direito à cidade procura-se compreender como têm ocorrido os debates em torno desses temas. Os dois vêm sendo trabalhados há décadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, possuindo significados e entendimentos diversos. Apesar de inúmeros estudos e pesquisas que abordam essa temática, atualmente, existe um agravamento da situação de

pobreza, assim como a negação para a população pobre do direito de viver e participar da vida na cidade. Por esse motivo, considera-se importante se debruçar sobre esses conceitos novamente de forma a pensar como podem nos ajudar a avançar na compreensão da realidade urbana hoje.

DINÂMICA IMOBILIÁRIA E RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS DAS ZEIS EM CAMPINA GRANDE (PB): AS TRANSFORMAÇÕES DA ESTAÇÃO VELHA

Maria Jackeline Feitosa Carvalho (UEPB) - jackeline.carvalho@servidor.uepb.edu.br
 Vandriely Rafaely Gomes (UEPB) - vandriely.gomes@aluno.uepb.edu.br
 Yasmim Alves Batista Aurino (UEPB) - yasmimbatista85@gmail.com

O presente artigo socializa pesquisa que analisou como os empreendimentos, públicos e privados, estão a impactar as relações socioespaciais na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Estação Velha em Campina Grande (PB). Ou seja, como a dinâmica imobiliária tem afetado os padrões de uso e ocupação e o perfil socioeconômico dos moradores desta ZEIS. Pois, surgida através da desigual ocupação da cidade, hoje se observa um processo inverso de valorização, que traz consigo importantes modificações na sua estrutura urbana. Em transformações sociourbanísticas pela qual tem passado a Estação Velha e, nesse percurso, as formas de habitar presentes em uma ZEIS em sua associação com a dinâmica imobiliária. O artigo repercute pesquisa em Rede vinculada ao Observatório das Metrópoles (Núcleo Paraíba), associado a Projeto Universal que realiza estudo comparativo da dinâmica imobiliária das ZEIS em João Pessoa e Campina Grande.

DIREITO À CIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS EM ARACAJU-SE: ZONA DE EXPANSÃO OU ZONA DE EXCLUSÃO URBANA?

Nathan Ferreira Barreto (UFS) - nathanferreirabarreto@yahoo.com.br
 Sarah Lucia Alves França (UFS) - sarahfranca@academico.ufs.br

A configuração dos espaços nas cidades brasileiras, especialmente de médio e grande porte, segue uma organização espacial a partir das condições socioeconômicas de seus habitantes, a partir da ação do capital imobiliário e do Estado, considerando terra urbana como mercadoria. Essa distribuição desigual e segregada das classes sociais agrava-se com os conflitos urbanos e ambientais, como ausência de infraestrutura, cujos desdobramentos implicam na perda da qualidade de vida. Em Aracaju, esse processo aconteceu na Zona de Expansão Urbana de Aracaju (ZEU), que desde década de 1980 passa por transformações na sua paisagem, através da implantação de condomínios fechados, mansões de veraneio e conjuntos habitacionais, que têm acentuado a degradação ambiental. Em

meio a esse conflito, a população carente convive com precariedade das condições urbanas, resultando na busca pela efetivação de direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, como à cidade justas, equilibradas e democráticas.

DIREITO À CIDADE E O AMBIENTE DE DESINFORMAÇÃO UMA ANÁLISE A PARTIR DE SANTA CRUZ DO SUL - 2021

Paulo Jorge Riss da Silva (PPGDR/UNISC) - pjriss.silva@gmail.com

O artigo investiga as relações público-privadas responsáveis por processos de dominação territorial através da exploração das dinâmicas de urbanização e da concentração dos meios de comunicação, onde o discurso hegemônico entra em conflito com os pressupostos do direito à cidade em um ambiente de desinformação que fragmenta o território e aliena a população. Jornais, rádios e TVs estão a comando de empresas que, em sua interação com os diversos atores responsáveis pela (re)produção da cidade, influenciam as tomadas de decisão enquanto o acesso da população é rarefeito e pouco qualificado. A “desinformação” nesse sentido denota que os temas relevantes acabam dominados por grupos com interesses particulares específicos. Em um contexto em que o campo jornalístico reconfigura, redesenha e ressignifica o campo político, a extrema concentração dos meios de comunicação acaba por ser agente de alterações significativas no território e importante fator de exclusão social e segregação espacial.

DIREITO À CIDADE E O REPERTÓRIO URBANO DAS LUTAS

Paolo Colosso (Universidade Federal de Santa Catarina) - paolo.colosso@ufsc.br

O artigo reconstitui marcos históricos recentes com o objetivo de argumentar que, para compreendermos o direito à cidade na atualidade, é preciso visualizar em que medida o espaço urbano é não apenas pauta, mas também parte de um repertório de ação de movimentos sociais. Dito de outro modo, há uma geração de outros personagens em cena, que lêem conflitos sociais através do espaço e se valem das condições urbanas no cotidiano de lutas. Para tanto, a apresentação é dividida em três momentos: 1) repassamos marcos culturais de junho de 2013 a 2018, no intuito de mapear atores sociais e práticas de reapropriação do espaço que ganharam protagonismo num ciclo de mobilizações recentes; 2) analisamos mais detidamente o que consideramos como o repertório urbano de ação: o bloqueio de circulação, a inteligência de enxame com pressão precisa nas instituições presentes nos grandes centros e a irreverência destituente que combina festa e luta; 3) realizamos um balanço sobre os desafios para o contexto pós-pandemia.

DIREITO À CIDADE: INSTRUMENTO OU UTOPIA? ANÁLISE DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (2019) DE CARUARU-PE.

Caroline Barreto Calado (Universidade Federal do Espírito Santo) - caroline.calado@edu.ufes.br
 Eneida Maria Souza Mendonça (Universidade Federal do Espírito Santo) - eneidamendonca@gmail.com

Este trabalho se propõe a investigar, analisar e avaliar a última revisão do Plano Diretor Municipal de Caruaru (2019) em relação a versão de 2004, no que tange a suas garantias constitucionais institucionalizadas pelo Estatuto das Cidades, com foco na aplicação de um instrumento em particular, a Outorga Onerosa do Direito de Construir em Zonas Residenciais. Desta forma, a metodologia pretende compreender as estratégias de desenvolvimento para o município por meio da análise da legislação vigente até o presente momento, com aporte técnico conceitual para compreensão do instrumento de Outorga Onerosa em zonas residenciais e efetiva participação popular no processo de construção do Plano.

DO HIGIENISMO URBANO À GENTRIFICAÇÃO: OS DESPEJOS FORÇADOS EM RECIFE/BRASIL E EM LISBOA/PORTUGAL

Ana Maria Filgueira Ramalho (Rede Damas da Instrução Cristã) - ana.mramalho@yahoo.com.br

Este artigo discute os processos de exclusão dos pobres das cidades, que vão desde ações de higienismo urbano à gentrificação, cuja consequência é uma das violações mais graves: os despejos forçados contra as populações despossuídas. Apesar da existência de legislações que garantem o direito à moradia, estas não são suficientes para impedir tais processos, à medida que as cidades são transformadas em mercadorias a serem consumidas e, sobretudo, devido à rejeição e desprezo aos pobres, fenômeno denominado por aparofobia. Nesta análise, utilizou-se a pesquisa exploratória, abordando cidades em continentes distintos – Recife, no Brasil e Lisboa, em Portugal – para mostrar que ações de despejos ocorrem com diversas estratégias, tanto no Sul, como no Norte global, haja visto que a violação ao direito à moradia está presente em todos os territórios que se julgam oportunos para o capital e precisa ser denunciada para sair da invisibilidade social.

É DA PERIFERIA QUE VEM A TRANSFORMAÇÃO ALGUÉM DUVIDA?

Clarice de Assis Libanio (Universidade Federal de Minas Gerais) - claricelibanio@gmail.com

O artigo traz um olhar sobre as periferias e a potência gerada pelas ações coletivas, especialmente as práticas culturais, como ferramentas, caminhos e processos para a transformação das realidades, a ressignificação dos territórios e a emancipação dos sujeitos periféricos. Para trilhar este caminho, passa-se a seguir, a discutir o lugar das periferias nas metrópoles contemporâneas

para, em seguida, refletir sobre as possibilidades de enfrentamento da segregação socioespacial e a efetivação do Direito À cidade para seus moradores.

É MELHOR PREVENIR COM EIV DO QUE REMEDIAR COM TAC?

Guilherme Falqueto do Rosário (Universidade Vila Velha) - guilhermefalqueto662@gmail.com
 Giovanilton André Ferreira Carreta (Universidade Vila Velha) - giovanilton.ferreira@uvv.br
 Melissa Ramos da Silva Oliveira (Universidade Vila Velha) - melissa.oliveira@uvv.br

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), enquadra-se no conjunto dos instrumentos de democratização do planejamento e gestão das cidades, permitindo previamente à gestão municipal e a sociedade civil avaliar às repercussões da implantação de empreendimentos e atividades impactantes, privadas ou públicas, em áreas urbanas. Neste sentido, o artigo busca problematizar que apesar das reconhecidas limitações do instrumento, a sua realização prévia a execução do empreendimento pode contribuir para dar maior transparência, participação social e a busca por uma conciliação entre os interesses particulares e da coletividade, como define o Estatuto da Cidade. A não realização do EIV e a adoção de medidas extra judiciais como os Termos de Ajustamento de Conduta, demonstram-se limitadas para fazer frente a ausência do EIV e apresentam limitações ainda maiores no sentido da democratização da gestão da cidade e zelar pela ordem urbanística e pelo uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado dos espaços urbanos.

ESPAÇO PÚBLICO E O DIREITO À CIDADE, A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A CIDADE E PARA A DEMOCRACIA.

Maria da Graça Agostinho (Instituto Cidade e Território) - mg.agostinho3@gmail.com

O presente trabalho aborda a questão sobre o espaço livre público como parte do direito à cidade. São lugares de encontros e vivências que possibilitam, a partir da sua materialidade, a vida pública acontecer. Considera-se que a construção da cidadania fica comprometida sem a existência de lugares de vida pública na cidade. A luta pelo direito à cidade e a existência de espaços públicos urbanos se fortalecem mutuamente e cotidianamente. O direito à cidade, é negado nos processos de desigualdade social, segregação espacial e violência urbana que tem marcado a realidade das cidades brasileiras. Procura-se compreender a importância dos espaços públicos para a construção de cidades mais democráticas, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Destaca-se o papel do processo participativo no planejamento do território como um instrumento para a garantia do direito à cidade e, especialmente, estabelecendo o sistema de

espaços públicos como estrutura fundamental na organização do espaço urbano.

ESTUDO SOBRE AS ÁREAS PÚBLICAS DE LAZER EM BLUMENAU

Ana Lúcia Abrão Latrônico (Prefeitura Municipal de Blumenau) - analuciarq@gmail.com

Este estudo aborda a questão das Áreas Públicas de Lazer do município de Blumenau. Tem como objetivo geral compreender qual é a situação das Áreas Públicas de Lazer existentes em Blumenau e qual sua abrangência. Para chegar ao objetivo, primeiramente foi realizado o mapeamento das Áreas Públicas de Lazer existentes, segundo informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Blumenau. Em seguida, estas Áreas foram categorizadas segundo suas características em comum. Posteriormente, foram definidos raios de abrangência para cada categoria de Área Pública de Lazer e finalmente foi realizada a análise da abrangência das Áreas Públicas de Lazer, identificando quais as regiões com maior abundância e carência deste tipo de equipamento. Os resultados obtidos mostram que os bairros centrais de Blumenau possuem uma maior abrangência territorial de Áreas de Lazer em escala local. Além disso, mostram que a abrangência populacional das Áreas de Lazer em escala municipal é de apenas 0,23m²/hab, o que se mostrou baixo para o município. O estudo conclui que o investimento em Áreas Públicas de Lazer completas é mais válido do que em várias praças pequenas, pois elas comportam uma maior quantidade de pessoas. Além disso, o estudo não abordou a questão da atratividade das Áreas de Lazer, por se tornar inviável para a escala adotada.

FAZER-CIDADE: UM OLHAR A PARTIR DO LEGADO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Débora Ferreira da Cunha (Universidade Federal de Goiás) - debora@ufg.br

Beatriz Carolina Dara Neves Saldanha (Universidade Federal de Goiás) - beatrizdj2000@gmail.com

Elcileni de Melo Borges (Governo de Goiás) - elcimb@uol.com.br

Este trabalho propõe compreender a inserção socioespacial dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1) na Região Metropolitana de Goiânia, questionando as relações entre o Fazer-Cidade e o Direito à Cidade, a partir da ideia entre Marginalidade e Centralidade, articulada sob interesses econômicos e políticos, e a defesa do direito à moradia. A partir da necessidade de entender a organização e o processo habitacional oferecido pelo Programa e as condições dos modos de vida. A pesquisa se baseou no estudo do Residencial Bandeira, no município de Guapó. Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram em pesquisa bibliográfica, documental, de campo e análise exploratória dos dados. A partir da ramificação geoespacial, o olhar atento às marginalidades inaugura o principal

ponto de partida dos estudos urbanos/da cidade, revelando os atores sociais e políticos e a construção de paisagens que moldam características sociais necessárias para o entendimento da totalidade do que constitui Cidade, do papel das pessoas em suas transformações e de problemáticas que se entrelaçam em um ambiente conflituoso e múltiplo.

GÊNERO, COLONIALIDADE E DIREITO À CIDADE

Germana Pires Coriolano (Universidade Federal do Tocantins) - germanapires@uft.edu.br

Eduardo Alberto Cuscú Nobre (Universidade de São Paulo) - eacnobre@usp.br

As cidades, produzidas a partir da lógica hegemônica do sistema capitalista, são apropriadas pelas pessoas de formas distintas, segundo a classe social, a raça, o gênero e a sexualidade. A localização das pessoas no território e a forma com que elas se apropriam do espaço urbano, dos bens e serviços públicos, definem a sua cidadania, o seu "direito à cidade", o direito à liberdade, ao habitat e ao habitar. Este artigo busca fazer uma reflexão sobre o processo de produção das cidades sob a perspectiva de gênero, compreendendo-a como fruto da formação histórico-cultural de um país capitalista, colonialista, patriarcal e racista. Dar luz a todas essas inquietações é tornar visível as diferenças e desigualdades existentes nas cidades para buscar caminhos para a construção de cidades democráticas, avançando na (re)construção das cidades sob o enfoque de gênero, na perspectiva de um urbanismo feminista.

GENTRIFICAÇÃO: AS DIFERENTES FACES DA SEGREGAÇÃO URBANA

Eduardo Eidam Milian (UTFPR) - eduardomilian@alunos.utfpr.edu.br

Gentrificação é um processo descrito como a substituição dos habitantes em áreas residenciais deterioradas por outros de classe social elevada. O objetivo geral desse artigo é compreender como os diferentes atores se articulam na construção do espaço urbano face aos processos de gentrificação ocorridos nas cidades. Três agentes que desempenham um papel importante nesse processo: Estado, mercado e novos entrantes. Como conclusão, entende-se que as políticas de reabilitação urbana devem ser acompanhadas de políticas que evitem os efeitos negativos da gentrificação.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E O DIREITO À CIDADE: A PERCEPÇÃO DO SUJEITO A PARTIR DA FALA SOBRE O LUGAR

Cristina Gomes Baltazar (Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo) - Cris_gbaltazar@yahoo.com.br

Este trabalho tem como objetivo compreender em que medida a habitação de interesse social (HIS) dialoga com o direito à cidade. Para isso recorre à concepção de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade e a interpretação de Habitação de Interesse Social, à luz do pensamento de Buonfiglio. O estudo retrata a relação da HIS com o direito à cidade, a partir da percepção dos moradores de HIS dos distritos de Cidade Tiradentes e Grajaú, localizados nas franjas urbanas do município de São Paulo. O percurso metodológico baseia-se em pesquisa bibliográfica, qualitativa e empírica. As análises evidenciam que a forma atual dialoga precariamente com o direito à cidade e reflete a segregação espacial, de classe social, étnico-racial. Concluiu-se, portanto, que é urgente rever as estratégias do poder público para reconstruir os espaços urbanos, sob critérios democráticos e de justiça social para a materialização gradual ao direito à cidade.

HISTÓRICO DA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM FORTALEZA: O CASO DO PIRAMBU E DA BARRA DO CEARÁ

Maria Cristiellen Rodrigues Ribeiro (Centro Universitário Christus) - cristiellen.rodrigues1703@gmail.com
 Carolainy Venancio de Souza (Centro Universitário Christus) - carolainyvenancioarq97@gmail.com
 Mariana Quezado Costa Lima (Centro Universitário Christus) - marianaqcl@gmail.com

Historicamente, assentamentos precários são invisibilizados, seja com total ou parcial ausência de informação. Este artigo tem como objetivo compreender como os assentamentos precários foram/são representados pelos mapas oficiais em Fortaleza, tendo como recorte espacial, principalmente, mas não exclusivamente, a área correspondente à ZEIS Pirambu. Para tanto, foram analisados mapeamentos e levantamentos oficiais da cidade, de 1818 até 2020. A análise revelou que existe uma transição de opacidade das favelas para uma luminosidade parcial, que está diretamente relacionada com as intenções da política urbana vigente no período, que se inicia com total negligência, passa pelo projeto de erradicação, até a mudança do discurso sobre sua (i)legalidade com a Constituição de 1988. Porém, com base na análise dos mapeamentos é possível afirmar que a produção de dados ainda é generalista, invisibilizando particularidades de cada área, resultando num planejamento que continua, muitas vezes, deixando os moradores da cidade informal em situação de subcidadania.

IMOBILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL URBANA: UMA ANÁLISE DO PESO DAS TARIFAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO DA POPULAÇÃO DE NOVA IGUAÇU - RJ

Vanderlan Lopes de Souza Filho (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - vanderlanarquitet@gmail.com
 Luciano Muniz Abreu (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - lucianomabreu@gmail.com

Adriana Soares de Schueler (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - aschueler@ufrj.br

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o peso das tarifas praticadas para o serviço de transporte público coletivo, com foco nos ônibus municipais, no rendimento nominal médio mensal das pessoas residentes no município de Nova Iguaçu – RJ, entre 2010 e 2021, e como isso pode impactar no processo de inclusão social e garantia do direito à cidade da parcela mais carente dessa população. Sendo assim, o texto está estruturado em quatro seções: apresentação do arcabouço teórico que serviu de referência para a análise; caracterização do recorte geográfico e do serviço de transporte público municipal do recorte; estudo socioeconômico para analisar o peso das tarifas do transporte público coletivo no rendimento nominal médio mensal e seus impactos no processo de inclusão social e garantia do direito à cidade para os cidadãos mais pobres; e, finalmente, as considerações finais.

INFLUÊNCIAS DA SEGREGAÇÃO NAS CIDADES: A VIOLÊNCIA URBANA NO SUBDISTRITO DE GUARUS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

Flávia Ribeiro de Alvarenga (UFF) - flaviadealvarenga@gmail.com
 Antenora Maria da Mata Siqueira (UFF) - antenoras@id.uff.br
 Teresa de Jesus Peixoto Faria (UENF) - teresa.uenf@gmail.com

As abordagens sobre segregação nas cidades são diversas e polissêmicas. Para este trabalho, teve-se em conta a forma que a dominação social se dá nas cidades, levando em consideração a dimensão espacial e a análise de condicionantes, nesse caso, a violência. A área estudada possui população de 130.467 pessoas e é habitada principalmente por famílias da classe trabalhadora campista e é marcado, além da segregação, pelas resultâncias do processo, como vulnerabilidade social e violência, por exemplo. O objetivo foi analisar como se dá a violência no subdistrito de Guarus em Campos dos Goytacazes e principalmente como ela é retratada na mídia. Para o alcance do objetivo proposto, foi realizado um estudo de caso que contou com dados de pesquisa em fontes secundárias, pesquisa documental, percurso comentado e pesquisas cartográfica e hemerográfica. Os resultados apontam para a concentração de baixos índices no terceiro subdistrito, que contribuem para a permanência da segregação da área e para o estigma de região violenta.

INVESTIMENTO PÚBLICO E CONFLITOS POR MORADIA: CONTRADIÇÕES NA CIDADE DE NITERÓI

Marcele Gualberto Gomes (Universidade Federal Fluminense) - mgualberto@id.uff.br
 Nathalia Fernandes de Souza Rodrigues (Universidade Federal Fluminense) - nathalia_rodrigues@id.uff.br
 Glauco Bienenstein (Universidade Federal Fluminense) - gb@id.uff.br

Daniel Mendes Mesquita de Sousa (Universidade Federal Fluminense) - danielmendesms@yahoo.com.br

Este artigo é produto da pesquisa intitulada "A Universidade e o Direito à Cidade: Acompanhando e Mapeando Conflitos", ligada ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/PROEX/UFF) que vem, desde 2018, acompanhando e prestando assessoria a dois coletivos

LAZER E DIREITO À CIDADE INTERAÇÕES E POTENCIALIDADES NO COTIDIANO URBANO

Isabela Veloso Lopes Versiani (Universidade Estadual de Montes Claros) - isabelamoc@yahoo.com.br

Problematicar o lazer no cotidiano urbano tem sido um desafio que perpassa diálogos com diferentes áreas, mas que tem sido marcado pela crescente mercadorização de suas vivências e espaços. Com o objetivo de apontar possíveis aproximações do lazer em direta relação com a produção do espaço mediada pelo direito à cidade e suas potencialidades a partir de uma dimensão política que ressurge com novos movimentos e ativismos urbanos, esse trabalho busca ampliar essa discussão no campo teórico, aproximando o lazer dessas discussões e evidenciando sua compreensão como uma importante prática socioespacial com potencial político para transformação do urbano.

LUTA PELO DIREITO À CIDADE E FUNÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Aretha Lecir Rodrigues dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina) - aretha.upla@gmail.com

Paolo Colosso (Universidade Federal de Santa Catarina) - paolocolosso@gmail.com

Tendo a cidade de Florianópolis como recorte e ponto de partida, o artigo argumenta pela possibilidade de requalificação de áreas centrais urbanas como efetivação da função social de edifícios protegidos. Entende-se a reabilitação de patrimônio histórico e sua reconversão a usos cotidianos, voltados não tanto à cultura em si, mas ligada às necessidades e demandas sociais de sujeitos que vivem a cidade. Para tanto, o trabalho necessita realizar ajustes em alguns debates ligados ao urbanismo e outros afins ao campo do patrimônio. Nesse sentido, num primeiro momento argumentamos pela necessidade de garantir moradia popular em áreas centrais, sobretudo nos contextos em que há ampla oferta de edifícios ociosos, descumprindo a legislação urbanística. No segundo, a crítica à espetacularização mercantil da cultura e a relevância de usos cotidianos do patrimônio. No terceiro, apresentamos o caso de Florianópolis. Como proposta conceitual-prática, apontamos para os desafios institucionais ligados à implementação de tal proposta.

METRÓPOLE E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: O CASO DA IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NA RMBH-MG EM TEMPOS DE COVID

Juliana Carvalho Ribeiro (NEPO-UNICAMP) - jcrgeo@unicamp.br
 Rosana Baeninger (NEPO-UNICAMP) - baeninger@nepo.unicamp.br

Contemporaneamente, Belo Horizonte-MG se inseriu na rota das migrações bolivianas e esses migrantes chegam à sua região metropolitana orientados pela produção da costura. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a principal territorialidade produzida por bolivianas e bolivianos na RMBH-MG, compreendendo a apropriação do espaço público, o seu uso e os desdobramentos do contexto pandêmico para esta realidade. Intitulada "quadra-mundo", ela se apresenta como fruto da luta desses migrantes pelo direito à cidade e pela produção de uma territorialidade que os aproximam da Bolívia a partir da vivência de costumes originários ― ressignificados ao contexto metropolitano mineiro. A leitura qualitativa de entrevistas aplicadas permitiu a compreensão da construção social da vida desses sujeitos e da relação deles com porções da cidade, processo nomeado como "territorialização da bolivianidade", bem como permitiu explorar os impactos da pandemia de Covid-19 para os interlocutores da pesquisa.

MILÍCIAS E A NOVA LÓGICA DA SEGREGAÇÃO ESPACIAL: A PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO DAS PERIFÉRIAS DO RIO DE JANEIRO

Priscila Coli (University of California, Berkeley) - priscila_coli@berkeley.edu

No Rio de Janeiro, as pesquisas relacionadas ao tema da urbanização buscaram identificar a dinâmica urbana responsável pela desigualdade socioespacial e seus efeitos para a organização da metrópole. Ao analisar essa bibliografia, o presente trabalho identifica três períodos distintos: de 1940 a 1979, de 1980 a 2009 e de 2010 aos dias atuais. Através dessa periodização, nota-se que as periferias da metrópole resultam do processo de segregação, mas também o reproduzem internamente através dos diversos agentes e modos de produção do espaço nelas existentes. Esse trabalho busca somar a esses estudos ao analisar um agente recente, as milícias. Ao se apropriar e construir terrenos e imóveis ilegalmente, elas combinam características e mecanismos de produção do espaço periférico existentes, mas também impõe regras sociais e taxas administrativas próprias. Com efeito, indivíduos e grupos contrários às normas impostas ou impossibilitados de arcar com os custos, são expulsos. A hipótese do presente trabalho é que as milícias produzem uma nova lógica de segregação não apenas baseada em fatores econômicos, mas também sociais, políticos, religiosos e de comportamento. Esse trabalho, parte da minha pesquisa de doutorado ainda em andamento, conta com: (a) revisão bibliográfica da literatura sobre a produção do espaço das periferias do Rio de Janeiro e (b)

sobre milícias, além da (b) pesquisa de arquivo em jornais locais e (c) material etnográfico coletado em 2019 e 2021.

MULHERES E O DIREITO À CIDADE: ANÁLISE CARTOGRÁFICA E INTERSECCIONAL DA REDE DE APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM PORTO ALEGRE/RS

Kátia Ferreira de Oliveira (UFSM/CS) - arqkatia@gmail.com
Geisa Bugs (PUCPR) - geisabugs@gmail.com

Visto que as mulheres enfrentam grandes dificuldades para usufruir das oportunidades oferecidas no meio urbano de forma igualitária e segura, este artigo tem o objetivo de discutir o direito das mulheres à cidade. Em específico, aborda o acesso à rede de equipamentos e serviços voltados ao combate à violência de gênero, proteção e apoio em Porto Alegre/RS. Para tal, foi realizada revisão de literatura, análise de dados secundários e mapeamento da rede existente, a fim de investigar a sua configuração no território, considerando barreiras e oportunidades de acesso. Ainda, intenciona produzir conhecimento atualizado acerca do atendimento das demandas das mulheres, interseccionando raça, renda e vulnerabilidade socioespacial. Trazer à tona a realidade que diferentes perfis de mulheres vivem, dentro da lógica dos cuidados e valorização do trabalho reprodutivo, é um passo importante para a construção de um modelo de planejamento urbano que garanta, de fato, o direito das mulheres à cidade.

NEGROS E NEGRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BLUMENAU: INVISIBILIDADE OU INEXISTÊNCIA? EIS A QUESTÃO!

Nelson Afonso Garcia Santos (Universidade Regional de Blumenau) - nelsongarciasantos11@gmail.com
Tatiane Mendes de Rocha (Universidade Regional de Blumenau) - tatianer@furb.br

Dialogar/refletir sobre o papel de negros/as no desenvolvimento de Blumenau (Santa Catarina), nos remete, necessariamente, a resgatar a história do tempo passado e, também, a história do tempo presente, através de depoimentos, discursos e práticas concretas. Assim, o trabalho que aqui se apresenta para o ST1 – O DIREITO A CIDADE – resulta de pesquisa bibliográfica (livros, jornais, teses, dissertações) e de entrevistas com negros e negras que vivem em Blumenau há algum tempo e, assim, contribuíram para o seu desenvolvimento. A partir de então, descobrimos algumas histórias que estavam encobertas e podemos identificar negros que foram pedreiros, alfaiates, jogadores de futebol. Negra que foi lavadeira e outra que participou da alta sociedade blumenauense. Enfim, através deste trabalho, tentamos dar a partida inicial para visibilizar o que já existia, mas que estava escondido e por isso parecia invisível.

DIREITO À AUTONOMIA SIMBÓLICA NA CIDADE: A ARTE PÚBLICA DO GRAFITE COMO ARGUMENTO POLÍTICO

Ivaldo Gonçalves de Lima (Universidade Federal Fluminense) - ivaldogeo@gmail.com

Este trabalho visa ao resgate do pensamento social crítico de Ana Clara Torres Ribeiro. Alertamos que o recorte mais amplo do texto é delineado pelas entradas analíticas da sociologia urbana. Destarte, o diálogo entre a geografia e a sociologia torna-se o eixo vertebral do texto com o debate entre La Blache e Durkheim, bem como na obra do francês Pierre George. O contexto brasileiro é trazido à baila através do diálogo profícuo entre Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro. Almeja-se uma atualização do diálogo entre sociologia e geografia à luz do conceito de espaço liminar; outrossim, cogita-se um elenco de direitos urbanos. O direito à autorrepresentação simbólica na cidade contemporânea torna-se parâmetro basilar da tensão entre ética e estética. Um marcador social específico é encerrado na galeria de grafites antirracistas apresentada, aplicando-se a pequena percepção e a competência estética. Por fim, o texto é arrematado pelo horizonte ético da justiça territorial.

O DIREITO À CIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ARQUITETOS E URBANISTAS NO BRASIL. AÇÕES E ATIVIDADES NA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA (OMITIDO PARA REVISÃO ÀS CEGAS)

Angélica Tanus Benatti Alvim (FAU/MACKENZIE) - angelica.alvim@mackenzie.br
Viviane Manzione Rubio (FAU/MACKENZIE) - viviane.rubio@mackenzie.br
Lucas Fehr (FAU/MACKENZIE) - lucas.fehr@mackenzie.br

O conceito "Direito à Cidade" discutido por Lefebvre (1968), surge do olhar para as desigualdades socioespaciais que as cidades apresentavam na década de 1960. No Brasil naquele momento a mudança de enfoque, tanto no âmbito das pesquisas quanto no planejamento urbano, volta os olhares para as carências da população. Apesar da atuação das políticas públicas e da luta dos movimentos sociais, o período de regime militar reduz a atuação às ações pontuais e pouco efetivas diante do contexto de desigualdade que se apresentava. Mesmo com a abertura democrática com a ampliação das políticas e ações públicas nas últimas décadas, atualmente as cidades brasileiras se apresentam ainda contextos de desigualdade socioespacial acentuada vinculada ao processo de urbanização acelerada, como um campo fértil e ao mesmo tempo complexo para a atuação dos arquitetos urbanistas, profissionais e pesquisadores. Diante disso, as atividades do curso de arquitetura e urbanismo da (omitido para revisão às cegas) que articulam ensino, pesquisa e extensão discutem e atuam sobre esse universo e o conceito do direito à cidade, buscando contribuir para a formação de profissionais conscientes de sua função social. Discute-se aqui as reflexões

acerca do conceito no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

O DIREITO AO LAZER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS: ESTUDO DE CASO EM MARIANA/MG

Lais Marotta (Universidade Federal de Ouro Preto) - laismarotta@outlook.com

Yuri Queiroz Abreu Torres (Universidade Federal de Ouro Preto) - yuri.torres@ufop.edu.br

Alice Viana de Araújo (Universidade Federal de Ouro Preto) - alice.araujo@ufop.edu.br

Os espaços públicos são componentes importantes das cidades para o pleno exercício da cidadania, interações e trocas sociais. Diante de um contexto de revalorização desses espaços e ampliação do direito à cidade, é fundamental atender às expectativas da sociedade contemporânea, mesmo em cidades históricas como Mariana/MG, em que as três principais praças se situam dentro do perímetro de tombamento, e são consideradas por muitos como equipamentos de interesse apenas turístico. Assim, nos dedicamos a verificar se, além de serem espaços de relevância simbólica, atendem a novas demandas de lazer cotidiano mais contemporâneo, como atividades de esportes e recreação. Para tanto, foram empregadas metodologias consolidadas de avaliação pós-ocupação e como resultado, conclui-se que não atendem a essas demandas de forma ampla e equitativa. No entanto, apresentam áreas disponíveis para receberem atrações efêmeras, capazes de atualizá-las sem descaracterizá-las, e podem ser exploradas com uma gestão mais sistêmica das atividades.

O ESPAÇO URBANO ENTRE A PRÁTICA DA VIOLÊNCIA ENCRIPADA E O SIMULACRO DA SEGURANÇA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS PELA LEITURA DO LUGAR

Bruno Fernandes (Universidade Federal de Minas Gerais) - brunofernandes.urbanismo@gmail.com

Denise Morado Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais) - dmorado@gmail.com

O artigo tem por finalidade apresentar proposta teórico-metodológica sobre os temas da violência e a produção do espaço urbano, que articula as teorias da encriptação do poder, de Sanín-Restrepo, e da ação-prática, de Bourdieu. Ao considerar o controle da linguagem como meio para promoção simulada da segurança na produção do espaço urbano capitalista, o artigo aborda significados de violência e a prática do jogo de linguagem com a finalidade de dominação como forma de violência, ao negar, às subjetividades diferentes dos agentes dominantes, o direito de existir nos espaços urbanos. Por fim, aponta-se a utilização da Leitura do Lugar, proposta metodológica em elaboração pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG, que se adequa neste artigo para desvelar o jogo de linguagem para descryptar a violência na produção do espaço urbano (que nega a existência do outro).

O PATRIMÔNIO DA UNIÃO COMO GARANTIA DE PLENA CIDADANIA

Fernanda Frota Pompeu (Universidade Federal Do Ceará) - fernandafrotap@gmail.com

O enfraquecimento da noção de Estado de Bem-Estar Social, a partir da década de 1970, provocou mudanças no planejamento urbano. O padrão racionalista, baseado no ordenamento do uso e ocupação do solo, passa a dar lugar a um modelo de planejamento mais flexível, voltado para produção de resultados imediatos e em que se confere papel de destaque aos interesses do grande capital, nos fazendo refletir, portanto, sobre o papel do Estado nessa nova forma de planejar. Estará o interesse público sendo priorizado no decurso dos processos de produção do espaço? O presente artigo investiga o entendimento e a pertinência da aplicação do conceito da função social da propriedade, previsto na Constituição Federal, nos imóveis de domínio público em Fortaleza, buscando entender de que forma esse exercício pode garantir aos moradores de assentamentos informais plena cidadania.

O QUADRO SOCIOECONÔMICO COMO PONTO DE INFLEXÃO SOBRE O ACESSO À CIDADE. O CASO DA ZONA NORTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP

Poliana Risso da Silva (Universidade Federal de São Carlos) - poliana.risso@yahoo.com.br

Carolina Maria Pozzi de Castro (Universidade Federal de São Carlos) - carolmcastro@gmail.com

Guilherme Shoit Ueda (Universidade Federal de São Carlos) - g.s.ueda@gmail.com

Na virada do milênio, sob uma racionalidade neoliberal, a Zona Norte de São José do Rio Preto/SP, passou de periferia à nova centralidade urbana. O presente artigo, portanto, desenvolveu-se com o objetivo de avaliar, a partir de uma leitura espacializada dos dados socioeconômicos da cidade, se as transformações urbanísticas ocorridas na região Norte da cidade refletiram melhorias na qualidade de vida da população residente, sobretudo aquela beneficiária de programas habitacionais, que de modo geral não possuem poder de escolha sobre o local de moradia. Tal análise demonstrou que, ainda que a Zona Norte tenha passado por uma valorização conduzida pelo capital mercantil e pelo capital financeiro imobiliário que qualificou as características urbanísticas da região, aproximando-a das demais regiões da cidade, sob o aspecto socioeconômico verifica-se a manutenção ou ainda, o agravamento do distanciamento socioespacial que marca a trajetória história deste local.

O URBANISMO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO, A MOBILIDADE E A CIDADE DE DIREITOS: PERCEPÇÕES A PARTIR DO TERRITÓRIO DE SANTA MARIA/RS

Adriano da Silva Falcão (CAU/UFN e PPGDR/UNISC) - adriarq@ufn.edu.br

A argumentação se pauta por uma tríade teórica alicerçada pelo urbanismo socialmente construído, a cidade de direitos e suas correlações a mobilidade sistêmica. Isso suscita ponderações sobre a atual política de mobilidade pensada para as cidades, pois é na escala do território que se percebe as resistências às normativas. Escolhe-se o centro urbano de Santa Maria/RS como foco empírico de análise. Os aspectos aqui salientados buscam refletir sobre os elementos mais caros do urbanismo contemporâneo e o repensar da mobilidade irrestrita aliada a problematização no território através da implementação da política pública. Avalia-se que as legislações existentes se fundamentam nesses pressupostos, entretanto, na construção da realidade os avanços alcançados são mais lentos e aquém do esperado. A aplicabilidade não está restrita ao discurso da normativa, mas ligada a compreensão e aceitação da complexidade urbana. A cidade de direitos é para todos, irrestritamente, ou não será nada.

OS IMPACTOS DO PROGRAMA HABITACIONAL “MORAR FELIZ” EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ NO COTIDIANO DE MULHERES EMPOBRECIDAS CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL

Gabriela Santos de Carvalho (Universidade Federal Fluminense) - gabrielacarvalho19@gmail.com

O Programa “Morar Feliz” no município de Campos dos Goytacazes/RJ, desde 2009 com recursos advindos dos royalties do petróleo, vem viabilizando moradias populares a diversas famílias que viviam de aluguel social e/ou em áreas consideradas de risco. O presente artigo objetiva fornecer elementos de análise sobre os impactos deste programa sobre a vida de mulheres empobrecidas chefes de família, trazendo o debate sobre o direito à cidade e acesso a outras políticas, sob a perspectiva da questão de gênero e território. Constatou-se que estes conjuntos estão atualmente distantes do acesso pleno à cidade em sua totalidade, pois estão marcados pela dificuldade no que tange à mobilidade urbana e pela ausência de serviços públicos essenciais à vida.

OS LIMITES PARA O DIREITO À CIDADE DAS MULHERES NO BRASIL: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA POLÍTICA URBANA BRASILEIRA A PARTIR DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Kamila Anne Carvalho da Silva (Universidade Federal do Paraná) - milacarvalho92@gmail.com

Elisa da Costa Siqueira (Universidade Federal do Paraná) - elisadacostasiqueira@gmail.com

Este artigo tem como tema o direito à cidade das mulheres e o papel desempenhado pelas políticas públicas brasileiras para seu

exercício. Seu objetivo geral é problematizar como essas políticas criam e reforçam limites para a concretização do direito à cidade das mulheres. São objetivos específicos: (i) discutir o papel das relações de gênero na segregação sócio-espacial urbana; (ii) identificar formas como a segregação sócio-espacial das mulheres é reproduzida pelas políticas urbanas brasileiras; e (iii) analisar em que medida a categoria de gênero é incorporada (ou não) a essas políticas. Adota-se a perspectiva feminista decolonial e uma tímida análise interseccional, sendo procedimentos metodológicos: revisão de literatura; levantamento de dados secundários; e cotejamento entre marco teórico e dados empíricos. Ao final, conclui-se que a incorporação de gênero nas políticas urbanas brasileiras é praticamente nula e que elas não aproximam as mulheres do direito à cidade.

OUVIDORIAS COMUNITÁRIAS: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM PARA A GESTÃO TERRITORIAL EM SANTA CRUZ DO SUL – RS SOB A PERSPECTIVA DA NOVA AGENDA URBANA E O DIREITO À CIDADE

Paulo Jorge Riss da Silva (PPGDR - UNISC) - pjriss.silva@gmail.com

O artigo apresenta nova abordagem para compreensão das dinâmicas urbanas através da espacialização de dados múltiplos com vistas a subsidiar políticas públicas com ênfase em um processo de inclusão social, fomentando redes de troca locais em uma estratégia que envolva o poder público, entidades civis e academia em um processo democrático na proposição de ações de gestão territorial. Diante do fato de que instrumentos como o Plano Diretor haverem sido cooptados pelos agentes produtores da cidade, onde a segregação socioespacial desponta como condição estrutural para a manutenção e ampliação da lógica mercantilista nos processos especulatórios que intervêm nas políticas de ordenamento territorial, são apresentadas alternativas conceituais que buscam embasar outra compreensão das dinâmicas urbanas nas cidades médias em uma estratégia com foco na inclusão democrática dos cidadãos e o Direito à Cidade para mitigar os impactos da fragmentação territorial e reorientar os esforços de planejamento urbano – as Ouvidorias Comunitárias.

PAISAGENS DAS DIFERENÇAS DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA FEMININA

Eliana Kuster (IFES e IPPUR/UFRJ) - elianakuster@gmail.com

A violência contra a mulher no Brasil se expressa em diversas situações, mas boa parte delas têm como palco as ruas das cidades. São muitos os tipos de violência real e simbólica às quais as mulheres estão expostas na esfera pública. Se uma cidade democrática é aquela que permite a todos terem acesso aos seus espaços, serviços e a tudo o que ela oferece, o constrangimento que a metade feminina dos seus cidadãos sofre em suas ruas faz com que possamos afirmar sem medo de errar: os seus direitos

estão sendo cerceados. Trataremos, portanto, das assimetrias de gênero no espaço urbano, enfocando-as sob a perspectiva do direito à cidade.

PANDEMIA E DESPEJOS: A CIDADE SEM DIREITOS

Rosângela Lunardelli Cavallazzi (UFRJ) -
rosangela.cavallazzi@gmail.com
Bernardo Mercante Marques (UFRJ) -
bernardomercante@gmail.com
Daniela Suarez Pombo (PUC-Rio) -
daniela.hotelmerlin@gmail.com
Vivian Alves de Assis (UFRJ) - viviandeassis@yahoo.com.br

A pandemia da Covid-19 destacou um conjunto significativo de conflitos sociais relacionados com o direito à cidade. A presente pesquisa aborda alguns dos impactos sociais da pandemia da Covid-19 a partir do acompanhamento dos processos relacionados a garantia ao direito à moradia, por meio dos esforços da adoção de medidas de excepcionalidade relacionados com a suspensão dos despejos residenciais. Analisa também a alta taxa de mortalidade da população idosa, o protagonismo econômico dessa camada da população, assim como a acentuação do superendividamento das famílias brasileiras. A análise adota uma abordagem interdisciplinar e observação de casos-referência. As conclusões parciais indicam a ausência de políticas públicas que possam mitigar os impactos econômicos e sociais da pandemia na atual conjuntura.

PLANEJAMENTO RADICAL COMO MEIO AO DIREITO À CIDADE PLANOS POPULARES DE AÇÃO REGIONAL – PORTO ALEGRE/RS

Clarice Misoczky de Oliveira (PROPUR-UFRGS) -
clarice.oliveira@ufrgs.br

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo-produto de realização de Planos Populares de Ação Regional, em Porto Alegre, à luz de teoria do planejamento radical, de modo a contribuir para a Teoria do Planejamento Comunicativo (TPC) como um meio de atingir a criação de momentos do direito à cidade. Explora-se, portanto, os limites e possibilidades dessa prática a partir do método da pesquisa-ação participativa. Constata-se que a teoria pouco traz reflexões sobre a representatividade de gênero e os desafios impostos a planejadoras radicais. A reflexão mostra também como as realidades locais, e diferentes realidades em uma cidade se colocam como desafios significativos, quando não entraves para a conclusão da ação.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DO DIREITO À CIDADE AO ACESSO À MORADIA DIGNA

Marília Goulart Silva (Universidade do Vale do Paraíba) -
mariliagoulartsilva@gmail.com
Lidiane M. Maciel (Universidade do Vale do Paraíba) -
lidiani.maciel@gmail.com
Adriane Aparecida Moreira de Souza (Universidade do Vale do Paraíba) -
adriane@univap.br

O artigo apresenta uma discussão da problemática da população em situação de rua na cidade de São José dos Campos - SP revisitando a questão do direito à cidade e a reprodução da lógica da inclusão marginal no sistema capitalista do acesso à moradia digna. Um grupo heterogêneo, que carrega a estigmatização negativa de ser improdutivo, anormal, perigoso e sujo, e que sofre com essa rotulação e com as dificuldades nas tarefas cotidianas por viver nos centros urbanos. A metodologia utilizada é qualitativa, baseando-se em análise de dados da gestão municipal, em especial, das políticas públicas implementadas nas décadas recentes. Os resultados e conclusões do trabalho apontam para a difícil relação do poder público com a população em situação de rua na tentativa de garantir o direito à moradia digna.

POTENCIALIZAÇÃO DO USO DA BICICLETA POR MULHERES UTILIZANDO TECNOLOGIAS EM REDE NA CIDADE SENCIENTE

Natália Marques Carvalho (UNIFOR) - arq.nataliamc@gmail.com
Clarissa Ribeiro Pereira de Almeida (UNIFOR) -
clarissaribeiro@unifor.br
Lara Sucupira Furtado (UNIFOR) - larasfur@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo explorar a relação entre gênero e mobilidade urbana no uso da bicicleta por mulheres em grandes centros urbanos, trazendo uma perspectiva histórica sobre a questão no Brasil e no mundo. A discussão se apoia no preceito de que a bicicleta é um mecanismo que, por promover a mobilidade, auxilia as mulheres a ocupar papéis e espaços historicamente reservados para homens. A bicicleta é explorada aqui como alternativa de baixo custo e sustentável que pode facilitar a vida de muitas mulheres, maiores usuárias de meios de transporte ativos. Defende-se que, as tecnologias em rede que integram uma cidade senciente, incluindo o design e uso de aplicativos para smartphones, podem contribuir para identificar questões pertinentes para as mulheres e criar soluções amistosas que ampliem sua identificação com a prática do ciclismo.

PRA QUEM VIVE NA GUERRA A PAZ NUNCA EXISTIU: VIOLÊNCIA EM TERRITÓRIOS DO TRÁFICO DE DROGAS E SUA INCIDÊNCIA NA VIDA SOCIAL DE ADOLESCENTES QUE CUMPRIRAM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Douglas Martins Amaral (Universidade Federal Fluminense) -
douglasamaral12@gmail.com

O presente artigo propõe abordar a temática da violência em territórios onde a presença do tráfico de drogas incide diretamente na vida social de adolescentes que cumpriram medida socioeducativa de internação em Campos dos Goytacazes/RJ, adentrando em aspectos relacionados às questões socioeconômicas, territoriais, sociais, políticas e culturais. Metodologicamente, recorreu-se, para desenvolvimento dessa proposta, a pesquisa bibliográfica e a documental, que possibilitaram a aproximação com o tema. A pesquisa de caráter bibliográfico permeou todo processo e implicou num conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, o que por sua vez, possibilitou um amplo alcance de informações, além de permitir, a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também, na construção ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

PRODUÇÃO INTERNACIONAL DA INFORMALIDADE URBANA E OS "NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS" NO BRASIL

Renato Balbim (IPEA) - renato.balbim@ipea.gov.br

O mote desta pesquisa é a recente legislação de regularização fundiária brasileira, Lei 13.465/2017, que criou o neologismo "núcleo urbano informal" e formalizou uma abordagem exclusiva da terra urbana como ativo imobiliário, buscando eficácia no uso do solo a partir da mais ampla titulação e, conseqüentemente, inserção de ativos antes vinculados à realização de direitos à posse e à moradia no dito mercado imobiliário formal. Esse artigo apresenta um tema de pesquisa em andamento e alguns de seus avanços, suas vinculações teóricas e conceituais, parte da revisão bibliográfica, pesquisas em documentos do governo federal brasileiro e de agências internacionais e caminhos de pesquisa originais e pouco explorados até então. Trata-se, pois, de uma síntese de pesquisas acerca do desenvolvimento urbano que tem como objetivo elaborar uma obra mais acabada acerca da origem do termo informal, seus usos e significados em diversas disciplinas e contextos, até chegar a produção e reprodução do urbano.

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA COM MEDIDAS SUSTENTÁVEIS NO BAIRRO SANTA CRUZ – CASCAVEL/PR

Eduardo Dalmagro (Centro Universitário FAG) - eduardo77dalmagro@gmail.com
Andressa Carolina Ruschel (Centro Universitário FAG) - ac.ruschel@hotmail.com

O termo sustentável é entendido como a forma de preservar os recursos naturais, a fim de garantir sua durabilidade para as gerações futuras. Com o crescimento acelerado e o planejamento escasso de algumas regiões das cidades, o aspecto de ocupação em muitos casos dificulta a manutenção adequada desses recursos. Desta forma, é visto a necessidade de se propor ações que transformem os meios urbanos em espaços de maior

responsabilidade sustentável, pois é de relevância para a sociedade em geral. Desse modo, o presente artigo objetiva propor a requalificação do Bairro Santa Cruz/PR, utilizando de medidas sustentáveis para as intervenções adotadas e apresentadas neste artigo. Por meio de constatações com visitas in loco e dados obtidos por meio de meios digitais (GeoPortal), pode-se levantar as condições do bairro e propor formas que se encaixem no perfil ocupacional e cotidiano da região. Os resultados obtidos são soluções com teor sustentável, como: sistema de biorretenção, asfalto permeável, ecovagas e iluminação fotovoltaica que visam trazer mudanças na forma de ocupação do solo, ordenamento das edificações e padronização das vias de tráfego, agregando na qualidade de vida dos moradores do Bairro Santa Cruz/PR e na manutenção satisfatória dos recursos naturais.

REGULAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM OSASCO E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA DE 2008 A 2016 - ASPECTOS TERRITORIAIS

Érica Paulino (Universidade de São Paulo) - ericapaulino@alumni.usp.br

O artigo analisa a regulação para aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e a territorialização da produção imobiliária de 2008 a 2016 em Osasco. A regulação não orienta o desenvolvimento urbano, estipulando coeficiente de aproveitamento máximo 4 para praticamente toda a cidade. A contrapartida é cobrada sobre valores desatualizados, com várias áreas consideradas não computáveis e sobre coeficientes de aproveitamento básico altos. A produção imobiliária se dá, sobretudo, nas áreas com melhor infraestrutura, com coeficiente de aproveitamento básico superior a 1, no entorno de um importante eixo viário, em áreas próximas a São Paulo e para rendas mais altas. Pretende-se demonstrar que, quando a OODC é aplicada sem comprometimento com um planejamento urbano que inverta os padrões de investimento concentrados e funcione como uma política inclusiva, a produção imobiliária se dará de acordo com os interesses do mercado, sem que haja a orientação do desenvolvimento urbano, sem promover arrecadação nem inclusão, portanto, sem que o instrumento cumpra seus objetivos, previstos no Estatuto da Cidade.

SERIA POUSO ALEGRE UMA CIDADE FEMINISTA? ENSAIOS PARA ESPERANÇAR EM POUSO ALEGRE - MINAS GERAIS, A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Maria Fernanda Sena Gusmão (UFJF) - mf.senaarquitectura@gmail.com
Mariana Dominato Abrahão Cury (UFJF) - mariana.cury@arquitectura.ufjf.br

A construção das cidades pautou-se historicamente no fundamento da produtividade e dissociou as demais esferas do cotidiano - como a da reprodução e dos cuidados - afetando

negativamente as mulheres desde o sentimento de segurança até a dificuldade de acesso ao direito à cidade a elas. Sendo assim, o presente artigo discorre sobre temas que vão desde a esfera privada à esfera da vida pública dentro da cidade de Pouso Alegre - Minas Gerais e objetiva identificar, baseando-se na perspectiva das pessoas que nela vivem, se a cidade é ou não, feminista. Sendo assim, quais seriam as alternativas para romper com a lógica dominante e esperar um panorama de equidade? Na busca por essa resposta, foram realizados exercícios projetivos em uma Praça da cidade como forma de esperar uma mudança do panorama urbano através de uma perspectiva do comum e ecofeminista.

SOMOS TODOS IGUAIS: TRÊS CENAS DE DENÚNCIA

Gianluca Mascali Perseu (UFRGS) - gperseu@hotmail.com
 Daniele Caron (UFRGS) - danielle.caron@ufrgs.br
 Paulo Edison Belo Reyes (UFRGS) - paulo.reyes@ufrgs.br

Este estudo busca ensaiar um plano conceitual do político nos termos propostos pelo filósofo argelino Jacques Rancière, com especial interesse em estabelecer costuras e aproximações com os estudos urbanos. Para tanto, dispomos três imagens com as quais nos deparamos ao investigar experiências estético-políticas ligadas a processos urbanos contemporâneos de subjetivação e denúncia de partilhas desiguais do sensível. Coube-nos, assim, levar a cabo um exercício de montagem com estes fragmentos, oriundos de nossas próprias experiências urbanas, memórias e interesses de investigação. Partindo da interpretação de cada uma dessas imagens, passamos à elaboração de cenas polêmicas que visibilizam algum dano à igualdade, constituindo, assim, atos políticos de contestação de ordens policiais. Entre outros, surge o direito à cidade e à moradia digna como temas urgentes a enfrentar, bem como o papel da arte na instauração de potências e visibilização de alternativas à produção urbana hegemônica.

SUBSIDÊNCIA DO SOLO E REMOÇÕES FORÇADAS EM MACEIÓ-AL: AS DISPUTAS PELA CIDADE

Caroline Gonçalves dos Santos (Universidade Federal de Alagoas) - caroline.santos@fau.ufal.br
 Gustavo Figueiredo Lima (Universidade Federal de Alagoas) - gustavofigueiredope2016@outlook.com
 Júlia Amorim Bulhões (Universidade Federal de Alagoas) - juliaabulhoes@gmail.com

Este artigo trata das disputas pelo uso e apropriação do solo na cidade de Maceió, Alagoas, diante de uma catástrofe urbana sem precedentes: a subsídio do solo. O processo afeta mais de 57 mil moradores, de pelo menos 4 bairros: Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto e os limites do bairro Farol, que desocuparam 14.424 imóveis em um curto espaço de tempo e sem prévia indenização. Objetiva-se discutir o direito à cidade a partir das disputas entre os atingidos, a empresa Braskem, causadora do problema por meio de sua atividade de mineração,

e mercado imobiliário após a identificação do processo e a necessidade de remoção das famílias. Para tanto, recorreu-se a levantamento documental, revisão de literatura, análise dos índices de mercado imobiliário e entrevistas com atingidos, a fim de refletir acerca da perda desses territórios e do rompimento de laços afetivos, sociais, práticas culturais, entre outras atividades do cotidiano que são fundamentais à esfera da vida pública.

TRANSPORTANDO DIREITOS: O TRANSPORTE PÚBLICO ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL

João André Gondaki (Centro Universitário de Pato Branco) - joao.gondaki@alunos.unis.edu.br
 Eucléia Gonçalves dos Santos (Centro Universitário de Pato Branco) - eucleia.santos@unidep.edu.br

Um dos maiores conflitos no campo das ciências jurídicas também chamado diáde em conflito é: lei positivada e aplicação social. Desse modo, enquanto a primeira consiste na legislação escrita dentro de um código; a segunda, é como essa lei é aplicada na prática de modo que em grande parcela de legislações o contexto social é totalmente diferente do que diz a Norma Jurídica. Nesse sentido, surgem direitos necessários a população, um deles o transporte público visto que tal direito faz-se necessário para acesso a outros direitos, como saúde, educação, trabalho sendo incorporado no Brasil como sendo um direito fundamental na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No entanto, no aspecto prático do transporte público o aspecto é totalmente diferente do que diz a legislação positivada de modo a apresentar a diáde. Portanto, o presente estudo tem por objetivo compreender o contexto histórico do transporte público, seu surgimento. Feito isso, será analisado o transporte como direito de modo a apresentar os diferentes vieses de direitos: fundamental, meio, direito a cidade e mobilidade urbana de forma breve e, por fim, mostrar algumas problemáticas do transporte dado que a lei e a prática social diverge.

UM OLHAR SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O DIREITO À CIDADE

Natália Melchuna Madruga (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - natalia.mmadruga@gmail.com
 Verônica Maria Fernandes de Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - verolima04@gmail.com
 Anna Lidiane Oliveira Paiva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - annadepaiva@gmail.com

A pesquisa "Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente: Um estudo da população em situação de rua da cidade de Natal", do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN tem como objetivo principal discutir a questão das pessoas em situação de rua na cidade de Natal, como forma de subsidiar na criação de política públicas para essa população e entender o fenômeno. Essa pesquisa é feita através da metodologia de "rodas de conversas" a qual permite escutar as vozes e trocar

conhecimentos e experiências entre principais atores envolvidos com a questão. Com o desenvolvimento das rodas de conversa durante o primeiro semestre do ano de 2021, uma questão era sempre levantada: O paradoxo entre o direito à cidade e o modelo de urbanização político e econômico brasileiro que trata a moradia como produto. Essa discussão é o principal objetivo do artigo, que também apresenta o Movimento Nacional População em Situação de Rua como um exemplo de articulação e resistência na luta por direitos.

UMA PONTE PARA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E MARKETING URBANO: O ARCO DA INOVAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Marina Cyrino Forti (Universidade do Vale do Paraíba) - c.forti.marina@gmail.com
 Fabiana Felix do Amaral e Silva (Universidade do Vale do Paraíba) - fabiana.amaral@gmail.com

Fica evidente no espaço urbano que a construção de grandes obras e marcos na paisagem, que se dá, em grande parte das vezes, no sistema viário é uma estratégia de intervenção do capital financeiro para viabilizar concomitantemente o marketing urbano e a especulação imobiliária. O presente artigo tem como objetivo expor as causas e consequências da implantação de uma das últimas grandes obras da cidade de São José dos Campos, a ponte estaiada denominada Arco da Inovação, tanto em relação à especulação imobiliária quanto ao marketing urbano. Para obter respostas foram analisadas publicidades oficiais da Prefeitura de São José dos Campos e entrevistas dos principais portais de notícias da cidade, assim como entrevistas semiestruturadas com cinco habitantes da cidade, realizadas pelas pesquisadoras.

UMA PROPOSTA DE CARACTERIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES INFORMAIS NO DISTRITO FEDERAL

Juliette Anna Fanny Lenoir (UnB) - lenoir.arquiteta@gmail.com
 Liza Maria Souza de Andrade (UnB) - lizamsa@gmail.com

Este artigo discute uma proposta de tipologia socioespacial e ambiental das ocupações informais do Distrito Federal (DF) para subsidiar futuros trabalhos do grupo de pesquisa e extensão Periférico, trabalhos emergentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Para tal, no programa livre Qgis processou-se a camada das 508 ocupações informais urbanas e rurais no DF mapeadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF em 2018 com outras camadas disponibilizadas pelos órgãos de planejamento do DF. A análise dos grupos de ocupações informais permitiu definir clusters de ocupações, que informam quantos apresentam conflitos socioambientais, quantos estão localizadas a menos de 1km de uma área urbanizada entre outros aspectos. Por fim, a análise morfológica com base na teoria da Lógica Social do Espaço trouxe as tipologias da macroescala regional do DF para a escala local de uma mancha urbana.

VIVÊNCIAS LGBTQIAP+ NA SÃO PAULO CONTEMPORÂNEA: UM OLHAR SOBRE O ITAIM PAULISTA E SÃO MIGUEL PAULISTA

Bruna Quintero (Universidade São Judas Tadeu) - brunaqvb@gmail.com
 Jessica Helena Braga Nemeti (Universidade São Judas Tadeu) - nemeth.ily@gmail.com
 Andréa de Oliveira Tourinho (Universidade São Judas Tadeu) - andrea.tourinho@saojudas.br

A busca pelo reconhecimento de identidades de grupos sociais silenciados, devido ao predomínio, por longo tempo, de conceitos de sociedade excludentes, ganha força no decorrer do século XXI, frente à necessidade de afirmação em uma realidade democrática na aceitação das diversidades. Uma experiência de cidade democrática deve considerar as presenças e contribuições de seus moradores, usuários e grupos sociais, revelando, assim, o funcionamento de suas dinâmicas urbanas e contemporâneas, bem como a sua própria identidade. A presente pesquisa discute a visibilidade de identidades e de territorialidades não hegemônicas, LGBTQIAP+, na cidade de São Paulo entre o final da década de 2010 e início da de 2020, analisando as possibilidades e desafios na luta por uma cidade amigável à expressão de seus usuários, pretendendo-se colaborar para o preenchimento das lacunas da historiografia convencional. Apresenta-se uma inventariação das atividades relacionadas às identidades LGBTQIAP+ nos distritos de Itaim Paulista e São Miguel Paulista, zona leste da cidade, assim como um mapeamento dos lugares de presença LGBTQIAP+ na escala municipal. As ações de conscientização e de assistência a esse grupo, compreendidas como necessárias, e os lugares de vivência desse grupo, entendidos como resistências, identificados na inventariação apresentada servem como exemplos de práticas que garantem a integração de todos os grupos sociais nas dinâmicas urbanas. Fica evidente na escala municipal a defasagem, entre regiões centrais e periféricas, quanto à presença de lugares de ações públicas e de sociabilidade das identidades LGBTQIAP+. Além disso, mesmo com as diversas ações de conscientização acerca da realidade dessas vivências por parte de grupos organizados da sociedade civil e do poder público, há pouco interesse da iniciativa privada em considerar a validade das contribuições dessas identidades e territorialidades.

ST02. Cidade: história e cultura

Comissão Científica: Carolina Pescatori Cândido da Silva (UnB), Heloísa Soares de Moura Costa (IGC/UFMG), Maria Cristina Leme (USP), Clóvis Ultramari (PUCPR)

Temas: cidade e história; história e historiografia do urbano e da urbanização; a relevância do passado no presente das cidades; monumentos e outras memórias de opressão, insurgências e outras resistências dos oprimidos; cidade e cultura; diversidade cultural na cidade; a cultura das elites e as culturas das periferias urbanas; o processo de homogeneização cultural e a mercantilização do cotidiano nas cidades.

Ementa: Nesta ST serão tratadas a história e a cultura das cidades. Se a cidade tem sua história definida pelo tempo, pela lógica e pelo conhecimento próprios à cultura dita ocidental, o processo de urbanização que avançou espetacularmente desde o advento da modernidade capitalista deu lugar, no Brasil e na América Latina, a uma realidade bastante distinta da existente até o momento da conquista. Com efeito, a história das cidades brasileiras e latino-americanas é marcada pela imposição dos valores dos conquistadores, caracterizando um complexo processo de homogeneização cultural que, virtualmente, que buscou replicar na periferia – mas, não sem problemas – a experiência de urbanização europeia. As cidades brasileiras e latino-americanas são o resultado de múltiplas causas, algumas das quais ainda exigentes de investigação, que, não obstante, parecem apontar para os limites da urbanização que tem mercantilizado o cotidiano de seus habitantes. Daí a frequente emergência de variados movimentos de resistência que têm colocado as mais distintas memórias de opressão em questão, daí a ininterrompida insurgência das vítimas dessa opressão, daí a relevância das lutas em favor da diversidade cultural nas cidades brasileiras e latino-americanas.

(LEI)TURAS DE UMA CIDADE A SER PLANEJADA: NOTAS SOBRE A (RE)CONSTRUÇÃO DOS MARCOS URBANÍSTICOS DE NATAL (1967-1984)

Stephanie Macedo Collares Moreira (UFRN) - stephaniemacedo.moreira@gmail.com
 George Alexandre Ferreira Dantas (UFRN) - george.dantas.af@ufrn.br
 Alexandro Ferreira Cardoso da Silva (UFRN) - alexsandroferreira@hotmail.com

Entre fins dos anos 1950 e o Plano Diretor de 1984, há um largo processo de reorganização das balizas legais para o planejamento urbano da cidade de Natal, marcado também por um contexto de urbanização e crescimento demográfico. Nesses entremeios, há um esforço de organização de novos marcos do planejamento, na criação de novas secretarias, conselhos e institutos para dar conta dessas questões. Assim, entre os anos de 1967 (com os estudos do escritório Serete) e 1974 (promulgação da Lei 2.211/74) tem-

se os primeiros passos para a elaboração de Planos Diretores para o município. O objetivo deste artigo, parte de uma pesquisa mais ampla, é organizar as primeiras hipóteses para investigar, à luz da história cultural urbana, os debates e formulações que secundam a elaboração desses instrumentos, vendo-os como uma saída síntese de debates mais amplos. Busca-se então reconstruir os atores e conflitos que marcariam o início desse novo momento de urbanização de Natal.

À BEIRA D'ÁGUA E DOS CAMINHOS: QUANDO A FUNDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS CONFIGURA UM TERRITÓRIO. O RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XVIII

Fania Fridman (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - fania.fridman@gmail.com

No artigo apresento alguns resultados de uma pesquisa em andamento dedicada à formação do território fluminense. São analisadas experiências político-territoriais que, ao caracterizarem a marcha da conquista na Capitania Real do Rio de Janeiro durante o século XVIII, revelaram o papel da água e dos caminhos para a localização de um conjunto de povoações – aldeamentos; freguesias; quilombos; Registros, Guardas e Passagens; vilas e cidades. O texto avalia se este ordenamento resultou de um plano de controle do território estabelecido pela Coroa portuguesa no Setecentos. Além da reprodução de Cartas e Iconografia, trago três figuras de base conjectural elaboradas a partir de dados retirados de mapas de época somados às informações obtidas na pesquisa documental e bibliográfica.

A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO CONURBADO: A ARTICULAÇÃO BARREIRO-ELDORADO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Gabriela de Freitas Cançado (Universidade Federal de Minas Gerais) - gabrielafreitascan@gmail.com
 Gisela Barcellos de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais) - gisela.barcellosdesouza@gmail.com

Este trabalho parte da investigação da formação de um território conurbado compreendido pelas regiões do Barreiro e Eldorado, situadas nos municípios de Belo Horizonte e Contagem, respectivamente, cujo processo de metropolização se observa desde meados da década de 1940, quando foi instituído o Distrito Industrial Juventino Dias no vetor oeste de expansão da capital de Minas. Analisa-se especialmente o papel dos investimentos públicos e privados ao longo dos anos em um espaço marcado pelo processo de conurbação e metropolização e a importância da mobilidade na potencialização da dinâmica urbana que se estabelece nesse território.

A MEMÓRIA FEMININA EM JUÍZ DE FORA E O ECO DE LIBERDADE DE ROSA CABINDA

Mariana Dominato Abrahão Cury (UFJF) - mariana.cury@arquitetura.ufjf.br
Leonardo Civalo (Universidade Federal de Viçosa) - civalo@ufv.br

As narrativas históricas foram construídas de forma hegemônica, privilegiando versões de grupos sociais que, numa perspectiva interseccional, podem ser considerados acumuladores de poder. Nas cidades, essas narrativas são contadas a partir de diferentes estruturas: nomes de ruas, de parques e de praças; estátuas, bustos e obras de arte em geral; salvaguarda de bens patrimoniais; entre outros. Este trabalho pretende identificar, na cidade de Juiz de Fora-MG, como a memória feminina aparece nos nomes de espaços públicos, a partir do recorte territorial bairro centro. As análises são realizadas quantitativamente e qualitativamente, a fim de que possamos problematizar a desigualdade numérica e a manipulação narrativa, enfatizar a importância da representatividade feminina nas cidades e construir um discurso que se vale da necessidade de reparação histórica, da visibilidade das trajetórias femininas e da esperança na transformação das cidades.

A PARTICIPAÇÃO DOS SETORES MÉDIOS NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO HABITACIONAL

Luciana Alem Gennari (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - lagennari@gmail.com

O presente trabalho investiga a atuação dos chamados setores médios na produção dispersa de casas na então zona urbana da cidade do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, para uso próprio, venda ou aluguel. Esse processo contribuiu para a caracterização dessas áreas lindeiras às freguesias centrais na conformação de uma morfologia urbana e social próprias, cujas marcas são ainda hoje perceptíveis na paisagem urbana da cidade e onde estaria o cerne de uma das definições do conceito de bairro. Essas construções habitacionais, de uso exclusivo ou não, compunham em seu conjunto espaços concretos que não chamavam a atenção nem pela opulência e nem pela precariedade, onde se desenrolava a vida cotidiana dos que ali moravam ou circulavam. Essa produção habitacional assumida pelo capital privado estruturou significativos trechos urbanos, com o objetivo de ordenar o espaço e induzir o indivíduo a um modo de vida apropriado para a capital moderna e civilizada que se desejava.

A PERMANÊNCIA DOS EDIFÍCIOS ORDINÁRIOS FRENTE À DINÂMICA IMOBILIÁRIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O EDIFÍCIO DON INÁCIO, EM FORTALEZA-CE

Bianca Feijão de Meneses (Universidade Federal de Minas Gerais) - biancafmeneses@gmail.com

Bárbara Pontes Rodrigues (Universidade Federal do Ceará) - barbarapontes.arq@gmail.com
Daniel Benevides Parente (Universidade Federal do Ceará) - danielbenevidesp@gmail.com

Esse artigo tem por objetivo contribuir com uma discussão sobre a conservação de edifícios a partir de um exercício acadêmico sobre o Edifício Don Inácio, em Fortaleza. Embora não consista em um exemplar que justifique tombamento, sua relevância se dá por ser um dos poucos exemplares de edifícios residenciais modernistas de pequeno porte que resistem às intensas demolições na cidade nas últimas décadas. A metodologia consistiu em uma revisão de três temas: (1) as recentes demolições, (2) a dinâmica imobiliária local e suas consequências no acervo de edifícios históricos, e (3) a problemática dos processos de tombamento locais. Em seguida, e com base na revisão anterior, foi elaborado um projeto a nível de Estudo Preliminar que buscou estabelecer um diálogo entre a viabilização da conservação de bens patrimoniais e os interesses mobiliários, com o intuito de propor caminhos intermediários. Por fim, foram possíveis reflexões sobre preservação da memória fortalezense e possíveis caminhos.

AQUELES GRAMADOS ACOLHEDORES. MEMÓRIAS FUTEBOLÍSTICAS DE UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL

Luis Carlos Ribeiro Stephanou (Universidade de Santa Cruz do Sul) - riglosaragon@gmail.com
Rogério Leandro Lima da Silveira (Universidade de Santa Cruz do Sul) - rlls@unisc.br

Este artigo traz um recorte de trabalho de campo sobre a construção de identidade num bairro de Porto Alegre, a Restinga, através da memória social de experiências de afirmação vinculadas à prática do futebol. Assim, num primeiro momento é feita uma breve caracterização deste bairro e na sequência se desenvolve uma reflexão sobre memória para, posteriormente, conectar alguns dos conceitos associados à memória social na experiência de prática de futebol antes e durante o processo de urbanização deste bairro. Buscou-se mostrar as conexões e a importância da memória em processos de afirmação identitária nesta localidade.

CARTOGRAFIA DOS CAMINHOS: ENTRE TRAJETOS E NARRATIVAS SOBRE AS FORMAÇÕES URBANAS MINEIRAS NOS SÉCULOS XVIII-XIX E OS CAMINHOS HISTÓRICOS INDÍGENAS

Adriana Gomes do Nascimento (UFSJ) - adrianan@ufsj.edu.br
Marília de Fátima Dutra de Ávila Carvalho (UEMG) - mariliadefatimaavilacarvalho@gmail.com
Suzana Helena Ceranto Ribeiro (UFSJ) - suzanahe0@aluno.ufsj.edu.br

Narrativas produzidas sobre ocupação do Brasil verifica-se a perpetuação da historiografia urbana face a uma territorial e autóctone. A sobreposição do discurso europeu, urbano versus as narrativas territoriais dos povos originários desde o período histórico indígena, são práticas que insistem na tábula rasa. Nas pesquisas sobre formação de cidades é pouco discutida a relação entre os caminhos históricos indígenas em sua relação com a estruturação espacial das redes urbanas. Este artigo salienta levantamentos realizados durante processos e trocas em pesquisa num recorte em Minas Gerais focado na Comarca do Rio das Mortes, via estudos historiográficos, imagéticos e iconográficos. Entendemos que a inserção da questão indígena, frequentemente invisibilizada nos estudos urbanos e regionais mineiros, têm muito a contribuir com estudos urbanos morfológicos numa perspectiva decolonial, inter e transdisciplinar, oferecendo outras leituras e análises históricas e espaço-temporais.

CARTOGRAFIA NA GEOGRAFIA HISTÓRICA DO CAPITALISMO: CARTA CADASTRAL E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE CAMPINAS (SP)

Isabela Magalhães Bordignon (Universidade Estadual de Campinas) - isabelabord1@gmail.com
 Lindon Fonseca Matias (Universidade Estadual de Campinas) - lindon@unicamp.br

Desde os primórdios, o mapa tem sido um instrumento utilizado na representação dos fenômenos e elementos do espaço geográfico, e os processos que envolvem a sua elaboração e uso foram e são diretamente influenciados pelo contexto histórico em que está inserido e pelos agentes envolvidos. No presente texto tem-se como objetivo analisar o papel desempenhado pela cartografia cadastral na formação territorial da cidade de Campinas na passagem do século XIX para o XX, tendo como ponto de partida a metodologia de desconstrução do mapa proposta por John Brian Harley. Fundamentado no levantamento e revisão bibliográfica, bem como na análise das cartas cadastrais dos anos de 1878 e de 1929, evidencia-se a relevância do mapa na formação territorial de Campinas, sendo este um elemento central na modernização do território campineiro. Ademais, o mapa se reafirma como um importante material histórico e geográfico para o entendimento dos processos que engendraram a atual configuração territorial.

COMPLEXO ESPORTIVO DO PACAEMBU (1930-1940): A CONCEPÇÃO DE UM DISPOSITIVO

Stela de Camargo Da Dalt (USP) - stela.dalt@usp.br

O presente trabalho trata do contexto histórico que levou à construção de um Estádio municipal no bairro do Pacaembu entre os anos 1930 e 1940. Paralelamente, adentra a discussão teórica acerca das noções foucaultianas de "dispositivo" e "disciplina" para, a partir, de um lado, da relação entre história da cidade e da formação urbana, e de outro, da genealogia do poder, refletir

sobre a relevância que a disciplina do urbanismo e da educação cívica teve sobre o projeto modernista para a cidade de São Paulo no início do século XX. A contextualização do cenário político, das ações e do pensamento da "intelligentsia" paulistana à frente do Departamento de Cultura — autarquia municipal responsável por tais propostas — visa compreender o que esteve por trás da concepção desses lugares. As intenções de seus idealizadores, entretanto, diferem-se da recepção e da continuidade que foi (ou não) dada à empreitada civilizatória concebida nas primeiras décadas do século passado. Isso porque o projeto — da escala mais geral à mais específica — dos dispositivos considerava apenas uma versão, dentre tantas, a respeito de uma mesma realidade.

CRÔNICAS DE MEMÓRIAS: A HISTÓRIA DA CIDADE DE NATAL NAS CRÔNICAS DE AUGUSTO SEVERO NETO

Natália Melchuna Madruga (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - natalia.mmadruga@gmail.com

Maurice Halbwachs (1990) chama de memória histórica aquelas memórias coletivas que são registradas e que permitem que de alguma forma sejam acessadas e revividas em diferentes épocas por diferentes gerações. Uma dessas formas de "guardar" as lembranças é a literatura, a crônica mais especificamente, já que a narrativa se desenvolve a partir de observações do cotidiano, então a cidade e habitantes estão geralmente presentes nas narrativas. Esse material é chamado de representação segundo a abordagem da história cultural, e se apresenta como uma fonte de pesquisa para a história da cidade. Apesar de não ser considerada uma fonte tradicional, ela permite o contato com o passado de pessoas comuns que viveram na cidade real. Essa é a discussão apresentada nesse artigo, e como exemplo são estudadas as crônicas memorialistas de Augusto Severo Neto sobre a cidade de Natal das décadas de 1920, 1930 e 1940.

DO GASÔMETRO AO GIGANTE: AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO E CONEXÃO CIDADE X BORDA NA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE URBANO DA ORLA DO GUAÍBA EM PORTO ALEGRE

Maria Rita Ferreira Soares (Universidade Federal de Santa Catarina) - mariaritasoares@gmail.com
 Sergio Torres Moraes (Universidade Federal de Santa Catarina) - sergiomoraes@arq.ufsc.br

Este artigo busca discutir a complexidade de projetos urbanos em áreas ribeirinhas em grandes metrópoles. Tem como foco de análise o Parque Urbano da Orla do Guaíba, em Porto Alegre, compreendido entre a Usina do Gasômetro e o Parque Gigante. A pesquisa foi realizada a partir de revisão bibliográfica e da consulta de documentos, bem como da análise de um projeto de caráter semelhante já executado, estabelecendo uma análise comparativa. O artigo busca compreender a relevância de projetos urbanos em frentes d'água, como elemento estratégico

para a cidade e sua região metropolitana, relacionando soluções de implantação e desenho urbano a preservação e manutenção do ambiente natural e da paisagem circundante. Os resultados, entre outros, apontam para soluções já conhecidas na revitalização de frentes d'água, tornando-se, mais do que uma obra de grande dimensão, um espaço de qualidade.

ENTRE GESTOS E TERRITORIALIDADES: A CIDADE DE SALVADOR NOS LIVROS DE FOTOGRAFIA DE MAUREEN BISILLIAT E MÁRIO CRAVO NETO (1970 - 1980)

Junia Cambraia Mortimer (UFBA) - junia.mortimer@ufba.br

Deise Lima da Silva (UFBA) - deiselimaarq@gmail.com

Flora Menezes Tavares (UFBA) - floramt97@gmail.com

Neste artigo pretendemos contribuir com a história da cidade de Salvador tomando como fontes as fotografias produzidas por Mario Cravo Neto e Maureen Bisilliat, mais especificamente aquelas reunidas em dois livros de fotografia publicados por esses artistas nas décadas de 80 e 90, com fotografias realizadas de 1968 a 1984. Nos colocamos diante desse legado visual com algumas questões orientadoras: Como era a cena artística em torno da fotografia em Salvador naquele momento? Como essa cena se relacionava com as políticas urbanas nesse período? Que aspectos dos processos de produção do espaço em Salvador essas imagens dão a ver? Para que territórios elas nos lançam? Que práticas urbanas elas evidenciam? Como essas imagens, produzidas no passado, atualizam pautas que ainda se fazem necessárias? Para adentrar os caminhos abertos por essas perguntas, nos debruçamos sobre os livros "Cidade da Bahia", de Mario Cravo Neto, publicado em 1984, e "Bahia Amada Amado", de Maureen Bisilliat, com texto de Jorge Amado, publicado em 1994. Por meio de uma trama de acontecimentos, costurada a partir dessas fontes visuais, apresentamos uma cena urbana da capital baiana que evidencia a ação da visualidade fotográfica na construção de ideias de cidade, para Salvador, naquele período.

ESPAÇO E FORMA URBANA: ANÁLISES SOBRE REFLEXOS DO GRID NAS ORGANIZAÇÕES E INTERAÇÕES NAS CIDADES

Marina Guerra Diógenes (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - marinagdiogenes@gmail.com

Decodificar a cidade existente — e não apenas a que deveria existir — é um ponto essencial para a sua transformação. Esse artigo tem como objetivo contribuir com o diálogo acerca de questões sobre o espaço, a forma e o grid nas cidades de hoje, pensando em como eles podem afetar interações relevantes para a compreensão dos fenômenos urbanos. Uma forma importante de estudar a morfologia urbana é usando da malha, buscando entender as relações entre espaços livres e construídos, quadras, edifícios, volumes e usos. Nessa perspectiva, coloca-se o grid como uma estrutura legível, capaz de ordenar complexidades do espaço e proporcionar funcionalidade, ao mesmo tempo que se

entende também como possível o questionamento sobre o papel do grid nas dinâmicas de segregação urbana. Para isso, parte-se aqui de uma revisão bibliográfica, tendo como base algumas das colocações do livro Ladders de Albert Pope (1996), considerado um clássico do campo do urbanismo.

ESPAÇOS COLETIVOS, LUGARES COMPARTILHADOS: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Renata Priore Lima (UNIP) - renata.lima@docente.unip.br

Os espaços coletivos têm adquirido cada vez mais relevância nos estudos urbanísticos bem como nos planos e projetos urbanos. Estes compõem o ambiente compartilhado da cidade e são lugares de socialização essenciais para o desenvolvimento da vida urbana. Entretanto, sua conceituação, que permeia a discussão sobre os espaços públicos e privados, tem assimilado variadas e, por vezes, divergentes interpretações e nomenclaturas. Para colaborar com esta reflexão, o presente artigo pretende organizar esse panorama de contribuições, a partir de uma seleção de autores nacionais e internacionais que discutem a temática, em forma de um estudo de revisão. Propõe-se definir o conceito e entender as lógicas de organização dos espaços coletivos, bem como elencar um conjunto de critérios de análise desses espaços, que podem inclusive ser compreendidos como partes de um amplo sistema urbano. Espera-se que esta reflexão possa contribuir com a interpretação das cidades atual e com o processo de planejamento urbano, de forma a promover discussões mais atualizadas, pautadas pelas novas dinâmicas que vem sendo incorporadas à vida contemporânea.

INSURGÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO RIO GRANDE DO SUL: UM PANORAMA DE AÇÕES NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Jorge Luís Stocker Júnior (PROPUR/UFRGS) - jorgestockerjr@gmail.com

Inês Martina Lersch (PROPUR/UFRGS) - martina.lersch@ufrgs.br

O campo do patrimônio cultural passou por grandes transformações nas últimas décadas, em que a perspectiva dogmática foi substituída por uma perspectiva crítica, que reconhece o patrimônio como uma construção social. Na atualidade, o enfoque prioritário se dá em relação aos sujeitos detentores das práticas e dos bens culturais, levando a um protagonismo da sociedade civil que tensiona as políticas públicas de preservação vigentes. Observada uma incipiente acomodação da sociedade civil organizada nas políticas públicas, a segunda década do século XXI (2010-2020) foi marcada por convulsões sociais e questionamento das estruturas políticas vigentes, em movimentações insurgentes potencializadas pelas redes digitais. As insurgências do patrimônio cultural multiplicaram-se de forma significativa, sendo, em essência, ações de "urbanismo insurgente" que acionam o passado e debatem a relação da comunidade com o território e seu processo histórico. Este artigo

busca traçar um panorama das ações de insurgências do patrimônio cultural ocorridas na segunda década do século XXI no Rio Grande do Sul.

INTERVENÇÕES NA PAISAGEM CULTURAL E CONTRATES NA APROPRIAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Andre Araujo Almeida (Universidade Presbiteriana Mackenzie) - andrearaujo.almeida@mackenzista.com.br

Angelica Aparecida Tanus Benatti Alvim (Universidade Presbiteriana Mackenzie) - angelica.alvim@mackenzie.br

Este artigo explora o tema da apropriação da paisagem cultural e como identidades locais podem ser fortalecidas ou enfraquecidas no imaginário coletivo a partir de intervenções urbanas. Faz uma breve análise de dois territórios de referência na cidade de Fortaleza, Poço da Draga e Mucuripe, com o intuito de observar sinais de apagamento e invisibilidade de comunidades vulneráveis. Analisa ainda as potencialidades que as discussões sobre o desenvolvimento local trazem para o tema, através da Escola Territorialista Italiana. O presente trabalho traz assim, por objetivo geral, observar como as relações entre paisagem cultural e intervenções urbanas podem interferir no desenvolvimento local; e, por objetivos específicos, a) discutir as formas de apreensão e interpretação da paisagem urbana; b) debater a construção do imaginário urbano contemporâneo; c) discutir os dois territórios de referência para o tema; d) observar cruzamentos teóricos entre o tema e a abordagem territorialista italiana. Partiu-se da seguinte questão: As intervenções na paisagem influenciam na apropriação coletiva e no desenvolvimento local? Diante da questão apresentada, propõe-se um percurso de investigação teórico-conceitual dialogando com autores que auxiliem na compreensão do tema e nas reflexões sobre as tendências contemporâneas, relacionando-os, ao final, à abordagem territorialista de Alberto Magnaghi. Tem-se como resultado uma melhor compreensão da contribuição das intervenções urbanas na apropriação do espaço e sua relação com o desenvolvimento local sustentável. O trabalho convida os profissionais da arquitetura e do urbanismo a uma reflexão ética sobre seu próprio papel na construção ou manutenção de vulnerabilidades sociais e urbanas, cujas representações e interpretações dadas às paisagens podem ser usadas para valorizar estereótipos e construir estigmas sobre os territórios, ou, ao contrário, fortalecer o desenvolvimento auto-sustentável e os territórios locais, plenos de vitalidade, identidade e apropriação.

LEITURA DA PAISAGEM ESQUECIDA: O VAZIO DA DEMOLIÇÃO DO ESTÁDIO DO AMERICANO F. C. EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Paolla Clayr de Arruda Silveira (Universidade Federal do Rio De Janeiro) - paolla.silveira@fau.ufrj.br

Este artigo se baseia nas discussões sobre a paisagem do esquecimento, realizadas na disciplina de "Arquitetura da Paisagem", no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ/UFRJ), ministrada pelos professores Vera Tângari, Alex Lamounier e Marcelo Sbarra, desenvolvida completamente por meio remoto devido a pandemia de Covid-19, voltada para a análise e leitura de espaços urbanos em diferentes escalas. O objetivo é aplicar os conceitos de Compartimentação da Paisagem e de Critérios de Avaliação para as Unidades, que busquem identificar tipos morfológicos incidentes na escala local, elegendo o vazio urbano esquecido pelos poderes públicos e privados quanto ao Estádio Godofredo Cruz, antigo Campo do Americano Futebol Clube, que se relaciona diretamente à qualificação da paisagem urbana. Ao integrar as análises dos elementos estruturantes da forma urbana, como a legislação urbanística, os fluxos socioeconômicos e os padrões de ocupação, busca-se trazer à tona os atributos que tem o potencial para qualificar os espaços abandonados.

NA POLÍTICA DE RUA DÁ PRA FAZER HISTÓRIA, MANO. CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A PRESENÇA NEGRA NOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Felipe de Freitas Moreira (FAUUSP) - felipemoreira.arq@gmail.com

O presente artigo promove uma análise dos monumentos oficiais construídos em espaços públicos do município de São Paulo ampliando e problematizando a narrativa sobre quem são as pessoas homenageadas focando, sobretudo, no monumento à Mãe Preta. O estudo demonstra como os monumentos às pessoas brancas (em especial dos homens brancos) são maiores, mais diversos e melhor representados do que os demais grupos. O artigo conclui que essas diferenças nos monumentos operam na lógica de retroalimentação das opressões articuladas entre raça, gênero e classe que estruturam a sociedade brasileira. Por fim, o presente trabalho aponta alguns caminhos que já estão sendo traçados por diversos agentes principalmente artistas e coletivos de jovens negros para ampliar as narrativas numa perspectiva antirracista.

NOVO MERCADO DE SÃO BRÁS: O DISCURSO DO DECLÍNIO URBANO E A APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Adailson Soares Dantas (Universidade Federal do Pará) - adailsondantas16@gmail.com

O trabalho objetiva identificar e analisar os discursos que embasam a produção (simbólica e material) do espaço no âmbito do projeto de requalificação urbana e patrimonial "Novo Mercado de São Brás", desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belém (PA). Para isso, utilizou-se o método de análise do discurso, que busca revelar o corpo significativo deste equipamento de importância histórica em uma perspectiva que o considera um

espaço privilegiado de produção e de confronto de sentidos, muitos destes impostos por estruturas e sujeitos discursivos dominantes nem sempre explícitos. Os recortes analisados elucidam alguns dos principais objetivos da requalificação: refuncionalização baseada na lógica do consumo com suporte na indústria cultural e turística – incluindo cultura, gastronomia e lazer. Conclui-se que os dados encontrados permitem apreender que o discurso do declínio urbano embasou a atitude da gestão municipal de intencionalmente atuar na entrega do patrimônio público à iniciativa privada através de procedimentos arbitrários.

O CAOS FUNDIÁRIO DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ : ORIGEM E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O PRESENTE E O FUTURO

Jannice Amóras Monteiro (UNINOVE) - jannicemonteiro@cgmail.com
 Camila Silva Mantovani (UNINOVE) - camilamantovani356@gmail.com
 Tatiana Tucunduva Philippi Cortese (UNINOVE e USP) - taticortese@gmail.com
 Luís Fernando Massonetto (USP) - lmassonetto@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a origem histórica do atual caos fundiário de Belém, capital do estado do Pará, bem como a ausência de demarcação urbanística, em especial no que tange a da denominada 2º Léguas Patrimonial concedida pelo governo estadual ao municipal. Com o passar do tempo concessões de caráter particulares foram feitas, porém o ente público municipal demonstra dificuldade em respeitar e regularizar as concessões existentes, tornando a caótico o cenário local resultando em ações judiciais acerca da matéria. O artigo traça pontos históricos importantes, apresentando a origem da delimitação histórica do território de Belém, identificando áreas mais afetadas, trazendo fundamentação da importância jurídica urbanística que norteiam as políticas públicas elencadas que deveriam ser implantadas pelo ente municipal.

O MÉTODO HISTÓRICO-CRÍTICO EM ESTUDOS SOBRE URBANIZAÇÃO REGIONAL

Flávio José Rodrigues de Castro (MOM/EAUFMG) - fjrcastro@gmail.com

Este artigo aborda o tema da urbanização em regiões não metropolitanas e toma como recorte espacial o sertão central de Minas. Adota como marco teórico o conceito marxiano de formação econômica da sociedade, em sua versão atualizada por Milton Santos como formação socioespacial. Utiliza um recorte temporal que retroage até o período colonial para elucidar as bases do processo social que se espacializa na região de estudo. A reflexão sobre a distinção de processos de urbanização de regiões não metropolitanas e conformação de cidades médias utiliza a metáfora do rizoma, tomada da obra de Deleuze e Guattari. E a reflexão sobre a replicação dos efeitos

metropolitanos nessas regiões e cidades emprega a metáfora da metástase, em sua dimensão patológica, como referência.

O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR NA BAHIA – HISTÓRIA E ATUALIDADE DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS À LUZ DA TEORIA DAS CIDADES

Regina Lúcia Pereira de Assis Luz (PPDRU/UNIFACS) - reginalucialuz@gmail.com

O artigo tem como tema o histórico da evolução urbana do Subúrbio Ferroviário, em Salvador, na Bahia e na sua Região Metropolitana, entre o século XIX e a atualidade, tendo como fio condutor a implantação da Ferrovia e a sua possível transformação em Monotrilho, a partir de estudiosos da História e Teoria das Cidades e da evolução do capitalismo global. O problema a ser verificado é a sincronia, ou relativa assincronia, entre as transformações urbanas ocorridas neste espaço urbano, periférico em relação ao capitalismo global. As transformações da dinâmica temporal e espacial da acumulação capitalista desencadeiam mudanças econômicas, políticas e culturais em múltiplas escalas e dimensões da vida social. Objetiva-se verificar as consequências no espaço urbano e na morfologia do Subúrbio Ferroviário da sucessão dos ciclos de evolução do capitalismo, desde o mercantilismo vivido antes do século XIX e do liberalismo desse século, sua substituição pelo fordismo-keynesianismo no século XX, e na vigência do neoliberalismo e modificações da atualidade no período após os anos 70. Adotou-se a divisão por período optando-se pela metodologia explicativa com base em pesquisa bibliográfica. Como resultados verificou-se o relativo “apagamento” do termo subúrbio ferroviário que acompanha a sua progressiva densificação e incorporação como fronteira de valorização imobiliária adotando-se a denominação de Borda da Baía de Todos os Santos. Acompanha-se a decadência da ferrovia e a constituição do espaço de segregação, e por fim, a transformação da ferrovia, que lhe empresta o nome, numa via elevada base de um veículo pós-moderno sem que questões como o pagamento da tarifa, os riscos ao patrimônio cultural e natural estejam resolvidas e sem a participação da população.

OBSOLESCÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO HISTÓRICAS DOS CENTROS COMERCIAIS DAS ELITES DE BELO HORIZONTE, MG: DA PRIMEIRA REPÚBLICA À CONTEMPORANEIDADE

Patrícia Capanema Álvares Fernandes (Universidade Federal de Ouro Preto) - patcapanema@gmail.com

O artigo apresenta uma análise histórica dos processos de criação de obsolescência e substituição espaciais dos centros comerciais em Belo Horizonte em três momentos: a criação da capital a partir da transferência de Ouro Preto e a constituição de seu primeiro centro; a expansão urbana com a criação da Pampulha, concomitante ao surgimento de um novo centro comercial a Savassi; e o mais recente processo de deslocamento das elites

para a região do Belvedere III, transbordando para o município de Nova Lima. O artigo procura demonstrar que, apesar da obsolescência do consumo pertencer a uma discussão mais recente, no contexto do processo de acumulação flexível (HARVEY, 1990) e da sociedade burocrática do consumo dirigido (LEFEBVRE, 1999), no âmbito do espaço urbano, esse processo tem raízes históricas bastante profundas. Através dos casos, evidencia como esses processos são resultados de constelações de ações, movimentos e regulações urbanas que resultam em profundas transformações espaciais com transferência de valores tanto imobiliários quanto simbólicos.

ORIGENS DA VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL DOS INDÍGENAS GUARANI NA TRÍPLICE FRONTEIRA ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI: COLONIZAÇÃO, MISSÕES E GUERRAS JESUÍTICAS

Alessandra de Sant'Anna (IPPUR/UFRJ) - alessandradesantanna@gmail.com

A partir de um conjunto de vulnerabilidades presentes no cotidiano dos indígenas Guarani, na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai se verifica que desigualdade e pobreza não são fatos dados, mas determinados histórica e socialmente. Por este motivo, este trabalho se dedica a contextualizar historicamente a produção de vulnerabilidade socioterritorial Guarani na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai considerando os seguintes marcos históricos: a colonização, as missões jesuíticas e as guerras jesuíticas. O estudo possui abordagem qualitativa e se utiliza da revisão da literatura e pesquisa documental e se organiza a partir de três eixos estruturantes: modo de vida e da organização socioterritorial Guarani; (ii) sociedade e território na Tríplice Fronteira; (iii) vulnerabilidade socioterritorial dos indígenas Guarani. Como resultados, se verifica um conjunto de rupturas entre o acesso dos indígenas à terra e a restrição de sua dinâmica socioterritorial ao mesmo que tempo em que se constroem um conjunto de domínios (material, subjetivo e simbólico) ainda que acompanhados de resistências e enfrentamentos.

OS BAIROS DO CENTRO EXPANDIDO DE GOIÂNIA-GO: MOSAICO URBANÍSTICO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE UMA CIDADE NOVA

Sandra Catharinne Pantaleão Resende (Pontifícia Universidade Católica de Goiás) - catharinne@pucgoias.edu.br

O presente artigo apresenta uma leitura histórico-morfológica de Goiânia por meio de fontes documentais, tendo como marco o decreto-lei nº 574 de 1947. Depreende-se dessa análise a estrutura urbana, suas dinâmicas e as principais transformações que aludem não apenas a ocupação do território, mas à atuação político-institucional e econômico-fundiária, deslocando o "desejo" do ideário moderno em seu DNA para um projeto empreendedor imobiliário, moldado pelo parcelamento de glebas

rurais, incorporadas às áreas urbanas e suburbanas, notadamente a partir dos anos 1950. O estudo dos bairros, numa perspectiva histórica, possibilita compreender a estruturação urbana de Goiânia, tendo por referência seu atual centro expandido. Busca-se, a partir desses bairros, constatar a formação de um eixo leste-oeste de alcance urbano regional e outro, no sentido norte-sul, articulado à ocupação intraurbana em que as relações socioespaciais se constituem, por vezes, perfazendo uma outra cidade à medida em que reconhecem-se sujeitos ainda invisibilizados.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SEGUNDA ETAPA DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS

Irina Alencar de Oliveira (UnB) - irinaoliveira@gmail.com

Analisa-se as articulações observadas entre os processos de patrimonialização da cidade de Goiás-GO e a participação da comunidade local em sua trajetória, especialmente, sua segunda fase. Observa o desenvolvimento dessa participação e os atores constituintes de tal comunidade, assim como, as práticas sociopolíticas e culturais, memória social, apropriações coletivas, poder, turismo cultural e vinculações afetivas e identitárias vinculadas a eles. Visa verificar em que medida todos esses elementos poderiam, através da participação comunitária, ter contribuído para sua conservação patrimonial singular. O papel da sociedade civil organizada na área, como a OVAT e o Movimento Pró-Cidade de Goiás, também é observado atentamente. Para tanto, investigam-se recortes jornalísticos de época, documentos extraídos do acervo do IPHAN e outras pesquisas sobre a temática, pelo viés da História Cultural e as perspectivas analíticas de diversos autores. Essa abordagem busca atender à atual demanda por alternativas de conservação não institucionais do patrimônio cultural brasileiro, devido às circunstâncias críticas contemporaneamente enfrentadas.

PLANOS URBANÍSTICOS PARA BRASÍLIA/DF E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO TECIDO SOCIO-URBANÍSTICO (1957-1992)

Patrícia Silva Gomes (Universidade de Brasília) - sgomespatricia@yahoo.com.br
Amanda Gomes do Valle (Universidade de Brasília) - valleamanda7@gmail.com

Vários planos urbanísticos foram produzidos para Brasília/DF, conformando, gradativamente – quer no seu conteúdo quer no descumprimento dele –, o tecido socio-urbanístico atual. Assim, analisar como este tecido foi se constituindo, à luz dos planos elaborados para a metrópole entre 1957 e 1992 é, pois, o objetivo assumido por este trabalho. Buscou-se interpor os mapas de zoneamentos de cada um dos planos propostos e os mapas iconográficos do tecido sócio-urbanístico constituído em cada um desses períodos. Os resultados mostram que os planos tiveram

efeitos espaciais, tanto no seu cumprimento quanto no seu descumprimento. O Plano Estrutural de Organização Territorial do Distrito Federal de 1978 talvez tenha sido o plano com maior impacto espacial, definindo o vetor de expansão. Os Planos conduzidos nos anos 1980 – Plano de Ordenamento Territorial, Plano de Ocupação e Uso do Solo e Brasília Revisitada – são realistas para lidar com uma metrópole desigual e complexa, muito embora as respostas, do lado do controle do uso do solo e da descentralização de atividades, não tenham surtido efeito, trazendo pressão às áreas rurais e sensíveis, enquanto não conseguiram tornar o território mais justo.

RESIDÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: O OCULTAMENTO DA MEMÓRIA DA FASE SANATORIAL NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP

Luciano Urizzi (Universidade do Vale do Paraíba) - contato@lucianourizzi.com.br

Este artigo teve como intuito analisar o processo histórico que configurou o espaço urbano da área central do município de São José dos Campos - SP, tendo como recorte o período entre as décadas de 1920 a 1960, conhecido como “fase sanatorial”. Para este fim, o presente estudo se apoia nos conceitos de identidade e memória coletiva e como são construídos a partir da configuração e do uso do espaço urbano. Tem como objetivo principal, entender como interesses capitalistas de determinados grupos sociais podem nortear a construção da identidade de uma cidade, bem como apagar a sua memória. Neste sentido, as poucas residências verificadas no espaço central da cidade – mesmo que os críticos de arquitetura ou do patrimônio histórico não os considerem relevantes – devem ser mantidos com o intuito de servir como testemunhas resistentes da história da cidade para as gerações futuras.

RUAS QUE REVELAM HISTÓRIAS: TRAJETÓRIA DAS ZONAS DE PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Patricia Luana Costa Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - patricialcaraujo@gmail.com

Nas cidades brasileiras o nome dado aos espaços destinados a prostituição é comumente conhecido como zona de prostituição ou apenas zona. Existe uma forte associação entre essa categoria com a atividade. A zona é uma categoria que foi utilizada para caracterizar e classificar áreas, como planejar diferentes territórios da cidade. Sendo o zoneamento um instrumento do planejamento urbano, percebeu-se que os territórios da prostituição passaram por esse processo não oficial, ao longo de varias reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX até o início do século XX. Resultando assim, em disputas espaciais entre esse grupo social e agentes hegemônicos, além de variadas mudanças locacionais da atividade. Portanto, o objetivo desse trabalho é investigar como

houve essa associação no Rio de Janeiro e a trajetória das zonas de prostituição provenientes das ações desses diferentes agentes modeladores do espaço urbano.

SEGREGAÇÃO SOCIAL E DESIGUALDADE ESPACIAL: O INÍCIO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM LONDRINA

Elisa Roberta Zanon (IAU-USP) - elisazonon@usp.br

A proposta deste artigo é colaborar para o debate da segregação social atrelada à desigualdade espacial, tendo como objeto empírico as primeiras ocupações irregulares nos anos de 1950 em Londrina, Paraná. Ainda que a segregação advinha de processos de longa duração na história humana, a produção espacial mediante a reprodução social apresenta especificidades cunhadas pela ação capitalista em cada contexto histórico-cultural. Transversalmente a este processo, cabe esmiuçar o papel do Estado, agente conformador do espaço urbano. A cidade de Londrina foi fundada em 1929 como a sede do empreendimento britânico ocorrido em parte do norte paranaense, o que, notadamente, após mais de duas décadas já havia ocupações irregulares periféricas em áreas pouco desejadas pelo capital, algumas inaptas para habitação. Partindo da análise documental, buscou-se compreender os processos que engendraram a concentração da desigualdade em determinados pontos e, por conseguinte, a reflexão sobre a segregação social.

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E APARTAÇÃO RACIAL NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE LAGES/SC

Lilian Louise Fabre Santos (UFSC) - arllilianfabre@gmail.com
Soraya Nór (UFSC) - soraya@arq.ufsc.br
Fernando dos Santos Calvetti (USP) - fernando.calvetti@gmail.com

O presente trabalho se insere numa pesquisa maior ainda em andamento e discute a segregação espacial e racial na cidade de Lages, SC. Buscamos, por meio deste, contribuir com a discussão dos diferentes tipos de segregação em cidades de porte médio. Para tanto, nos voltamos à análise histórica da formação dos bairros da cidade, assim como as propostas de legislação urbana desde o seu princípio, buscando padrões de ocupação e como isso impacta a cidade contemporânea. Por fim conseguimos compreender o caráter histórico e processual da segregação urbana em Lages, que dita a produção do espaço urbano pelo poder público desde as primeiras ações de intervenção de ordenamento da cidade.

SERES LENTOS E VIDA URBANA: CAMINHOGRÁFIAS PELO CENTRO DE MONTEVIDEO, PORTO ALEGRE E PELOTAS

Tais Beltrame dos Santos (Universidade Federal de Pelotas) - tais.beltrame@gmail.com

Eduardo Rocha (Universidade Federal de Pelotas) -
amigodudu@gmail.com

No centro das cidades, coexistem diversas temporalidades, dispositivos e agentes. Em prol da aceleração e da globalização das tecnologias, produtos e sentidos, estão os seres rápidos, agentes de uma estética global. Em sua contramão, estão aqueles que não querem ou não conseguem alcançar a aceleração normatizada pelos primeiros, os seres lentos. Agentes das práticas que produzem diferença e resistência, os seres lentos desafiam cotidianamente a aceleração de nossas cidades e podem nos ensinar outras formas de planejá-las. Buscando compreender algumas forças que tecem a lentidão e proporcionam o acolhimento, essa pesquisa se desloca por três ruas de três cidades ao sul do sul: A Av. 18 de Julio, em Montevideo; a Andrade Neves, em Porto Alegre; e a Rua dos Andradas, em Pelotas, para registrar a vida urbana e produzir pistas para um urbanismo contemporâneo que acolha os tempos lentos e se adequa às vivências urbanas da América subtropical. A experiência é impulsionada pela Pedagogia da Viagem, que prevê uma imersão pontual no campo de pesquisa, e registrada pela caminhografia (uma cartografia caminhada). Após compartilhar um pouco da experiência nessas três cidades, reiteramos a importância de nos demorarmos nos centros, e apontamos alguns agentes e motivos que podem nos ajudar a promover o menor em cada território.

TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE: TOPONÍMIA DA EMANCIPAÇÃO NEGRA NO MAPA DE 1888

Daniele Machado Vieira (UFRGS) -
daniele_vieira48@yahoo.com.br

Esse trabalho se insere no contexto de reconstituição dos antigos territórios negros em Porto Alegre/RS. Propõe trazer à tona a presença negra registrada no mapa de 1888, ano da Abolição da Escravidão, materializada em topônimos alusivos à emancipação negra. Campo da Redenção, Rua 28 de Setembro e Rua 13 de Maio inscrevem no espaço marcos do processo de emancipação, na escala local e nacional. Recorreu-se à análise histórico-geográfica para recuperar o espaço no tempo. A abordagem é amparada no contexto, ligando as denominações com o espaço geográfico que lhe dá suporte, conectando sua dimensão material (espaço físico) e simbólica (usos, sentidos, motivações). A cartografia rememora as antigas denominações dos espaços e sua ocupação pelo grupo negro. As toponímias fazem emergir os usos, as relações políticas e sociais envolvidas no seu batismo, e os significados dessas denominações para os negros.

TRADIÇÕES, FESTAS E LAZER: IMPULSIONANDO O TURISMO DE EXPERIÊNCIA AFROCENTRADO EM TERRITÓRIOS AFRO-IDENTITÁRIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Carolina Mara Teixeira (UFRJ) - caarol_mara@hotmail.com

O presente trabalho discute as formas de valorização dos espaços de pertencimento e construção dos discursos identitários da comunidade negra nos bairros da Grande Madureira e os que compõem a Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. O texto traz as relações sociais e de poder que sucederam a construção dos territórios que abrange esta pesquisa, ressaltando a presença dos sujeitos e grupos étnicos-raciais, tendo como objetivo analisar os elementos histórico-culturais, como as rodas associadas às manifestações e expressões culturais negras, e as produções espaciais (geográficas) que se incorporam na elaboração e definição de roteiros turísticos étnicos da cidade, na perspectiva de impulsionar um turismo afrocentrado através do programa Turismo de Experiência. O objetivo central deste artigo é buscar questionar as formas de atuação desse projeto e as visões críticas de pesquisadores sobre o modo de como a memória, história e identidade de determinado grupo étnico estão sendo correlacionados dentro desses tours, proporcionando a reprodução do sistema racista com aval do Estado. O trabalho é realizado sob a metodologia baseada em dados referenciais bibliográficos, qualitativos, de grau exploratório e descritivo.

UNIDADE DE VIZINHANÇA: O LUGAR DA ESCOLA NA PAISAGEM URBANA DE BRASÍLIA

Pedro Augusto do Nascimento (Universidade de Brasília) -
pedroan88@gmail.com

Carolina Pescatori (Universidade de Brasília) - pescatori@unb.br
Luciana Saboia Fonseca Cruz (Universidade de Brasília) -
lucianasaboiaacruz@gmail.com

A proposta de unidade de vizinhança - UV, de Clarence Perry, reverbera e continua sendo aplicada em projetos urbanísticos. Investigamos nesse artigo o papel das escolas primárias públicas na paisagem, na construção, na ocupação e no uso de dois bairros em Brasília: Plano Piloto e Ceilândia, ambos projetados sob o princípio da UV, para diferentes públicos, no contexto da criação da nova Capital. A pesquisa está dividida em duas partes, uma iconográfica – em que analisamos plantas, relatórios e fotografias – e a segunda estatística censitária – em que processamos e analisamos os dados do cadastro de matrículas da rede pública de ensino de Brasília. Constatamos que as escolas tiveram um papel central no projeto e na implantação desses dois bairros, que estudar perto de casa, dentro de uma distância ativa, é uma realidade para 64% dos alunos que moram na Ceilândia e que um terço dos alunos matriculados no Plano Piloto viajam mais de 27 km diariamente para chegar até a escola.

URBANISMO IMPERIAL, NATUREZA E ROMANTISMO: VIDA E OBRA DE MANUEL DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE

Rafael Teixeira Vidal (UFRJ) - rafaeltvidal@gmail.com

Na esteira da teoria crítica ao neoclassicismo e ao romantismo, investiga-se as construções culturais empreendidas para a criação

da imagem do Brasil Imperial, dando enfoque principal à construção de uma imagem de natureza tropical e moralmente imaginada, conforme representada na pintura oficial do Estado, à qual pertencia o arquiteto, pintor e vereador da cidade do Rio de Janeiro entre 1848 e 1850, Manuel de Araújo Porto-Alegre. Ver-se-á que, através da pintura de Porto-Alegre como fato cultural disseminado pelo Estado, a natureza colonial, “selvagem e primitiva”, toma lugar sublime na história nacional, influenciando a própria construção da cidade, dos jardins, passeios e de novas questões urbanas.

URBANIZAÇÃO DE DIVINÓPOLIS-MG, 1912-1933: EXPANDIR; EMBELEZAR; SEGREGAR

Érick Aparecido de Lacerda (Universidade Federal de Minas Gerais) - erickaplacerda@hotmail.com
Elisângela de Almeida Chiquito (Universidade Federal de Minas Gerais) - lis_arq@yahoo.com.br

No final do século XIX e início do século XX, no Brasil, os preceitos técnicos para a modernização urbana se embasaram na confluência de preocupações estéticas, sanitárias e funcionais. Embora tenha se produzido uma vasta gama de estudos voltados para o desenvolvimento dos princípios do urbanismo moderno nos planos e projetos urbanos desse período, carecem investigações acerca da interiorização de tais ideias em cidades de menor relevância no cenário nacional. Deste modo, o presente artigo busca compreender como foram interpretadas e materializadas concepções modernizadoras no processo de urbanização do município de Divinópolis-MG, entre os anos de 1912 e 1933. Mediante análise de fontes primárias, sendo planos de expansão e a legislação urbanística, observa-se que os esforços empregados pela administração municipal se voltam para a construção de uma nova imagem – bela, funcional e sã - para Divinópolis, porém, isto não ocorre sem ensejar exclusões.

URBANIZAÇÃO, URBANIDADE E DINÂMICAS CULTURAIS: PROXIMIDADE SOCIOESPACIAL E AÇÕES COLETIVAS EM JACAREÍ, SP

Bianca Siqueira Martins Domingos (Universidade do Vale do Paraíba) - biancasiqueira.m@gmail.com
Cilene Gomes (Universidade do Vale do Paraíba) - cilenegomes2011@gmail.com
Bianca Marques Costa Nogueira (Universidade do Vale do Paraíba) - bianca.nogueira161998@gmail.com

O artigo traz reflexões sobre as relações entre urbanização e urbanidade no contexto regional e municipal da cidade de Jacareí, situada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) do estado de São Paulo. No cerne destas relações estão as dinâmicas culturais e ações coletivas que (re) produzem o social, a economia, a política e a cultura na esfera pública urbana local. Aspectos históricos, geográficos e de planejamento urbano ligados à organização do território são apresentados por meio de

cartografias e dados que oferecem perspectivas contextualizadoras ao leitor. Em um fazer cidade que tem a cultura como estratégia e tática, a dinâmica cultural urbana evidenciada no artigo está na forma de artes urbanas muralistas que revelam como a urbanidade é gerada e transformada por ações coletivas na esfera pública e como as temáticas propostas pelos artistas nos murais possuem conexões com o sentido do lugar.

VENDEM-SE BENS CULTURAIS IMOBILIÁRIOS: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DOS CENTROS HISTÓRICOS BRASILEIROS EM TEMPOS DE ACUMULAÇÃO PATRIMONIAL

Lizia Agra Villarim (MDU/UFPE) - liziaagra@gmail.com
Mauro Normando Macêdo Barros Filho (UFCG) - mbarrosfilho@gmail.com

Os recentes anúncios de alienação e venda de bens culturais da nação colocaram na mídia a discussão da questão da sua precificação e apontaram a possibilidade de abertura do nosso capital cultural no mercado imobiliário. Essa, pode ser o pontapé para reforçar na população a importância de se questionar como a representatividade cultural da nação vem sendo transacionada no mercado imobiliário dos centros históricos. Também, quem ganha e quem perde com esse comércio. Questão problemática, pois a gestão patrimonial nacional, ao inserir tais bens como ferramentas de controle das dívidas públicas, indicam que sua precificação não se formou com base nos atributos. Apontando a formação de uma contradição na dinâmica destas porções, o caso de serem tratados como capital fictício e não atributos da identidade nacional. É esta contradição que exploramos, ao abordarmos o atual regime urbano, que concede um panorama que caracteriza os centros históricos em tempos de acumulação patrimonial.

ST03. Planejamento e gestão do espaço metropolitano

Comissão Científica: Gilberto Friedenreich dos Santos (FURB), Olga Firkowski (UFPR), Heleniza Ávila Campos (UFRGS), Livia Miranda (UFCCG)

Temas: planejamento em múltiplas escalas, o espaço metropolitano e o Estado local; planejamento urbano e problemas metropolitanos (habitação, saneamento, transporte...); quem planeja o quê, como e para quem no espaço metropolitano? Gestão metropolitana comparada; Estado, capital e movimentos sociais no espaço metropolitano; gestão 'democrática' do espaço metropolitano?

Ementa: Nesta ST serão tratados problemas relacionados ao planejamento e gestão de metrópoles. São os espaços urbanos com maior concentração de pessoas, edificações, veículos, unidades produtivas, comércio e bancos que requerem atenção – pelas “externalidades” que os acompanham. Se nos jornais e no debate público são habitação, saneamento e transporte que ganham maior destaque, os estudos metropolitanos revelam, ademais destes, uma considerável gama de outros graves problemas que afligem aquelas e aqueles que vivem, moram e trabalham nas grandes cidades brasileiras e latino-americanas. As atividades de planejamento têm sido duramente atingidas pelas políticas ultraliberais de terceirização de funções da administração pública, em todos os níveis. De tais políticas não tem escapado o planejamento na escala metropolitana. Em acréscimo, é preciso notar que, lá onde ainda sobrevive, o planejamento do espaço metropolitano tem, com frequência, assumido condição de um planejamento liberal-periférico que, se atende aos requisitos de valorização do valor e às expectativas da burocracia local, tende a perpetuar a exclusão social e a degradação do ambiente físico-urbano. Tendo estas facetas da realidade metropolitana brasileira e latino-americana na devida conta é que se pode vislumbrar um planejamento que vá ao encontro das necessidades e da dignidade de quem nela vive.

A DISPUTA TERRITORIAL DE ÁREAS INDUSTRIAIS OCIOSAS: A INJUSTIÇA URBANA CONSENTIDA NO PLANO DIRETOR DE DIADEMA

Gisele Yamauchi (Universidade São Judas Tadeu) - giseleyamauchi@yahoo.com.br
 Andréa de Oliveira Tourinho (Universidade São Judas Tadeu) - prof.atourinho@usjt.br

Este artigo objetiva apresentar um debate crítico sobre o descompasso e a disputa existentes sobre as áreas industriais ociosas traduzidas planos diretores e zoneamento municipais. A partir de dois exemplos ocorridos em Diadema, na Região Metropolitana de São Paulo, serão mostradas as injustiças urbanas decorrentes de conflitos entre indústria e moradia. Como pano de fundo desse conflito, ocorre a cooptação do Estado, que

necessita da outorga onerosa, paga pelo setor imobiliário. Este, por sua vez, pressiona por mudanças no zoneamento, produzindo-se dubiedades ou situações em que as regras sobre as áreas industriais ociosas não ficam claras nos planos diretores. Serão apresentados os desafios e os impasses buscando entender os problemas criados pela desatualização dos planos diretores no contexto da reestruturação produtiva da Região do Grande ABC Paulista. Situada na Região Metropolitana de São Paulo, é composta por sete municípios, entre eles Diadema, que, desde 1990, vêm passando pelo processo de reestruturação produtiva, cujo resultado se reflete na existência de mais de 300 áreas industriais ociosas, fragmentadas no espaço urbano. Essa problemática foi muito discutida pelos atores sociais entre 1990 e 2002 com propostas de intervenção urbana. A partir de 2003, não houve atualização do debate das áreas industriais ociosas, levando ao agravamento e ao desconhecimento de sua situação, cujo descompasso se reflete em conflitos entre moradia e indústria, bem como entre atores sociais na cidade. Assim, os dois casos de Diadema, apresentados neste trabalho, tampouco demonstram que haja reflexões e soluções estratégicas no âmbito dos planos diretores. Em consequência, assistimos ao aumento das injustiças urbanas nas cidades industriais da Região, colocando cada vez mais em risco o seu futuro.

A EFETIVIDADE DOS MECANISMOS DE CONTROLE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO FUNDURB

Milena Borges Moreira Gobatti (UNINOVE) - milenagobatti@gmail.com
 Wilson Levy Braga da Silva Neto (UNINOVE) - wilsonlevy@gmail.com

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma reflexão sobre a efetividade da atuação do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB, do ponto de vista da efetividade da participação social na gestão dos recursos do fundo. Discutir-se-á a democracia participativa no Brasil, após a Constituição Federal de 1988, o contexto histórico que a antecedeu, quais mudanças foram inauguradas no âmbito da participação social com a promulgação do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor da Cidade de São Paulo e a sua implementação. Foi utilizado o método qualitativo, exploratório e documental. Tem, portanto, a finalidade de aferir se a instrumentalização dessa participação democrática e os mecanismos de controle inseridos pela legislação e festejados pela literatura estão sendo, de fato, exercidos nesse instrumento de política urbana.

A INCORPORAÇÃO DO PARADIGMA EMPRESARIAL NA ESFERA DO PLANEJAMENTO URBANO DA CIDADE DO RECIFE: AS TRANSFORMAÇÕES DE UM TERRITÓRIO ENUNCIADO COMO ESTRATÉGICO

Clara Guimarães Melo (Universidade Federal de Pernambuco) - cla.guimaraes@hotmail.com

Suey Maria Ribeiro Leal (Universidade Federal de Pernambuco) - sueyleal@terra.com.br

A inserção da lógica empresarial na esfera do planejamento e da gestão urbana fizeram com que as cidades fossem adequadas à ordem econômica mundial, através da afirmação de suas competitividades e vantagens regionais. O Planejamento Estratégico se constitui na prática concreta da nova concepção sendo amplamente disseminado como um instrumento eficaz para a promoção do desenvolvimento urbano, econômico e social. Entretanto ao ser analisado na prática nota-se que sua materialização tem se dado de maneira muito distante da sofisticação analítica empreendida pelos neoplanejadores, se traduzido numa clássica armadilha de modernização sem desenvolvimento igualitário da sociedade. Partimos da premissa de que na cidade do Recife, a difusão do paradigma estratégico de planejamento urbano tem resultado num mero processo de valorização e especulação imobiliária. Para tanto, propomos a análise de um pequeno recorte da cidade: a margem norte da Baía do Pina a fim de analisar as transformações de uma dos territórios enunciados como estratégicos pela nova modalidade. Trata-se de uma região central, dotada de fortes condicionantes históricos, culturais, paisagísticos e ambientais que vem passando por uma intensa dinâmica de valorização urbana, em termos especulativos. Fundamentado no método do materialismo histórico e dialético, o estudo foi desenvolvido mediante pesquisas bibliográficas, análise de dados, projetos e Planos Urbanísticos. Ele tem como objetivo refletir criticamente sobre a modalidade estratégica de Planejamento Urbano, de forma que possa contribuir para subsidiar outros estudos, bem como apontar novas referências para questionar a produção capitalista do espaço urbano.

A MERCANTILIZAÇÃO DO POTENCIAL CONSTRUTIVO: O CASO DE SÃO PAULO

Helterson Ribeiro da Silva Leite (Universidade de São Paulo) - heltersonribeiro@usp.br

O objetivo deste artigo é compreender como surgiu a ideia de potencial construtivo de um lote e como se deu o processo de conversão deste potencial em mercadoria, tendo como referência o caso do município de São Paulo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental no acervo da Câmara Municipal de São Paulo, além de uma consulta as narrativas vinculadas na mídia impressa paulistana. Foi possível identificar a existência de três teses sobre a gestão do potencial construtivo. A primeira é a tese restritiva influenciada por Anhaia Melo, a segunda é a tese fiscal, desenvolvida na gestão de Olavo Setúbal com o objetivo de transformar o potencial construtivo em uma fonte de receita, e, por fim, a terceira, é a tese da articulação, que vincula a venda de potencial construtivo à execução de políticas setoriais. A partir dos resultados da pesquisa, defende-se a hipótese de que a capacidade de edificar foi transformada no curso do desenvolvimento do planejamento urbano: de medida restritiva, transformou-se em mercadoria, a qual é manejada

deliberadamente pelas autoridades municipais para obter recursos.

A METRÓPOLE DE SISTEMAS ESTRATÉGICOS E FRAGMENTOS: O CASO DO PROJETO DO NOVO RIO PINHEIROS

Renata Maria Pinto Moreira (Universidade Federal do ABC) - renata.moreira@ufabc.edu.br
 Rafael Tuzuki Quaresma (Universidade Federal do ABC) - rafael.quaresma@aluno.ufabc.edu.br
 Jéssica Oliveira de Lima (Universidade Federal do ABC) - jessica.oliveira@aluno.ufabc.edu.br
 Carolina Ribeiro (Universidade Federal do ABC) - carolina.ribeiro@aluno.ufabc.edu.br

Este trabalho resulta de um processo empreendido em disciplina de graduação, que trata do planejamento urbano e metropolitano e investiga o caso prático do projeto Novo Rio Pinheiros, que se desenvolve sobre uma função pública de interesse comum fundamental, estratégica e definidora da Região Metropolitana de São Paulo, os Recursos Hídricos. No trabalho são discutidos aspectos críticos ao projeto, associados à compreensão teórica da problemática metropolitana e do projeto como exemplo de planejamento por fragmento. Os contextos históricos do sistema hidráulico metropolitano, institucional e normativo, sobre planejamento metropolitano, bem como do novo marco do saneamento definem o contexto que justifica o surgimento deste projeto, de visão gerencial do planejamento urbano e metropolitano.

A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA RMBH: ENTRE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO

Mariana Almeida Ventura (Universidade Federal de Minas Gerais) - malmven@gmail.com
 Rogério Palhares Zschaber de Araujo (Universidade Federal de Minas Gerais) - rogeriopalharesaraujo@gmail.com

O presente trabalho apresenta o panorama da regulamentação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, revelando a diversidade de estágios e instrumentos de regulamentação existentes nos 34 municípios que integram a região. Parte de abrangente referencial teórico, abordando temas como a teoria da renda da terra, regulação, planejamento e gestão do uso do solo e dinâmica imobiliária, com o objetivo de resgatar a lógica de funcionamento do próprio instrumento. Apresenta o levantamento da presença da OODC na RMBH e algumas reflexões preliminares acerca dos resultados obtidos com indicação da continuidade da presente pesquisa de mestrado. Busca a correlação entre a presença de regulamentação da OODC com o grau de comprometimento dos respectivos municípios com o processo de metropolização a partir de Belo Horizonte, de forma a identificar padrões entre as duas características, considerando

os diferentes perfis da dinâmica imobiliária municipais. Importante instrumento de redistribuição dos benefícios da urbanização, a presença da OODC como instrumento de controle da construção e arrecadação municipal aponta para uma maior presença e regulamentação em áreas de expansão imobiliária menos verticalizada e de menor padrão, mantendo áreas de maior verticalização e produção imobiliária de alto padrão, sem adoção de qualquer contrapartida, contrariando, portanto, seus objetivos e comprometendo a efetividade de sua utilização.

A PAISAGEM DA PERIFERIA METROPOLITANA CONTEMPORÂNEA: REFLEXÕES ACERCA DA CIDADE DE SÃO GONÇALO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Jefferson Tomaz de Araújo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - jeffersontomaz@id.uff.br

A exclusão e a desigualdade presentes nos processos da urbanização brasileira contribuíram com a manutenção de paisagens periféricas em diversas cidades e metrópoles no Brasil. Diversos estudos demonstram a precariedade das periferias brasileiras e a manutenção de paisagens excludentes e monótonas diante de um quadro de segregação e fragmentação socioespacial. Contudo, a literatura apresenta lacunas referentes à investigação dos processos de urbanização e sua relação com a produção de novas paisagens nas periferias metropolitanas contemporâneas, diante da ascensão do capital neoliberal na conjuntura contemporânea. Diante disso, como as paisagens das periferias metropolitanas se materializam diante da fase atual do capitalismo? Este artigo, portanto, tem como objetivo discutir e apresentar algumas reflexões a respeito da conformação urbanística e práticas políticas neoliberais que têm reconfigurado as paisagens das periferias metropolitanas brasileiras. O estudo debruça-se sobre essa lacuna da literatura a partir de uma metodologia composta por revisão bibliográfica e estudo de caso empírico com registros fotográficos de observações em campo no município de São Gonçalo, na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. O artigo revela a dinâmica da paisagem periférica que se adequa autoritariamente aos ciclos de reprodução do capital neoliberal que a impulsionam como elemento atrativo à acumulação capitalista no espaço, diante da consolidação e "congestionamento" dos núcleos urbanos centrais. A paisagem periférica se manifesta como a borda da expansão do capital, seu veículo de manutenção de poder e reprodução no neoliberalismo.

ACESSIBILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS COM A CONCESSÃO REGIONALIZADA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO RIO DE JANEIRO

Patrícia Finamore Araujo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - patricia.finamore@yahoo.com.br
Eduardo Rodrigues Marins (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - eduardormarins@gmail.com

Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - anabrittoster@gmail.com

O objetivo do trabalho foi analisar um dos blocos da concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água do RJ, a fim de verificar se os novos contratos atenderão à demanda de tarifa social da população de baixa renda dos municípios integrantes do arranjo. Os contratos de concessão arbitram um limite de atendimento de economias beneficiárias da tarifa social de 5%. Acima desse patamar é previsto um aumento na tarifa dos demais usuários. Foi verificado que o número atual de unidades consumidoras contempladas pela tarifa social já é superior aos 5%. Como agravante, foi constatado que os critérios adotados para a tarifa social restringem o acesso ao benefício, não alcançando nem mesmo as famílias inscritas no CadÚnico e atendidas por programas sociais. Conclui-se que os novos contratos garantem um valor vantajoso de tarifa média para os prestadores privados, mas está muito aquém da demanda, sendo um retrocesso no atendimento às famílias mais vulneráveis.

AS POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DA OUTORGA ONEROSA DE ALTERAÇÃO DE USO: A PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS/SC

Ana Leticia Saquete Gonçalves (Universidade de São Paulo) - analeticia.saquete@gmail.com

Com o fim do processo de elaboração e aprovação do primeiro Plano Diretor Participativo (Lei Complementar nº 482/2014) pós-Estatuto da Cidade, o município de Florianópolis/SC agora passa por um momento de avaliação e revisão da lei que rege seu planejamento urbano. Nos três projetos de lei apresentados pela prefeitura até então, todos incluíram a Outorga Onerosa de Alteração de Uso e sob uma nova perspectiva de aplicação do instrumento. O presente trabalho tem como objetivo contribuir para a discussão das possibilidades e limitações da regulação e aplicação deste instrumento que, apesar de estar previsto no Estatuto da Cidade, é muito recente no contexto histórico do planejamento urbano brasileiro.

ATIVIDADES URBANAS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO URBANO

Susiê Ghesla (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) - susieghesla@hotmail.com
Izabele Colusso (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) - icolusso@unisinos.br

As atividades urbanas são parte do fenômeno urbano e essenciais para a sua compreensão (KRAFTA, 2014). Resultam da iniciativa de indivíduos e grupos de pessoas que buscam satisfazer necessidades individuais e/ou coletivas. As atividades urbanas passam a ter alguma força no planejamento urbano, especialmente, ao longo do século XX, com o desenvolvimento das cidades industriais e o crescente número de pessoas que se

deslocaram para as áreas urbanas. Essas questões estabeleceram uma necessidade de regramento sobre a interação e aglomeração de atividades. Desde então, diversos municípios passaram a discutir com mais frequência essa interação, aglomeração e dinâmica urbana causada, principalmente, pela implantação de atividades ou grupos de atividades urbanas. As legislações federais, estaduais e municipais brasileiras apresentam uma grande lacuna sobre a utilização de atividades como uma ferramenta de planejamento urbano. Neste contexto, entender as características específicas de cada atividade e como isso pode afetar o local onde será implantada, atual e futuramente, assim como, a obtenção de critérios claros para esta análise, poderia criar um cenário interessante de auxílio para a revisão e criação de Leis municipais. Esta questão fica mais evidente, quando o item a ser discutido é a inclusão ou proibição de atividades urbanas em determinadas áreas da cidade. Esta pesquisa, foi elaborada através de levantamento bibliográfico e análises de legislações vigentes em 3 cidades brasileiras de diferentes portes e realidades (São Paulo, Curitiba e Gramado), a fim de verificar como o tema vem sendo conduzido e aplicado em termos de planejamento, assim como as características de cada grupo de atividades. A mesma intenciona apresentar quais são os critérios que poderiam ser utilizados para auxiliar a tomada de decisão sobre a inclusão e proibição de atividades em cada zona urbana das cidades brasileiras, de uma forma pró-ativa ao planejamento urbano.

AValiação DA APLICAção DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (FUNDURB) EM FORTALEZA

Camila Rodrigues Cabral (Universidade Federal do Ceará) - camila.rcabral@gmail.com

Os instrumentos urbanísticos relacionados à recuperação de mais-valias urbanas estão presentes e difundidos na legislação brasileira. A justificativa de recuperação e arrecadação visam a distribuição dos benefícios para melhorias na cidade. Nesse aspecto, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), se apresenta como instrumento responsável de fazer a intermédio entre os recursos arrecadados e sua futura alocação no espaço urbano. A partir da avaliação do FUNDURB em Fortaleza, o presente artigo tem como finalidade entender a relação entre recuperação de mais-valia urbana por meio da análise dos instrumentos urbanísticos e da aplicação desses recursos na política pública do urbano. Em primeiro lugar será analisado o contexto da introdução dos instrumentos na política pública urbana brasileira. Posteriormente, será apresentado o FUNDURB dentro desse contexto. Por fim, será analisada a aplicação dos recursos fundo e a sua relevância para a política pública urbana em Fortaleza.

AValiação DA APLICAção DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (FUNDURB) EM FORTALEZA

Camila Rodrigues Cabral (Universidade Federal do Ceará) - camila.rcabral@gmail.com

Os instrumentos urbanísticos relacionados à recuperação de mais-valias urbanas estão presentes e difundidos na legislação brasileira. A justificativa de recuperação e arrecadação visam a distribuição dos benefícios para melhorias na cidade. Nesse aspecto, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), se apresenta como instrumento responsável de fazer a intermédio entre os recursos arrecadados e sua futura alocação no espaço urbano. A partir da avaliação do FUNDURB em Fortaleza, o presente artigo tem como finalidade entender a relação entre recuperação de mais-valia urbana por meio da análise dos instrumentos urbanísticos e da aplicação desses recursos na política pública do urbano. Em primeiro lugar será analisado o contexto da introdução dos instrumentos na política pública urbana brasileira. Posteriormente, será apresentado o FUNDURB dentro desse contexto. Por fim, será analisada a aplicação dos recursos fundo e a sua relevância para a política pública urbana em Fortaleza.

CELEBRANDO OS 50 ANOS DO IPPUR/UFRJ - ESTADO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO NA TRAJETÓRIA E PERSPECTIVA CRÍTICA DE UMA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

Rosélia Piquet (IPPUR) - ropiquet@terra.com.br
 Fania Fridman (IPPUR) - fania@ippur.ufrj.br
 Martim Smolka (Lincoln Institute of Land Policy) - msmolka@lincolninst.edu
 Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR) - lcqribeiro@gmail.com
 Marcelo Gomes Ribeiro (IPPUR) - marceloribeiro@ippur.ufrj.br
 Luciana Lago (IPPUR) - lucianacorrealago@gmail.com

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criado em 1971, no âmbito da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia-COPPE e sua primeira turma ingressou em 1972. Um dos primeiros a oferecer curso de mestrado nesta área, o PUR deu origem, em 1987, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), instituto especializado integrado ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, juntamente com o Instituto de Economia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Administração e Contabilidade e a COPPEAD. Neste mesmo ano passou a ser oferecido o Curso de Especialização (pós-graduação lato sensu) de Política e Planejamento Urbano. Em 1993 teve início o Curso de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Desde 2010 também passaram a ser oferecidos dois outros cursos de especialização: Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo e Cidades, em colaboração com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e Políticas Urbanas e Movimentos Sociais, dirigido à formação de militantes de movimentos populares urbanos. Em seus cursos de doutorado, mestrado e especialização, o Programa de Pós-Graduação em Planejamento

Urbano e Regional tem orientado seu projeto acadêmico-científico à luz de 4 princípios fundamentais: a pluridisciplinaridade, a autonomia acadêmica, a pluralidade de interlocutores e a integração ensino/pesquisa/extensão universitária. Os grupos e laboratórios de pesquisa alimentam tanto a atividade de ensino quando se articulam com a extensão, propiciando aos estudantes uma experiência sempre renovada de contato com a realidade de nossos territórios e os desafios de construção de cidades e regiões igualitárias e democráticas. Em 2011 o IPPUR abriu um novo capítulo de sua história com a criação do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social. Estamos, pois, em 2021-2022, celebrando os 50 anos do IPPUR e os 10 anos do GPDES. Esta sessão livre reunirá depoimentos que registram os principais momentos desta trajetória, os desafios enfrentados e, também, o lugar e papel ocupado pelo IPPUR: a constituição e fortalecimento do planejamento urbano e regional como campo de ensino e pesquisa que interpela uma sociedade que inscreve nos territórios, regiões e cidades a exploração, a opressão e múltiplas formas de discriminação – racismo, machismo, patriarcalismo, homofobia; na fundação, crescimento e consolidação da ANPUR como locus do pensamento territorial crítico. Será também oportunidade para dialogar com o conjunto da comunidade anpuriana sobre os desafios contemporâneos lançados pela crise sistêmica ao futuro de nossas cidades e regiões.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E FLUXOS DE GESTÃO NO TERRITÓRIO METROPOLITANO: UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE-RS

Clarice Maraschin (PROPUR/UFRGS) - clarice.maraschin@ufrgs.br
 Geisa Zanini Rorato (PROPUR/UFRGS) - geisazr@gmail.com
 Heleniza Ávila Campos (PROPUR/UFRGS) - heleniza.campos@gmail.com
 Leonhard Seyboth (PROPUR/UFRGS) - leonhardbseyboth@gmail.com

O espaço metropolitano é concentrador de atividades e infraestruturas (fixos) e movimentos (fluxos) e, ao mesmo tempo, apresenta-se heterogêneo e desigual na sua distribuição em razão de aspectos geográficos, políticos e econômicos. Este artigo analisa a relação entre a centralidade configuracional da rede viária com a rede de fluxos gerada pelas atividades de gestão pública e privada, utilizando como caso a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). A análise da configuração da rede espacial da RMPA partiu da modelagem do sistema regional com dados do OpenStreetMap e foi calculada a medida de Centralidade Freeman-Krafta. Os dados dos fluxos de gestão incluem a gestão pública federal e privada (sedes e filiais de empresas), obtidos com base no estudo sobre gestão do território produzido pelo IBGE (2014). Os resultados apontam forte convergência entre hierarquias de ambas as redes, evidenciando o histórico papel concentrador de algumas cidades que integram a RMPA desde sua criação.

CONFLITOS INTERMUNICIPAIS DE USO DO SOLO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Maria Julieta Nunes de Souza (IPPUR/UFRJ) - julietanunes5@gmail.com
 Rafael Carvalho Drumond Pereira (PROARQ/UFRJ) - racadrupe@yahoo.com.br
 Vera Regina Tângari (FAU e PROARQ/UFRJ) - vtangari@uol.com.br

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa dedicada a aprofundar o conhecimento sobre a ocupação do solo numa perspectiva metropolitana. Esta primeira aproximação com a temática visou o estudo dos Macrozoneamentos dos municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), para identificar contradições entre as normativas instituídas, expressas nas divisas intermunicipais. Procurando preservar as meras diferenciações, focou-se no que se denominou “conflito de uso do solo”, a partir da identificação dos pontos e segmentos nas divisas intermunicipais em que as diretrizes dos macrozoneamentos municipais se diferenciavam a ponto de gerar perdas irreparáveis para o meio ambiente e populações locais. Os resultados revelaram riscos de adensamentos inoportunos em áreas rurais e, como mais grave ameaça, usos agressivos à proteção ambiental, neste território em que 36% constitui área protegida.

DA MARGEM AO CENTRO: TAGUATINGA COMO CENTRALIDADE NO DISTRITO FEDERAL

Isadora Banducci Amizo (Universidade de Brasília) - isadorabanducci@gmail.com
 Ricardo Trevisan (Universidade de Brasília) - prof.trevisan@gmail.com

O artigo propõe uma reflexão sobre a formação de outras centralidades no Distrito Federal, para além do Plano Piloto, a partir da análise do caso de Taguatinga, Região Administrativa e primeira cidade-satélite implantada oficialmente de Brasília. Interessa-nos discutir as especificidades e ambiguidades desse território, como a condição centro-periferia, deslocando a visão comumente compartilhada das cidades-satélites como meras representantes dos desvirtuamentos do planejamento da capital. Para isso, parte-se de uma compreensão de Brasília como uma metrópole polinucleada, conforme coloca o professor Aldo Paviani (2010), mas também policêntrica, composta por um sistema urbano interligado e ambivalente. Como estrutura, coloca-se uma breve história da criação de Taguatinga, seguida da apresentação dos indícios do seu caráter de centralidade. Sustentam as análises as consultas à historiografia da cidade e aos planos que a envolvem, juntamente com o apoio de mapas e imagens de satélite.

DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL NO PLANO DIRETOR DE VITÓRIA

Maressa Correa Pereira Mendes (UNESP) -
 maressa.mendes@unesp.br
 Renata Cardoso Magagnin (UNESP) - renata.magagnin@unesp.br

O processo de urbanização brasileiro foi marcado pela implantação de infraestrutura predominantemente destinada aos modos de transporte individual motorizado e ao espraiamento urbano. Essa cidade desigual com diversos problemas de mobilidade, configura-se num modelo de ocupação insustentável. Concomitante à consolidação do Plano Diretor como instrumento básico da política urbana, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade em 2001, tem sido crescente a busca pela implementação de políticas públicas direcionadas à mobilidade urbana sustentável e sua integração às demais políticas setoriais. Neste contexto, propõe-se avaliar o Plano Diretor Urbano de Vitória a fim de identificar a inserção de questões de mobilidade urbana. Os resultados indicaram, de forma geral, que o plano diretor insere de forma consistente vários dispositivos que buscam integrar o planejamento urbano ao tema mobilidade, entretanto, há muito a avançar.

DESEMPENHO URBANO EM UMA CIDADE PLANEJADA: UMA LEITURA PELA SINTAXE ESPACIAL

Carlla Brito Furlan Pourre (Universidade de Brasília) -
 carllafurlan@hotmail.com
 Marcos Thadeu Queiroz Magalhães (Universidade de Brasília)
 Marecilda Sampaio da Rocha (Universidade de Brasília)
 Cristina Maria Correia de Mello Florêncio (Universidade de Brasília)

O presente artigo visa a investigação dos aspectos configuracionais de uma cidade planejada com características de regularidade espacial, representada pelo desenho urbano em malha ortogonal. Nesse sentido, a cidade de Palmas, capital do estado Tocantins, foi escolhida como estudo de caso. Esta apesar de ter nascido planejada com um perfil reticular, apresenta características segregacionistas similares ao identificado em cidades não planejadas com urbanização dispersa e fragmentada. Para a presente análise, como estratégias metodológicas se utiliza o princípio do pensamento sistêmico de Bunge (1979) e a Teoria da Lógica Social do Espaço proposto por Bill Hillier (1984). Sendo que, para mensuração dos aspectos que aqui interessam, utiliza-se como instrumento de análise o recurso de mapas axiais com as seguintes categorias de análise do sistema: Integração Global, Integração Local e Conectividade. Com isso, o intento é representar a cidade como ela é e o impacto do seu modo de organização espacial na vida das pessoas enquanto caráter de urbanidade materializada na opção de presença ou ausência dos indivíduos no espaço público. Como resultado dessa análise, verificou-se a ineficiência da cidade e seus deslocamentos, agravada por uma acentuada dificuldade de se orientar e localizar dentro do perímetro urbano de Palmas (TO). Isso evidencia que em um sistema urbano, o traçado regular não necessariamente é mais acessível e conectado do que uma malha orgânica,

ratificando assim, a necessidade do estudo de aspectos relacionais entre as partes defendido pela teoria sistêmica.

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RURAL METROPOLITANO: UMA ANÁLISE SOBRE A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ITUPARARANGA (SP)

Leonardo da Silva Barbosa (Universidade Federal do ABC) -
 leosbarbosas@gmail.com
 Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos (Universidade Federal do ABC) - luciana.travassos@ufabc.edu.br

O estágio atual do capitalismo global, ao mesmo tempo em que tende a homogeneizar o espaço a partir de uma lógica urbano-industrial, promove fragmentação e heterogeneização, relegando territórios às margens dos fluxos mais dinâmicos do capital. Em regiões metropolitanas, as áreas rurais tendem a ser marginalizadas desses fluxos e invisibilizadas nos instrumentos de planejamento. A Área de Proteção Ambiental Itupararanga, na porção sudoeste da Macrometrópole Paulista, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável localizada entre duas regiões metropolitanas (Sorocaba e São Paulo). Por apresentar esses elementos, ela teve enfoque neste artigo, que se propôs a analisar e caracterizar uma paisagem rural metropolitana, dialogando com suas dinâmicas existentes e instrumentos de planejamento territorial que incidem sobre ela (sobretudo seu Plano de Manejo e o Plano Diretor Municipal de Ibiúna). A análise revela desafios como a necessidade de um entendimento comum, sensível e abrangente sobre as ruralidades metropolitanas, de forma articulada entre os instrumentos territoriais nas diferentes escalas.

DISPUTA POR ÁGUA: GESTÃO E ACESSO AOS RECURSOS HÍDRICOS NO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Eloisa Helena Barcelos Freire (Universidade Federal Fluminense - UFF) -
 eloisafreire.uff@gmail.com

Partindo da compreensão que no âmbito do capitalismo, os impactos socioambientais gerados pela urbanização contemporânea estão, direta e indiretamente, influenciados por relações desiguais de poder e de acessibilidade aos diversos serviços urbanos, dentre eles o acesso e uso do recurso água. O trabalho reflete sobre os problemas sociais e ambientais gerados a partir das obras de ampliação do Sistema Imunana-Laranjal, macrossistema produtor e distribuidor de água de parte da Região Leste Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil, financiadas por dois grandes projetos de desenvolvimento brasileiro (Comperj e PAC/Saneamento, entre 2010-2018), procurando analisar de que forma a distribuição deste recurso foram apropriado entre os municípios atendidos e pelos diferentes segmentos sociais que interagem nestes territórios e que podem caracterizar as relações desiguais de poder e ao acesso à água.

GRANDES PROJETOS, EMPREENDEDORISMO URBANO E PLANEJAMENTO METROPOLITANO: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO CSUL, RMBH

Fernanda Lima Bandeira de Mello (NPGAU/UFMG) - fernandalbm.arq@gmail.com
 João Tonucci (Cedeplar/FACE/NPGAU/UFMG) - joaotonucci@cedeplar.ufmg.br

Os processos de reestruturação econômica em curso desde os anos 1990 provocaram profundas transformações na produção do espaço. A emergente corrente do empreendedorismo urbano pauta-se pela aliança entre setores estratégicos para a realização de grandes intervenções que garantam elevados ganhos locais, tais como o projeto Centralidade Sul (CSul). Considerando a retomada do planejamento metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte, quais são os agentes promotores, os arranjos de governança estabelecidos e as instâncias e processos de planejamento urbano em torno da aprovação e estruturação da CSul? Como proposta de cidade idealizada pelo renomado arquiteto Jaime Lerner, a CSul utiliza-se de robusto aparato midiático para sua legitimação, tanto nos órgãos envolvidos com sua aprovação quanto no imaginário social. Analisar o processo urbano sob o capitalismo, por meio do caso da CSul, permite compreender de que maneira se dá a produção do espaço urbano na contemporaneidade.

MAGLEV COBRA APLICADO NA METRÓPOLE DE CURITIBA: OPÇÃO DE MODO DE TRANSPORTE ESTRUTURANTE PARA A MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Hermes Eduardo Nichele (Universidade Federal do Paraná) - he.nichele@gmail.com
 Cristina Araújo-Lima (Universidade Federal do Paraná) - cristinadearaujolina@gmail.com

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a associação entre mobilidade urbana e planejamento urbano, visando à construção de cidades acessíveis e justas social e ambientalmente. Para isso, são analisados conceitos como mobilidade urbana sustentável, metropolização, macroacessibilidade e Transit Oriented Development (TOD). Através do método de estudo de caso, o artigo se debruçou sobre o Plano Estrutural de MagLev para a Metrópole de Curitiba, desenvolvido anteriormente por um dos autores. O Plano é idealizado com o trem de levitação magnética MagLev Cobra, modo de transporte projetado no Brasil. Os resultados apontam a viabilidade do MagLev Cobra como alternativa sustentável para guiar um sistema de transporte metropolitano em Curitiba, junto a princípios de TOD. A conjugação de modalidades alternativas, como o MagLev, com práticas adequadas de planejamento urbano realça a importância do transporte público na mobilidade urbana, algo questionado no contexto da pandemia da COVID-19.

METROPOLIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL: BREVE ABORDAGEM DE CONCEITOS E PRÁTICAS APLICADAS AOS TERRITÓRIOS RURAL-URBANO-PERIFÉRICOS

Alex Wander Martins Villela (UFRRJ) - alex_wmv@hotmail.com
 Andréa Guimarães (UFRRJ) - andreaguimaraesag2@gmail.com
 Gabriela de Ramos Grigório Silva (UFRRJ) - gabriellagrigoio.s@gmail.com
 Julio Cesar Fava (UFRRJ) - Julio.fava78@gmail.com
 Nicholas Augusto Mendes da Rocha Lima (UFRRJ) - nicholasmendes84@gmail.com

O presente artigo objetivou analisar as dinâmicas dos processos de metropolização e suas ligações com o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Para tal, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica acerca do tema para caracterizar seu desenvolvimento sobre os territórios rurais, urbanos e periféricos, além de contextualização teórica sobre o conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável. A metropolização, principalmente no Brasil, tem ligação direta com o crescimento e o desenvolvimento dos territórios, e portanto, com as relações econômicas, sociais e ambientais, além da qualidade de vida e do bem estar dos atores sociais neles envolvidos. Sendo assim, justifica-se analisar esta relação.

NARRANDO UMA PAISAGEM VIVA - UMA CARTOGRAFIA NAS RUÍNAS DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

Douglas Silveira Martini (PROPUR/UFRGS) - douglassmartini@gmail.com
 Daniele Caron (PROPUR/UFRGS) - daniele.caron@ufrgs.br

Nesse texto, vamos refletir sobre o uso da abordagem narrativa no estudo das paisagens metropolitanas. Inicialmente, problematizamos o uso objetificante do conceito de paisagem nos estudos e práticas de planejamento urbano e regional, sobretudo, a partir da ideia de imagens-síntese de desenvolvimento proposta pela socióloga Ana Clara Torres Ribeiro. A seguir, exploramos a narrativa como modo de aproximação à experiência de paisagem, entendida aqui como um fenômeno vivo de relações e uma ética do habitar. Das experiências situadas dos praticantes de todo tipo, suas ecologias, suas memórias, suas temporalidades, podem emergir narrativas que rasuram a lógica capitalística e neoliberal que domina a paisagem metropolitana. A abordagem narrativa é convocada a partir da cartografia como modo de acompanhar processos e dizer dos movimentos de ação social em curso nas localidades de Triunfo (RS) e Montenegro (RS), e ensaiada em uma pequena montagem com imagens-outras, parciais e inacabadas da paisagem metropolitana.

O DISTRITO DA MOCCA (SÃO PAULO - BRASIL): DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL A PARTIR DA INFRAESTRUTURA URBANA E DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Guilherme Oliveira Baldini (UNESP) - guilherme.baldini@unesp.br
 Maria Carolina dos Santos Costa (UNESP) - mcs.costa@unesp.br
 Renata Cardoso Magagnin (UNESP) - renata.magagnin@unesp.br
 Rosio Fernández Baca Salcedo (UNESP) -
 rosio.fb.salcedo@unesp.br

O crescimento urbano desordenado gera uma série de efeitos negativos a população. Este mesmo crescimento, baseado na expansão permanente do território e na baixa densidade, tem contribuído negativamente para a mobilidade urbana sustentável. Associado a este problema, o aumento na circulação de veículos privados aumenta a necessidade de investimentos em infraestrutura, gerando um ciclo vicioso com impactos nas esferas social, econômica e ambiental, demonstrando a necessidade de mudanças urbanísticas. Diante deste contexto, este artigo objetiva analisar a Mobilidade Urbana Sustentável, na infraestrutura existente e em algumas leis sobre o planejamento urbano e os transportes do município de São Paulo, a partir de um estudo de caso desenvolvido no Distrito da Mooca (São Paulo/SP). De modo geral, percebe-se que, apesar do Distrito possuir uma ampla infraestrutura de mobilidade urbana, o planejamento urbano local não contempla plenamente os princípios da Mobilidade Urbana Sustentável.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE E OS ATORES SOCIAIS NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO GOIANA

Marcela Ruggeri Meneses (Universidade de Brasília) - marcelaruggeri@hotmail.com
 Benny Schvarsberg (Universidade de Brasília) - benny@unb.br

Este artigo tem como objetivo principal contextualizar o processo de formação territorial do município de Trindade no contexto da Região Metropolitana de Goiânia (RMG). Além disso, buscou-se compreender o processo de formação territorial observando a relação urbano regional e as questões relacionadas aos atores sociais que influenciam na construção espacial urbano metropolitana. Para isso, utilizou-se de elementos descritivos para se conhecer o território em questão entremeado de sutis elementos analíticos que permitiram, ao final, conclusões relacionadas ao espaço e poder. Metodologicamente, foram utilizados os planos diretores e legislações vinculadas, quantitativos relacionados aos instrumentos urbanísticos: os parcelamentos urbanos aprovados e os alvarás de construção (2009-2012). Tal análise permitiu mapear e compreender que a formação do territorial apresenta várias nuances que extrapolam aspectos relativos às normativas urbanísticas e demais legislações, ou seja, o espaço é constituído, sobretudo, pela construção social e política de interesses diversos ligados ao capital e seus arranjos.

O VETOR SUL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E OS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

AO LONGO DA BR-040: DINÂMICAS E PROCESSOS DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

Bárbara Marques Sales (Cedeplar - UFMG) -
 barbaramarques.7@gmail.com
 Letícia Carvalho Giannella (ENCE/IBGE) -
 leticia.giannella@ibge.gov.br

A expansão urbana envolve uma rede de relações assimétricas, que ao mesmo tempo homogeneiza o espaço e intensifica sua fragmentação. Partindo dessa reflexão, buscou-se discutir como a lógica do mercado imobiliário influenciou a expansão do Eixo Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com ênfase nas transformações espaciais ao longo da rodovia BR - 040, em Nova Lima. A complexidade dos processos de uso e ocupação do solo no município de Nova Lima revela uma espacialidade polinucleada, cuja produção do espaço foi influenciada nos primórdios pela atividade de mineração, e atualmente pela ação do setor imobiliário e pelo processo de metropolização, que é conduzido por uma articulação de interesses entre setor imobiliário e empresas mineradoras (em uma nova estratégia para alocação do capital excedente), com a forte participação do Estado. Nota-se, ainda, a resignificação da periferia, em um processo de autosegregação das "altas classes". Esses processos configuram a metropolização, que contempla, no caso estudado, uma expansão contínua do espaço urbano vinculada a uma mudança das formas e funções desses espaços.

OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM FLORIANÓPOLIS: PANORAMA E AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE

Felipe Paulo de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina) -
 finho.fpo@gmail.com
 Larissa Carvalho Trindade (IPPUR) - larissact@gmail.com

O trabalho discorre sobre o instrumento urbanístico da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), tendo como objetivo geral avaliar a efetividade da sua aplicação no município de Florianópolis-SC. A pesquisa utiliza o método da abordagem dedutiva, com técnica de pesquisa em documentação indireta (pesquisa bibliográfica, documental e informações da prefeitura em sites eletrônicos). São analisados o histórico da legislação municipal sobre o tema, a regulamentação atual e a natureza e destinação dos recursos financeiros na administração orçamentária municipal. Os resultados apontam que o instrumento é previsto no Plano Diretor de Florianópolis, regulamentado por Decreto e que as contrapartidas deveriam ser aportadas no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, o que não ocorre. O trabalho conclui que o Plano Diretor está em consonância com o Estatuto da Cidade, mas que a regulamentação e aplicação do instrumento apresentam incongruências e ilegalidades. Desta forma, denota-se a atual inefetividade do instrumento, cujas distorções resultam em prejuízos ao desenvolvimento urbano do Município.

PLANEJAMENTO E CIDADE-MERCADORIA: UM ESTUDO DE CASO NO NORTE DE FLORIANÓPOLIS-SC

Tomás Carrera Massabki (USP) - tomas.massabki@usp.br
 Aline Vicente Cavanus (USP) - aline.cavanus@usp.br
 Tomas Antonio Moreira (USP) - tomas_moreira@sc.usp.br
 Renan Santos Gomez (USP) - renan.gomez@usp.br

A mercantilização do solo influencia a formação das cidades brasileiras e incentiva a produção urbana de forma espraiada e desigual, criando núcleos e regiões de populações de características homogêneas. Florianópolis-SC não é exceção dessas dinâmicas: a exclusão socioespacial gerada e alimentada pelo mercado de terra tem também características específicas por conta de sua localização e formação geográfica, relacionadas ao turismo e à imagem de cidade com qualidade de vida. Seu último Plano Diretor, alvo de um processo extenso de discussão até sua aprovação final, passou por diferentes fases de construção e disputa para montar a imagem oficial do que se espera de Florianópolis para o futuro. Este artigo aborda projetos de cidade em disputa que fizeram – ou não – parte dessa construção de Plano Diretor, compreendendo as dinâmicas de atuação de diferentes agentes e instrumentos, em busca pela compreensão das dinâmicas de conflitos urbanos recorrentes que se proliferam pelo Brasil.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E INDICADORES DE SMART CITIES: UMA DISCUSSÃO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL

Liliane Cristine Schlemer Alcântara (Universidade Federal de Mato Grosso) - lilianecsa@yahoo.com.br
 Silvina Maria dos Anjos (ESPM) - silvinadosanjos@gmail.com

Mais da metade da população vive em áreas urbanas. Para as Nações Unidas este número deve crescer em 70% até 2050 (NAÇÕES UNIDAS, 2019). Diante deste crescimento, as cidades enfrentam inúmeros desafios relacionados a diversos fatores como: desenvolvimento econômico e social, segurança, saúde, mobilidade, educação, habitação, governança, entre tantos outros. Nos últimos anos, o termo "cidade inteligente" atraiu muita atenção dos gestores de políticas, líderes empresariais e cidadãos em geral frente ao avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Segundo a União Europeia, Smart Cities são sistemas de pessoas interagindo e usando energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida (UNIÃO EUROPEIA, 2021). Neste contexto, na perspectiva das Smart Cities, este trabalho buscou identificar os resultados do planejamento estratégico no escopo da Agenda 2030 na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, Brasil. A problemática desta pesquisa perpassa em identificar como o planejamento estratégico de Cuiabá, apoiada na Agenda 2030, se relaciona com os temas de sustentabilidade relacionados às Smart Cities. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa descritiva

por meio de um estudo de caso no recorte temporal de 2016 a 2021. Os resultados demonstram que a Agenda Cuiabá 2030 está organizada em catorze objetivos estratégicos separados em quatro eixos de desenvolvimento para a sustentabilidade: Cuiabá Cidadã Inclusiva e Saudável; Cuiabá Criativa e de Oportunidade e Governança Inclusiva e Sustentável. Os resultados levam a crer que a capital do Estado de Mato Grosso inova ao realinhar seus instrumentos de planejamento incorporando a Agenda CUIABÁ 2030 (2017-2030) e que dimensiona objetivos e metas a serem alcançados pela administração municipal, rumo a uma capital humanizada, sustentável, moderna e de oportunidades. Concluiu-se que Iniciativas como a elaboração do Plano Estratégico, incentivado pelo TCE por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado (PDI) e a adesão a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), levou Cuiabá a assumir um papel promissor no cumprimento de metas que levaram o município a entrar no Ranking do Smart Cite, abrindo uma perspectiva de sustentabilidade plural e integrada em eixos importantes como mobilidade, educação, governança, tecnologia e inovação, saúde, economia, empreendedorismo e segurança, trazendo novos parâmetros mais sustentáveis tanto no âmbito social, como econômico e ambiental.

PLANO DE BAIRRO DO JARDIM LAPENNA - SÃO PAULO/SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DO OLHAR DE MORADORES E DE OUTROS AGENTES ENVOLVIDOS

Bruna Moreiras Urbini (Universidade Nove de Julho) - burbini.arquitetura@gmail.com
 Cristiano Capellani Quaresma (Universidade Nove de Julho) - quaresma.cristiano@gmail.com
 Diego de Melo Conti (PUC-CAMP) - diego.conti@puc-campinas.edu.br

O crescimento acelerado e desigual, que marcou o processo de urbanização brasileiro, somado à ausência de planejamento, fez surgir cidades marcadas pela desigualdade e exclusão socioespacial, à exemplo da metrópole de São Paulo. Diante desse contexto, surgem ações baseadas em instrumentos participativos, a exemplo do Plano de Bairro, que se encontra previsto no Plano Diretor de São Paulo. No entanto, apesar da importância do tema, verifica-se que ainda existe uma carência de estudos que permitam analisar de maneira crítica a experiência adquirida por meio desse instrumento. Diante disso, o presente artigo tem como objetivos descrever as etapas de elaboração do Plano de Bairro do Jardim Lapenna, localizado na periferia da metrópole paulistana, e analisar a percepção de moradores do bairro e de especialistas em relação ao mesmo. O estudo se baseou em análise documental e entrevistas. Os resultados permitiram identificar ações importantes de incentivo à participação popular que destacam a importância do instrumento, bem como obstáculos ainda existentes para uma construção de um espaço urbano efetivamente democrático.

PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA E OFERTA DE ATIVOS URBANOS: UMA RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA? O CASO DA CONCESSÃO DOS TERMINAIS CAPELINHA E CAMPO LIMPO

Carolina Heldt D'Almeida (Escola da Cidade) - carolheldt@gmail.com
 Amanda Silber Bleich (Escola da Cidade) - amandasbleich@hotmail.com

A partir do processo da concessão dos Terminais de Ônibus de São Paulo mediante Projetos de Intervenção Urbana (PIU), o artigo analisa os sucessivos ensaios que se desenvolvem entre 2017 e 2021 sobre as formas de capturar ativos públicos em intervenções urbanas modeladas para atrair parcerias privadas em projetos de interesse público. Nesse percurso, assistimos cenas que se sucedem, com algumas nuances entre elas, ora lendo como oportunas ora como risco as iniciativas que o dispositivo do PIU suscita ao mercado de concessões. De todo modo, as cenas em conjunto denotam os ensaios de mobilização da legislação urbanística com objetivo de viabilizar a exploração econômica do entorno imediato dos terminais como sendo objeto da concessão. Ao comparar as cenas apresentadas ao cenário específico do contexto urbano no Terminal Campo Limpo e Terminal Capelinha, algumas evidências se apresentam para elucidar os vínculos entre o dispositivo do PIU, os ativos urbanos e os processos de concessão.

REGIÕES METROPOLITANAS EM SANTA CATARINA: ENTRE TRANSFORMAÇÕES NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E O VAZIO INSTITUCIONAL

Samuel Steiner dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina) - samuel.steiner@ufsc.br
 Isamara Gabriela de Souza Pinto (Universidade Federal de Santa Catarina) - isamarags98@gmail.com
 Maria Carolina Furlan Romi (Universidade Federal de Santa Catarina) - mcfurlanromi@hotmail.com
 Luara Karina Taufe (Universidade Federal de Santa Catarina) - luara.taufe@gmail.com
 Thaís Aparecida Carlini (Universidade Federal de Santa Catarina) - thaaiscarlini@gmail.com
 Franciel da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina) - francielsilva1995@gmail.com

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisa as formas de regionalização em Santa Catarina, tendo como recorte a implementação das regiões metropolitanas. O estudo foi pautado na investigação de sua institucionalização, por meio da sistematização de seus marcos legais e normativos; e em sua caracterização, por meio do cruzamento de dados demográficos, socioeconômicos e territoriais dos municípios que compõem as regiões metropolitanas catarinenses. As análises empreendidas permitiram verificar a baixa aderência da regionalização às dinâmicas territoriais da urbanização catarinense e, portanto, sua fragilidade enquanto instrumento de

planejamento territorial regional. Evidenciou igualmente o baixo nível de institucionalização destas instâncias, com baixa repercussão na estrutura administrativa, técnica, financeira e política do governo estadual. Para tanto o artigo está estruturado em seis partes principais: a primeira apresenta a trajetória de estruturação da rede urbana catarinense e as suas dinâmicas territoriais contemporâneas mais representativas; a segunda que apresenta uma breve trajetória institucional das regiões metropolitanas no Brasil; a terceira que apresenta a compreensão de região metropolitana trazida pelo Estatuto da Metrópole; a quarta que apresenta os marcos normativos principais das regiões metropolitanas catarinenses; a quinta que faz uma breve caracterização das regiões metropolitanas de Santa Catarina; e a sexta que faz uma problematização final acerca das especificidades da forma assumida pelas regiões metropolitanas em Santa Catarina, vis-à-vis suas dinâmicas territoriais estruturantes.

UM RETRATO DO PLANEJAMENTO URBANO EM RIBEIRÃO PRETO PARA ALÉM DO PLANO DIRETOR: A INSTRUMENTAÇÃO DA POLÍTICA URBANA POR LEIS COMPLEMENTARES E DECRETOS

Débora Prado Zamboni (Universidade de Ribeirão Preto) - deboraprado@gmail.com
 Carolina Menezes Horiqini (USP) - carolina.horiqini@usp.br
 Victória Neves Scussel (USP) - victoriassussel@usp.br

A partir de uma discussão crítica do planejamento urbano, busca-se entender as relações entre legislação urbana e mercado, com enfoque no contexto de Ribeirão Preto-SP. Partimos das premissas de Lascoumes e Le Galès (2007) que propõe que para a compreensão da política pública é necessário que sejam observados os instrumentos que a compõem (instrumentação da política pública), pois esses constituem formas de se exercer o controle social, contendo sua própria lógica e produzindo efeitos específicos. O argumento a ser delineado é que de um lado encontra-se a política urbana representada pelos Planos Diretores de Ribeirão Preto que, historicamente (1995, 2003 e 2018) trazem em suas diretrizes um ideário de cidade mais justa e democrática. Por outro, a política urbana municipal efetiva tem como meio outras legislações que: desenham o sistema viário municipal, ampliam a expansão do perímetro urbano, permitem o fechamento de loteamentos e restringem a ocupação e o uso do solo. Desse modo, a instrumentação da política urbana cede ao planejamento efetivo da cidade ao setor privado, que assume a liderança conforme as suas próprias demandas.

URBANIZAÇÃO EXTENSIVA E INFLEXÃO NEOLIBERAL NA METRÓPOLE. DISPUTAS ENTRE INTERESSES LOCAIS E METROPOLITANOS NA BACIA DE VARGEM DAS FLORES

Luciane Mitraud Carvalho (Prefeitura Municipal de Contagem) - lucianemcarvalho@gmail.com

Rogério Palhares Zschaber de Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais) - rogeriopalharsaraujo@gmail.com

A urbanização contemporânea assume novos contornos, formando paisagens operacionais associadas à urbanização extensiva, fragmentada e dispersa do território. A cidade que já foi política, mercantil e industrial, hoje influenciada por mercados globais e financeirizados e sob novos regimes e coalizões exigem do Estado função empreendedora, ultrapassando fronteiras entre cidade e campo, rompendo dicotomias entre urbano e rural, sociedade e natureza, em intensos processos de mercantilização da terra e dos benefícios da urbanização. Este artigo resulta de pesquisa de mestrado que aborda esta temática a partir do estudo da disputa territorial entre preservação ambiental e expansão urbana na Bacia de Vargem das Flores na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Identificado como caso emblemático do momento atual de inflexão neoliberal nas instâncias municipal e metropolitana, seus resultados evidenciam práticas de planejamento explicitamente orientadas pelo capital imobiliário, alterando não apenas o histórico de ordenamento territorial da área de estudo como o preço da terra e as perspectivas de exercício da função pública de interesse comum associada a mananciais de abastecimento metropolitano.

ST04. Movimentos sociais e a produção do espaço urbano e regional

Comissão Científica: Alex Pizzio da Silva (UFT), Cibele SalibaRizek (USP), Arlene Renk (UNOCHAPECÓ)

Temas: velhos e novos movimentos sociais no espaço urbano e regional; práticas adotadas pelos distintos grupos sociais nas lutas urbanas e regionais; tipos de lutas e enfrentamentos contra o capital e o Estado no espaço urbano e regional; insurgências/resistências às políticas de privatização do espaço urbano e regional; estratégias alternativas/emancipatórias dos grupos sociais marginalizados no espaço urbano e regional.

EMENTA: Nesta ST serão tratados problemas referentes aos movimentos sociais ativos no espaço urbano e regional. As lutas encetadas no espaço urbano e regional têm variadas origens, motivações e formas. Todavia, tendem a ganhar significação à medida que o capital – perpetrando seu movimento de despossessão – avança sobre o espaço. Se, até meados dos anos 1990, o Brasil (e, em alguma medida, a América Latina) tinha no movimento operário o principal agente a conduzir as lutas em escala urbana e regional, a partir de então emergem outras forças. É sabido que as diversas categorias de trabalhadoras/es (organizadas, sobretudo, em sindicatos) foram duramente atingidas pelas políticas ultraliberais de fragmentação, fragilização e precarização do trabalho. Menos sabido, porém, é a natureza dos novos movimentos sociais que ganharam a superfície nas cidades e regiões brasileiras. Logo, conhece-se, ainda, pouco de sua composição, suas motivações, suas táticas. O que se presume é que tendem a avolumar e a repercutir na medida em que os grupos sociais mais fragilizados das cidades e regiões venham a ser mais duramente atingidos pelas políticas econômicas e sociais excludentes, sobretudo, as de privatização do espaço em escala urbana e regional.

A ASSESSORIA TÉCNICA NA ERA DA INDETERMINAÇÃO: ANÁLISE DO CARÁTER NACIONAL DA ATHIS (2015-2020)

Danyella Manaia (FAUUSP) - bertodanyella@usp.br
Isadora de Andrade Guerreiro (LabCidade/FAUUSP) - isadora.guerreiro@usp.br

Reflete-se sobre mudanças no assessoramento técnico (AT) de Arquitetura e Urbanismo em habitação social, considerando a emergência de sua expansão, com a instituição da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), que inseriu maior variedade de atores e de formas de atuação em comparação à AT aos movimentos sociais da década de 1990. Levantamos dados sobre a ATHIS dos Editais do CAU, nos quais observamos tipologias de atuação e perfis dos agentes fomentados, bem como suas diferenças regionais. Também são apresentados estudos de caso, nos quais pudemos levantar elementos qualitativos. Fazemos uma reflexão crítica sobre o futuro das ATHIS – tendo especial influência o CAU –, promovidas

a partir de compreensões específicas e diversas sobre seu significado e papel. Vemos a conformação de um campo de indeterminação que, longe de ser neutro, parece estar abrindo espaço para lógicas privatistas e focalizadas em uma temática essencialmente pública, de acesso ao direito.

A PRAÇA DO CICLISTA: CONSTITUIÇÃO DE LUGAR E AÇÃO POLÍTICA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Reinaldo Ricarte da Silva Junior (Puc-Campinas) - reinaldoricate@gmail.com
Manoel Lemes da Silva Neto (Puc-Campinas) - manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

Em São Paulo, no ano de 2006, na sexta-feira de carnaval, um grupo de ciclistas batizou um pequeno canteiro central, na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação, como Praça do Ciclista. A partir daquela fundação popular, a cidade de São Paulo ganha um novo lugar de concentração e ação política. Despertando o interesse em refletir os desdobramentos da luta política dos cicloativistas paulistanos, o foco da análise é a formação e consolidação da Praça do Ciclista como um espaço de ação política na cidade de São Paulo. O Desenvolvimento da análise compreende duas apropriações antagônicas dos territórios em contexto de globalização (SANTOS, 2010): (I) A cidade e o espaço alienado e; (II) Os lugares como possibilidade de uma outra globalização. A seguir, discorre-se sobre a formação da Praça do Ciclista e alguns de seus diferentes usos, para, na conclusão, levantar uma reflexão crítica sobre as características simbólicas da Praça.

A PRAÇA SETE DE SETEMBRO (BELO HORIZONTE/MG) COMO O ESPAÇO DE VOZ E DE AÇÃO DA POPULAÇÃO: SUBVERSÃO À ORDEM, LUTA PELO DIREITO À CIDADE E EXPRESSÃO DOS CONFLITOS URBANOS

Karina Machado de Castro Simão (Universidade Federal de Minas Gerais) - karinamdcs@yahoo.com.br
Raquel Garcia Gonçalves (Universidade Federal de Minas Gerais) - raquelgargon@hotmail.com

A partir do capitalismo e acentuado pelo neoliberalismo, o espaço urbano é produzido por uma classe e uma ordem hegemônica, intensificando as contradições sociais e os conflitos urbanos. Os conflitos urbanos expressam o descontentamento da sociedade, revelando-se a partir das manifestações coletivas, que acontecem, sobretudo, no espaço público. O objetivo do trabalho é investigar a Praça Sete de Setembro, localizada em Belo Horizonte (MG), como o lugar de subversão à ordem hegemônica, de luta pelo direito à cidade e de expressão dos conflitos urbanos. Os conflitos urbanos expressos pelas manifestações coletivas na Praça Sete de Setembro são analisados a partir da coleta de dados do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Ao analisar a trajetória histórica e as manifestações coletivas realizada na praça, entende-se que a Praça Sete é um lugar de

caráter público e político, da festa, da vitalidade urbana, da subversão à ordem, da luta pelo direito à cidade e da expressão dos conflitos urbanos.

A UBERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ESTADOS BRASILEIROS

Suzana Quinet de Andrade Bastos (Universidade Federal de Juiz de Fora) - quinet.bastos@ufff.edu.br

Fabio Gama (Universidade Federal de Juiz de Fora) - f140383@gmail.com

Matheus Mauricio Costa do Patrocinio (Universidade Federal de Juiz de Fora) - mmauriciopc2@gmail.com

O presente artigo busca analisar os fatores (individuais, setoriais e formais) relacionados com a tendência de uberização do trabalho no Brasil. Para este fim, utilizando dados para o período de 2012 a 2018, emprega-se um modelo de dados em painel, tendo como proxy para uberização do trabalho o número de trabalhador por conta própria como proporção das pessoas ocupadas nas Unidades da Federação. De forma geral as evidências indicam que pessoas não brancas, que trabalham nos setores de alimento e transporte, tendem ser a maior parcela dos trabalhadores em situação uberizada, ou seja, trabalham por conta própria. Além disso, as evidências indicam que a partir da implementação da reforma da previdência em 2017, houve um aumento das pessoas trabalhando por conta própria.

ABORDAGENS DEMOCRÁTICAS, PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA DA LEI DE FOMENTO À CULTURA DA PERIFERIA

Liliane Katita de Carvalho (Universidade Federal do ABC) - lilianekcarvalho@gmail.com

Este artigo busca compreender e discutir as diferentes formas de disputa pelo poder de decisão sobre as políticas públicas incidentes no território. Tem-se como caso a experiência da elaboração, entre 2013 e 2016, da Lei de fomento à cultura da periferia, ocorrida no município de São Paulo. Para esta análise, relacionam-se abordagens teóricas da democracia representativa, participativa e as iniciativas de participação popular, com ênfase ao movimento social autonomista, incorporado ao ciclo de manifestações da década de 2010. Busca-se corroborar no entendimento da estrutura democrática do cenário brasileiro e dos processos alternativos de gestão advindos da politização de seus cidadãos. Observa-se uma arena dicotômica entre os agentes envolvidos e uma diferente dinâmica na disputa pelo poder de decisão, no que tange as políticas públicas propostas para a cultura no território periférico paulistano.

ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ENQUANTO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR EM SALVADOR – BA

Bruna de Souza Santos (Universidade Salvador - UNIFACS) - bruna1010@hotmail.com

Ana Licks de Almeida Silva (Universidade Salvador - UNIFACS) - ana.almeida@unifacs.br

O presente artigo tem como objetivo analisar as audiências públicas do plano diretor de Salvador como mecanismo de participação social. Considerando sua importância na implementação de políticas públicas, mostra-se necessário analisar o nível de efetividade desse instrumento, bem como refletir sobre o grau de representatividade dos atores sociais que participam das audiências ocorridas no âmbito da ZEIS, os temas debatidos e suas camadas de influência nas decisões tomadas.

AS ESPECIALIZAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Raquelina da Silva Santos (Fundação Universidade Regional de Blumenau) - raquelines@furb.br

Rogério de Jesus Vasconcelos (Fundação Universidade Regional de Blumenau) - rvasconcelos@furb.br

O trabalho reflete sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nosso objetivo discute a espacialização do movimento e sua organização territorial. A metodologia foi feita em bases de dados nas plataformas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a base de dados da Universidade Regional de Blumenau e Alertas do Google Scholar a partir de cinco categorias: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); reforma agrária; questão agrária; desenvolvimento regional e campesinato. Os trabalhos acadêmicos escolhidos foram estudados com base na Leitura Imanente. Esse é um método de investigação com base nos estudos de Marx. Utilizamos esse método em nosso estudo bibliográfico, em lugar dos estudos convencionais. A partir de nosso aporte teórico e metodológico, contribui-se para pensar a espacialização do MST e a questão regional.

AUTOCONSTRUÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PERSPECTIVAS AUTOGESTIONÁRIAS DE MORADIA POPULAR PARA A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA, EM FORTALEZA – CE

Isabelle de Lima Almeida (UFRN) - isabelle.almeida.054@ufrn.edu.br

Liza Maria Souza de Andrade (UnB) - lizamsa@gmail.com

O presente trabalho busca investigar o processo de autoconstrução e autourbanização no contexto das ocupações urbanas de luta por moradia digna. Para isso, realiza-se o estudo das dinâmicas socioespaciais da Ocupação Carlos Marighella, surgida em um vazio urbano às margens do Riacho Martinho, na

periferia de Fortaleza, no Ceará, na conjuntura do agravamento da pandemia de Covid-19. A pesquisa incluiu a realização de revisão bibliográfica e observações em campo acompanhadas de registros fotográficos e croquis. Entende-se que, por meio da práxis espacial, a luta popular produz cidade e molda paisagem, deixando as marcas do processo de resistência na conformação socioterritorial do espaço urbano. Conclui-se, assim, que o processo de autoconstrução e autourbanização nas ocupações de luta por moradia digna estabelece-se enquanto uma importante prática de experimentação construtiva e espacial, que se acumula em prol de um projeto autogestionário de produção da moradia e do espaço urbano.

CIDADE-ARMÁRIO: O ESPAÇO URBANO NA FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES SEXUAIS

Daniela de Oliveira Faria (Universidade Federal de Minas Gerais) - ddanielafaria@gmail.com

Entre o relato pessoal e a abordagem teórica, a partir da contação e do entrelaçamento de histórias, o artigo busca trazer para primeiro plano a relação entre sexualidades e espaço. A forma como nos direcionamos para alguns objetos de estudo diz muito sobre onde e como nos situamos no mundo. Por isso, não é de se surpreender que questões sobre gênero e sexualidades são tipicamente vistas como abordagens triviais e não científicas na análise do espaço urbano, área majoritariamente dominada por homens brancos cis-heterossexuais, e colocada como técnica e objetiva. Nesse sentido, apresentando um pouco da teoria queer, o trabalho se situa em fronteira, buscando auxílio de mediações representativas para afirmar a indiferença analítica das teorias urbanas hegemônicas, ao mesmo tempo que questiona a essencialização das identidades.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS, ARTICULAÇÃO SOCIAL, MONITORAMENTO E RESISTÊNCIAS NO RIO GRANDE DO NORTE, NO CONTEXTO DA COVID-19

Maria Dulce Picanço Bentes Sorinha (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - dulce.bentes@ufrn.br
Raquel Maria da Costa Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - raquel.silveira@ufrn.br
Marcello Uchoa Wanderley (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - muchoaw@gmail.com
Renata Laise Alves Coelho Lins Paino Ribeiro (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) - renatalaizelins@gmail.com

Este artigo busca discutir os conflitos fundiários no contexto da pandemia de Covid-19, considerando iniciativas e desafios do monitoramento, articulações sociais e resistências contra remoções no Rio Grande do Norte (RN). Dentre as referências, coloca-se a base legal que define o direito à moradia como um direito humano fundamental. Para além do campo institucional, a luta social é concebida como elemento constitutivo dos direitos humanos. Os conflitos fundiários articulam em sua análise o

princípio da função social da propriedade. A incidência dos casos de despejos no RN é referenciada nos dados da Defensoria Pública do RN e das assessorias populares, por meio de consultas a processos judiciais e da escuta a grupos sociais afetados. Procede-se à espacialização dos casos de despejos identificados no estado. Conclui com análise dos dados do monitoramento e das ações e resistência, face aos conflitos fundiários no RN, durante a Pandemia de Covid-19.

COOPERATIVISMO DE MORADIA EM MONTEVIDÉU: MOVIMENTO SOCIAL, POLÍTICA PÚBLICA E DIREITO À CIDADE

Eduardo Gomes Maximiliano (Universidade Estadual de Campinas) - edu.maximiliano@outlook.com

O cooperativismo habitacional possibilitou a construção de mais de 38.000 moradias no Uruguai, constituindo uma importante forma de acesso à habitação e um paradigma para movimentos sociais em âmbito internacional. O modelo baseado na centralização de decisões de produção e administração de recursos públicos por cooperativas foi instituído a partir de um amplo debate sobre o direito à moradia ao longo da década de 1960 e passou por diversas transformações desde sua implementação. O cooperativismo uruguaio revela possíveis caminhos para lidar com as contradições presentes na produção capitalista do espaço, constituindo uma experiência de grande relevância para o exercício do direito à cidade. Desta forma, o artigo apresenta a abordagem marxista sobre conflitos de classe no ambiente construído e as bases do cooperativismo habitacional uruguaio, caracterizando as singularidades que permitiram a expansão do modelo e os desdobramentos da produção por cooperativas na cidade de Montevidéu.

DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA À INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL: EXPERIÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Gabriel Gomes Constantino (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - gabrielgcons@gmail.com
Leonardo Oliveira Sassi (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - leonardo.o.sassi@hotmail.com
Marcelo Arioli Heck (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - arquivos.do.marcelo@gmail.com

O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa que busca situar o potencial da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) para a inovação articulada a experiências de transformações comunitárias com efeitos sócioespaciais derivadas de práticas de democracia participativa, em especial do Orçamento Participativo (OP) em Porto Alegre. Primeiro se analisa dados de Porto Alegre, da RMPA e do estado do Rio Grande do Sul em relação IDH e Gini estabelecendo comparações com América Latina e mundo. Em seguida, identificam-se polos de serviços característicos da RMPA e que na literatura estão associados a inovação tecnológica

tradicional, no caso administração pública, saúde e educação superior. Apresentado o quadro do peso destes setores econômicos, exploram-se experiências inovadoras de transformação comunitária participativa com efeitos sócioespaciais, derivadas do OP em Porto Alegre. Enfatizam-se experiências de moradia; geração de renda generificada; e produção e comercialização de alimentos, detentoras de dinâmicas participativas e/ou criadas no âmbito do OP que articulam participação, inovação tecnologia e sustentabilidade ambiental.

DE OCUPAÇÃO À CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER: TINA MARTINS, EM BELO HORIZONTE - MG E A PRÁXIS DE ENFRENTAMENTO INTERSECCIONAL PELO DIREITO À CIDADE

Laís Rolla Paula Mota (UFSJ) - lalarpmota@gmail.com
 Daniela Abritta Cota (UFSJ) - abritta@ufs.br

Este artigo objetiva visibilizar e analisar as experiências da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, em Belo Horizonte, MG, buscando verificar como se configura e para onde se orienta a práxis espacial realizada por essa organização social de mulheres. Primeira ocupação autogestionada por mulheres da América Latina (BASTOS, 2020), a Tina Martins, originária de uma articulação e diferentes movimentos sociais, se transforma, posteriormente, em Casa de Referência da Mulher, viabilizando suporte às mulheres vítimas de violência doméstica, atuando para além do Estado. A partir disso, buscamos refletir sobre em que medida essa práxis se apresenta como inspiração e caminho no sentido e de uma restituição da vida urbana e, portanto, do "Direito a cidade" (LEFEBVRE, 2001), bem como de transformação cotidiana das estruturas de opressão social ligadas a gênero, raça e classe.

DISPUTAS, TERRITÓRIOS E RESSONÂNCIAS: AS FEIRAS COBERTAS DO PADRE EUSTÁQUIO

Luísa Lopes Greco (Universidade Federal de Minas Gerais) - luisalopesgreco@gmail.com

Considerando a perspectiva espacial no debate sobre as organizações sociais, esta pesquisa busca investigar as novas possibilidades e os novos desafios de processos compartilhados do espaço a partir da disputa da Feira Coberta do Padre Eustáquio (FECOPE), hoje parte do projeto de concessão dos mercados municipais de Belo Horizonte. Para tanto, interessa pesquisar as origens e repercussões das decisões sobre a feira na dinâmica territorial e cotidiana, a fim de se compreender as práticas e táticas elaboradas para o engajamento social. A hipótese do trabalho é de que a FECOPE, palco e objeto de conflitos, representa um encontro de pessoas que se mobilizam para não só acessar, mas também modificar os canais participativos instituídos. Não se tratam de atores nem subversivos, nem subordinados, mas de atuações que perturbam as instâncias

definidas e provocam ressonâncias – e como tal, emitem ondas pontuais que interferem minimamente, mas construtivamente, sobre o espaço.

DIVERSIDADE TERRITORIAL EM ZEIS FORTALEZENSES: UM PARALELO ENTRE LAGAMAR E BOM JARDIM

Marcela Monteiro dos Santos (Universidade Federal do Ceará) - marcelamonteirodosantos@gmail.com

O artigo apresenta o avanço que a inserção das ZEIS representou ao ser incorporada no Estatuto da Cidade e em vários Planos Diretores. Em seguida é descrito o processo de regulamentação das ZEIS em Fortaleza, trazendo as diferentes fases que foram necessárias para se chegar ao atual processo de execução dos Planos. Diante disto, a partir de dois estudos de caso, ZEIS Lagamar e ZEIS Bom Jardim, é analisado o papel desse instrumento para cada um dos territórios.

DO DESENVOLVIMENTO AO PÓS-DESENVOLVIMENTO DESCONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO COLONIALISTA - O CASO DA POPULAÇÃO AFROLIMONENSE DA COSTA RICA

Liliane Cristine Schlemer Alcântara (Universidade Federal de Mato Grosso) - lilianecsa@yahoo.com.br
 Luz Marina Vásquez Carranza (Universidad de Costa Rica, UCR) - luzmarinavasquezdandy@gmail.com
 Mamynne Correa da Costa Rodrigues (Universidade Federal de Mato Grosso) - mamynne@hotmail.com
 Joelson José da Silva Júnior (Universidade Federal de Mato Grosso) - joelson.jr16@gmail.com

O paradigma da colonização se perpetua na nossa cultura, na apropriação do espaço e na exploração dos recursos naturais sem limites frente aos atuais padrões de consumo e produção, incompatíveis com a sobrevivência do planeta. Faz-se necessário restabelecer um equilíbrio urgente entre crescimento econômico, equilíbrio social e preservação da natureza. Para dar a devida importância dos valores ancestrais presentes nas práticas das comunidades afrodescendentes propõe-se a desconstrução do imaginário colonialista por meio do modelo pós-desenvolvimentista do Bem Viver (BV), que se contrapõe à cultura dominante eurocêntrica e antropocêntrica. Procurou-se aprofundar o diálogo deste tema, desde sua epistemologia, princípios e objetivos. O objetivo deste artigo visa analisar indicadores de Bem Viver presente nas práticas socioculturais e ambientais das comunidades afrolimonenses da Costa Rica desde a perspectiva decolonial. Metodologicamente utilizou-se de pesquisa bibliográfica, descritiva, de cunho qualitativo e observação. A pesquisa se deu por meio de entrevistas e grupos de discussão realizadas com pesquisa preliminar em 2019 com 34 famílias e durante o recorte temporal de 2020 e 2021 que incluiu um total de 6 grupos focais e 10 entrevistas com adultos. Os temas levantados pelas comunidades limonenses, foram: família, espiritualidade, música, gastronomia, língua e natureza. Estes

resultados demonstraram que indicadores do BV estão presentes nas práticas das comunidades afrolimonenses da Costa Rica, tendo em vista que o BV está relacionado como a maneira de repensar o mundo por meio de hábitos sustentáveis e interligados com a natureza, como modos de vida preservados por meio da língua, uso de plantas, vestimentas, espiritualidade, comida e tradições. Concluiu-se que a cosmovisão afrodescendente é um fator essencial para o bem-estar comunitário, e que, mais que uma forma de resistência, colabora na manutenção de sua identidade cultural, cosmovisão, multidimensionalidade dos saberes, plurinacionalidade e interculturalidade, além de ser uma plataforma para o protagonismo dos povos afrodescendentes.

DÚVIDAS E INCERTEZAS DO JOVENS NA CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES FAMILIARES

Laércio de Souza (FURB/IFC) - laercio.prof@gmail.com
Valmor Schiochet (FURB) - valmor@furb.br

O meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado e a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, associada com a falta de perspectivas para que vivam da agricultura. Mas, outra percepção importante, é que, como atores sociais, os jovens apesar de viverem as condições do espaço rural em que estão inseridos, também atuam sobre ele: a partir dos conhecimentos adquiridos em outros espaços, eles definem a suas escolhas e estas interferem diretamente na sua família e na sua comunidade. Significa pensar o jovem rural como um ator dinâmico que vivência mundos diferentes, atribuindo a eles sentidos específicos e a partir de suas interpretações reflexivas, interfere na transformação de sua unidade familiar e, podendo afetar toda a sua comunidade ao seu redor. O uso no meio rural destas vivências e observações pode resultar na incorporação de referências urbanas no espaço rural ou de referências rurais no espaço urbano, tendo em vista que é uma conexão de mão dupla. Assim, revelar a estrutura da categoria dos agricultores familiares da região do Alto Vale do Itajaí, especialmente no que tange a participação da Juventude rural nos sistemas produtivos e, o sistema de relações que eles mantêm com os outros grupos (seu pertencimento social), por um lado e, a trajetória social dos agentes que reclamam o título e as representações que eles tem deles mesmos (seus interesses e afinidades eletivas), de outro lado, mostram o processo de produção identitária e sua posição no campo econômico, são os planos de análise que serão investigados para o entendimento dos processos de produção das estratégias de desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí.

EMPREENDEDORES E "PROLETARÓIDES": A DISTORÇÃO DO TRABALHO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE FEITA PELO CAPITALISMO DE PLATAFORMAS

Ellane de Lima Sousa (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) - ellane.sousa@aluno.uepb.edu.br
José Luciano Albino Barbosa (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) - lucianoalbino@gsuite.uepb.edu.br
Mylene Susan Silva Miranda (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) - mylena.miranda@aluno.uepb.edu.br

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a ascensão do empreendedorismo atual, utilizada pelo sistema capitalista como mecanismo de disfarce para estimular atividades laborais autônomas e precarizar os postos de trabalho que vem sendo criados a partir das plataformas digitais. Frente a este novo cenário, com essa realidade fictícia de independência e liberdade financeira, também se perde a consciência de classe trabalhadora, culminando em "Proletaróides". Tendo esses fatores em vista, a investigação desse artigo tem como objeto trazer uma visão crítica e analista com base na bibliografia apresentada para interpretar com mais clareza as inferências desse novo molde do capitalismo sobre a categoria trabalhadora. Por intermédio do estudo, observa-se que a aparência da forma de absorver capital se transformou, e com o discurso de empreendedorismo favoreceu a distorção da consciência de classe, expandindo assim, a quantidade de trabalhadores a deriva das garantias trabalhistas.

ENTRE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS, O PODER DA CULTURA LOCAL: O MOVIMENTO CINECLUBISTA DA BAIXADA FLUMINENSE.

Marlon Santos Dias (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - sdmarlon@ufrj.br

Este trabalho visa descortinar uma sub-região da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, que é marcada por inúmeras imagens negativas e por isso têm práticas coletivas, no campo da cultura, invisibilizadas, mas muito vivas. Neste sentido, o objetivo principal, aqui, é analisar como o desenvolvimento do coletivo cineclubista "XUXUCOMXIS" é realizado, através da análise de um documentário produzido pelo próprio cineclubista, intitulado "Revirando o Jogo" de 1h e 31 minutos, produzido em 2020. Para tanto, a metodologia será dada a partir de uma discussão teórica acerca de táticas transescalares e do desenvolvimento multidimensional, além da análise de conteúdo do documentário. Por isso, o trabalho está dividido em 1) Introdução; 2) "Desenvolvimento multidimensional e as táticas transescalares", o qual discorrerá sobre a discussão teórica proposta; 3) "Revirando o Jogo", o qual discorrerá sobre a análise de conteúdo do documentário e; 4) Conclusão. Com isso, pretende-se provocar a questão do desenvolvimento, ao passo que as táticas subalternas e transescalares continuam o desafiando nas periferias urbanas.

ESTRATÉGIAS EMANCIPATÓRIAS NA PRODUÇÃO DE JARDINS COMUNITÁRIOS URBANOS, CONTRADIÇÕES E REFLEXÕES

Leticia Costa de Oliveira Santos (Universidade Federal do ABC) - costa.leticia@ufabc.edu.br

Vanessa Lucena Empinotti Universidade Federal do ABC) - v.empinotti@ufabc.edu.br

Os jardins comunitários envolvem pessoas diversas que atuam cotidianamente na produção dos espaços e naturezas urbanas, propondo formas outras de produzir e se relacionar com a cidade. Indica-se o potencial da cooptação burocrática e da captura neoliberal, de modo que cabe um olhar crítico para estas mobilizações, observando as relações e frentes de conflito que se constituem nos locais e no cotidiano. Este artigo tem como objetivo refletir sobre as potencialidades emancipatórias e as contradições dos jardins comunitários. Ele explora a teoria da reprodução social, e seu papel estratégico nos novos debates sobre movimentos sociais. Em seguida, apresenta uma discussão teórica sobre os jardins comunitários como práticas de (re)produção e contestação da natureza e da cidade. Por fim, são indicadas as contradições destas práticas para se refletir criticamente sobre as formas emergentes de pensar e (re)produzir a cidade, a natureza e as relações sociais.

GESTORES DA BARBÁRIE: MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA NA TRANSIÇÃO DO NEOLIBERALISMO PROGRESSISTA AO NEOLIBERALISMO AUTORITÁRIO, AUSTERO E VIOLENTO

André Dal'Bó da Costa (DEARQ UFOP/DF FFLCH USP) - andredalbo@usp.br

O artigo proposto discute duas diferentes fases de aclimação do neoliberalismo no Brasil tomado como prática de governo das cidades e a implicação desta transição de períodos sobre os Movimentos Sociais. A primeira fase, lida como progressismo neoliberal e, a segunda, como mais recente gestão autoritária, austera e militarizada do colapso social. Na primeira parte do artigo situaremos o debate proposto na transição entre duas diferentes expressões do neoliberalismo, primeiro como razão mundo, biopolítica, ou racionalidade política e, segundo, como estratégia de guerra. Estas formas de governo serão então observadas, na segunda parte do artigo, através de recentes transformações nas práticas de governo das cidades, sobretudo através da análise de alguns exemplos dos últimos programas habitacionais vigentes no país, que implicam na reconfiguração dos conflitos e lutas sociais decorrentes de resistência pela permanência no espaço urbano. Ambas mudanças enquadradas no transcurso das primeiras décadas do século XXI, serão finalmente inseridas no presente contexto de ampliação da desregulamentação da legislação urbana, ambiental e territorial brasileiras, e mais explicitamente nas práticas de governo destinadas ao combate a todo resquício de regulamentação solidária que impliquem sobre o governo das cidades.

LARGO DO AROUCHE: UMA TRAMA DE DISPUTAS. LÓCUS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA E RESISTÊNCIA LGBTQIA+.

Miguel da Cruz Mermejo (USP) - miguelmermejo@usp.br

Paula Freire Santoro (USP) - paulasantoro@usp.br

Este artigo busca lançar luz à recente proposta de reforma do Largo do Arouche anunciada na gestão municipal de João Dória, inserida num conjunto de intervenções urbanísticas na região central de São Paulo. Ao ser um processo conturbado, que perdurou cerca de quatro anos, busca-se elucidar os fatos envolvidos enquanto motores de reflexão sobre este espaço, permitindo intercâmbios entre estudos de sociabilidade LGBTQIA+, e evidenciando a lacuna nas práticas de planejamento urbano em termos de instrumentos efetivos que mobilizam o pensamento e a gestão compartilhada sobre territórios identitários delimitados por subjetividades. Disputado, o Largo sintetiza as tensões em jogo. Sofreu intervenções financiadas por empresas estrangeiras. É lócus de produção imobiliária que mercantiliza o território LGBTQIA+ historicamente popular. Constitui um patrimônio cultural ligado à liberdade sexual e de gênero ainda não reconhecido oficialmente, mas afirmado por grupos organizados que resistem.

O PAPEL DOS MOVIMENTOS POPULARES NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Batistela de Almeida (Universidade Anhembi Morumbi) - gabriela.batistela@hotmail.com

O artigo trata sobre as lutas e embates de organizações e movimentos populares por moradia na cidade de São Paulo. É discutido o surgimento e fortalecimento de lideranças populares, e sobretudo, seu papel na construção de uma Política Pública Habitacional democrática, que atenda as demandas da população mais pobre, ressaltando as lutas pela efetivação dos instrumentos urbanos presentes no Estatuto da Cidade e pelos direitos humanos presentes na Constituição Federal. Como importante forma de atuação em favelas e territórios populares, ressalta-se o planejamento urbano alternativo e as práticas de assessoria técnica, que contribuem para uma gestão e construção participativa do espaço urbano. Essas práticas, resultam da união entre movimentos populares e profissionais técnicos, dentre eles arquitetos e urbanistas, e buscam, sobretudo, a garantia do direito à cidade e à moradia, através de lutas políticas e sociais contra a violência praticada pelo Estado e pelo sistema capitalista.

O SENTIDO DA IMANÊNCIA NA PESQUISA DE ANA CLARA TORRES RIBEIRO

Tamara |Tania Cohen Egler (IPPUR) - tamaraegler@gmail.com

Pensar a contribuição de Ana Clara é, em primeiro lugar, levar em conta a complexidade do seu pensamento e a perspectiva interdisciplinar que sempre a norteou. Esse ponto de partida é fundamental para que possamos compreender os estudos que ela desenvolveu sobre os processos que conformam o espaço social no mundo. Sua inestimável contribuição pode ser sintetizada na expressão "imanência do espaço social", quer dizer o poder dos atores sociais na construção da existência no espaço.

O SOM DO PROTESTO SOCIAL NA INDÚSTRIA E A LUTA OPERÁRIA NA CANÇÃO CRÍTICA DA VANGUARDA PAULISTA

Luciano Urizzi (Universidade do Vale do Paraíba) - contato@lucianourizzi.com.br

O presente estudo é parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, e tem como objetivo analisar o impacto no espaço urbano causado pelo processo de industrialização ocorrida no Brasil, entre os fins da década de 1970 e meados de 1980. Como recorte, adotou-se a cidade de São Paulo e os movimentos estudantis da contracultura, cujas produções musicais dos seus grupos considerados "independentes", discutiram os problemas sociais, políticos e econômicos decorrentes do capitalismo moderno. Assim, primeiramente contextualizou-se a respeito da Vanguarda Paulista e a canção crítica do conjunto Língua de Trapo. Depois, como metodologia de análise, a letra da música "Xote Bandeirado" foi fragmentada em três partes, sendo que a primeira vai discutir o espaço da produção capitalista nas cidades industriais; a segunda parte, vai analisar a industrialização nas metrópoles e suas relações com o trabalho operário e o processo migratório; e por fim, a tomada de consciência pela classe operária e os movimentos sociais. Vale ressaltar que não cabe a este breve estudo, um aprofundamento sobre as questões lingüísticas, políticas ou culturais que a música exerce na sociedade, mas sim, a sua contribuição no entendimento da produção do espaço urbano e na formação das cidades. Pretende também, refletir a respeito de qual é o mundo que queremos viver ou qual o legado devemos deixar para as próximas gerações.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E MINERAÇÃO A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS MUNICÍPIOS MINERÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Gabriela Resende Coelho (EA-UFGM) - coelhogabriela7@gmail.com
 Mariana Bubantz Fantecelle (NPGAU-UFGM) - maribfantecelle@gmail.com
 Laís Grossi de Oliveira (IGC-UFGM) - grossideoliveira.lais@gmail.com
 Laura de Paula e Silva (EA-UFGM) - lauradepaula05@gmail.com

O estado de Minas Gerais, principalmente a região do Quadrilátero ferrífero, tem carregado a imagem de uma "vocação minerária" desde o início do século XX até os dias atuais. Essa forte crença disseminada pelo discurso hegemônico, se naturalizou no imaginário social, distorcendo a real intencionalidade político-econômica da mineração, como se o território e a natureza estivessem a serviço do capital e explorá-los fosse um destino inevitável. Aliada a isso, as companhias de mineração financiam ações de organizações da sociedade civil por meio das chamadas ações de 'responsabilidade social' e de 'compensação ambiental', não apenas como uma contrapartida pela exploração, mas, principalmente, para benefício de suas imagens corporativas diante de investidores e comunidades locais, forjando uma ideia de consenso a respeito de suas atividades. Este artigo tem como objetivo investigar as formas de atuação de grupos da sociedade civil frente às atividades de exploração minerária em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para tal, tomamos como foco as relações que esses atores coletivos estabelecem com as companhias de mineração nos municípios de Brumadinho, Caeté, Itatiaiuçu, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará. Tratam-se de municípios que compartilham, em maior ou menor grau, os efeitos de uma economia pautada pela extração minerária. Nossa hipótese é de que o investimento das mineradoras ao longo dos últimos anos em parcerias com OSCs constitui um dos pilares para a manutenção da subordinação dos municípios à chamada mínero-dependência. Com base na aplicação dos denominados "investimentos sociais privados", as mineradoras têm construído um cenário de dependência com as organizações locais, as quais se vêem impelidas a buscar formas de financiamento para suas ações, sobretudo no cenário atual de intensa redução da participação e investimento do Estado nas políticas sociais.

PANORAMA DAS PRÁTICAS COMUNITÁRIAS EM COMMUNITY LAND TRUSTS

Dario Tognato (USP) - dariotognato@gmail.com
 Martim F. C. Furtado (USP) - martim.furtado@usp.br

Considerando o crescente debate sobre o Community Land Trust (CLT) no Brasil, o presente artigo tem como objetivo contextualizá-lo através de uma visão panorâmica que aborda aspectos teóricos, históricos e práticos de experiências no Norte Global, desenvolvendo desafios e contradições que passam suas práticas comunitárias. De um lado, o desenvolvimento de estruturas em bairros carentes geridas por organizações locais cria oportunidades e da maior agência para movimentos sociais. De outro, demandas envolvidas na necessidade de lidar com esferas técnicas, financeiras e burocráticas da gestão de serviços produzem novos impasses e conflitos, podendo minar o caráter político das iniciativas. Neste cenário, CLTs buscam estabelecer arranjos de financiamento, manter seu engajamento comunitário e criar formas de governança local, temas desenvolvidos neste artigo.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PLANO DIRETOR – MITO OU VERDADE?

Bruna de Souza Santos (Universidade Salvador) - bruna1010@hotmail.com
 Ana Licks de Almeida Silva (Universidade Salvador) - ana.almeida@unifacs.br

O presente artigo tem como objetivo analisar a participação popular no que diz respeito aos planos diretores, analisando suas complexas relações no espaço e sociedade, trazendo como estudo de caso a cidade Salvador/BA. A discussão é voltada para a análise das posições sociais e o espaço, seus impasses na questão da apropriação e nas suas interações. Deste modo, é possível investigar a eficácia da participação popular e as possibilidades de restituição do cenário social, tornando evidente problemáticas que envolvem os movimentos sociais.

PERSPECTIVAS FEMININAS E FEMINISTAS: A CONSTRUÇÃO DE COMUNS URBANOS NOS MOVIMENTOS DE MORADIA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO

Nathalia de Oliva Silva (Universidade São Judas Tadeu) - nathalia_olivasilva@hotmail.com
 Eneida de Almeida (Universidade São Judas Tadeu) - eneida.almeida@saojudas.br

Este trabalho parte de uma revisão bibliográfica acerca do estudo de movimentos de moradia, direcionando o olhar a perspectivas femininas e feministas, de modo a tecer uma compreensão de sua importância e seu papel na produção do espaço, em consonância com a noção de comuns urbanos, enquanto forma de emancipação individual e coletiva frente às desigualdades de gênero a que estão acometidas. Para tanto, pretende-se buscar um olhar aproximado sobre o tema, direcionando o enfoque para a Zona Leste de São Paulo, a partir do estudo de caso do “Mutirão Paulo Freire”, enquanto movimento representativo da participação feminina e da autogestão como ação libertadora. Os procedimentos metodológicos procuram explorar leituras de autores não só do campo urbanístico, mas também aquelas ligadas especificamente à antropologia urbana e à etnografia, bem como autoras que exploram o pensamento feminista. Os resultados vão na direção de ampliar a base teórica, tecendo relações importantes acerca do tema e de exemplos consolidados, visando um horizonte de possibilidades e novas formas de produzir arquitetura e cidade, que possam ser replicadas na prática.

PLANEJAMENTO INSURGENTE EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS LOCALIZADOS NAS PERIFERIAS URBANAS: O ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE PROMOÇÃO E RESGATE À CIDADANIA PAULO VI (CEPROCIG), LOCALIZADO NO PARQUE GRAJAÚ EM SÃO PAULO

Luciana Guimarães Moreira (UFABC) - guimaraes.luciana@ufabc.edu.br
 Fernando Botton (UFABC) - f.botton@ufabc.edu.br
 Rosilene Aparecida Nunes dos Santos (UFABC) - rosilene.santos@ufabc.edu.br

Este trabalho analisa a experiência do Centro de Promoção e Resgate à Cidadania Paulo VI (CEPROCIG), localizado no Parque Grajaú na cidade de São Paulo. Tal análise está ancorada na ideia de práticas alternativas de planejamento, mais especificamente dentro do conceito de Planejamento Insurgente. São discutidos conceitos como insurgência, justiça social, direitos humanos e direito à cidade como parte do direito à moradia em um contexto de urbanização baseada na segregação socioespacial.

PLANEJAMENTO, DIREITO E JUSTIÇA. SISTEMATIZANDO PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO. UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Jairo Salvador de Souza (Defensoria Pública do Estado de São Paulo) - jairosalvador@lwmail.com.br
 Paulo Romano Reschilian (Universidade do Vale do Paraíba) - pauloromano@univap.br

O artigo pretende oferecer uma contribuição metodológica para sistematização das experiências de lutas de resistência no território à produção neoliberal do espaço. A partir da análise dos três casos de remoções compulsórias multitudinárias ocorridas desde o início do século, em São José dos Campos, São Paulo, procurou-se investigar a existência de relação entre o nível de organização, a atuação transescalar, a forma e o grau de resistência/insurgência dos sujeitos coletivos envolvidos, com a produção, preservação ou supressão de direitos, a distribuição de recursos no território e sua influência na alteração do nível de efetivação de (in) justiça espacial. O trabalho considerou as trajetórias dos sujeitos coletivos que protagonizaram a resistência à lógica heterotópica da produção neoliberal do espaço, representada pelo programa de desfavelização municipal, implementado a partir do início deste século, operacionalizado através da eliminação física das moradias e traslado da população para os espaços de exclusão, localizados na periferia material e simbólica da cidade. Através de trabalho de campo realizado diretamente com os atingidos pelas políticas públicas de desfavelização, procurou-se reconstruir e sistematizar os eventos relacionados às remoções ou tentativas de remoções compulsórias e às práticas de resistência e, ou, de insurgência, identificando pontos em comum, ações, estratégias e escalas de atuação. São apresentados e discutidos os resultados parciais do projeto, relacionados ao eixo planejamento, concluindo-se que as práticas de resistência analisadas podem ser associadas ao planejamento insurgente, com potencial para instituir direitos que podem reforçar ou problematizar a racionalidade de produção neoliberal do espaço, com reflexos na produção da injustiça socioespacial.

PRÁTICAS INSURGENTES NO CENTRO DE SÃO PAULO: EXPLORANDO CONTINUIDADES E DESAFIOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA OCUPAÇÃO CARRÃO

Arthur Cesar Valentim (Universidade Federal do ABC) - a.valentim@ufabc.edu.br
 Kelseny Medeiros Pinho (Universidade Federal do ABC) - kelseny.medeiros@ufabc.edu.br
 Davi Carlos Passos dos Santos (Universidade Federal do ABC) - davi.santos@ufabc.edu.br

O artigo pretende explorar continuidades e diferenças nas ocupações de edifícios de forma organizada no centro da cidade de São Paulo por movimentos sociais, sob a ótica das teorias de planejamento insurgente e cidadania transgressiva. Para tal, a metodologia de estudo de caso foi utilizada, analisando a relativamente recente Ocupação Carrão, gerida pela Frente de Luta por Moradia – FLM. Inicia-se o debate pela reconstrução histórica da ocupação como estratégia política, as articulações precedentes ao seu surgimento e sua consolidação. Seu caráter conflituoso e contra-hegemônico na busca por cidades mais justas e o reconhecimento dos movimentos sociais como atores relevantes no contexto urbano são ressaltados e relacionados à literatura selecionada ao abordar as práticas utilizadas, as disputas institucionais e as conquistas materializadas em políticas públicas, apesar dos dilemas enfrentados nas relações com o Estado, a criminalização de seus membros, e os ataques à sua legitimidade.

REPERCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS NO PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE GUARAUQUEÇABA (PR): OLHARES DECOLONIAIS A PARTIR DA VISIBILIDADE DOS TERRITÓRIOS CAIÇARAS

Ana Caroline dos Santos Ferreira (Universidade Federal do Paraná) - 1904carolineferreira@gmail.com
 Daniele Regina Pontes (Universidade Federal do Paraná) - danielapontes@ufpr.br

O artigo tem como objetivo tratar das ficções do urbano em municípios com características majoritariamente ambientais, tendo como eixo norteador a discussão sobre o Planejamento Urbano-territorial com destaque para o modo de vida das populações caiçaras representado pelo Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) no município de Guaraqueçaba, estado do Paraná. Ressalta-se a produção e reprodução das comunidades caiçaras, bem como o modo coletivo de vida relacionado aos espaços que usam ocupam e em que se localizam, principalmente, em áreas costeiras dos estados do Sul e Sudeste brasileiro. Desse modo, busca-se analisar o processo de luta e resistência pelo território vivenciado pelas comunidades locais a partir dos conflitos gerados pela entrada indevida do agronegócio, seguido da criação de uma Unidade de Conservação (UC), do turismo expulsivo e do avanço da especulação imobiliária na região do Litoral Paranaense.

REPRODUÇÃO DA VIDA NA PANDEMIA: A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM CAMPINA GRANDE-PB

Davidson Matheus Félix Pereira (Universidade Estadual de Campinas) - davidsonacrata@outlook.com

A pandemia do Novo Corona Vírus evidenciou e agravou as contradições e desigualdades no espaço urbano brasileiro. Com o aumento do desemprego, a renda de uma grande parte dos trabalhadores foi gravemente comprometida, entre outros fatores, pela ingerência da crise econômica e sanitária por parte do Estado brasileiro. Todos esses fatores, contribuíram para o aumento dos despejos, do desemprego e da fome. Esse fenômeno fica ainda mais evidente nos centros urbanos, espaços onde a concentração da pobreza e desigualdade socioespacial é estrutural e estruturante. É nesse contexto, que buscamos analisar as formas de resistência que se dão no espaço urbano. O recorte espacial de nossa análise, diz respeito à cidade do município de Campina Grande- PB, localizada no interior do Nordeste Brasileiro. A presente pesquisa buscou analisar três movimentos sociais urbanos, com demandas diferentes, que vem ocorrendo em frações do espaço da cidade. O primeiro, tem relação com o movimento de luta por moradia que vem ocorrendo a partir de um processo de ocupação de terrenos ociosos no bairro Cruzeiro. O segundo analisado, foi o de (re)construção de uma feira livre no bairro Acácio Figueiredo. Por fim, o terceiro objeto de análise, foi o movimento de ocupação e reabertura de uma cozinha comunitária, no bairro Jeremias. O objetivo de nossa pesquisa, foi definir a gênese e o desenvolvimento de cada um dos movimentos, buscamos entender as diferenças e pontos comuns entre esses processos. Do mesmo modo, nos debruçamos na relação que cada um destes possui com a realidade espacial da cidade e com a crise econômica e sanitária. Desse modo, refletimos sobre a dimensão das lutas pelo direito à moradia, à alimentação de qualidade e ao trabalho e sua relação com o direito à cidade.

RESISTÊNCIA NO CENTRO DE SÃO PAULO: UM OLHAR SOBRE A ANTIGA OCUPAÇÃO LORD HOTEL

Renata Thais Antonialli (FAU/USP) - renata.antonialli@usp.br

Este artigo reflete sobre a trajetória das ocupações e movimentos sociais no centro de São Paulo em paralelo às políticas públicas para produção de HIS na área. O fio condutor para essa análise é a experiência da antiga ocupação Lord Hotel, hoje em obras de reabilitação para habitação de interesse social (HIS), pelo Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades, que vai se chamar Edifício Elza Soares. Tendo em vista o contexto atual de retrocessos e desmonte das políticas sociais e habitacionais, prevalecendo as políticas neoliberais, esse texto tem o objetivo de registrar a história do Elza Soares como fonte de esperança e ações transformadoras por meio da resistência.

TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: AS OCUPAÇÕES CULTURAIS INSURGENTES NAS PERIFÉRIAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabriel Ribeiro Couto (FAU - Universidade de Brasília) - arq.gabrielribeiro@gmail.com
 Liza Maria Souza de Andrade (FAU - Universidade de Brasília) - lizamsa@gmail.com

Na conjuntura do novo ciclo de lutas urbanas da última década, houve uma insurgência significativa de ocupações e coletivos culturais nas periferias do Distrito Federal. Essas práticas agem nas lacunas deixadas pela ausência do Estado nesses territórios, revelando as contradições e desigualdades do processo de urbanização da capital. O artigo tem como objetivo demonstrar a potência tática dessas ocupações culturais periféricas como espaços de contestação contra-hegemônicos que confrontam e subvertem as lógicas do planejamento concêntrico e desigual da capital, como também as tensões e ataques sofridos em torno da regularização e permanência desses espaços. Para isso, foram categorizados em: (1) ocupações em espaços públicos abandonados e (2) imóveis privados, utilizando a cartografia como instrumento analítico-crítico de embate. Os exemplos tratados, demonstraram o protagonismo e potência das ocupações culturais como resistências sociopolíticas na transformação social das periferias.

UM OLHAR SOBRE AS TENDÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: REPERTÓRIOS ON-LINE, OFF-LINE OU HÍBRIDOS?

Robson Vasconcelos Carvalho (Universidade de Brasília) - robsonvcarvalho@hotmail.com

Objetivamos colaborar com uma discussão teórica e empírica a respeito da influência das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC, nos repertórios de participação política não-institucional. Uns acreditam que a tendência é cada vez mais as mobilizações sociais serem organizadas on-line, outros consideram que o off-line permanecerá como principal meio de articulação e ação e há quem compreenda, como nós, que o futuro tende a um caminho híbrido. A contribuição empírica está focada na tentativa de compreensão e análise qualitativa da influência das TIC na organização do SomosDemocracia, o coletivo antifascista das torcidas de futebol que surgiu na pandemia. Realizamos uma entrevista com uma das principais lideranças do movimento e notamos que tanto ele quanto os demais articuladores têm ligações com outros movimentos e atividades de participação política. São ativistas familiarizados com diversos repertórios e encaixam-se no entendimento de que “Quando ativistas decidem como organizar uma ação coletiva, eles a escolhem a partir de um portfólio finito de técnicas e práticas já experimentadas e que possuem legitimidade social e política” (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014, pág. 327).

UN ESTUDIO SOBRE LA PEDAGOGÍA DEL EQUILIBRIO EN LAS RONDAS CAMPESINAS DE HUANCABAMBA PIURA, PERÚ

Hilder Alberca Velasco (IPPUR/UFRJ) - hav.politica@gmail.com

El presente trabajo se fundamenta en la comprensión y explicación sobre las Rondas Campesinas de Huancabamba, Piura, Perú que desde 1983 inician sus labores de organización y defensa de su territorio. El objetivo es analizar la relación entre el pensamiento indigenista peruano y el movimiento comunero de las rondas campesinas en Huancabamba, desde una perspectiva de intervención a partir de la cooperación recíproca solidaria facilitada por la formación política, la transmisión de saberes y las formas de vida que dan sentido y significado a la práctica cotidiana del hombre rondero y la mujer rondera pobladores andinos. El marco teórico toma como base el pensamiento indígena peruano y su incidencia en la formación política de la práctica como agentes ronderos y ronderas, comuneros y comuneras. El trabajo de campo fue llevado a cabo dentro del espacio comunal y rondero, delimitado geográficamente en la comunidad de Segunda y Cajas. Los resultados acerca del estudio de caso llevaron a profundizar tanto en el alcance político de incidencia a partir de retomar el pensamiento indigenista peruano desde un enfoque de propuesta solidaria para los ronderos y las ronderas en su actuar de reciprocidad y cooperación en su cotidiano y lo contemporáneo.

VALE DAS PALMEIRAS, MAIS UMA OCUPAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA E POPULAR EM SÃO JOSÉ/SC

Jefferson Adriano Maier (Universidade do Estado de Santa Catarina) - maierjefferson@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo contextualizar e refletir sobre o surgimento da Ocupação Vale das Palmeiras, localizada em São José, cidade do litoral catarinense pertencente à Área Conurbada de Florianópolis (ACF). O trabalho parte da dissertação do autor, e é dividido em duas sessões. Na primeira, a partir da contextualização da formação socioespacial da região, busca-se compreender o projeto de desenvolvimento das classes dominantes para a região, e suas consequências, especialmente a crise habitacional. Na segunda sessão, o surgimento da ocupação citada é comentado e analisado a partir do método etnográfico e da pesquisa militante, e a experiência de organização da Vale das Palmeiras é comparada com outra Ocupação Urbana Organizada do mesmo bairro, a Ocupação Contestado, a partir de revisão bibliográfica. Por fim, são esboçadas considerações finais sobre os diferentes processos, ressaltando aspectos em comum e singularidades de cada território.

VIDA E MOBILIZAÇÃO INDÍGENA FACE ÀS DISPUTAS TERRITORIAIS: O CASO DA TERRA INDÍGENA IBIRAMA-LAKLÃNÕ, SANTA CATARINA, BRASIL

Douglas Ladik Antunes (Universidade do Estado de Santa Catarina) - douglasladik@gmail.com

Orivaldo Nunes Júnior (Universidade do Estado de Santa Catarina) - nunonunes3@gmail.com

Aquiles Carrion dos Santos Schluter (Universidade do Estado de Santa Catarina) - aquilessch@hotmail.com

A Terra Indígena Ibirama-LaKlãnõ é habitada por três etnias: Xokleng, Kaingang e Guarani Mbyá. Historicamente esta TI é marcada por diversos conflitos ambientais territoriais e um processo de territorialização confuso e controverso. O presente artigo busca sistematizar os principais fatos históricos que definiram os limites da demarcação da TI e remontar o histórico dos processos de mobilização e reivindicação do Movimento Indígena local em defesa de seus direitos. Para tanto foi feito um amplo levantamento documental e a coleta de depoimentos em campo, com "anciões" e lideranças, e a sistematização das informações em um quadro, constituindo uma linha do tempo, e um mapa com a representação gráfica das áreas em disputa e conflito. Como resultado se verifica que instituições do Estado e alguns setores da iniciativa privada têm se caracterizado como os principais antagonistas sociais, configurando situações de disputas territoriais sobre os recursos naturais e sobre as determinações dos limites territoriais.

VIVER, TRANSFORMAR E REINVENTAR A CIDADE HERMÉTICA

Mariana Vieira de Mello (Universidade de Brasília) - marianavieiramello@gmail.com

O Setor Comercial Sul (Brasília/DF) é palco de trocas sociais, econômicas, e políticas, ao mesmo tempo em que vive uma ação de preservação do patrimônio conservadora. Busca-se trazer uma análise a respeito das apropriações cotidianas que se contrastam com a cidade moderna preservada, vendo nestas o potencial para a um planejamento urbano mais humano, no qual a vida ordinária deve ser objeto de preservação. Depois de abordar a teoria de produção do espaço de Lefebvre e autores que discorrem sobre a experiência espacial, é feito um panorama da gestão atual do SCS e são apresentados os resultados da pesquisa empírica, que registra momentos de apropriação e capta narrativas e possibilidades de exploração através de mapeamento qualitativo, observação, registro fotográfico e aplicação de questionário. Conclui-se que as formas de apropriação pelo usuário contrastam com o ambiente existente e as transformações devem ser incluídas para a continuidade da dinâmica urbana e preservação do centro.

ST05. Habitação e a produção do espaço urbano e regional

Comissão Científica: Rosana Denaldi (UFABC), Maria de Lourdes Zuquim (USP), Madianita Nunes da Silva (UFPR)

Temas: questão fundiária e assentamentos no espaço urbano e regional; planejamento urbano e regional, Planos Diretores e a questão habitacional; habitação e reprodução social; as políticas habitacionais e seus impactos na produção do espaço urbano e regional; o capital imobiliário e a produção do espaço urbano e regional; gestão democrática da habitação no espaço urbano e regional?

EMENTA: Nesta ST serão tratados problemas relacionados à questão da habitação no espaço urbano e regional. Ela se manifesta de forma curiosa no Brasil: embora haja edificações destinadas à moradia em quantidade superior às necessidades da população, há uma parcela considerável da população sem acesso à moradia. Ou seja, tem-se, de um lado, um volume maior de edificações habitáveis que o número de seus proprietários – produto da concentração de renda e riquezas e, também, da especulação que tem lugar no espaço urbano; de outro, tem-se carências de moradia por parte de contingentes expressivos da população em consequência, precisamente, da insuficiência de renda para alugar ou comprar a casa própria. A questão da habitação diferencia-se nas regiões e cidades brasileiras. Em alguns casos, a organização da população desencadeia lutas por moradia, podendo resultar em respostas estruturadas dos governos nos diferentes níveis – como alguns Planos Diretores e algumas políticas habitacionais. Entretanto, em muitos outros (sobretudo, nas médias e grandes cidades), o capital imobiliário tem tido maior protagonismo no encaminhamento da questão habitacional, do que tem resultado exclusão social.

PRÁTICAS DE ACESSORIA TÉCNICA POPULAR EM FORTALEZA/CE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ACESSORAMENTO À OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA

Pedro Vitor Monte Rabelo (PPGAU / UFBA) - pedrovitormr@gmail.com
 Janaina Carneiro Americano de Brito (RAU+E/FAUFBA) - janainabritoc@gmail.com

O presente trabalho traz uma reflexão exploratória da experiência que se desdobra a partir do caso da Ocupação Carlos Marighella em Fortaleza, Ceará. Articulando com uma mobilização teórica e prática sobre o papel do conflito e o contraplanejamento, assim como a atuação da assessoria técnica popular. O artigo busca, a partir da contextualização da ocupação frente às dinâmicas da capital cearense, um diálogo com a literatura sobre conflito e contraplanejamento. Trazendo uma análise crítica sobre as estratégias e as práticas da assessoria técnica em prol da luta e

resistência da ocupação, tensionando o papel do assessor técnico frente a atuação desenvolvida no território.

TRIBUTAÇÃO E DINÂMICA IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA PARA AGLOMERAÇÕES URBANAS BRASILEIRAS

Fábio Henrique Florindo Amano (Universidade Federal de São João del-Rei) - henriquefabio205@gmail.com
 Renan Pereira Almeida (Universidade Federal de São João del-Rei) - renan@ufsj.edu.br

Dada a crescente demanda por infraestrutura e serviços sociais, decorrente do processo de urbanização, o debate entre tributação fundiária e preço dos imóveis é crucial para se investigar possibilidades de recuperação de receitas para o poder público local. Partindo do resgate da relação causal entre tributos sobre o solo urbano e preço de venda dos imóveis, este trabalho traz uma abordagem empírica para investigar essa relação. Para tal, foram usados dados de 2019 de anúncios, cobrindo 20 municípios das aglomerações de Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Salvador (BA), Vitória (ES), Cachoeiro de Itapemirim (ES) e Criciúma (SC). Os resultados das estimações corroboram a hipótese de que o valor do IPTU é fracamente correlacionado ao valor final de venda dos imóveis, enquanto vagas de garagem são fortemente. Ademais, boa parte da variabilidade dos preços imobiliários foi explicada por questões no nível do município como volume de crédito concedido pela CEF e tamanho populacional.

A HABITAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO EM CIDADES MÉDIAS: A INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM PELotas/RS

Nirce Saffer Medvedovski (Universidade Federal de Pelotas) - nirce.sul@gmail.com
 Fernanda Lima-Silva (Fundação Getúlio Vargas) - emaildefernandalima@gmail.com
 André de Oliveira Torres Carrasco (Universidade Federal de Pelotas) - andre.o.t.carrasco@gmail.com

Este artigo analisa, em perspectiva histórica, a política de habitação de interesse social em Pelotas, cidade de médio porte localizada no Rio Grande do Sul. A análise se inicia no século XIX e se estende até a década de 2010. Os resultados evidenciam a constituição de uma política de habitação que reforça o protagonismo do capital imobiliário e a exclusão social. Ao mesmo tempo, indicam: (i) o caráter fugaz e fragmentado das reivindicações populares; (ii) a perenidade da realização de intervenções que não lidam com a precariedade habitacional e urbana de forma integral, (iii) a constituição de um quadro técnico fragilizado e sub-utilizado na área habitacional; e (iv) a insuficiência dos incentivos federais para alterar a forma pela qual, historicamente, a questão habitacional se concretiza no município. O entendimento dos elementos da trajetória da política

habitacional nesta cidade de médio porte pode auxiliar na compreensão do que ocorre em cidades com perfis semelhantes.

A INFORMALIDADE E A LEI: REFLEXÕES A PARTIR DE ESTUDOS PRELIMINARES SOBRE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS NO SUDESTE DO PARÁ

Ana Carolina Campos de Melo (UNIFESSPA) - carolmelo.08@gmail.com
 Patrícia Capanema Álvares Fernandes (UNIFESSPA) - pcapanema@gmail.com
 Sérgio Moreno Redon (UNIFESSPA) - smredon@unifesspa.edu.br
 Gabriel Moraes de Outeiro (UNIFESSPA) - gmouteiro@gmail.com

Este artigo explora o relacionamento entre Núcleos Urbanos Informais (NUIs) e a institucionalização de ações de planejamento urbano e regularização fundiária no sudeste do Pará. O estudo avalia o quadro das políticas de regularização fundiária e a adesão dos municípios ao cumprimento da atual Lei de Regularização Fundiária (13.456/2017), a partir da análise da aplicação de um questionário em 18 prefeituras da região, com distintas situações de informalidade. Buscou-se compreender a questão fundiária urbana e o processo de urbanização à luz do conceito de "urbanização extensiva", no esforço de responder às seguintes perguntas: o que são NUIs? Por que caracterizar os NUIs do sudeste do Pará? O que a avaliação da atuação municipal no âmbito do ordenamento urbanístico e das ações de regularização fundiária revela sobre o quadro da informalidade no sudeste paraense? O estudo realizou revisão de literatura e pesquisa documental sobre informalidade e processos de urbanização.

A POLÍTICA DE CRÉDITO HABITACIONAL: ENTRE A EFICIÊNCIA DE MERCADO E A INVISIBILIZAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO

Paulo Alas (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da) - paulo.alas@usp.br
 Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da) - luroyer@usp.br

A hegemonia da política de crédito habitacional no atual estágio do capitalismo tem sido justificada na maior eficiência do mercado no atendimento das necessidades habitacionais. O presente estudo coloca em perspectiva tal justificativa, investigando em profundidade os subsídios financeiros aportados pelo governo federal na modalidade PMCMV-FGTS, entre 2009 e 2020. E revela que o desempenho notável alcançado pela modalidade, deve-se a uma estrutura complexa de subsídios, em certa medida, invisibilizada: no trabalho interpretada como expressão da circulação invisibilizada do próprio fundo público na atualidade. Como principal achado, o estudo destaca o fato de a metodologia de cálculo adotada pelo FGTS não classificar como desconto parte significativa do subsídio à taxa de juros, favorecendo a realização de leituras que pomenorizam o papel desempenhado pelo fundo

público, e superestimam a eficiência do mercado e ação do privado nos resultados da política de crédito habitacional.

A POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO DE VILAS E FAVELAS EM BELO HORIZONTE: DAS EXPERIÊNCIAS PIONEIRAS DOS ANOS 1980 AOS DESAFIOS RECENTES

Ana Carolina Maria Soraggi (Universidade Federal de Minas Gerais) - anacarolina.soraggi@gmail.com
 Jupira Gomes de Mendonça (Universidade Federal de Minas Gerais) - jupira@gmail.com
 Sophia Guarnieri (Universidade Federal de Minas Gerais) - sophiaguarnie19@gmail.com

Este artigo apresenta algumas reflexões, a partir dos resultados da pesquisa "Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Belo Horizonte", desenvolvida pelo Núcleo BH do INCT Observatório das Metrópoles. No desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que, no contexto institucional, alguns aspectos condicionaram a execução da Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte (PMH-BH), notadamente no que se refere à urbanização de vilas e favelas, dentre os quais se destacam: (i) a constituição de uma estrutura institucional para a implementação de programas e projetos de intervenção em vilas e favelas, que remete ao final dos anos 1970 e às experiências pioneiras dos anos 1980; (ii) o alinhamento do projeto de governo do executivo municipal ao reconhecimento do direito à moradia como princípio para a formulação da atual PMH-BH nos anos 1990; (iii) o volume de recursos destinados pelo governo federal para a execução de ações de urbanização de assentamentos precários ao longo do tempo, especialmente a partir de 2007 com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O artigo está estruturado em quatro seções, sendo elas: (1) a presente introdução; (2) o contexto nacional da política de urbanização de assentamentos precários; (3) a sistematização da trajetória da PMH-BH; e (4) considerações finais.

A PRODUÇÃO PRIVADA NAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL DE IMÓVEIS VAZIOS OU SUBUTILIZADOS: O CASO DA ZONA LESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Rosana Yamaguti (PGT-UFABC) - rosieyamaguti@gmail.com

Este trabalho analisa a produção habitacional da iniciativa privada nas Zonas Especiais de Interesse Social de imóveis vazios ou subutilizados, considerando as estratégias utilizadas por esse agente e os impactos trazidos pelas alterações na legislação urbanística. Para isso, baseia-se nos dados de uma pesquisa documental produzida por meio da coleta, sistematização e análise de dados dos alvarás emitidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo para a Zona Leste paulistana entre 2002, ano da implementação do instrumento, e 2017. Concluiu-se que as ZEIS

influenciam na produção privada, que adota como estratégias para sua viabilização um maior porte dos empreendimentos, de forma a possibilitar o uso misto com separação de condomínios, além da redução da área das unidades. Entretanto, esta produção não é voltada ao atendimento da demanda prioritária do déficit habitacional, ressaltando-se a importância do poder público para o atendimento dessa população.

A TRAJETÓRIA DO DÉFICIT HABITACIONAL DAS REGIÕES URBANAS BRASILEIRAS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA PARA ESTA RELAÇÃO

Luiz Pedro Couto Santos Silva (Universidade Federal de Juiz de Fora) - luizpedro_5@hotmail.com

Suzana Quinet de Andrade Bastos (Universidade Federal de Juiz de Fora) - quinet.bastos@gmail.com

José Ricardo De Santana (Universidade Federal de Sergipe) - jrsantana.ufs@gmail.com

O déficit habitacional é um problema crônico do processo de urbanização das cidades brasileiras, oriundo de um sistema segregador de indivíduos pobres para o mercado de habitação informal, diante de um sistema de financiamento de moradia truncado. Esse problema social de acesso à habitação ainda enfrenta desafios significativos para a sua superação, dada a longa crise econômica iniciada em 2014 seguida da redução da magnitude de financiamento habitacional. No ano de 2009, o governo federal buscou fomentar melhorias no acesso à moradia para a população mais pobre por meio do programa Minha Casa Minha Vida, através de um ambicioso volume de subsídios para a oferta de moradias e um redesenho da distribuição de recursos para este fim. Diante disso, o objetivo deste artigo é de quantificar, por meio de modelagem econométrica com dados em painel, uma possível relação do programa Minha Casa Minha Vida com a redução do déficit habitacional nas 36 regiões urbanas do Brasil para o período de 2011-2015, no qual houve maior atuação do programa (Fases 1 e 2). Este artigo busca, portanto, servir de insumo para uma reflexão acerca das políticas de moradia popular no Brasil, ao modelar a relação do déficit habitacional com a atuação do programa Minha Casa Minha Vida, além de aspectos sociais, econômicos e demográficos em cada região urbana. Os resultados sugerem uma relação negativa entre a magnitude de entregas de unidades habitacionais e o déficit habitacional, apontando para alguma ação do programa no combate ao déficit habitacional de forma direta, e de forma indireta, considerando que o Minha Casa Minha Vida tenha criado empregos em cada região.

APLICAÇÃO DO PARÂMETRO DE DENSIDADE POPULACIONAL SOB A ÓTICA DO URBANISMO SUSTENTÁVEL EM COLATINA-ES

Dayanne Diwlyan Raasch de Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo) - dayannediwlyan@hotmail.com

Renata Mattos Simões (Instituto Federal do Espírito Santo - Co) - rematsi@gmail.com

Daniella do Amaral Mello Bonatto (Universidade Federal do Espírito Santo) - daniella.bonatto@ufes.br

O urbanismo sustentável alerta para oportunidade de redesenhar o ambiente construído de forma que assegure uma maior qualidade de vida, promovendo um estilo de vida saudável e sustentável, por meio de um traçado urbano eficiente e altas densidades populacionais. Entretanto, o modelo de legislação do município de Colatina incentiva um crescimento disperso e de baixa densidade devido à dimensão do perímetro urbano. Colatina é uma cidade média, localizada no Espírito Santo e desenvolveu-se, inicialmente, em um vale. Devido à tipologia topográfica, a ocupação da cidade começou na planície, onde foram implantados os setores de comércio e serviços. Já nas áreas elevadas, o uso predominantemente foi o residencial. Em 2020, o território possui maior parte da área rural (cerca de 82%), no entanto, possui população maioria urbana. Esse fator, pode estar associado à criação das rodovias que interligavam Colatina a cidades vizinhas e estado, o que estimulou a implantação de loteamentos distantes da área central, sem estruturas comerciais, de forma longínqua, na área periurbana. Diante do exposto, o trabalho, por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos, buscou apresentar uma análise descritiva do desenvolvimento morfológico do novo perímetro urbano de Colatina e busca aplicar o parâmetro de densidade populacional considerando o que preconiza o urbanismo sustentável. Dentre outros fatores, notou-se que o desenvolvimento espreado como em outros municípios do Brasil, principalmente decorrente dos loteamentos vem alterando significativamente o traçado urbano de Colatina.

ÁREAS CENTRAIS EM DISPUTA: UM OLHAR SOBRE A DINÂMICA RECENTE DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM TEMPOS PANDÊMICOS

Iana Ludermir Bernardino (Universidade Federal de Pernambuco) - ianaludermir@gmail.com

As áreas centrais tradicionais das cidades, conformadas pela associação entre sítios históricos e seus entornos, justapõem, espacialmente e simbolicamente, as condições de centralidade histórica e funcional, contendo imóveis submetidos à legislação preservacionista assim como lotes e estruturas obsoletas com grande potencial de atuação imobiliária. Essas áreas já se apresentavam como novas fronteiras de valorização do capital quando, a partir de 2020, a pandemia do Novo Coronavírus exigiu que fossem repensados os conceitos de centralidade e as referências para a espacialização de atividades urbanas. No Recife, foram desencadeados investimentos, processos normativos e de planejamento urbano de modo a viabilizar o enfrentamento do ambiente crise e incerteza. Os novos dispositivos tendem a alterar o comportamento dos agentes da produção do espaço e a estimular a atração de investimentos privados para área central, que tem sido alvo de narrativas

contraditórias que, simultaneamente, enaltecem o patrimônio edificado e decretam a obsolescência da cidade consolidada.

ARQUITETURA DO MEDO NOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS FECHADOS EM ARACAJU/SE: UMA VENDA DA SENSÇÃO DE SEGURANÇA

Catharina Nunes Cruz (Universidade Federal de Sergipe) - catharina-nunes@hotmail.com
Sarah Lúcia Alves França (Universidade Federal de Sergipe) - sarahfranca@academico.ufs.br

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o mercado imobiliário vende a sensação de segurança reproduzida através dos elementos da arquitetura do medo nos condomínios horizontais fechados em Aracaju/SE. A busca pela segurança, exclusividade e homogeneidade social, tem causado forte impacto na cidade pela (auto)segregação socioespacial. Foram feitos levantamentos bibliográficos, e de dados em órgãos públicos, visitas de campo, entrevistas com moradores e coleta de folders publicitário dos condomínios. A tabulação dos dados permitiu classificar os empreendimentos quanto ao nível de segurança, possibilitando a análise conjunta com o discurso dos moradores e do mercado imobiliário sobre os mesmos. A cidade é dinâmica, logo, estudos realizados são passíveis de alterações e atualizações, com o intuito de auxiliar na produção de cidades mais justas e democráticas e na melhoria de vida de seus moradores.

AS INADEQUAÇÕES URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS NA BACIA DA RAMADINHA NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DA REGIÃO DO BODOCONGÓ EM CAMPINA GRANDE / PB

Camila Silva dos Santos (Universidade Federal de Campina Grande) - cmlsantos91@gmail.com
Demóstenes Andrade de Moraes (Universidade Federal de Campina Grande) - damoraes6@gmail.com

O Artigo aborda estudos sobre as condições urbanísticas e ambientais na Bacia da Ramadinha no contexto da Urbanização da Região do Bodocongó em Campina Grande / PB, realizada com recursos do PAC-UAP. Além da realização de análises de dados e informações e de entrevistas semiestruturadas com técnicos municipais e com moradores da área, tais condições foram avaliadas a partir da aplicação de descritores e parâmetros técnicos. Mesmo reconhecendo a melhoria das condições infraestruturais da área sob intervenção, foi possível constatar a partir do estudo situações de inadequação que permaneceram e o distanciamento da urbanização em relação a uma abordagem integrada. O estudo pretendeu, assim, contribuir com avaliações críticas e com recomendações para a urbanização de assentamentos precários, em uma perspectiva de valorização da bacia hidrográfica com unidade de planejamento e de tratamento integrado de questões habitacionais, de mobilidade, de saneamento e ambientais.

AS INCORPORADORAS E AS ESTRATÉGIAS ATRELADAS À INSERÇÃO URBANA DA HABITAÇÃO ECONÔMICA NO MCMV EM RIBEIRÃO PRETO

Tatiane Boisa Garcia (Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP) - tatiboisag@usp.br
Maiara Oliveira Silva de Aguiar (Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP) - maiara.aguiar@usp.br
Gabriel Silva Machado (Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP) - gabrielmachado710@usp.br

Com o fim do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em 2020, faz-se necessário novas análises a partir da totalidade de sua produção habitacional. O artigo avalia a produção e a lógica da inserção dos empreendimentos de MCMV no território de Ribeirão Preto, adentrando em análises sobre as incorporadoras/construtoras e suas estratégias de atuação no que tange o aspecto da localização. Para isso, foram utilizadas as metodologias: pesquisa documental com revisão bibliográfica e análise de arquivos de órgãos públicos; e pesquisa de campo com entrevistas semi-estruturadas feitas com diretores de incorporadoras, corretores e avaliadores imobiliários. Identificou-se uma produção concentrada em quatro incorporadoras, no segmento econômico, com conjuntos verticalizados e sem uma lógica de inserção única. Apesar do custo de terreno ser ainda um fator essencial na definição da localização dos empreendimentos, observou-se que barreiras territoriais, estratégias adotadas na análise de viabilidade e preferências determinados tipos de parceria com os proprietários das glebas influem também na inserção urbana.

AS MULTIFACES DAS AEIS NAS POLÍTICAS E PROGRAMAS DE HABITAÇÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

Luciana Alencar Ximenes (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urb) - lualencarximenes@gmail.com
Alice Matos de Pina (IPPUR) - alicepina@gmail.com
Rosangela Luft (IPPUR) - rosangelaluft@ippur.ufrj.br

Concebida no plano teórico e legislativo como instrumento de ordenamento territorial destinado à democratização do acesso à terra urbanizada e à garantia de moradia digna, a ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) ganha, no Município do Rio de Janeiro, a designação de AEIS (Áreas de Especial Interesse Social) e assume papéis e finalidades múltiplas, nem sempre comprometidas com os objetivos idealizados em sua concepção. Uma característica fundamental das AEIS no Rio de Janeiro foi a de condicionante para a intervenção do poder público em territórios populares e para a realização de investimentos no âmbito de políticas e programas de urbanização e de regularização urbanística e fundiária, desde o Favela Bairro até os dias atuais. No entanto, a pesquisa realizada identificou que contextos políticos e aspectos institucionais influenciaram as

diferentes formas de emprego deste instrumento, conferindo à AEIS trajetórias e características peculiares.

AS PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO DO ARQUITETO NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Rachel Benedet de Sousa Martins (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura) - rachelbenedet@gmail.com
 Cristiane Guinancio (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura) - cristiane-g@uol.com.br

A Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) apresenta-se como um caminho para resolver a precariedade das habitações no Brasil. A Lei 11.888/2008 representou grande marco na luta pelo direito à moradia, ao garantir o acesso gratuito da ATHIS a famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Todavia, a implementação da Lei mostra-se insuficiente diante da demanda, sendo restrita a iniciativas pontuais. Nesse contexto, o artigo discute as possibilidades de atuação de arquitetos e urbanistas na ATHIS, ao trazer exemplos de negócios sociais e ONGs que operam na iniciativa privada. São apresentadas iniciativas recentes por parte de instituições públicas para a compreensão dos diversos agentes envolvidos na ATHIS. Os resultados refletem grande evolução dos debates e ações voltadas para o tema desde a promulgação da Lei, e apontam a inércia do Estado em atuar na assistência técnica em âmbito nacional.

AS ZEIS COMO GARANTIA DE DIREITOS NOS PERÍMETROS DE EXCEÇÃO. OPERAÇÃO URBANA ÁGUAS ESPRAIADAS, SÃO PAULO, BRASIL

Catharina Christina Teixeira (FAU/USP) - catharinateixeira@usp.br

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) foram regulamentadas pelo Estatuto da Cidade (EC, lei federal de 2001), referendadas em São Paulo pelo Plano Diretor Estratégico (PDE 2014) e pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de 2016. As ZEIS (s) e as OUC (s) configuram diferentes territórios de exceção ao zoneamento geral. No campo das políticas urbanas, esses marcos seguem na direção do fortalecimento do poder público municipal, onde se faria valer as bases legais do direito à cidade e à moradia, com a implementação dos institutos do Estatuto das Cidades (EC), entre eles as ZEIS, principal dispositivo de materialização da agenda de luta pela Reforma Urbana brasileira. Já a Operação Urbana Consorciada, também prevista no EC, é um instrumento com vistas à requalificação ou regeneração urbana, melhorias sociais e a valorização ambiental, aplicada à perímetros específicos, cujo financiamento da transformação é feito por meio de contrapartidas advindas da comercialização de parâmetros urbanísticos excepcionais, vinculados a títulos comercializados na Bolsa de Valores de São Paulo, os Certificados de Potencial

Adicional Construtivo (CEPAC). Nesse enredo, tanto as ZEIS quanto as OUC (s) são instrumentos de política urbana de igual equivalência enquanto nível legal, no entanto, quando inseridos no mesmo perímetro, nota-se um processo de apagamento das ZEIS como instrumento do direito à cidade, sob o discurso do atendimento habitacional. A presente pesquisa pretende colocar luz nesta problemática, utilizando como estudo os territórios em disputa da Operação Urbana Águas Espriadas, na Zona Sudoeste da cidade de São Paulo, Brasil.

ASSENTANDO OS TIJOLOS DA AUTOCONSTRUÇÃO: DEBATES GERADORES ACERCA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AUTOCONSTRUÍDO

Leonardo Rodrigues Pitas Piqui (Universidade Federal do ABC) - leonardo.piqui@ufabc.edu.br

A autoconstrução é produtora de numerosos assentamentos e territórios nas cidades latino-americanas. Entretanto, ao referi-la em debates acadêmicos e institucionais é frequente a falta de clareza conceitual. Da mesma forma, é pouco reconhecida a multidimensionalidade e multiescalaridade de suas abordagens teóricas. Diante disso, a partir de uma revisão da literatura científica, argumenta-se que a autoconstrução deve ser entendida inerente à produção do espaço urbano, da pobreza urbana e da não regulação e autorregulação de sua produção. Propõe-se debates geradores organizados em cinco eixos teóricos: i) Trabalho reprodutivo; ii) Processos produtivos; iii) Modos de morar e práticas sociais; iv) Condições de habitabilidade; e v) Direito e política. Com base neles, demonstra-se que diferentes abordagens e paradigmas da autoconstrução convivem e se contradizem, mas nenhum deles sozinho é capaz de explicá-la. Considera-se que a falta de clareza dos conceitos afeta na compreensão dos fenômenos sociais, nas leituras territoriais e na identificação dos problemas. Nesta lógica, este artigo procura contribuir para o melhor entendimento do que é a autoconstrução, bem como para as práticas de planejamento habitacional e urbano que as envolvem.

ATRAVESSANDO OS MUROS: SIMILARIDADES E SINGULARIDADES DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS "ALPHAVILLE, QUINTAS DO LAGO E SUNVILLE" EM MOSSORÓ/RN

Liêssa de Paula Dias (Universidade Federal da Paraíba) - liessadias2@gmail.com
 Ângelo Magalhães da Silva (Universidade Federal Rural do Semi-Árido) - angelomagalhaes@ufersa.edu.br

A partir da reestruturação produtiva e conseqüente reformulações do espaço urbano em meados de 1970, a cidade brasileira assumiu novos formatos no ramo habitacional. Os espaços residenciais fechados é expressão dos novos moldes da habitação. Esse fenômeno habitacional pode ser percebido nas

idades médias ao passo que assumem papel importante no cenário atual de atuação do setor imobiliário. Para tanto, o presente trabalho tem por objetivo explicar as similaridades e singularidades dos espaços residenciais Alphaville, Quintas do Lago e Sunville por meio das vozes dos moradores e suas especificidades físico-espaciais. Para realizar o estudo proposto, foram coletados dados primários através de entrevistas semiestruturadas e dados secundários junto à Secretaria de Urbanismo, além de pesquisa documental e bibliográfica. Partimos da conjectura de que mesmo presumindo-se uma lógica de homogeneidade, o que se percebe é uma certa heterogeneidade na produção destes espaços residenciais fechados, observados pelo lado de dentro dos muros.

BOM RETIRO, 2021: UM RETRATO DA MORADIA PRECÁRIA

Marcos Venancio Cavalcanti de Albuquerque Lui (UNINOVE) - marcoslui@gmail.com
Renato Cymbalista (USP e UNINOVE) - rcymbalista@usp.br

Os cortiços caracterizam a estrutura do bairro popular e central do Bom Retiro em São Paulo. Através de uma pesquisa amostral em 2020- 2021 no território com foco nessas moradias precárias analisamos como são as estruturas destes imóveis, as relações de aluguel dos locatários, a aplicabilidade da lei Moura e como as percepções e trajetórias dos moradores. A pesquisa conclui que apesar da possível gentrificação do bairro, a moradia em cortiço permanece presente, sempre se reinventando para atender as demandas do mercado consumidor, o qual atualmente serve para as mães solo bolivianas, costureiras que demandam a maior parte da renda em moradias densas, caras e insatisfatórias.

CICLOS DE REMOÇÕES, EM BELÉM (PA): A BACIA DO TUCUNDUBA E A REPRODUÇÃO DA PRECARIEDADE

Ana Carolina de Miranda Tavares (UFPA) - anacmiranda2@gmail.com
Ana Cláudia Duarte Cardoso (UFPA) - aclaudiacardoso@gmail.com

Este artigo investiga como se constitui o ciclo de remoções em curso na Bacia do Tucunduba, em Belém (PA), local onde obras de urbanização vem se prolongando ao longo dos anos e implicando em um número crescente de famílias deslocadas. Compreende-se que a falta de provisão habitacional para as famílias removidas a partir de casos judicializados colabora para que novas ocupações irregulares ocorram e, assim, a precariedade e a informalidade continuem se reproduzindo na cidade. Diversos fatores contribuem para a construção dessa conjuntura, podendo-se enquadrá-los em quatro grupos: operacionais/de planejamento; político/administrativos; ideológicos; e extralegais. Fontes empíricas e documentais, entrevistas com técnicos de órgãos públicos e com a população ameaçada de remoção e a análise de processos judiciais mostram

que, ao mesmo tempo em que as remoções aprofundam a condição de vulnerabilidade das famílias, elas servem para manter estruturais altamente funcionais para a economia capitalista.

CIDADE EXCLUDENTE: O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO URBANO ATRELADO A POLÍTICA HABITACIONAL EM LONDRINA/PR

Ideni Terezinha Antonello (Universidade Estadual de Londrina) - antonello@uel.br
Léia Aparecida Veiga (Universidade Estadual de Londrina) - lveiga.geo@gmail.com
Isabelle Teixeira Bertini (Universidade Estadual de Londrina) - isabelle.bertini@uel.br

A cidade é produto histórico e social, sendo produzida pela ação de sujeitos concretos com interesses particulares, na maioria das vezes relacionados a produção e reprodução do capital, nesta lógica se insere a cidade de Londrina, já que a sua expansão urbana, desde sua gênese até as décadas recentes, tem como destaque a ação de proprietários fundiários e do mercado imobiliário na produção do espaço urbano, sobressaindo a construção de conjuntos habitacionais como vetor de ampliação do perímetro urbano. Objetivou-se analisar as diretrizes e a dinâmica do ordenamento do território urbano de Londrina conforme se concretiza a construção dos conjuntos habitacionais via a política habitacional brasileira. Para tanto foram utilizados levantamentos em fontes secundárias teóricas e documentais. Conclui-se que a transformação da cidade em empreendimento de produzir moradias, com a valorização e a especulação imobiliária, tem legitimada a ideia da cidade produzida para se auferir renda da terra urbana.

CIDADE MÉDIA, FINANCEIRIZAÇÃO DA MORADIA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (FAIXA 1) EM VARGINHA/MG

joice zentner de brito (Universidade Federal de Alfenas) - joicezentner@gmail.com
Fernando Pereira Batista (Universidade Federal de Alfenas) - fernando.pereira@unifal-mg.edu.br
Everton Rodrigues da Silva (Universidade Federal de Alfenas) - everton.silva@unifal-mg.edu.br

A cidade contemporânea se deu a partir de uma lógica capitalista, que trata a questão da moradia através de uma lógica mercadológica, o que influenciou a construção do espaço. Aqueles com maior poder econômico possuem áreas de melhor localização e fácil acesso, enquanto as classes mais pobres são delegadas às áreas periféricas e com pouca infraestrutura (SINGER, 1982). No processo de produção do espaço urbano contemporâneo, as políticas habitacionais têm sido mecanismos de mudanças na concepção das cidades médias brasileiras e tem favorecido modos de reprodução de desigualdades e segregação socioespacial. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), consolidado pela Lei

N. 11.977/2009, tem colaborado para o processo de segregação socioespacial nas cidades médias, na medida que os empreendimentos destinados à população de baixa renda foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. (RODRIGUES, 2011). Este artigo analisa a implantação do PMCMV (faixa 1) na cidade de Varginha (MG) e suas implicações na produção e reprodução da segregação socioespacial e desigualdades. Defende-se a ideia de que a implantação do PMCMV contribui para o processo de segregação socioespacial em Varginha (MG) e acentua o aumento das desigualdades dentro do território urbano.

CIRCUITO FINANCEIRO IMOBILIÁRIO DE UMA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DA SECURITIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM PRESIDENTE PRUDENTE

João Vitor de Souza Ferreira (UNESP) - jvitorsferreira1@gmail.com

O presente trabalho se propõe a analisar o avanço da securitização imobiliária a partir do intraurbano da cidade de Presidente Prudente, privilegiando a dimensão espacial desses processos, a partir da análise da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) de dois agentes da securitização imobiliária, a Caixa Econômica Federal e a Damha Urbanizadora. Desse modo, pretende-se evidenciar o avanço desse processo pelas cidades brasileiras, em especial para as regiões não metropolitanas, e também analisar de forma crítica o avanço dos processos de financeirização e securitização imobiliária na captura das rendas fundiárias e do território, através das transformações jurídico-normativas que viabilizam a disseminação de tais instrumentos e a lucratividade dos agentes e investidores envolvidos.

CO-PRODUÇÃO DA CIDADE E CIÊNCIA CIDADÃ: PESQUISA-AÇÃO PARTICIPATIVA EM OCUPAÇÕES DE MORADIA EM SÃO PAULO/SP

Ana Clara Oliveira de Araújo (FAUUSP) - clara.oliveiradearaujo@gmail.com
 Lara Isa Costa Ferreira (FAUUSP) - lara.icf@usp.br
 Mariana Ribeiro Pardo (FAUUSP) - ribeiriopardo.mariana@usp.br

Este trabalho trata-se de uma reflexão acerca de processos de co-produção, que reúnem diferentes agentes na formulação de estratégias e de práticas participativas, confrontando contextos socioespaciais desiguais. Estes se configuram como formas alternativas de planejamento aplicadas a espaços onde há condições urbanas e habitacionais precárias. Esse debate está inserido no projeto temático "CoPolis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil", que envolve laboratórios de pesquisa e territórios populares dos dois países, e que, nesse texto, enfoca sobre os estudos de caso de

São Paulo, em ocupações de moradia em zonas distintas da cidade. Nesse sentido, interessa aqui tratar do papel da universidade nesses espaços, em articulação com movimentos e organizações da sociedade civil, verificando os atravessamentos, contribuições e limites dessa atuação.

DA EXCEÇÃO À REGRA: REFLEXÕES SOBRE LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO VERTICALIZADO EM LONDRINA-PR

Thamine de Almeida Ayoub Ayoub (Universidade Estadual de Londrina) - thamine@uel.br
 Esther Encinas Audibert (Centro Universitário Filadélfia - Unifil)
 Renata Palma Aderaldo (Universidade Estadual de Londrina) - esther.audibert@gmail.com

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a produção do espaço e o conteúdo da legislação urbanística no processo recente de verticalização da cidade de Londrina-PR. Utilizando o estudo empírico, partiu do levantamento e análise de uma área verticalizada paradigmática da cidade, a Gleba Palhano, produzida majoritariamente após a década de 2000. O estudo revela, primeiramente, que os parâmetros legais não moldaram a área, mas foram moldados a partir de um padrão espacial previamente definido resultante de um parcelamento de caráter de exceção e de interesses do mercado. Por meio da produção de mapas e levantamentos fotográficos, além de recortes de matérias junto à grande imprensa, foram realizadas análises da ocupação da Gleba Palhano, em relação à configuração físico-territorial, construção da paisagem e problemáticas urbanas encontradas na área, que destacaram as grandes quadras e lotes, extensos muros e insuficiência do sistema viário para o tráfego de veículos no local. Também foram verificadas as leis de uso e ocupação do solo atuais, reveladoras de um padrão contemporâneo de adensamento para rendas médias-altas em Londrina, que tende a se reproduzir em outras regiões da cidade, dadas pelo Estado as condições para sua reprodução. Conclui-se que a exceção (o processo de formação da Gleba Palhano) se torna regra, possibilitando a repetição das mesmas contradições em novas áreas em processo de consolidação. Assim, verifica-se que o planejamento da exceção seguirá produzindo espaços verticalizados atendendo aos interesses particulares e disseminando problemas urbanos exaustivamente criticados.

DA NORMA À IMPLEMENTAÇÃO A OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR NA RMNATAL

Érica Milena Carvalho Guimarães Leônico (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - ericah.guima@gmail.com
 Gabriel Rodrigues da Silva (Universidade Federal Fluminense) - garodrigues@id.uff.br
 Alexandro Ferreira Cardoso da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - alexsandroferreira@hotmail.com
 Talia Regina Lira Fernandes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - talia.fernandes.128@ufrn.edu.br

A Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) é um instrumento urbanístico previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) e regulamentado nos Planos Diretores dos municípios que incide sobre os terrenos beneficiados pela delimitação do direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico. Além disso, se destaca também por ser um importante instrumento de recaptura de mais-valia urbana e fonte de recursos para custear a implantação e expansão da infraestrutura urbana, na medida em que concede potencial construtivo onerosamente, faz retornar para os cofres públicos valores para serem utilizados em obras e serviços voltados para o financiamento e desenvolvimento urbano em prol da coletividade. Na Região Metropolitana de Natal (RMNatal), os estudos recentes mostram que nos municípios de Natal e Parnamirim a aplicação OODC é mais evidente, mesmo assim Natal, que aplica o instrumento desde 1994, apresenta dificuldades em razão de ter uma fórmula equivocada e uma baixa arrecadação. Diante disso, questiona-se como na RMNatal se interpreta a disseminação da OODC nos planos diretores? A partir disso, foi feita uma análise de como o instrumento da OODC é compreendido nos planos diretores nos municípios da RMNatal, de modo a dar continuidade e ampliar os dados existentes, além de demonstrar a evolução do instrumento por meio de uma análise documental da legislação municipal que estabelece a outorga onerosa, produção de quadros sínteses com a classificação relativa a possibilidade de aplicação da OODC e um mapeamento quanto a sua efetividade atual e mudanças previstas nos municípios em processo de revisão dos planos diretores.

DE SOLUÇÃO HABITACIONAL À FORMA DE CONDOMÍNIO: TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DE LOTEAMENTOS NO DISTRITO SEDE DE FLORIANÓPOLIS (1970-2010)

Gustavo Rodrigo Faccin Araujo de Souza (UFRJ) - guto.fa.souza@gmail.com
 Samuel Steiner dos Santos (UFSC) - samuel.steiner@ufsc.br
 Mariana Brüggemann Spricigo Pflieger (UFSC) - marianabsp96@gmail.com
 Jorge Lucas Dias Alonso Soler (UFSC) - jorgelucas.alonso@gmail.com

A produção habitacional formal, por suas características e especificidades, ocupa um papel destacado na organização do espaço urbano e projeta sobre ele as relações capitalistas. Nesse sentido, considerando as transformações no capitalismo global desde a década de 1970, assim como o histórico e as lógicas da produção de lotes urbanos no Brasil, este artigo objetiva uma análise das transformações da produção de loteamentos entre os anos de 1970 e 2010 para o Distrito Sede da cidade de Florianópolis (SC). Através de levantamentos junto aos arquivos da Prefeitura Municipal, complementados com ferramentas de geoprocessamento, buscou-se analisar as mudanças na distribuição, localização e configuração dos empreendimentos, bem como nos agentes envolvidos na produção. Ao final, constatou-se a perda de relevância do loteamento como solução

habitacional e sua progressiva elitização e condominização dentro do recorte temporal e espacial analisado.

DINÂMICA IMOBILIÁRIA DE NITERÓI (RJ): POSSIBILIDADES DE ANÁLISE A PARTIR DA ALAMEDA SÃO BOAVENTURA

Pedro Henrique Pereira Leite dos Santos (Universidade Federal Fluminense) - pedropleite@protonmail.com
 Matheus Butrucci Gomes (Universidade Federal Fluminense) - matheusbutrucci@hotmail.com

Recentemente, houve um interesse renovado em examinar a dinâmica imobiliária urbana. Nessa direção, diversos estudos relacionados a produção do espaço urbano demonstraram ser possível compreender a composição residencial com base em dados de lançamentos imobiliários e tendências de mercado em distintas óticas de análise. Porém, não foram encontradas pesquisas que abordassem essa temática com dados abertos ou gerados exclusivamente por instituições públicas. Assim, o objetivo principal do estudo foi contribuir para esse campo de estudo com alternativas metodológicas, explorando suas fragilidades e potencialidades. Para isso, utilizou-se dados censitários conjugados com o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e coleta em anúncios de jornais. Os dados indicaram que a abordagem baseada em distintos bancos de dados abertos e institucionais é efetiva para compreensão da cidade em múltiplas escalas geográficas, ainda que careçam de prisma empírico.

DO REAL AO SIMULACRO: DESVENDANDO SIGNIFICADOS E PRESSUPOSTOS PELAS VOZES DE MORADORES DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS "ALPHAVILLE, QUINTAS DO LAGO E SUNVILLE" EM MOSSORÓ/RN

Liêssa De Paula Dias (Universidade Federal Da Paraíba) - liessadias2@gmail.com
 Ângelo Magalhães da Silva (Universidade Federal Rural do Semi-Árido) - angelomagalhaes@ufersa.edu.br

Adentrar o campo dos processos citadinos contemporâneos tornou-se um grande desafio. O espaço urbano é espelho de ações sociais, econômicas e políticas, resultantes em fenômenos diversos. O ramo da produção da moradia é uma delas. O fenômeno dos espaços residenciais fechados é expressão desses novos moldes da habitação. Sobre tanto, o presente estudo tem por objetivo discutir acerca da representação imagética dos espaços residenciais fechados por meio das vozes dos moradores. O objeto empírico trata-se dos empreendimentos residenciais Alphaville, Quintas do Lago e Sunville localizados na cidade de Mossoró/RN. Para realizar o estudo proposto, serão coletados dados primários através de entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores dos empreendimentos residenciais, além de revisão de literatura. Foi realizado um compilado destas informações e categorizados em três eixos analíticos: valorização, segurança e representações. Através destes eixos analíticos, foi

possível perceber convergências nos dados coletados dentre os três empreendimentos, sejam eles materiais e/ou simbólicos.

DOIS PERÍODOS, MESMO PROTAGONISMO? A INSERÇÃO DE MOSSORÓ NA AGENDA ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Mariana Fernandes Freitas (UFRN) - maarianaff@gmail.com
 Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (UFRN) - x.saramedeiros@gmail.com
 Flávia Duarte de Oliveira Cruz (UFRN) - flaviadoc30@gmail.com

Este artigo analisa a produção pública de moradia em Mossoró/RN a partir da atuação da Cohab/RN (1964 a 1986) e da Cehab/RN (2007 a 2020), considerando sua inserção na agenda estadual de habitação e o impacto no território intraurbano. Trata-se do resgate das principais políticas habitacionais instituídas no Brasil: a do BNH (1964-1986) e a do PMCMV (2009-2020). A primeira atuou na produção de moradia com as Cohabs. Com a pós-redemocratização, o planejamento da política habitacional no Rio Grande do Norte foi assumido pela Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Cehab/RN). Os procedimentos adotados envolveram levantamento sistemático de dados em diversas fontes de arquivos documentais, de modo que a análise da política de habitação social no RN operacionalizada pela Cohab e Cehab, demonstraram lógicas de atuação distintas, que impactam diretamente no protagonismo atribuído a Mossoró pela política estadual de habitação.

ENTRE A LEGISLAÇÃO E O MERCADO: A PRODUÇÃO DESREGRADA DE EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS FECHADO E SEUS RESULTADOS NOCIVOS ÀS CIDADES MÉDIAS- O CASO DE MARÍLIA- SP

Gabrielle Gomes Coelho (Universidade de São Paulo) - gabriellegomescoelho@usp.br
 Tomás Antônio Moreira (Universidade de São Paulo) - tomas_moreira@sc.usp.br

O presente artigo consiste em uma análise do crescimento do número de empreendimentos residenciais horizontais fechados, uma parte do que Caldeira (2000) definiu como enclaves fortificados- espaços privatizados, fechados e monitorados cuja demanda se justifica pelo medo do crime e da violência. O objeto de estudo se restringiu ao contexto das cidades médias, assim definidas segundo as funções que assumem na hierarquia urbana, seus parâmetros populacionais e territoriais consistindo, mais especificamente, no município de Marília- SP. Como parte dos processos que decorrem deste crescimento, também integra o artigo a análise da concentração de lotes mantidos propositalmente vazios no interior dos loteamentos fechados, dos fenômenos de formação de novas centralidades, expansão urbana e do conjunto de leis municipais de controle do parcelamento, uso e ocupação do solo, revelando as relações entre a legislação e os interesses do mercado imobiliário.

EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PANDEMIA DE COVID-19: CONSTRUÇÃO DE UM PLANO POPULAR URBANÍSTICO PARA A COMUNIDADE DA ÁFRICA, REDINHA - NATAL/RN

Juliana Silva Barros (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - juliana.barros@ufrn.abea.arq.br
 Amíria Bezerra Brasil (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - amiriabrasil@gmail.com

Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir uma alternativa de metodologia participativa de intervenção em território popular, com base na experiência de participação social realizada durante o desenvolvimento de um trabalho final de graduação. Este trabalho elaborou um processo participativo de leitura técnica e comunitária da comunidade da África que tinha como objetivo a elaboração de um Plano Popular Urbanístico para o território, que fosse capaz de considerar as demandas da população e reconhecer as potencialidades pré-existentes nesse local por meio da articulação de métodos utilizados pelo campo de assessoria técnica. Desse modo, apesar da pandemia, a produção do Plano buscou incentivar espaços de participação dos moradores, a fim de torná-los protagonistas no processo de elaboração e construção das ações. Além disso, objetiva-se com este artigo destacar como a assistência técnica a habitação de interesse social (ATHIS) e a atuação das assessorias técnicas foram inseridas nas propostas finais do Plano.

FAVELAS PALAFÍTICAS: PROCESSOS DE INSURGÊNCIA

Victor Salgado (Universidade de São Paulo) - victorsalgado@usp.br
 Francisca Adalgisa Silva (Universidade Federal do ABC) - francisca.adalgisa@ufabc.edu.br
 Liliane Katita de Carvalho (Universidade Federal do ABC) - l.katita@ufabc.edu.br

Este artigo busca apresentar um breve panorama acerca da formação das favelas e suas pluralidades no Brasil, com enfoque as favelas palafíticas, a partir de dois estudos de caso - Vila Elesbão e Dique Vila Gilda. Destaca-se a estruturação das favelas no contexto histórico brasileiro, diferentes aspectos de seu desenvolvimento e seu crescimento em diversas regiões do país. A partir da revisão bibliográfica, põe-se em debate as formas de análise e compreensão do território e o histórico acerca dos processos de intervenção e urbanização em favelas. Dentre os desafios e limites das favelas contemporâneas destacam-se as questões inerentes ao campo simbólico bem como de sua organização social frente às mazelas urbanas e ambientais presentes no cotidiano. Os dois estudos de caso, no Amapá e em São Paulo, apresentam em comum a condição construtiva de habitações precárias a partir das palafitas, contudo, observa-se sua inserção em um contexto de dinâmicas específicas, evidenciando a heterogeneidade e as tensões conformadas nestes

territórios apesar de convergências e compartilhamento de práticas.

HABITABILIDADE EM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO: OS ATRIBUTOS RESIDENCIAIS PERCEBIDOS PELOS ANTIGOS MORADORES NAS FRONTEIRAS DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA

Letícia Machado Barbosa Silva (Universidade Federal de Pernambuco) - leticiamachadobs@gmail.com

Iana Ludermir Bernardino (Universidade Federal de Pernambuco) - ianaludermir@gmail.com

A dinamização imobiliária e a produção de novas espacialidades residenciais costumam alterar os padrões de ocupação consolidados e as dinâmicas de uso e de apropriação do espaço, incidindo no modo como residentes tradicionais percebem os atributos residenciais das suas unidades habitacionais e das suas vizinhanças em processo de transformação. No bairro de Santo Amaro, na área central da cidade do Recife, a produção de novos empreendimentos multifamiliares verticalizados na frente d'água a partir da década de 2010 criou uma nova paisagem que contrasta com os setores residenciais consolidados, de padrão predominantemente horizontal. O presente trabalho apresenta os resultados de uma investigação sobre como os antigos residentes de uma área com relativa estabilidade no seu padrão morfotópico passaram a perceber os atributos e as qualidades habitacionais no seu entorno inserido em uma área de dinamização imobiliária recente, com promoção de diversos empreendimentos residenciais e empresariais verticalizados.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: DA EXPERIÊNCIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM À PRÁTICA PROFISSIONAL

Camila Rodrigues Aldigueri (UFRN) - camila.aldigueri@gmail.com
Amiria Bezerra Brasil (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - amiriabrasil@gmail.com

Aline Maria Costa Barroso (Universidade Federal da Bahia) - aline.barroso@ufba.br

Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir as experiências de ensino e aprendizagem desenvolvidas em duas disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza, cujas ementas preveem o estudo das relações dos assentamentos precários com diversos aspectos da cidade. Para este trabalho utilizou-se um recorte temporal entre 2014 e 2018. Foram trabalhadas sete comunidades, que garantiram uma abrangência espacial na cidade e uma diversidade de inserções territoriais. Para isso, foram desenvolvidas três etapas de trabalho: levantamento de como o tema se insere no plano pedagógico do curso e análise das principais referências metodológicas utilizadas nas disciplinas, sistematização de produções que explicitam a estrutura das estratégias e atividades desenvolvidas, e a análise dos resultados e dos impactos do conteúdo na vida profissional dos ex-alunos, este último refletindo a percepção dos mesmos,

obtida através de um questionário online acerca das disciplinas. Este artigo foi dividido em três partes: inicialmente foi feita a caracterização das disciplinas; em seguida foram apresentadas as estratégias e os resultados das disciplinas, tomando alguns trabalhos de alunos como exemplos; por fim foram discutidos alguns resultados práticos da disciplina para os ex-alunos e como os conteúdos têm sido utilizados em suas práticas profissionais. Como principais conclusões ressaltam-se a aproximação propiciada pelos exercícios à realidade das comunidades, compreendendo-as a partir da vivência e da convivência com os moradores, e a dificuldade em inserir uma abordagem interdisciplinar, bem como, compatibilizar o tempo da universidade com as demandas reais das comunidades.

HABITAÇÃO E ESPAÇO URBANO EM CIDADES MÉDIAS: DA FAVELIZAÇÃO À PRODUÇÃO HABITACIONAL PÚBLICA

Bárbara Caetano Damasceno (FAAC-UNESP) - bc.damasceno@unesp.br

Jefferson Oliveira Goulart (FAAC-UNESP) - jefferson.goulart@unesp.br

As duas primeiras décadas do século XXI registraram importantes mudanças nas políticas públicas de habitação e de desenvolvimento urbano no Brasil. Nesse período conformou-se uma dupla agenda na política habitacional: o contraste entre a pauta do direito à moradia e habitação como mercadoria. Dessa duplicidade, o principal marco foi a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, que em um curto período de tempo, contratou a inédita marca de 6,3 milhões de novas unidades habitacionais. Não obstante, o aumento da pobreza e da precariedade urbana-habitacional ainda é uma realidade nas cidades brasileiras, exibindo a inadequação de uma política baseada, sobretudo, no crédito habitacional para construção de novas moradias. Este trabalho analisa a contradição entre o aumento da produção habitacional, tendo como foco de análise o PMCMV, e o crescimento da favelização em duas médias cidades do interior paulista (Bauru e Piracicaba), entre os anos 2000 e 2020.

HABITAÇÃO NO PROJETO DE INTERVENÇÃO URBANA SETOR CENTRAL DE SÃO PAULO: SOLUÇÃO HABITACIONAL OU ESTÍMULOS À PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA?

Pedro Del Bel Pires (LabCidade, FAUUSP) - pedropires@usp.br

Este artigo busca analisar criticamente o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central (PIU-SCE) da cidade de São Paulo. Como mais uma das tentativas do poder público municipal de atrair investimentos para o Centro, o Projeto é apresentado à sociedade com o objetivo de atrair população residente para a região, além de procurar soluções para as precariedades habitacionais existentes. No entanto, de acordo com as análises realizadas com enfoque na política habitacional proposta, entende-se que muito do que é definido pelo Projeto dificilmente deve contribuir para

melhorar o quadro habitacional da região central, já que não apresenta garantias para as populações mais vulneráveis que ali residem. Para isso, foi realizada uma leitura urbanística, habitacional e imobiliária do Centro a fim de compreender a realidade em que o Projeto deve incidir caso se torne lei. Em seguida, é apresentada uma comparação das propostas com as situações urbanísticas e sociais encontradas no Centro, evidenciando que o Projeto deve servir mais para a mobilização de direitos de construir do que para a atração de setores populares e para a solução dos problemas habitacionais existentes. O PIU-SCE é entendido como um novo modelo de gestão e regulação da política habitacional, o que também será investigado durante o artigo.

HABITAR O PLANO DA METRÓPOLE: TIPOLOGIAS E APROPRIAÇÃO SOCIAL DA MORADIA EM MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA/DF

Patrícia Silva Gomes (Universidade de Brasília) - sgomespatricia@yahoo.com.br
 Mawere Herisson Gomes Portela (Universidade de Brasília) - m_herisson@live.com
 Felipe Ribeiro (Universidade de Brasília) - fherifau@gmail.com
 Matheus Guimarães Xavier Martins Fontes (Universidade de Brasília) - matheusguimaraesxmf@gmail.com

O trabalho busca analisar as tipologias habitacionais produzidas na periferia brasiliense conforme os ciclos de urbanização fordista e neoliberal, bem como compreender os modos de vida e percepção da casa e da cidade vinculados a elas. Durante o ciclo fordista, a formação de Brasília e da sua metrópole, ensinou os primeiros loteamentos e conjuntos habitacionais na periferia goiana, atraídos pela grande demanda por moradia da capital. No ciclo neoliberal, por seu turno, esta periferia vem passando por grandes transformações socioespaciais, com a atração, em escala colossal, de novas tipologias habitacionais, várias delas do Programa Minha Casa, Minha Vida. O método constituiu no reconhecimento, in loco, seguido do mapeamento georreferenciado das tipologias habitacionais existentes em três municípios da área metropolitana de Brasília – Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental. Conjuntamente, foram aplicadas 219 entrevistas semiestruturadas à, a fim de verificar os modos de apropriação e percepção da casa e da cidade onde vivem. As conclusões apontam o ritmo frenético da expansão urbana, tornando o tecido ainda mais fragmentado; a manutenção da dependência funcional de Brasília, a complexificação da exclusão e precariedade da vida social, com a clusterização e perpetuação de formas de habitação sem cidade.

LIMITES E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL ANTE A EVOLUÇÃO DA MORADIA PRECÁRIA NA RM GOIÂNIA

Elcileni de Melo Borges (Governo de Goiás) - elcimb@uol.com.br
 Débora Ferreira da Cunha (Universidade Federal de Goiás) - deboracunha.ufg@gmail.com

A observação das formas de produção e consumo do espaço urbano de uma regionalidade/localidade é reveladora dos níveis de desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais ali existentes, oferecendo os elementos necessários ao planejamento e implementação de estratégias adequadas às especificidades de cada área urbana. Destarte, a condição habitacional das ocupações urbanas é o principal indicio de vulnerabilidade das famílias, em razão diversos elementos: carência de serviços essenciais, de infraestrutura urbana, equipamentos, precariedade, déficit de moradias, localização em áreas impróprias a ocupação etc. Nesse sentido, este paper tomou como objetivo inventariar as condições de moradia e abrigo existentes na Região Metropolitana de Goiânia e relacionar as iniciativas e políticas públicas de habitacionais em vigor, bem como as novas estratégias lançadas no contexto da pandemia de Covid, especulando quanto a evidências de resultados alcançados e limitações da política em voga. Para tanto, o levantamento local dessas situações tomou como parâmetro de análise os dados do déficit habitacional básico (dados da FJP e IMB), informações primárias obtidas a partir de levantamentos em órgãos oficiais locais: Agência Goiana de Habitação – Agehab e Secretarias municipais (SEPLAH, Semas e SMDHPA), bem como levantamentos publicados na mídia regional. Especificamente quanto a precariedade da moradia o mapeamento apresentado baseou-se nos resultados preliminares do estudo “Aglomerados Subnormais 2019 – classificação preliminar para o enfrentamento à Covid-19, (IBGE, 2020), que seriam validados e utilizados na operação do Censo 2020, adiado para 2021 e para 2022), antecipados para fins de subsidiar os gestores públicos com informações sobre estas áreas vulneráveis das cidades brasileiras.

MAPAS TEMÁTICOS COMO FERRAMENTA PARA A COMPREENSÃO DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL PROMOVIDA POR POLÍTICAS HABITACIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA FUNCIONAL DA RMN/NATAL/BRASIL

Tamms Maria da Conceição Morais Campos (Universidade Federal Rural do Sem-Árido) - tamms.morais@ufersa.edu.br
 Angela Lúcia de Araújo Ferreira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - angela@ct.ufrn.br
 Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros (Universidade Federal Rural do Sem-Árido) - gabriel.leopoldino@ufersa.edu.br
 Vitoria Raissa Ferreira Manguiera (Universidade Federal Rural do Sem-Árido) - VITORIA.MANGUEIRA@alunos.ufersa

No Brasil, o cenário decorrente do processo de urbanização com padrão descontínuo resultou na heterogeneidade dos tecidos urbanos dos municípios Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante – identificadas nesta pesquisa como Área Metropolitana Funcional da RMN. Diante disto, o presente artigo tem o objetivo de realizar uma análise espacial por meio de mapas temáticos que ajudaram na compreensão do processo de configuração da Área

Metropolitana Funcional, consolidada por meio da produção imobiliária de políticas habitacionais anteriores, que causou um padrão de ocupação que se conforma em um espriamento do processo de metropolização com tecidos urbanos bem definidos pela urbanização promovida pelo PMCMV, no período de 2009 a 2014. A metodologia é de cunho qualitativo com base em análises de fontes primárias e de campo, que deram suporte as informações do IBGE (2011) quanto às características do entorno, à localização dos empreendimentos do PMCMV e aos dados de renda da população.

NARRATIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE MORAR EM TRÊS CONJUNTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BELO HORIZONTE

Talita Amaral Morado Nascimento (Companhia Urbanizadora e de Habitação de) - tatamaral@gmail.com
Flavia de Paula Duque Brasil (Fundação João Pinheiro) - flavia.brasil@fjp.mg.gov.br

O artigo tem por objetivo analisar a experiência de morar a partir da percepção dos moradores de três conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Água Marinha, Granada e Hematita-, localizados na região nordeste de Belo Horizonte. Como ponto de partida, revisita-se a trajetória da política de habitação social no país, tendo em vista situar o PMCMV, sua gênese e características. Situa-se o programa também no contexto da política municipal de habitação social. A metodologia adotada, de cunho qualitativo, envolveu uma revisão bibliográfica sistemática, levantamentos documentais e realização de entrevistas semiestruturadas com 21 moradores. A despeito da envergadura do PMCMV, seu desenho e implementação apresentam problemas que reeditam aspectos de programas anteriores, notadamente do Banco Nacional da Habitação. As narrativas dos moradores apontam para aspectos positivos do morar nos residenciais, mas revelam dificuldades de acesso à infraestrutura e serviços urbanos, problematizam a tipologia e qualidade das unidades, os imóveis vazios e ocupações irregulares, e os problemas de convivência - permeada por tensões e conflitos.

O ALUGUEL COMO NOVA FRONTEIRA DOS MERCADOS HABITACIONAIS: FINANCEIRIZAÇÃO, MERCADOS POPULARES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-USP) - isadora.guerreiro@usp.br
Raquel Rolnik (FAU-USP) - raquelrolnik@usp.br
Adriana Patrícia Marín-Toro (FAUUSP) - amarinatoro@gmail.com

A ascensão do aluguel como forma de acesso à moradia tem sido observada atualmente na América Latina, inserida em um contexto de inflexão neoliberal das políticas sociais, financeirização e mercantilização do território popular. Senhores corporativos vinculados a gestores financeiros globais operam no mercado residencial através de plataformas digitais,

concentrando a extração de renda de aluguel dispersa, com grande alcance e flexibilidade normativa. Já no lucrativo mercado imobiliário popular, o aluguel informal é alimentado por remoções, despejos e uma nova geração de políticas públicas de moradia de aluguel: seja através de Parcerias Público-Privadas, seja com a introdução de vouchers, que articulam mercados residenciais populares informais às finanças, impactando territórios populares e redefinindo a moradia como serviço.

O MODELO DOS COMMUNITY LAND TRUSTS NO NORTE E SUL GLOBAL: POSSIBILIDADES DE APROXIMAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Tarcyla Fidalgo (Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ) - tarcylafidalgo@gmail.com
Clarissa Sapori (Universidade de Brasília) - clasapori@gmail.com
Felipe Litsek (IPPUR/UFRJ) - flitsek@gmail.com
Martim Furtado (Universidade de São Paulo - USP) - martim.furtado@usp.br

A partir da apresentação de experiências consolidadas de Community Land Trusts no norte e sul global, como um modelo de gestão da terra que promove a segurança da posse aos seus usuários, analisa-se os aspectos organizativos e conjunturais que podem contribuir para sua implementação no Brasil. Em um contexto em que o direito à moradia é constantemente negado e violado, busca-se refletir acerca das aproximações com as experiências internacionais para uso do modelo no âmbito de assentamentos informais consolidados. A flexibilidade é um mérito do CLT, fundamental para sua expansão por diversos países, em especial na sua adoção em países do sul global, onde o modelo se deparou com uma realidade muito diferente. Assim, a partir das peculiaridades de experiências com CLTs no norte e sul global, serão traçadas algumas considerações sobre que aprendizados elas podem nos fornecer para viabilizar a implementação do modelo no Brasil

O PREÇO DA TERRA E A HIERARQUIA URBANA EM UMA CIDADE MÉDIA BRASILEIRA: O CASO DE UBERLÂNDIA – MG

Gabriel do Carmo Lacerda (CEDEPLAR/UFMG) - gabriel.lacerda94@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é, a partir dos preços da terra urbana, discutir a estrutura hierárquica urbana de uma cidade média brasileira: Uberlândia-MG. Para tanto, se faz necessária uma compreensão de como se conforma a renda fundiária urbana e sua composição por diferentes modalidades, segundo os diferentes usos capitalistas potenciais do solo. Igualmente importante é ressaltar as ações dos diferentes agentes da produção do espaço, pois são eles, através de suas disputas e interesses, é que imprimem o caráter social de raridade, aos usos e diferenciais da terra urbana. A principal contribuição deste artigo é análise empírica dos preços da terra urbana a partir da

metodologia de web scraping com os anúncios das imobiliárias - ao invés da planta de valores do IPTU - que aplicado junto com arcabouço teórico da economia política da urbanização, permite uma leitura mais apuradas das hierarquias urbanas das cidades.

OS LIMITES DA VERTICALIZAÇÃO: DA IMPOSSIBILIDADE AS ALTERNATIVAS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA RMNATAL

Beatriz Medeiros Fontenele (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - beatrizfontenele@gmail.com

Os apartamentos aparecem enquanto uma forma de produção habitacional que se expande por diferentes cidades. Por meio da implementação de políticas habitacionais, a construção de empreendimentos verticais para baixa renda vem crescendo. Na literatura há uma ponderação consensual em relação ao subsídio de moradias tipo apartamento para as faixas de interesse social. No contexto do Programa Minha Casa Minha Vida, o qual expandiu essa tipologia nas cidades brasileiras, este artigo tem como objetivo analisar a verticalização nos empreendimentos do PMCMV – Faixa 1 da RMNatal na tentativa de compreender como se deu a adaptação das famílias nesses empreendimentos por meio das transformações dos imóveis. Foi realizada pesquisa bibliográfica, questionários e mapeamento de uso e ocupação do solo de 13 empreendimentos. Observa-se um dualismo: a construção produzida pelo Estado impõe sua forma de habitar aos moradores, enquanto estes impõem seus hábitos e práticas sob as construções subsidiadas.

OS NOVOS PRODUTOS IMOBILIÁRIOS VERTICAIS NAS ÁREAS CENTRAIS: UM ESTUDO SOBRE O MERCADO DE HABITAÇÃO NO ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE

Leticia Barbosa Bomfim (UFCG) - lebobomfim0@gmail.com
Kainara Lira dos Anjos (UFCG) - kainaraanjos@gmail.com
Maria Catarina Brito de Albuquerque (UFCG) - catarinamaria67@gmail.com

O desenvolvimento das cidades e a acumulação do capital ditam cada vez mais as mudanças do espaço urbano. Em vista da lucratividade, os novos produtos imobiliários para habitação respondem a critérios mercantis e financeiros, e a verticalização do uso residencial na área central mostra além desses problemas, incongruências e conflitos com as espacialidades existentes, a legislação de preservação patrimonial e intensificação da divisão econômica e social do espaço. Nessa perspectiva, o presente estudo traz a cidade da Campina Grande, cidade de médio porte localizada no estado da Paraíba, analisando a verticalização habitacional em sua área central a partir dos anos 2000, compreendendo seus ciclos produtivos e estratégias utilizadas pelo mercado imobiliário residencial. Os estudos revelam que essa

produção vertical não ocorre de maneira isolada, mas está associada às dinâmicas do espaço intraurbano, legislação urbanística e políticas macroeconômicas. Em consonância a essas transformações, os novos produtos imóveis são inseridos cada vez mais segundo a lógica de obsolescência programada, em que o estoque produtivo atual é substituído pelo “produto da vez”.

PARA ALÉM DA INFRAESTRUTURA: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA O ACESSO À ÁGUA EM ASSENTAMENTOS URBANOS PRECÁRIOS

Rute Imanishi Rodrigues (IPPUR/UFRJ) - ruteimanishi@hotmail.com
Cleandro Krause (IPEA) - cleandro.krause@ipea.gov.br

Este trabalho aborda o problema do abastecimento de água em assentamentos precários, e discute os arranjos políticos e institucionais para a gestão desta infraestrutura em áreas de favelas e assemelhados. Parte-se da hipótese de que as fragilidades de tais arranjos compõem o conjunto de fatores que explicam as dificuldades de acesso à água para uma parcela que pode ser expressiva dos domicílios nestas áreas, a despeito da existência da infraestrutura. Para explorar esta hipótese, utiliza-se dois tipos de informações: i) estatísticas sobre o acesso ao abastecimento de água em áreas urbanas; ii) informações qualitativas sobre a gestão da infraestrutura de água em favelas. Adicionalmente, utiliza-se informações coletadas na imprensa, redes sociais e sites da internet, sobre as mobilizações populares reivindicando o direito à água em meio à pandemia da Covid-19, e as respostas da administração pública, notadamente as empresas estaduais de saneamento básico, mediadas ou não por ações do sistema de justiça, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo entre março e junho de 2020

PROJETOS URBANOS E A QUESTÃO HABITACIONAL NOS DISTRITOS CENTRAIS: ENTRE DISCURSOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

Júlia de Araújo Ximenes (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da) - juliaximenes@usp.br

Desde a década de 90 os distritos centrais do Município de São Paulo têm sido alvo de projetos de reestruturação urbana, que buscam reverter sua popularização e desvalorização imobiliária. Para isso, novos arcabouços legais e o estabelecimento de parcerias público-privadas têm sido encarados como solução para viabilizar projetos urbanos, justificados pelas crises fiscal e financeira do Estado em um contexto de neoliberalização e empresariamento urbano. Os projetos urbanos para a área central vêm mobilizando a questão habitacional para justificar o interesse público e a legitimidade das intervenções. No entanto, observa-se que o atendimento ao quadro de necessidades habitacionais do centro não se efetiva e se restringe à dimensão simbólica do projeto, que se apresenta como de interesse universal. O presente trabalho tem como objetivo investigar três projetos de

reestruturação urbana para os distritos centrais propostos desde a década de 90 – a Operação Urbana Centro, o Projeto Nova Luz e o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central. Busca-se identificar as justificativas levantadas pelos projetos, o alcance e os limites das estratégias mobilizadas para o enfrentamento da questão habitacional, a que atores pretendem atender e que racionalidades revelam.

PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL NO ESPAÇO CONSTRUÍDO: REFLEXÕES SOBRE PREÇO DE TERRENO, CUSTOS DE CONSTRUÇÃO E PREÇOS DE OFERTA, NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL/ BRASIL

Huda Andrade Silva de Lima (UNI-RN (Centro Universitário do Rio Gran) - hudaandrade@gmail.com

As cidades da Região da Metropolitana de Natal (RMN) servem de base para o conjunto de processos particulares de produção de apropriação e do espaço urbano, o qual a mercantilização do solo forma diversas imbricações diretas entre a configuração espacial urbana e a (re)produção do capital imobiliário. Logo, busca-se apresentar estudos pormenorizados de determinados condicionantes a serem aplicados para obtenção e influência das especificidades e diferenciações entre preço do terreno, custos de construção e preços de oferta, especificamente, da produção imobiliária por incorporadores atuantes na RMN, dentre o período de 2011 a 2016, a partir de dados disponibilizados em Registros de Incorporações, Escrituras Públicas dos terrenos e publicização do empreendimento. No geral, a perspectiva da disponibilidade de terras e o processo de valorização do espaço torna-se algo presente no preço máximo de oferta; e, a questão da urbanização eleva os preços seja da terra, dos empreendimentos construídos ou em construção.

RECURSOS PARA A POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO ENTRE 2011 E 2019

Thiago Mattoso Mitushima (FAU-USP) - thiago.mitushima@usp.br
Lucas Daniel Ferreira (FAU-USP) - lucasferreiraarq@gmail.com
Samira Rodrigues de Araujo Batista (FAU-USP) - samirarodrigues@usp.com.br
Simone Ferreira Gatti (FAU-USP e Escola da Cidade) - sifgatti@gmail.com

Visando auxiliar no esforço de conhecer e quantificar a utilização dos recursos destinados à habitação, o artigo apresenta uma análise dos recursos no município de São Paulo entre os anos de 2011 e 2019. Os dados demonstram a utilização dos recursos públicos para a política habitacional do município de São Paulo de acordo com as fontes de recursos, órgãos executores e programas e sua análise permite refletir sobre a estruturação da política habitacional no período a partir da ótica orçamentária, apontando para as principais mudanças ao longo do período e as limitações e possibilidades decorrentes destes processos. O artigo está

estruturado em seções a partir de cada órgão executor da política, ao final uma seção com uma visão articulada entre todos os recursos apresenta o panorama geral sobre a execução orçamentária para habitação no município.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – A RELAÇÃO ENTRE A LEI FEDERAL Nº 11.977/2009 E A LEI FEDERAL Nº 13.465/2017

Adriano Giacomin Graziotti (Universidade Federal do Espírito Santo) - derulius@hotmail.com
Daniella do Amaral Mello Bonatto (Universidade Federal do Espírito Santo) - daniella.bonatto@ufes.br

A ocupação desordenada do solo, face a ausência de políticas habitacionais adequadas trouxe um quadro de desigualdade sócio especial às cidades. No âmbito das ocupações ilegais, há um esforço institucional envolvendo os poderes públicos para criar mecanismos de Regularização Fundiária, como a Lei Federal nº 13.465/2017 (REURB), que modificou a nº 11.977/2009 (Programa Minha Casa Minha Vida). Para compreender as modificações trazidas pela Lei da REURB, o trabalho tem como objetivo fazer um comparativo com a Lei Federal nº 11.977/2009. O artigo se justifica pela abordagem de um instrumento de Planejamento Urbano no contexto das políticas públicas que vem a reboque de um desenvolvimento urbano inadequado. Como procedimento metodológico foi realizada a análise comparativa das citadas legislações, à luz da revisão bibliográfica. Concluiu-se que existem ganhos em termos de agilidade e abrangência, embora os impactos ainda não sejam totalmente mensuráveis neste momento.

SUPERPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO INTERIOR PAULISTA: UM ESTUDO A PARTIR DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - 2000-2019

Marcela Vanessa Santos Rossi (Universidade de São Paulo) - marcelasrossi@usp.br
Estevam Vanele Otero (Universidade de São Paulo) - eotero@usp.br

Desde o final do século XX o espaço urbano tem sido produzido e ocupado sob a influência dos interesses de diferentes agentes, que estão inseridos em um cenário global no qual a reprodução do capital é garantida pela expansão territorial. Tal lógica de produção é bastante evidente no interior paulista, especialmente nas chamadas cidades médias, onde a atividade imobiliária cresceu em relevância nas economias locais. Diversos indicadores revelam uma produção em larga escala nesses territórios que, no entanto, ultrapassa as relações estabelecidas entre oferta e demanda, se dando, ainda, em um contexto redução do crescimento demográfico. O artigo busca entender as lógicas por trás desse cenário contraditório, sobretudo a partir da análise da produção de lotes urbanizados, tomando como recorte de estudo a Área de Concentração da População (ACP) de São José do Rio

Preto, que apresenta números bastante expressivos em termos de novos parcelamentos, principalmente em sua cidade polo.

TIPOMORFOLOGIA DE FAVELAS - UMA ABORDAGEM SOBRE ÁREAS DE TECIDO DE HABITAÇÃO INFORMAL NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fabiana Generoso de Izaga (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo P) - fabizaga@fau.ufrj.br
 Rodrigo D'Ávila (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU) - rodrigo.almeida@fau.ufrj.br
 Peróla Viegas Barbosa (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo P) - perola.barbosa@fau.ufrj.br
 Gabrielle Salaman Rodrigues (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU) - gabrielle.rodrigues@fau.ufrj.br

Por meio do mapeamento das comunidades da Área de Planejamento 3 (AP3), nosso estudo propõe uma matriz de análise das tipomorfologias das favelas da cidade do Rio de Janeiro, como forma de interpretação da estruturação do território carioca. A abordagem fundamenta-se nos estudos sobre a forma urbana da cidade contemporânea e as relações entre os processos de urbanização e a conformação do tecido urbano. São propostas quatro categorias de favelas tendo em conta sua relação com o tecido urbano formal: enclave, linha, malha e quadra. A sistematização busca evidenciar correlações entre as matrizes tipomorfológicas e a organização da dinâmica socioterritorial. Além disso, relaciona-se a concentração das favelas, seu tamanho e a renda média dos bairros onde estão localizadas, mostrando que favelas de maior porte se encontram em áreas mais pobres, menos valorizadas e com menor oferta de transporte público.

TRANSFORMAÇÕES E TENDÊNCIAS NA CIDADE DO SOL: ANÁLISE DAS DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS DOS BAIRROS PITIMBU E PLANALTO, NATAL-RN

Mariana Fernandes Freitas (UFRN) - maarianaff@gmail.com
 Rodrigo Silva (UFRN) - rdrg.silva94@gmail.com
 Beatriz Medeiros Fontenele (UFRN) - beatrizfontenele@gmail.com

O desenvolvimento urbano da cidade de Natal - Rio Grande do Norte, ocorreu vertiginosamente sob os incentivos de uma produção privada formal, informal e programas habitacionais federais. Em menos de um século, Natal multiplicou sua população e viu sua cidade espalhar-se sobre seus campos dunares com novos produtos imobiliários. Os bairros de Pitimbu e Planalto ressaltam essa expansão, não apenas de produtos imobiliários privados, como também públicos e informais. Este artigo objetiva compreender as semelhanças e diferenças da dinâmica imobiliária dos bairros Pitimbu e Planalto, a fim de identificar as transformações e tendências de seus ambientes construídos. A análise da dinâmica imobiliária por meio das dimensões urbanísticas, sociais e econômicas demonstrou a

presença de um mercado imobiliário ativo, sobretudo nas franjas do bairro, e um mercado que recentemente foi fortemente ativado pelo Programa Minha Casa Minha Vida e que ainda possui um grande estoque de terras disponíveis.

UMA CRÍTICA À FLEXIBILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO: SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA REGULAÇÃO DO ESTADO PARA O MERCADO

William Mog (PROPUR/UFRGS) - williammog@hotmail.com
 Lívia Salomão Piccinini (PROPUR/UFRGS) - livia.piccinini@ufrgs.br

Este artigo é uma interpretação crítica sobre o processo de flexibilização do planejamento urbano como política neoliberal a partir da materialidade produzida. Entende-se que este processo se expressa na prática como uma transferência da regulação do uso e da ocupação do solo do Estado para o mercado, o que viabiliza a reprodução do capital a partir da ampliação da reprodução desigual da sociedade no espaço. Este entendimento se evidencia, sobretudo, no contexto do mundo subdesenvolvido onde a desigualdade é um elemento estruturante das sociedades, como a brasileira. Neste sentido, realiza-se um estudo de caso na cidade de Porto Alegre/RS a partir da análise da legislação de uso e de ocupação do solo aplicada a três grandes empreendimentos imobiliários conforme o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), instituído em 1999 e revisado em 2010, a partir da flexibilização do planejamento urbano local.

UMA REFLEXÃO SOBRE ESPAÇOS ABERTOS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS MODERNISTAS

Giovana Roman (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - gioarqroman@gmail.com
 Antônio Tarcísio da Luz Reis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - tarcisio@orion.ufrgs.br
 Márcia Azevedo de Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - malima.mgo@gmail.com

Após a Segunda Guerra Mundial, o desenho urbano tem se distanciado de suas características tradicionais e se caracterizado pela abordagem modernista, com edificações inseridas no interior de quarteirões, cercadas por grandes espaços abertos sem uma relação direta com a rua. Apesar do desenho urbano modernista apresentar problemas, seus princípios tendem a permanecer em projetos de habitação social, assim como no ensino de arquitetura e desenho urbano. Embora existam argumentações favoráveis às implantações modernistas, essas argumentações carecem de evidências. Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre as implicações das implantações modernistas de conjuntos habitacionais em relação: ao uso, à segurança, à legibilidade e à orientação espacial nos espaços abertos. Por fim, as reflexões realizadas, devidamente fundamentadas no conhecimento existente, permitem destacar os problemas gerados no uso, segurança, legibilidade e orientação espacial nos espaços abertos

modernistas e podem contribuir para a prática, o ensino de arquitetura e o desenho urbano.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR

Ana Gabriela Texeira (Universidade Federal do Paraná) - anagabrielatexeira@gmail.com

O presente artigo se propõe a analisar a abordagem adotada pela COHAB-CT na elaboração dos projetos e na execução das intervenções em favelas curitubanas no âmbito do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP). Deriva de uma pesquisa maior que está sendo desenvolvida para a dissertação da autora e que objetiva compreender em que medida as intervenções em favelas no município de Curitiba-PR possibilitaram o acesso à moradia adequada. A análise é realizada em cinco favelas do município que foram escolhidas através de uma metodologia específica que envolveu critérios quantitativos e qualitativos. A metodologia de análise dessas intervenções, por sua vez, foi construída a partir de critérios investigativos e comparativos entre o que era previsto e o que foi executado. Esta comparação possibilitou a constatação de quais componentes foram priorizados nas intervenções e como isso reflete a prática e o perfil de atuação em favelas da política habitacional municipal.

VAZIOS URBANOS EM ZONAS COSTEIRAS: A RETENÇÃO ESPECULATIVA DO SOLO URBANO EM FAIXAS LITORÂNEAS DE NATAL SUBMETIDAS AO CONTROLE DE GABARITO - O CASO DA ZET 3

Rodrigo Silva (PPGAU/UFRN) - rdrg.silva94@gmail.com

Ruth Maria da Costa Ataíde (PPGAU/UFRN) - rataide_58@hotmail.com

Amíria Bezerra Brasil (DARQ/UFRN) - amiriabrasil@gmail.com

Nas zonas costeiras ocorrem conflitos territoriais entre suas populações tradicionais e os representantes da construção civil, que visam a exploração do seu potencial paisagístico e suas vantagens locais. Os bairros de Areia Preta, Praia do Meio e Santos Reis, na orla urbana central de Natal/RN, são palco dessas disputas desde a década de 1980, quando a Zona Especial de Interesse Turístico 3 foi estabelecida para proteção de sua paisagem. Desde então, percebe-se a manutenção de lotes sem edificação e/ou uso enquanto estratégia especulativa. Este artigo, portanto, objetiva apresentar o levantamento e categorização destes vazios urbanos, compreendendo-os territorialmente. Para tal, foi feito o pré-levantamento dos vazios através das imagens orbitais e posterior visita de campo para sua confirmação. Após isso, o material foi sistematizado, categorizado (Não Edificado, Subutilizado e Não Utilizado) e analisado. Nos bairros estudados, os vazios urbanos possuem uma área de 182.868,80 m² (cerca de 14,31% da área passível de ocupação), evidenciando o impacto resultante das estratégias de especulação imobiliária.

ST06. A tecnociência na conformação do espaço urbano e regional

Comissão Científica: Maiko Rafael Spiess (FURB), Cidoval Morais de Sousa (UEPB), Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCAR)

Temas: ciência e tecnologia na conformação do espaço urbano e regional; ciência e tecnologia funcionais à reprodução do capital e à segregação social no espaço urbano e regional; os estudos CTS e os estudos do território se encontram...; (crítica às) políticas públicas que fomentam C&T convencional na conformação do espaço urbano e regional; tecnologias sociais como estratégias alternativas de conformação do espaço urbano e regional.

Ementa: Nesta ST serão tratados problemas relacionados à relevância da ciência e tecnologia para a conformação do espaço urbano e regional. O ponto de partida é dado pelo fato de que o Brasil, apesar de situar-se entre as maiores economias do mundo, com uma indústria (ainda) expressiva, é – no contexto da C&T mundial – um grande consumidor de respostas tecnológicas geradas nos centros mais desenvolvidos da economia mundial. Neste sentido, é um país subdesenvolvido, que não se ocupa de “seus” problemas, não buscando respostas tecnológicas próprias, mas também se esmera em importar as técnicas e os artefatos mais avançados – para resolver problemas que, a rigor, não existiam, para atender a demandas sociais que, de fato, são próprias de quem as criou. As mais louváveis exceções se encontram na saúde e na agricultura, embora haja outras frentes nas quais se criaram respostas tecnológicas para problemas da sociedade e da economia brasileiras. As razões para um tal desenvolvimento científico e tecnológico, típico de país periférico, são diversas e têm merecido atenção de estudiosos do campo da Ciência Tecnologia e Sociedade (CTS). A ANPUR tem aberto espaço nos seus vários fóruns, inclusive, no ENANPUR, com vistas à compreensão do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro e sua manifestação no território.

A CIDADE INTELIGENTE E SEU TRIPÉ

Donizete Ferreira Beck (UNINOVE - donizetebeck@hotmail.com
Wilson Levy Braga da Silva Neto (UNINOVE) - wilsonlevy@gmail.com
Diego Conti (PUCCAMP) - diegoconti@uol.com.br

As Cidades Inteligentes surgem em um contexto internacional globalizado, conectado e tecnológico. O conceito de Cidades Inteligentes é diverso na literatura, mas existem algumas características universais que são os atributos tecnológicos e inovadores, uma governança participativa e indutora do desenvolvimento urbano. Assim, com uma abordagem qualitativa e por meio da revisão de literatura, essa pesquisa exploratória comprovou a hipótese de que a inovação, a governança urbana participativa e a indução do desenvolvimento urbano estão

interconectadas e são as três dimensões fundamentais da inteligência urbana das cidades inteligentes. Assim, o resultado foi a elaboração do Tripé da Inteligência Urbana composto pela interseção das dimensões “inteligência inovadora”, “governança inteligente” e “inteligência indutora”. Contribui-se, também, com definição sobre produtos urbanos, processos urbanos, regulação indutora, instrumentos urbanísticos, e sugestão de estudos futuros.

A DIFUSÃO DOS “EDIFÍCIOS INTELIGENTES” E A ATUAÇÃO DA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA CB RICHARD ELLIS - UM RECORTE PARA A CIDADE DE SÃO PAULO NO FINAL DO SÉCULO XX

Marina Santos Almeida (Universidade Estadual de Campinas) - g023893@dac.unicamp.br

A cidade de São Paulo vivencia uma nova etapa no seu processo de urbanização e uma nova fase relativa ao seu papel na formação sócio-espacial brasileira. Novos conteúdos técnicos e normativos garantem à cidade o papel de metrópole onipresente no território nacional. A cidade assenta as bases de um centro produtor e irradiador de informação para todo o país. São Paulo permanece se estruturando para abrigar sedes de grandes corporações nacionais e internacionais que tem na cidade um importante nó de suas redes. Destacam-se, na organização de um mercado imobiliário para atender as demandas destas grandes corporações, três empresas transnacionais de consultoria imobiliária: a Jones Lang LaSalle, a Cushman & Wakefield e a CB Richard Ellis. A produção de informação sobre e para o mercado de imóveis corporativos concorre para a conformação de um “Novo Centro de Negócios” na cidade que, aliados aos serviços prestados essas empresas, induzem a um novo arranjo de objetos técnicos, representados pelos “edifícios inteligentes”. Esses edifícios apresentam características técnicas bastante distintas de gerações de edifícios comerciais precedentes, privilegiando, por exemplo, grandes lajes e componentes relacionados a transmissão de dados e informações a partir de uma rede de telecomunicações neles instalada

ALGUNS CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO COLABORATIVO DOS ASSENTAMENTOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE / PB

Helen Karolynne de Moura Barbosa (Universidade Federal de Campina Grande) - helenkmourab@gmail.com
Carolina Barbosa Tsuyuguchi (Universidade Federal de Campina Grande) - carolinatsuyu@gmail.com
Livia Izabel Bezerra de Miranda (Universidade Federal de Campina Grande) - liviaibmiranda@gmail.com
Demóstenes Andrade de Moraes (Universidade Federal de Campina Grande) - damoraes6@gmail.com

No artigo são apresentados os resultados da pesquisa “Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias

Técnicas de Campina Grande", apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na pesquisa buscou-se a identificação e caracterização dos assentamentos populares, considerando estudos nacionais e locais, e deu-se início a um levantamento de organizações de assistência técnica e social que atuam nesses territórios. Na pesquisa foram identificados e caracterizados 25 assentamentos populares, a partir da sistematização de dados e informações e aplicação de descritores, e foram elaborados mapas georreferenciados, disponibilizados por meio de uma Plataforma Virtual Colaborativa (<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande>), desenvolvida no âmbito da pesquisa como instrumento para interação com a sociedade e para subsidiar ações de incidência política por direitos e para a construção de políticas públicas para estes territórios.

CAPACIDADES ENDÓGENAS, TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS E PLANOS CORPORATIVOS: LIMITES A ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA

Maurílio de Abreu Monteiro (Unifesspa) - maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br

O artigo analisa o Plano Amazônia Sustentável e o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, estratégias de desenvolvimento que priorizam a interação entre inovação e arranjos institucionais territoriais. A aplicação de técnicas de análise espacial explicitou gaps entre os padrões espaciais subnacionais de interação entre agentes, capacidades e fontes de inovação, evidenciando limites na pretensão estratégica de impulsionar, em territórios amazônicos, arranjos institucionais que embasem formas mais qualificadas de utilização dos recursos naturais. Demonstram-se aqui equívocos na avaliação do potencial endógeno de territórios; além disso, trajetórias tecnológicas e padrões de reprodução de agentes relevantes não foram devidamente aquilatados na construção das estratégias. Essas incongruências fragilizam, sobremaneira, os esforços e os arranjos institucionais necessários para incorporar ciência, tecnologia e inovação a dinâmicas produtivas capazes de conformar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira.

CIDADE INTELIGENTE E HUMANA: É POSSÍVEL SUPERAR AS UTOPIAS?

Analúcia de Azevedo Silva (UFRN) - anadomitila1973@gmail.com
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (UFRN) - sara.medeiros@ufrn.br
Jane Roberta de Assis Barbosa (UFRN) - profjaneegeo@gmail.com

O objetivo deste artigo é refletir sobre os possíveis incrementos de desigualdades nos arranjos e dinâmicas urbanas em razão do apelo por um desenvolvimento (social e econômico) dependente de ferramentas e equipamentos tecnológicos (computadores,

celulares, acesso à internet etc.). A pesquisa tem como objeto empírico a área de abrangência do Parque Tecnológico MetrÓpole Digital, abordando as desigualdades sociais evidenciadas no seu raio de circunscrição. O Parque é fruto de uma pactuação celebrada entre a Prefeitura Municipal de Natal (PMN) e o Instituto MetrÓpole Digital (IMD), vinculado à UFRN, e integra as ações de promoção do programa Natal Cidade Inteligente e Humana. A revisão da literatura alicerça-se na discussão sobre a adoção do paradigma inteligente em países pobres, fazendo diálogos com outras bibliografias que abordam as formas diversificadas da desigualdade social. Foram realizados levantamentos de dados em instituições públicas e privadas ligadas ao planejamento da cidade no que diz respeito a iniciativas em inovação e tecnologia. Entre as reflexões propostas, tem-se que a iniciativa pode ser mais uma vantagem oferecida pelo Estado aos operadores do mercado em uma conexão que não inclui a população mais vulnerável, não alcançando os objetivos utópicos da inclusão via inovação tecnológica.

CIDADES INTELIGENTES: DA TEORIA ÀS NECESSIDADES REAIS

José Irivaldo Alves Oliveira Silva (Universidade Federal de Campina Grande) - irivaldo.cdsa@gmail.com
Luanna Alertsea Rodrigues Cintra (Universidade Federal de Campina Grande) - luannaalertsea@gmail.com

Diante de tantos problemas, que são habitualmente encontrados em zonas urbanas, idealiza-se cada vez mais a vida em espaços salubres e que possuam condições de qualidade de vida e ambiental. Diante disso surge a terminologia cidade inteligente que precisa ser melhor investigada diante das possibilidades. Assim, este artigo tem o objetivo geral de estudar o conceito de smart cities e suas variações no campo da gestão pública, buscando responder o seguinte problema: é possível construir um conceito de gestão pública "inteligente" a partir da concepção de smart cities considerando a segurança hídrica, o saneamento, as mudanças climáticas e os desastres sob o prisma da gestão pública?. Metodologicamente esta é uma pesquisa qualitativa-documental, onde utilizando o banco de dados especializado Scopus® como fonte, foi realizada uma análise bibliométrica. As palavras chaves utilizadas nas buscas e que foram fundamentais para consecução dos objetivos foram: cidade inteligente, saneamento básico, segurança hídrica, mudanças climáticas e desastres. Além disso, os aspectos metodológicos das revisões de escopo e sistemática foram utilizados na busca para entender quais as tendências de utilização da terminologia smart city. Os resultados mostraram que esta terminologia tem uma aparência de grande restrição de aplicação à área de ciência da computação, mas ela hoje é uma concepção muito mais abrangente, aplicando-se também aos aspectos sociais, humanos e ambientais. Se verificou também que é necessário que os estudos acerca de cidades inteligentes abranjam mais questões de segurança hídrica, saneamento, mudanças climáticas e desastres, principalmente tendo em vista a necessidade e relevância desses temas.

CIDADES INTELIGENTES: INOVAÇÃO OU MIMESE DA CIDADE-MERCADORIA?

Lanna Mara Ribeiro de Sousa (UFPR) - lannaribeiro.arq@gmail.com

São diversos os produtos e projetos tecnológicos que prometem soluções inteligentes para resolver os problemas decorrentes da urbanização acelerada. Políticas advindas de agências internacionais de desenvolvimento direcionam agendas que geram interesses em diversas empresas e governos para a reestruturação urbana, sob a égide da Cidade Inteligente - um conceito difuso e em disputa. O presente artigo faz uma análise crítica sobre esse modelo emergente de planejamento urbano e compreende que este reflete a renovação da cidade-mercadoria, ampliando a capacidade de acumulação capitalista e as relações de dependência entre atrasado e moderno. A esperança está em refazer o pensamento crítico sobre a cidade e lembrar que o que é hegemônico hoje, nem sempre o será.

CIDADES MÉDIAS, AMBIENTES REGIONAIS DE INOVAÇÃO E NOVAS CENTRALIDADES URBANAS NO RIO GRANDE DO SUL

Margarete Panerai Araujo (UNISC/UNIFAL) - margaretepanerai@gmail.com
 Suzete Morém de Fraga (UNILASALLE/UFRGS) - suzetefraga@gmail.com

Esse artigo está assentado na ideia de que as novas centralidades urbanas exercidas pelas cidades médias, através dos ambientes de inovação, ciência e tecnologia, promovem condições de interação e articulação espacial e de desenvolvimento econômico. Os empreendimentos de base tecnológica desde a sua implantação, contribuem para a urbanização das cidades médias, pois à centralidade se vê renovada e ampliada com novas funções territoriais, administrativas, sociais e econômicas. O objetivo deste estudo é uma breve caracterização de uma Incubadora Tecnológica junto à uma Instituição de Ensino Superior (IES) e categorias de evidências elencadas a partir das narrativas memoriais dos gestores sobre as redes e fluxos nessa cidade média no estado do Rio Grande do Sul. O método é qualitativo e descritivo baseado em documentos e entrevistas. Para tanto, a análise ofereceu pistas de compreensão de uma realidade regional e a dinâmica dos fluxos a partir dos relatos coletados.

CONTRA O FETICHE TECNOLÓGICO: REPENSAR O PLANEJAR NO CONTEXTO DAS CIDADES INTELIGENTES

Lalita Kraus (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urb) - lalitakraus@ippur.ufrj.br

Nas últimas duas décadas foi crescente o interesse político e econômico voltado para a implementação de modelos urbanos inteligentes, incentivado pelo acelerado processo de inovação tecnológica, pela inclusão da pauta tecnológica na agenda da sustentabilidade e pela necessidade de atrair investimentos nas cidades. O objetivo é mostrar de que modo o discurso que defende a cidade inteligente como a cidade do futuro é hegemonicamente construído com base em uma visão tecnológica determinista, que esconde, sob a fachada técnica, não apenas os grupos e interesses envolvidos, mas também os efeitos e custos sociais do processo de smartização. O principal argumento apresentado é que propor uma análise contra-hegemônica envolve uma reflexão acerca da funcionalidade entre tecnologia e sociedade, que possa levar em consideração a rede sociotécnica que se estrutura em torno da cidade inteligente, assim como as questões ligadas à esfera da justiça social e do direito à cidade.

CONTROLE URBANO DIGITAL E SIMULAÇÃO PARAMÉTRICA. DESENVOLVIMENTO E ENSAIOS EM PARAMETRIA URBANA NA REGIÃO CENTRAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - PERNAMBUCO

Jonas Lima e Silva (Universidade Federal de Pernambuco) - jonas.lsilva@ufpe.br

Os estudos urbanos têm passando por mudanças significativas atualmente; Na análise (Sintaxe Espacial em mapas 3D); Na maneira de gerir (Controle Urbano digital) e na maneira de planejar/desenhar (Planejamento e Design Paramétrico). Esse artigo se debruça sobre uma parte de uma pesquisa que está em andamento no MDU da UFPE, Que analisa a integração de softwares da atualidade com a finalidade de possibilitar análises sintáticas de dinâmicas urbanas e parametrizações de cenários urbanos futuros na esfera da gestão pública. Especificamente esse trabalho busca a modelagem da informação em BIM, que servirá para montar um mapa base, em CIM, com o propósito de trabalhar a sintaxe espacial algorítmica relacional usando conceitos do Urbanismo Sustentável, Paramétrico e Bioclimático. Será analisada a migração de arquivos DWG/RVT para IFC; de IFC para SHP e SHP para DM/GH, como forma de utilização em duas metodologias através do Software Rhinoceros 3D e o plug-in Grasshoper. Espera-se como resultado desse artigo, oferecer ao leitor um preambulo de uma pesquisa que pretende investigar uma forma de Controle Urbano Digital onde através da modelagem de informações de alta precisão e a confecção de mapas tridimensionais; Obter insumos técnicos do meio urbano legalizado e chegar o mais perto possível da realidade com o intuito de auxiliar no planejamento e na gestão urbana de cidades no Brasil.

DEMOCRATIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO TERRITÓRIO COM O USO DE MAPAS

Gleycianny Emanuely Rodrigues de Freitas (UFRN) - gleycianny07@gmail.com

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros (UFRN) - sara.medeiros@ufrn.br
Rodolfo Finatti (UFRN) - rodolfofinatti@alumni.usp.br

Esse trabalho objetiva discutir o mapa como instrumento para o planejamento e a democratização do território, no que tange aos conhecimentos acadêmicos e na gestão urbana e regional. Inicia com a interface entre a cartografia e o planejamento urbano, destacando a dimensão da representação e da sistematização de dados espaciais. Apresenta um resgate dos usos da cartografia ao longo do tempo, suas representações e as novas perspectivas advindas dos avanços tecnológicos. Foram realizados levantamentos sistemáticos de tipos, modelos e recursos disponíveis privilegiando os recursos de código aberto a fim de demonstrar exemplos de democratização desses usos e potencialidades para o planejamento urbano e regional.

GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE MULTICRITÉRIO NO PLANEJAMENTO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS - UM ESTUDO DE CASO BASEADO NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE/RS

Isabelle Carolina Mangoni Soares (PUC Minas) - mangoni.isabelle@gmail.com
Raquel Werner de Vargas (PUC Minas) - devargasraquel@gmail.com
Raquel Weiss (UFSM) - raquel.weiss@ufsm.br

São muitas as considerações ao se planejar e gerir uma área urbana central consolidada além dos muitos atores envolvidos nesse processo. Nesse contexto, sugere-se a adoção de geotecnologias e metodologias que auxiliem a tomada de decisões. Este artigo tem como objetivo identificar quais áreas de um centro urbano consolidado possuem maior potencial para habitação, tendo como base os imóveis vazios e subutilizados que existem na área de estudo, através de uma metodologia que combina técnicas de geoprocessamento e análise multicritério. Toma-se Porto Alegre como estudo de caso, analisando-se o bairro Centro Histórico, que possui vocação habitacional e apresenta uma grande quantidade de imóveis vazios ou subutilizados. Discute-se a viabilidade de utilizar ou adaptar parte desses imóveis como moradia, densificando uma área já bastante infraestruturada, próxima a locais de trabalho e tantas outras oportunidades. Os dados utilizados se enquadram nas seguintes categorias: lotes vazios, estacionamentos tipo lote, estacionamento tipo edificação, imóveis desocupados e imóveis semi ocupados. Estes dados são ponderados e combinados às densidades permitidas pelo Plano Diretor, chegando à identificação das áreas com maior potencial para habitação considerando imóveis vazios e subutilizados. O resultado final aponta áreas prioritárias para o debate da questão habitacional em ambientes urbanos consolidados, podendo subsidiar a tomada de decisão dos agentes responsáveis. Conclui-se que a metodologia é eficiente quanto ao objetivo proposto e passível de ser replicada em outras áreas urbanas centrais, apontando possíveis aprimoramentos.

INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA EM CONTEXTO PERIFÉRICO: A IMPORTÂNCIA AINDA RELEVANTE DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA

Ana Cristina de Almeida Fernandes (UFPE) - ana.afernandes@ufpe.br
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE) - jprlima@ufpe.br
Alexandre Stamford da Silva (UFPE) - alexandre.stamford@gmail.com
Bruno Campello de Souza (UFPE) - bcampello@uol.com.br

Interações entre universidades e empresas são atores essenciais para o processo sistêmico de inovação. Introduzir produtos ou processos novos ou melhorar existentes não decorre de um agente isolado, ao contrário, demanda uma complexa aproximação de indivíduos que operam em diferentes culturas organizacionais, segundo diferentes objetivos, temporalidades e linguagens. Compreende-se que a proximidade entre tais atores facilitam as interações para inovação e envolve diferentes dimensões – cognitiva, organizacional, social e institucional, além da geográfica. O presente trabalho busca elucidar a importância da proximidade geográfica para interações universidade-empresa em uma formação socioeconômica periférica, face ao avanço das tecnologias de informação e comunicação que dispensariam co-localização e contato face a face em processos de aprendizagem conjuntos. Aplicando-se regressão linear múltipla e análise não-métrica associada (SSA) a uma base de dados obtida a partir de survey extensiva, observou-se que, associada à dimensão cognitiva, a proximidade geográfica ainda prevalece em interações para inovação em contextos periféricos.

O VEÍCULO AUTÔNOMO COMO ELEMENTO INDUTOR DA TRANSFORMAÇÃO URBANA

Claudio Cantamessa (Universidade Nove de Julho) - cantamessabr@yahoo.com
Rafael Urnhani (Universidade Nove de Julho) - rafaelub@uninove.br
Luís Fernando Massonetto (Universidade de São Paulo e Universidade) - massonetto@usp.br

O padrão modernista de planejamento urbano, fundamentado na análise crítica das transformações ocorridas após o surgimento da sociedade industrial, norteou a expansão das cidades reverenciando o automóvel como intendente da mobilidade urbana. A popularização dos veículos autônomos nos últimos anos, em função dos recentes avanços nas tecnologias de sensoriamento, codificação e sistemas de orientação por satélite, representa um novo potencial transformador que pode preservar o automóvel como o intendente da mobilidade urbana do século XXI.

PARQUES TECNOLÓGICOS COMO LABORATÓRIO VIVO PARA CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Jaqueline Nichi (Universidade de Campinas) - jaque.nichi@gmail.com
 Tatiana Tucunduva Philippi Cortese (Universidade 9 de Julho) - tatianatpc@uni9.pro.br

A acelerada urbanização e os desafios da crise climática pressionam governos, empresas e a academia a pensarem, juntos, em soluções para cidades inteligentes e sustentáveis. Com a atual conjuntura pandêmica, esse processo é acelerado, pois confere ainda mais centralidade para a ciência e a tecnologia voltadas a soluções que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos nos centros urbanos. Nesse sentido, um movimento crescente ao redor do mundo são os parques tecnológicos, parceria multilaterais entre empresas, universidades, empresas e governo, que propõem converter espaços subutilizados para criar modelos de cidades compactas e multifuncionais que incorporem sustentabilidade e inovação. Este artigo pretende discutir o potencial desse modelo nos processos de planejamento urbano e seus impactos socioambientais. Para isso, selecionamos como estudo de caso o Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS), em Campinas-SP, projeto oriundo de uma parceria entre governo local, universidades e empresas. Os resultados indicam que modelos como o HIDS, ao integrar tecnologias para cidades sustentáveis, servem como laboratório vivo para apoiar políticas de planejamento urbano e regional que equilibrem o desenvolvimento espacial e socioeconômico com a sustentabilidade.

TECNOLOGIAS DE URBANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL: APERFEIÇOAMENTO DE DISPOSITIVOS EM ESPAÇOS AUTOPRODUZIDOS

Anna Laura Trindade (Pontifícia Universidade Católica de Minas) - trindadeannalaura@gmail.com
 Viviane Zerlotini da Silva (Pontifícia Universidade Católica de Minas) - zerlotini@pucminas.br

Este artigo apresenta o levantamento de critérios e valores que moradores de ocupações urbanas e técnicos especialistas levam em consideração no momento de implantar e operar Tecnologias de Urbanização Sustentável (TUS). Consideramos sistemas de urbanização sustentável a gestão da água e dos resíduos realizada pelos moradores, com assessoria técnica. A reflexão, exposta neste texto, parte de uma atuação conjunta dos núcleos de pesquisa e extensão, (co)executores desse projeto, em territórios autoproduzidos. Ela se dá a partir da ideia de que moradores lidam diretamente com redução de impactos ambientais e com a autogestão desses impactos no território em que são produzidos. O trabalho de assessoria técnica contou com o levantamento de práticas de cuidados dos moradores, em uma microbacia hidrográfica, em paralelo ao levantamento de corpos d'água, áreas verdes e áreas degradadas. Quais critérios os moradores consideram no momento da implantação e da operação de uma

tecnologia? Quais as dificuldades e conflitos enfrentados pelos moradores, técnicos, especialistas e estudantes durante a assessoria técnica? Acredita-se que o reconhecimento desses aspectos pode contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de TUS, presentes no território autoproduzido. A sistematização dos diários de campo dos técnicos e das falas de moradores, registradas em 03 visitas técnicas, foi realizada segundo as proposições da etapa de codificação, como previsto na Grounded Theory, metodologia de pesquisa fundamentada em dados. A implantação de TUS em uma ocupação urbana abordou dezanove aspectos. A assessoria técnica deve levá-los em consideração, caso se pretenda aperfeiçoar os dispositivos de gestão popular das águas e resíduos em territórios autoproduzidos.

URBANIDADE: DIGRESSÃO ENTRE UNIVERSIDADE E CIDADE UM RELATO SOBRE OS PERCURSOS E DESVIOS TÉCNICOS DE UMA PESQUISA SOB O PARADIGMA DA TEORIA ATOR-REDE

Helen Maria Palmeira Medeiros (Universidade do Porto; UFPE) - helenpalmeira@gmail.com
 Teresa Manuel Almeida Calix Augusto (Universidade do Porto) - teresa.calix@arq.up.pt
 Jovanka Baracuhy Cavalcanti (Universidade Federal da Paraíba) - jovankabcs@gmail.com

O trabalho apresenta um relato do processo de condução da pesquisa de doutorado ora em desenvolvimento, que tem como estudo de caso o Campus de Santiago da Universidade de Aveiro, em Portugal. O interesse da pesquisa nasce de uma atividade técnica de planejamento de espaços universitários, aproxima-se de abordagens mais sociológicas, ao debruçar-se sobre a urbanidade como uma categoria de estudo do urbano e, nesse percurso, encontra uma série de incertezas e imprecisões que são assumidas definitivamente a partir da inclusão do paradigma Ator-Rede. Compartilhar os percursos de pesquisa e os desvios técnicos assumidos tem por objetivo evidenciar as potencialidades que a ANT pode ter no desenvolvimento de outras investigações que também se dediquem às relações socioespaciais no espaço urbano.

ST07. Políticas públicas e a questão ambiental

Comissão Científica: Luciano F. Florit (FURB), Christian Luiz da Silva (UTFPR), Ana Paula Perrota (UFRRJ), Juarês José Aumond (FURB)

Temas: a questão ambiental contemporânea; o antropoceno e seus impactos no espaço urbano e regional; aquecimento global e políticas urbanas e regionais; a produção do espaço urbano e regional e suas consequências para cidades e regiões; políticas públicas de mitigação dos problemas ambientais no espaço urbano e regional; justiça socio-ecológica e políticas alternativas de enfrentamento aos problemas ambientais em escala urbana e regional.

EMENTA: Nesta ST serão tratados problemas relacionados à questão ambiental no espaço urbano e regional. O tema tem recebido atenção em edições anteriores do ENANPUR e, num momento em que a questão ambiental ganha contornos de catástrofe, seria pouco sensato deixar de debatê-lo. De fato, as evidências indicam um agravamento do quadro ambiental, em escala planetária. Aqui, todavia, sem desconsiderar o que se passa alhures (afinal, duas expressões que têm ganho audiência são 'aquecimento global' e 'antropoceno'), a atenção deverá recair sobre a problemática ambiental brasileira, sobre a ameaça aos seus biomas por parte do capital privado e do Estado negligente. Como ela tem se manifestado na vida das cidades e regiões do país? Como ela tem sido vista pela população? Como ela tem sido enfrentada pelas autoridades responsáveis? Produção – para o mercado interno e para o mercado mundial – e consumo requerem recursos comuns (vegetação, solos férteis, recursos hídricos...), enfim, matéria e energia, cujo uso tem implicações negativas (e cumulativas) sobre o meio físico e, em consequência, para a vida humana e não humana. Daí resulta, então, o desafio de formular alternativas de enfrentamento aos mais graves problemas ambientais nas cidades e regiões brasileiras.

A IMPORTÂNCIA DA PERMEABILIDADE DO SOLO NO PLANEJAMENTO URBANO

Bianca Vargas Acunha (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - bianca_acunha@hotmail.com
Graziela Rossatto Rubin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - grazirrubin@gmail.com
André Luiz Lopes da Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - andre@iph.ufrgs.br

Dentro do contexto brasileiro, o processo de urbanização gerou diversos problemas urbanos. Esse crescimento urbano trouxe uma impermeabilização excessiva do solo, resultando em uma maior frequência de alagamentos urbanos. Assim, o objetivo desse artigo é avaliar como o espaço urbano se consolida a partir do planejamento urbano adotado. Através de técnicas de geoprocessamento, serão confrontadas as informações relativas

ao pelo Plano Diretor vigente de Passo Fundo. Após, os dados gerados serão confrontados para verificar sua interferência na permeabilidade existente na cidade conformada. E, como conclusão, o artigo pretende propor alternativas de planejamento urbano para que a permeabilidade aumente.

A IMPORTÂNCIA DAS QUESTÕES AMBIENTAIS NO DIAGNÓSTICO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Maria das Graças Silva (Uninove) - gracaprimea@gmail.com
Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo (USP/Uninove) - amarilislucagallardo@usp.br

Para o alcance da melhoria da qualidade de vida por meio das políticas públicas é preciso planejamento das ações, a partir do reconhecimento das demandas territoriais existentes. Para tanto se faz necessária a elaboração do diagnóstico do contexto de aplicação de tais políticas. O planejamento torna-se instrumento para a efetividade do cumprimento de deveres e direitos dos diversos atores envolvidos. Especificamente em saúde pública, as causas dos problemas de saúde estão inseridas e relacionadas às questões ambientais, o que envolve a salubridade das condições de vida e do ambiente e a viabilidade do acesso a bens e serviços. Tratamos no presente estudo documental qualitativo a relevância da questão ambiental para a formulação do diagnóstico nos planos municipais de saúde, dada sua relevância enquanto instrumento de gestão para o embasamento das ações e planejamento das políticas públicas nos âmbitos regional, estadual e federal. Por meio dos planos o papel do estado é legitimado, e ocorre a democratização da prática do planejamento público, considerando a participação da sociedade civil em sua formulação e no monitoramento e controle da gestão pública. A contextualização pretendida objetiva o fomento para uma melhor utilização da pesquisa na elaboração dos diagnósticos em saúde pública, corroborando para um melhor entendimento da importância e necessidade da integração das questões ambientais no planejamento da gestão de políticas públicas.

A IMPORTÂNCIA DE DIRETRIZES URBANÍSTICAS PARA MITIGAÇÃO DE IMPACTOS DE CATÁSTROFES NATURAIS: O CASO DO BAIRO REVÓLVER EM PRESIDENTE GETÚLIO/SC

Catharina Cavasin Salvador (Universidade Estadual de Londrina) - catharina.cavasin@uel.br
Patrícia Geittones Tondelo (Universidade Federal de Santa Catarina) - ptondelo@gmail.com
Eduarda Laís de Souza (Universidade do Alto Vale do Itajaí) - eduarda.souza@unidavi.edu.br
Sérgio Torres Moraes (Universidade Federal de Santa Catarina) - sergiomoraes@arq.ufsc.br

As complexidades da dinâmica da globalização trazem consigo desafios urbanos em escala global e local. O crescimento populacional, sobretudo nas cidades, ressalta a necessidade de

preservação e manutenção da vitalidade ecológica do planeta. Contudo, com o avanço da urbanização e com a necessidade de acomodar mais pessoas nas cidades, temos o desafio de reduzir impactos e riscos socioambientais. Em Santa Catarina, a formação socioespacial do Alto Vale do Itajaí está atrelada à bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, no qual a distribuição dos lotes durante a colonização seguiu os cursos do rio, com a criação de diversos assentamentos urbanos nas planícies aluviais. Deste modo, diversos municípios da região sofrem consequências de inundações e enxurradas periódicas, as quais são sinônimo de apreensão, temor e prejuízos econômicos. Em dezembro de 2020, três municípios do Alto Vale foram surpreendidos por um desastre de caráter geológico e hidrológico. Apesar da magnitude do evento, apenas uma publicação relata o acontecimento, abordando de forma limitada a problemática ambiental e sua relação com a dinâmica de produção do espaço. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre o evento ocorrido com foco no bairro mais afetado, o bairro Revólver no município de Presidente Getúlio, de forma a apontar a importância do planejamento urbano como ferramenta para tornar as cidades mais resilientes aos desastres naturais. Para tanto foram realizadas pesquisas bibliográficas, análise da legislação vigente, levantamento de dados a campo, questionários online e entrevistas não estruturadas com moradores. Por fim, foram elaboradas propostas de alteração na legislação e diretrizes urbanísticas capazes de redirecionar o uso e ocupação do solo, como foco na mitigação dos riscos. Com isso, o trabalho busca ressaltar o papel do planejamento urbano como ferramenta para promoção de cidades mais resilientes aos desastres naturais.

A MEDIDA DA FOME E DO CLIMA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA SOBRE OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Thiago Pereira Inácio dos Santos (Universidade Nove de Julho) - thiago.inacio@uni9.edu.br

Tatiana Tucunduva Philippi Cortese (UNINOVE e IEA USP) - tatianatpcortese@uni9.pro.br

Leonardo Vils (UNINOVE) - leonardo.vils@uni9.pro.br

Este estudo tem como objetivo mensurar a percepção do público sobre os efeitos das mudanças climáticas na segurança alimentar e nutricional, com uso de escalas psicométricas. A pesquisa abordará o método quantitativo, que será utilizado como forma de testar e examinar a relação entre variáveis nas respostas de populações de duas regiões distintas da cidade de São Paulo, baseada na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e The Environmental Future Scale (EFS). Com isso, através de uma relação entre os aspectos do distanciamento psicológico de eventos ou situações próximas e distantes, foco dos estudos sobre Construal Level Theory (CLT), iremos analisar a partir das questões pertencentes à EBIA e EFS, como o público participante percebe os efeitos das mudanças climáticas na relação com a insegurança alimentar.

A RELAÇÃO ENTRE PEQUENOS AGRICULTORES DA REGIÃO NORTE DE INDAIAL (SC) E AS FLORESTAS NATIVAS

Adriana Rödl (FURB) - a.rod1@yahoo.com.br

Juarês José Aumond (FURB) - juares.aumond@gmail.com

A presente pesquisa objetivou investigar e analisar a relação entre pequenos agricultores da região norte do município de Indaial, Santa Catarina, com a vegetação nativa existente em suas propriedades, com ênfase para as florestas ciliares, assim como investigar os incentivos por parte do poder público que levariam o pequeno produtor a conservar as áreas verdes em suas terras. Para a realização desta pesquisa, foram estudadas cinco pequenas propriedades localizadas no bairro Mulde, sendo a seleção do bairro feita por sorteio simples. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas estruturadas, percursos a pé em campo e por imagens de satélite. Os resultados indicaram diferentes proporções de vegetação nativa dentro das propriedades, assim como a ausência de florestas ciliares em alguns casos. A consciência ambiental dos agricultores expôs sua carência de conhecimento técnico e a ausência de políticas públicas, refletindo no padrão de uso do solo adotado.

ADERÊNCIA DOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA APRESENTADOS EM FEIRA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA BAHIA À EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marcelo dos Santos de Oliveira (Secretaria da Educação do Estado da Bahia) - marcelodeoliveira.pce@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre educação e desenvolvimento, para tal, considera as dimensões da iniciação científica e do desenvolvimento sustentável, tendo como locus de investigação a Feira de Ciências, Empreendedorismo e Inovação da Bahia-FECIBA, mais especificamente, a categoria Energia e Sustentabilidade. A metodologia utilizada é bibliográfica e documental, foram analisados os documentos de participação das escolas na feira de ciências, considerando os projetos premiados em 1º, 2º e 3º lugares, considerou-se os cinco pilares do desenvolvimento sustentável, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e relação homem-natureza. A análise apontou que os projetos premiados têm aderência à temática do desenvolvimento sustentável, entretanto, nos objetivos desses projetos não há intencionalidade, vez que, orbitam a temática de modo exíguo em seus referenciais teóricos. Conclui-se o necessário engajamento por meio de política pública desenvolvimentista, que possibilite a formação continuada aos professores da educação básica para maior aderência ao tema

AMBIENTE E (IN)JUSTIÇA: O RACISMO AMBIENTAL NA CONTEXTUALIZAÇÃO DE JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS/RJ

Letícia Narciso Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- leticia.narciso@fau.ufrj.br

Eliana Rosa Queiroz Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - eliana.barbosa@fau.ufrj.br

O artigo abordará o tema de racismo ambiental na contextualização do bairro Jardim Gramacho, na Baixada Fluminense da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o objeto a ser pesquisado será as consequências geradas pelos conflitos raciais, ambientais e sociais presentes no local, logo a questão a ser respondida será como a presença do Aterro Sanitário Metropolitano do Rio de Janeiro pertencente ao bairro gerou grande influência na caracterização do bairro utilizando como metodologia o levantamento de dados, tanto estatísticos sociorraciais e ambientais quanto históricos. Como resultado temos o acúmulo O artigo abordará o tema de racismo ambiental na contextualização do bairro de Jardim Gramacho, na Baixada Fluminense da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse contexto, o objeto a ser pesquisado será as consequências geradas pelos conflitos raciais, ambientais e sociais presentes naquele território, tendo como prioridade sancionar a questão a ser respondida que é de entender a forma como a presença do Aterro Sanitário Metropolitano do Rio de Janeiro, implantado no bairro no ano de 1976, gerou grande influência na caracterização do território como é hoje. Para tanto, a metodologia utilizada foi o levantamento de dados, estatísticas sociorraciais, ambientais e históricas. Como resultados esperados temos a narrativa que fortaleça a lente teórica utilizada, a de racismo ambiental, é a plena compreensão da situação de vulnerabilidades em que a população está exposta.

ANÁLISE DA ILHA DE CALOR DE SUPERFÍCIE NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE SOROCABA – SP, EM 2013 E 2020

Fernanda Frois dos Santos (UFSCar) - fernandafrois@estudante.ufscar.br
Profª Drª Edelci Nunes da Silva (UFSCar) - Enunes@ufscar.br
Prof. Dr. Marcos Roberto Martines (UFSCar) - mmartines@ufscar.br

O modelo de crescimento e planejamento das cidades brasileiras, baseado no espraiamento das áreas urbanas e com distâncias cada vez mais longas percorridas por automóveis são alguns dos tópicos que resultam em alterações climáticas, afetando, entre outros elementos, as temperaturas do ar e das superfícies. No caso de cidades de médio porte, esse efeito pode ser atenuado pelo menor número de habitantes, mas ainda assim é real (Sette & Ribeiro, 2011). Desta forma, este estudo tem como objetivo identificar a existência de ilhas de calor, no município de Sorocaba, situado no interior do estado de São Paulo, através do sensoriamento remoto, avaliando a temperatura superficial no

mês de agosto dos anos de 2013 e 2020. Para observar as temperaturas de superfície foram utilizadas imagens do satélite Landsat 8; posteriormente, e extraídos os dados de Temperatura Superficial (LST), o Índice Normalizado por Diferença de Construção (NDBI) e o Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI). Os resultados mostram que houve um aumento no tamanho e quantidade de ilhas de calor de superfície, provavelmente advindo da supressão da vegetação e da expansão e adensamento das áreas urbanizadas no município.

ANÁLISE DOS MOTIVADORES E BARREIRAS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS RESTAURANTES DE RIBEIRÃO PRETO

Camila Custódio Ferreira Orsi Beihy (Universidade de São Paulo)
- beihy@usp.br

A crescente discussão acerca de sustentabilidade nas organizações e do desenvolvimento sustentável decorre da urgência demandada por questões intrínsecas ao contexto contemporâneo e que abrangem temáticas como aquecimento global, fontes renováveis de energia e políticas de carbono neutro. A ausência de dados e informações em escala microrregional acerca de sustentabilidade como fator decisivo dificulta o desenvolvimento e a implementação de ações que possibilitem a redução da pegada ambiental pela operação das empresas. Dentre as atividades organizacionais de maior relevância no contexto econômico nacional, destacam-se os serviços alimentícios oferecidos por restaurantes diretamente aos consumidores em função do significativo impacto ambiental, ocasionado a partir de suas operações e da necessária e esperada adoção de ações de caráter sustentável para a mitigação de tais impactos. A partir do referencial teórico levantado, elaborou-se um questionário e um roteiro de entrevista, aplicando-os à gestores do Centro e do bairro Ipiranga de Ribeirão Preto (SP). Como resultado obteve-se a conclusão de que são várias as limitações impostas aos administradores que impossibilitam ou desmotivam a aplicação da sustentabilidade nos negócios, como a não compreensão total dos conceitos sustentáveis e não apoio governamental. Como alternativas para reverter esse quadro, propõe-se medidas governamentais e incentivos dele, bem como a adaptação gradativa de algumas medidas sustentáveis nos restaurantes, como o uso de lâmpadas de LED, o aceite de moedas diversificadas (como vale refeição), um canal de relacionamento, tratamento dos resíduos através de compostagem e uso de produtos de limpeza biodegradáveis.

ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS (APR) A DESASTRES AMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS RURAIS ESTUDO DE CASO DA BAÍA DA ILHA GRANDE (BIG)

Adriana dos Reis Monteiro (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - ime.adriana@gmail.com
Diná Andrade de Lima Ramos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - dinalr@ufrj.br

Este artigo tem como objetivo identificar os potenciais riscos a desastres ambientais, em territórios rurais da Baía da Ilha Grande (BIG). Para a Análise Preliminar de Riscos (APR), optou-se pela metodologia T-Risk, a partir do diagnóstico ambiental da vulnerabilidade da BIG, relacionada aos impactos ambientais, publicados a partir do ano de 2006. Os resultados apontam elevados riscos de desastres, evidenciando a necessidade de políticas públicas com o objetivo de apoiar o controle social e o desenvolvimento sustentável. Tais riscos, isolados ou somados, podem preceder e/ou contribuir para o agravamento de eventos climáticos. Com base na APR espera-se forte articulação de setores públicos e privados, na construção de redes de apoio, aos povos originários e comunidades tradicionais. Tais arranjos são importantes no enfrentamento dos desastres ambientais. Por fim, observou-se que, quanto maior o conhecimento dos riscos e vulnerabilidades da região, mais eficaz serão os planejamentos para o controle de emergências climáticas.

AS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA NUCLEAR EM BUENA/RJ E A EXAUSTÃO MINERAL: RISCOS, REFLEXIVIDADE E FUTURO

Nayara Batista Barroso Francisco (Universidade Federal Fluminense) - nayarafrann@gmail.com
 Gabriela Scotto (Universidade Federal Fluminense) - mgscotto@id.uff.br

O presente trabalho busca discutir a partir do caso de Buena, localidade que convive há décadas com a indústria nuclear, a perspectiva da reflexividade na "sociedade de risco", com base em obras dos sociólogos Ulrich Beck e Anthony Giddens. Para tanto, foram realizados, além de levantamento bibliográfico, entrevistas com residentes a fim de identificar a percepção destes interlocutores sobre possíveis riscos relacionados à atuação da empresa Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB), responsável pelas atividades que vieram alterando a região e ocasionando sua exaustão mineral, considerando o atual cenário de fechamento; observação não participante da localidade; e trabalho de campo nos lugares diretamente impactados pela atuação desta indústria. Ao abordar os riscos enquanto ameaças que projetam para o futuro um ambiente de incertezas, espera-se valorizar a reflexividade como importante ferramenta para lidar com as consequências da nossa forma de desenvolvimento.

AValiação Ambiental Estratégica e Projetos de Intervenção Urbana: A Integração das Questões Ambientais Estratégicas no Planejamento Urbano de São Paulo

Gabriel Viana Amaral (USP) - gabriel.viana.amaral@usp.br
 Matheus Henrique Carvalho dos Santo (USP) - matheus.carvalho.santos@usp.br
 Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo (USP e Uninove) - amariliscgallardo@usp.br

Juliana Siqueira-Gay (USP) - juliana.siqueira@usp.br

A integração da variável ambiental e da perspectiva da sustentabilidade no planejamento urbano ainda é limitada e enseja desafios, apesar da existência de considerável arcabouço legal na área ambiental e urbana no país aplicável à esfera decisória do município de São Paulo. Os Projetos de Intervenção Urbana (PIU), presentes no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE), estabelecidos pelo Decreto nº 56.901, de 29 de março de 2016, tem o potencial de causar transformações no ambiente urbano. Efeitos negativos podem ser desencadeados sobre o meio ambiente local, bem como à população. O contexto evidencia a necessidade de ferramentas capazes de subsidiar e harmonizar a tomada de decisão no planejamento ambiental e urbano. Este trabalho tem como objetivo principal identificar oportunidades e possíveis contribuições da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) aos Projetos de Intervenção Urbana (PIU). Para isto, o trabalho primeiramente busca compreender a aplicação da AAE em contextos de planejamento urbano e estudar a regulamentação e os processos de elaboração dos PIU, com foco no PIU Setor Central. Levantaram-se cinco indicadores socioambientais da região: abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto, percentagem de áreas verdes e risco de inundações, e uma comparação foi feita com o desempenho dos mesmos indicadores no PIU NESP. O processo de elaboração do PIU Setor Central foi analisado através das atas das reuniões feitas e dos textos disponíveis para consultas públicas. O desempenho dos indicadores comprovou que os principais problemas da região envolvem baixa percentagem de áreas verdes e altos riscos e inundação, enquanto a análise do processo de elaboração do PIU Setor Central apresentou deficiência no uso de indicadores e índices e na coesão do projeto, bem como falta de discussão em relação ao tema ambiental e baixa participação pública. Desse modo, a integração da AAE nesse processo poderia ser subsidiada pela análise dos indicadores socioambientais no diagnóstico do PIU Setor Central, estímulo à consideração de questões ambientais durante todo o processo, sistematização e integração do processo, promoção da participação pública e encadeamento do PIU aos projetos de engenharia decorrentes.

CARTOGRAFIA SOCIAL E CONFLITOS AMBIENTAIS: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL DE 2011 A 2021

Roni Francisco Pichetti (Fundação Universidade Regional de Blumenau) - rpichetti@furb.br
 Luciano Félix Florit (Fundação Universidade Regional de Blumenau) - lucianoflorit@furb.br
 Anandra Gorges Martendal (Instituto Federal Catarinense - IFC) -

O presente artigo apresenta os padrões na pesquisa sobre cartografia social e conflitos ambientais nos últimos dez anos. A análise centrou-se em identificar as principais referências teóricas; as temáticas fundamentais abordadas nos estudos selecionados; e as metodologias utilizadas para representar conflitos ambientais por meio de cartografia social. A pesquisa

demonstrou que existe um alto interesse da comunidade científica internacional nesta área, sinalizando uma busca pelo aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema.

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS EM CENÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Luciene Pimentel (PUCPR/UERJ) - pimentel.luciene@pucpr.br
Schirley N. K. MACHADO (PUCPR) - schirley.machado@outlook.com
Paulo Nascimento (PUCPPR) - paulo.neto@pucpr.br

Este trabalho apresenta os desafios da gestão municipal na incorporação das metas estabelecidas pelos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU para 2030, sobretudo 11 e 13. Questiona-se até que ponto na revisão em curso dos Planos Diretores Municipais (PDM) foram levados em conta as metas propostas no Brasil para esses ODS. O estudo envolveu a análise dos PDM de Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo, Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. O método adotou abordagem qualitativa, envolvendo a análise de conteúdo de Bardin dos PDM, com o auxílio do ATLAS.ti. Não foram identificadas referências diretas aos ODS 11 e 13. Curitiba, apresentou o maior número de referências indiretas. Destaca-se a referência ao Plano de Ação Climática, que menciona explicitamente os ODS. Colombo apresenta o maior desafio com indicadores de desenvolvimento piores. Vários elementos importantes das categorias de análise poderiam agregar melhores respostas às metas dos ODS 11 e 13 no PDM de Colombo.

CONTRIBUIÇÕES À CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE AGRICULTURA URBANA A PARTIR DO CASO DE CURITIBA

Pedro Portugal Sorrentino (Universidade Federal do Paraná) - pedropsorrentino@gmail.com
Maria Carolina Maziviero (Universidade Federal do Paraná) - mcarolmaziviero@gmail.com

Este artigo, de caráter analítico e propositivo, busca recuperar o debate público sobre agricultura urbana (AU) no município de Curitiba nos últimos anos, mostrando como o tema ganhou espaço tanto na arena política quanto no planejamento urbano municipal, para em seguida apontar diretrizes e contribuições para a construção da política pública de AU em Curitiba. O método utilizado foi a pesquisa exploratória com revisão bibliográfica, análise de documentos e observação participante. Os resultados trazem contribuições gerais e específicas à construção de uma política pública de AU que contribua com a luta por justiça socioambiental e para a construção de cidades sustentáveis, democráticas e educadoras.

DESAFIOS, BENEFÍCIOS E OPORTUNIDADES DA INFRAESTRUTURA VERDE E AZUL PARA A OBTENÇÃO DE

CONFORTO HIGROTÉRMICO URBANO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Adriana Colafranceschi Durante (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - adriana.durante@fau.ufrj.br
Beatriz Cruz Amback (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - beatriz.amback@fau.ufrj.br
Virgínia Maria Nogueira de Vasconcelos (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - virginia.vasconcelos@fau.ufrj.br
Aline Pires Veròl (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - alineverol@fau.ufrj.br

O processo de urbanização pode acarretar grandes impactos ambientais. A Infraestrutura Verde e Azul (IVA) apresenta-se como uma estratégia eficaz para reintroduzir elementos naturais à paisagem otimizando o conforto higrotérmico urbano. O artigo objetiva discutir os resultados da análise bibliométrica da produção científica que aborda simultaneamente conforto higrotérmico urbano e IVA. Os dados bibliográficos foram coletados da Base Scopus e, em seguida, foi feita uma análise de conexão de palavras-chave pelo software VOSviewer. Os resultados são apresentados em gráficos que permitem a interpretação das relações existentes entre os termos associados à produção científica estudada. A partir da leitura dos artigos e dos resultados da análise bibliométrica, foi proposta uma discussão acerca dos desafios, benefícios e oportunidades do uso da IVA para obtenção de conforto higrotérmico urbano. Como resultado, destaca-se a necessidade de se investir em pesquisas que relacionem os dois conceitos, por meio de equipes multidisciplinares para fomentar essa discussão.

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MUNICÍPIOS DE RIO DO SUL E BLUMENAU, SANTA CATARINA

Rodrigo Sartori Bogo (Universidade Estadual Paulista (FCT/Pres)) - rs.bogo@unesp.br
Eliézer Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina) - eliezerconceica@gmail.com

Cientistas da área dos estudos urbanos que vincularam suas pesquisas aos desastres socioambientais nas cidades de Rio do Sul e Blumenau argumentam que estas condicionantes influenciam diretamente suas urbanizações e as desigualdades socioespaciais nelas presentes, no entanto sem fornecer evidências empíricas suficientes sobre o assunto. Por isso, o objetivo deste trabalho foi aplicar análise espacial a partir de dados empíricos e realizar uma pesquisa que pudesse confirmar ou refutar essas afirmações, partindo da hipótese que as diferenças geográficas entre os dois municípios geraram resultados diferentes em seus respectivos espaços urbanos. Para tal, foram coletados dados demográficos em torno da renda domiciliar por setor censitário, sendo estes espacializados e analisados em conjunto dos dados sobre desastres socioambientais, mais especificamente as inundações e

movimentos de massa, que ocorrem em ambos os municípios. O uso de ferramentas de geoprocessamento em ambiente SIG, gerando produtos cartográficos com sobreposição de camadas, nos permitiram atingir os objetivos e confirmar parcialmente a hipótese. Os resultados obtidos apontam para que a relação entre mercado imobiliário (formal ou informal) com as áreas atingidas ou suscetíveis a desastres influencia diretamente o comportamento da desigualdade socioespacial em ambas as cidades, e de forma diferente. Em Rio do Sul, a frequência de inundações e baixa susceptibilidade a deslizamentos fez com que as famílias de alta renda buscassem áreas mais elevadas, enquanto em Blumenau, a menor ocorrência de enchentes somada ao alto risco geológico causou verticalização nas áreas de classe média e empurrou os mais pobres para as vertentes inclinadas e com alto potencial para movimentos de massa. A partir desses resultados e assumindo o Plano Diretor Participativo como instrumento balizar da política urbana brasileira, também realizamos debate sobre sua importância para a regulação, gestão e planejamento urbano, buscando fornecer insights para o delineamento de políticas públicas urbanas e ambientais nas cidades estudadas.

DESENVOLVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

Bruna Marinho Sampaio (Universidade Federal de Minas Gerais) - brunamarinhosampaio@gmail.com

O presente trabalho busca apresentar, ao descrever a sociedade e o espaço urbano, principalmente no que diz respeito a indissociabilidade entre estes, o protagonismo e as potencialidades em se pensar o desenvolvimento urbano sustentável para a promoção de um modelo que se caracterize também como revolucionário, que vise a superação da lógica capitalista de exploração e da sociedade de consumo, proporcionando assim a perpetuação da vida tal qual conhecemos.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL EM QUEIMADOS, RJ

Lucas dos Santos Figueredo (Universidade Rural do Rio de Janeiro) - lucas.figue.lf@gmail.com
Estephane de Aquino Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio) - estephaneaquino@gmail.com

O presente trabalho pretende confrontar as localidades percebidas como zona rural com o Plano Diretor Municipal de Queimados/RJ, verificando a congruência com a realidade local, através de uma metodologia que inclui pesquisa bibliográfica e documental e georreferencial dos planos diretores de 2006 e 2019. O objetivo é investigar as estratégias de planejamento, assim como as diretrizes de uso e intervenção desenvolvidos pelo poder público municipal para os territórios rurais, previstos no zoneamento rural do Município. Para isso, o trabalho abordará os objetivos desenvolvimentistas previstos pelo Plano Diretor de

2019, uma vez que nem o Plano Diretor de 2006, tampouco o código de zoneamento municipal de 2013 instituíram zona rural no município.

DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL, É POSSÍVEL? REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO ECOLÓGICA URBANA

Karisa Lorena Carmo Barbosa Pinheiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - karisapinheiro09@gmail.com
Ruth Maria da Costa Ataíde (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - maria.ataide@ufrn.br
Alexandro Ferreira Cardoso da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - alexandroferreira@hotmail.com

Atualmente, a desconstrução da questão ambiental emerge como contribuição para pesquisadores da problemática ecológica, das diversas áreas. Como questão de pesquisa, este artigo investiga a inserção da dimensão ambiental no processo de modernização ecológica da cidade contemporânea, objetivando abordar o desenvolvimento urbano sustentável a partir de reflexões acerca da construção do conceito de 'sustentabilidade ambiental' no contexto da 'modernização ecológica urbana' (BECK,1992;GIDDENS,1995). O referencial teórico-conceitual traz repercussões desses conceitos no processo de planejamento urbano e gestão das políticas públicas, matrizes discursivas de 'cidade sustentável' com utilização eficiente e racional dos recursos naturais. A metodologia adotou a revisão sistemática de literatura (GALVÃO e RICARTE,2020). Como resultado, emergiram reflexões acerca dos paradigmas e paradoxos envolvendo o conceito de sustentabilidade ambiental, e como influenciam o planejamento e gestão urbana.

DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES URBANO-AMBIENTAIS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E GESTÃO DA OCUPAÇÃO URBANA IRREGULAR: ESTUDO DE CASO SUB-BACIA HIDROGRÁFICA PEDRO LESSA, JOINVILLE – SC

Brayam Luiz Batista Perini (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente) - brayam.perini@joinville.sc.gov.br
Ana Luísa Rizzatti da Costa (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente) - ana.rizzatti@joinville.sc.gov.br
Magda Cristina Villanueva Franco (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente) - magda.franco@joinville.sc.gov.br

A ocupação e alteração dos cursos hídricos é uma realidade observada nos municípios brasileiros em função da ausência de um planejamento e ao descompasso entre o processo de urbanização e a legislação. Na Sub-bacia hidrográfica em estudo, verificou-se a existência de trechos de corpos hídricos intensamente antropizados, com canalização em alternância com trechos abertos e também inseridos em áreas de maciços florestais. O objetivo deste estudo foi avaliar e diagnosticar as áreas de projeção das faixas de Áreas de Preservação Permanente

- APP em uma Sub-bacia, para discutir a viabilidade de aplicação da faixa sanitária estabelecida na legislação do município de Joinville frente a lei florestal brasileira. Para tanto, empregou-se uma metodologia de estudo socioambiental, sendo aplicada matriz de impactos visando analisar critérios de cada cenário. Nos resultados obtidos, observou-se a irreversibilidade da recuperação com a perda da função ambiental da APP e também identificou-se áreas a serem protegidas.

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE E PLANO DIRETOR: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E PRÁTICAS

Maykon Oliveira Monte (Universidade Federal do Ceará) - maykonmonte7@gmail.com

José Almir Farias Filho (Universidade Federal do Ceará) - josealmirfarias@gmail.com

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas são favoráveis à inclusão da sustentabilidade, o presente trabalho tem por objetivo analisar como um plano diretor municipal incorpora os pilares da sustentabilidade. O estudo de caso recai sobre o Município de Jardim/CE (2006). De abordagem qualitativa, a análise de conteúdo do plano se estrutura sob quatro dimensões da sustentabilidade: sociocultural, econômica, ecológica e institucional. Os resultados para a dimensão ambiental revelam instrumentos audaciosos, sobretudo em relação a água, porém, com resultados não tão satisfatórios para o sistema hídrico municipal. A dimensão sociocultural é pouco explorada, sinaliza princípios de combate à pobreza, mas se abstém do trato da cultura imaterial, priorizando o patrimônio material. A dimensão econômica surge na política agropecuária, contudo, sem reverter o quadro de baixo dinamismo econômico no campo e a migração como consequência. Por fim, a Institucional previa a adoção de políticas setoriais que não foram implementadas. O estudo revela, enfim, a necessidade de novas abordagens da sustentabilidade no ato de revisão do plano diretor.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ABAETETUBA-PA: UM DIÁLOGO SOBRE AS PRÁTICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Edizangela Oliveira Monteiro Bastos (Universidade da Amazônia) - Professoraedizangela@Hotmail.com

Helena Lucia Zagury Tourinho (Universidade da Amazônia) - helenazt@uol.com.br

O presente artigo objetiva analisar, a partir de revisão histórica, bibliográfica e documental, como as políticas ambientais caminharam para a visão de preservação da natureza pautada na Educação Ambiental transformadora. Para tanto dialoga com autores como Silva (2012), Loreiro (2006), Bastos e Almeida (2010), Araújo (2010) e Saito (2002), dentre outros, que relatam a evolução das políticas ambientais no Brasil e fora dele. Além disso, mediante pesquisa de campo de cunho etnográfico na Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de

Abaetetuba-PA, o artigo procura refletir sobre como a EA é trabalhada em um município de porte médio da Região Amazônica e quais os resultados dessa práxis para a população.

ENCARCERADOS TERRITORIALMENTE: OS CONFLITOS AMBIENTAIS TERRITORIAIS DO QUILOMBO DE SÃO ROQUE

Leonardo Idenio Soares (Universidade Regional de Blumenau) - lisoares@furb.br

Luciano Felix Florit (Universidade Regional de Blumenau - FURB) - lucianoflorit@furb.br

O artigo propõe apresentar um pouco dos impasses conflituosos envolvendo o Quilombo de São Roque em decorrência dos conflitos ambientais territoriais existentes em seu território, município de Praia Grande – SC; ao mesmo tempo tenta apresentar o possível “encarceramento territorial” enfrentado pelo quilombo, em decorrência desses conflitos; a invisibilidade da diáspora africana catarinense fruto do racismo que podem estar contribuindo para discriminação e criminalização de São Roque. Atualmente, estes conflitos estão entrelaçados entre quilombo, parques, seus órgãos de proteção e fiscalização e com a presença de “os de fora” do quilombo – expressão utilizada pelos quilombolas, que diferencia moradores não quilombolas que se encontram em terras quilombolas. São Roque possui quase duzentos anos, os conflitos existentes têm afetado toda a estrutura tradicional do quilombo. Com os conflitos existentes, a comunidade tem enfrentado dificuldades, ameaças, penalizada e proibida de usufruir seu território ancestral. Sendo assim, os conflitos ambientais territoriais alinhados com racismo, discriminação, inaplicabilidade de direitos e possíveis outros fatores não dispensados que não puderam ser analisados neste trabalho, podem estar criando mais uma forma sofisticada de controle de corpos negros, antes “ensenzalados” e que agora “encarceramento no seu território”, ocasionando a inaplicabilidade de seus direitos e impedindo o seu desenvolvimento.

ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: IMPACTOS, VULNERABILIDADES E ADAPTAÇÃO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Eunice Ferreira Carvalho (UFRN) - elocarvalho12@gmail.com
Zoraide Souza Pessoa (UFRN) - zoraide.pessoa@ufrn.br

Esse artigo tem como objetivo principal abordar, a partir de um levantamento bibliográfico na área, as vulnerabilidades do semiárido nordestino face as mudanças climáticas a partir de uma reflexão sobre as medidas de mitigação e adaptação climática com destaque para o setor de energias renováveis, grande potencialidade da região. As considerações expostas nos impulsionou a perceber que para um problema complexo como as mudanças climáticas, as soluções envolvem diferentes atores e segmentos da sociedade. Há uma necessidade de políticas

públicas apropriadas e que sejam capazes de responder às demandas do povo da região semiárida de forma justa e igualitária. Isso inclui portanto a gestão das mudanças climáticas voltadas para as características específicas da região e que exista sinergia entre ações de mitigação e adaptação. O setor energético assume uma posição estratégica para as ações de mitigação e adaptação, por isso, um planejamento energético adequado exigem mudanças no atual modelo de planejamento.

ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DE TOMÉ-AÇU, PARÁ: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DE OCUPAÇÕES URBANAS E PERIURBANAS E A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Felipe Costa de Almeida (Universidade Federal do Pará) - felipealmeidx@gmail.com
 José Júlio Ferreira Lima (Universidade Federal do Pará) - jjlima@ufpa.br

Em Tomé-Açu, município do nordeste do estado do Pará, a expansão paulatina das vilas, povoados e núcleos urbanos iniciados com a migração japonesa na década de 1920, ocorre em meio a situações de comprometimento ambiental devido a atividades relacionadas à mineração, exploração madeireira e produção agrícola de monoculturas. Suas paisagens têm sido reformuladas em meio aos denominados sistemas agroflorestais (SAFs) existentes no território municipal. O sistema agroflorestal de Tomé-Açu é considerado na literatura como uma forma alternativa para exploração agrícola alinhada com funções socioambientais que evitam a supressão vegetal e preconizam a associação de espécies distintas na mesma área. O objetivo do trabalho é a análise da estruturação socioespacial de Tomé-Açu, a fim de compreender a relação existente entre a expansão dos espaços urbanos e periurbanos com a efetivação de práticas agrícolas ligadas aos SAFs.

EXPANSÃO URBANA EM APA ESTADUAL. TENSÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO URBANO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL

Décio Luiz Pinheiro Pradella (PUCCAMP) - deciopradella@yahoo.com.br
 Laura Machado de Melo Bueno PUCAMP) - laurab@puc-campinas.edu.br

A institucionalização do planejamento territorial municipal tem forte influência nos processos de aumento do preço da terra, uma vez passível de urbanização. Algumas vezes, em detrimento da implementação dos princípios de direito a cidades sustentáveis, preconizados por estudos socioambientais e pela legislação federal brasileira. O processo contínuo de expansão urbana no Município de Jundiá/SP ao longo de mais de duas décadas, viabilizado a partir da legislação urbanística, consolidou novos vetores de expansão sobre Área de Proteção Ambiental Estadual da Serra do Japi e de mananciais de abastecimento de água

potável de interesse local e regional. As sucessivas alterações legais e investimentos em infraestrutura urbana nessas áreas contrariam as características do meio físico e diretrizes de proteção ambiental de interesse regional, como os preconizados pela Lei da APA Estadual. Evidencia-se a participação do poder público municipal no processo de valorização de lugares, favorecendo proprietários de terras e agentes do setor imobiliário, em eficiente coalizão.

FEDERALISMO E CAPACIDADE ESTATAL: FINANCIAMENTO AMBIENTAL PÚBLICO E DESIGUALDADE TERRITORIAL

Magda Cristina Villanueva Franco (Universidade do Estado de Santa Catarina) - magda.franco@udesc.br
 Ivanna Schenkel Fornari Grechi (Universidade do Estado de Santa Catarina) - ivanna.grechi@edu.udesc.br
 Samira Kauchakje (Universidade do Estado de Santa Catarina) - s.kauchakje@udesc.br
 Isa de Oliveira Rocha (Universidade do Estado de Santa Catarina) - isa.rocha@udesc.br

A política nacional de meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental com vista a assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. O presente estudo se propõe a realizar uma reflexão sobre a forma federativa adotada pelo Estado brasileiro e sua relação com a capacidade de implementar políticas públicas para minimizar desigualdades territoriais. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental tomando como base a política de financiamento público ambiental adotada pelo município de Joinville. Na federação brasileira ocorre uma centralização na captação de recursos e na distribuição e aplicação destes, fundamentada na minimização das desigualdades territoriais. Entretanto, no que se refere a política de financiamento público ambiental, esta centralização não é verificada, implicando em dificuldades na implementação das políticas ambientais e na ampliação das desigualdades territoriais;

GENTRIFICAÇÃO VERDE: EXPLORANDO O CONCEITO PARA O CASO BRASILEIRO

Luiza Fernandes Tamas (Universidade de São Paulo) - luiza.tamas@usp.br
 Pedro Henrique Campello Torres (Universidade de São Paulo) - pedrotorres@usp.br

Este trabalho buscou analisar o desenvolvimento desse campo de estudo no Brasil, a partir da revisão sistemática da literatura, com base em 21 trabalhos resultantes de buscas no Google Acadêmico, além de abordar um caso de estudo brasileiro. Como resultado, é notável que os estudos na área, no Brasil, ainda são recentes e vêm crescendo nos últimos anos, advindo de fontes diversificadas e heterogêneas, com destaque para a participação

das áreas das Ciências Sociais e das Universidade no desenvolvimento dos trabalhos. Percebe-se também uma concentração de publicações nas regiões Sul e Sudeste, indicando disparidades inter-regionais. Em relação ao caso de estudo, o Elevado Presidente João Goulart, os resultados ainda estão em fase inicial e serão melhor desenvolvidos futuramente na pesquisa, mas já se percebe que o futuro da via elevada vem gerando mobilizações e a proposta de criação do Parque Minhocão tem encontrado diferentes formas de recepção.

GEOCONSERVAÇÃO APLICADA AO PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO EM CIDADE PEQUENA DA AMAZÔNIA LEGAL: PERCEPÇÃO DO GESTOR QUANTO A EFICIÊNCIA DA DIVULGAÇÃO DO MONAF, FILADÉLFIA (TO)

Antonio Rhamon da Silva Belem (Universidade Federal do Norte do Tocantins) - rhamonsb@mail.uft.edu.br

Tatiane Marinho Vieira Tavares (Universidade Federal do Norte do Tocantins) - tatianetavares@mail.uft.edu.br

Adolfo da Silva Melo (Faculdade de Ciências do Tocantins – FAC) - adolfoants@gmail.com

O Patrimônio paleontológico deve ser contemplado por ações de Geoconservação. A cidade de Filadélfia, localizada no norte do estado do Tocantins é portadora da Unidade de Conservação (UC) Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF), exibindo fitofósseis petrificados, datados do Período Permiano. Considerando que gerir uma UC é um grande desafio, e que, o movimento para a compreensão das produções científicas são por vezes ineficientes, é dever do gestor o estabelecimento de estratégias que visem a valoração e divulgação da UC ao público visitante. Deste modo, a pesquisa procurou identificar e analisar as dificuldades encontradas pelo gestor, no processo de transposição das informações geradas pelas pesquisas científicas realizadas no MONAF, os instrumentos utilizados na divulgação do patrimônio e a elaboração de um instrumento educativo-didático de divulgação paleontológica, tendo como base os conceitos de Geodiversidade, de Geoconservação, de Transposição Didática e de Interpretação Ambiental.

GESTÃO DE RISCOS, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E ADAPTAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RMN)

Edilza Paula Queiroz Alves (UFRN) - edilzapaula20@gmail.com

Zoraide Souza Pessoa (UFRN) - zoraidesp@gmail.com

Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira (UFRN) - pontesrylanneive@gmail.com

Eric Mateus Soares Dias (UFRN) - ericmateusemsd@gmail.com

A Região Metropolitana de Natal (RMN), assim como outras regiões metropolitanas brasileiras são formadas pelo contexto da dinâmica econômica e social, e pela falta de planejamento urbano, sendo vetores na aparição de espaços segregados,

proporcionado pela dinâmica territorial, reflexos da concentração populacional devido às condições econômicas dos indivíduos, designados pelos arranjos da vulnerabilidade social. Assim sendo, as cidades estão cada vez mais vulneráveis às mudanças climáticas, pois as vastas transformações do ambiente urbano, sua distribuição socioespacial sem o devido planejamento urbano e as atividades antrópicas que utilizam recursos não renováveis geram vulnerabilidade às cidades e suas populações com os impactos do dióxido de carbono (CO₂), com consequências graves para o meio biótico e abiótico. Face ao exposto, este artigo objetiva refletir sobre a vulnerabilidade socioambiental e a incorporação dos riscos climáticos nos municípios da RMN. Segue a orientação de uma pesquisa de abordagem quantitativa, através de instrumentos de coletas de dados, fonte os microdados do Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Observando assim, que é necessário estratégias que permitem lidar com a redução dos riscos ocasionados pelas mudanças climáticas.

HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DO PARQUE MALWEE E SUA REGIÃO EM JARAGUÁ DO SUL - SC

Kayuã Girardi (FURB) - kayuag@furb.br

Gilberto Friederich dos Santos (FURB) - frieden@furb.br

Martin Stabel Garrote (FURB) -

martin_stabelgarrote@yahoo.com.br

Juliano João Nazario (FURB) - nazario.juliano@hotmail.com

O Parque Malwee está localizado nas margens do rio Jaraguá, e desde 2009 é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural do Grupo Malwee. O objetivo foi investigar a História do Desenvolvimento Regional, e entender os processos: histórico e de desenvolvimento da ocupação e colonização do município de Jaraguá do Sul, além de identificar as transformações socioambientais proporcionadas pela sua existência. Através da análise de diversas fontes, compreende-se que a cidade teve influência migratória e econômica no processo de colonização de Joinville e Blumenau. Em 1960 o município se insere na economia nacional com empresas em diversos ramos, que se destacam também internacionalmente. Na História do Desenvolvimento Regional do Parque Malwee, identificaram-se fatores no desenvolvimento socioeconômico do município, que contribuíram para sua criação em 1976. Sua estrutura fomenta diversos esportes, lazer para a comunidade e a cultura regional. Sendo fundamental para o desenvolvimento humano e conservação ambiental da região.

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS DE ORDEM CLIMÁTICA OBSERVADOS EM COLATINA-ES

Dayanne Di (Universidade Federal do Espírito Santo) - dayannediwylian@hotmail.com

Daniella do Amaral Mello Bonatto (Universidade Federal do Espírito Santo) - daniella.bonatto@ufes.br

A forma como as cidades são planejadas e gerenciadas está diretamente relacionada aos impactos sobre a sustentabilidade e resiliência. Suas características refletem na vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas. Os eventos climáticos extremos estão ocorrendo cada vez com mais frequência, evidenciando que, as cidades precisam se preparar para enfrentar as situações de calamidade pública. As atividades antrópicas têm modificado o clima do planeta de modo a aumentar os riscos em cidades, e os efeitos serão cada vez mais devastadores. Nesse sentido, Colatina, cidade localizada no interior do Espírito Santo, enfrenta diversos problemas urbanos relacionados às mudanças climáticas, como alagamentos, ilhas de calor, deslizamentos de terra, dentre outros. Este trabalho visa tratar de questões relacionadas às mudanças climáticas, e tem como objetivo identificar e descrever os problemas dessa ordem observados em Colatina-ES, desenvolvendo um breve diagnóstico. As análises realizadas dos resultados obtidos, fornecem um diagnóstico que pode possibilitar indicações de setores onde o município e governo regional possam concentrar os seus esforços para a ampliar seu potencial em se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas.

IMPACTO DA CADEIA AGROINDUSTRIAL NOS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Rafael Flores de Campos (Unioeste - Campus Toledo/PR) - rafaelcampos_@hotmail.com

Lucir Reinaldo Alves (Unioeste - Campus Toledo/PR) - lucir_a@hotmail.com

A crescente conscientização mundial a respeito da forma de uso dos recursos naturais vem provocando mudanças de consumo e nos padrões produtivos. No Brasil essa pressão vem recaído sobre o agronegócio, que junto as agroindústrias, corresponde por mais de dois terços do uso dos recursos hídricos no país. Nesse sentido, as agroindústrias caracterizam a principal indústria motriz da Região Oeste do Paraná e vem se apresentando com um setor em crescimento, contudo, com uma grande externalidade negativa, sua pegada hídrica. Apesar do Brasil possuir cerca de 14% das reservas mundiais de água doce, previsões apontam que problemas como a falta de recursos hídricos irão se configurar como gargalos de crescimento do setor agroindustrial. Frente a isso, este estudo buscou entender a relação das agroindústrias do Oeste paranaense com a questão dos recursos hídricos, avaliando o cenário que se projeta nesse sentido e a preocupação quanto ao uso desses recursos. Os resultados mostraram que há tendência de aumento no consumo desses recursos para essa região e que a relação entre agroindústrias e recursos hídricos necessita de maior atenção. Assim, se faz importante adotar ações ambientais condizentes com o cenário que se configura para esses recursos.

MUDANÇA DO CLIMA E TURISMO: PERCEPÇÕES DO RISCO CLIMÁTICO POR STAKEHOLDERS DA CIDADE DE SALVADOR (BA)

Carolina de Andrade Spinola (Universidade Salvador - UNIFACS) - carolina.spinola@unifacs.br

Valentina Tridello (Aiyê Consultores) - tridellov@gmail.com

Tiago Cisalpino Pinheiro (Universidade Federal de Minas Gerais) - tcisalpino@gmail.com

Dennis Eucker (Gesellschaft fuer Internationale Zusammen) - dennis.eucker@giz.de

O turismo é um setor fortemente afetado pela mudança do clima e suas consequências. A cidade de Salvador (BA) tem no turismo um importante pilar de sua economia e, por apresentar grandes fragilidades estruturais, está suscetível a um aumento do risco dos impactos oriundos dessa mudança. Isto posto, medidas de adaptação para o setor começaram a ser discutidas, pela administração municipal, no âmbito do Programa ProAdapta, uma realização do governo brasileiro junto àRepública da Alemanha. Entendendo que quaisquer estratégias de adaptação e de construção de resiliência passam pelo envolvimento dos stakeholders do setor, o presente artigo objetivou identificar as percepções desses atores sobre o tema, partindo da concepção de risco climático descrito no AR5 do IPCC. A título de procedimentos metodológicos, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas a um conjunto selecionado de participantes, representantes do trade, da academia, da administração municipal e da sociedade civil organizada, cujas respostas foram submetidas a uma análise de conteúdo. Como resultados, constatou-se, no geral, a existência de um grande número de atores com uma percepção sofisticada e com um nível moderado de conhecimento sobre o tema. O excesso de chuvas, a variabilidade climática e as altas temperaturas aparecem como os sinais mais preocupantes e temidos. Os grupos que se demonstraram mais conscientes são os compostos pelos membros da academia e por representantes do segmento de Turismo de Negócios e Eventos, neste último caso, muito impactados pela pandemia da Covid 19. No outro extremo, encontram-se os representantes do trade e do segmento de Praia e Recreação, embora as respostas indiquem que este último seria, justamente, um dos segmentos mais afetados pelas ameaças climáticas previstas para a Cidade.

NOVAS ESPACIALIDADES NO DISTRITO FEDERAL: AS RELAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Washington Candido de Oliveira (Universidade de Brasília - UnB) - washington@washingtoncandido.com.br

Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Universidade de Brasília - UnB) - flasobrinho@gmail.com

A contemporaneidade, espacialmente, trouxe várias mudanças com a ênfase econômica se deslocando das atividades primárias para as secundárias e terciárias. As questões ambientais urbanas são relevantes para preservar para assegurar a qualidade de vida. Dentre as mudanças espaciais está a inauguração de Brasília, o Distrito Federal dividido em Regiões Administrativas (RAs),

inicialmente em 8 e atualmente com 33 RAs. Dentre os problemas ambientais no DF, tinha-se o lixão da estrutural, o maior da América Latina. Justifica-se este trabalho pela especificidade da urbanização do Distrital com maior crescimento populacional intra-DF na porção oeste. Como metodologia foi usada pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações, teses, livros, documentos online dos Órgãos públicos do DF e sites da Internet. Como objetivo o trabalho busca analisar aspectos contextualizados da urbanização do DF como recorte na porção oeste. A pesquisa tenta compreender o que se instala nas áreas lindeiras à RA-I, o Plano Piloto.

O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO MPSC SOBRE A POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE: O INQUÉRITO CIVIL COMO FERRAMENTA PARA A MITIGAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS NA ESCALA URBANA

Marina Feltrin Dambros (Universidade do Estado de Santa Catarina) - marinafelda@gmail.com
Samira Kauchakje (Universidade do Estado de Santa Catarina) - s.kauchakje@udesc.br

O artigo trata da atuação do Ministério Público de Santa Catarina no controle e fiscalização das políticas ambientais no território catarinense. O objetivo é analisar a intervenção do MPSC sobre os problemas ambientais no espaço urbano e suas implicações no planejamento territorial. A metodologia utiliza a abordagem qualitativa com uso de técnicas e análises estatísticas e de espacialização das questões ambientais. Através do levantamento de Inquéritos Cíveis instaurados no ano de 2020, foi delimitado como o MP atua de modo extrajudicial no controle e fiscalização do meio ambiente na escala urbana. Busca-se com os resultados, contribuir para enriquecer o debate sobre a atuação das instituições do sistema de justiça no planejamento territorial, com foco nas políticas ambientais. Desta forma, a atuação do Ministério Público, voltada formalmente para a defesa da preservação do meio ambiente, é compreendida como fator de produção do espaço urbano.

O PAPEL DA NATUREZA NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC

Elisa Serena Gandolfo (UDESC) - lissserena@gmail.com
Carolina Lima Marques (UDESC) - carolina.marques@udesc.edu.br

Considerando que a organização do espaço reflete as dinâmicas históricas de uso e ocupação do mesmo, utilizando o conceito de formação socioespacial de Milton Santos, o presente artigo discorre sobre a relação entre o ambiente natural e a formação social e econômica na disposição dos elementos espaciais do município de Imbituba (SC). A análise da paisagem, como forma de investigação sobre a composição do espaço em momentos específicos, foi utilizada para a descrição dos processos de ocupação materializados no espaço. As marcas deixadas por cada

grupo social que habitou a região desde os tempos pré-coloniais, e a coexistência atual de formas distintas de uso do espaço, as quais refletem os momentos de ocupação, foram analisadas através de revisão bibliográfica e análise de imagens. Tais informações compõem uma análise que pretende integrar as dimensões social, econômica e ambiental para a compreensão do território.

O PLANEJAMENTO MUNICIPAL E A MINERO-DOMINAÇÃO: DISCUSSÃO ACERCA DOS AVANÇOS E DOS ENTRAVES NA CONSTRUÇÃO DA RECENTE PROPOSTA DO PLANO DIRETOR DE BRUMADINHO - O CASO DA DESARTICULAÇÃO POPULAR EM CÓRREGO DE FEIJÃO E DA EXPULSÃO FORÇOSA PELA AÇÃO DE MINERADO

Juliana Godoy Corrêa de Araújo (Escola de Arquitetura da UFMG) - julianagodoy91@gmail.com
Elisângela de Almeida Chiquito (Escola de Arquitetura da UFMG) - lis@arq.ufmg.br

Com base na recente proposta de revisão do Plano Diretor de Brumadinho, discute-se sobre os entraves encontrados pelo planejamento municipal vinculados à permanência da dificuldade em interferir nos territórios minerários. Motivada pelo rompimento da barragem de rejeitos no município, essa revisão mostrou avanços estruturais nos âmbitos econômico e ambiental, evidenciando a necessidade de diversificação econômica e de ampliação das competências locais, sobretudo de fiscalização das atividades de mineração. Contudo, foram também identificadas dificuldades em lidar com os grandes interesses minerários que influenciaram diretamente no processo de participação social. A análise dos desdobramentos de dois episódios em Córrego do Feijão, epicentro do evento, mostram a ação paralela, fora do espaço institucionalizado, da mineradora Vale S.A. que desmobiliza a articulação popular, a fim de adquirir terrenos de forma individualizada. Essa expulsão forçosa, resultaria no esvaziamento do bairro, e inviabilizaria a proposta do Plano Diretor para a localidade e a vida em Córrego do Feijão.

O PLANEJAMENTO URBANO E A MUDANÇA CLIMÁTICA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ENTRE CAPTURAS E POTENCIALIDADES

Marcelo Cintra do Amaral (Nossa BH) - m.amaral.br@gmail.com
Felipe Nunes Coelho Magalhães (Instituto de Geociências - IGC da Univer) - felmagalhaes@gmail.com
Guilherme Lara Camargos Tampieri - guilhermetampieri@gmail.com

O planejamento urbano voltado para a mitigação e a adaptação das cidades aos efeitos das mudanças climáticas vem crescendo em escala e escopo nos últimos anos, mas ainda sem atrair a devida atenção dos planejadores/urbanistas. Depois de trinta anos de esforços por redução de emissões de gases de efeito estufa, as cidades brasileiras vivem uma transição para planos de

adaptação e resiliência, denominados de Plano de Ação Climática, que se tornaram a “bola da vez” das oportunidades: tanto para implantar políticas de sustentabilidade, quanto para cooptação e captura pelo capital. Algumas convergências importantes com os agentes e modelos hegemônicos de planejamento já vêm ocorrendo, bem como a aproximação deste novo modo de agenciamento e produção do espaço urbano em relação ao setor financeiro internacional. O alerta proposto pelo artigo é de maior dedicação aos processos participativos e de maior atenção dos planejadores urbanos ao tema do clima.

OS QUILOMBOS DO RIBEIRA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Laura Dallabrida Leite e Silva (Universidade Federal de Minas Gerais) - lauradallabridaleite@gmail.com

O Vale do Ribeira, região a sul do Estado de São Paulo, é reconhecido por seu caráter ambiental: mantém mais de 85% de suas áreas de Mata Atlântica preservadas e representa o maior remanescente contínuo do Brasil. O presente artigo investiga a hipótese de que a existência de áreas de grande preservação da fauna e da flora originais no Vale do Ribeira não é por acaso, e está intrinsecamente relacionada com a história da ocupação do território e de seus remanescentes culturais. Ao todo, o Vale abriga mais de 80 comunidades quilombolas, centenas de comunidades caiçaras, 16 comunidades indígenas e diversos grupos de imigrantes. Para investigar essa hipótese, o trabalho se baseia na produção cartográfica, por meio da sobreposição de camadas, combinando elementos de dois métodos: a análise da relação entre suporte e cobertura da paisagem proposta por Ian McHarg em Design with Nature e a relação entre os espaços livres, as infraestruturas e os assentamentos do território propostas por Joaquim Sabaté no Projeto Territorial.

PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA NOS PLANOS DIRETORES DAS CAPITAIS DO BRASIL

Bruno Cesar EufRASIO de Mello (Faculdade de Arquitetura UFRGS) - brunocesaremello@ufrgs.br
Geisa Zanini Rorato (Faculdade de Arquitetura UFRGS) - geisa.rorato@ufrgs.br
Eugenia Aumond Kuhn (Faculdade de Arquitetura UFRGS) - eugenia.kuhn@ufrgs.br
Carolina Cristofoli Falcão (Faculdade de Arquitetura UFRGS) - carolcristofoli@hotmail.com

Neste início de século as questões ambientais têm ganhado cada vez mais importância. Neste contexto, um tema emergente é a agricultura urbana (AU). Mas em que medida os Planos Diretores (PD) das cidades brasileiras – instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana – incorporaram a atividade agrícola em espaços urbanos? Em busca de resposta a essa pergunta, o presente artigo realiza um panorama da AU nos PDs das capitais dos estados e do Distrito

Federal. Ele está organizado da seguinte forma: primeiro, apresenta o recorte e método que orientaram a pesquisa; logo após, cita quantitativamente em que PDs os termos agricultura urbana e correlatos são tratados; em seguida, faz síntese quantitativa e qualitativa de como os PDs incorporam a AU em seu texto legal, definindo temas recorrentes; nas considerações finais, realiza balanço de todo debate precedente.

PLANEJAMENTO E CLIMA: REVISITANDO INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA PARA MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA EM NÍVEL LOCAL

Rogério Palhares Zschaber de Araújo (Universidade Federal de Minas Gerais) - rogeriopalhairesaraujo@gmail.com
Ana Lúcia Goyatá Campante (Praxis Projetos e Consultoria Ltda.) - ana@praxisbh.com.br

O presente trabalho identifica as convergências e complementariedades entre estratégias de mitigação e adaptação climática a partir do potencial articulador de políticas setoriais pelo planejamento urbano, revisitando instrumentos urbanísticos como importantes ferramentas de ação e governança climática. Traz as experiências do zoneamento associado ao licenciamento de atividades de impacto ambiental e urbanístico, o Zoneamento Ambiental Municipal, o Sistema de Áreas Verdes e a Trama Verde e Azul como instrumentos de planejamento que apresentam grande potencial de integração de questões urbanas e ambientais com vistas à redução de vulnerabilidades, superação de velhas dicotomias e ao enfrentamento de novos desafios impostos pela emergência climática às nossas cidades.

PLANEJAMENTO URBANO E REGULAÇÃO DA EXPANSÃO URBANA: PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE PLANOS DIRETORES

Isabel Cristina Nunes de Sousa (Unesp) - icn.sousa@unesp.br
Roberto Braga (Unesp) - roberto.braga@unesp.br

Neste estudo foi proposto e aplicado, em uma cidade brasileira de porte médio do interior paulista (São Carlos), um método de avaliação das estratégias de regulação da expansão urbana previstos em planos diretores. Foram definidos três eixos de avaliação dos planos diretores sob o prisma da compacidade urbana, detalhados por seus respectivos conjuntos de itens: Condicionamento do crescimento horizontal da cidade; Combate aos vazios urbanos; e Adensamento adequado. O método proposto se mostrou suficientemente sensível para o diagnóstico dos pontos fortes e fracos do plano diretor analisado. Com base nos resultados, não foram encontradas evidências suficientes que permitissem descartar a hipótese de que as diretrizes alinhadas a um crescimento urbano mais compacto, previstas no plano diretor analisado, foram desacompanhadas de estratégias que garantissem sua aplicabilidade. Os itens previamente definidos para cada eixo de avaliação do método possibilitam que os

resultados sejam replicados, além de garantirem uma padronização nas avaliações comparativas.

PNRS NO SEMIÁRIDO POTIGUAR: DISPOSIÇÃO FINAL E IMPACTOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Antonio Lucas Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - lucasfilho@ufersa.edu.br

Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho (Universidade Federal Rural do Semiárido) - jorge.filho@ufersa.edu.br

Fábio Fonseca Figueiredo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - fabiofonsecafigueiredo@gmail.com

As preocupações e discussões de alternativas para a gestão adequada dos resíduos sólidos têm se aprofundado nos últimos anos, sobretudo, em razão da elevação do ritmo de produção, em virtude da disseminação do consumo desenfreado. Assim, a pesquisa objetivou a partir da PNRS verificar o modelo de disposição final e seus impactos em pequenos municípios do semiárido potiguar. Foram investigados os cinco municípios atendidos pelas estações de transbordo de Apodi e Caraúbas, no estado do Rio Grande do Norte. Onde foi desenvolvida pesquisa de campo, mapeamento aéreo e registros fotográficos. A acumulação dos resultados apontaram que, mesmo depois de uma década da sanção da PNRS, os municípios, ainda desenvolvem uma gestão de resíduos precária, com modelo rudimentar, utilizando-se do lixão como forma de descarte. Tal conjuntura sentença o meio ambiente a diversos impactos, contaminando o solo, ar, água e interferindo diretamente na fauna, flora e no ecossistema local.

POLÍTICAS CLIMÁTICAS E PLANEJAMENTO URBANO: O CASO DAS ZEDUS EM FORTALEZA - CE

Isabelly Campos Egot (Universidade Federal do Ceará) - bell.scampos@gmail.com

Luis Renato Bezerra Pequeno (Universidade Federal do Ceará) - renatopequeno@gmail.com

Diante da emergência da questão climática, a cidade de Fortaleza tem desenvolvido, desde 2013, ações em prol dessa questão, que se materializaram na Política de Desenvolvimento Urbano de Baixo Carbono e na Política Municipal sobre Mudanças Climáticas, ambas de 2017, e em diversos diagnósticos. Dentre eles, o Índice de Vulnerabilidade Climática, que identifica os territórios mais climaticamente vulneráveis. Paralelamente, a política de desenvolvimento urbano da cidade continua em evolução, com a alteração, também em 2017, da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Esta alteração regulamentou as Zonas de Desenvolvimento Urbano e Social, que, distribuídas em todo o território, buscam intensificar as atividades sociais e econômicas. O alinhamento entre estas políticas é inquestionável, porém, as análises preliminares através da espacialização das zonas de risco climático e leitura crítica das legislações, demonstram que elas têm se desenvolvido em sentidos divergentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ENERGIA SOLAR: DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Elias Rodrigues de Oliveira Filho (IFNMG - Campus Arinos) - profelias.rodrigues@gmail.com

Gisella Valadares Oliveira (IFNMG - campus Arinos) - gisellavaladares30@gmail.com

Os recursos hídricos são de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade. No Brasil, apesar da abundância de rios, aquíferos e lagos, existe irregular distribuição, além de elevado aproveitamento para irrigação, produção de energia elétrica, indústria entre outros usos. A matriz energética brasileira é basicamente hidráulica, mesmo tendo outras fontes renováveis disponíveis, a saber, solar e eólica. A expansão da utilização das energias solar e eólica é recente, mas com potencialidade em quase todo o território nacional. Neste contexto, este estudo tem por objetivo refletir sobre os benefícios das políticas públicas na construção do parque de energia solar no noroeste de Minas Gerais. Para tanto, fez-se pesquisa bibliográfica. Os municípios do noroeste de Minas Gerais, já apresentam os efeitos da instalação dos parques de energia solar, com grande possibilidade de agregar avanços aos arranjos produtivos do agronegócio e da agricultura familiar.

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA EM REGIÃO COSTEIRA: IMPACTOS DO PORTO DE SANTOS EM GUARUJÁ-SP

Felipe Rakauskas (Universidade Nove de Julho - UNINOVE) - feliperakauskas@gmail.com

Andreza Portella Ribeiro (UNINOVE) - aportellar@gmail.com

Leonardo Ferreira da Silva (UNINOVE) - leonardo.silva57@fatec.sp.gov.br

Sidnei Aranha (Secretaria do Meio Ambiente - SEMAM-Guar) - sidneiaranhagja@gmail.com

A poluição atmosférica está entre os principais desafios urbanos mundiais. Os países têm buscado soluções que visem adaptar as atividades humanas para garantir que o desenvolvimento urbano não acarrete efeitos adversos para os sistemas naturais. As emissões veiculares estão entre as principais que geram grande quantidade de contaminantes do ar, como material particulado MP, que contém compostos tóxicos. Apesar de o Brasil possuir políticas ambientais restritivas sobre emissões veiculares, algumas cidades ainda carecem de indicadores de poluição. É caso de Guarujá, que abriga a margem esquerda do Porto de Santos e não conta com redes de avaliação da qualidade do ar. Assim, o objetivo principal desse estudo foi avaliar a contribuição das emissões da frota pesada à qualidade do ar na região portuária de Guarujá, com intuito de levantar indicadores de poluição, que possam contribuir com políticas públicas e com o planejamento ambiental urbano de Guarujá-SP.

POR UMA ABORDAGEM SOCIOECOLÓGICA NO PLANEJAMENTO URBANO: PROBLEMATIZANDO RESILIÊNCIA URBANA, CLIMÁTICA E COMUNITÁRIA EM SALVADOR DA BAHIA

Heliana Faria Mettig Rocha (UFBA) - helianamettig@ufba.br
 Camila Pithon Raynal (UFBA) - raynalcamila@gmail.com
 Carmélia Nunes Carilo Clough (UFBA) -
 carmeliacough.arqurb@gmail.com

Por uma abordagem socioecológica no planejamento urbano, este artigo discute sobre resiliência urbana, climática e comunitária, no intuito de tencionar alternativas para políticas públicas que considerem a questão socioambiental nas cidades. Com uma revisão de literatura em artigos sobre a temática, nos últimos vinte anos, apresenta-se um recorte da pesquisa em desenvolvimento sobre práticas socioecológicas comunitárias e resiliência urbana, em Salvador da Bahia. Como uma cidade litorânea e peninsular, o que poderia remeter a um alto grau de vulnerabilidade às mudanças climáticas, no entanto, estudos destacam a desigualdade socioeconômica e a segregação socioespacial como fatores que mais impactam e caracterizam a vulnerabilidade social, distanciando a capital baiana da resiliência climática. Propõe-se a problematização sobre resiliência urbana, passando por campos do conhecimento correlatos, suas contradições e aderências. As considerações apontam a insustentabilidade da busca por estratégias de resiliência climática sem articular as práticas locais de resiliência comunitária, no meio ambiente urbano.

PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS INSERIDOS NOS PERÍMETROS DAS OPERAÇÕES URBANAS FARIA LIMA E ÁGUA ESPRAIADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Bruno Avellar Alves de Lima (Universidade Federal do ABC) -
 bruno.avellar.lima@gmail.com
 Camila Rodrigues Aldigueri (Universidade Federal do ABC) -
 caldigueri.universidade@gmail.com
 Thayna de Lima Carneiro Holanda (Universidade Federal do ABC)
 - thayna_lch@hotmail.com
 Luciana Nicolau Ferrara (Universidade Federal do ABC) -
 luciana.ferrara@ufabc.edu.br

O artigo analisa como a natureza vem sendo produzida e apropriada em empreendimentos imobiliários privados inseridos nos perímetros das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) Faria Lima e Água Espraiada. O texto é produto de pesquisa que aborda as transformações metabólicas impostas pela financeirização da produção imobiliária na metrópole paulistana. Mobilizamos dados da EMBRAESP para mapear a produção imobiliária nas referidas OUC nas últimas décadas (com ênfase nos anos 2010) e, por meio da consulta aos sites de empreendimentos selecionados, sistematizamos informações que permitem discutir a produção privada de áreas verdes, a adoção de novas tecnologias que

empregam o uso dito racional dos recursos naturais, além de outros elementos associados ao discurso da sustentabilidade. Adotando uma perspectiva crítica, buscamos aprofundar os debates sobre a capitalização e privatização da natureza mediante as confluências entre a crise ambiental e o processo de financeirização da economia.

PRODUÇÃO E USO DO BIOGÁS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Letícia Morais Neres (Universidade Nove de Julho) -
 leticianeresbio@gmail.com
 Heidy Rodriguez Ramos (Universidade Nove de Julho) -
 heidyr@gmail.com

As discussões modernas a respeito da estrutura das grandes cidades no presente e no futuro, recaem em encontrar soluções para desafios de grande proporção, ao passo em que busca identificar oportunidades de desenvolvimento. Entre essas dificuldades, a adequação das matrizes energéticas e da gestão eficiente dos resíduos é um tema de oportuna relevância, visto que existem alternativas para a junção do reaproveitamento do lixo, no caso, o resíduo orgânico, com a produção de energia, gerando o biogás. Nesse contexto, o presente estudo buscou identificar quais as principais barreiras para a produção e o uso do biogás na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), bem como soluções para ultrapassá-las. Para identificar esses gargalos, foi realizada uma revisão sistemática da literatura visando a identificação das principais barreiras apontadas por autores no contexto nacional e internacional, nas bases de dados Scielo, Scopus e Web of Science no período de 2011 a 2021. Posteriormente foram realizadas entrevistas com especialistas do tema, para apontar as barreiras da produção e uso do biogás na RMSP e as soluções para superar as dificuldades observadas. Os resultados das entrevistas foram discutidos com os tópicos abordados no arcabouço teórico obtido a partir da revisão sistemática da literatura. As principais barreiras e soluções identificadas foram direcionadas a aspectos diferentes associados com a logística de produção e utilização, sendo divididos entre técnicos, econômicos, sociais e políticos. Tais tópicos se relacionam, direta ou indiretamente, cabendo ressaltar que a falta de um plano de fomento ao biogás na RMSP é um entrave que afeta todos as barreiras mencionadas.

PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DO POLO TECNOLÓGICO DO MAR DA BAÍA DE SEPETIBA: O CONCEITO DE POLOS TECNOLÓGICOS E A APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO E MITIGAÇÃO AMBIENTAL SOBRE UMA ANÁLISE DA GESTÃO SOCIAL

Rafaela Rosa Chaves Cardoso (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - rafaelaadmpublica@gmail.com
 Edmir Amanajás Celestino (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - amanajas@ufrjr.br

Lamounier Erthal Villela (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - lamounier.erthal@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar a proposta de criação do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba (PTM-BS), buscando entender sua construção a partir da análise conceitual sobre implementação de polos tecnológicos, em especial o modelo Pôle Mer Bretagne Atlantique, utilizado como base para o desenvolvimento do PTM-BS. Para esta discussão, foram feitas pesquisa bibliográfica e documental, em torno do desenvolvimento regional, dos Arranjos Produtivos Locais e das políticas de responsabilidade social e ambiental, avalia-se também a aplicação de medidas mitigadoras e compensatórias. O conceito de Gestão Social será o eixo estruturante da análise considerando os possíveis impactos da implementação do PTM-BS, e suas implicações para o desenvolvimento local. Deste estudo, surgiram reflexões sobre a proposta do PTM-BS e sobre as transformações ocorridas na Baía de Sepetiba e em seu entorno, a partir das atividades dos Megaempreendimentos. Observou-se que as empresas envolvidas impulsionaram o crescimento econômico na região nos últimos anos, sem no entanto, estabelecer um Desenvolvimento Territorial Sustentável.

REFLEXÕES SOBRE A PAISAGEM NA ZONA OESTE CARIOCA: O JOGO DO VERDE COM O BRANCO NO PERCURSO BARRA DA TIJUCA – PACIÊNCIA

Eliane Silva Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - eliane.barbosa@fau.ufr.br

Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br

A crescente ocupação da Zona Oeste carioca com uma grande quantidade de novos empreendimentos residenciais e modificações significativas na mobilidade urbana, vem levando a uma transformação expressiva na paisagem da região. Esse artigo parte da reflexão sobre as alterações que o ambiente construído causou nessa paisagem e, portanto, seu objetivo é apresentar as análises dessas alterações, a partir de um percurso observado entre o Condomínio Nova Ipanema e o Condomínio Vivenda das Garças, ao longo das margens da Linha do BRT. O ponto de origem do percurso é a Estação Barra Shopping, no Bairro da Barra da Tijuca e o destino é a Estação Parque São Paulo, no Bairro de Paciência. Esse recorte foi estabelecido, a partir da (re) leitura do Plano Urbanístico de Lucio Costa e de visitas a campo na região, que nos conduziu a definir os pontos de origem e destino do percurso. No percurso foram analisados os espaços vegetados, a permeabilidade do solo e as modificações urbanísticas observando formas de ocupação da edificação no lote, gabaritos, largura e tipologia das vias. A análise ocorre a partir da relação entre a paisagem observada e estabelece as implicações no conforto visual e térmico do percurso. O desenvolvimento do trabalho teve como procedimentos metodológicos pesquisas bibliográficas sobre conforto ambiental urbano, visitas a campo no trajeto analisado e elaboração de material gráfico e teórico. O resultado da análise aponta quatro

unidades da paisagem distintas nesse percurso com diferenças de tratamento do ambiente construído e que se refletem na paisagem local.

REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA, IMPACTOS AMBIENTAIS E RISCOS TECNOLÓGICOS NO COMPLEXO PORTUÁRIO DE SANTOS. ELEMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS

José Marques Carriço (Universidade Católica de Santos) - jose.carriço@unisantos.br

Marina Ferrari de Barros (Universidade Federal do ABC) - mfdbarros@hotmail.com

A partir da análise das transformações da economia brasileira, nas últimas décadas, observa-se a redução da participação da indústria no comércio exterior, enquanto o agronegócio apresenta vigorosa ampliação, processo considerado como de reprimarização da economia, conhecido como “doença holandesa”. Esse fenômeno tem desdobramentos importantes na cadeia produtiva e provoca graves impactos socioambientais. Embora o impacto ambiental mais notável seja a supressão da vegetação na Amazônia e no Cerrado, no ambiente portuário grandes impactos se fazem notar, agravando processos verificados no período nacional desenvolvimentista, exigindo uma coordenação mais eficaz entre as políticas portuária e urbano ambientais. Nesse contexto, o complexo portuário de Santos/SP, o maior do país, é o lócus de frequentes desastres ambientais e da expansão dos espaços de operação e armazenagem de cargas perigosas, inclusive em área urbana. Essa situação vem exigindo maior atenção dos órgãos de controle ambiental, mas também evidencia disjunções entre o planejamento portuário e o planejamento urbano ambiental. Assim, valendo-se dos métodos exploratório e dialético, objetiva-se construir um quadro de referências sobre impactos ambientais e riscos tecnológicos decorrentes da operação de produtos vinculados ao agronegócio, nesse complexo portuário. Dessa forma, busca-se apontar para uma agenda de pesquisas voltadas ao aprofundamento da discussão desse fenômeno, abordando-se impactos e riscos diversificados às vizinhanças, como suspensão de particulados, geração de trânsito e de gases estufa, contaminação de cursos d’água, produção de ruídos, transporte e armazenamento de produtos perigosos e outros. Para tal fim, recupera-se o processo de transformações regulatórias e produtivas das atividades portuárias, nas últimas décadas, caracterizando-se as mudanças dos impactos socioambientais. Coteja-se os zoneamentos portuário, ambiental e urbanos, evidenciando suas disjunções e apontando novos caminhos para superá-las, refletindo sobre os desafios para construção de um sistema de governança mais democrático e ambientalmente responsável do complexo portuário de Santos.

SANEAMENTO BÁSICO NA CONTRAMÃO DA JUSTIÇA AMBIENTAL: MUDANÇAS NO INTERIOR FLUMINENSE NO CONTEXTO DA PRIVATIZAÇÃO

Érica Tavares (Universidade Federal Fluminense) - ericativr@gmail.com
 Carlos Frederico Ribeiro (Universidade Federal Fluminense) - cafreribeiro@gmail.com
 Juliana Santos Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense) - wjulianaalves@gmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar as mudanças na provisão dos serviços de saneamento básico considerando a reconfiguração dos prestadores de serviços nos municípios ao norte do interior fluminense, mediante nova rodada de privatização do setor no Brasil. O estudo se fundamenta teoricamente pela abordagem da ecologia política, ao evidenciar os conflitos entre diferentes perspectivas sobre o acesso aos recursos ambientais e serviços urbanos, assim como pelo enfoque da justiça ambiental. A metodologia utilizada baseia-se em análise de dados secundários, pesquisa documental e levantamento de informações por meio da mídia e portais de órgãos públicos e empresas. Os resultados indicam que a gestão dos serviços de saneamento tem se orientado cada vez mais por uma lógica de mercado, com a expressiva ampliação da iniciativa privada no setor mediante uma complexa e problemática rearticulação entre os entes federados.

SEGURANÇA HÍDRICA, ESPERANÇA OU INSEGURANÇA? DESAFIOS DO PLANEJAMENTO URBANO A PARTIR DA OBSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS NA REGIÃO METROPOLITANA FUNCIONAL DE NATAL/RN

Laise Kelley Lemos Barbosa (UFRN) - laise.ctufrn@gmail.com
 Alexandro Ferreira Cardoso da Silva (UFRN) - alexandroferreira@hotmail.com

Os usos mudam as funções ambientais de um espaço, alterando processos naturais, como os das águas, um recurso limitado e essencial a sobrevivência humana. A sua proteção é um tema atual e necessário, seja pelo aumento da poluição, escassez ou pela ausência de alternativas que suavizem os grandes desastres anunciados. Com esta preocupação, ancorado à definição de Segurança Hídrica que tomou força a partir de 2013, através da ONU em seu relatório "Water Security and the Global Water Agenda" e, com o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) em 2019, este conceito busca desenvolver estratégias para infraestrutura hídrica a fim de garantir disponibilidade de água em quantidade e qualidade suficientes às necessidades humanas. Este artigo, é parte de uma tese de doutorado em desenvolvimento e pretende iniciar a investigação das possibilidades de articulação entre o planejamento urbano e a proteção dos mananciais subterrâneos a partir da análise da Segurança Hídrica urbana na Região Metropolitana Funcional da cidade de Natal/RN.

SENSORIAMNETO REMOTO PARA ESTIMAR INDICADORES DE QUALIDADE DA ÁGUA EM ÁREA DE MANANCIAL E SUBSIDIAR O PLANEJAMENTO URBANO

Anderson de Oliveira (UNINOVE) - anderox100@gmail.com
 Andreza Portella Ribeiro (UNINOVE) - aportellar@gmail.com
 Mayara Amaro (UNINOVE) - mayara.2000@uni9.edu.br
 Harry Alberto Bollmann (Pontifícia Universidade Católica do Para) - harry.bollmann@pucpr.br

A Agenda 2030 é fruto de experiências acumuladas das nações. Em suas diretrizes, estão elencados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em específico ao ODS 6 - Água potável e Saneamento - faz-se necessária a elaboração de ações em escala regional e local, que visem a proteção dos sistemas hídricos, sobretudo no que se refere a tecnologias de tratamento de água e esgoto. A qualidade da água é verificada por meio de diferentes parâmetros (químicos, físicos e biológicos), que devem atender limites de referência de qualidade, para consumo, dentre outros usos. A clorofila-a é um dos mais importantes indicadores de qualidade; no entanto, a medição química de concentrações de clorofila-a é mais morosa, já que exige a coleta in situ e a participação de vários especialistas nessas análises. Assim, como forma complementar os métodos convencionais, o principal objetivo desse trabalho foi utilizar técnicas de sensoriamento remoto (SR) e geoprocessamento, combinado a modelagens matemáticas, para estimar as concentrações de clorofila-a, no Manancial da Billings, um dos mais importantes da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), e compará-las com os valores informados pela CETESB, para os anos 2014 a 2016, quando a RMSP passou pela 5ª pior estiagem, desde o início de sua série histórica, em 1879. Com base nos resultados, pôde-se observar a coerência entre as diferentes abordagens metodológicas, o que sinaliza a viabilidade do SR, no que se refere à avaliação da qualidade da água, com mais celeridade, em diferentes sistemas hídricos.

SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS ASSOCIADOS A SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES AO PAISAGISMO E PLANEJAMENTO URBANO

Gracielli Folli Monteiro (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO) - gracielli@gmail.com
 Amarilis Lucia Casteli Figueiredo Gallardo (UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO) - amarilis@uni9.pro.br

As soluções baseadas na natureza vêm sendo crescentemente incorporadas em projetos de paisagismo de urbano. A perspectiva de maximizar os benefícios da natureza no desenho urbano fundamenta-se na ampliação de oferta de serviços ecossistêmicos no planejamento urbano, que podem ser mensurados pela melhoria à resiliência urbana e ao bem estar da população. As soluções de infraestrutura verde, como teto verde, jardins de chuva e paredes verdes auxiliam no desenvolvimento sustentável e colaboram para a adaptação climática. Esse trabalho explora o referencial teórico sobre Sbn e SE associados a projetos de

paisagismo e planejamento urbano. Os resultados demonstram que as estratégias de SbN contribuem para aumentar a resiliência no ambiente urbano.

SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NO PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

Júlia Bastos Souza (Universidade Regional de Blumenau) - profjuliabastos@gmail.com

Lucas da Silva Rudolpho (UFRJ) - lucarudolpho@gmail.com

Este artigo teve como objetivo analisar a produção científica sobre serviços ecossistêmicos no planejamento urbano a partir de uma pesquisa bibliométrica com recorte temporal entre 2010-2021. A metodologia utilizada envolveu a seleção dos termos-chave em português, espanhol e inglês: "serviços ecossistêmicos" e "planejamento urbano", para aplicação da busca que foi realizada tomando como base os artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES. Dentre os principais resultados encontrados destacam-se: revisões de literatura; projeção de cenários futuros e avaliação de serviços ecossistêmicos urbanos. Dentre as conclusões enfatiza-se que a pesquisa sobre os serviços dos ecossistemas urbanos deve ampliar seu foco atual, de modo a articular os valores não econômicos na tomada de decisões e no planejamento urbano. A maioria das pesquisas abordam os valores biofísicos e econômicos dos serviços ecossistêmicos (SE), em contrapartida, poucos estudos abordam valores sociais, culturais e de garantia dos SE, que aumentem a resiliência, por meio do fortalecimento da governança cidadã e institucional.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA PARA LEVANTAMENTO DE INDICADORES DE QUALIDADE DO AR: UM ESTUDO EM REGIÃO PORTUÁRIA DO BRASIL

David Da Silva Jesus (UNINOVE) - davijworld@gmail.com

Andreza Portella Ribeiro (UNINOVE) - aportellar@gmail.com

Sidney Dos Santos (Faculdade de Tecnologia - Fatec, Campus) - sdy.santos@gmail.com

Cleiton Jordão Santos (Secretaria do Meio Ambiente de Guarujá) - cleitonjordao@hotmail.com

As emissões veiculares estão entre as atividades antrópicas que mais contribuem para a poluição atmosférica. Os veículos pesados são os que mais emitem material particulado – MP. Isso se deve ao fato de o óleo diesel possuir em sua composição uma mistura de compostos químicos, entre eles os metais pesados, como cádmio. Ao ser inalado, o MP pode provocar o desenvolvimento de doenças cardiopulmonares graves. Os impactos das ações humanas são ainda mais pronunciados nas regiões costeiras, pois as cidades se desenvolvem em áreas muito menores, principalmente naquelas que abrigam distritos industriais e atividades portuárias. Como forma alternativa à avaliação da poluição atmosférica, este estudo fez uso das chamadas "Soluções-baseadas na Natureza – SbN", como o monitoramento com plantas, para avaliar o impacto da frota de caminhões em

Guarujá – SP, devido às atividades do Porto de Santos. Na área portuária da cidade ainda não existem indicadores de qualidade do ar. Por meio dos dados de concentração de cádmio, pôde-se verificar uma relação positiva entre a presença de caminhões e os níveis do metal, proveniente da queima do diesel. Portanto, a SbN - na área portuária - se caracterizou como ferramenta confiável, simples e de baixo-custo à quantificação da poluição, podendo ser utilizada em outras regiões do país que não dispõem de redes convencionais de avaliação da qualidade do ar.

TERRITÓRIO E ESPAÇO: DESAFIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO IDOSA EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO SANTA MARIA DAS BARREIRAS, PA

Vinicius Alves Parrilha (Universidade Federal do Norte do Tocantins) - viniusparrilha@hotmail.com

Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro (Universidade Federal do Norte do Tocantins) - luizaga@mail.uft.edu.br

Jessica Carvalho Lima (UFTM) - jcarvalho.fisio.uftm@hotmail.com

O presente trabalho procurou tecer um diálogo com diversas perspectivas relacionadas aos assentamentos rurais no município de Santa Maria das Barreiras -PA, onde existem 24 projetos de assentamentos, acolhendo 5.383 famílias em uma extensão territorial de 299.026.00 hectares. Mesmo com a existência de políticas públicas problemas que são acrescidos pela circunstância de saúde vivenciada pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, colocando os idosos como grupo prioritário, pelas comorbidades mais frequentes manifestadas por eles. O presente ensaio teórico teve como objetivo realizar reflexões sobre as condições de saúde e ambiente dos idosos residentes em assentamentos rurais especificamente de aqueles localizados no município de Santa Maria das Barreiras, no estado do Pará. A partir da perspectiva teórica de território, de espaço e da implementação das políticas públicas de saúde. A metodologia utilizada firma-se na pesquisa exploratória e revisão de referencial teórico sobre temas pertinentes ao objeto de estudo. No território de Santa Maria das Barreiras a distância e a extensão territorial é um desafio para a cobertura dos serviços de saúde.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CENÁRIO E DESAFIOS DA DIVERSIFICAÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL

Rylanneve Leonardo Pontes Teixeira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - pontesrylanneve@gmail.com

Zoraide Souza Pessoa (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - zoraidesp@gmail.com

Partindo do debate sobre a transição energética como principal alternativa para enfrentar as mudanças climáticas, o objetivo deste artigo é discutir sobre a diversificação energética no Brasil através de fontes renováveis alternativas como uma alternativa para enfrentar as mudanças climáticas num contexto global no

qual se coloca a transição energética como a única saída para enfrentamento dessa problemática. Para tanto, a metodologia segue as orientações de uma pesquisa com abordagem de natureza qualitativa, fazendo uso de levantamento bibliográfico, e análise de documentos e dados secundários como instrumentos de coleta de dados para análise e discussão dos resultados. Em termos gerais, os resultados indicam que o Brasil avançou na diversificação energética a partir da inserção de “novas” fontes energéticas, em especial a eólica; porém, esse avanço não aconteceu numa perspectiva associada ao processo de descarbonização e à desintensificação das mudanças climáticas, buscando a efetivação da sustentabilidade.

UM ENSAIO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO URBANÍSTICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO PARA O FINAL DO SÉCULO XXI

Vinicius Ferreira Mattos (PROURB UFRJ) -
vinicius.ferreira.mattos@gmail.com

O presente trabalho é uma reflexão sobre a ocupação demográfica e urbanística do território brasileiro através de um projeto-ensaio. Este trabalho propõe entender a realidade territorial através da construção intelectual de uma proposta alternativa para tal realidade. Essa alternativa tem como fundamento teórico a isotropia como categoria urbanística. Por isotropia entendemos um modelo de organização da infraestrutura orientada pela igualdade de acesso ao sistema. Para Secchi (2006) a isotropia é o oposto urbanístico da hierarquia, ou a organização centro-periferia. Partimos da situação demográfica atual do território brasileiro. O Brasil apresenta uma baixa densidade demográfica se comparado a outros territórios. Além disso o processo de ocupação do território, baseado em uma fraca integração, uma baixa densidade de ocupação do campo e uma concentração demográfica sem urbanização eficaz nas periferias das cidades e metrópoles (mais de 80% da população) corroboram para a definição da baixa densidade como um problema de distribuição. Outra questão premissal do estudo são as condições de ocupação e uso do solo de território. Com 66% de solo preservado ecologicamente, o território apresenta uma utilização para a produção agrícola de apenas aproximadamente 8% e 13% para pastagens (improdutivos ou subprodutivos). Portanto, mesmo que seja uma referência quando a preservação, o país apresenta um potencial produtivo no que se refere ao território antropizado. Assim, analisando a projeção global e o processo de estagnação demográfica brasileira, o projeto define como enunciado a possibilidade de ocupação do território através de uma alternativa de integração do território através de infraestruturas urbanísticas. O projeto parte de uma simulação do potencial de ocupação populacional do território, considerando a utilização do solo produtivo através de metodologias sustentáveis de produção, como a permacultura, onde é calculada uma capacidade de 3,6 vezes da população atual.

UM OLHAR SOBRE PROCEDIMENTOS POSSÍVEIS PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL: CASO BACIAS

HIDROGRÁFICAS MOOCA – CASSANDOCA E ARICANDUVA, NA ZONA LESTE PAULISTANA

Luis Octávio de Faria e Silva (USJT- Universidade São Judas Tadeu) - li.fariaesilva@saojudas.br
Rebeca Pegoraro Heredia (USJT - Universidade São Judas Tadeu) - beca.peg@gmail.com
Sidney Carneiro de Mendonça Fernandes (USJT- Universidade São Judas Tadeu) - sidcm.fernandes@gmail.com

As questões de maior destaque na cidade de São Paulo em se tratando de meio ambiente, tem sido a aplicação de infraestrutura verde e azul na recuperação de áreas degradadas. Muitas vezes, o objetivo não reside em apenas recuperar cobertura arbórea, mas também na criação de áreas que possam reter os fluxos de águas pluviais (jardins de chuva), que no verão se intensificam gerando enchentes e alagamentos. Essa é a realidade conhecida de grandes áreas cobertas pelo asfaltamento, calçamento com poucas (e tímidas) aberturas para plantio de árvores – uma constante na Zona Leste Paulistana-combinados a vias nascidas de antigos traçados, que foram ocupando ao máximo a largura para pistas de rolamento, mantendo calçadas exíguas, que praticamente eliminam as possibilidades de planejamento paisagístico. A ação do poder público não suficiente e muitas vezes de forma não assertiva ocasiona o surgimento de organizações civis independentes e grupos ativistas que realizam eventos de plantio, chamando a atenção das autoridades e principalmente das comunidades para questões urgentes em áreas degradadas.

URBANIZAÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ESTUDO DO BALNEÁRIO DE MEIA PRAIA - ITAPEMA/SC

Samantha Jandrey (FURB) - arqsamnthaj@gmail.com

O balneário de Meia Praia apresenta na sua história a atividade do turismo como um dos grandes fatores influentes no processo de urbanização. A necessidade de preservar a orla constitui uma providência urgente diante das evidências do desequilíbrio climático. Os estudos apontam o aumento do nível dos oceanos que irão impactar as zonas costeiras. Neste contexto de mudanças climáticas, o objetivo geral deste artigo foi identificar os possíveis impactos no balneário de Meia Praia, decorrentes de cenários futuros do aumento do nível do oceano. O procedimento metodológico adotado foi de caráter exploratório, descritivo e propositivo relacionado ao objeto da pesquisa e quanti-qualitativa no seu processo. Constatou-se a necessidade de se criar uma zona de proteção, e outra de amortecimento para prevenir e minimizar os futuros impactos. Espera-se que os resultados dessa pesquisa contribuam no planejamento e na busca de soluções para enfrentamento do impacto das mudanças climáticas.

VÍNCULO RURAL-URBANO COMO ESTRATÉGIA PARA O COMBATE À FOME E ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

Daniele Aparecida Silva (UNICAMP) - ap.danielesilva@gmail.com
Silvia Mikami Pina (UNICAMP) - smikami@unicamp.br

O fenômeno da fome é um problema crônico que abarca cidades em geral e, a partir de 2020, devido à pandemia de covid-19, agravou-se. A crescente expansão urbana sobre áreas distantes e ambientalmente frágeis, a desigualdade socioespacial e a carência de políticas públicas mais efetivas desenham um quadro ainda mais preocupante para as populações carentes. Neste contexto, observam-se alternativas que buscam promover o vínculo territorial entre áreas urbanas e não-urbanas para implementar soluções possíveis. Este trabalho busca compreender em que medida a promoção do vínculo rural-urbano pode apresentar respostas para o enfrentamento de problemáticas atuais como a insegurança alimentar e fomentar o alcance da segurança e da soberania alimentar nas cidades. A análise associa os marcos e agendas das cidades a duas unidades de estudo de caso: um parque agrário da Espanha e rede de hortas urbanas do Brasil, enquanto possibilidades e alternativas para o enfrentamento de problemáticas atuais.

ST08. Políticas públicas em tempos de/para o enfrentamento da crise sanitária

Comissão Científica: Valmor Schiochet (FURB), Luis Cláudio Krajevski (UFPR), Moacir José dos Santos (UNITAU)

Temas: Capital, Estado e saúde; o 'estado' da saúde no capitalismo periférico brasileiro; políticas de saúde nas cidades e regiões brasileiras; o SUS sob (permanente) ataque; a pandemia do novo coronavírus e suas consequências no território; o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus nas cidades e regiões brasileiras; a ciência e as práticas comunitárias tradicionais nas estratégias de prevenção e cura.

Ementa: Nesta ST serão tratadas as estratégias de enfrentamento da crise sanitária em escala urbana e regional. Se bem que a pandemia do novo coronavírus venha tendo repercussões em escala planetária como nenhum outro evento similar, situações similares, mas, em graus mais reduzidos, ocorreram em épocas anteriores. No caso presente, a crise instalada no início de 2020 e, aparentemente, distante de uma solução idêntica a experimentada quando de crises similares anteriores, levanta questões que não se restringem ao mágico momento de controle da pandemia. As evidências disponíveis associam o início e a propagação do vírus com concentração e confinamento de animais para o abate e a industrialização de alimentos. Há outras causas à vista? Como enfrentá-las? As evidências também indicam que governos, em diversos níveis, têm promovido desinformação e adotado estratégias cientificamente não comprovadas de combate à crise sanitária. Que efeitos, ademais do aumento de infecções e óbitos evitáveis, podem ser atribuídos a iniciativas consideradas inadequadas? E, por fim, as evidências ainda apontam que os grupos sociais mais vulneráveis têm sido os mais prejudicados pelas políticas públicas de (mal) enfrentamento da pandemia. Como priorizar as/os socialmente mais vulneráveis em face das circunstâncias sanitárias e político-institucionais vigentes? Como a crise se manifesta nas escalas da cidade e da região?

A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA COMO CHAVE DE LEITURA PARA A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Simone Affonso da Silva (Universidade Federal de Alagoas - UFAL) - simone.silva@igdem.ufal.br

Um breve olhar sobre a pandemia de covid-19 no Brasil nos mostra a concentração de casos e óbitos nas áreas com maior densidade demográfica, havendo certa correlação com a rede urbana e com os fluxos que a animam. Mas, seriam esses os principais elementos explicativos da distribuição de casos e óbitos no território nacional? O Brasil possui grande diversidade e heterogeneidade de características naturais e humanas, que, aliadas às desigualdades socioespaciais decorrentes do processo

de ocupação e uso do território, culminaram numa configuração espacial bastante complexa. Logo, a própria configuração espacial brasileira seria um dos vetores que influenciam a dinâmica territorial da pandemia de covid-19 face às desigualdades regionais, destacando-se aspectos demográficos, socioeconômicos e políticos. Para chegar a tais conclusões, a pesquisa utilizou como metodologia: i) análise bibliográfica e documental, em especial as discussões sobre os determinantes sociais da saúde e sobre as desigualdades regionais; ii) análise espacial, a partir de mapas, gráficos, tabelas e figuras que permitiram vislumbrar as disparidades regionais.

A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: EQUIDADE, INTERSECCIONALIDADE E RACISMO ESTRUTURAL

Jucélia de Oliveira (Universidade Federal do ABC) - oliveirajucelia250@gmail.com

O artigo analisa como as desigualdades étnico-raciais contribuem para as inequidades na saúde da população negra, considerando os determinantes sociais da saúde, a interseccionalidade e o racismo em tempos de pandemia de COVID-19 no país. Fatores como a injustiça social e as desigualdades sociais no âmbito do trabalho, de educação, de acesso adequado aos meios de transporte, de moradia e de bens e equipamentos de saúde reforçam a necessidade de análise de questões de étnico-raciais para entendermos até onde permanecem as inequidades, cuja relação pode auxiliar na ampliação das políticas públicas de saúde para este grupo populacional. A abordagem da interseccionalidade inaugura uma nova vertente teórico-metodológica ao analisar a complexidade de um fator social da diferença de indivíduo sobre o outro.

AGRICULTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VULNERABILIDADE SOCIAL

Julia Azevedo Gava (UFES) - julia.gava@edu.ufes.br
Liziane de Oliveira Jorge (UFES) - lizianej@gmail.com
Marcela Alves de Almeida (UFES) - marcela.almeida@ufes.br

A pandemia da Covid-19 agravou a desigualdade social no Brasil e impulsionou o aumento da Insegurança Alimentar que atingiu, em 2021, mais da metade da população. Apesar desse contexto dramático, o Brasil ocupa o topo do ranking mundial de produção e exportação de soja e carne bovina, condição que não minimiza os problemas enunciados. Este artigo apresenta a agricultura urbana e periurbana como uma tecnologia social estratégica para o enfrentamento da vulnerabilidade social. À luz de uma abordagem teórica e estatística, o trabalho problematiza esse fenômeno e apresenta um ensaio projetual de um equipamento comunitário multifuncional que integra agricultura urbana e cozinha comunitária, em área de vulnerabilidade socioespacial localizada na Grande Vitória. Compreende a apresentação e a contextualização do estudo de caso e apresentação de um projeto

como resposta prática ao problema exposto. Vislumbra a utopia de uma cidade inclusiva, gestada na justiça social e na equidade territorial.

ANÁLISE DE DADOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DAS AMBULÂNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ ANTES E DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NA CIDADE DE CURITIBA-PR

Rafael Commim Busatto (Universidade Tecnológica Federal do Para) - rafael_busatto@yahoo.com.br

Christian Carlos Souza Mendes (Universidade Tecnológica Federal do Para) - ccsm@utfpr.edu.br

Rogério Allon Duenhas Correio (Universidade Tecnológica Federal do Para) - rogerioduenhas@utfpr.edu.br

Ana Paula Myszczyk (Universidade Tecnológica Federal do Para) - anap@utfpr.edu.br

O objetivo deste artigo é apresentar uma consolidação dos dados referentes aos atendimentos pré-hospitalares realizados pelos serviços de atendimento de trauma e emergência no município de Curitiba, entre os anos de 2019 e 2020. A capital do Estado do Paraná, assim como outras grandes metrópoles, tem um elevado número de ocorrências envolvendo o atendimento pré-hospitalar. Desta forma o Corpo de Bombeiros do Estado Paraná, representado pelo 1º, 6º e 7º Grupamentos, provem suporte e assistência para todo o município. Este estudo busca realizar o levantamento comparativo do perfil e quantidade de atendimentos ocorridos antes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e durante seu enfrentamento, possibilitando a identificação de alguns dos principais indicadores como: quantidade de atendimento, regiões dos atendimentos, tipos de atendimentos e sua relação com o isolamento social vigente no município. O número de atendimentos realizados durante o ano de 2020 é algo a ser considerado, pois aproximadamente 36% da quantidade de atendimentos foi reduzida, mas tendo um aumento nos atendimentos relacionados as agressões e outros tipos vinculados a problemas domésticos. São disponibilizadas propostas para utilização dos dados gerados e ao final deste artigo são apresentadas as informações que poderão auxiliar a gestão pública em sua tomada de decisões, provendo a melhoria nas políticas públicas.

AS CONFIGURAÇÕES FÍSICAS DO ESPAÇO PÚBLICO DE MANHUAÇU-MG E AS IMPLICAÇÕES NA MANUTENÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA OMS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Amanda Santos Vargas (Centro Universitário UNIFACIG) - amanda.vargas@ufv.br

Juliana Varejão Giese (Universidade Federal de Viçosa) - varejaaj@gmail.com

Luciana Bosco e Silva (Universidade Federal de Viçosa) - luciana.bosco@ufv.br

A pandemia de COVID-19 resultou em um longo período de adequações no cotidiano urbano para conter a transmissão do vírus. A partir de um estudo de caso da área central da cidade de Manhuaçu-MG, o objetivo deste trabalho foi verificar se as características físicas das calçadas existentes permitiram o cumprimento das recomendações sanitárias de distanciamento social durante a pandemia de COVID-19. Com a caminhabilidade como fio condutor da análise, foram feitos levantamentos físicos através de Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT) pelo trecho estudado, além de utilizada a metodologia do safári urbano para avaliação qualitativa. Com a pesquisa, concluiu-se que o espaço público existente na cidade de Manhuaçu, viabilizou o cumprimento das recomendações sanitárias parcialmente no trecho analisado e que contou com a iniciativa do comércio local para tal. Considera-se, por fim, que o uso do espaço público durante a pandemia ressaltou questões já consolidadas para além das novas demandas.

CIDADE, CRIME E COVID-19: DEBATE ACADÊMICO-CIENTÍFICO SOBRE VIOLÊNCIA URBANA DURANTE A PANDEMIA

Victor Augusto Bosquilha Abade (Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana) - victorabade92@gmail.com

Lariza Aparecida de Castro (Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana) - lariza.castro@gmail.com

Letícia Peret Antunes Hardt (Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana) - l.hardt@pucpr.br

Carlos Hardt (Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana) - c.hardt@pucpr.be

As restrições de caráter epidemiológico impostas pela atual pandemia submeteram as urbes contemporâneas a variadas alterações comportamentais e socioeconômicas, com impactos sobre diversos campos do conhecimento, dentre os quais se destaca o da violência urbana. Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho é analisar o seu debate acadêmico-científico durante o período pandêmico, adotando-se, como principal instrumento metodológico, a revisão sistemática de artigos de periódicos selecionados em dois portais, um de âmbito internacional e outro direcionado ao contexto latino-americano. Os principais resultados são enquadrados em categorias teórico-temáticas e contextos geográfico-urbanísticos de distribuição dos estudos de caso, quando cabível. Como uma das principais conclusões, aponta-se, ao lado de limitações da investigação e de contribuições para pesquisas futuras, a necessidade de aprofundamento do assunto sob o enfoque dos processos de planejamento e gestão de cidades.

DESAFIOS URBANO-REGIONAIS CONTEMPORÂNEOS E CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: PANDEMIA EM LISBOA E PORTO ALEGRE

Giovana Goretti Feijó de Almeida (Pontifícia Universidade Católica do Para) - goretti.giovana@gmail.com

Denis Alcides Rezende (Pontifícia Universidade Católica do Para)
- denis.rezende@pucpr.br>

A pandemia vigente ultrapassou globalmente o impacto na área da saúde, estendendo-se à outras áreas em múltiplas escalas. O objetivo é analisar a pandemia Covid-19 e as relações com os subprojetos de cidade digital estratégica no contexto urbano-regional. A metodologia da pesquisa utilizou o estudo de casos múltiplos em Lisboa/Portugal e Porto Alegre/Brasil, empregando um protocolo de nove variáveis. Os resultados evidenciaram a importância do repensar estratégico e articulado das cidades ancorado em políticas públicas efetivas. A conclusão confirmou a existência de relações entre o Covid-19 e os subprojetos de cidade digital estratégica. Há muitos desafios no que tange à gestão municipal no enfrentamento às crises emergenciais. A reflexão proposta, a partir da perspectiva dos subprojetos de cidade digital estratégica, possibilita o alargamento dessa compreensão para as cidades no século XXI.

FIQUE EM (QUÊ) CASA? REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO DIREITO À MORADIA

Millena Ribeiro dos Reis (Universidade Federal do Paraná) - millenareis@ufpr.br

Raul de Oliveira Gradovski (Fundação Escola Superior do Ministério P) - rauldeoli4@gmail.com

Com o impacto pandêmico da COVID-19, diretrizes de combate ao vírus, como o isolamento social, foram adotadas no Brasil, afetando diretamente o direito à moradia. A realidade de muitos brasileiros, que herdaram o problema histórico advindo da colonização e distribuição desigual de terras, é a busca pela moradia informal. Diante de cenários de calamidade sanitária, tornou-se mais visível a dificuldade do Estado em garantir o direito à moradia e a função social da propriedade. Durante a Gripe Espanhola, políticas públicas higienistas foram implementadas para reduzir o impacto econômico, mas pouco se debruçavam sobre a dignidade humana. Diante disso, esta pesquisa qualitativa, dotada de levantamento histórico e teórico acerca das crises sanitárias brasileiras, comparado a dados e legislações recentes, procura demonstrar as políticas públicas de enfrentamento à COVID-19 sob a ótica do direito à moradia, bem como suas contradições no que se refere às ações de despejo e reintegração de posse.

GESTÃO CRIATIVA DOS RECURSOS DA LEI ALDIR BLANC: A EXPERIÊNCIA DA ETAPA DO ABRAÃO - ILHA GRANDE/RJ

Thássia Andryna Silva de Paula (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - thassia_andryna@ufrj.br

Lamounier Erthal Villela (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - lamounier.erthal@gmail.com

Alexandra Vasconcelos Campos (Coletivo Educação Solidária) - alexandra.ilhagrande@gmail.com

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento (Universidade Federal Rural do Rio de Jan) - ca.sarmento@gmail.com

Em 2019 iniciou a pandemia da COVID-19 e foi decretado como estado de calamidade pública. Em 2020 foi publicada a lei Aldir Blanc que dispõe sobre as ações emergenciais ao setor cultural. Este artigo tem como objetivo de analisar a experiência ocorrida no Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária da Costa Verde/RJ, a partir da rede de solidariedade orgânica territorial, sob a ótica da economia solidária e da gestão social, conforme o edital que versa sobre a retomada cultural e a criação do Comitê de Cultura Popular e Economia Solidária. Logo nosso foco foi avaliar como a redes solidárias na Costa Verde/RJ contribuí para o desenvolvimento local e orgânico do movimento do EcoSol no território do Abraão/ Ilha Grande – Angra dos Reis/RJ. O Comitê intenta o controle social e as práticas sustentáveis sobre o território em análise. Observa-se em consonância a esta lei que as redes de extensão universitária, como o Observatório Territorial da BIG entre outros que buscam a ampliação da participação social e as potencialidades do desenvolvimento endógeno e cultura popular. A experiência sugere que a participação social é um elemento chave e uma variável dinâmica, com alto grau de notoriedade para o desenvolvimento local.

HABITA CHAPECÓ: ATHIS COMO POLÍTICA PÚBLICA PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO ÀS CRISES SANITÁRIAS

Nathália Sander (Universidade Federal de Santa Catarina) - arq.nathaliasander@gmail.com

Natália Sagaz (Universidade Federal de Santa Catarina) - natalia.sagaz30@gmail.com

Thayse Menezes Reis (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - arq.thaysereis@gmail.com

Mariana Panzera (Universidade Federal de Santa Catarina) - panzeramariana@gmail.com

Este artigo apresenta o projeto Habita Chapecó, que argumenta sobre a implementação da ATHIS como uma política pública de enfrentamento das crises sanitárias na escala urbana. Apresenta-se a pesquisa intitulada “Diretrizes para Implementação de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) no município catarinense de Chapecó”, desenvolvido em 2020, dentro do contexto da pandemia de COVID-19. O projeto evidencia a necessidade de moradia digna, com saneamento básico, boa circulação e ventilação como uma das formas de enfrentamento de crises sanitárias. Debatendo, a seguir, sobre como a crise da COVID-19 se manifestou territorialmente na cidade de Chapecó, comprovando as consequências para a população socialmente mais vulnerável em face das circunstâncias sanitárias e político-institucionais do município. E, por fim, reforçando a importância da implementação de ATHIS como uma alternativa de promoção de saúde e do direito à moradia.

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM ANANÁS (TO), ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021

Maria Marciane Costa da Silva (Universidade Federal do Tocantins) - marciensilva.geo@gmail.com
Thelma Pontes Borges (Universidade Federal do Tocantins) - thelmapontes@uft.edu.br
Adimilson Renato da Silva (Instituto Federal do Tocantins) - adimilson.silva@ifto.edu.br

O presente trabalho tem como objetivo descrever os efeitos da pandemia da Covid-19 na produção de hortaliças em Ananás (TO), nesse sentido, discute as circunstâncias dessa pandemia no Brasil, no Tocantins e nessa cidade, registrando as impressões dos agricultores urbanos sobre a produção de hortaliças no período de 2020, quando surge o primeiro caso positivo do coronavírus no estado do Tocantins, e em 2021 com o aumento dos casos e início da vacinação. Este trabalho enfatiza a ação governamental que privilegiou a economia durante esse contexto e demonstra alguns desafios que os agricultores urbanos de Ananás (TO) enfrentaram, bem como o medo, o aumento do preço dos insumos e das hortaliças, e a necessidade de políticas públicas para os mesmos diante da pandemia.

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PANDEMIA DE COVID 19 NA CIDADE DE SÃO PAULO NA VISÃO DOS MUNICÍPIOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Daniela Belchior Brito (Universidade Nove de Julho) - daniela.belchior@gmail.com
João Alexandre Paschoalin Filho (Universidade Nove de Julho) - paschoalinfilho@yahoo.com
John Fredy López-Pérez (Universidad de Medellín) - fredy.lopez@utp.edu.co
António José Guerner Dias (Universidade do Porto) - agdias@fc.up.pt

A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou o estado de pandemia global devido à COVID-19 em 11 de março de 2020, causando, até 30 de novembro de 2021, 262.312.703 contaminados e 5.211.147 de mortos conforme o portal 'online' do John Hopkins Coronavirus Research Center (2021). Neste contexto, esta pesquisa objetiva evidenciar aspectos sociais, econômicos, políticos e cotidianos que estão sendo influenciados pela pandemia, de modo a indicar tendências e necessidades no planejamento urbano das cidades. Dessa forma, foram conduzidas entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados, desenvolvidos com base em ampla literatura. O objeto de estudos desta pesquisa foi a cidade de São Paulo/SP, por consistir no mais centro urbano do país. A opinião da população entrevistada é que o governo, em todas as áreas, tem desempenhado seu papel de forma insatisfatória. Os entrevistados também demonstram preocupação com a economia do país e destacaram a situação preocupante das atividades produtivas.

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E A DESPROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ESTADO DA PARAÍBA DURANTE A PANDEMIA- COVID-19

Mylena Susan Silva Miranda (Universidade Estadual da Paraíba) - mylena.miranda@aluno.uepb.edu.br
Tiago Almeida de Oliveira (Universidade Estadual da Paraíba) - tadolive@servidor.uepb.edu.br
Ellane de Lima Sousa (Universidade Estadual da Paraíba) - ellane.sousa@aluno.uepb.edu.br

O interesse de várias áreas do conhecimento pelos estudos do mercado de trabalho tem variado ao sabor dos desafios postos por distintas conjunturas históricas. Nesse sentido, nessa atual circunstância na qual está vivendo o país de crise política e econômica, agravado pelo contexto da pandemia, o fato é que esse processo desencadeou cerca de milhares de desempregados, que correm contra o tempo em busca de afastar a dura crise. Uma grande parte desse público se vê em um cenário onde a sobrevivência pode ser encontrada por meio de atividades empreendedoras. Diante desse paradigma, o trabalho que se pretende empreender, tem por objetivo analisar o empreendedorismo durante a pandemia, a saída da zona de conforto devido à necessidade, a partir da formalização do Microempreendedor Individual por meio da instituição desta política pública, e a repercussão no contexto da pandemia no estado da Paraíba, para isso, optou-se por fazer uma revisão bibliográfica.

MOBILIDADE URBANA SAUDÁVEL - COMPREENDER A INFLUÊNCIA DO TRANSPORTE URBANO NA SAÚDE: ENSAIO SOBRE MODELOS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO À SAÚDE PARA PORTO ALEGRE/RS

Giovani Longo Rosa (UFRGS) - giovani.rosa@ufrgs.br
Júlio Celso Borello Vargas (UFRGS) - julio.celso@ufrgs.br

O padrão de transporte urbano no Brasil, em grande parte baseado no automóvel, traz inegáveis impactos negativos sobre a saúde populacional. As chamadas "avaliações de impactos à saúde" (AIS) procuram quantificar a mortalidade e os custos gerados pelos acidentes, poluição do ar e sonora, falta de atividade física, formação de ilhas de calor e redução de áreas verdes urbanas. O objetivo do artigo é analisar criticamente os modelos e verificar a viabilidade deste tipo de avaliação no Brasil a partir de uma aplicação-piloto em Porto Alegre/RS. Para isso, realizamos uma revisão sistemática de literatura e identificamos os principais modelos utilizados internacionalmente (HEAT, ITHIM/TAPAS e UTOPIA); em seguida, listamos os dados necessários e suas potenciais fontes em Porto Alegre e, por fim, realizamos uma aplicação-piloto calculando os custos da falta de atividade física na rotina da população, tanto como deslocamento como a lazer. Os resultados mostram que todos os modelos são viáveis e apontam uma redução de mortalidade de cerca de 163 óbitos e uma economia de R\$ 385.080.654,00 a R\$

509.433.746,83 se atendidas as recomendações de mobilidade ativa para a população da cidade entre 20 e 64 anos.

O IMPACTO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL NA PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO NA AMAZÔNIA E REGIÃO SUDESTE

Áurea Dayse Cosmo da Silva (UFV) - aurea.silva@ufv.br
 Helen Ribeiro Rodrigues (UFV) - helenrr.au@gmail.com
 Teresa Cristina de Almeida Faria (UFV) - tcfaria.au@gmail.com

A pandemia do novo coronavírus se apresenta como um desafio, sobretudo nos setores da saúde e da economia. Este trabalho busca entender como as dinâmicas e políticas regionais do Norte e Sudeste influenciaram no padrão de disseminação e combate da doença, bem como os impactos da Covid-19 nestas regiões, já que apresentam disparidades regionais devido às políticas que determinaram a sua forma de uso e ocupação. Foram realizados revisão sistemática de literatura e levantamento de dados secundários em base de dados públicas para identificar as principais medidas de enfrentamento adotadas. Através do desenvolvimento deste trabalho observou-se que os padrões de políticas de enfrentamento à pandemia no Brasil só reforçaram as desigualdades regionais do país. Isso ficou notório na discussão sobre infraestrutura presente nas regiões estudadas, evidenciando a falta de recursos do sistema de saúde, em especial na região Norte, e a atuação contraditória e desarticulada de diversos entes políticos.

O TRANSPORTE PÚBLICO E A COVID-19 UM DEBATE ENTRE A CIDADE DE SÃO PAULO E ARACAJU - SE

Matheus dos Santos (Universidade Federal de Alagoas) - matheusdossantos_arq@hotmail.com
 Débora de Barros Cavalcanti Fonseca (Universidade Federal de Alagoas) - debora_cavalcanti@hotmail.com

Este artigo visa debater sobre a mobilidade urbana, especialmente o transporte público durante a pandemia da Covid-19 no espaço urbano da maior e menor capital do Brasil, São Paulo e Aracaju, respectivamente. A pandemia realçou as problemáticas existentes na mobilidade urbana brasileira, dentre elas, inclui-se o transporte público, um aspecto vital para o funcionamento urbano e acesso aos benefícios da vida nas cidades. As aglomerações nos pontos de embarque e desembarque, superlotações dentro dos ônibus, a longa duração das viagens, a ventilação natural e higienização inadequada, o alto valor tarifário foram alguns dos problemas que escancararam a precariedade da mobilidade urbana brasileira, que dentro do contexto pandêmico representou um risco e exposição desigual para aquela parcela da população mais pobre e periférica que não teve o privilégio de se resguardar em seus domicílios em segurança, sendo obrigados a continuar os deslocamentos diários pela cidade para manter seu emprego e renda familiar.

O “ISOLAMENTO SOCIAL” DOS POBRES URBANOS: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM TEMPOS DE COVID-19

Andriele da Silva Panosso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - andrielep@gmail.com

Este trabalho constitui um exercício de reflexão acerca do território a partir de um tema relacionado ao projeto de pesquisa de tese sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas condições de trabalho e habitação da população. Levanta-se a discussão sobre lugar e cotidiano, a partir do evento da pandemia, na Favela de Paraisópolis, localizada em São Paulo, que a partir da articulação de moradores, vêm realizando o enfrentamento da pandemia autonomamente, frente à pouca presença do Estado no território e no auxílio das famílias. Questiona-se se o isolamento social imposto pela pandemia reforça a segregação socioespacial da população de Paraisópolis, já isolada em tantos aspectos. São resgatados os conceitos de fato social total para demonstrar a importância e a relevância do fenômeno da pandemia; de lugar e cotidiano para elaborar a ideia da influência sociocultural no território; e de fragmentação e segregação urbana, principalmente a partir das noções de que a segregação social se relaciona com o estreitamento de laços de sociabilidade nos ambientes de trabalho, residencial e de educação, podendo funcionar como um agravante ou um atenuante no isolamento social que os pobres urbanos estão sujeitos. Verifica-se que no contexto do isolamento social imposto pela pandemia, o isolamento da população da favela em relação ao núcleo da ordem vigente possivelmente se agrava, aumentando as distâncias sociais entre pobres e não pobres.

OS CIDADÃOS “INVISÍVEIS” EXPOSTOS PELA PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Victor Hugo-Pereira (Universidade Tecnológica Federal do Para) - vpereira@alunos.utfpr.edu.br
 Alexandra Patricia Albareda (Universidade Tecnológica Federal do Para) - alexandra.albareda@gmail.com
 Rogério Allon Duenhas (Universidade Tecnológica Federal do Para) - rogerioduenhas@utfpr.edu.br
 Hilda Alberton de Carvalho (Universidade Tecnológica Federal do Para) - hilda@utfpr.edu.br

As medidas de combate ao Covid-19 como a quarentena e isolamento social trouxeram efeitos colaterais como desemprego e queda da renda da população vulnerável. No Brasil foi instituído o Auxílio Emergencial, uma renda básica para a população carente durante o período mais agudo da pandemia. As solicitações foram superiores às expectativas, demonstrando que parcela da população estava às margens das políticas sociais. Esta revisão sistemática visa identificar os principais artigos que abordaram a temática sobre esses cidadãos invisíveis às políticas públicas brasileiras durante a pandemia. 20 artigos foram agrupados em quatro temáticas: medidas de proteção social e econômicas

adotadas; implicações da pandemia na segurança alimentar e nutricional; discussões sobre a transferência de renda, assistência social e as desigualdades evidenciadas pela pandemia e; dilemas morais enfrentados pelo poder público na pandemia. A análise dos artigos evidenciou as dificuldades do poder público em identificar e alcançar esses cidadãos invisíveis com medidas socioeconômicas.

OS USOS DOS TERRITÓRIOS NAS CIDADES PEQUENAS E O PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS: UMA PERSPECTIVA DE ESTUDO

Ronaldo Ramos Pinto (Universidade Federal de São Carlos-campu) - ronaldoramos@estudante.ufscar.br

Edelci Nunes da Silva (Universidade Federal de São Carlos) - enunes@ufscar.br

O trabalho buscou entender a inter-relação dos usos do território e o perfil epidemiológico de crianças de 0 a 4 em duas cidades pequenas (Buri-SP e Alumínio-SP) do Departamento Regional de Saúde de Sorocaba de 2008 a 2018. A heterogeneidade das cidades pequenas é foco do estudo, como uma perspectiva inicial de análise da produção de saúde/doença nessas escalas. Utilizou-se do método comparativo entre os dados de internação dos dois municípios, recolhidos na plataforma DATASUS. A análise dos dois municípios evidenciou um perfil epidemiológico diferenciado, pois Alumínio apresentou as malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas na terceira colocação, diferente do município de Buri, que os dados apontam as doenças do aparelho respiratório, as afecções no período perinatal e as doenças infecciosas e parasitárias como maiores responsáveis pelas internações hospitalares respectivamente, doenças essas que podem ter influência dos usos do território desempenhados nesses locais.

OS "INVISÍVEIS" EXPOSTOS PELA PANDEMIA: UMA ANÁLISE DO AUXÍLIO EMERGENCIAL NO PARANÁ

Alexandra Albareda (UTFPR) - alexandra.albareda@gmail.com

Victor Hugo-Pereira (UTFPR) - vpereira@alunos.utfpr.edu.br

Rogério Allon Duenhas (UTFPR) - rogerioduenhas@utfpr.edu.br

Ricardo Lobato Torres (UFPR) - ricardotorres@ufpr.br

A pandemia de COVID-19 obrigou as autoridades mundiais a tomarem medidas sanitárias de contenção do vírus causador da doença, tais como fechamento de fronteiras, isolamento geográfico e distanciamento social. Para redução da transmissibilidade da doença, os serviços e atividades considerados não essenciais foram restringidos ou paralisados, acarretando no aumento do desemprego e da vulnerabilidade socioeconômica da população. Diante da situação de calamidade, o Governo Federal criou o Auxílio Emergencial (AE) como política de proteção social aos grupos diretamente afetados pelas medidas restritivas. Superando as previsões iniciais, foram aprovados 59 milhões de AE, evidenciando que havia um

contingente de cidadãos invisíveis às políticas governamentais, ou seja, pessoas que não estavam cadastradas em nenhum programa social. Assim, considerando a relevância social dessa constatação, objetivou-se com este trabalho determinar o quantitativo de cidadãos invisíveis expostos em virtude do cadastro para recebimento do auxílio emergencial, delimitando a análise ao estado do Paraná. Para tal, foi usada uma metodologia de estudos mistos, por meio de análise qualitativa e quantitativa de dados, de maneira a prover informações que possam subsidiar novos estudos sobre o assunto. Extrapolando o objetivo inicial, foi efetuada uma análise dos dados quantitativos para buscar identificar possíveis causas do número de cidadãos invisíveis evidenciado. Assim, foi realizado um teste de normalidade de Shapiro-Wilk e uma correlação de Spearman, permitindo inferir uma relação causal entre o IDH-R dos municípios paranaenses e o número de cidadãos que recorreram ao AE. Por fim, sugere-se que, em virtude de problemas estruturais e falta de orçamento, o sistema de proteção assistencial é falho e carece de maiores estudos e pesquisas que apontem efetivamente a população que necessita acessar aos benefícios sociais existentes.

PANDEMIA E DESIGUALDADE: NOTAS SOBRE AS REPERCUSSÕES DA COVID-19 NA CIDADE DE NITERÓI, RJ, NO CONTEXTO DOS CONFLITOS POR MORADIA

Glauco Bienenstein - gb@id.uff.br

Ana Clara Aguiar Maciel (Universidade Federal Fluminense) - anaclaraaguiarmaciel@id.uff.br

Yasmin Machado Oliveira (Universidade Federal Fluminense) - yasminmachadooliveira@hotmail.com

Daniel Mendes Mesquita de Sousa (Universidade Federal Fluminense) - danielmendesms@yahoo.com.br

Indiscutivelmente, a pandemia da Covid-19 tem afetado as cidades brasileiras de forma desigual, explicitando estrangulamentos nas suas dimensões política, econômica, urbanística e habitacional. Este artigo discute o caso da cidade de Niterói, RJ, que apesar de ter sido contemplada com premiações internacionais, apresenta consideráveis desigualdades socioespaciais, em especial no que se refere aos conflitos e ao acesso à moradia de qualidade para um expressivo contingente da população. Tal iniciativa é realizada a partir da apresentação dos primeiros resultados oriundos de pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, NEPHU/PROEX/UFF, sobre os impactos da pandemia em territórios populares, ou seja, nas áreas ocupadas por grupos sociais subalternizados, por meio da apresentação do caso do bairro de Jurujuba, analisando as condições de moradia e de proliferação da pandemia. A reflexão busca tornar visíveis as demandas urgentes de grande parte do grupo-alvo objeto da pesquisa.

PANDEMIA E HABITAÇÃO: UMA ANÁLISE ESPACIAL EM FORTALEZA

Clarissa Salomoni de Menezes (Centro Universitário Christus) - clarissasalomoni@gmail.com
 Lorena Peixoto Nunes Cordeiro (Centro Universitário Christus) - lorenapeixoto87@gmail.com
 Victória Maria Barreto de Brito (Centro Universitário Christus) - victoriabarretodb@gmail.com

Esse artigo se insere no contexto de estudos que avaliam a capacidade de resposta das cidades frente as recomendações preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para o combate ao Corona vírus. Essas ações são relativas aos cuidados básicos de higiene, a capacidade de isolamento e distanciamento social, fatores ainda necessários mesmo com o avanço da vacinação. Todas as três recomendações atravessam a questão da moradia, e por este motivo, situam a habitação em um assunto de saúde pública e direito à vida. Para realizar essa avaliação, fez-se uso de análises espaciais considerando os maiores problemas habitacionais de Fortaleza. A pesquisa produz dados e os georreferência na busca de realizar uma avaliação a partir de indicadores do déficit habitacional e dos dados da secretaria de saúde de Fortaleza. As variáveis utilizadas se concentram nas questões de coabitação, saneamento e ônus excessivo de aluguel. A partir dos mapeamentos, o artigo busca discutir os resultados e aponta para a urgência de um Estado que articule políticas de saúde associadas às questões territoriais, as quais incluem a questão da moradia.

PEQUENAS CIDADES E REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NA SERRA GAÚCHA/RS: UM ESTUDO A PARTIR DA REDE URBANA

Luise Tainá Dalla Libera (PROPUR/UFRGS) - luisedallalibera@gmail.com
 Nicolas Billig de Giacometti (PROPUR/UFRGS) - nbgiacometti@gmail.com
 Heleniza Avila Campos (PROPUR/UFRGS) - heleniza.campos@gmail.com

Discute-se a relação entre a localização das pequenas cidades que compõem um recorte na rede urbana e a regionalização da política setorial da saúde. A região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra Gaúcha (COREDE Serra) apresenta-se como estudo de caso, dada sua importância econômica para o Rio Grande do Sul e sua proximidade à Região Metropolitana de Porto Alegre e outras regiões no Norte do Estado. A análise centra-se em dois conceitos relevantes para os estudos urbanos e regionais, embora pouco tratado na literatura científico-acadêmica: as relações entre a população das pequenas cidades da região e a distribuição regional dos serviços de saúde. Utilizou-se dados de saúde apresentados pela REGIC 2018 e os dados relativos à evolução da Covid-19 na região. Os cruzamentos permitiram identificar diferentes papéis de intermediação das pequenas cidades que operam no espaço regional, bem como a adequação da distribuição do sistema de saúde.

PLANEJAMENTO EM SAÚDE E A PANDEMIA DA COVID-19 NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE REGIONALIZADA DO CONTEXTO PRÉ-PANDÊMICO PARA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE

Raquel Maria da Costa Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - raquelmcsilveira@hotmail.com
 Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - flavio.carneiro.010@ufrn.edu.br

A pesquisa objetivou compreender como o contexto de planejamento e gestão regionalizada da política de saúde no estado do Rio Grande do Norte (RN), anterior ao contexto de pandemia da Covid-19, refletiu-se em conflitos que potencializaram a complexidade da gestão da crise sanitária. Foi realizada análise regionalizada, a partir de estratégias múltiplas. Foram analisados dados quantitativos do DigiSUS, sobre planejamento da saúde nos 167 municípios do RN, propondo-se indicador denominado "nível de cumprimento da expectativa de planejamento". Adicionalmente, a fim de compreender o reflexo do contexto encontrado, foram analisadas demandas judiciais relativas à saúde entre março e agosto de 2020.

REFLEXÕES SOBRE CENTRO, CENTRALIDADE, DIVERSIDADE E SERVIÇOS DE SAÚDE

Nathália Canêdo de Lima Silva (Unifesspa) - arqnathaliacanedo@gmail.com

Esse artigo busca trazer uma aproximação entre os estudos urbanos e regionais e a localização dos serviços de saúde brasileiros como forma de contribuir nos estudos que relacionam saúde e território. Os serviços de saúde são importantes equipamentos urbanos formadores de centralidades urbanas que impactam e são impactados pelas configurações de redes de cidades espaço intraurbano. Analisar a questão da saúde brasileira através de uma leitura urbano-regional permita apreender novos ângulos para a produção de políticas de saúde e de políticas urbanas e regionais que podem inclusive servir como base para lidar com o futuro pós-pandêmico. O artigo está dividido na introdução e mais três seções. Na segunda seção discutem-se brevemente os conceitos de centro e centralidade e diversidade urbanos. Na terceira seção trata-se de uma caracterização dos serviços de saúde. Na última seção trata-se das conexões e relações entre esses conceitos.

ST09. Extensão universitária e planejamento urbano e regional

Comissão Científica: Luciana Butzke (FURB), Cidonea Machado Deponti (UNISC), Henrique Tahan Novaes (UNESP)

Temas: as múltiplas relações entre universidade e sociedade; os problemas da sociedade e as respostas da universidade; experiências exitosas de aproximação entre a universidade e a sociedade; a reforma de Córdoba de 1918 e a extensão universitária contemporânea; o 'lugar' da extensão na universidade brasileira; problemas de financiamento da extensão universitária; a extensão universitária no Brasil e na América Latina em tempos de crise sanitária e política.

Ementa: Nesta ST serão tratadas as relações entre a universidade e a sociedade em escala urbana e regional. Se, historicamente, a educação superior se firmou como espaço de transmissão de conhecimento e, assim, se disseminou em escala planetária, nos últimos dois séculos ela se converteria, também, em espaço de produção de conhecimento. A novidade especificamente periférica é que a universidade se abre para o entorno. Com efeito, desde o início do século XX, pode-se falar de extensão graças à Reforma de Córdoba – o que altera com profundidade a relação entre a universidade e a sociedade. No caso brasileiro, a primeira universidade nasce apenas nos anos 1930 – quando o tripé ensino-pesquisa-extensão já se consolidava. A espetacular expansão da educação superior no país (inicialmente, pelas capitais, mais recentemente, pelo interior) passou a dar-se com as três 'funções' – a produção do conhecimento, a sua disseminação e o seu comprometimento com demandas concretas da sociedade – devidamente assentadas. O desafio posto para a universidade brasileira nesta quadra da história, marcada por grave crise sanitária e política, está em ultrapassar os muros que a separam da sociedade e debater problemas e encaminhar respostas, sobretudo, com/para os grupos sociais mais frágeis.

A ÉTICA NO PACTO TERRITORIAL PELA SUSTENTABILIDADE NA ILHA GRANDE/RJ, USO E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

Patrick Maurice Maury (PEPEDT/UFRRJ) - patrick.maury@uol.com.br
 Diná Andrade Lima Ramos (DECEX/ITR/UFRRJ.) - dinalr@ufrj.br
 Alexandra Vasconcelos Campos (Coletivo Educação Solidária) - alexandra.ilhagrande@gmail.com
 Victor Celestino Vieira (DECE/ICSA/UFRRJ) - victorvieira@ufrj.br / celestinovieira05.03@gmail.com

Os autores do artigo discutem ética e desenvolvimento sustentável. O campo analisado é a relação entre um projeto de extensão universitária da UFRRJ, um movimento comunitário na Ilha Grande/RJ e outros integrantes do Colegiado Territorial da Baía da Ilha Grande (BIG), envolvidos na construção de um pacto

para a sustentabilidade do Território Rural da BIG. A linha teórica metodológica está baseada no conceito de ética definido por Chauí (1993). Particularmente, a ruptura que a autora aponta entre as representações imanentes e transcendentais. Tem-se como suposição que existe analogia entre estas representações e os padrões de organização social, tradicional e moderna. A questão da ética no desenvolvimento aponta para três linhas a emancipação: a superação do marco da bioética nas ciências sociais, o território, como unidade de produção de saberes e o protagonismo dos agentes da sustentabilidade do território a partir de seu efetivo potencial de influência.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A LUTA PELO DIREITO À CIDADE NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NATAL

Ruth Maria da Costa Ataíde (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - rataide_58@hotmail.com
 Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - ericah.guima@gmail.com
 Sarah Andrade de Andrade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - sarah.andrade@ufrn.br
 Rodrigo Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - rdrg.silva94@gmail.com

Este artigo discute a atuação do Fórum Direito à Cidade, projeto de extensão universitária dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e articulação acadêmica-popular que representa uma das únicas vozes críticas às narrativas do Poder Público e de setores do mercado imobiliário no atual processo de revisão do Plano Diretor de Natal (2017 – dias atuais). O pano de fundo da análise são as formas de resistência e disputa pela construção de uma cidade justa e o lugar da participação social, sobretudo, durante a pandemia da Covid-19. Constrói-se uma breve reflexão, dividida em três partes: a primeira resgata as principais etapas do processo de revisão do PDN no executivo; a segunda narra a discussão do Projeto de Lei nº 009/2021 no legislativo; e a última parte se debruça sobre as ameaças propostas, juntamente com as análises do fórum direito à cidade a respeito dos seus impactos na cidade de Natal.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA INTEGRADA AO ENSINO E A PESQUISA EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA OS ASSENTAMOS HUMANOS PRECÁRIOS

Giovanna Deltregia Martinelli (Universidade Federal de Santa Maria) - giovanna.martinelli@acad.ufsm.br
 Edson Luiz Bortoluzzi da Silva (Universidade Federal de Santa Maria) - edson.bortoluzzi@ufsm.br
 Hugo Gomes Blois Filho (Universidade Federal de Santa Maria) - bloisfilho@gmail.com
 Kayan Freitas de Araújo (Universidade Federal de Santa Maria) - araujofkayan@gmail.com

O artigo apresenta o programa de extensão universitária intitulado "Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e Reurbanização de Assentamentos Precários da Universidade Federal de Santa Maria (ATHIS/REURB - UFSM)", de forma a enfatizar o papel social da universidade em articulação com a população de Santa Maria (RS) a partir da promoção de uma rede de relacionamento entre os diversos entes públicos, privados e comunitários envolvidos com o tema, visando à qualificação e regularização do objeto arquitetônico, da paisagem e do espaço urbano, destinado às populações de menor renda, sem acesso ao mercado formal de produção da habitação e da cidade. Sendo assim, o programa é desenvolvido em equipe multidisciplinar, e traz uma abordagem multimétodos, por meio da realização de reuniões periódicas, visitas exploratórias, entre outras. Apresenta, ainda, a experiência piloto em desenvolvimento junto à ocupação Vila Resistência, e resultados iniciais do programa.

A RURAL E O URBANO EM SEROPÉDICA - RJ: ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA COESÃO TERRITORIAL E RELAÇÕES DE PODER ENTRE UNIVERSIDADE E CIDADE

Tanusa Oliveira Bandeira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - tanusaband@gmail.com
Denise de Alcantara (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - dalcantara@ufrj.br

Diante da problemática sobre o papel da universidade pública, do planejamento, gestão e desenvolvimento sócio-espacial, este artigo busca explorar as relações de poder entre dois territórios, um campus universitário e um município da periferia metropolitana fluminense. Ocupando cerca de 12% de extensão territorial do município, o campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é um dos maiores da América Latina e seu território influencia e é influenciado pelo entorno periférico do município onde se insere. A origem rural de Seropédica atrela-se ao campus centenário, tal como sua expansão desordenada e precária, fragmentada em dois núcleos principais. A investigação do fenômeno urbano e a análise das imagens territoriais entre as instâncias institucionais e sociais oferecerão subsídios para explicitar desequilíbrios e dicotomias nessa relação de forças desigual. A pesquisa em curso está amparada por pesquisa documental, análises de planos, coleta de dados estatísticos, inicialmente, e análises espaciais com uso de geotecnologias e abordagem cognitiva e qualitativa na fase final da pesquisa.

A TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS (TDSS) COMO FUNDAMENTO TEÓRICO DE DEBATE PARA UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO: AVANÇOS TEÓRICOS, EXPERIÊNCIAS E O CASO DO CURSO DE EXTENSÃO PROESDE/DESENVOLVIMENTO FURB

Adriana Dias Pasco (Universidade Regional de Blumenau) - adridiasp@gmail.com

Oklinger Mantovaneli Júnior (Universidade Regional de Blumenau) - oklinger@furb.br

O artigo parte da constatação de que há uma crise civilizatória planetária ocasionada primordialmente pelo paradigma de desenvolvimento hegemônico, que não oferece suficientes insumos para a superação (FERNANDES e SAMPAIO, 2017). Objetiva-se apresentar a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais (TDSS) como possível escopo teórico para o debate em torno de um novo paradigma de desenvolvimento que inclua dimensões para além da econômica (RAMOS, 1989), sendo que o desenvolvimento sustentável vem se apresentando como uma estratégia possível de enfrentamento da crise. Assim, objetiva-se apresentar avanços da TDSS, e uma experiência em formato de curso de extensão denominada PROESDE / Desenvolvimento FURB. O percurso metodológico envolveu inicialmente a apresentação da biografia e contexto histórico-social de produção das ideias do autor da TDSS, seguida de levantamento bibliográfico sobre o tema e, finalmente, a apresentação da experiência onde se observa significativa relação com a TDSS.

ASSESSORAMENTO TÉCNICO EM URBANISMO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA À VILA RESISTÊNCIA, EM SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL

Kayan Freitas de Araújo (Universidade Federal de Santa Maria) - araujofkayan@gmail.com
Karla Nunes de Barros Coelho (Universidade Federal de Santa Maria) - karlabarroscoelho@gmail.com
Adrielle Ries Marques (Universidade Federal de Santa Maria) - adrielleries@yahoo.com.br
Edson Luiz Bortoluzzi da Silva (Universidade Federal de Santa Maria) - edson.bortoluzzi@ufsm.br

O artigo apresenta a metodologia de trabalho e os resultados parciais alcançados a partir de recorte temático sobre o projeto de extensão universitária intitulado "Programa de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social e Reurbanização de Assentamentos Humanos Precários da Universidade Federal de Santa Maria (ATHIS/REURB – UFSM)", pelo qual se busca propor melhorias urbanísticas em espaços livres públicos em potencial de ocupação na Vila Resistência, em Santa Maria/RS, alinhadas aos interesses da comunidade, à identidade cultural e à legislação urbana vigente, de forma participativa, inclusiva e coesa ao contexto local a partir do assessoramento técnico em urbanismo. Diante disso, aplica-se métodos de pesquisa participativos e inclusivos como entrevistas mistas para delinear propostas em paisagismo que atendam as necessidade da população.

AUTOGESTÃO EM MEIO ÀS CONTRADIÇÕES DO NEOLIBERALISMO: EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO CAETÉS EM TERRITÓRIOS DE LUTA POR MORADIA

Luís Augusto Gendler Jacon (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da) - luis_gjacon@usp.br

Matheus Henrique da Silva Martins (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da) - matheushenrique@usp.br

Ao discutir as experiências de autogestão do Coletivo Caetés em duas ocupações de moradia no estado de São Paulo, os autores propõem compreender a dinâmica das mudanças estruturais do capitalismo neoliberal nas primeiras décadas do século 21 e como suas ferramentas gerenciais implicam a periferia brasileira de duas formas diferentes, tornando frágeis os métodos autogestionários, criados em contexto diverso. Na primeira ocupação, serão debatidas as agruras do movimento social nessa nova etapa do capitalismo. Na seguinte, como se conformam as periferias sem um movimento organizado e com a presença do mundo do crime. Apesar de diferentes, esses espaços estão sob a mesma estrutura neoliberal, bem como o Caetés. O principal argumento sustenta, balizado pela análise das atuações, que as ferramentas autogestionárias da prática extensionista do Caetés estão desatualizadas para a práxis nesses novos espaços, sendo incapazes de gerar o conflito político essencial ao constructo democrático.

BICICLETAS DE BAMBU, APROXIMANDO DA TECNOLOGIA SOCIAL

Rodrigo Rinaldi de Mattos (FAU-UFRJ) - rodrigo.rinaldi@fau.ufrj.br

O objetivo do artigo é demonstrar como o projeto de pesquisa e extensão universitária, Xxx/Xxx, realizado com estudantes da graduação da Universidade xxx xxx xxx xxx xxx, tece relações com o conceito de Tecnologia Social. Tem como recorte físico-espacial as escolas públicas de ensino básico e seu corpo social. Como objeto de estudo a bicicleta de bambu e o fazer coletivo com os estudantes de graduação envolvidos na extensão. O artigo está organizado em quatro partes, sendo elas: apresentação do tema; conceitos adotados; principais atividades e experiências em dois ciclos de atividades e, por fim, considerações finais. O aspecto coletivo das atividades e experiências realizadas pelo grupo tem razoável importância devido a multiplicidade de temas que a bicicleta de bambu suscita e, também, devido aos percalços impostos pela pandemia. Assuntos estes que ajudam a repensar a realidade a partir uma prática orientada pelo social.

CANTEIRO-ESCOLA E EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E EMANCIPATÓRIAS

Cíntia Maria Fank (Universidade Federal de Santa Catarina) - fankcintia@gmail.com

Paolo Colosso (Universidade Federal de Santa Catarina) - paolocolosso@gmail.com

Este trabalho compreende o desenvolvimento parcial de uma pesquisa de mestrado, na qual temos como objetivo identificar

afinidades e correspondências estruturais entre os espaços dos canteiros autogeridos e o modelo pedagógico de educação popular formulado por Paulo Freire. A ideia do canteiro popular autogerido desponta como um paradigma promissor de ação subversiva junto aos movimentos sociais urbanos porque, a partir de práticas coletivas e autônomas, pretende incidir na produção do espaço, na coletividade, na emancipação e na politização dos sujeitos e grupos. A aproximação entre a educação popular e o canteiro manifesta-se a partir da concepção deste enquanto experiência emancipatória, de aprendizagem coletiva e de incidência a partir de uma condição concreta e situada. Nesse contexto, situamos a extensão universitária como um caminho possível para a implementação de experiências transformadoras frente ao comprometimento do ensino superior com demandas concretas da sociedade.

EDUCAÇÃO POPULAR EM EXECUÇÃO PENAL NA APAC MACAU

Isabelly Thayse Araújo Alves (UFRN) - isabellythayse@gmail.com
Carlos Romero Bacurau de Brito (UFRN) - carlosbritorb@gmail.com

Alisson Murilo Bezerra Martins (UFRN) - alissonmurillo@outlook.com
Mayara Luana Marques de Lima (UFRN) - mayaralimaufn@gmail.com

Sob guarda-chuva teórico-metodológico freireano, o Curso de Formação em Funcionamento e Estrutura do Sistema de Justiça Criminal, Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Presa buscou forjar, através de uma construção dialógica de conhecimentos, noções acerca do sistema de justiça criminal e suas nuances e sobre os direitos e deveres da pessoa presa junto aos privados de liberdade da APAC Macau, além de provocá-los a uma reflexão crítica quanto às temáticas de direitos humanos e cidadania. Para tanto, os ministrantes, membros do projeto de extensão Motyrum Penitenciário e discentes de diversos períodos do curso de Direito da UFRN, utilizaram-se do aporte legal, jurisprudencial e doutrinário em Direito Penal, Direito Processual Penal e Execução Penal, em consonância com metodologias ativas de ensino, com o fito de instrumentalizar os recuperandos para a compreensão do contexto em que se inserem e para a reivindicação de seus direitos.

ESPERANÇAR A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM MEIO REMOTO: O PROJETO DE EXTENSÃO NATAL DESENHADA

Eunádia Silva Cavalcante (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

José Clewton do Nascimento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - jotaclewton@gmail.com

Mônica Rosário Alves (Programa de Pós Graduação em Arquitetura) - monicalves72@gmail.com

André Felipe Moura Alves (Centro Universitário UNIRN) - andrefelipeac@yahoo.com.br

O artigo objetiva apresentar as ações decorrentes do projeto de extensão NATAL DESENHADA, dando ênfase às suas duas edições mais recentes, desenvolvidas em formato remoto. O projeto, que intenta fomentar discussões acerca do patrimônio cultural a partir da realização de um conjunto de ações que visam articular as atividades de educação patrimonial e utilização do desenho de locação como linguagem / forma de expressão, segue duas premissas fundamentais: a definição de patrimônio cultural, em uma abordagem alargada (patrimônio como herança; patrimônio como constructo - em que o cotidiano é tratado como base nesse constructo; e o entendimento que a educação patrimonial, enquanto processo educacional, "é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo" (IPHAN, 2014, p. 27). Na edição 2020, tendo como foco o bairro do Alecrim, as discussões realizadas nas rodas de conversa, bem como no momento do compartilhamento dos desenhos apontaram para um quadro de questões reveladoras da história, dos elementos identificadores, da diversidade de usos, das memórias, dos afetos, das dificuldades e das ameaças vinculadas às propostas de intervenções apresentadas na atualidade. Já na edição 2021, buscou-se expandir o universo de trabalho para cidades do interior e da região metropolitana de Natal, conectando virtualmente os participantes, bem como expandindo a possibilidade de participação de pessoas dessas cidades, de outros estados e até de outros países. Ressaltamos que a adaptação ao modo remoto foi possibilitada pela adoção de recursos digitais que, no entanto, não substituem a experiência presencial/sensorial do corpo na cidade. E é por isso que temos esperança de dar continuidade a este projeto de extensão de forma presencial, buscando ampliar os parceiros institucionais, na expectativa de sensibilizar as pessoas mais jovens para o reconhecimento da importância do patrimônio cultural.

FÓRUMS DE IMERSÃO LOCAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL: UMA EXPERIÊNCIA EXITOSA DE EXTENSÃO EM CONTEXTO DE CRISE

Lindijane de Souza Bento Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - almeida.lindijane@gmail.com
 Raquel Maria da Costa Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - raquelmcsilveira@hotmail.com
 Maria do Livramento Miranda Clementino (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - mlmclmentino@gmail.com
 Brunno Costa do Nascimento Silva (INCT Observatório das Metrôpoles) - brunno.cns@gmail.com

O artigo objetiva compreender como o projeto de extensão "Fóruns de Imersão Local: questão metropolitana e desenvolvimento urbano a partir do Estatuto da Metrópole" tem contribuído para aproximar gestores públicos e sociedade ao debate sobre o planejamento urbano e regional na RMN. O projeto, iniciado em 2018, teve como uma de suas finalidades articular atores locais na discussão dos desafios para o desenvolvimento urbano-metropolitano, buscando contribuir com

a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Sua execução abrangeu o contexto pandêmico, requerendo adaptações ao formato remoto. Os dados foram obtidos a partir de observação participante, ressaltando a importância das ações com foco na escala urbana e regional.

INICIATIVAS EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA: EXPERIÊNCIAS NA REGIÃO DOS VALES/RS

Markus Erwin Brose (PPGDR/UNISC) - markus@unisc.br
 Augusto José Pinto Souto (PPGDR/UNISC) - soutoajp@gmail.com
 Verushka Goldschmidt Xavier de Oliveira (NGP/UNISC) - verushkagxavier@gmail.com

Gestores públicos e privados devem utilizar informação de base científica para qualificar suas decisões quanto à alocação de recursos na adaptação climática. Desde 2017, parceria entre o Núcleo de Gestão Pública e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul, vem testando formatos para diversificar a extensão universitária mediante inclusão da dimensão dos impactos da mudança do clima. O presente trabalho tem como objetivo sintetizar esse processo de aprendizado para ampliação da capacidade de resiliência, sintetizando as iniciativas conduzidas na Região dos Vales ao longo dos cinco anos, no âmbito do referencial de Climate Decisions quanto à tomada de decisões para a adaptação.

MAPEAMENTO COLABORATIVO BRASILEIRO DE ESPAÇOS ALTERNATIVOS E INICIATIVAS PELO DIREITO À CIDADE - PROJETO DE EXTENSÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERDISCIPLINAR COM FOCO NO MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES DA RMBH

Ana Guimarães Lara (Universidade Federal de São João del-Rei) - anaguimaraeslara@aluno.ufsj.edu.br
 Clarissa Cordeiro de Campos (Universidade Federal de São João del-Rei) - clarissa.cordeiro@ufsj.edu.br
 Mariana Chaves Monti Souza (Universidade Federal de São João del-Rei) - marianacms13@aluno.ufsj.edu.br
 Samuel Fabrini Lima Ribeiro (Universidade Federal de São João del-Rei) - samuel.fabrini.lima@aluno.ufsj.edu.br

Este artigo apresenta um relato crítico e principais resultados alcançados durante o primeiro ano de desenvolvimento do projeto de extensão interinstitucional e interdisciplinar intitulado Mapeamento Colaborativo Brasileiro de Espaços Alternativos e Iniciativas pelo Direito à Cidade. Dentre seus membros constam docentes, alunos de graduação, de pós-graduação e pesquisadores da UFSJ, UFMG, UFPA e UFPE. Inicialmente, a proposta partiu do mapeamento realizado por uma das autoras entre 2018 e 2020, durante seu doutorado, das ocupações urbanas para moradia e outros fins na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. O objetivo principal do projeto é disponibilizar o mapeamento já realizado e ampliá-lo, por meio de

uma plataforma online colaborativa, que inclui outros espaços alternativos, coletivizados e autogeridos, em disputa pelo Direito à Cidade em território nacional. O protótipo desta plataforma, denominada Colabora, encontra-se atualmente em fase de programação e testagem.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO MÉTODO: A CONSOLIDAÇÃO DA PLATAFORMA COMUNITÁRIAS PARA ALÉM DA DELIMITAÇÃO ESPACIAL DA VULNERABILIDADE

Chiara Giambelli (Universidade Federal de Santa Catarina) - chiara giambelli182@gmail.com

Danielly Vitória Clezar Inacio (Universidade Federal de Santa Catarina) - daniellynacio@gmail.com

Evelyn Menezes Leão (Universidade Federal de Santa Catarina) - eve.leao01@gmail.com

Isabella Savi de Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina) - isabellafigueiredo@gmail.com

Este artigo é fruto do desenvolvimento da ComunitÁreas - plataforma colaborativa de mapeamento de grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis - elaborada em 2020 e resultado de uma cooperação técnica entre a Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/SC e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/SC. A partir da reflexão sobre os limites e possibilidades da ComunitÁreas, o artigo pretende contribuir para o debate da Nova Cartografia Social (NCS). Traz reflexões acerca do conceito e da prática cartográfica contida na Nova Cartografia Social, apresenta a plataforma ComunitÁreas, seus objetivos, avanços e limites, e traz três chaves importantes no sentido de reorientar a trajetória da plataforma, seus objetivos, métodos e possibilidades, como o conceito de identidade coletiva e ética; de unidade de mobilização; e da assimilação instrumentos e técnicas da etnografia.

NOVAS TECNOLOGIAS E OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR

Vinícius Gonçalves Bastos (Universidade de Taubaté) - vini123.vgb@gmail.com

Lourival da Cruz Galvão Junior (Universidade de Taubaté) - galvaojr@uol.com.br

Silvio Luiz da Costa (Universidade de Taubaté) - siluco@uol.com.br

O ensino superior evoluiu desde seu surgimento trazendo significativa contribuição para o desenvolvimento das regiões onde as Instituições de Ensino Superior estão implantadas. No entanto, devido à rapidez com que se apresenta o atual desenvolvimento tecnológico, as adaptações nas metodologias e nas técnicas de ensino tornaram-se mais desafiadoras e urgentes. O objetivo deste artigo é compreender a evolução histórica

recente da utilização de novas tecnologias na metodologia das instituições de ensino superior. O método utilizado foi o bibliográfico e exploratório focado numa abordagem qualitativa. Buscou-se um entendimento das relações das novas tecnologias com o ensino. Chegou-se à conclusão de que as novas tecnologias recém implantadas modificam os aspectos metodológicos do ensino superior e trazem oportunidades e desafios que não são totalmente previsíveis.

O ARQUITETO E URBANISTA PENSADO COMO SUJEITO DETENTOR E SÍMBOLO DE PODER

José Henrique Costa Tenório (UFAL - Universidade Federal de Alagoas) - henriquetenorio20@gmail.com

Debora De Barros Cavalcanti Fonseca (UFAL - Universidade Federal de Alagoas) - debora.cavalcanti@fau.ufal.br

Uma breve apresentação dos símbolos de poder que estão firmados na profissão do arquiteto urbanista, como sujeito social. Reflexões sobre a posição que ele ocupa, como ocupa e como a sua classificação e suas ações tem poder de desenvolver relações de poder. Almejando escancarar essas simbologias invisíveis ao senso comum, com o propósito de esse agente absorver suas responsabilidades e repensar o seu papel social.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MONTENEGRO-RS: UM OLHAR SOBRE A AÇÃO DOS ATORES SOCIAIS E DA EXTENSÃO

Cidonea Machado Deponti (PPGDR/UNISC) - cidonea@unisc.br

Markus Ervin Brose (PPGDR/UNISC) - markus@unisc.br

Tanise Dias Freitas (UFRGS) - tanisediasfreitas@gmail.com

Ana Scheuer (UNISC) - scheuer024@gmail.com

O presente artigo visa contribuir ao debate sobre desafios atuais ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), mediante reflexões a partir de processo de planejamento rural do município de Montenegro-RS. Para estruturar a interpretação das ações em curso em Montenegro, esse artigo utiliza a Perspectiva Orientada ao Ator (POA), lançada na segunda metade do século XX, é resultado de um trabalho de pesquisa de longos anos realizado por Norman Long, contando com a colaboração de Jan Douwe van der Ploeg. O artigo apresenta como referencial teórico-metodológico da POA, oferecendo uma lente de análise centrada nos atores sociais que interagem no campo de disputas e alianças desse processo de planejamento, caracterização do município de Montenegro-RS e o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural. Concluiu-se que o planejamento territorial implica a coordenação entre o Estado, a sociedade e o mercado, embora estas formas de coordenação sejam conflitivas e contraditórias. Assim, identificou-se que a capacidade de comunicação e o estabelecimento de vínculos mais consistentes entre os atores podem ser fatores que produzem resultados mais eficazes das ações de extensão, além do fortalecimento do desenho institucional da política.

PROJETO MOTYRUM URBANO: EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA PELA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Daniel Souza Lins (UFRN) - danslinsif@gmail.com
 Arthur Morais Rodrigues Cavalcanti Alves (UFRN) - arthurmrcalves@hotmail.com
 Júlia Cláudia de Araújo Cadó (UFRN) - juliaclaudia.cado@gmail.com
 Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (UFRN) - dulce.bentes@ufrn.br

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a relação entre universidade e sociedade a partir do Projeto de Extensão Motyrum Urbano de Educação Popular em Direitos Humanos, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em conjunto com a Comunidade da Área Especial de Interesse Social - AEIS Jacó. Na perspectiva da efetivação do Direito à Moradia, inicialmente, apresentam-se referências conceituais sobre extensão universitária, ressaltando a sua indissociabilidade em relação ao ensino e à pesquisa, além dos princípios pedagógicos pautados na troca de saberes. Discorre sobre atividades do Projeto, com destaque para os procedimentos do processo de assessoria jurídica-urbanística, no contexto da ameaça de remoção vivenciada pelos moradores da AEIS Jacó, desde 2018. Conclui pontuando considerações sobre os avanços das ações para a efetivação de direitos e os desafios enfrentados pela pandemia de COVID-19.

RBEUR: META-ANÁLISE DE UMA DÉCADA DE PRODUÇÃO A PARTIR DO URBANDATA-BRASIL

Bianca Freire-Medeiros (Universidade de São Paulo) - bfreiremedeiros@usp.br
 Apoena Mano (Universidade de São Paulo) - apoenamano@usp.br
 Diego Edmilson Peralta (Universidade de São Paulo) - diego.peralta@usp.br
 Luma Mundin Costa (Universidade de São Paulo) - lumamundin@usp.br

Esta comunicação recupera os resultados de uma parceria estabelecida entre a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) e o UrbanData-Brasil (CEM/USP), banco de dados bibliográfico cujo objetivo é levantar, classificar, e difundir a produção acadêmica sobre diferentes aspectos do urbano brasileiro. Tomando como unidade de análise 150 artigos publicados na RBEUR entre 2010-2020, e aplicando os parâmetros classificatórios do UrbanData-Brasil (disciplina, método de pesquisa, referência temporal do estudo, referências espaciais do estudo, áreas temáticas e sexo dos autores), foi possível: identificar e interpretar as continuidades e rupturas temáticas; pontuar os territórios empíricos privilegiados pelos artigos; examinar a distribuição disciplinar e institucional dos autores e autoras. Em diálogo com os editores da RBEUR, a equipe do

UrbanData-Brasil produziu, portanto, um rico mapeamento das reflexões geradas, sobretudo, no âmbito das universidades brasileiras diante dos desafios postos pelas nossas cidades.

RESIDÊNCIA ACADÊMICA EM ARQUITETURA E URBANISMO: UM PROJETO PIONEIRO DE EXTENSÃO NA UFBA

Angela Maria Gordilho-Souza (PPGAU-UFBA) - amgs.ufba@gmail.com

Nos últimos anos, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo em diversas universidades, sobretudo nas instituições públicas de ensino superior, ampliam-se iniciativas de projetos extensionistas voltados para assistência técnica em habitação de interesse social e projetos de assessoria a movimentos sociais. No Brasil, essas atividades estão reconhecidas na Lei Federal nº 11.888/2008, que inclui, entre as possibilidades de atuação, os profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia. Com esse suporte, no âmbito da pós-graduação, a Universidade Federal da Bahia implementou em 2011 o curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito Cidade, na modalidade residência acadêmica profissional, iniciativa pioneira nesse campo de atuação, atualmente na sua 4ª. edição. Os resultados dessa experiência, com impactos no planejamento urbano e regional, são objeto de discussão neste trabalho.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CACHOEIRA DO SUL (RS) - PLANEJAMENTO URBANO COMO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Bárbara Giacom (Universidade Federal de Santa Maria) - barbara.giacom@ufsm.br
 Letícia de Castro Gabriel (Universidade Federal de Santa Maria) - leticia.gabriel@ufsm.br

Este artigo busca compartilhar uma experiência de Projeto de Extensão desenvolvida por alunos e professores da Universidade Federal de Santa Maria, campus Cachoeira do Sul (UFSM/CS), junto à Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul (PMCS), Rio Grande do Sul, e a população cachoeirense. Trata-se da revisão do PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, vigente desde 1983. O grupo que atuou na realização das Fases 1 e 2, compreendendo a consolidação dos levantamentos e da base de dados, as análises e o diagnóstico, foi composto por discentes e docentes dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Transportes e Logística da UFSM/CS, técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento / PMCS, de uma Equipe Multidisciplinar de Servidores Municipais / PMCS, além de cidadãos que se mostraram interessados. O processo ocorreu de modo dialogado e foi construído gradativamente, conforme a tomada de consciência acerca da realidade das condições e da apresentação das necessidades pela prefeitura. Destaca-se a sensibilização quanto à importância do ensino e da prática de Planejamento

Urbano e Regional por meio da ação direta com a população e com o território em estudo. Frisa-se que o saber da Universidade é necessário ser tensionado, devolvendo à sociedade o capital científico e tecnológico que é um dos meios para as mudanças sociais.

**RISCOS COMPLEXOS NA BACIA JUQUERI-CANTAREIRA:
FOMENTAR ARENAS DE GOVERNANÇA A PARTIR DA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Renata Maria Pinto Moreira (Universidade Federal do ABC) -
renata.moreira@ufabc.edu.br

Mariana U. de Freitas (Universidade Federal do ABC) -
mariana.urrestarazu@aluno.ufabc.edu.br

Bianca Nogueira de Sousa (Universidade Federal do ABC) -
b.sousa@aluno.ufabc.edu.br

A ação de extensão descrita associa objetivos de desenvolvimento científico e aplicado, entendendo que universidade e sociedade devem interagir e dialogar de forma transformadora através de processos interdisciplinares, educativos, culturais, científicos e políticos. O recorte espacial de atuação é representativo de problemas de encadeamento de riscos exatamente por tal enfrentamento carecer de diagnósticos, diálogos e articulações institucionais inovadores, para seu equacionamento. A sub-região norte da RMSP Paulo ilustra o problema a partir de conflitos na gestão de recursos hídricos. A presença de grande equipamento regional para abastecimento de água implica em riscos e falhas a outros sistemas, locais e regionais, como macrodrenagem, mobilidade e logística de resposta, uso do solo. Tais elaborações e articulações são trabalhadas com o intuito de construir uma arena de governança a partir da prática, e fomentar agentes tecnicamente preparados para novos desafios e riscos urbanos.

ST10. Estado e planejamento em múltiplas escalas

Comissão Científica: Hipólita Siqueira de Oliveira (UFRJ), Isa de Oliveira Rocha (UDESC), Francisco do O de Lima Jr. (URCA)

Temas: a atualidade do debate teórico sobre o Estado no contexto da crise sistêmica do capital; as relações interestatais no capitalismo contemporâneo; Estado neoliberal e governo no capitalismo periférico brasileiro; Estado, sociedade civil e território no Brasil atual; atividade estatal e planejamento formal em múltiplas escalas; Estado autoritário em distintos níveis político-administrativos e insurgências em escala urbana e regional.

EMENTA: Nesta ST serão tratados os problemas da atuação do Estado e das práticas de planejamento em distintas escalas. Faz sentido falar de planejamento num ambiente em que o que parece prevalecer é a completa ausência do Estado, certa desarticulação institucional, a aparente apatia dos grupos sociais mais vulneráveis e uma liberdade quase irrestrita de bancos e grandes corporações? Embora caiba considerar as diversificadas experiências de planejamento, no tempo e no espaço, parece prematuro decretar o seu desaparecimento. Ele existe, em forma implícita, em inúmeras esferas da sociedade. Na economia, é certo, ele deu lugar a decisões de curtíssimo prazo. Mas, o planejamento está nas cidades e nas regiões. Lá onde predominam forças políticas conservadoras, ele pode traduzir certa formalidade e, em geral, emergir como estratégia top-down; lá, porém, onde forças progressistas estão mais ativas, ele tende a oferecer alternativas de organização e participação em escala local e regional. Que agentes da sociedade estão envolvidos nessas experiências de planejamento? E em que medida modelos como os do planejamento comunicativo/colaborativo ou democrático/participativo ou radical/insurgente inspiram as experiências de planejamento, nas várias escalas, no Brasil e na América Latina?

A DINÂMICA ESPACIAL DO MERCADO IMOBILIÁRIO DE COMPRA E VENDA NO CENTRO HISTÓRICO DO RECIFE (2001-2017): RELAÇÕES ENTRE PADRÕES DE OCUPAÇÃO, FUNCIONALIDADES, NORMATIVAS URBANÍSTICAS E PREÇOS

Antonio Severino Felix Neto (Universidade Federal de Pernambuco) - antoniosfelixneto@hotmail.com
Norma Lacerda Gonçalves (Universidade Federal de Pernambuco) - norma_lac@yahoo.com.br

A gestão de áreas históricas no Brasil tem revelado diferentes posturas de ações de preservação, sobretudo por parte do poder público, que reverberam diretamente nas dinâmicas urbanas dessas áreas. O presente artigo buscou averiguar o funcionamento do mercado imobiliário de compra e venda no Centro Histórico do Recife (CHR), com o intuito de compreender como políticas públicas de incentivo a determinados usos,

efetivadas por meio de intervenções urbanísticas, normativas e incentivos financeiros e fiscais interferem em seu dinamismo imobiliário. A análise se deu por meio da compreensão histórica sobre as transformações espaciais e as dinâmicas de uso no CHR, do delineamento de submercados imobiliários, identificados a partir da interrelação entre os padrões de ocupação e funcionalidades desta área, e da análise dos dados sobre compra e venda de imóveis constantes no cadastro do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), no confronto com os submercados delineados.

A ESCALA MUNICIPAL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA MOEDA SOCIAL MUMBUCA DE MARICÁ

Márcia Costa Alves da Silva (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - rh.costamarcia@gmail.com
Lamounier Erthal Villela (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - lamounier.erthal@gmail.com
Diná Andrade Lima Ramos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - dinalr@ufrjr.br

O artigo analisa a interlocução entre diferentes níveis de governo e/ou atores para assegurar a eficácia e efetividade das políticas de desenvolvimento socioeconômico. O estudo de caso é focado na implementação da moeda social Mumbuca no município de Maricá-RJ. Tal política deve ser participativa e buscar resultados efetivos na realidade socioeconômica local enfatizando as relações entre Estado e atores locais, formação de redes e múltiplos arranjos organizacionais, tal a implantação de uma moeda social – a moeda Mumbuca. Os resultados da pesquisa indicam que a articulação entre os níveis de governo é fundamental, que a Administração Municipal pode e deve ser protagonista na implementação de políticas para desenvolvimento local/regional e que a sociedade cabe o exercício da cidadania deliberativa manifestada na prática da participação e do controle social.

A MATRIOSKA DE INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS NOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM SÃO PAULO

Simone Gueresi (FAU-USP) - simone.gueresi@gmail.com

O trabalho investiga como a escolha de arranjos e instrumentos na elaboração dos projetos de intervenção urbana (PIU) contradizem os argumentos de que proporcionariam maior reflexão coletiva sobre a transformação urbana em parcelas da cidade. No caso do PIU Arco Jurubatuba, foi proposta uma verdadeira matrioska de instrumentos: o PIU contém áreas de intervenção urbanística (AIU), dentro das quais existem projetos estratégicos (PE) e Zonas Especiais de Interesse social (ZEIS), além de prever concessões e outros projetos para o futuro. A partir de pesquisa documental e entrevistas, evidencia-se que essas múltiplas camadas embaralham a visão sobre o projeto propriamente dito e sobre o processo decisório. A participação de

comunidades afetadas negativamente é dificultada e adiada, diminuindo ou impossibilitando contestações. O jogo de decisões em diferentes momentos, escalas e estruturas organizacionais dificulta a percepção do todo, oculta conflitos e invisibiliza territórios populares.

A PARADIPLOMACIA, SEUS ATORES E TENDÊNCIAS: ESTADO DA ARTE E CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS

Rodrigo Kuester Pereira (Universidade Nove de Julho - UNINOVE) - kuester.rodrigo@gmail.com

Cristiano Capellani Quaresma (Universidade Nove de Julho - UNINOVE) - quaresma.cristiano@gmail.com

O cenário pandêmico atual destacou a relevância da paradiplomacia, ao desafiar os modelos tradicionais das relações internacionais, impulsionando entes subnacionais a buscarem soluções de seus problemas por meio de acordos externos. Apesar da importância, sobretudo às cidades, a produção científica sobre o tema encontra-se dispersa. Assim, analisou-se o estado da arte atual da produção científica sobre paradiplomacia, bem como as tendências e padrões de tal produção. Para tanto, realizou-se revisão sistemática de literatura com base em 75 trabalhos científicos dispostos na Web of Science, Scopus e Scientific Electronic Library. Os principais resultados apontaram para a tendência de stop and go da produção científica sobre a paradiplomacia, que por sua vez, fora impulsionada pela conjuntura imposta pela pandemia de COVID-19, bem como pela ascensão dos estudos advindos das atividades paradiplomáticas de entes subnacionais chineses, canadenses e, sobretudo, latino-americanos.

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DE INFRAESTRUTURAS URBANAS: BASES PARA UMA DISCUSSÃO A RESPEITO DO PAPEL DO ESTADO A PARTIR DA TRADIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DA URBANIZAÇÃO

Thaís Nassif (UFMG) - thainassif@gmail.com

Este artigo tem como objetivo central recuperar e reiterar parte das argumentações que fundamentam a tradição teórica que veio a ser conhecida por economia política da urbanização a partir de um foco de investigação específico: a produção capitalista de infraestruturas urbanas. Propõe-se através de um exercício teórico e historiográfico reiterar o entendimento de muitas das críticas e contradições do processo de produção do espaço urbano apontadas por autores caros a essa tradição, como Manuel Castells, Jean Lojkin, Christian Topalov e David Harvey, de forma salientar sua continuada relevância, particularmente para análises da problemática urbana que se proponham atentar para transformações na atuação do capital e do Estado no processo de produção do espaço. Entendidas como um conjunto que agrega equipamentos urbanos e infraestruturas em rede, as infraestruturas urbanas são destacadas como elementos que, operando em diferentes escalas, atuam como mediadores para a

viabilização de fluxos e interações essenciais para a conformação do que se entende como urbano, exercendo, portanto, um papel essencial para a conformação da sociedade contemporânea. Marcadamente destaca-se que essas infraestruturas situam-se no arcabouço do conceito marxista de condições gerais de produção, ou seja, que conformam uma base sobre a qual se assentam tanto a produção industrial diretamente como a reprodução da força de trabalho e, assim, a (re)produção ampliada da sociedade capitalista. Sendo assim, o foco do artigo volta-se especificamente para a discussão dos entraves que o modo de produção capitalista oferece para a produção dessas infraestruturas e do papel assumido historicamente pelo Estado no oferecimento de formas para que esses entraves possam ser contornados. Através dessas discussões, busca-se, estabelecer bases para o debate em torno das tendências recentes no que diz respeito à produção dessas infraestruturas, que perpassam a ressignificação do papel do Estado através da difusão de mecanismos de Parceria Público-Privada características do processo de neoliberalização.

A QUESTÃO URBANA E O ESTADO CAPITALISTA NO BRASIL, 1940 – 2017

Lara Caldas (Universidade de Brasília) - lara.cfsilveira@gmail.com

Este trabalho tem como principal objetivo explorar o papel do Estado capitalista na gestão da questão urbana no Brasil. O desenvolvimento teórico se dá em diálogo com a teoria de Flávio Villaça sobre o caráter ideológico do planejamento urbano brasileiro, que assegura a dominação dos processos urbanos pela burguesia, e a teoria do Estado capitalista, de Offe. A análise é feita a partir de uma perspectiva histórica, tendo como objeto as principais iniciativas de desenvolvimento urbano em nível nacional no período de 1940 a 2017. O trabalho visa, por um lado, inserir o debate do campo da Ciência Política sobre o Estado capitalista e suas estruturas no contexto do desenvolvimento urbano brasileiro; e por outro, conferir materialidade e contexto à uma discussão da teoria política. Oferecemos assim um ângulo de análise pouco explorado para a continuidade da crise urbana apesar dos avançados planos e normas há muito desenvolvidos no Brasil.

A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL NO PERÍODO DA INFLEXÃO ULTRALIBERAL: ESTRUTURA PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO

Rebeca Marota da Silva (UFRN) - rebeca.economia@outlook.com
Rodolfo Finatti (UFRN) - rodolfofinatti@alumni.usp.br
Juliana Bacelar de Araújo (UFRN) - juliana.bacelar@ufrn.br
Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN) - mlmclementino@gmail.com

O presente artigo analisa a economia metropolitana de Natal a partir do contexto de inflexão ultraliberal das políticas econômicas a partir de 2015. Para tanto, fez-se um esforço de compreender como as políticas austeras empenhadas mais veementemente a

partir de 2016, tais como a reforma trabalhista e o teto de gastos públicos, tiveram impactos na estrutura produtiva e emprego potiguares. Sendo assim, neste trabalho segue-se a hipótese de que tal conjuntura econômica nacional, torna-se ainda mais grave nas regiões mais periféricas do país. O cenário apresentado para os anos 2014-2019, para Regiões Metropolitanas pouco dinâmicas, como a RM Natal, inserida num estado periférico como o Rio Grande do Norte, reforça a necessidade do papel de um Estado Nacional forte e promotor de políticas de desenvolvimento que proporcionem condições de impulsionar a dinâmica socioeconômica de forma virtuosa.

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Nícolas de Oliveira Fernandes (Universidade Federal de São João del-Rei) - nf3rnandes@gmail.com

Simone de Faria Narciso Shiki (Universidade Federal de São João del-Rei) - sfshiki@ufsj.edu.br

Gustavo Melo Silva (Universidade Federal de São João del-Rei) - gustavomelo@ufsj.edu.br

O trabalho investiga a relação entre a garantia de acesso aos mercados institucionais para agricultura familiar, propiciada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o desenvolvimento territorial brasileiro. Para tal, utiliza a pesquisa exploratória e qualitativa, através da análise bibliográfica e documental, para narrar os processos históricos que levaram à criação do programa, apresentar suas configurações, modos de atuação, vetores de transformação e mudanças recentes, e relacioná-las com aspectos teóricos e conceituais abordados por autores da geografia crítica e radical, e trabalhos acerca do desenvolvimento territorial, agricultura familiar e sua multifuncionalidade. Dessa forma, observa que os efeitos do programa se alinham com o desenvolvimento dos territórios, mas têm tido sua capacidade reduzida devido a um cenário de desmantelamento produzido pelo alinhamento das forças políticas com setores representativos das redes hegemônicas do sistema capitalista.

ARRANJOS ASSOCIATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: DESAFIOS PARA UM PLANEJAMENTO INTEGRADO

Virginia Junqueira Rugani Brandão (USP) - vrugani@gmail.com

Tamires Almeida Lima (USP) - tamylim9@gmail.com

O presente trabalho pretendeu questionar em que medida os arranjos associativos territoriais previstos no ordenamento brasileiro contribuem para o desenvolvimento regional a partir de um planejamento integrado. Para tanto, no primeiro capítulo, argumentamos sobre a importância de se considerar o espaço regional dinâmico e as relações sociais diversas que o animam para integrar ações que signifiquem desenvolvimento territorial. Ao observar o espaço e suas interações percebe-se que a escala

local está necessariamente inserida em um contexto mais amplo de políticas públicas, relações econômicas, sociais e culturais, gerando externalidades em suas redes territorializadas, de maneira que qualquer solução para as desigualdades identificadas que não as considere, se torna fragmentária. Assim, as estratégias do planejamento integrado e do desenvolvimento regional andam de mãos dadas, e a articulação dos atores envolvidos nessa integração social e espacial, em uma perspectiva de cooperação e governança territorial, é um caminho importante a ser trilhado. Não por acaso, o Direito institucionalizou os veículos legais que viabilizam essas articulações, criando requisitos para a formação oficial e juridicamente válida de diferentes arranjos associativos territoriais, cada qual conforme uma finalidade específica. O levantamento normativo de mais de oito diferentes arranjos, apresentado no segundo capítulo, demonstra a tendência administrativista da preocupação jurídica com a legalidade da formação do arranjo vinculada à finalidade que justificou sua criação, mais do que manter um ambiente institucional cooperativo e integrado. O resultado é a criação de diversos territórios, sobrepostos, fragmentados, perpetuando as dinâmicas setorializadas do planejamento, o que ficou claro no capítulo terceiro. A própria configuração jurídica dos arranjos leva a essa situação. A multiplicidade de veículos não gera maiores possibilidades de planejamento integrado e desenvolvimento regional, o que corrobora com o argumento de que o planejamento integrado ainda não foi compreendido ou assimilado pela lógica sistêmica do Direito. Com isso, as respostas jurídicas ao desenvolvimento regional permanecem ineficientes, por serem desconectadas com o espaço e as relações diversas que o compõem.

CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS: O MAPA DO TEÇOURO PARA O FINANCIAMENTO

Tatiana Tucunduva Philippi Cortese (Universidade Nove de Julho - UNINOVE) - tatianatpc@uni9.pro.br

Luiz Orsatti Filho (Universidade Nove de Julho - UNINOVE) - luizorsattifilho@uni9.edu.br

Quando o assunto é dinheiro, ou melhor, a sua falta - seja no âmbito privado, seja no âmbito público (na administração de um município, estado ou país), inexistente solução mágica para o saneamento deste problema. A indisponibilidade de recursos financeiros? Uma triste realidade que impede a execução de projetos de cidades inteligentes e sustentáveis. O poder público se encontra hoje diante dos desafios impostos pelo acelerado desenvolvimento urbano, que precisa ser reestruturado e regulado. No entanto, os orçamentos são cada vez mais limitados, diante da magnitude das necessidades. Entretanto, tal cenário de escassez precisa ser enfrentado pelos gestores públicos, que almejam a execução desses projetos que, muitas vezes, por mais necessários e benéficos para a sociedade, não saem do papel. O presente artigo tem por objetivo delinear um "mapa do tesouro", com a identificação das principais fontes de financiamento utilizadas nesses projetos, bem como com a indicação de fontes alternativas.

**CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS EM SANTA CATARINA:
INSTRUMENTO DE SOLIDARIEDADE TERRITORIAL?**

Samuel Steiner dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina) - samuel.steiner@ufsc.br

Franciel da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina) - francielasilva1995@gmail.com

Thaís Aparecida Carlini (Universidade Federal de Santa Catarina) - thaaiscarlini@gmail.com

Luara Karina Taufe (Universidade Federal de Santa Catarina) - luara.taufe@gmail.com

Maria Carolina Furlan Romi (Universidade Federal de Santa Catarina) - mcfurlanromi@hotmail.com

Isamara Gabriela de Souza Pinto (Universidade Federal de Santa Catarina) - isamarags98@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória de criação dos consórcios intermunicipais públicos de Santa Catarina entre 1996 e 2020, procurando refletir sobre a lógica de sua criação à luz das dinâmicas territoriais mais representativas que o território catarinense tem experimentado nas duas últimas décadas: o fluxo demográfico em direção ao litoral, com a conformação e ampliação de novos aglomerados urbanos; e o esvaziamento, ou diminuição do peso demográfico relativo dos pequenos municípios catarinenses. Procura-se responder à questão: até que ponto os consórcios intermunicipais públicos de Santa Catarina tem se apresentado como instrumento de solidariedade territorial tanto para os pequenos municípios fragilizados com a gradual perda de capacidade financeira e institucional, como também para os aglomerados urbanos, que enfrentam de forma concreta a interdependência e o compartilhamento de funções públicas de interesse comum? As análises empreendidas permitiram compreender que há uma inserção predominante de base territorial de raio de alcance microrregional, com clara desigualdade na distribuição espacial das iniciativas, que ganharam maior repercussão junto aos pequenos municípios, mas não de forma abrangente. Evidencia-se igualmente a frágil repercussão destas instâncias quando analisadas sob o prisma dos maiores aglomerados urbanos catarinenses. O estudo esteve fundamentado em pesquisa bibliográfica e na análise de dados produzidos por órgãos oficiais (IBGE) e pela confederação nacional dos municípios na plataforma "Observatório dos Consórcios Públicos Intermunicipais". Faz parte de uma pesquisa mais abrangente que procura refletir sobre o planejamento regional em Santa Catarina. O artigo está estruturado em quatro partes: 1) introdução, que contextualiza e problematiza o tema em análise; 2) uma apresentação de aspectos jurídicos, institucionais e normativos dos consórcios públicos intermunicipais; 3) uma breve apresentação das dinâmicas territoriais recentes de Santa Catarina; e 4) a análise da trajetória de implementação dos consórcios intermunicipais catarinenses.

**DA "VISÃO DE PÁSSARO" PARA A ESCALA DO CORPO: A
POTÊNCIA DE PLANOS LOCAIS EM VILAS E FAVELAS**

Jessica de Castro Santana (Universidade Federal de Minas Gerais) - santana.jcastro@gmail.com

Com o enfoque no eixo territorial, demonstro a importância de pensar as múltiplas escalas de planejamento e evidencio como o ponto de vista macro, técnico e institucional se faz presente em todas as instâncias, desenvolvendo um racionamento das subjetividades locais, das demandas socioeconômicas diversas e um analfabetismo urbanístico no cotidiano. A partir disso, enalteço a importância e necessidade dos arquitetos e urbanistas atuarem desenvolvendo a mediação entre técnica e fazer comunitário e a assessoria como intermediador dessas escalas para conseguir unir narrativas institucionais e comunitárias com a finalidade de construir planos locais mais palpáveis para as demandas territoriais para além de tópicos pré estabelecidos e valorizando as diferentes formas de fazer urbano, almejando o direito pleno à cidade.

**DESGUALDADE DE RENDA EM ESCALAS DIFERENCIADAS
ANÁLISES ECONÔMETRICAS EM SALVADOR E ENTRE
SETORES CENSITÁRIOS DE SALVADOR**

Regina Lúcia Pereira de Assis Luz (PPDRU-UNIFACS) - reginalucialuz@gmail.com

Em todas as abordagens sobre a desigualdade de renda, e apesar dos avanços sociais e econômicos a partir da Constituição de 1988, o Brasil continua, ainda, entre os países mais desiguais do mundo. Este artigo tem como objetivo apresentar, com base em uma metodologia já existente, as medidas da desigualdade de renda aplicadas em diferentes escalas de análise para Salvador, Bahia. Com base nas técnicas de análises georreferenciada e econométricas são selecionadas informações de desigualdade de renda dos setores censitários do Censo de 2010, do IBGE, e aplicadas às escalas de unidade da federação, cidade e entre os próprios setores censitários, agregando-os em bairros. Foram adotados os recortes do Estado da Bahia, da cidade de Salvador e dos setores censitários de Salvador. Os resultados iniciais demonstram que as escalas de análise são importantes na formulação das hipóteses de segregação espacial em função da renda, dado que as políticas urbanas tenderam, e tendem, a promover mais segregação, especialmente as políticas de Habitação de Interesse Social. De forma semelhante a outros estudos existentes, os resultados deste artigo demonstram que os setores censitários podem ser demonstrativos agudos da desigualdade de renda, mas na maioria das vezes, por concentrar tipologias urbanas semelhantes, concentram também as famílias de renda semelhante, e por isso se mostram menos desiguais internamente, e mais desiguais quando correlacionados e comparados com outros setores. A desigualdade de renda é um importante indicador com grande sensibilidade à escala de análise e desta maneira podem ocorrer distorções, que mais escondem,

do que esclarecem quando se comparam o mesmo índice em escalas diferentes.

EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO EM ESCALAS INTERMEDIÁRIAS: ANÁLISE COMPARADA NO CONE SUL, 1990-1980

Letícia Gardusi de Faria (Universidade Federal de Minas Gerais) - leticia.gardusi@gmail.com
 Gisela Barcellos de Souza (Universidade Federal de Minas Gerais) - gisela.barcellosdesouza@gmail.com

O artigo tem por objetivo analisar as promoções dos mecanismos de democracia participativa via gestão e planejamento municipal através da figura do bairro, o que a partir da década de 1980 moldou a redemocratização nos países do Cone Sul. Tais mecanismos puderam trazer luz a um desejo de ampliação democrática, representada por uma vontade descentralizadora, participativa e antiburocrática. Em um primeiro momento, conceitualiza-se a democracia participativa e sua vocação contra-hegemônica, abordando como a mesma foi percebida e assimilada no Cone Sul através da escala intramunicipal e do bairro – para em um segundo momento realizar uma análise comparada de casos relevantes, buscando observar as proximidades e divergências em cada proposta de promoção de democracia participativa, através de uma sistematização de tipologias de mecanismos participativo. Entre os casos estudados estão três municípios na Argentina, Rosário, Buenos Aires e Córdoba; três brasileiros, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife; e apenas um no Uruguai, Montevideú.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E PROMOÇÃO DAS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A GESTÃO MUNICIPAL

Alexandre Vaz de Oliveira Moraes (Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP) - alexvmoraes@gmail.com
 Adriane Aparecida Moreira de Souza (Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP) - adriane@univap.br
 Mário Valério Filho (Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP) - mvalerio@univap.br

O presente trabalho dedica-se a promover uma breve reflexão sobre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento urbano disponíveis aos municípios brasileiros e como eles podem ser utilizados na implementação de sua política urbana em conformidade com as normas e diretrizes gerais dispostas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) no atual contexto de financeirização dos processos de produção do espaço urbano. Para tanto, esse trabalho encontra-se dividido em três partes. A primeira parte dedica-se a contextualizar os reflexos socioespaciais do recente processo de urbanização no Brasil; a segunda volta-se a reflexão dos principais marcos normativos que regem a política urbana brasileira e a terceira discute o município de Jacareí, localizado na

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) sob a perspectiva da aplicação de instrumentos de financiamento externo e da outorga onerosa do direito de construir.

FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EM ARAQUARI-SC, DA EXCEÇÃO À REGRA!

Samuel Henrique Wipprich (Universidade do Estado de Santa Catarina) - samuel.wipprich@gmail.com
 Valério Alcécio Turnes (Universidade do Estado de Santa Catarina) - valerio.turnes@yahoo.com.br
 Isa de Oliveira Rocha (Universidade do Estado de Santa Catarina) - isa.rocha2007@gmail.com

É proposto nesse trabalho uma investigação sobre a flexibilização da legislação urbanística no município de Araquari, Santa Catarina. O recorte temporal se baseia a partir da elaboração do Plano Diretor Municipal lei nº 50/2006, passando pelo novo Plano Diretor, sancionado através da lei nº 281/2019, até os tempos atuais. O objetivo da pesquisa é compreender as alterações realizadas nos planos diretores e leis de perímetro urbano. A partir dos trabalhos de Villaça, Souza, Maricato, Rolnik, entre outros autores, houve o aporte necessário para embasar a pesquisa, desde os principais conceitos sobre planejamento urbano e a prática e contexto brasileiros. A metodologia adotada utiliza de procedimentos quantitativos e qualitativos, levantamentos de dados estatísticos e legislações, análise documental, uso de imagens e dados georreferenciados e análise dos dados obtidos. É demonstrado como a produção de políticas urbanas, suas flexibilizações e alterações estão condicionadas ao mercado imobiliário e a expansão urbano-industrial, já que essas relações são definidoras e decisórias para produção de políticas urbanas e que sobre as definições de perímetro urbano e rural e sobre os zoneamentos.

FLEXIBILIZAÇÃO DO CONTROLE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: ESTUDO COMPARATIVO DOS INSTRUMENTOS E ZONAS QUE PERMITEM A FLEXIBILIZAÇÃO DO ZONEAMENTO EM RECIFE E SÃO PAULO

Júlia de Araújo Ximenes (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA) - juliaximenes@usp.br

O marco regulatório brasileiro tem uma longa tradição de controle do uso e ocupação do solo urbano, com a definição de parâmetros construtivos coercitivos. No entanto, desde a década de 80, a introdução incremental de instrumentos urbanísticos tem permitido a flexibilização do uso e ocupação do solo, junto às zonas especiais sem parâmetros definidos. Este artigo faz um resgate histórico da introdução incremental de instrumentos urbanísticos e de zonas que permitem a flexibilização da legislação urbanística em São Paulo e no Recife e propõe uma leitura das (i) características das áreas que tem seus parâmetros flexibilizados, (ii) o estágio em que se encontram quanto à regulamentação, (iii) a motivação que a desencadeia e (iv) a forma de regulação

prevista. A análise contribui para a compreensão de como a flexibilização do zoneamento vem ocorrendo em municípios brasileiros, analisando o impacto na cultura de planejamento coercitivo.

GEOPROCESSAMENTO, PANOPTISMO E GOVERNANÇA ADAPTATIVA: REFLEXÕES PARA CAMINHOS MAIS EFICAZES NO MONITORAMENTO DOS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

Raquel Henrique (Universidade do Vale do Paraíba - Univap) - kellhenrique@gmail.com

Nathan David Vogt (Universidade do Vale do Paraíba - Univap) - ndvogt@gmail.com

Maria Angélica Toniolo (Universidade do Vale do Paraíba) - angelica.toniolo@univap.br

Este artigo discute o uso da geotecnologia como dispositivo de vigilância, em específico o geoprocessamento como instrumento panóptico a partir de Foucault (1987), avançando para o uso mais participativos deste dispositivo, no qual as prioridades da população local também sejam consideradas, e não apenas o uso impositivo do planejamento top-down. Para traçar o caminho conceitual desta questão, apresenta-se a importância do monitoramento dos serviços ecossistêmicos como identificado por pesquisas recentes em no tocante a preservação da resiliência e da capacidade adaptativa dos ecossistemas e sobre como a governança adaptativa tem sido apontada como um caminho de efetividade para esta conservação. Por fim, aponta-se caminhos para outros usos dessa ferramenta do geoprocessamento, de modo que consiga negociar trade-offs em usos em arenas com diferentes atores, com objetivo de melhores resultados na conservação dos SEs das Áreas de proteção Permanente e inclusão das prioridades locais, por exemplo.

MODALIDADES DE PLANEJAMENTO: SUAS U-TOPIAS E U-CRONIAS EM ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS, CONCRETAS E RADICAIS

Rainer Randolph (IPPUR/UFRJ) - rainer.randolph@gmail.com

Apesar de parecer obvio, o presente ensaio pretende mostrar como a relação e articulação entre espaço e tempo é uma das principais características para diferenciar modalidades de planejamento (público). Pode se dizer que é de ampla aceitação que cada modalidade de planejamento, ao optar por uma determinada perspectiva do presente e das decorrentes supostas potencialidades que este oferece à ação, visa um "futuro" que, implícita ou explicitamente, procura alcançar; ou seja, parte da rejeição de um lugar presente para chegar a um (ainda) não-lugar desejado; sua u-topia. Para superar a implícita visão de um tempo cronológico-linear da ação planejadora e conseguir explicitar melhor a mencionada articulação entre (não) espaço e (não) tempo, é preciso estender a rejeição do presente também ao passado o que o torna um não-tempo; uma a-cronia. Ou seja,

rejeitar aquilo que, no passado, aconteceu; o desejo de uma história diferente. Trata-se, aparentemente de uma problemática de alta complexidade cuja abordagem só pode ser colocada aqui – até pelo espaço exíguo – como convite à discussão com relação a três diferentes modalidades de planejamento.

O ESTUDO E A PESQUISA SOBRE OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INTERDISCIPLINARIDADE COM A CIÊNCIA POLÍTICA

Carlos Eduardo de Souza Cruz (USP) - carloseduardosc@usp.br
Jeanne Christine Versari Ferreira Sapata (USP) - jeanneveraria@usp.br

O artigo objetiva discutir o estudo e a pesquisa sobre instrumentos urbanísticos no campo dos estudos urbanos, procurando demonstrar como o maior uso da gramática política pode promover avanços e ensejar nova etapa de investigações sobre esses instrumentos, sobretudo em bases comparadas. A sociologia da instrumentação da ação pública constituiu uma das principais referências para a elaboração do artigo, produzido no âmbito de pesquisa em curso. Um levantamento de publicações sobre os instrumentos urbanísticos no campo dos estudos urbanos foi realizado. De sua análise, alcançou-se uma classificação preliminar para a produção científica sobre esses instrumentos, não tendo sido identificada qualquer tendência consolidada de interdisciplinaridade quanto a enquadramentos teóricos da Ciência Política. A análise sugere também que as possibilidades regulatórias dos instrumentos urbanísticos constituem oportunidade de experimentação institucional, o que reclama o desenvolvimento de estudos de caso e de pesquisas comparadas sobre os processos locais de regulação e de implementação desses instrumentos.

O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO NAS EMPRESAS MINERÁRIAS: ANÁLISE A PARTIR DE ALGUNS MUNICÍPIOS DA RMBH

Renata de Leorne Salles (Puc Minas) - renatasalles2020@gmail.com

Júnia Ferrari (UFMG) - juniaferrari15@gmail.com

Renato Barbosa Fontes (UFMG) - renatabfontes@gmail.com

Viviane Fernandes Ribeiro (UFMG) - ribeirovivianef@gmail.com

Este artigo tem como objetivo discutir as práticas de 'investimento social privado' adotadas por empresas minerárias que atuam em sete municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - Brumadinho, Caeté, Itatiaiuçu, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Sabará - e que afirmam promover o desenvolvimento no âmbito local por meio da sustentabilidade, segurança e responsabilidade social. Nesse sentido, foram levantados os princípios norteadores dessas práticas, os temas priorizados, as parcerias estabelecidas e os discursos que as sustentam. A hipótese é que grande parte desse 'investimento social privado', bem como certas parcerias firmadas entre essas empresas

minerárias e algumas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) locais podem ser traduzidas em estratégias de controle e adequação destes grupos no sentido do empreendedorismo social. Em outros termos, é possível que esteja em curso um processo de conversão gradual do associativismo em direção a uma atuação mercantil-filantrópica, além do constrangimento da sociedade civil local no que diz respeito a uma possível luta contra os efeitos deletérios do extrativismo mineral. De outro ângulo, acreditamos que este modelo de 'investimento social privado' também seria uma forma de qualificar a imagem das empresas e legitimá-las perante a sociedade. Nesse sentido, constatou-se uma estratégia geral entre as mineradoras para a construção de uma boa imagem corporativa através da adoção de alguns valores difundidos por órgãos internacionais relacionados à ideia de 'sustentabilidade' e/ou 'desenvolvimento sustentável'. Num contexto econômico fortemente globalizado e financeirizado, o alinhamento a esses princípios 'universais' tornou-se imperativo para conquistar um bom posicionamento no mercado, ganhar credibilidade junto aos investidores e, ainda, demonstrar a importância adquirida pelo setor privado, nas últimas décadas, como agente promotor de bem-estar social e de desenvolvimento econômico nos territórios onde atuam.

O PLANEJAMENTO URBANO EM MÚLTIPLAS ESCALAS: UM PANORAMA DO USO DO SOLO NA GESTÃO URBANA. UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ, SP

Claudia Ciapina Roldão (Programa de Pós-Graduação em Planejamento) - claudia.roldao@jacarei.sp.gov.br
 Cilene Gomes (Programa de Pós-Graduação em Planejamento) - cilenegomes2011@gmail.com

O artigo pretende abordar o planejamento urbano em suas relações com diferentes escalas de conformação do ordenamento territorial através de legislações urbanísticas que determinam o uso do solo no município e região metropolitana em que se insere. Entre os desafios do gerenciamento e planejamento aqui apresentados estão a dinâmica urbana nos níveis local, municipal e metropolitano. Para este estudo as competências ligadas às múltiplas escalas são discutidas a partir dos marcos legislativos que criaram a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) em 2012; o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), Lei Complementar nº 49 de 2003; e por fim, o Polo Automotivo e Tecnológico, um instrumento de planejamento em nível local. O Município escolhido para o estudo de caso é Jacareí, pertencente à RMVPLN, e tem-se o objetivo de contribuir para o debate do PDOT e do PDU, respectivamente em processo de revisão e elaboração

OS NORMATIVOS VIGENTES A PARTIR DE 2016 E A POSSIBILIDADE DE ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DA UNIÃO NO DF: ANÁLISE CRÍTICA DE EXPERIÊNCIAS

Flávia Pedrosa Pereira (Ministério da Economia) - flaviapereira09@gmail.com

No artigo são investigados os normativos recentes com foco na possibilidade de alienação dos imóveis da União no DF. Analisamos algumas experiências incipientes, que possibilitaram, por exemplo, comparar valores de mercado de glebas rurais no DF, aos valores definidos pela planilha do INCRA, que será utilizada como referência para a venda dos referidos bens. Constatou-se que, em cinco glebas da Fazenda Contagem de São João, todas com dimensões aproximadas de 2ha (dois hectares), os valores de mercado são incomparavelmente mais altos que aqueles definidos pela planilha do INCRA, chegando a superá-los em mais de 2.000% (dois mil por cento). Diante da realidade, quando as glebas rurais do DF começarem a ser vendidas provavelmente serão acessíveis a poucos, diante dos altos valores praticados no mercado. Mesmo que os atuais ocupantes possam optar por continuar a pagar regularmente as taxas de ocupação, mantendo os imóveis sob o domínio da União, não é difícil perceber que haverá uma pressão de terceiros interessados em adquirir as propriedades. Até a presente data (abril de 2021) não foram vendidas glebas rurais da União no DF, mas já se observam vários movimentos nesse sentido. Cabe investigar e analisar as iniciativas que virão. Hoje em dia, apesar dos parcelamentos irregulares observados em glebas rurais da União, há a manutenção das características da maioria dos imóveis enquanto rurais, ocupados por pequenos produtores. O futuro é uma incógnita, pois o que por um lado pode ser considerado como fonte de receitas e desoneração das obrigações do Estado, por outro pode significar o aumento na concentração de terras, torná-las inacessíveis aos pequenos produtores, a aceleração do comprometimento ambiental, sobretudo dos recursos hídricos, e a ampliação sistemática dos tecidos urbanos da cidade, numa conversão inconsequente de hectares em metros quadrados. Utilizando dados obtidos através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal, elaboramos mapas comparativos dos imóveis da União vendidos e doados no DF nos últimos 10 anos, o que possibilitou análises interessantes, considerando sobretudo o quantitativo, a localização dos imóveis e as finalidades das doações. Percebemos que, nos últimos 10 anos, as vendas têm sido priorizadas, em detrimento de doações para reforma agrária, regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, e que os imóveis mais bem localizados e valorizados têm sido direcionados para vendas. Entre 2010 e 2020 tivemos 85 imóveis vendidos e 17 imóveis doados. Neste quantitativo de imóveis vendidos estão computados apenas aqueles que foram alienados por meio de concorrência pública. Outros 157 foram alienados através de venda direta no Condomínio Vivendas Lago Azul. Nenhum imóvel doado, a não ser aqueles para sedes de órgãos públicos, se localiza no Plano Piloto de Brasília. No que se refere aos imóveis vendidos, apenas os 14 terrenos em Santa Maria não se localizam no Plano Piloto, mas em um condomínio denominado Residencial Santos Dumont. Conforme apuramos, os valores praticados nas vendas via concorrência pública têm sido valores de mercado. Os imóveis doados para fins de reforma agrária são glebas que se localizam na área rural do DF. Uma área rural, entretanto, próxima ao Plano Piloto de Brasília, que não dista mais de 30 Km do mesmo e que, por isso mesmo, é valorizada do ponto de vista mercadológico e

alvo de disputas por interesses. Então, cada gleba doada para fins de reforma agrária merece atenção e comemoração. Percebeu-se também a pressão para a paulatina conversão de terra rural em urbana no Distrito Federal. Os próprios condomínios Nova Colina e Nova Petrópolis, doados para fins de regularização fundiária, integravam trecho da Fazenda Sálvia, e foram convertidos em área urbana pela legislação distrital, com o intuito de regularização fundiária incluindo a venda direta aos atuais ocupantes. Ademais, é difícil discordar sobre a adequabilidade das vendas de imóveis funcionais, sobretudo quando são vendidos de acordo com avaliações pautadas em valores de mercado, conforme vem acontecendo. O mesmo não se pode dizer, entretanto, dos terrenos e projeções, pois poderiam desempenhar funções públicas diversas, e isso não tem sido levado em consideração. Isso não significa, entretanto, concordar com a destinação dos recursos auferidos com as referidas vendas para a Conta Única do Tesouro, passando a ser utilizados tanto para processos de transferências e descentralização financeira dentro da máquina administrativa do Governo Federal, quanto para garantir o pagamento da dívida pública Brasileira em benefício do grande capital rentista (especulador). Observa-se que, além da pequena quantidade de imóveis da União destinados para fins de regularização fundiária e provisão habitacional, em nenhum o processo de regularização foi concluído, o que nos leva a questionamentos sobre a ineficácia do procedimento de transferência com encargos objetivando a regularização fundiária por outro ente da federação, no caso, pelo GDF. Será que o problema está no instrumento, ou na política e gestão, em um modus operandi que não funciona, talvez intencionalmente? Apesar das vendas ainda não terem engrenado no ritmo divulgado e pretendido pelo Governo Federal, cabe dedicar atenção às tendências. Quando olhamos para o DF, a venda de terrenos bem localizados no Plano Piloto é completamente diferente e gera consequências diversas das vendas de apartamentos funcionais e das vendas diretas para a regularização fundiária de condomínios constituídos irregularmente em terras públicas. Ao nosso ver cabe atenção sobre a continuidade ou não de doações de glebas para fins de reforma agrária e de imóveis para regularização fundiária de interesse social, e à prioridade quase absoluta que o governo tem dedicado nos últimos anos em viabilizar e acelerar a venda dos ativos imobiliários da União. É um viés que se abre para a continuidade da investigação.

PANORAMA DAS AÇÕES DO ESTADO SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO. DIFERENTES ESCALAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS ENTRE 1990 E 2019

Jeferson Tavares (IAU-USP) - jctavares@usp.br
 Julia Rosas (IAU-USP) - juliacaltabianor@gmail.com
 Ivan Galdiano (IAU-USP) - ivangaldiano@usp.br

O objetivo é analisar as políticas públicas federais de desenvolvimento urbano praticadas entre 1990 e 2019 e verificar qual sua influência sobre o processo de metropolização e de dispersão urbana nas cidades brasileiras. Mais especificamente,

em termos qualitativos, se essas ações indicam padrões de ordenamento territorial (por organizações regionais e transformação do tecido urbano) a partir de investimentos federais considerando aspectos da localização desses empreendimentos e sua relação com o território. Dessa abordagem, pode-se lançar as seguintes hipóteses: as ações propagadas pelas políticas públicas federais podem ser compreendidas pelo impacto territorial em âmbito nacional dada a sua incidência e recorrência capilarizada por municípios; essas ações demonstram o aspecto regionalizado das políticas de desenvolvimento urbano numa interface multidimensional das políticas públicas; essas ações ocasionaram transformações no tecido urbano a partir de reescalamentos funcionais.

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO BRASILEIRO: PANORAMA HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL DE USO E OCUPAÇÃO

Jéssica Morais de Moura (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - jessica_morais_moura@hotmail.com

A pauta do patrimônio imobiliário público tem cada vez mais entrado em evidência, sobretudo diante das crises financeiras que exigem um bom tratamento e uso dos recursos públicos. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar um panorama geral a respeito do patrimônio imobiliário público brasileiro, revelando aspectos relativos à delimitação conceitual e jurídica desses bens públicos, o processo histórico de formação dessa propriedade, e, por fim, desafios atuais que incidem sobre a utilização desses imóveis. Para tanto, o estudo se fundamenta numa revisão bibliográfica e documental, sistematizando trabalhos e legislações que tem como enfoque tal temática. Considera-se ainda, uma análise quantitativa de dados acerca dos imóveis públicos pertencentes à União obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI), destacando aspectos da distribuição dessa propriedade no território brasileiro e questões relativas à situação de uso e ocupação desses imóveis.

PERCEÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS SOBRE A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO PLANEJAMENTO DA CIDADE DE CUIABÁ/MT

Emily Ferreira Martello (UFMT) - emilymartello@hotmail.com
 Claudia Regina Heck (UFMT) - clauheck@hotmail.com

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) destaca-se enquanto prática capaz de favorecer a alimentação, a saúde, o meio ambiente, a inclusão social e a geração de emprego e renda. Com o crescimento das cidades, as novas relações socioambientais do espaço urbano requerem a associação entre gestão administrativa adequada, participação efetiva da comunidade e adoção de instrumentos técnicos de planejamento para promoção do seu desenvolvimento sustentável. Em Cuiabá, a demanda crescente do uso do solo por atividades urbanas pressiona permanentemente a expansão periférica, dispersando a ocupação

urbana, no entanto, o melhor uso das áreas urbanas ainda é um desafio. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo de caráter qualitativo é compreender a percepção dos líderes comunitários sobre o planejamento urbano e o espaço para a criação e/ou ampliação das hortas comunitárias urbanas no município. Para tanto, a metodologia adotada compreende a aplicação de entrevistas semiestruturadas, que foram examinadas conforme a abordagem da Análise de Conteúdo. Foi possível apreender que os atores entrevistados compreendem o Plano Diretor como instrumento de planejamento urbano e possuem familiaridade com hortas comunitárias, bem como as avaliam como uma prática viável para as comunidades locais, mesmo conhecendo poucas experiências relacionadas a esta prática no município. Tanto a gestão municipal quanto os líderes comunitários consideram possível o estabelecimento de parcerias entre estes grupos para o desenvolvimento de projetos de hortas comunitárias.

PLANEJAMENTO URBANO PARA QUÊ E PARA QUEM? OCUPAÇÕES FORMAIS E INFORMAIS EM BRASÍLIA

Marecida Sampaio da Rocha (SEDUH/GDF) - mare.sampaio@gmail.com
 Valério Augusto Soares de Medeiros (PPG/FAU/UnB, Câmara dos Deputados) - medeiros.valerio@uol.com.br

A pesquisa tem por intenção avaliar o papel do planejamento urbano no Distrito Federal na construção do território, por meio da leitura diacrônica dos assentamentos implantados, enquanto agente que ora condiciona previamente a ocupação, ora efetiva ocupações não previstas. Em termos teóricos, metodológicos e ferramentais, a pesquisa se fundamenta em levantamento de dados disponíveis referentes à historiografia da cidade e em documentos oficiais que remetem ao tema para a recomposição dos passos elaborados ora por um ator (planejamento oficial), ora por outro (ocupação formal ou informal). O Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica do Distrito Federal – SISDUC e o Sistema de Informações Territoriais e Urbanas do Distrito Federal – SITURB (disponibilizado no Geoportal), ambos desenvolvidos e mantidos pela SEDUH/GDF, são a base para o inventário de projetos e dos mapas desenvolvidos no estudo. Para a compreensão temporal, a investigação está estruturada em quatro etapas, cada uma delas fracionada em períodos: a) de 1958 a 1975; b) de 1976 a 1997; c) de 1998 a 2009; e de 2010 a 2019. Os achados obtidos contribuem para o debate sobre o processo de ocupação territorial do Distrito Federal, ao abordar a relação entre as ações públicas de planejamento, e o modo como o espaço vem sendo ocupado desde finais da década de 1950. Percebe-se uma lacuna evidente entre o planejamento oficial e a ocupação urbana que, após os primeiros anos de construção da cidade, vem sempre um passo à frente do planejamento. Apesar do histórico do DF como cidade planejada, o que se tem visto, em especial na última década, é o planejamento urbano cedendo espaço para a iniciativa informal, dedicado à regularização e não conseguindo se antecipar às demandas sociais por moradia, ou promover a integração e a democratização do território entre as diferentes faixas de renda familiar.

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MEIO RURAL EM CAMBORIÚ/SC

Ivanna Schenkel Fornari Grechi (Universidade do Estado de Santa Catarina) - ivanna.grechi@ifc.edu.br
 Valério Alcécio Turnes (Universidade do Estado de Santa Catarina) - valerio.turnes@yahoo.com.br
 Thaise Costa Guzzatti (Universidade Federal de Santa Catarina) - thaise.acolhida@gmail.com
 Samira Kauchakje (Universidade do Estado de Santa Catarina) - s.kauchakje@udesc.br

O Governo Federal, por meio da Política Nacional de Turismo, define as atribuições no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor, de acordo com os princípios constitucionais da livre iniciativa, da descentralização, da regionalização e do desenvolvimento econômico-social justo e sustentável. Esse estudo reflete sobre a Política Nacional de Turismo e as relações intergovernamentais adotadas pelo Estado brasileiro, com vistas ao desenvolvimento do meio rural, com estudo de caso no município de Camboriú/SC. A Política Nacional de Turismo pode ser considerada um instrumento de participação. Entretanto, apesar das medidas de incentivo ao turismo rural adotadas pelo município, o mesmo não se desenvolveu a contento. Uma suposição é que entre os fatores limitantes para tal situação está a ausência, ao longo dos anos, da organização comunitária para o desenvolvimento de tais iniciativas. É necessário o debate acadêmico para impulsionar o interesse para realização de pesquisas nesta área.

PROCESSO PARTICIPATIVO NOS PLANOS DIRETORES: UMA ANÁLISE DAS CIDADES DE MONTES CLAROS (MG), FORTALEZA (CE) E SÃO PAULO (SP)

Rodrigo Souza Santos (Universidade Nove de Julho) - xrodrigasantosx@hotmail.com
 Cintia de Castro Marino (Universidade Nove de Julho) - cintiacmarino@gmail.com
 Wilson Levy (Universidade Nove de Julho) - wilsonlevy@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo analisar criticamente como se deu o processo participativo para revisão de planos diretores em três cidades: Montes Claros (MG), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP). Partindo da indagação teórica: O que é participação social e como se dá o processo participativo para elaboração dos planos diretores? O trabalho examina de que forma a democracia, a qual é direito constitucional e foi imposta como condição obrigatória no planejamento urbano, tem ganhado contornos práticos nos processos participativos. O método de abordagem permitiu verificar diferenças e semelhanças apresentadas pelos materiais

coletados. Foram consultados documentos oficiais gerados durante processos participativos, como projetos de lei, apresentações e transcrições de audiências públicas, bem como outros documentos públicos. Como reflexão, apesar de muitos avanços conquistados, o planejamento urbano está bastante direcionado a uma atuação jurídicista e institucional, muito desses instrumentos foram cooptados por práticas de um Estado patrimonialista e desigual.

REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E POLÍTICA URBANA: MÉTRICAS ECONÔMICAS NOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO DO DIREITO DE CONSTRUIR NO MUNICÍPIO EM SÃO PAULO

Joyce Reis Ferreira da Silva (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da) - joycerfs@gmail.com

São inúmeros os autores e trabalhos que discorrem sobre o papel do Estado no processo de estruturação e reestruturação capitalista. Desde teóricos como Harvey (1986, 2005), Aalbers (2016), a pesquisadores como Marques (2017), Royer (2009, 2016) e Rufino (2016), buscam demonstrar os aspectos legais, institucionais e econômicos ocorridos no âmbito da atuação pública em resposta (ou como parte) do modelo de reprodução do capital. A partir deste entendimento, o presente artigo pretende aviltar questões sobre as mudanças na política urbana paulistana diante do processo de reestruturação capitalista. Para isso, busca identificar a presença de métricas financeiras na formulação e definição de instrumentos urbanísticos paulistanos, principalmente aqueles ligados ao direito de construir. Para isso, o texto estrutura-se em três partes. A primeira delas discorre sobre a produção do espaço urbano e legislação urbanística, compreendendo como os processos políticos e econômicos influenciam a proposição de instrumentos urbanísticos. Em seguida, detalha a presença de métricas econômicas nas formas de atuação do Estado. Por fim, traz reflexões necessárias sobre incidência do processo de financeirização da produção imobiliária nos instrumentos de regulação do direito de construir, em especial aqueles que dizem respeito à renda imobiliária, componentes de estruturação de empreendimentos e à dimensão temporal da produção imobiliária e da legislação. A reflexão parte desde as primeiras proposições de operações urbanas situadas no contexto de início do neoliberalismo, passando pelas disputas inerentes a aprovação do PDE 2002 no início do processo de centralização do capital. Por fim, culmina na exposição da ampla oferta de benefícios e exigências estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico de 2014, que utilizam métricas econômicas (tais como taxa interna de retorno e regra da oferta e demanda) na formulação de instrumentos como a outorga onerosa do direito de construir e projetos de intervenção urbana. Embora possam ser consideradas como inovações no modo de propor instrumentos urbanísticos, o texto busca discorrer sobre algumas dimensões do atual modo produtivo, dentre elas a sofisticação de cálculos financeiros, intensificação dos processos de extração de renda imobiliária, aspectos da definição dos produtos imobiliários e temporalidades ditadas em função das estratégias de

financiamento dos empreendimentos. Deste modo, entende-se que a complexidade do atual modo produtivo impõe uma condição de difícil acompanhamento por parte da captura da mais valia inicialmente proposta pelos instrumentos com origem no solo criado, e em alguns casos, pelo contrário, pode acentuar as desigualdades sociais e territoriais existentes.

REFLEXÕES ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO BRASILEIRO, AÇÕES DO ESTADO E O PRIVADO

Simone Buiate Brandão (Universidade de Brasília) - buiatt@gmail.com

Fernando Buiate Brandão (Valec) - fernandobuiatt@gmail.com

O objetivo do presente artigo é analisar e refletir sobre os impactos e desdobramentos da Medida Provisória 1065/2021, partindo de um levantamento, entendimento e análise dos processos de implantação do sistema ferroviário brasileiro a partir dos planos nacionais de viação elaborados ao longo do século XIX e XX. A Medida Provisória visa desburocratizar a instalação de trechos ferroviários por parte do capital privado como solução imediata para a questão do sistema ferroviário brasileiro, o que pode acarretar na repetição de problemas históricos e ainda não superados. Nesse sentido, o artigo traz uma leitura breve dos diversos planos elaborados ao longo do processo de implantação das ferrovias brasileiras, com destaque para os planos nacionais aprovados até a atualidade. Com o conhecimento e análise dos planos, foi possível identificar as fragilidades e contradições da Medida Provisória, que pode resultar na repetição de problemas identificados no passado e que comprometeram a formação de uma malha ferroviária, que sustentasse o desenvolvimento e o progresso de regiões do país.

REGULAÇÃO E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO EM FORTALEZA: ALARGAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A RELAÇÃO ESTADO-CAPITAL

Pedro Vitor Monte Rabelo (PPGAU / UFBA) - pedrovitormr@gmail.com

Nos últimos anos, presencia-se uma intensificação de uma idealização frequente da cidade como locus de consumo e de desenvolvimento entrelaçados em uma lógica de constante mercantilização do espaço e apropriação por meio da iniciativa privada. Estes elementos são intimamente relacionados à uma intencionalidade no âmbito do fazer e agir das formas de planejar a cidade, iluminando, assim, as contradições do discurso da política urbana e processos de urbanização. Este trabalho problematiza a forma como o planejamento urbano e a atuação do Estado, enquanto agente regulador do espaço, têm constantemente excluído do direito à cidade os territórios populares periféricos da cidade ao mesmo tempo que perversamente os inclui às lógicas de reprodução e manutenção do capitalismo. O trabalho apresenta-se como uma reflexão

exploratória, a partir de um campo de referências teóricas mobilizado para entender os processos de espoliação em Fortaleza. É neste sentido que a pesquisa busca minimamente evidenciar o debate de contradições referentes à política e planejamento urbano e o seu atual caráter neodesenvolvimentista.

RETERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO NO SERTÃO CEARENSE: CORONELISMO, INDÚSTRIA DA SECA E PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Andreia Duavy (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - andreiaadvay@gmail.com

Denise de Alcântara Pereira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - dalcantara@ufrj.br

Este artigo busca abordar os processos de formação do território sertanejo cearense a partir do conjunto de políticas públicas conhecido como indústria da seca, nas décadas de 1950 a 1970; relacionando o fenômeno migratório e o sistema oligárquico político chamado de coronelismo à constituição da paisagem do sertão. Parte-se do pressuposto de que as políticas públicas formuladas com o intuito de mitigar os efeitos da seca na região operaram de forma dicotômica, de um lado, levando desenvolvimento para algumas regiões e contribuindo no processo de adensamento urbano das cidades brasileiras, mas também gerando espaços desterritorializados nas áreas rurais. Tendo como recorte espacial a rodovia cearense CE-060, no Cariri, o artigo aprofunda os conceitos de território e relações de poder de Milton Santos e Cazella; os processos de desterritorialização abordados por Haesbart e a política coronelista, segundo Leal. Conclui-se que os retirantes sertanejos deixaram seus territórios para promover novas articulações urbanas, adentrando em um sistema de produção que evidencia e amplia seus conflitos; apresentando novas questões para debate: Como as relações de poder se concatenam na produção do espaço sertanejo? Por que a indústria da seca atendeu mais aos interesses desenvolvimentistas? Como essa construção desigual se entrelaça às narrativas de construção simbólica de uma identidade flagelada característica?

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E SUA INCORPORAÇÃO NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PARTICULARIDADES DO MUNICÍPIO DE JERÔNIMO MONTEIRO-ES

Alineane Barbosa Nascimento (Universidade Federal Fluminense) - alineanebarbosanascimento@gmail.com

Érica Terezinha Vieira de Almeida (Universidade Federal Fluminense) - ericalmeida@uol.com.br

Neste artigo intencionamos analisar os conceitos território e territorialidade, sua incorporação na PNAS- Política Nacional de Assistência Social tendo como referência o processo de

implementação do CRAS Boa Esperança no município de Jerônimo Monteiro - ES e as particularidades deste município que situa-se ao sul do Estado do Espírito Santo. Particularmente, analisaremos as diferentes perspectivas sobre tais conceitos e o que orientou não só a implantação do equipamento mas também orienta as ações do CRAS, assim como, a definição da Política de Proteção Básica que é realizada territorialmente.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO NA PERIFERIA DA AMAZÔNIA LEGAL – TOCANTINS

Juliana Aguiar de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - aguiarmelo@uft.edu.br

Nilton Marques de Oliveira (Universidade Federal do Tocantins) - niltonmarques@mail.uft.edu.br

Este artigo apresenta uma análise exploratória dos dados do Programa Bolsa Família no Tocantins, tendo como referencial teórico o debate sobre desigualdade e políticas públicas. Os principais indicadores utilizados foram os repasses por famílias beneficiadas e o Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados indicam haver uma fase de expansão e outra de contração do PBF no estado. Além disso, Jalapão e Bico do Papagaio, microrregiões historicamente mais vulneráveis, destacam-se com maior volume de repasses e beneficiários por habitante ao longo de 10 anos, enquanto as microrregiões de Porto Nacional e Gurupi, centros dinâmicos, se destacam pela redução de repasses e beneficiários por habitantes. Foi observado que a distribuição do programa nas microrregiões não se apresentou de forma homogênea, nem no tempo e nem no espaço, e que o programa, embora tenha grande potencial de redução da pobreza e desigualdade, carece de programas complementares para a permanência dos seus resultados.

ST11. Desenvolvimento urbano e regional

Comissão Científica: Mariana de Azevedo Barreto Fix (USP), Rainer Randolph (IPPUR/UFRJ), Humberto Miranda (Unicamp), Rogério Leandro Lima da Silveira (UNISC)

Temas: aportes à construção do campo do desenvolvimento regional no Brasil; capital e trabalho nos estudos regionais; Estado, planejamento e desenvolvimento urbano e regional; aspectos socioculturais do desenvolvimento urbano e regional; aspectos econômicos do desenvolvimento urbano e regional; quais regiões desenvolver? Qual o sentido de 'desenvolver' nos estudos regionais?

Ementa: Nesta ST serão tratados aspectos relativos ao desenvolvimento urbano e regional – objeto de debate que tem raízes no ENANPUR. Em primeiro plano, visam-se aspectos relativos aos transbordamentos do urbano, das relações recíprocas, mas não simétricas, dos pontos mais urbanizados do espaço com o seu entorno. São as cidades maiores que 'subordinam' as menores ao seu redor. Contudo, o que talvez mereça mais atenção é o olhar das menores neste contexto. Ou seja: cabe considerar, com algum cuidado, também a perspectiva do 'subordinado'. Que importância tem o Estado aí? Que decisões – tomadas por quem- conduziram e continuam conduzindo à primazia econômica das cidades maiores? Que implicações econômicas resultam para a 'região' de referência? Quais são os custos sociais e ambientais resultantes para a 'região' de referência? Enfim, o que tem significado 'desenvolvimento urbano e regional' nesses contextos? Essas perguntas podem e devem ser complementadas com a identificação de alternativas de organização / ordenamento do espaço em escala urbana e regional, no Brasil e na América Latina, considerando, principalmente, a qualidade de vida das populações – o que abarca não apenas condições materiais, mas também aspectos socioculturais e socioambientais.

CIDADES PEQUENAS, REDE URBANA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA REGIÃO DOS VALES-RS

Rogério Leandro Lima da Silveira (Universidade de Santa Cruz do Sul) - rlls@unisc.br
 Carolina Rezende Faccin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - faccincarolina@gmail.com
 Luana Pavan Detoni (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - luanadetoni@gmail.com

Aborda-se a temática da urbanização das cidades pequenas, em suas dinâmicas econômicas e interações espaciais, e em sua relação com o desenvolvimento regional. A urbanização brasileira revela desiguais processos de concentração da população, bens e serviços, e de desenvolvimento econômico e socioespacial nas suas cidades. O objetivo é analisar as dinâmicas de urbanização

e as relações espaciais apresentadas pelas cidades pequenas em sua interação com e no território, e com o desenvolvimento regional, verificando suas particularidades, semelhanças e diferenças. Objetiva-se ainda construir uma tipologia inicial de cidades pequenas quanto ao seu processo de urbanização, de centralidade regional e de interações espaciais na rede urbana regional. O recorte empírico são as cidades pequenas localizadas na região dos Vales, na área centro oriental do Rio Grande do Sul. Metodologicamente, utilizou-se dados secundários do IBGE e do DEE-RS. Os tipos urbanos identificados guardam relação com sua participação na divisão territorial do trabalho regional.

A DINÂMICA POPULACIONAL E PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, PARANÁ

Francis Régis Gonçalves Mendes Barbosa (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - francis_barbosa@hotmail.com
 Ricardo Rippel (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - ricardo.rippel@unioeste.br
 Jandir Ferrera de Lima (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - jandir.lima@unioeste.br

O objetivo deste artigo foi analisar a reestruturação produtiva e os impactos econômicos e populacionais do município de Guaíra-PR. Para tanto, foram utilizados os aportes teóricos e empíricos sobre migração e analisada a evolução de indicadores de população, mercado de trabalho, crescimento e desenvolvimento econômico, no período entre 1975 e 2018. Os resultados apontaram que Guaíra apresentou crescimento econômico desde a década de 2000, basicamente proveniente do crescimento dos setores industriais de têxtil e vestuário, do processamento de alimentos, comércio e serviços. Porém, o seu contingente populacional pouco se alterou desde 1970, sendo considerado um local de repulsão migratória. Outros municípios da região Oeste do Paraná apresentaram condições econômicas e sociais mais favoráveis à manutenção e absorção de migrantes.

A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DE ASPECTOS ECONÔMICOS, GEOGRÁFICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS: UM ESTUDO EM PORTO ALEGRE/RS

Patricia Pohlmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - patricia.arquitetura@gmail.com
 Bruno Gallina (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - bruno.bg@hotmail.com
 Aline Cristiane Scheibe (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - arq.alinecs@gmail.com
 Livia T. Salomão Piccinini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - livia.piccinini@ufrgs.br

O espaço é constantemente formado e alterado a partir da imbricação entre as diversas instâncias (econômica, institucional, cultural, espacial, ambiental). As transformações do e no espaço são constantemente pressionadas pela necessidade de acumulação de capital (Harvey, 2013). Entendemos que a

instância econômica exerce influência sobre o espaço, transformando-o de acordo com os interesses dominantes. Com um estudo em Porto Alegre/RS, desenvolvemos uma leitura através da identificação, interpretação e análise dos elementos do espaço segundo Santos (2014), interpretados a partir de dados capazes de possibilitar uma análise ampla do município. Busca-se compreender como o espaço, no período entre 1985 a 2019, se transformou a partir de aspectos econômicos, geográficos, sociais e políticos. Os resultados apontam a importância do espaço na acumulação do capital devido à materialidade necessária para se expandir e a influência e dependência das políticas públicas urbanas nesse processo.

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: BASES EPISTÊMICO-TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE E PROSPECÇÃO TERRITORIAL

Rafael Gonçalves Gumiero (Universidade Federal do Sul e Sudeste do) - gumiero@unifesspa.edu.br
 Monica Carniello (Universidade de Taubaté - UNITAU) - monicafcarniello@gmail.com
 Edegar Rotta (Universidade Federal da Fronteira Sul) - erotta@uffs.edu.br
 Anelise Graciele Rambo (UFRGS) - anelise.rambo@ufrgs.br

A abordagem territorial do desenvolvimento tem como referência o território, tanto no diagnóstico, quanto na análise e prospecção de alternativas de futuro. Desde fevereiro de 2021, está em execução um processo de investigação, envolvendo mais de trinta pesquisadores oriundos de vinte universidades do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina, cujo objetivo é mapear os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos que atendam à perspectiva territorial de análise, com o fim de orientar a elaboração de procedimentos metodológicos que sirvam de base para viabilizar o reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial. Parte-se do entendimento de que é necessário alargar o escopo da abordagem territorial, situando-o na perspectiva do diagnóstico, análise e prospecção em recortes territoriais, tais como, territórios, regiões ou municípios. Um primeiro passo foi dado, definindo bases epistêmico-teórico-metodológicas. Um dos desafios, na sequência, é definir uma matriz metodológica multidimensional.

ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DOS MUNICÍPIOS DE FRANCISCO BELTRÃO E PATO BRANCO

Renata Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - renata.cattelan@gmail.com
 Ricardo Rippel (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - ricardorippel@yahoo.com.br

O objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica da estrutura produtiva dos municípios de Francisco Beltrão e de Pato Branco

no contexto da Mesorregião Sudoeste Paranaense para os anos de 1999, 2009 e 2019. A metodologia utilizada são as medidas de localização e especialização, que permitem compreender as relações e transformações produtivas entre os municípios de interesse e no contexto da região como um todo. Os principais resultados indicaram que Francisco Beltrão e Pato Branco têm estrutura que inclui diversas atividades especializadas, sendo que houve alterações importantes na dinâmica produtiva entre os anos analisados. Os dois municípios encontram-se em processo de desenvolvimento levando em consideração que possuem atividades com força motriz, que podem gerar encadeamentos produtivos entre atividades e complementares com outros municípios, e assim gerar um ciclo positivo de geração de empregos e renda, assim como de desenvolvimento para a região como um todo.

AS MOBILIDADES PENDULARES COMO EXPRESSÃO PARA AS POLICENTRALIDADES

Lucas Ponte Mesquita (Universidade Federal do Paraná) - ponte.mesquita@gmail.com
 Juçara Spinelli (Universidade Federal da Fronteira Sul) - jucara.spinelli@uffs.edu.br

A rede urbana brasileira, na atual fase do processo de globalização e financeirização dos espaços, apresenta maior complexidade, pois para além da ordem hierárquica das cidades, vem passando por novos fluxos pendulares e refuncionalização das centralidades. O fenômeno policêntrico surge como uma chave de interpretação para compreender estes atuais processos urbanos. Como objetivo geral, o presente texto visa apresentar as policentralidades identificadas na área funcional urbana (FUA) de Passo Fundo. A pesquisa foi desenvolvida em três eixos: a) análises dos índices de entradas e saídas dos movimentos pendulares para trabalho ou estudo dos municípios; b) identificação do direcionamento dos fluxos pendulares por modelos policêntricos; c) intercruzamento de dados das pendularidades com a base técnica das rodovias. Os resultados obtidos permitem concluir que há diferenciações entre as motivações das mobilidades pendulares: quando a estudo configuram-se monodirecionais, e quando a trabalho em modelos multidirecionais revelando realidades policêntricas e o fenômeno do cross-commuting na região.

ASPECTOS ECONÔMICOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE VELHO CHICO (BA): UMA PERSPECTIVA INDUTIVA DE PESQUISA

Érico Rodrigo Mineiro Pereira (Universidade Salvador) - ericormpereira@gmail.com
 Manoel Joaquim Fernandes de Barros (Universidade Salvador) - manoelj@unifacs.br

O Território de Identidade Velho Chico situa-se dentre aqueles de pior situação do ponto de vista socioeconômico, dificultando,

entre outras coisas, a fixação de pessoas, além de possuir condições desfavoráveis para aqueles outros que, por motivos diversos, não conseguiram buscar alternativas de vida em outras cidades. Caracteriza-se também por situar-se em áreas ocupadas por dois grandes sesmeiros no processo de colonização do Brasil, a saber, Guedes de Brito e Garcia D'ávila. Sobremaneira, pela grande concentração de terras em mãos de proprietários que não produzem nela, e pela existência de um extenso curso d'água – o Rio São Francisco. O objetivo do trabalho aqui consubstanciado é apontar para possíveis saídas ao problema dos baixos indicadores ali observados, identificando investimentos aderentes à realidade que possam possibilitar a minoração ou superação dos entraves no pós-pandemia, algo que será feito por meio da análise do que inversões realizadas na região – de que são exemplos os planos de desenvolvimento já implementados pela FUNDIFRAM e CODEVASF; daquelas ideias consubstanciadas na construção de pontes e rodovias locais, corolários todos de iniciativas com planejamento ainda na década de 1940, sendo boa parte deles voltada à implementação do agronegócio no contexto do PLAVASF; e de peças orçamentárias como a LOA (Lei Orçamentária Anual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PPA (Plano Plurianual) desses primeiros vinte anos do século XXI (Estado da Bahia). Entende-se aqui a pobreza como histórica e contrária ao desenvolvimento de potencialidades, sendo a sua superação o objeto de busca neste trabalho empreendida, o qual será buscado por meio do método indutivo de pesquisa.

CENTRALIDADES EM GOIÂNIA: DINÂMICAS URBANAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Jhonier Silva Santos Duarte (Universidade Federal de Goiás) - arqduarte1@gmail.com
Christine Ramos Mahler (Universidade Federal de Goiás) - christine.ramos@ufg.br
Wagner de Souza Rezende (Universidade Federal de Goiás) - wagnerrezende@ufg.br

O artigo descreve o processo de produção das centralidades em Goiânia ao longo de sua existência e os impactos da sua expansão urbana na formação de novas centralidades. Inicialmente se apresentam os conceitos de centro e centralidade para, em seguida, utilizar de três bases de análise: da expansão da malha urbana; do sistema viário; e das centralidades em si. Por fim, discute-se o tema das centralidades enquanto paradigmas, influenciados por interesses políticos, socioeconômicos, etc. Como metodologia utilizou-se métodos histórico-históriográfico, análises documentais e cartografias. Desse modo, além de mapear o desenvolvimento da cidade, o estudo busca observar a constituição e ressignificação das centralidades como resultado de processos sociais, como a segregação. Foi possível perceber como o planejamento urbano influenciou nas centralidades, ganhando uma dinâmica própria com a apropriação econômica da cidade, entendendo-as enquanto protagonistas da estruturação urbana, promovendo a expansão, segregação e descentralização, importantes na composição metropolitana de Goiânia e na sua dinâmica espacial.

CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS, INTERAÇÕES ESPACIAIS GLOBAIS DESDE REGIÃO DOS VALES-RS

Carolina Rezende Faccin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - faccincarina@gmail.com
Carlos Stavizki Junior (Universidade de Santa Cruz do Sul) - carlos_stavizki@hotmail.com

Aborda-se as interações espaciais globais que as cidades médias e pequenas participam, através dos fluxos de exportação e importação, configurando relações espaciais heterárquicas em distintas escalas espaciais. Analisam-se os dados de exportação e importação dos principais setores produtivos da região dos Vales-RS, notadamente os setores de produção de tabaco e de carne de frango e de suínos. Utilizam-se dados de exportação e importação de 2018, do Comex Stat bem como dados complementares das empresas importadoras e exportadoras cadastradas no registro de estabelecimentos do MAPA. Na subregião do Vale do Rio Pardo predominam as exportações de tabaco conduzidas sobretudo por cinco empresas multinacionais. Na sub-região do Vale do Taquari há uma maior diversidade de produtos exportados e, dentre as principais empresas exportadoras de carne de frango e de suínos, foram identificadas duas cooperativas, duas empresas locais e uma multinacional. As interações espaciais decorrentes dessa dinâmica de comércio exterior põe em destaque o papel das cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado, e de algumas cidades pequenas da região, pelos altos montantes exportados e também por sediarem plantas industriais das principais empresas exportadoras.

CIDADES NOVAS: A UTOPIA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO CAPITALISTA DA REGIÃO CENTRO-NORTE-AMAZÔNICA

Germana Pires Coriolano (Universidade Federal do Tocantins) - germanapires@uft.edu.br
Eduardo Alberto Cuscé Nobre (Universidade de São Paulo) - eacnobre@usp.br

Neste artigo buscamos compreender a dinâmica de estruturação urbana da região centro-norte-amazônica, enquanto espaço de expansão da fronteira capitalista, por meio da análise da implantação das cinco cidades novas, capitais planejadas do Brasil, desde o início do período republicano: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Roraima e Palmas; compreendendo-as como espaços estratégicos de expansão capitalista para atender as necessidades de controle do território, especificamente com o objetivo de ocupação da região centro-norte-amazônica.

CONCENTRAÇÃO ESPACIAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO CEARÁ: EVIDÊNCIAS PARA O DEBATE REGIONAL

Maria Daniele Cruz dos Santos (Universidade Federal Fluminense - UFF) - danielecruzeconomia@gmail.com

Marco Antonio Vargas (Universidade Federal Fluminense - UFF) - mvargas@id.uff.br

O presente trabalho visa apresentar onde estão e quais são os as atividades econômicas concentradas no Estado do Ceará. Para isso, utilizou algumas ferramentas que podem viabilizar esse processo: o índice de concentração normalizado (ICN), que vai apresentar os setores concentrados no Estado e em qual município eles estão; a curva de Lorenz, que vai apresentar se essas atividades estão concentradas e distribuídas espacialmente no estado igual a estrutura produtiva do estado e por fim, plota-se em mapas os setores mais concentrados a fim de visualizar as concentrações a nível de meso e microrregiões. Os resultados apontam para predominância de concentração em três setores: Agropecuária, Comércio e Indústria de transformação. O primeiro localiza-se em regiões que concentram a produção de 80% do total estadual. O setor de comércio concentra-se na região leste do estado, enquanto o setor de indústria de transformação está situado no litoral, o que é explicado em grande medida, pelas políticas engendradas nos governos estaduais pós redemocratização, a começar com Tasso Jereissati e a "era das mudanças".

CONSIDERAÇÃO SOBRE A DINÂMICA URBANO-REGIONAL BRASILEIRA APÓS 1990: ENTRE A TEORIA, O MÉTODO E A ANÁLISE

Leonardo Rodrigues Porto (Universidade Federal do Delta do Parnaíba) - lnrdporto@gmail.com

O objetivo deste artigo é propor uma reflexão teórica e metodológica a respeito da dinâmica urbano-regional do Brasil, para o período posterior a 1990. Numa perspectiva histórico-estrutural, discute a possibilidade de se empreender uma análise integrada a respeito da rede urbana e das estruturas produtivas regionais. A pesquisa teve um caráter exploratório e buscou apresentar, em termos teóricos e conceituais, os instrumentos analíticos a respeito da dinâmica urbano-regional. Nesse sentido, conclui pela necessidade de se investigar os elementos estruturadores que compõem as regiões e condicionam as configurações de seus espaços sub-regionais. De igual modo, aponta para os efeitos cumulativos das mudanças macroestruturais do capitalismo contemporâneo e das políticas nacionais, sociais e/ou regionais, nas últimas décadas, sobre as diferentes trajetórias urbanas e regionais. Com isso, manifesta-se um conjunto de determinações que precisa ser observado em escalas diferenciadas, caracterizando a interdependência dos fenômenos sociais.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

César Nunes de Castro (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) - cesar.castro@ipea.gov.br

Monise Terra Cerezini (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) - monise.cerezini@ipea.gov.br

O Projeto de Integração do São Francisco (PISF) representa ambicioso projeto de infraestrutura destinado a aumentar a oferta hídrica na região mais árida do Brasil. Atrou-se ao PISF o objetivo de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do território situado nas áreas de influência do projeto. Avaliar a complementariedade existente entre o PISF e as políticas públicas que promovam o desenvolvimento regional constitui o objetivo deste artigo. A maior parte dos 398 municípios da área de influência do PISF é classificado, de acordo com a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nas classes prioritárias para o recebimento de investimentos da política regional brasileira. Foram identificados certo descompasso entre a abrangência dos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento da região e a limitação setorial dos projetos incluídos no Plano de Desenvolvimento Regional Integrado da área de abrangência do PISF (PDRS-SF) e inconsistência entre a operação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), principal fonte financeira da política de desenvolvimento regional nordestina, e as premissas da PNDR.

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DO PLANO MAIS IDH DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS PAA E PNAE

Laudelina Alves Ribeiro (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - Laudelinaribeiro@outlook.com

Uelson Serra Garcia (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - uelsonsgarcia@gmail.com

Jefferson Andronio Ramundo Staduto (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - jefferson.staduto@unioeste.br

O Plano IDH Mais do estado do Maranhão procura promover o desenvolvimento dos municípios com baixo índice de desenvolvimento e está associado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O objetivo deste estudo analisar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental nos municípios que abrangem o Plano IDH Mais do estado do Maranhão por meio do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental (IDSA), para o ano de 2017 (último Censo Agropecuário disponível), e pela correlação espacial da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Como metodologia utilizou-se a Análise Fatorial juntamente com o IDSA, além da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Os resultados apontam que existem diferentes fatores que contribuem para a atual condição de desenvolvimento dos municípios com menores IDHM, e mesmo pertencentes ao grupo de maior vulnerabilidade social, existe grande heterogeneidade entre os municípios, indo desde os aspectos socioeconômicos, até mesmo ambientais.

DINÂMICAS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL PELA VERTICALIZAÇÃO: O CASO JARDIM GOIÁS E RESIDENCIAL ELTORADO

Bruna Santos da Silva (UFG) - dabruna@discente.ufg.br
Thais Valle Di Simoni (UFG) - thaisvalle@discente.ufg.br
Jhonier Silva Santos Duarte (UFG) - arquarte1@gmail.com

A expansão das cidades provoca fenômenos diversificados, entre eles a segregação socioespacial e a verticalização intensas. Compreendendo essa dinâmica de produção espacial, esse artigo trata da segregação e da verticalização no processo de formação, expansão e ocupação de Goiânia, representando duas realidades distintas, identificadas pelo Residencial Eldorado e pelo Jardim Goiás. Objetiva-se explicar os conceitos dos respectivos assuntos, por meio dos referenciais teóricos, contexto histórico e análise espacial. Em um segundo momento, apresenta-se os bairros e suas particularidades, principalmente vinculadas a verticalização. No final ocorre uma discussão baseada na visualização empírica e correspondência com os critérios investigados, sobre como as ocupações de edifícios verticais, destinadas no caso, à uma parcela abastada da população, representam um padrão de segregação socioespacial nas áreas. É possível identificar como duas regiões distintas em Goiânia, e com processos independentes, adquirem similaridades e mesmo nas diferenças denotam-se modelos espaciais de segregação com verticalização na reestruturação urbana.

FORMAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS URBANAS: A AGLOMERAÇÃO URBANA, A REDE URBANA E A REGIÃO

Oséias Teixeira da Silva (Instituto Federal Fluminense - IFF) - oseiageografo@gmail.com

O objetivo do presente artigo é compreender as diferentes formas de integração entre os espaços urbanos e rurais como essas diferentes formas de integração produzem unidades diferenciadas. A primeira modalidade de integração está relacionada aos deslocamentos cotidianos, que se desenvolvem em aglomerações metropolitanas ou não metropolitanas. Outra forma de integração urbana está relacionada a formação de uma rede urbana na qual temos bens e serviços dispostos hierarquicamente, sendo que para encontrar certos bens, moradores de cidades de menor hierarquia precisam se deslocar para cidades de maior nível hierárquico. A terceira forma de integração está relacionada a fluxos de dimensão regional, que se relacionam principalmente ao deslocamento de mercadorias e fluxos de pessoas que se configuram em ritmos de tempo diferenciados. Depois disso discutimos como as tendências de desenvolvimento associadas a globalização tendem a embaralhar as diferenças entre essas três formas de integração a partir da constituição de aglomerações urbanas/regionais.

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL PRODUTIVA DURANTE OS SÉCULOS XX E

XXI: EFEITOS NA DINÂMICA ECONÔMICA DO LESTE METROPOLITANO – RJ

Michelle do Carmo Vieira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - mi_chellevieira@hotmail.com
Marcio Silva Borges (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - marcioborges@ufrjr.br
Jerry Ferreira Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - jerryflima@hotmail.com
Juliana da Silva Virginio (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - juliana.virginio@gmail.com

No atual cenário brasileiro foram percebidas transformações territoriais decorrentes de investimentos voltados para a reestruturação de espaços produtivos. Nesse contexto, a instalação do COMPERJ (atual Polo Gaslub) apresentava-se como oportunidade de crescimento econômico e desenvolvimento territorial através da possibilidade de recuperação de áreas estagnadas na periferia da metrópole. Partindo dessa problemática, o artigo buscou refletir sobre o atual cenário social e econômico em que se insere o Leste Metropolitano a partir dos efeitos produzidos pela dinâmica industrial e as implicações resultantes do COMPERJ. Verificou-se que aspectos históricos de integração econômica foram desconsiderados, delineando novas formas de apropriação e controle do território. Além disso, a não consolidação de empreendimento tal como planejado evidencia a necessidade de pensar suas estruturas atuais e os desafios impostos pela lógica do sistema de acumulação capitalista perante os seus reflexos nesses espaços.

MEMÓRIA, FRAGMENTOS, PATRIMÔNIO: RELAÇÃO DOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SANTA MARIA COM SEUS TESTEMUNHOS EDIFICADOS

Francisco Queruz (Universidade Franciscana) - francisco@ufn.edu.br
Juliana Lamana Guma (Universidade Franciscana) - arq.juguma@gmail.com

A história de uma cidade pode ser contada através dos seus remanescentes edificados? Existe relação entre os períodos urbanos mais lembrados com suas edificações preservadas? Ao longo desse texto, pretende-se analisar a evolução da malha urbana de Santa Maria/RS através de sua expansão, mas também identificar os bens arquitetônicos preservados. Para a identificação dos ciclos, utiliza-se da metodologia de Célia Ferraz de Souza (1997) que indica que a divisão da evolução urbana pode ser organizada em tantas fases quanto consideradas necessárias para compreender o crescimento de uma cidade e estas podem ser multifatoriais. A abordagem que será realizada a seguir consiste na revisão dos conceitos de desenvolvimento urbano e sócio-espacial, proposta por Marcelo Lopes de Souza (2020), percebendo assim as nuances e que estão implícitas nesses conceitos e também a compreensão da forma como ocorre a valorização e a manutenção de bens para o estabelecimento de

identidade a uma comunidade. A partir deles, serão propostos ciclos de desenvolvimento e evolução urbana para a cidade de Santa Maria, com base nas bibliografias disponíveis, para então perceber quais são os exemplares relevantes que ainda participam da construção do mosaico identitário urbano e que foram reconhecidos através de legislações municipais, estaduais ou federais. Por fim, observa-se quais são os períodos mais e menos lembrados e preservados do município, até o momento.

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS MINERADOS DO PARÁ

Antônia Larissa Alves Oliveira (UNICAMP) - LARISSA.ALLVES@HOTMAIL.COM
 Daniel Nogueira Silva (UNIFESSPA) - daniel.nogueira@unifesspa.edu.br

A indústria extrativista mineral tem papel central na dinâmica econômica da Amazônia oriental brasileira desde os anos de 1940, principalmente no estado do Pará. No entanto, observa-se uma aparente contradição entre o desenvolvimento socioeconômico e a mineração. Se por um lado os grandes projetos geraram crescimento econômico, principalmente por conta do aumento do Produto Interno Bruto, por outro, não se observou um maior bem-estar da população em geral. Nesse sentido, este trabalho busca analisar o desenvolvimento social e econômico de seis municípios minerados do Pará com base em uma abordagem histórica e na análise de um conjunto de indicadores socioeconômicos a partir do Censo de 2000 e 2010. Os principais resultados revelam que a mineração, a despeito de ter levado ao crescimento econômico, não pode ser associada a melhores índices sociais para os municípios pesquisados.

MOVIMENTO PENDULAR E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS DIÁRIOS A PARTIR DE 5 CIDADES INFLUENTES DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE (AMPLANORTE)

Cláudio Machado Maia (Universidade do Contestado - UnC) - claudiomaia.dr@hotmail.com
 Jacir Favretto (Universidade do Contestado -UnC) - jacirfa@gmail.com
 Jairo Marchesan (Universidade do Contestado - UnC) - jairo@unc.br
 Leticia Paludo Vargas (Universidade do Contestado - UnC) - leticia.vargas@professor.unc.br

Este estudo analisa o movimento populacional pendular de 5 cidades influentes que compõem a Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE). A partir de constatações dos autores, amparado e conduzido em dados e informações oficiais e na literatura sobre o tema, utilizou-se dos conceitos de Redes Geográficas e as articulações territoriais. A oferta de postos de trabalho, prestação de serviços nas áreas da educação e saúde além da busca pela sobrevivência humana,

exigem que as pessoas se movimentem diariamente de um município para outro buscando atender suas necessidades. O movimento pendular entre municípios, justifica-se, pois, muitos trabalhadores possuem relações familiares, residências ou casa própria nos municípios de origem. Conclui-se que alguns municípios e cidades influentes, detêm centros de especialidades na área da saúde, educação profissional e formação acadêmica superior, bem como, oferecem postos de trabalho, tornando-se centros de gestão do território, que se fortalecem com maior dinamismo socioeconômico regional.

O BOOM DE COMMODITIES E DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA: O CASO DAS REGIÕES DE CARAJÁS E DO MARAJÓ

Maurílio de Abreu Monteiro (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) - maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br

O artigo analisa aspectos da diferenciação regional da pressão, ocorrida na última década do século passado e na primeira deste século, para que, com base no bioma Amazônia, fosse ampliado o suprimento de commodities a fim de atender ao boom de demanda global, o que é realizado por meio da investigação das regiões de Carajás e do Marajó que, dentre as da fração brasileira do bioma, apresentaram respostas muito diferenciadas. Para tanto, recorreu-se a técnicas consagradas no campo do planejamento urbano e regional que permitiram inferir diferenças estruturais entre as regiões que foram articuladas a elementos decisivos da conformação delas como unidades espaciais distintas. Isso possibilitou interpretar os fundamentos das diferenças estruturais entre as economias; apontar que a conformação dessas diferenciações remontou a ajustes espaço-temporais que mediaram a inserção delas ao espaço global, sobretudo, os patrocinados pelos governos militares na segunda metade do século XX; e explicitar de que maneira as diferenciações e singularidades regionais repercutem na divisão do produto social e nas perspectivas de desenvolvimento regional.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ/PR: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Luis Claudio Krajevski (Universidade Federal do Paraná) - luisck@ufpr.br

O Paraná possui indicadores socioeconômicos acima das médias nacionais. Contudo, esse desenvolvimento não é homogêneo, com desigualdades expressivas entre suas regiões. O objetivo deste trabalho é identificar o desenvolvimento socioeconômico da microrregião de Paranaguá (litoral paranaense), com destaque para alguns indicadores selecionados, os quais não só apontam as discrepâncias com as demais regiões paranaenses, como também mostram as desigualdades socioeconômicas intrarregionais. A metodologia adotada foi a bibliográfica-documental, a qual subsidiou este estudo com elementos que

auxiliam a compreensão acerca do desenvolvimento regional. As principais fontes de dados foram os sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Os resultados indicam o atual desenvolvimento socioeconômico microrregional, além das significativas desigualdades entre seus municípios, corroborando com a perspectiva de que o desenvolvimento é desigual.

O ESQUECIMENTO DOS RIOS NA PAISAGEM CARIOCA

Beatriz Cruz Amback (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - beatriz.amback@fau.ufrj.br

Aline Pires Veról (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - alineverol@fau.ufrj.br

O crescimento urbano traz como consequência a degradação de corpos hídricos, que perdem o seu valor cultural e são afastados da paisagem urbana. Esse trabalho estuda um recorte geográfico compreendido por uma bacia hidrográfica a partir da aplicação de critérios de análise, considerando a relação dos corpos hídricos com o seu contexto urbano. Por sofrer historicamente com inundações, foi escolhida como recorte geográfico a Bacia Hidrográfica do Rio Trapicheiros, inserida na Bacia Hidrográfica do Canal do Mangue, no Rio de Janeiro. Foi feita uma caracterização do recorte e foram definidos critérios de análise. Em seguida, a bacia foi compartimentada e os critérios de análise foram aplicados em cada trecho. O resultado foi um quadro-síntese que revela características presentes em cada compartimento do recorte. A aplicação da metodologia mostrou-se útil para a análise da paisagem focada no papel do corpo hídrico e pode orientar projetos de drenagem integrados a projetos paisagísticos.

ORIGENS DO CIRCUITO DE CINEMAS DE RUA DO VALE DO ITAJAÍ - SC (1900-1930): DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IMIGRAÇÃO E CULTURA

Yasmin Lopes Müller (UDESC) - yasmin.muller@edu.udesc.br

Renata Rogowski Pozzo (UDESC) - renata.pozzo@udesc.br

A proposta de pesquisa apresentada objetiva compreender a gênese e o desenvolvimento da atividade de exibição cinematográfica no Vale do Itajaí em associação com seu processo de formação e desenvolvimento regional. A primeira exibição pública de cinema no Vale do Itajaí ocorreu em 1900, sendo também a primeira registrada em Santa Catarina. Ao longo do século XX, a região tornou-se a mais expressiva do estado em número de salas. Argumenta-se que a precocidade da chegada do cinema nessa região deve-se ao caráter urbano e técnico da imigração e, também, ao caráter atribuído à cultura como forma de adaptação às novas terras. A partir dessa origem, o desenvolvimento do setor cinematográfico acompanha o desenvolvimento regional do Vale do Itajaí, representando um vetor de investimento do capital inicialmente comercial e posteriormente industrial.

PARADIGMA DO EQUILÍBRIO VERSUS PARADIGMA DO CONFLITO: UM OLHAR DA ANÁLISE ESPACIAL INTRAURBANA PARA BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Marcos Ricardo dos Santos (Universidade de Brasília) - marcos.ricardo@aluno.unb.br

A proposta deste artigo é combinar um referencial teórico de múltiplas disciplinas a fim de aprofundar a análise espacial intraurbana, com o intuito de entender as dinâmicas de formação de preços, os instrumentos utilizados pelos empreendedores imobiliários e os desejos do mercado demandante, buscando identificar os fatores que levaram o município catarinense de Balneário Camboriú a vivenciar um processo acelerado de urbanização, crescimento e verticalização, considerando as implicações desse processo em termos de infraestrutura, economia, gestão fiscal, meio ambiente e indicadores sociais. Também se pretende analisar a pertinência ou não da adoção de instrumentos legais urbanísticos que possam distribuir, para toda a sociedade, os ganhos privados oriundos da valorização dos imóveis por conta da obra de ampliação da Praia Central de Balneário Camboriú, custeada pelo governo municipal, mas cujo impacto se estende a toda a cidade.

PLANEJAMENTO URBANO E CENTRALIDADES COMERCIAIS VAREJISTAS: ANÁLISE ESPACIAL NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE

Juliana Lombard Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - julianalombards@gmail.com

Clarice Maraschin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - clarice.maraschin@ufrgs.br

O estudo da estrutura espacial das centralidades varejistas e sua transformação ao longo do tempo é fundamental para subsidiar as políticas de planejamento voltadas ao comércio. Este artigo compara as centralidades comerciais planejadas pelo poder público com a realidade existente e seu objetivo é discutir os principais resultados desse planejamento e identificar fatores atuando no processo de emergência dessas centralidades. Analisa-se o caso da zona sul da cidade de Porto Alegre, comparando-se as propostas de polarização prescritas pelo Plano Diretor (PDDU, 1979) com a situação atual. Buscou-se aplicar uma metodologia semelhante à utilizada em 1979, identificando a localização e concentração espacial das empresas varejistas e estimando seus níveis hierárquicos, a partir de dados da RAIS (2010). Os resultados identificam diferentes fatores envolvidos na dinâmica quantitativa e espacial do comércio, evidenciando a complexidade desse processo e os desafios colocados à sua gestão.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA ESCALA INTRAMUNICIPAL: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE ESPACIAL PARA O MUNICÍPIO DE CAMAÇARI/BA

Patrícia Santos Oliveira (Prefeitura Municipal de Camaçari) - patriciasoliveira2018@gmail.com
 Laumar Neves de Souza (UNIFACS) - laumar.souza@unifacs.br
 Luiz Fernando Quintanilha (UNIFACS) - quintanilha.lf@gmail.com
 Renato Reis (UNIFACS) - renato.reis@unifacs.br

Este trabalho analisou a distribuição espacial da pobreza multidimensional em Camaçari, município mais industrializado da Região Nordeste brasileira, no ano de 2010. Para dar conta dessa tarefa utilizou-se o Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI), aplicando-se os dados do último Censo Demográfico, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados demonstraram evidências de um padrão de associação espacial do fenômeno, com concentração em determinadas regiões pela existência de clusters de pobreza no município. Comprovou-se também que o uso de medidas embasadas apenas na renda pode mascarar a existência de privações que compõem outras dimensões da pobreza. Além disso, os resultados confirmaram a importância da utilização de uma abordagem multidimensional para a correta aferição da pobreza e, principalmente, para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas mais adequadas para sua mitigação ou mesmo sua superação.

UM OLHAR SOBRE A DENSIDADE POPULACIONAL DAS INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS NAS BACIAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE NATAL/RN

Karitana Maria de Souza Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - karitanasouza@hotmail.com
 Ruth Maria da Costa Ataíde (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - maria.ataide@ufrn.com
 Luiz Alessandro Pinheiro da Câmara de Queiroz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - alessandro.camara@ufrn.br
 Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - alexsandroferreira@hotmail.com

A capacidade de abrigar mais pessoas, atividades e fluxos é um ponto de tensão entre regular os negócios urbanos, controlar a utilização dos recursos e explorar, estimular o aproveitamento do solo, visando promover o desenvolvimento de novas potencialidades na cidade. O controle da ocupação do território por meio do adensamento enfrenta um velho dilema: crescer ou restringir o crescimento? Quais as possibilidades e limites do planejamento territorial e da alocação da infraestrutura? O artigo propõe uma discussão sobre o adensamento urbano, relacionando a oferta de Unidades Habitacionais produzidas pelas incorporações imobiliárias registradas em cartório com o monitoramento de demandas populacionais projetadas e a capacidade de suporte do sistema de esgotamento sanitário na cidade de Natal/RN-Brasil, através de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). As sistematizações foram realizadas em dois

momentos: o primeiro, correlacionando a expansão da produção habitacional formal com os bairros, regiões administrativas e macrozoneamento do Plano Diretor Natal – PDN 2007 em vigor; o segundo com as bacias de esgotamento sanitário. Os resultados revelam contrastes, em alguns bairros e regiões, entre a redução da população projetada e o crescimento de Unidades Habitacionais ofertadas. Em algumas bacias, um cenário limite de uso da infraestrutura, revelou valores próximos à capacidade de carga no contexto analisado.

ST12. Estado, sociedade civil e desenvolvimento regional

Comissão Científica: Luciana Butzke (FURB), Virginia Etges (UNISC), Fernando de Macedo (UNICAMP), Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ)

Temas: o debate histórico sobre o Estado em relação a desenvolvimento regional; Capital, Estado e desenvolvimento regional; Estado e desenvolvimento regional no Brasil e na América Latina; sociedade civil e desenvolvimento regional no Brasil e na América Latina; estratégias de desenvolvimento regional e problemas ambientais; estratégias de desenvolvimento regional e problemas sociais.

Ementa: Nesta ST serão tratados problemas relativos às relações entre Estado, sociedade civil e desenvolvimento regional. Embora o SEDRES-Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, um evento vinculado à ANPUR, tenha tido, no ano de 2021, a sua quinta edição, as temáticas que nele vêm sendo tratadas já estavam nas pautas de diversas edições anteriores do ENANPUR. A preocupação nesta ST é de debater as interrelações entre Estado e sociedade civil no que se refere às intervenções no território, em especial, na escala regional. De um lado, o espaço de atuação do capital vai sendo progressivamente expandido, de que resulta a despossessão dos indivíduos / a liberação de força de trabalho (sobretudo, no campo) e o avanço do processo de urbanização. De outro, o Estado organiza, por assim dizer, a oferta de mão-de-obra para propiciar a valorização do valor e a ocupação do espaço para a produção de mercadorias. Interessa, nesta ST, debater essas interrelações, em suas variadas manifestações, mas, tanto quanto possível, também identificar experiências de resistência por parte das populações ameaçadas pelo capital e pelo Estado a seu serviço, assim como iniciativas que apontam para formas alternativas de organização do espaço, de preferência, que contemplem preocupações com a autonomia dos sujeitos e a preservação do meio ambiente, no Brasil e na América Latina.

A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO NA ADERÊNCIA AOS NEGÓCIOS DE IMPACTO EM PERIFERIAS: ESTUDO DOS CASOS ENJOY E JAUBRA

Filippe Delarissa Barros (FEA-USP) - fdbarros@usp.br
 Guilherme Rocha Formicki (FAU-USP) - guilherme.formicki@usp.br
 Renato Czarnotta (FEA-USP) - rczarnotta@usp.br

Apesar de uma busca de uma conceituação para definir e caracterizar negócios de impacto socioambiental no Brasil, este trabalho parte da proposição que o território influencia a forma como o empreendedorismo socioambiental se manifesta. Portanto, nosso objetivo é verificar a aplicabilidade e a relevância das definições do Brasil e da literatura de negócios de impacto socioambiental para empreendimentos das periferias de São

Paulo, dado os contextos destes territórios. Em um estudo de casos múltiplos com as empresas Enjoy Alimentação Orgânica e Jaubra pudemos compreender como as características de negócios de impacto socioambiental precisam ser estudadas dentro do contexto em que eles estão inseridos. Ainda, propomos em um framework teórico que a partir do reconhecimento dos negócios como soluções de impacto socioambiental é possível potencializar a legitimidade destas organizações e, consequentemente, os resultados dos negócios e do ecossistema local nas periferias.

A OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DA LINHA VERDE EM CURITIBA COMO UM GRANDE PROJETO URBANO

Camila Lombardi (Universidade Federal do Paraná) - lombardi.camila@gmail.com

O artigo analisa a Operação Urbana Consorciada da Linha Verde (OUC Linha Verde) em Curitiba como um Grande Projeto Urbano (GPU). Para tanto, foi utilizada a definição de Oliveira (2012) de GPU como intervenção que se caracteriza por provocar rupturas na dinâmica pré-existente de produção da cidade. A partir da análise das rupturas institucional e financeira, o texto busca compreender se a OU Linha Verde atingiu o objetivo pretendido pela Prefeitura de Curitiba de financiá-la por meio da venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC). A OUC é um instrumento da política urbana realizado por meio de parcerias público-privadas em que o Estado é o coordenador do projeto, sendo a comercialização de certificados uma das formas possíveis de financiamento previstas no Estatuto da Cidade. A partir da investigação realizada, porém, verificou-se que a venda de CEPACs não foi suficiente para viabilizar a operação.

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO VALE DOS VINHEDOS/RS

Aleteia Hummes Thaines (FACCAT) - ale.thaines@gmail.com
 Andressa Soares dos Santos (FACCAT) - andressasantos@faccat.br

A pesquisa versa sobre o reconhecimento da indicação geográfica (IG) como estratégia para o desenvolvimento regional, analisando a região do Vale dos Vinhedos, localizada nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul, no estado do RS. Para isso, se formulou o seguinte problema de pesquisa: O reconhecimento da IG pode ser uma estratégia para fomentar o desenvolvimento regional? O trabalho tem por objetivo geral analisar o desenvolvimento da região do Vale dos Vinhedos, por meio de um estudo de caso, a partir do reconhecimento da indicação geográfica. Nesse sentido, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Conclui-se, portanto, que a indicação geográfica representa uma estratégia capaz de impulsionar o desenvolvimento local, no seu aspecto social,

econômico, político e cultural, pois agrega um diferencial ao produto ou serviço, dando notoriedade à região e preservando, de forma sustentável, o patrimônio cultural.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE NO BRASIL

Julia Dias (Cedeplar/UFMG) - julianovaesdias@cedeplar.ufmg.br
Pedro Amaral (Cedeplar/UFMG) - pedroamaral@cedeplar.ufmg.br

As questões ligadas ao tradeoff entre centralização e descentralização das responsabilidades e recursos públicos encontram-se na interseção entre o arcabouço teórico da Economia Regional e a abordagem do federalismo. No Brasil, os processos de descentralização ocorreram concomitantemente a períodos de transição democrática culminando em duas ondas emancipatórias. Ambas sucederam a promulgação das Constituições de 1946 e 1988, respectivamente, processos que levaram ao aumento significativo dos entes de menor porte demográfico na malha territorial do país. Motivado pelas discussões suscitadas pela Proposta de Emenda à Constituição – PEC 188/2019, que trouxe o iminente risco de extinção de municípios menores do que 5.000 habitantes, o presente estudo realizou uma análise dos pequenos aglomerados urbanos brasileiros, identificando suas características socioeconômicas, a capacidade de provisão de bens e serviços públicos e sua espacialização no território. Foi ainda criada uma tipologia desses municípios, a partir da análise de cluster, com o objetivo e analisar sua heterogeneidade e inserção na divisão inter-regional do trabalho. Em termos socioeconômicos, não foram encontradas diferenças significativas entre os municípios de menor porte e os maiores, à exceção das grandes cidades. Do ponto de vista da oferta de serviços básicos, os resultados foram modestamente melhores para os municípios de menor porte. Constatou-se também que os setores primários, de administração pública e da indústria tradicional foram mais relevantes na economia de tais entes do que para o Brasil como um todo.

CIDADES CANAVIEIRAS E REDE URBANA: DIMENSÕES LOCAIS DE TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

Natália Belmonte Demétrio (Núcleo de Estudos de População Elza Berq/UNICAMP) - ndemetri@unicamp.br
Rosana Baeninger (IFCH/UNICAMP) - baeninge@unicamp.br

A recente expansão do setor sucroenergético redefiniu a dinâmica regional paulista. Sob o comando de uma “nova geração de usinas”, São Paulo assistiu a uma especialização produtiva inédita na história de sua formação, impulsionando processos migratórios, concentração fundiária, conflitos sociais e ambientais (SAMPAIO, 2015, p.727; SILVA; BUENO; MELO, 2015). À luz dessas transformações, esse trabalho tem por objetivo analisar as mudanças na hierarquia urbana do noroeste paulista associadas à instalação de uma usina do segmento canavieiro em particular: a Vale do Paraná. A chegada desses capitais, na região de

interesse, não apenas fortaleceu desigualdades historicamente construídas no território, como também criou novas relações socioespaciais, alavancando uma cidade do fazer; uma cidade do comércio e da moradia de trabalhadores no topo da hierarquia ocupacional da empresa; e uma ‘periferia migrante’ dispersa entre vários micros municípios próximos à usina (SANTOS, 2002; ELIAS; PEQUENO, 2018; PEREIRA; BAENINGER, 2016). A refuncionalização desses pequenos núcleos urbanos expressa tanto a globalização por cima trazida pelo agronegócio canavieiro, quanto a sua globalização por baixo, revelando também a constituição de ‘espaços selecionados’ com raízes históricas específicas (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003; ELIAS, 2002; SASSEN, 1998). Em termos metodológicos, a pesquisa combina dados secundários – derivados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Demográfico, do Censo Agropecuário e das Pesquisas Agropecuárias Municipais) e de registro administrativo do Ministério do Trabalho e Previdência Social (Relação Anual de Informações Sociais) – e dados primários, obtidos de entrevistas semiestruturadas realizadas com trabalhadores da usina e agentes institucionais de três municípios: Suzanápolis (sede da empresa), Santa Fé do Sul e Três Fronteiras. Juntas, essas fontes de informação ajudam na compreensão do tempo/espaço da expansão canavieira no noroeste paulista, oferecendo subsídios para análise das fraturas no tecido urbano, rural e regional causadas pela instalação de processos globais.

CSN, VOLTA REDONDA E A CECISA: A PRIVATIZAÇÃO E (DES)PRIVATIZAÇÃO DA VILA OPERÁRIA DA CSN EM VOLTA REDONDA/RJ (1967-1962)

Valéria Braga dos Santos (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - bragadossantos.valeria@gmail.com

O presente estudo pretende contribuir para o melhor entendimento da relação estabelecida entre a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, a sua subsidiária, a Imobiliária Santa Cecília S/A e a cidade de Volta Redonda/RJ frente ao processo de privatização e (des)privatização da vila operária da CSN de 1967 a 1982. A primeira privatização da CSN teria ocorrido pela venda de quase 5 mil imóveis urbanos da vila operária aos funcionários e a (des)privatização estava caracterizada pela passagem dos bens coletivos (não públicos) à Prefeitura Municipal de Volta Redonda. Ambos movimentos estavam correlacionados as ações da empresa imobiliária subsidiária da CSN, a Imobiliária Santa Cecília S/A – CECISA. O período de estudo diz da efetiva atuação da CECISA como agente imobiliário da CSN em parceria firmada com o BNH em Volta Redonda, num momento em que ocorre uma mudança na dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano e uma inflexão na relação da CSN com a Cidade. Isto, tanto no âmbito das questões relacionadas a moradia operária, quanto na forma de gestão pública do espaço urbano.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITÓRIOS: NOTAS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA REGIÃO NORDESTE

Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - eco1321@hotmail.com

Fabio Fonseca Figueiredo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - f.fabio@gmail.com

O objetivo do artigo foi apresentar as experiências de indicações geográficas reconhecidas na Região Nordeste do Brasil como possibilidade de desenvolvimento nos territórios / região que estão inseridas. Os resultados mostram que na região Nordeste as indicações geográficas que predominam são os produtos agroalimentares e artesanais. Os produtos da fruticultura irrigada são direcionados ao mercado externo, são intensivos no consumo de água e geram crescimento econômico o seu uso territorial conflita com os aspectos sociais. As indicações geográficas de produtos artesanais mostram forte relação cultural e identidade dos territórios. Nesse segmento destaca-se a atuação das mulheres e embora gerem menor renda econômica representam a identidade territorial e aspectos intangíveis do desenvolvimento. Assim, considera-se que de forma direta ou indireta os produtos e serviços reconhecidos como IG contribuem para o desenvolvimento da região Nordeste e com a preservação da identidade e territorialidade de onde estão inseridos.

DO TERRITÓRIO PESQUEIRO AO TERRITÓRIO PETROLEIRO: AS RECONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO PELO NEOEXTRATIVISMO NA BACIA DE CAMPOS

Lara Mattos Martins (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) - laramattos.martins@gmail.com

A Bacia de Campos, uma das principais áreas produtoras de petróleo do Brasil, será apreciada neste trabalho como um território múltiplo que reúne apropriações e significados diferentes entre a pesca artesanal e a indústria petrolífera. Este contexto será analisado tendo como categoria analítica os paradigmas no Neoeextrativismo. O texto apresenta as adversidades entre o desenvolvimento baseado na produção de petróleo nos municípios fluminenses costeiros à Bacia de Campos, observando as características do Neoeextrativismo perpetuadas nesses municípios e o contexto de conflito socioambiental vivenciado pelas(os) pescadoras(es) pelo uso do espaço marinho. Para a realização desse debate foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre os paradigmas do desenvolvimento, o Neoeextrativismo, a indústria petrolífera e a pesca artesanal, em análise com dados secundários.

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE GERAÇÃO DE RENDA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Patrícia de Freitas Nerbas (PROPAR/ UFRGS) - patriciafnerbas@gmail.com

Márcia Azevedo de Lima (PROPUR/ UFRGS) - malima.mgo@gmail.com

Diógenes Igor Lazzaretti (UNISINOS) - d.lazzaretti@hotmail.com

Nichele Rossi (UNISINOS) - nichelerossi@hotmail.com

A escassez de recursos econômicos é uma realidade, especialmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que, devido à pandemia da COVID-19, vem se agravando ainda mais. Por isso, considerando os desafios do desenvolvimento sustentável apresentados na Agenda 2030, entende-se a importância de buscar soluções que ajudem a mitigar essa escassez de recursos, através de desenho urbano mais adequado para nossas cidades. Neste sentido, este artigo propõe o debate sobre espaços comunitários voltados para a geração de renda, identificando desafios e oportunidades em comunidades vulneráveis no contexto dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Para tanto, foi realizada breve revisão da literatura sobre centros comunitários voltados para a geração de renda na América Latina e África. A partir disso, foram selecionados projetos implantados em diferentes países que procuram responder demandas locais, por meio de tecnologias sociais e processos colaborativos de projeto e auto construção assistida. A intenção foi de analisar e identificar características comuns entre os projetos, sistematizar os dados e resultados parciais da pesquisa. Assim, este artigo pretende contribuir para o debate de soluções de desenho urbano adaptáveis ao contextos locais, para melhorar a qualidade de vida e contribuir para a produção de cidades mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e saudáveis.

ESTADO, PLANEJAMENTO REGIONAL E OBRAS HÍDRICAS EM REGIÕES SEMIÁRIDAS DA AMÉRICA LATINA (1909-1945)

Douglas Inácio Costa de Almeida (Universidade Federal de Campina Grande) - douglas.inacioalmeida@gmail.com

Nycole de Araujo Regis (Universidade Federal de Campina Grande) - nycole.araujo@estudante.ufcg.edu.br

Estuda as agências estatais de países da América Latina dedicadas ao planejamento e à implementação de infraestruturas hídricas em zonas semiáridas, durante o período 1909-1945, especificamente suas realizações nas escalas do território, da cidade e da arquitetura. Parte da hipótese de que Brasil, Argentina, Chile, México e Venezuela e outras nações criaram instituições de Estado voltadas para a intervenção em suas regiões secas, orientadas por um mesmo projeto de modernização econômica e social alicerçado na promoção da agricultura irrigada via dotação de grandes infraestruturas para o acúmulo e a distribuição de água. Como desdobramentos dessas políticas, foram construídas barragens, rodovias, ferrovias, pontes, torres de tomada d'água, acampamentos de obra, núcleos agrícolas, habitações, escolas, hospitais e uma série de outros edifícios. Além disso, busca contextualizar histórica e

politicamente os países latino-americanos de língua espanhola, apontar as conexões estabelecidas entre eles, e destacar as experiências na construção de infraestruturas hídricas e de assentamentos populacionais e edifícios ligados a elas.

INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIO: CIDADES NOVAS À MARGEM DA BR-163

Nádia Botelho Trindade Vilela (Universidade de Brasília) - nadiabtvilela@gmail.com
 Ricardo Trevisan (Universidade de Brasília) - prof.trevisan@gmail.com

Ao investigar exemplares de Cidades Novas – intencionalmente criadas e profissionalmente projetadas – à margem da BR-163, que interliga Cuiabá, capital de Mato Grosso, à cidade de Santarém, no interior do Pará, a presente pesquisa buscou suscitar a rede urbana implementada a partir desta infraestrutura rodoviária durante o Regime Militar nos anos 1970. Após levantamento e identificação de cidades lindeiras à rodovia Cuiabá-Santarém, foram processados os seis atributos que caracterizam esta tipologia urbanística – desejo, função, lugar, profissional, projeto e tempo – para cada núcleo. Tal levantamento moldou-se pela coleta de dados em fontes documentais memorialistas e fontes orais obtidas em acervos, bibliografias específicas e depoimentos de usuários da rodovia. Ademais, recorreu-se a uma apreensão histórica sobre o contexto político-econômico-social de criação da BR-163, apontando os órgãos de governo envolvidos e os projetos especiais traçados, extraindo deles o modus operandi de colonização, ocupação e urbanização da região, seus pontos positivos e negativos.

NOTAS ACERCA DO PENSAMENTO CRÍTICO ESPACIAL LATINO-AMERICANO: AS CONTRIBUIÇÕES DE ROFMAN, DE MATTOS E CORAGGIO

Gabriel do Carmo Lacerda (CEDEPLAR/UFMG) - gabriel.lacerda94@hotmail.com

O presente ensaio é um esforço de resgate e síntese das principais contribuições de três autores latino-americanos - Alejandro Rofman, Carlos de Mattos e José Luis Coraggio - ao pensamento crítico latino-americano, especialmente da sua dimensão espacial, regional e estatal, abordagens geralmente não explicitadas ou subsumidas às demais discussões na economia política latino-americana. O objetivo principal do trabalho é sintetizar o pensamento destes autores frente às teorias dominantes e cêntricas, demonstrando a sua originalidade e especificidade teórica e metodológica.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DA INTERFACE SOCIEDADE-ESTADO À REDE FINANCEIRO-FILANTRÓPICA INTERNACIONAL

Caio Augusto Gonçalves Silva (Universidade Federal de Minas Gerais) - caioaugustotm@gmail.com
 Maira Ramirez Nobre (Universidade Federal de Minas Gerais) - mairaramirez@gmail.com
 Henrique Dias Porto (Universidade Federal de Minas Gerais) - henporto@gmail.com
 João Paulo Araújo Souto (UFMG) - joaopaulosouto@outlook.com

As relações entre sociedade civil, Estado e capital são dinâmicas e assumem diferentes facetas a depender do contexto político, econômico e geopolítico. No Brasil, identifica-se na década de 1990 um momento, ao mesmo tempo, de efervescência da organização social, e de neoliberalização. Já na década de 2000, observa-se uma controversa aproximação entre Estado e sociedade acompanhada por uma inserção internacional soberana. Por fim, no período atual, identifica-se a emergência de um antagonismo entre Estado e sociedade civil, e a prevalência de uma forma de organização social atravessada por financiamentos internacionais. Em face deste cenário, este trabalho busca mobilizar uma bibliografia capaz de compreender este movimento entre as escalas do território e das movimentações geopolíticas macro-escalares. Além disso, apresenta-se um estudo empírico da atuação da Fundação Ford no Brasil, propondo interpretações e questionamentos a respeito do que identifica-se como uma Rede Financeiro-Filantropica Internacional, e suas implicações para o desenvolvimento territorial nacional.

POSSIBILIDADES PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DESDE A AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE SILVIA RIVERA CUSICANQUI

Diego Boehlke Vargas (FURB/PPGDR/NPDR) - vargasdb@gmail.com
 Ana Cláudia Moser (FURB/PPGDR/NPDR) - aninhamoser@gmail.com

As noções de desenvolvimento e desenvolvimento regional têm sido utilizadas em diversas abordagens do pensamento social latino-americano, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. As contribuições que têm origem na socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui, cujas propostas procuram refletir sobre as formas de colonização da produção do conhecimento podem se aliar às análises regionais que partem das desigualdades geográficas. O presente artigo propõe uma reflexão sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional como elementos que compõem relações de poder próprias do desenvolvimento capitalista, bem como pensar alternativas cognitivas e de ação política desde e com o desenvolvimento regional. Contribuições como as de Silvia Cusicanqui procuram questionar a relevância dos Mercados regionais capitalisticamente organizados na concepção de desenvolvimento regional. A autodeterminação dos povos não se encontra fora das relações mercantis, tampouco do Estado, ou afastada do desenvolvimento, mas, deve ser vista como uma luta permanente e constante no interior dessas dinâmicas.

TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS EMPRESAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS NO BRASIL

Raphael Brito Faustino (FAU/USP) - raphael.faustino@usp.br

O presente trabalho busca apresentar considerações sobre o processo de financeirização da infraestrutura e serviços urbanos no Brasil, em particular sobre a participação privada nestes segmentos, de forma a compreender a inserção de novos agentes, tipicamente vinculados ao mercado financeiro, na operação e gestão destas áreas. Como forma de evidenciar este processo, destacamos a possibilidade de análise com base na estrutura organizacional das empresas que atuam em projetos de infraestrutura e serviços urbanos, nos setores de saneamento básico, mobilidade urbana, resíduos sólidos e iluminação pública. A partir de empresas selecionadas foi possível identificar a participação de fundos de investimentos, fundos de pensão, investidores institucionais, fundos soberanos estrangeiros, além de empresas de capital aberto em bolsa de valores. Assim, o trabalho busca contribuir para interpretações sobre o processo de financeirização do espaço urbano e as especificidades do fenômeno para o caso brasileiro.

UM NOVO OLHAR PARA AS CIDADES EDUCADORAS

Márcia Azevedo de Lima (Propur/ UFRGS) - malima.mgo@gmail.com

Marcos Miethicki da Silva (UNISINOS) - mmiethicki@unisinob.br

Patrícia de Freitas Nerbas (PROPAR/ UFRGS) - patriciafnerbas@gmail.com

O conceito de Cidades Educadoras traz a ideia da cidade como projeto educativo, que implica conceber que a cidade pode se transformar em um agente educador a partir da efetivação de um projeto pedagógico-educativo para a vida social em todos os espaços e dimensões da cidadania. Assim, não é apenas a escola que tem o papel de educar todos os cidadãos, mas é a cidade, projetada em todos seus espaços, que poderá desenvolver, estimular e garantir o crescimento, o aprendizado, a reelaboração da cultura e as trocas humanas para que cada pessoa cresça enquanto sujeito social em constante processo de humanização. Portanto, tendo como premissa que a cidade pode se transformar em um agente educador, este artigo visa resgatar o conceito de Cidades Educadoras, ampliar a discussão sobre a contribuição efetiva da Arquitetura e Urbanismo e identificar elementos de projeto mais adequados para suporte dessas cidades. Para isso, foi realizada revisão da literatura sobre Cidades Educadoras e experiências no Brasil e no mundo, bem como foram selecionadas cidades reconhecidas como educadoras para análise das características dos projetos apresentados como determinantes para serem assim consideradas, com o intuito de identificar características comuns. Foi verificado que as cidades implementaram diferentes projetos de acordo com o contexto

local, mas possuem em comum a melhoria da interface da escola com a cidade, a criação de equipamentos comunitários e espaços públicos abertos. Assim, a Arquitetura e Urbanismo poderiam contribuir para as cidades educadoras fazendo com que o território assuma uma posição de centralidade no processo educativo, com aprendizagem permanente no espaço urbano. Por fim, este artigo pretende contribuir para o debate de soluções de desenho urbano alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, para melhorar a qualidade de vida e contribuir para a produção de cidades educadoras mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e saudáveis.

SESSÕES LIVRES

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE LEFEBVRE POR UMA UTOPIA URBANA

Ana Fani Alessandri Carlos (USP) – anafanic@usp.br
 Ester Limonad (UFF) – ester_limonad@yahoo.com
 Rafael Faleiros de Pádua (UFPP) – rfpadua@gmail.com
 Isabel Alvarez (USP) – isabel.alvarez@usp.br
 Elisa Verdi (USP) – elisa.verdi@usp.br

Interessa-nos discutir a atualidade da obra de Lefebvre, por contribuir para o esclarecimento do mundo contemporâneo, por oferecer um corpo teórico para refletir questões emergentes, e por fornecer elementos para pensarmos uma saída para a presente crise urbana e de sociabilidade. Dado, que a compreensão do mundo traz consigo o virtual, o horizonte utópico, para avançar julgamos essencial considerar quatro pontos, embora insuficientes:

- (a) Se o urbano seria uma chave para entender as contradições e opressões que permeiam a vida, quais seriam as consequências teóricas do movimento de inversão dos processos reais apontado por Lefebvre?
- (b) Quais as consequências na (re)produção do espaço urbano? Qual o papel do planejamento neste processo?
- (c) Quais os conteúdos do processo constitutivo do urbano que a análise esconde. E, a contribuição do planejamento como projeto de transformação/ superação das crises vividas na cidade, para o domínio do espaço, com a opressão dos cidadãos.
- (d) Quais os caminhos possíveis de superação do campo cego, onde se situa o debate do “ direito à cidade.

A CIDADE SOB A ÓTICA DO AFETO: REGISTROS VISUAIS, SONOROS E DISCURSIVOS DO COTIDIANO

Kizzi Helena de Castro (IPPUR/UFRJ) – kizzi.ufrj@hotmail.com
 Teresa Hersen (IPPUR/UFRJ) – teresahersen@gmail.com
 Stephanie Assaf (IPPUR/UFRJ) – stephanie.assaf@gmail.com
 Marcelo Coelho (IPPUR/UFRJ) – marcelocoelho@gmail.com

Essa mesa objetiva tratar dos afetos nas cidades. Uma vez em que a vida pulsa furiosamente nessas, o que podemos perceber tanto através de um olhar amoroso, pela contemplação de um objeto que encanta, assim como esta também pode ser materializada no cansaço das lutas desgastantes, nos sofrimentos, entre outras experiências. Se nos retermos em apenas uma questão, um recorte, tal procedimento metodológico pode nos induzir a desconsiderarmos algum outro ponto fundamental para a complexidade da experiência urbana. Teorizar a vida urbana a partir de um olhar seccionado como aquele que vem de fora e observa os acontecimentos é, talvez, uma forma que pode favorecer a desconexão do que seria inerente à complexidade das cidades. A cidade também se constitui por experimentos diversos que formam, afirmam, reformulam e

recriam os imaginários de sua população e suas culturas. A todos esses elementos soma-se a necessidade de afetos, próprios da condição humana. Nesse sentido, na língua portuguesa, a palavra afeto se vincula a capacidade humana de sentir, seja para o bem ou para o mal. Para que essa palavra se torne verbo, ou seja, possa ser uma ação, para além de um estado, é necessário que a sensibilidade dos sujeitos em questão seja alterada, movimentada. Quais seriam os afetos que movimentam os sujeitos e, logo, as cidades? Ao nos depararmos com as múltiplas desposseções, com condições desiguais (muitas vezes violentas) as quais os sujeitos são submetidos, podemos supor que os afetos que conformam as cidades são fundamentalmente associados com cargas valorativas negativas. Mas seriam só de problemas que as vidas e as cidades são feitas? Na representação que reside na arte, encontramos a tradução do mundo pela cognição dos sujeitos que nele habitam. Cores, sons e sabores se tornam suportes de memória que evocam em nossos corpos não apenas o passado individual, como uma Madeleine de Proust, mas também nossa existência coletiva e a forma como o cotidiano se constrói na cidade. No lugar de olharmos e apontarmos os problemas, pretendemos agora ver os afetos, algumas formas positivas de afeto, e compreender se estes podem ser o ponto de partida para a formação e fortalecimento de uma vida urbana que possa ser alegre e pulsante. Tal como sugeriu Aristóteles, no Livro Primeiro da Política, se as cidades são uma espécie de associação, essas associações teriam como objetivo e função algum bem. Não acontecem descompromissadas, nem por acaso. É possível desvelar os problemas, as opressões, as dores, as mazelas humanas a partir de um percurso mais afetivo nas cidades? E qual seria o papel das cidades na intermediação desses processos? Podemos, então, pensar na ação política, para além de uma leitura vinculada ao senso comum, mas, essa relacionada com a possibilidade de diálogos e interações entre os cidadãos. Assim como, adentrando nas inúmeras possibilidades de política e também extrapolando, podemos pensar nas vidas cotidianas e em seus registros: sejam esses visuais, discursivos, associados em canções, narrativas ou obras ficcionais.

A CONTRA-PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ENTRE CONFIGURAÇÕES CAPITALISTAS DO ESPAÇO E CONFIGURAÇÕES SOCIOESPACIAIS INSURGENTES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Humberto Miranda do Nascimento (Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – humbrn@unicamp.br
 Diana Aguiar Orrico Santos (Assessora da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado) – dianaguair@gmail.com
 Bruno Cezar Pereira Malheiro (UNIFESSPA) – brunomalheiro84@gmail.com
 Fernando Michelotti (UNIFESSPA) – michelotti.f@gmail.com

O objetivo desta Sessão Livre é refletir criticamente sobre a tensão entre as configurações capitalistas do espaço e a construção de configurações socioespaciais alternativas na Amazônia brasileira. Nossa proposta traz ao debate três elementos chaves: as perspectivas sobre o processo de des-re-

configuração, vinculado à expansão da fronteira amazônica pelo capital, fazendo, em seguida, seu contraponto, trazendo à tona a dinâmica de territorialização dos sujeitos não hegemônicos, a fim de tratar de forma direta das possibilidades de gerar configurações territoriais alternativas, respaldadas em temporalidades diferentes de ação no território que consideram a luta socioespacial acumulada no tempo ou como uma contra-produção do espaço. Nesse sentido, a sessão propõe a abertura de uma agenda de pesquisas que contemple a territorialização dos sujeitos não hegemônicos, que resistem à desterritorialização que lhes é imposta pela produção capitalista no espaço amazônico e que identificam na luta pela terra uma disputa pela configuração de territórios insurgentes.

A DIMENSÃO AMBIENTAL NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: AVALIAÇÃO CRÍTICA DAS INTERVENÇÕES DE DRENAGEM URBANA EM PROJETOS DO PAC

Luciana Nicolau Ferrara (UFABC) – luciana.ferrara@ufabc.edu.br
 Érica Cristine Medeiros Machado (UFCG) – ericacristine@gmail.com
 Fabiano Rocha Diniz (UFPE) – fabiano.diniz@ufpe.br
 Márcia Ferreira Prestes (UTFPR) – marciaprestes@utfpr.edu.br
 Juliano Pamplona Ximenes Ponte (UFPA)

O Programa de Aceleração do Crescimento na modalidade voltada aos Assentamentos Precários (PAC-UAP) foi um importante marco nas políticas de urbanização de favelas no Brasil, devido à sua abrangência nacional, volume de recursos investido e à quantidade de projetos realizados. Iniciado em 2007, o PAC-UAP visou à melhoria da infraestrutura e, conseqüentemente, das condições de habitação e mobilidade em assentamentos precários em centros urbanos, com investimentos em obras de construção de moradias, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública, dentre outras. A Prevenção de Áreas de Risco é outra modalidade do PAC que também estabelece interface com a drenagem urbana em assentamentos precários, na medida que disponibilizou recursos para a prevenção de deslizamentos, estabilização e contenção de encostas e a redução de áreas vulneráveis, mas não exclusivamente em favelas. A análise da interrelação entre a dimensão ambiental e as infraestruturas na urbanização de favelas é relevante tema de pesquisa, considerando, não apenas a grande quantidade de favelas situadas em áreas de proteção ambiental (fundos de vale e margens de córrego), mas também a importância que tais obras, em especial as de drenagem, assumem no assentamento precário, na medida que reduzem os riscos de inundação e melhoram as condições de saneamento. Nesse contexto, a rede de pesquisa “A dimensão ambiental e as infraestruturas na urbanização de favelas: concepções de projeto, formas de produção das redes e especificidades dos assentamentos precários” foi criada no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Enanpur 2019, em Natal, como desdobramento e continuidade da pesquisa sobre o Balanço do PAC Urbanização de Assentamentos precários, iniciada em 2018

e finalizada em seu primeiro ciclo no ano de 2019, sob coordenação do Prof. Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ) e da Profa. Rosana Denaldi (UFABC). As pesquisas desenvolvidas nesta rede buscaram avançar na análise das infraestruturas como elementos norteadores da urbanização de favelas, analisando projetos e resultados das obras de drenagem (e sua relação com os outros elementos da urbanização de favelas) em intervenções realizadas no âmbito das modalidades Urbanização de Assentamentos Precários e Prevenção de Áreas de Risco do PAC nos municípios de Belém-PA, Campina Grande - PB, Curitiba - PR, Recife-PE e São Paulo - SP. As questões principais de pesquisa foram identificar, tipificar e avaliar criticamente projetos e obras de urbanização de favelas, tendo como foco as intervenções em drenagem e analisar como esse elemento é relevante para tratar, no conjunto de aspectos que condicionam e orientam a urbanização, sua dimensão ambiental, entendida como o conjunto de componentes e dinâmicas espaciais que se desenvolvem na interação entre o meio físico, o ambiente construído, as organizações sociais e a biota. Esta sessão livre busca ampliar a discussão sobre a dimensão ambiental na urbanização de favelas onde o componente drenagem urbana teve destaque, visando fortalecer a rede de pesquisa e, ao mesmo tempo, ampliar o número de pesquisadores interessados no tema no Brasil e América Latina. Como objetivo específico apresentam-se os resultados de pesquisas desenvolvidas entre 2019 e 2021 em diferentes estados da federação e por distintas universidades públicas. Pretende-se que as urbanizações analisadas forneçam elementos diversificados e complementares para enriquecer o debate, tecer considerações e avançar no tema da pesquisa. De modo geral, os cinco estudos de caso apresentam como conclusão comum a constatação de que a implementação das infraestruturas de drenagem promove uma melhoria da qualidade das favelas em relação ao padrão anterior da ocupação e de que o PAC gerou benefícios concretos às famílias que deixaram de residir em áreas com inundações recorrentes, embora muitas vezes as remoções de moradias não fossem completamente equacionadas. Por outro lado, ficou evidenciado que, apesar do PAC-UAP ter como objetivo a urbanização integrada, anunciar a necessidade de requalificação ambiental e destinar recursos que viabilizaram obras de maior porte, ainda se observa o tratamento da drenagem muitas vezes desarticulado dos demais elementos do saneamento básico e dos demais componentes da urbanização de favelas.

A REDE MIKROPOLI: UM ESPAÇO PARA A DISCUSSÃO SOBRE AS PEQUENAS CIDADES NO BRASIL

Sandra Maria Fonseca da Costa (UNIVAP) – sandra@univap.br
 Angela Maria Endlich (UEM) – amendlich@hotmail.com
 Paulo Roberto Baqueiro Brandão (UFOB) – paulo.baqueiro@ufob.edu.br
 Paulo Fernando Jurado da Silva (UEMS) – pfjurado@uems.br

As cidades pequenas constituem uma realidade bastante diversificada do fato urbano no Brasil, comendo tipologias e significados variados, face ao processo do desenvolvimento econômico. O tamanho do país, o número e significado de cidades

que fazem parte da rede urbana assinalam para uma ampla complexidade analítica e, nesse sentido, qualquer esforço de generalização é um desafio. Olhando para os números do IBGE de 2010, dos 5.561 municípios existentes naquele ano, 4.954 tinham até 50 mil habitantes, ou seja 89% deles. É neste sentido que Sposito e Silva (2013) referem-se às pequenas cidades como espaços dinâmicos e com particularidades, afirmando que nas pequenas cidades produz-se o espaço pelo trabalho e a política se sustenta como magnitude do poder, em escalas demarcadas (SPOSITO; SILVA, 2013, p. 42). São cidades com recortes socioespaciais resultantes de uma totalidade particular e com relações que superam os limites locais. As pequenas cidades, ou pequenos aglomerados urbanos ou pequenas localidades, são caracterizadas, entre outros aspectos, por problemas de infraestrutura, de oferta de serviços aos seus moradores, de possuírem baixa capacidade para a geração de renda. Entretanto, são espaços atraentes para muitas pessoas, seja porque buscam a tranquilidade do interior para morar ou porque estas cidades oferecem o acesso mínimo a serviços que não existem em outro local próximo. Assim, apesar das similitudes, estas cidades possuem singularidades que precisam ser estudadas para que políticas públicas específicas possam ser construídas para estes espaços, de forma a contribuir com um desenvolvimento regional sustentável e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes. Na literatura sobre o tema, encontra-se este patamar inicial para o debate, em vários autores, a exemplo de Jacobi (1994), Corrêa (1999), Oliveira (2006), Trindade Jr (2010) e Fresca (2001). Conforme Jacobi (1994), A dinâmica da urbanização latino-americana possibilita a definição de três formas de agrupamento: 1) cidades grandes (com aís de 500 mil habitantes); 2) cidades intermediárias (entre 50 mil e 500 mil habitantes); e 3) cidades pequenas que incluem três níveis entre 10 mil e 20 habitantes; menos de 10 mil habitantes e entre 20 mil e 50 mil habitantes. (JACOBI, 1994, p. 74). A pauta acadêmica ainda não contempla o tema das pequenas cidades, que dê conta da complexidade do grande conjunto que elas representam. Como mencionado, no Brasil, no Censo de 2010, 91% das sedes municipais possuíam menos de 50 mil hab., com uma ampla diversidade urbana, populacional, de localização, ambiental, econômica e cultural. Este amplo conjunto de mais de quatro mil localidades, com até 50 mil habitantes, representam espaços apenas aparentemente simples, que devem ser estudados para que possam ser compreendidos na sua multiplicidade de condições. Nesta sessão, este será o patamar demográfico quanto ao limite máximo de habitantes que adotaremos para estabelecermos o universo das pequenas cidades. Considerando estas discussões, no ano de 2021, foi criada a rede de pesquisa de estudo de pequenas cidades, a qual foi nominada "Mirkripoli". A rede é composta, atualmente, por 27 pesquisadores, com predomínio de geógrafos, mas também arquitetos, turismólogos, entre outras áreas, residentes e atuando em diversos estados e regiões brasileiras. O grupo tem participantes de outras áreas acadêmicas que também se dedicam a questões espaciais, sobretudo urbanas, como é o caso da Arquitetura e Urbanismo. Além disso, estão presentes profissionais com formação em Turismo que contribuem com as possibilidades de inserção econômica mais efetiva e com melhores resultados sociais na

perspectiva de um desenvolvimento local/regional, bem como a participação de pesquisadores em diferentes Programas de Pós-Graduação, a exemplo da Geografia, do Planejamento Urbano e Regional e do Desenvolvimento Regional. Em comum tem-se o fato dos pesquisadores se dedicarem ao temário das pequenas cidades/localidades, significativa parte do grupo com trabalhos concretizados, outros em curso e intenções futuras de pesquisas. A multiplicidade de enfoques, de áreas trabalhadas e de experiências favorecerão o desenvolvimento de pesquisas em parceria. Neste sentido, parece pertinente considerar que existem potencialidades nas pequenas cidades que podem contribuir para a produção de uma realidade socioespacial mais humana, socialmente menos desigual e ambientalmente mais sustentável. E são algumas das questões fundamentais para o mundo contemporâneo, para as quais pensamos poder trazer significativas contribuições com o conjunto de pesquisadores da rede Mirkripoli. A rede objetiva, assim, aprofundar pesquisas sobre pequenas cidades/localidades, com o intuito de contemplar a diversidade dessa realidade pouco conhecida, academicamente, no Brasil. Com isso, subsidiar a sua inclusão de modo efetivo, em políticas territoriais brasileiras, visando uma espacialidade de assentamentos humanos/urbanos pautados por melhor condição humana e social de vida e com maior sustentabilidade. Nesta linha, esta sessão livre tem como objetivo apresentar um ensaio, prospectivo, sobre as pesquisas, concluídas e/ou em andamento, que versem sobre as pequenas cidades, em diferentes regiões do País. A proposta desta sessão é proporcionar uma sistematização e análise, elaborando um mapeamento dessas pesquisas, contribuindo para a construção de um estado da arte no cenário brasileiro, ainda que parcial. Esta apresentação será conduzida por quatro pesquisadores da rede, os quais mostrarão um panorama geral sobre o tema, nas regiões Sul, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. As apresentações terão, como procedimento comum, a busca de grupos de pesquisa que trabalhem com temática, utilizando os termos de busca "pequenas cidades (municípios/localidades)", *cidades pequenas*. As bases de busca, serão o CNPq, os Programas de pós-graduação em Geografia/Arquitetura e Urbanismo/Desenvolvimento Regional; os Anais do Sinapeq (Simpósio Nacional de Pequenas Cidades), a FAPESP e o banco de dissertações e teses da CAPES.

A REVOLUÇÃO (URBANA) (IM)POSSÍVEL: REFLEXÕES SOBRE A CRÍTICA DA FILOSOFIA, O MÉTODO E AS PRÁTICAS A PARTIR DE HENRI LEFEBVRE

Geraldo Magela Costa (UFMG) – gemcosta1@gmail.com
 Roberto Luis de Melo Monte-Mór (UFMG) – monte-mor@cedeplar.ufmg.br
 Rainer Randolph (UFRJ) – rainer.randolph@gmail.com
 Elson Manoel Pereira (UFSC) – elsonmp@hotmail.com
 Harley Silva (UFPA) – harley74@gmail.com
 Rita Velloso (UFMG) – ritavelloso@gmail.com

A Sessão Livre tem como proposta estabelecer diálogos em torno da ideia lefebvriana (sempre atual) de revolução (im)possível e

refletir sobre possíveis caminhos para realiza-la. Abre-se com isto um grande leque de questões que incluem a crítica da filosofia, a teoria, o método, as diversas práticas. Reconhecemos que já existem práticas “revolucionárias” importantes em marcha. Elas estão explicitadas em várias discussões e reflexões que incluem as questões do espaço diferencial, das práticas heterotópicas, da apropriação dos espaços comuns e do território, das ocupações urbanas, do planejamento e das estratégias lefebvrianas, do lugar, das centralidades, da possibilidade de outras economias, das práticas de economia solidária, e de muitas formas de insurgências. Pensar essas experiências concretas e experimentais como utopias que hoje anunciam virtualidades por vezes consideradas (im)possíveis parece ser uma possibilidade para avançar no reconhecimento e consequente fortalecimento dessas múltiplas construções de caminhos e de práticas já em curso.

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: BASES EPISTÊMICO-TEÓRICAS FUNDANTES E REFERENCIAIS METODOLÓGICOS MULTIMENSIONAIS PARA ANÁLISE E PROSPECÇÃO TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida (UFPR) – valdirdallabrida@gmail.com
 Pedro Luís Büttenbender (UNIJUI) – pedrolb@unijui.edu.br
 Monica Franchi Carniello (UNITAU) – monicafcarniello@gmail.com
 Edegar Rotta (UFFS) – erotta@uffs.edu.br

Aludir à abordagem territorial, é conceber o território como referência fundamental. O debate sobre território, bem como, sobre abordagem territorial, nas últimas décadas, tem sido recorrente, muitas vezes com compreensões diferenciadas. A partir dos anos 2000, no Brasil, a abordagem territorial chegou a ser assumida como inspiradora de programas de desenvolvimento no meio rural. Parte-se do entendimento de que é necessário alargar seu escopo, situando-o na perspectiva do diagnóstico, análise e prospecção territorial. Um grupo de pesquisadores envolvidos num processo de investigação, no qual estão integrados os propositores dessa Sessão Livre, pertencentes à Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), assumiu o desafio de refletir teoricamente e avançar, com o fim de atender às exigências da abordagem territorial do desenvolvimento. O desafio é a proposição do estudo de recortes ou arranjos territoriais, contemplando os princípios da integração, complexidade, multidimensionalidade e um olhar multi-interdisciplinar, prevendo, a definição de um referencial epistêmico-teórico-metodológico, a proposição de indicativos teórico-metodológicos que sirvam de referência para propor uma matriz metodológica multidimensional, fazer sua aplicação piloto e, assim, validar um instrumental metodológico multidimensional com o fim de ser utilizado em estudos integrados de diagnóstico, análise e prospecção territorial.

AGENTES, INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO

IMOBILIÁRIO E DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Lucia Zanin Shimbo (USP) – luciashimbo@usp.br
 Daniel Sanfelici (UFF) – danielsanfelici@gmail.com
 Marlon Altavini de Abreu (UFABC) – marlon.altavini@gmail.com

Maira Magnani (Universidade de Neuchâtel) – mairamagnani@uol.com.br
 Helterson Ribeiro da Silva Leite (USP) – heltersonribeiro@usp.br

Desde a década de 1990 novos arranjos de financiamento para o desenvolvimento e gestão imobiliário têm sido formulados no Brasil, os quais têm fortalecido os vínculos entre o setor imobiliário e o financeiro e conduzido à processos de financeirização da produção imobiliária e do espaço. Dentre as inovações introduzidas na década de 1990, destacam-se os Fundos de Investimento Imobiliário (FII), que foram criados pela Lei Federal nº 8.668, de 25 de junho de 1993, e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), criados pela Lei Federal nº 9.514/1997. Na última década, esses dois veículos de investimento receberam extraordinários fluxos de capital. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o patrimônio líquido dos FIIs em 2010 era de R\$ 7,2 bilhões, enquanto em 2020 esse montante saltou para R\$ 197,9 bilhões. Já em relação aos CRIs, de acordo com dados da Uqbar, em 2010 foram emitidos R\$ 8,5 bilhões em títulos, montante que saltou para R\$ 16,86 bilhões em 2020, sendo resultado de 269 operações que, juntas, foram compostas por 420 títulos.

Esses veículos de investimento não estão apenas relacionados ao setor financeiro, mas vinculam-se diretamente aos processos de desenvolvimento imobiliário e transformação urbana. Eles mobilizam elementos do ambiente construído que passam a ser encarados como “ativos negociáveis geradores de renda” (GUIRONNET; HALBERT, 2015). Isso é, elementos do ambiente urbano construído (edifícios de escritório, shoppings, galpões logísticos, escolas, lojas, edifícios residenciais, hospitais, infraestruturas como aeroportos, rodovias, silos etc.) passam a ser encarados como ativos que geram um fluxo permanente e estável de renda, desde que fortemente baseado em garantias contratuais, e que, por isso, são mobilizados como ativos por veículos de investimento financeiro para compor suas carteiras de investimento. Olhar para esses instrumentos permite entender o processo da financeirização a partir da realidade brasileira.

Assim, essa sessão livre tem como objetivo analisar e propor uma tipologia dos agentes, instrumentos e técnicas de avaliação envolvidos na construção desses dois veículos de investimento financeiro lastreados em empreendimentos de base imobiliária. Considerando que a financeirização do setor imobiliário envolve tanto uma mudança na estrutura de financiamento e propriedade dos ativos imobiliários (DAVID; HALBERT, 2014), quanto a introdução e “colonização” das técnicas de avaliação por práticas e conhecimentos oriundos do mundo das finanças (CHIAPELLO, 2015; CHIAPELLO; WALTER, 2016), questiona-se (1) quem são os agentes que moldam esse mercado financeiro/imobiliário, (2) como são precificados os ativos imobiliários, e (3) como se estabelece o vínculo entre o preço do ativo imobiliário (imóvel) e

do ativo mobiliário (cota ou ação). Essa proposta se justifica, pois, há atualmente uma diversidade de veículos e instrumentos de investimento (FII, FIDC, CRI, LCI, ações, debêntures), métodos de cálculo (técnicas do valor do dinheiro no tempo baseadas no fluxo de caixa descontado e estimativa de valor baseada em probabilidade e na utilização de métodos estocásticos e preditivos) e avaliação (método comparativo, método do custo de reprodução, método de capitalização da renda, método do custo de capital), e de agentes operando nesse mercado (bancos de investimento, fundos de investimento, property companies, family offices, fundos soberanos, incorporadores, pessoas físicas, fundos de pensão, seguradoras, fundos públicos etc.), os quais, através da produção e do uso dos “financialized policy instruments” (SANFELICI; HALBERT, 2019) produzem e moldam os mercados de maneira performativa (SVETLOVA, 2012), interferindo na produção de cidades. Portanto, essa sessão ambiciona, a partir de olhares cruzados sobre o tema, evidenciar as relações entre agentes, instrumentos e técnicas de cálculo mobilizados na conformação dos FII e dos CRI e suas relações com o processo de produção do espaço.

ARENAS, DISPUTAS E DESAFIOS NOS MÚLTIPLOS ARRANJOS DE GESTÃO DAS ÁGUAS: GOVERNANÇA DAS ÁGUAS IMPLANTADOS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO, SANTA CATARINA

Cristiane Mansur de Moraes Souza (FURB) – arqcmansur@gmail.com
 Angela Maria Cavalcanti Ramalho (UEPB) – angelamcramalho@gmail.com
 Odacira Nunes (FURB) – odacira@terra.com.br
 Bruno Jandir Mello (FURB) – brunomelloarq@gmail.com
 José Irivaldo Alves Oliveira Silva (UEPB) – irivaldo.cdasa@gmail.com

A proposta para sessão livre emerge de um projeto vinculado à chamada mctic/cnpq nº 28/2018 - universal, processo n. 424330/2018-0. A pesquisa parte da compreensão de que a crise da água é principalmente uma crise de governança. Tem como objetivo geral analisar os mecanismos de gestão das águas adotados em dois diferentes contextos sociopolíticos, econômicos e ambientais no Brasil, de modo a revelar como disputas e desafios são considerados nas arenas decisórias e engendram diferentes arranjos institucionais para a governança de recursos hídricos. Busca, comparar modelos de governança das águas implantados no Semiárido Nordeste e Santa Catarina como respostas aos desafios da integração de Bacias (canais da transposição do Rio São Francisco) e da questão da água que emerge em Santa Catarina para constituição de formas democráticas de participação que ajudem a superar as situações de injustiça ambiental na construção da efetivação da cidadania hídrica no país. A metodologia envolve etapas, descritiva-explicativa, avaliativa e propositiva. Resultados esperados envolvem proposições de formas alternativas de governança territorial no âmbito da questão.

AS ESCALAS DO PLANEJAMENTO. TEORIAS, CONCEITOS E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Jeferson Tavares (USP) – jctavares@usp.br
 Tamms Maria da Conceição Morais Campos (UFERSA) – tamms.morais@ufersa.edu.br
 Elisângela de Almeida Chiquito (UFMG) – lis_arq@yahoo.com.br
 Gislaiane Elizete Beloto (UEM) – gebeloto@uem.br

Tem como principal objetivo discutir teorias e conceitos que emergem frente à análise do processo de urbanização no Brasil. A discussão é motivada por quatro experiências urbanísticas irradiadas por universidades públicas (UFERSA, UEM, UFMG, USP) junto à sociedade e que correspondem a trabalhos de pesquisa, ensino e extensão nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. O debate proposto está inserido no conjunto de atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU), rede nacional de docentes de cursos e facultades de arquitetura e urbanismo, com diálogos interdisciplinares. As discussões propostas apontam para a revisão de algumas ideias atualmente predominantes e para a construção de novas interpretações sobre os fenômenos urbanos e regionais por visões em diferentes escalas e áreas de conhecimento. Especialmente, sobre o processo de urbanização, a rede urbana, a trama verde azul, o regional design e a metropolização no espaço brasileiro.

AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIA PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Aleteia Hummes Thaines (FACCAT) – ale.thaines@gmail.com
 Isabel Christine Silva De Gregori (UFES) – isabelcsdg@gmail.com
 Alejandro Knaesel Arrabal (FURB) – arrabal@furb.br

A sessão livre pretende ensinar o debate sobre as indicações geográficas (IGs) como um meio para o desenvolvimento regional, abordando o instituto do ponto de vista nacional e internacional e relacionando ele com a sustentabilidade. Nessa sessão livre os palestrantes, que são pesquisadores reconhecidos dessa temática, discutirão formas de identificar as potencialidades regionais, bem como, trarão exemplos de regiões que alavancaram o seu desenvolvimento a partir do reconhecimento da IG. O reconhecimento das indicações geográficas impulsiona os setores de produtos e de serviços, uma vez que, com um mercado globalizado, competitivo e cada vez mais exigente, evidencia-se a necessidade de utilizar novas estratégias para garantir o crescimento socioeconômico das regiões, de forma sustentável.

ATORES SOCIAIS, ATIVISMO URBANO E PLANEJAMENTO INSURGENTE

Sidney Piochi Bernardini (UNICAMP) – spiochi@unicamp.br
 Clarissa Figueiredo Sampaio Freitas (UFC) – clarissa@arquitetura.ufc.br

Maria Carolina Maziviero (UFPR) – maziviero@ufpr.br
Vanessa Marx (UFRGS) – vanessa.marx@ufrgs.br

Esta sessão livre tem por objetivo discutir experiências relacionadas com os ativismos urbanos e a dinâmica dos atores sociais em várias localidades brasileiras considerando a atual crise que enfrenta o planejamento territorial com o recrudescimento do Estado Neoliberal e o acirramento dos conflitos e disputas pelo direito à cidade. A partir destas experiências, buscará debater o núcleo teórico que sustenta as explicações contemporâneas sobre tais movimentos. As conquistas advindas do movimento da reforma urbana e a institucionalização de uma estrutura de planejamento territorial tensiona as políticas urbanas desenvolvidas pelo Estado nas diversas esferas de atuação, denunciando a incongruência entre os princípios observados e as práticas postuladas por seus agentes principais. O reconhecimento de experiências exitosas vinculadas aos ativismos urbanos, para além das práticas estatais, impõe uma reflexão que confronte o campo empírico com o núcleo teórico já formulado neste contexto.

BAIRROS NEGROS: A FORMA URBANA DAS POPULAÇÕES NEGRAS NO BRASIL

Vilma Patrícia Santana Silva (UFBA) – vilma.patricia@ufba.br
Henrique Antunes Cunha Júnior (UFC) – henriquecunhaafricanidade@gmail.com
Fábio Macedo Velame (UFBA) – velame.fabio@gmail.com
Gisa Maria Gomes de Barros Almeida (UFBA) – gisarenato@hotmail.com

A proposta da Sessão Livre “Bairros Negros: A Forma Urbana das Populações Negras no Brasil”, tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a produção e a forma urbana negra nas cidades brasileiras através das cosmopercepções, éticas, valores e estéticas das populações negras numa perspectiva afro-centrada, afro-referenciada e afrodiaspóricas. Pretende tencionar epistemologicamente a leitura, interpretação, análises e proposições para as áreas urbanas tradicionalmente denominadas nos campos da arquitetura e urbanismo, história urbana, sociologia urbana e antropologia urbana como favelas, ocupações, invasões, assentamentos subnormais, assentamentos precários, ocupação espontânea, bairro popular. Denominações sempre regidas pela primazia e categorias da morfologia urbana, estrutura urbana, paisagem urbana, o paradigma da classe, das desigualdades econômicas, e nos indicadores de falta de infraestrutura. Pretende-se colocar em primeiro plano os seus moradores, em suas complexidades, que em sua grande maioria são constituídas por negros e negras nos limiares da pobreza, advinda do racismo estrutural, institucional e ambiental que se ancora na escravidão, e que vivem diariamente em um processo de racialização de seus territórios, e uma luta cotidiana contra a Necropolítica do Estado Racial Brasileiro. Nos Estados Unidos a população negra historicamente habitou em guetos ou nos “cinturões negros”, na África, sob a colonização europeia, habitaram em bairros étnicos de assimilados ou em bairros étnicos

indígenas chamados de compounds, tabankas, musgos, egbés, mussekés, dentre outros, na África do Sul sob o regime do Apartheid, os negros habitavam nas “zonas de exclusão” ou “zonas separadas”, e no Brasil onde habitam os Negros? Serão apresentados os seguintes trabalhos: Bairros Negros: mudanças espitêmicas de como são feitas construções negras da cidade, trata da construção teórica e conceitual de Bairros Negros no Brasil, seus aspectos, elementos e processos dentro complexidade sistêmica; Bairros Negros: travessias afro-diaspóricas analisa o processo afro-diaspórico de formação de bairros étnicos (Egbés) em Oyo, Nigéria, com os Bairros Negros no Brasil a partir da ancestralidade; Bairro Negro do Trapiche em Santo Amaro - Bahia, aborda a formação de um bairro negro do período da escravidão a partir dos trabalhos e ofícios dos escravos de ganho e de aluguel de Santo Amaro, e sua permanência pelas atividades culturais afro-brasileiras; Existência e resistência das Ialorixás nos bairros negros de Salvador, aborda sobre os papéis desempenhado pelas lideranças femininas negras religiosas de matrizes africanas no processo de consolidação urbana na cidade de Salvador e região metropolitana.

BALANÇO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL NOS ANOS 2010: INFLEXÕES E MUDANÇAS PARA AS POLÍTICAS REGIONAIS E AMBIENTAIS

Simone Affonso da Silva (UFAL) – simone.silva@igdem.ufal.br
Rodrigo Portugal (UFRJ) – rodrigo.portugal88@gmail.com
Fernando Cezar de Macedo Mota (UNICAMP) – fernando.cezar.macedo@gmail.com
Lisandra Lamoso (UFGD) – lisandralamoso@ufgd.edu.br
Rafael Gonçalves Gumiero (UNIFESSPA) – gumiero84@gmail.com

As experiências de planejamento para o desenvolvimento territorial foram bastante profícuas no que concerne às proposições e à implementação de ações no âmbito dos dois mandatos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014). Algumas políticas foram oriundas do Ministério de Integração Nacional: (i) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); (ii) os planos macrorregionais, a exemplo do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-oeste (PDCO); (iii) os diversos planos mesorregionais, como o Plano de Ação Integrada e Sustentável da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras (PAIS Chapada das Mangabeiras); (iv) e os planos de regiões-programa especiais, destacadamente o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém (PDRS BR-163). Subjacente a tais iniciativas, sobressaem-se as capacidades geradas a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), além do Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No entanto, a partir do processo de impeachment de Dilma Rousseff, que perdurou de 2014 a 2016, podemos notar a descontinuidade

das políticas territoriais, especialmente das políticas regionais, marcada por certo retrocesso do planejamento governamental, em parte, derivado da conjuntura política e econômica brasileira. A proposta desta mesa é apresentar um balanço que considere o enfraquecimento dos planos de abordagem territorial de desenvolvimento e apresentar notas sobre o quadro atual de políticas regionais e ambientais, identificado pelas permanências e inflexões que ocorreram no governo interino de Michel Temer (2016-2018) e no atual governo de Jair Bolsonaro frente à presidência da república (2018 até o presente momento). As rupturas e retrocessos realizados durante esse período na arena de políticas regionais e de preservação do meio ambiente, em parte, fundamentaram o desmonte da expertise do planejamento territorial, o qual abarca, dentre outras políticas, aquelas de caráter regional e ambiental. Algumas das ações efetivadas podem ser citadas, como a desregulamentação do monitoramento do desmatamento na Amazônia e a paralisação do Fundo Amazônia. Em 2019, o Ministério do Meio Ambiente sob a gestão de Ricardo de Aquino Salles, desarticulou as normas de governança e monitoramento do Fundo Amazônia, ao publicar o Decreto nº 10.144/2019 que revogou o artigo 2º do Decreto nº 6.527/2008, o qual concedeu a gestão ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a captação de doações e emissão de diploma de colaboração de doadores ao Fundo Amazônia. Ainda em 2019, o Decreto nº 9.759/2019 extinguiu da estrutura do Fundo Amazônia o Comitê Orientador (Cofa), cuja atribuição era determinar as diretrizes do fundo e acompanhar os resultados obtidos, bem como extinguiu o Comitê Técnico (CTFA), incumbido de atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia. As mudanças na governança do fundo gestadas pelo governo brasileiro gerou uma inflexão no acordo entre os governos da Noruega, da Alemanha e do Brasil, o que inviabilizou a continuidade da concessão de recursos para financiamento do Fundo Amazônia. Ainda considerando a interface institucional do planejamento, foram extintos nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro os Ministérios de Desenvolvimento Agrário, o das Cidades e o do Desenvolvimento Social, o que colaborou para desalinhar os planos e programas que mobilizaram o planejamento territorial balizado pela inclusão social e pelas especificidades territoriais nas gestões anteriores. O própria fragilização do atual Ministério do Desenvolvimento Regional, que veio a substituir o anterior Ministério da Integração Nacional, tem sido marcada pela debandada de quadros técnicos importantes e pela falta de recursos financeiros para implementar os programas e ações associados à PNDR, indícios relevantes para examinarmos a perda de visibilidade política da questão regional brasileira no contexto atual. Assim, a mesa proposta busca dar prioridade para o debate plural sobre a questão regional nesse panorama de desmonte das instituições e instrumentos de planejamento territorial, combinando um quadro diverso composto por docentes/pesquisadores ligados diretamente ao planejamento territorial e que tratam sob diferentes perspectivas o tema das políticas regionais e ambientais no Brasil, com enfoque para o quadro nacional, o da Amazônia e o do Centro-Oeste. As macrorregiões referidas, apesar de possuírem diferenças e especificidades regionais, apresentam similitudes balizadas pelo avanço do agronegócio. Neste caso, podemos citar os estados do

Mato Grosso do Sul, devido a consolidação da produção de soja, e do Pará, por conta do extrativismo mineral e da expansão da produção pecuária e de soja, provocando parte do desmatamento da Floresta Amazônica e também a agressão aos territórios indígenas (TIs) e áreas de preservação ambiental. Esta breve nota sinaliza para um diagnóstico nada promissor e retrógrado na forma de gerar o planejamento dos governos Temer e Bolsonaro, reverberados em impactos territoriais que replicam e amplificam o quadro de assimetrias econômicas e sociais no Brasil. Portanto, a mesa propõe apresentar um debate balizado por importantes questões que podem vir a colaborar na formulação de um diagnóstico mais aprofundado, nos indicando importantes pistas para avaliarmos as perspectivas e horizontes das políticas regionais e ambientais no Brasil nos próximos anos, caso as tendências atuais permaneçam.

CAMPO DE ATUAÇÃO EM ATHIS. DIFERENTES CONTEXTOS E EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE EDITAIS DE PATROCÍNIO DE ATHIS DO CAU/SP

Camila Moreno de Camargo (Ciclo Assessoria Técnica, USP, UNIP) – cmcamargo.urb@gmail.com
 Mariana Cicuto Barros (Ciclo Assessoria Técnica, UNINOVE) – marianacicuto@gmail.com
 Paula Paschoal (Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura) – papaschoal@gmail.com
 Henrique Salva Geddo (Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura) – henrique@ambientearquitectura.com
 Laís Granado Ferreira Coelho (Instituto Procomum) – laisgranado@gmail.com
 Daniela Colin Lima (Instituto Procomum) – abcdaflor@gmail.com

Esta sessão livre pretende evidenciar alguns aspectos relacionados a distintas dimensões e processos mobilizados na constituição do campo de atuação em assessorias técnicas recente, a partir de quatro experiências realizadas em distintos contextos sociais e geográficos no âmbito do Edital 006/2020 de patrocínio de ATHIS do CAU/SP, autarquia federal que regulamenta o campo profissional e que buscou a formação e capacitação de arquitetos e arquitetas para cada projeto contemplado.

Na perspectiva de que não há hegemonia nas formas de atuação em ATHIS e, considerando os aspectos destacados pelos trabalhos a serem debatidos a partir (i) do contexto em que se inserem e que envolvem situações mais ou menos metropolitanas, (ii) das metodologias mobilizadas e (iii) dos processos desenhados, esta sessão livre lança um olhar crítico sobre os ajustes e arranjos que se desdobram das normativas, dos dispositivos operacionais e das possibilidades de acesso a recursos para a atuação em ATHIS.

CIDADE E CULTURA VISUAL: O LUGAR DAS IMAGENS EM DISPUTAS URBANAS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Junia Cambraia Mortimer (UFBA) – junia.mortimer@ufba.br
 Priscila Mesquita Musa (UFMG) – priscilamusa@gmail.com
 Eduardo Augusto Costa (USP) – eduardocosta@usp.br
 Isabela Beirão Sanchez (USP) – isabelbsanchez@gmail.com

Esta sessão livre propõe-se a abrigar discussões teóricas, metodológicas e estudos de caso abordados por pesquisas que debatem a cultura visual na sua relação com a história urbana, buscando investigar os meios que as imagens nos apresentam para enfrentarmos as disputas urbanas nos processos de produção do espaço hoje e em perspectiva histórica. Trata-se de pensar nas práticas visuais e suas implicações sobre as formas de ler e agir no urbano. Neste contexto, as estratégias de pesquisa têm se ampliado de modo a permitir indagar perspectivas que enfrentam o visual, o visível e a visão como objeto teórico em si, na sua relação com a cidade. Os debates suscitados ao longo de encontros anteriores dos pesquisadores envolvidos nesta sessão nos permitem pensar sobre as estratégias de ação do Estado e da população para a transformação urbana. Podemos assim indagar: Como as manifestações públicas se valem de mecanismos visuais para endereçar uma agenda urbana para a sociedade? Como pensar a cultura visual como dispositivo de ativação do debate público urbano no sentido mais amplo? Que mecanismos temos à nossa disposição hoje que envolvem a cultura visual e que nos ajudam a construir pautas urbanas? Quais os limites e potencialidades das imagens para indagar os processos políticos que incidem na reorganização de territórios e pessoas? Espera-se que os pesquisadores reunidos nesta sessão temática se empenhem em vislumbrar respostas a esse desafio.

CIDADES AFRICANAS 01: AUSÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NA DIÁSPORA. ESPAÇOS, TERRITÓRIOS E SOCIEDADES

Murad Jorge Mussi Vaz (UTFPR) – mudegas@gmail.com
 João Pena (MP-BA) – joaopena.88@gmail.com
 Fábio Macedo Velame (UFBA) – velame.fabio@gmail.com
 Andreia Moassab (UNILA) – amoassab@gmail.com

Qual o impacto das múltiplas contribuições afrodiáspóricas nas práticas socioculturais, simbólicas, epistemológicas, em variados campos de saber, incluindo as noções de espaço, território, lugares nas cidades atualmente? Estas contribuições são invisibilizadas através de relações de colonialidade, dentre as quais o racismo é a mais onipresente. Urge repensar noções e conceitos, permitindo que as linhas abissais, desnudadas por Boaventura de Sousa Santos (2009) sejam evidenciadas e rompidas. Convidamos a refletir sobre arquiteturas e urbanidades em África e na diáspora, contemplando discussões sobre as dimensões do racismo estrutural na constituição dos territórios e espacialidades com João Pena. Através de “um olhar em espelho das cidades africanas tradicionais”, Fábio Velame nos propõe a compreender as cidades a partir do conceito de ancestralidade e Andreia Moassab nos convida a desvelar, a partir de Cabo Verde, “o fascismo simbólico”, através de um espectro que contempla desde a reprodução de discursos e imagens à constante dominação e subalternização de países periféricos.

CIDADES AFRICANAS 02: AUSÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NA DIÁSPORA. CORPOS, SUJEITOS E LUTAS

Céline Felício Veríssimo (UNILA) – celine.verissimo@unila.edu.br
 Luana Figueiredo (UFBA) – lfigueiredo.arq@gmail.com
 Sílvia Leiria Viegas (Universidade do Algarve) – silvialeiraviegas@gmail.com

Murad Jorge Mussi Vaz (UTFPR) – murad.vaz@uffs.edu.br

Qual o impacto das múltiplas contribuições afrodiáspóricas nas práticas socioculturais, simbólicas, epistemológicas, em variados campos de saber, incluindo as noções de espaço, território, lugares nas cidades brasileiras e no mundo? Estas contribuições são invisibilizadas através de relações de colonialidade, dentre as quais o racismo é a mais onipresente. Urge repensar noções e conceitos, permitindo que as linhas abissais, desnudadas por Boaventura de Sousa Santos (2009) sejam tensionadas, evidenciadas e rompidas. Nesta sessão, trazemos ao debate a herança afro diáspórica nas cidades atuais, no Brasil e em outros contextos, a partir da dimensão dos corpos, dos sujeitos e das lutas. A partir da entrevista a Nega, liderança quilombola, e também, a Alexander Kweh, liberiano residente em Portugal, abrimos o debate sobre a luta cotidiana que persiste e resiste, em meio a ausências e emergências, buscando tecer notas sobre a transversalidade na produção de saberes e conhecimentos.

CIDADES PANDÊMICAS: ESPAÇO PÚBLICO, SAÚDE E O PAPEL DA UNIVERSIDADE

Cristina de Campos (UNICAMP) – crcampos@unicamp.br
 Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP) – candrade@usp.br
 Leandro Luiz Giatti (USP) – lgiatti@usp.br
 Samia Nascimento Sulaiman (UFRN) – samia.sulaiman@gmail.com
 Letícia Moreira Sígolo (USJT) – leticia.sigolo@saojudas.br

A Revolução Industrial, desencadeada no mundo ocidental no século XVIII, trouxe como um de seus efeitos um intenso processo de urbanização causando diversos problemas socioambientais, riscos e agravos à saúde de seus habitantes. As cidades industriais, imortalizadas no texto de Friederich Engels, eram condenadas pela insalubridade, geralmente palco de grandes epidemias que acometiam especialmente os mais vulneráveis. Embora ainda não houvesse um claro entendimento sobre a origem das doenças, estudos como os de John Snow, em 1854, mapeando casos de cólera no espaço e no tempo em alguns bairros de Londres, levantaram suspeitas sobre uma possível transmissão pela água. Aos poucos, descobertas no campo da microbiologia permitiram o desenvolvimento de medicamentos e vacinas que se mostraram eficazes para o enfrentamento das doenças, impulsionadas especialmente a partir dos estudos de Pasteur, no século XIX. Para a salubridade urbana, avanços técnicos no campo da Engenharia seguiam em paralelo, indicando

a possibilidade de controlar o meio pela construção de sistemas capazes de prover água potável, recolhimento e tratamento de esgotos e a destinação adequada para os resíduos sólidos, ações hoje, dentre tantas outras, amplamente reconhecidas como fundamentais para a redução de riscos e de agravos à saúde, e para a construção de cidades saudáveis. Assim, os avanços da ciência e nos sistemas urbanos, aliados a um programa de controle biopolítico, permitiram aos governos enfrentarem graves epidemias, viabilizando assim a vida humana nas cidades. No entanto, ao final do século XX e início do século XXI, essa certeza do controle sobre o meio e sobre as doenças nas cidades se desestabiliza, em especial ao final de 2019, com o surgimento da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sarscov-2) que, em um curto período, alcança dimensões globais, sendo declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020. Seu elevado potencial de transmissão e sua rápida disseminação demandaram novos hábitos e comportamentos de convívio social, além de exacerbar verdadeiros abismos relacionados especialmente às questões sanitárias, injustiças ambientais, econômicas, educacionais e iniquidades em saúde, combinando riscos iminentes e ampliando situações de vulnerabilidade. Em que pese a abrangência global da pandemia, os números de contágios e óbitos e sua distribuição no território evidenciaram que, há um corte de classe, gênero e raça nos seus desdobramentos. Definitivamente os grupos mais afetados pela pandemia foram aqueles com vulnerabilidades preexistentes que diante da orientação de isolamento social se viram sem a opção de atendê-la, seja porque suas casas não teriam condição de desempenhar atividades remuneradas e/ou outras que lhes permitissem obter os recursos financeiros para garantir a sua sobrevivência e de sua família, seja porque o isolamento apresentou-se como algo inviável em suas casas pelas precárias condições sanitárias e adensamento excessivo, decorrentes do compartilhamento dos espaços internos, seja porque sequer a moradia existia para se cumprir essa orientação, dentre outros fatores relacionados à precariedade urbana e habitacional e nas condições de trabalho e de reprodução da vida nas cidades capitalistas. Somam-se a este quadro os frequentes ataques que a ciência e as universidades vêm sofrendo nos últimos anos, caracterizando tempos de negacionismo e de desmonte de instituições de ensino e pesquisa e, conseqüentemente, deixando profundas marcas que ampliam os desafios a serem enfrentados. Sendo assim, repensar nossas cidades, nesse contexto em que se somam crises sanitárias, ambientais, sociais, econômicas, políticas, científicas e éticas, passa por questionar a ordem social e econômica que fundamentam a desigualdade social e conferem status de “normal” a práticas de destruição da natureza e de violência e terror a um vasto contingente de pessoas colocadas em situação de miséria extrema e risco permanente. Diante deste contexto e desafios, como pensar os usos de espaços coletivos? Como a cidade deve ser preparada para o “novo normal”? Como a universidade pode contribuir para o reconhecimento de demandas e soluções? Como comunidades mais vulneráveis tem respondido e buscado enfrentar coletivamente a pandemia?

CIDADES SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO

- Maria do Carmo Sobral (UFPE) – mariadocarmo.sobral@gmail.com
- Maiara Gabrielle de Souza Melo (IFPE) – maiara.desouzamelo@yahoo.com.br
- José Antônio Bertotti Junior (Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco) – jose.bertotti@semas.pe.gov.br
- Tatiana Tucunduva Cortese (UNINOVE) – taticortese@gmail.com

Os efeitos das mudanças climáticas podem ser observados com intensidade cada vez maior nas cidades. Alguns acordos internacionais têm sido realizados ao longo dos últimos anos na tentativa de atuar coletivamente na mitigação e adaptação dos efeitos dos principais impactos. O exemplo mais recente, a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-26), tratou das questões climáticas globais e seu agravamento pela crise econômica e pandemia do coronavírus. A participação brasileira foi destacada pela atuação dos governadores dos Estados, por meio do movimento “Governadores pelo clima” e pelo lançamento do Consórcio Brasil Verde. Nesse sentido, a proposta desta sessão livre é proporcionar reflexões sobre as alternativas para mitigação e adaptação às mudanças climáticas a partir dos direcionamentos internacionais, da estrutura político institucional brasileira e da análise de realidades diversas a partir de exemplos nacionais. O centro da reflexão proposta é que cidade é feita por pessoas e para pessoas, mediada pelas ações do poder público, e com a participação ativa do cidadão consegue-se construir coletivamente um bom lugar para viver. Estratégias serão apresentadas e discutidas, na tentativa de apontar caminhos que possibilitem a busca por cidades socialmente justas, inclusivas, resilientes e sustentáveis.

COMUM URBANO NA AMÉRICA LATINA I: FORMULANDO QUESTÕES PARA SITUAR O COMUM URBANO

- Maria Carolina Maziviero (UFPR) – mcarolmazi@hotmail.com
- Marcos Leite Rosa (USP) – marcoslrosa@gmail.com
- Mirna Souza Linhares (USP) – mirnalinhaires@usp.br
- Patrícia de Toledo Basile (Indiana University - Bloomington/EUA) – arqpatriciabasile@gmail.com

A discussão sobre o comum (Commons) não é nova. Pelo contrário, o termo vem sendo desenvolvido há décadas, como conceito importante para discutir criticamente os cercamentos (Bollier; Dardot & Laval), a comodificação das cidades (Harvey), o uso responsável ou a superexploração dos recursos naturais (Ostrom; Hardin), as tecnologias sociais (Federici), a capacidade de enredamento das práticas (Stavros), além da forma como os bens imateriais “conhecimento, informação, afeto e formas de mobilização” podem ser compartilhados (Hardt & Negri). Ademais, parece notório o consenso acerca da comunidade como

uma construção processual e que se constitui na prática do comum, sem anteceder-lá, gerando sentidos e formas de viver junto, pactuados e repactuados constantemente. Ainda que a territorialidade figure como central nesses debates, a análise espacial e sua materialidade aparecem de forma periférica, em segundo plano, ou mesmo inexistem, sobretudo porque as teorias assentadas são majoritariamente provenientes de outros campos epistemológicos, distintos da Arquitetura, do Urbanismo e do Planejamento Urbano. Soma-se a isso, o fato de que grande parte do arcabouço teórico e analítico sobre os comuns está pautada em experiências no âmbito rural. Assim, esta mesa aborda as referências teóricas do comum para a análise de fenômenos urbanos.

COMUM URBANO NA AMÉRICA LATINA III: COMUNS URBANOS E INSTITUIÇÕES EM TEMPOS AMEAÇADORES

Marina Toneli Siqueira (UFSC) – marina.siqueira@ufsc.br
 Dante Chiavareto Pezzin (USP) – dantepezzin@usp.br
 Cintia de Castro Marino (UNINOVE) – cintiacmarino@gmail.com
 Aleph Tonera Lucas (CUAL) – alephtonera@gmail.com

Como vem sendo pontuado pelo trabalho do Grupo de Pesquisa CUAL (Comum Urbano na América Latina), resta claro que o debate sobre os comuns não é recente. Ainda assim, as produções acadêmicas, os casos identificados e a relevância dos comuns como prática são acentuados com o sistema normativo neoliberal (Dardot & Laval; Hardt & Negri; Stravides). Em meio ao contexto de sistema econômico regressivo e especulativo; das reformas políticas refratárias a direitos sociais; do individualismo, da competitividade e da privatização generalizadas; da intensificação de discursos e práticas autoritárias, violentas, segregadoras e excludentes; e, ainda, da iminência de colapso ambiental global, vivemos tempos ameaçadores para a própria vida. Os comuns tornam-se, portanto, um debate fundamental e potencialmente transformador da contemporaneidade e, em especial, da vida urbana. Nessa mesa III, proposta pelo grupo, abordamos o sistema político contemporâneo, suas relações fundamentais com a produção do espaço urbano e as possibilidade de ação institucional na promoção dos comuns. Abordando as relações entre comuns urbanos e instituições em suas potencialidades e dificuldades, buscamos indagar e promover reflexões sobre as possibilidades existentes nas cidades contemporâneas, ameaças e formas alternativas de ação pública pautadas na promoção da vida diversa, plural, inclusiva e equitativa.

CUAL - COMUNS URBANOS NA AMÉRICA LATINA II - AMBIGUIDADES, LIMITES, POTENCIALIDADES E HORIZONTES DOS COMUNS URBANOS

Tarcyla Fidalgo Ribeiro (UFRJ) – tarcylafidalgo@gmail.com
 Eneida de Almeida (USJT) – eneida.almeida@saojudas.br
 Eduardo Gomes Maximiliano (UNICAMP) – edu.maximiliano@outlook.com

Luiz Guilherme Rivera de Castro (UPM) – luizguilherme.castro@mackenzie.br

Proposta pela rede de pesquisa CUAL – Comuns Urbanos na América Latina, esta sessão livre parte de observações e análises de fenômenos urbanos para contribuir com o debate teórico sobre o comum urbano na América Latina, somando-se a duas outras sessões livres propostas pelo grupo. O comum é aqui compreendido como conceito em construção com foco no fenômeno urbano. As apresentações abordam quatro temas distintos segundo a perspectiva dos comuns urbanos. A primeira aborda o Termo Territorial Coletivo proposto recentemente como instrumento no Plano Diretor do Rio de Janeiro, discutindo o acesso à terra urbana em âmbito diverso da propriedade estatal ou privada. A segunda trata das relações entre políticas e ações públicas de um lado e, de outro, as ações sociais dos movimentos, colocando tais relações na perspectiva dos comuns urbanos, referenciados à Zona Leste de São Paulo. A terceira trata da produção habitacional por ajuda mútua, autogestão e propriedade coletiva no Uruguai, ressaltando as práticas e processos que, nessas experiências, se articulam aos comuns urbanos. E, por fim, são apresentadas e discutidas possíveis relações e articulações entre espaços públicos e comuns urbanos. O entrecruzamento das perspectivas apresentadas ressalta diálogos possíveis entre diferentes elementos e percepções sobre o comum urbano, dirigidos a processos de criação e recriação de sentidos do comum nas cidades.

DA ESPERA SEM FIM À AÇÃO POLÍTICA: A/HÁ ESPERANÇA NA CIDADE?

Stephanie Assaf (UNA e UFRJ) – stephanie.assaf@gmail.com
 Robert Pechman (UFRJ) – robertpechman@ippur.ufrj.br
 Maria Stella Bresciani (UNICAMP) – sbrescia@lexxa.com.br
 Eliana Kuster (IFES e UFRJ) – elianakuster@gmail.com

Partimos do tema central desse XIX ENANPUR que é a questão da esperança, e nos indagamos sobre o que se pode esperar da cidade e na cidade, e se a esperança ainda habita nossas cidades. Sendo a esperança um pacto entre o presente e o futuro, podemos hoje pensar nossas cidades a partir dela? Se a esperança é, de forma geral, a espera por algum bem, qual seria sua função na ação política, e, logo, na ação na cidade? A esperança nos movimenta, ou a esperança nos paralisa?

DAS MÃOS DADAS COM ANGELUS NOVUS ÀS GUERRILHAS PLURAIS: RESISTÊNCIAS E INVENÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS NAS CIDADES

Rodrigo Capelato (UFAM) – rodrigo_capelato@hotmail.com
 Eber Pires Marzulo (UFRGS) – eber.marzulo@ufrgs.br
 Bárbara de Bárbara Hypolito (UFRGS) – hypolito.barbara@gmail.com
 Renato Emerson Nascimento dos Santos (UFRJ) – renatoemerson@hotmail.com

Soraya Silveira Simões (UFRJ) – sosimoes01@gmail.com
 Marco Antonio da Silva Mello (LeMetro/IFCS-UFRJ)
 Désirée Guichard Freire (DEGEO-FFP-UERJ/LeMetro/IFCS-UFRJ)
 Ricardo José de Moura (Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura) – ricardomm1969@gmail.com

Estamos doentes e em guerra(s)! Diante desta catástrofe, tomada pela marcha acumulativa e destruidora do capitalismo, uma visão pessimista nos impulsiona para um futuro incerto de mãos dadas com o Angelus Novus, de Klee, conforme a abordagem benjaminiana. Apesar de tudo, forças escapam e, por lampejos contra hegemônicos, erguem-se guerrilhas plurais que, em unísono, denunciam o colapso ecológico e por reconhecimento reivindicam formas outras do pensar-fazer urbano. São apropriações e usos do território que acionam e organizam coletividades sobre e na cidade, aproximando diferenças e singularidades que potencializam forças cuja latência torce a condição posta, a ponto de inspirar transformações e novas alianças, baseado em possibilidades multi, inter, pluri ou trans existenciais. Um alerta frente à ciência atemporal que insiste em ajustar fórmulas fáceis que, neste contexto de incertezas, confirma sua condição obsoleta. Assim, esta sessão traz à tona cidades MUITAS que se acomodam e coexistem no território frente a modelos exploratórios e excludentes, a fim de lançar pistas para alcançar o que Ernest Bloch, em tom de esperança, chamou de “assim devia ser”.

DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA REDE NACIONAL PELO DIREITO À CIDADE

Paolo Colosso (UFSC) – paolo.colosso@ufsc.br
 Erminia Maricato (USP) – erminia@usp.br
 Nádia Somekh (UPM/CAU-BR) – nadiasom@terra.com.br
 Angela Gordilho (UFBA) – amgs.ufba@gmail.com

A partir dos avanços do projeto BrCidades, a mesa discute possibilidades de construção de arranjos societários capazes de se tornarem força social para o avanço do direito à cidade. Dito de outro modo, trata-se de pensar os desafios, em 2022, para consolidação de uma rede nacional, descentralizada mas coordenada, constituída por movimentos sociais populares, grupos e laboratórios universitários, ONGs, entidades técnicas e profissionais comprometidas com uma agenda transformadora para as cidades brasileiras. As apresentações versarão sobre os seguintes tópicos. O primeiro trata da importância de mantermos um duplo foco, atento às contingências conjunturais e perspectiva de longo prazo, capaz de difundir na sociedade e nos territórios conhecimentos situados. Devemos compreender o processo de urbanização recente no contexto das reestruturações produtivas e num contexto de sobreposição de crises, o que torna mais urgente uma rede de caráter nacional imbuída de construir um novo projeto para as cidades. O segundo tópico trata do potencial de criação coletiva de um marco de referência para as lutas urbanas em 2022, na forma de um Encontro pelo Direito à Cidade. O terceiro coloca perspectivas e caminhos para universidades mais populares, capazes de reintegrar ensino, pesquisa e

extensão, nas quais os saberes se traduzam em práxis e em horizontes renovados; O quarto tópico destaca a relevância de entidades profissionais renovadas e comprometidas com os objetivos consensuados na rede.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A CADEIA PRODUTIVA NA TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Patricia Bilotta (UNISUAM) – pb.bilotta@gmail.com
 Patricia Maria Dusek (UNISUAM) – patricia.dusek@unisiam.edu.br
 Rodrigo Affonso de Albuquerque Nobrega (UFMG) – raanobrega@ufmg.br
 Valdir Fernandes (UTFPR) – vfernandes@utfpr.edu.br

Os impactos socioambientais e econômicos decorrentes do massivo acúmulo de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre têm sido amplamente reportados nas últimas décadas em inúmeros estudos realizados no mundo todo. Os cenários de consequências previstas para os próximos anos apontam para toda sorte de graves calamidades, principalmente sobre os recursos hídricos, a biodiversidade e as populações mais vulneráveis, caso medidas concretas de intensiva mitigação de emissões não sejam adotadas em escala global. A Conferência das Partes (COP), evento que reúne anualmente representantes dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), tem o importante papel de promover amplo diálogo entre autoridades governamentais na construção de um acordo internacional em prol do enfrentamento das mudanças climáticas (mitigação e adaptação). Cada nação apresenta seu compromisso voluntário de redução de emissões, denominado Contribuição Nacional Determinada (NDC). O Brasil, na última COP, reiterou a proposta de reduzir em 50% suas emissões de GEEs até 2030 (relativo ao ano base) e eliminar o desmatamento ilegal em 7 anos. As medidas para atingir as metas dos NDCs englobam ações tanto públicas quanto privadas, em nível federal, estadual e municipal, por meio de estratégias de gestão e planejamento, de formação de capital humano, de atualização tecnológica, de legislações reguladoras, de programas de incentivo a práticas mais eficientes e responsáveis, dentre outras, no que tange o uso e alteração do solo, a produção agropecuária, o tratamento de resíduos (sólidos e líquidos), os processos industriais e a geração de energia (transporte e eletricidade). Nesse contexto, surge o conceito de economia de baixo carbono. O termo se refere a um conjunto de medidas que visam promover o uso racional dos recursos naturais, considerando sua disponibilidade geográfica e temporal, fomentar a transição de matrizes energéticas não renováveis para fontes renováveis e estimular a circularidade da produção. Esse modelo de economia está pautado na implantação de medidas de minimização de emissões de GEE (CO₂, CH₄, N₂O, SF₄, HFCs, PFCs) provenientes de atividades econômicas. Os elementos da cadeia produtiva são o objeto de implementação da economia de baixo carbono, em escala local, regional, nacional ou internacional, pois eles constituem um complexo conjunto de

etapas de transformação que demandam elevado consumo de energia (eletricidade e transporte), água e outros insumos para a produção de bens e serviços oferecidos ao mercado consumidor, resultando na geração de grandes quantidades de resíduos (gasosos, líquidos e sólidos).

Outros dois conceitos importantes estão associados à economia de baixo carbono: "Carbono Neutro" e "Net Zero". A expressão "Carbono Neutro", ou neutralidade de carbono, significa empreender ações efetivas para eliminar ou compensar emissões diretas de GEEs decorrentes de uma atividade econômica, dentro dos limites de seu controle operacional (escopo 1 - GHG Protocol). Nesse caso, as medidas de mitigação podem ter maior êxito, pois dependem somente da capacidade de planejamento e execução da própria instituição. O termo "Net Zero", por outro lado, é uma abordagem muito mais complexa e abrangente, pois remete à gestão de emissões diretas e indiretas de GEEs em toda a cadeia de valor, incluindo fornecedores e consumidores (escopo 1, 2 e 3 - GHG Protocol). As ações realizadas na esfera "Net Zero" extrapolam, portanto, os limites de domínio da atividade econômica e, por isso, demandam soluções integradoras, cooperativas e colaborativas entre as diferentes partes que compõem a cadeia produtiva, porém seu impacto é muito mais significativo. Algumas ferramentas comumente utilizadas na perspectiva "Carbono Neutro" e "Net Zero" são: design de produtos, circularidade de materiais e produtos, análise de ciclo de vida, análise de fluxo de materiais, inventário de emissões, entre outras. O objetivo desta proposta de sessão livre é reunir pesquisadores de três diferentes programas de pós-graduação (PPGs) da área de Ciências Ambientais da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para debater sobre mecanismos de transição para a economia de baixo carbono na cadeia produtiva, em escala local e regional. Os temas tratados na sessão livre contemplam diretamente 6 dos 17 objetivos da Agenda 2030 da ONU, que são: (8) Trabalho decente e crescimento econômico; (9) Indústria, inovação e infraestrutura; (11) Cidades e comunidades sustentáveis; (12) Consumo e produção responsáveis; (13) Ação contra a mudança do clima; (17) Parcerias e meios de implementação. Os participantes convidados são filiados a PPGs localizados nos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro. Esses estados estão entre os 8 que possuem leis sancionadas para responder a demandas climáticas no cenário nacional. As palestras e as discussões promovidas na mesa-redonda versarão sobre a cadeia produtiva sustentável, a sustentabilidade no transporte de cargas e a transferência de tecnologias como mecanismos de transição para a economia de baixo carbono. Na programação, os convidados apresentarão, inicialmente, conceitos relevantes, estudos de caso emblemáticos e experiências acadêmicas e profissionais de destaque acerca do tema designado para suas palestras. Em seguida, na mesa-redonda, os participantes serão convidados a debater sobre as conquistas alcançadas até o momento na transição para o modelo de produção econômica sustentável, bem como os desafios e as oportunidades identificadas no processo de consolidação da economia de baixo carbono.

DINÂMICA ECONÔMICA EM COLAPSO: ANÁLISE DA ESTRUTURA SETORIAL DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Juliana Bacelar de Araújo (UFRN) – julianabacelararaju@gmail.com
 André Mourthé de Oliveira (UFOP) – demourthe@gmail.com
 Marcelo Gomes Ribeiro (UFRJ) – marceloribeiro@ippur.ufrj.br
 Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN) – mlmclementino@gmail.com
 Cláudia Júlia Guimarães Horta (FJP)
 Raul da Silva Ventura Neto (UFPA) – netoventurraul@gmail.com
 Beatriz Tamaso Miotto (UFABC)
 Alexandra Maria Vieira Muniz (UFC) – geoalessandraufc@gmail.com

O Brasil é na atualidade um país eminentemente urbano, em que parcela significativa da população se concentra nos espaços metropolitanos, o que confere à dinâmica econômica modos de estruturação que refletem essa realidade. De um lado, a forma como o país se organiza populacional e territorialmente influencia na sua estrutura econômica; de outro lado, essa estrutura econômica contribui para a organização populacional e territorial do país. Neste sentido, a preocupação com o desenvolvimento econômico nacional deve considerar o importante papel desempenhado pelas áreas metropolitanas nos mercados de consumo, na dinâmica econômica e na organização do mercado de trabalho. No período da industrialização nacional (1930/1980) as áreas metropolitanas constituíram-se como os principais lócus da indústria de transformação, da construção civil e dos serviços, especialmente os especializados. O pós-1980 marca a transição para um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil e a consolidação de novos processos estruturantes, como a desindustrialização, a reprimarização da pauta exportadora e a desconcentração econômica-territorial (RIBEIRO e CLEMENTINO, 2020 p.10), impactando profundamente as metrópoles brasileiras. A sessão livre "Dinâmica econômica em colapso: análise da estrutura setorial das metrópoles brasileiras" tem como objetivo geral analisar a estrutura econômica das principais metrópoles brasileiras vis-à-vis sua inserção regional-estadual e nacional no período de 2007 a 2019. Propõe-se, como objeto das apresentações, a análise de quatro grandes setores de atividade econômica, correspondendo cada setor a uma palestra: 1. Indústria extrativa e mineral; 2. Indústria de Transformação; 3. Construção Civil; e 4. Terciário. Tais dimensões serão analisadas tendo como base as principais regiões metropolitanas brasileiras, e tendo em vista os diferentes contextos regionais onde elas estão inseridas. O período de análise será de 2007 a 2019, onde destaca-se dois subperíodos: i) 2007-2014, período de aceleração e desaceleração das taxas de crescimento do PIB, com retomada dos investimentos, expansão do consumo, da renda e do crédito, menores taxas de desemprego e aumento da formalização dos contratos de trabalho; e ii) 2015-2019, período de crise e baixas taxas de crescimento da economia, de redução sistemática das taxas de investimento público e privado, crise fiscal e política do Estado, elevação das taxas de desemprego e aumento da informalidade. No primeiro período, busca-se analisar parte significativa do período do experimento desenvolvimentista onde

é possível observar uma desconcentração “heterogênea” da urbanização, no sentido da interiorização. Esse movimento ocorre, de um lado, pela ampliação e consolidação das políticas sociais e melhorias no mercado de trabalho dos anos 2000, que deram condições de permanência e oportunidade, especialmente nas cidades de porte médio mais dinâmicas. De outro, pelo crescimento das cidades que abrigam atividades conectadas à inserção externa da economia brasileira, mormente à exportação de commodities. Já no segundo período observa-se, segundo Ribeiro (2017), a ocorrência de uma “virada ultra liberal” sustentada no tripé financeirização, desindustrialização e austeridade fiscal (KLINK, 2018; BLYTH, 2017; DWECK, OLIVEIRA E ROSSI, 2018, CANO, 2017). Verifica-se também a retomada de reformas liberalizantes, entre elas destaca-se a adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho no Brasil (Reforma Trabalhista de 2017 e Lei nº 13.874 de 2019), corrosão das infraestruturas econômicas e sociais e a desconstrução do sistema de solidariedade territorial e reconfiguração do conflito social (CLEMENTINO, MIOTO e ARAÚJO, 2021). Apesar do trabalho não se debruçar sobre o período da pandemia, por ausência de dados consolidados, é possível observar que as mudanças em curso dão continuidade ao movimento anterior, pós-2015, são importantes para pensar e elaborar políticas para pensar a retomada do desenvolvimento econômico. A crise sanitária da pandemia da Covid-19 impôs aos governos, em escala global, a necessidade da adoção de um conjunto de medidas, desencadeando crises econômicas, políticas e sociais. Para conter a propagação do vírus foram necessárias a adoção de medidas de isolamento social e, em alguns momentos, apenas a manutenção de atividades econômicas essenciais. A relação entre os impactos da pandemia, o padrão de urbanização, a estrutura econômica e do mercado de trabalho provocou várias discussões sobre a capacidade de enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Nos espaços metropolitanos, as condições de trabalho, moradia, infraestrutura e seguridade não permitiram que parte da população, especialmente a mais vulnerável, cumprisse o isolamento. Do ponto de vista econômico verificou-se impactos relativamente maiores sobre alguns setores industriais e de serviços e pequenas e médias empresas. As medidas emergenciais adotadas, apesar de importantes para reduzir os impactos da pandemia sobre a classe trabalhadora e os beneficiários do Bolsa Família, mostraram-se insuficientes para compensar as perdas de renda e demoraram a chegar aos mais vulneráveis. Em síntese, a soma do contexto da inflexão ultraliberal com a pandemia de covid-19 acarreta a acentuação das desigualdades, sejam elas associadas ao padrão de urbanização (concentrado e desigual) ou as estruturas socioeconômicas e do mercado de trabalho (heterogêneas e subdesenvolvidas). Esses fenômenos podem ser observados com maior intensidade nas áreas metropolitanas. As reformas liberalizantes e a crise econômica/baixas taxas de crescimento do período pós 2015 não recuperaram a atividade econômica nacional e precarizaram o mercado de trabalho. A crise reconfigurou o mercado de trabalho, que agora caracteriza-se por altas taxas de desemprego e de desalento, subutilização da força de trabalho e queda dos rendimentos médios. É uma dinâmica econômica em colapso com: quebra dos compromissos de política redistributiva, desemprego, desalento, queda do rendimento

médio e estagnação econômica. O principal diferencial da sessão livre “Dinâmica econômica em colapso: análise da estrutura setorial das metrópoles brasileiras” é o de desenvolver uma análise nacional que considera as diferenças regionais e tem como foco as regiões metropolitanas, locus importante dos processos de financeirização e desindustrialização e onde é possível observar com maior intensidade nosso padrão de urbanização concentrado e desigual e de estruturas socioeconômicas e de mercado de trabalho marcadas pela heterogeneidade e subdesenvolvimento. Qualquer projeto em debate, que pense a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro, precisa pensar o papel das metrópoles e essa SL pretende contribuir no avanço das discussões socioeconômicas e territoriais dos espaços metropolitanos no contexto nacional.

DIREITO E SAÚDE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Carlos Henrique Natal Gomes (UNINOVE) – carlosnatal@uni9.edu.br
 Renata Maria Aponte Rodrigues de Carvalho (UNINOVE) – renata.aponte@uni9.edu.br
 Daniela Bucci (UMSCS) – daniela.bucci.db@gmail.com
 Alessandra Cristina Guedes Pellini (UNINOVE) – alessandra.pellini@uni9.pro.br

A COVID-19 aprofundou as desigualdades entre os países e em seus próprios territórios, fragilizando o conjunto sistêmico dos direitos humanos. Apesar de fortes evidências quanto à efetividade da vacina no controle da COVID-19, muito tem sido discutido a respeito da obrigatoriedade do imunizante, levantando-se questionamentos acerca da “vacinação compulsória”, dentre outras medidas legais. O STF definiu que o direito coletivo à saúde deve prevalecer sobre o individual, cabendo ao Estado determinar ações protetivas das pessoas mesmo contra suas vontades. Observam-se, ainda, profundas desigualdades nas coberturas vacinais de COVID-19, em todo o mundo. Os entes federados devem dispor de suficientes recursos, assim como apoiar-se em ferramentas tecnológicas para gerenciá-los e propor soluções inteligentes e baseadas em evidências. Há um terreno conflitante na luta pela defesa do interesse coletivo, sobretudo quando este diverge dos interesses individuais, o que levanta a necessidade de resolução desses conflitos, sob pena de comprometer a própria democracia.

DÍVIDA E DESPEJO NA CIDADE: INADIMPLÊNCIA E EXECUÇÃO DA GARANTIA NO CRÉDITO HABITACIONAL

Melissa Ronconi de Oliveira (UNICAMP) – meronconi@gmail.com
 Flávia Elaine da Silva Martins (UFF) – fesmartins@id.uff.br
 Natália Daniela Sá Britto (UNESP) – natalia.britto@unesp.br

Aborda as características do modelo de crédito habitacional, que condiciona a propriedade à plena quitação da dívida, o funcionamento da alienação fiduciária e os mecanismos de

execução de garantia, apresentando dados agregados. Reúne pesquisas sobre a inadimplência, endividamento e o despejo nas cidades brasileiras. Discute resultados de estudos de caso de projetos de pesquisa finalizados e em andamento sobre o despejo nas cidades brasileiras. Lança luz a um fenômeno ainda pouco estudado no Brasil, apontando uma agenda de pesquisa. Busca unir as pesquisas em andamento sobre os problemas no carregamento dos passivos imobiliários pelas famílias, ampliando o debate sobre a metodologia do estudo do objeto. As execuções de garantia têm o potencial de alterar a estrutura de propriedade das cidades, abrindo novos espaços de valorização do capital e ampliando desigualdades pré-existentes. Ao mesmo tempo, a Sessão é um chamado aos desafios futuros resultantes do carregamento dos passivos imobiliários pelas famílias. Quantos beneficiários do ciclo de crédito dos anos 2000 se tornarão, de fato, proprietários?

DO LOTE AO PLANO E VICE-VERSA: VERTICALIZAÇÕES POSSÍVEIS NO BRASIL

Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-CAMP) – manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

Nadia Somekh (UPM) – nadiasom@terra.com.br

Sarah Lúcia Alves França (UFS) – sarinhafranca@gmail.com

Luis Espallargas Gimenez (UPM e USP) – espallargas@usp.br

A proposta do tema envolve um diálogo experimental entre geografia, sociologia, arquitetura e urbanismo, visando estudos de cenários alternativos para o projeto urbano. Do edifício à cidade. Da cidade ao edifício. É uma resposta tentativa às proposições filosóficas da cidade e da sociedade de dois gigantes da teoria crítica: Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro. Da parte ao todo, do todo à parte. Trata-se de pensar o projeto em totalidade, de buscar a coerência interna entre os elementos. O debate sobre a verticalização das cidades brasileiras, iniciado no final dos anos 1970, abrange legislação, forma urbana, adensamento e sustentabilidade do ambiente construído. Discute-se, agora, as seguintes questões: efetividade do adensamento como política urbana; consequências de instrumentos urbanísticos na materialização das cidades; exercício reverso de urbanismo ou uma crítica à verticalização; e plano urbano que precisa pensar a dimensão socialmente necessária da verticalização.

ECONOMIA SOLIDÁRIA, AUTOGESTÃO E TERRITÓRIO: CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SOLIDÁRIOS

Valmor Schiochet (FURB) – valmor@furb.br

Flávio Chedid (UFRJ) – flaviochedid@gmail.com

Genauto Carvalho de França Filho (UFBA) – francafilhogenauto2@gmail.com

Luciana Lago (UFRJ) – lucianacorrealago@gmail.com

Partindo da ideia de que o território é um espaço histórico permeado por contradições, conflitos e práticas sociais contra

hegemônicas construídas nas fissuras da ordem dominante propomos oportunizar a socialização e o debate de reflexões relativas a possibilidade de pensarmos/teorizarmos a relação entre espaço e solidariedade/cooperação econômica a partir de referência práticas/empíricas sistematizadas pelos participantes da sessão. Refletir sobre processos territoriais a partir de concepções plurais da economia e da diversidade de princípios que fundamentam os vínculos sociais e a solidariedade com ênfase na autogestão.

Novas formas de ativismo social, político e econômico disseminaram-se sob distintas dinâmicas, diferenciando-se quanto à relação com o Estado, de articulação ou de negação, e quanto às causas sociais postas nas agendas, desde as tradicionais agendas do movimento operário e camponês até as novas pautas de gênero, étnicas, culturais e ambientais. Em comum, a valorização de processos democráticos e a experimentação ou recriação de dinâmicas e lógicas econômicas alternativas à mercantil, sejam pautadas pela cooperação e pela solidariedade que demarcaram lutas históricas dos trabalhadores e se renovaram na economia social e solidária em diversas experiências de economias transformadoras. A experimentação recente da economia solidária permite uma síntese preliminar de características que podem ser fundamentais para a construção de um futuro alternativo. Uma economia de pessoas produzindo bens necessários, úteis, saudáveis, marcada pela soberania alimentar em processos de trabalho não alienados. Não basta assegurar o direito ao trabalho, mas é preciso um trabalho com sentido. Uma produção inserida em redes de comércio justo ou mercados institucionais para que não fique subordinada às cadeias geridas pelas corporações que mantêm os mecanismos de transferência de valor do trabalho para o capital improdutivo. Uma economia financiada solidariamente por cooperativas de crédito, os bancos comunitários de desenvolvimento, os fundos rotativos e fundos de investimentos éticos. Uma economia de bens e serviços que forma redes de consumidores que praticam o consumo consciente e responsável. Economias autogestionárias voltadas para a preservação dos biomas, das florestas e garantam direitos territoriais dos seus povos com seus saberes sobre o uso sustentável dos recursos naturais e promotores da justiça ambiental.

Considerando que o acumulado teórico e prático tem sua ênfase nos denominados espaços rurais a proposta procura voltar-se mais para as questões da autogestão e da cooperação nos espaços urbanos, das cidades. Neste sentido as exposições se referenciam pelas análises e experiências urbanas (com o cuidado de não reproduzir abordagens dicotômicas) de articulação envolvendo territórios, economias e solidariedades autogestionárias procurando responder à questão das possibilidades de construção de cidades e/ou espaços urbanos cooperativos. Um debate que explora os desafios colocados por David Harvey ao afirmar que "o direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora (...)" é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício do poder coletivo sobre o processo de urbanização. (Harvey, D. Cidades Rebeldes) A sessão considera a possibilidade concreta do direito à cidade ser

construído a partir da diversidade e pluralidade de experiências organizativas que envolvem sistemas comunitários de finanças, redes de produção-comercialização-consumo, cooperativas industriais autogestionárias, pontos coletivos de cultura e uma diversidade de formas de vida coletiva.

EM BUSCA DE UM PLANEJAMENTO URBANO EXISTENCIAL: VULNERABILIDADES E RESILIÊNCIAS DO HABITAR CONTEMPORÂNEO

Vitor Sartori Cordova (UNICAMP) – vitorcordova@yahoo.com.br
 Graciela Ester Ralón (Universidad Nacional de San Martín, Argentina) – graciela_ralon@hotmail.com
 Eduardo Marandola Junior (UNICAMP) – eduardo.marandola@fca.unicamp.br
 Jane Victal (PUC-CAMP) – janevictal@puc-campinas.edu.br

Marcados pela deficiente regularização fundiária, como no caso brasileiro, os conjuntos habitacionais populares tornaram-se reféns dos inúmeros mecanismos perversos do âmbito urbanístico. São extremamente conhecidas as formas perniciosas que convergem à sua implementação, ou seja, nas franjas da malha urbana, em sítios margeados pelo potencial da valorização da zona rural para futuros loteamentos, somado os constantes problemas relacionados aos equipamentos urbanos (hospitais, escolas, transportes públicos) devido a sua localização. Ademais, as ferramentas do próprio campo urbanístico, como a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Z.E.I.S.) e de Áreas de Proteção Ambiental (A.P.A.) - além de outros que zelam pelo crescimento ordenado e menos desigual da cidade nos diversos países da América Latina -, se transformam em verdadeiros adornos frente à lógica mercantil tanto latifundiária quanto imobiliária e, logicamente, não obliterando as artimanhas do mercado financeiro. Todavia, diante destas situações extremamente conhecidas, ainda converge-se um problema comum nas análises sobre estas moradias populares: pautam-se num escopo em que tanto um tipo de cidade quanto as suas formas de resolução parecem estar sempre pré-formatados, isto é, assim como a forma sistêmica de exploração desenfreada do espaço urbano se faz de forma exponencial, as ações contrárias parecem se embasar em alguma “cartilha” aonde os antídotos contra o “veneno do capital” se assemelham à fórmulas a priori. Considerando-se que muitas das pesquisas concernentes a este tema avançaram na discussão sobre o direito à uma cidade mais justa, ainda olvida-se os relatos e experiências dos que mais se afligem neste cenário de vulnerabilidade no que compete a debater uma cidade mais vivida, pois encarnada. Desta forma, esta sessão temática almeja concatenar trabalhos que evidenciam este direito à cidade e à moradia digna não somente através de um escopo analítico em que os argumentos são tratados em uma explicação sistêmica (vazios e espraiamento urbanos), mas sim que estas análíticas conjuguem-se em um apelo mais humanista no que tange a compreender estes mesmos “vazios urbanos” enquanto fomentadores de “vazios existenciais” nos grandes calabouços sulcados no tecido urbano; em apreender a “fragmentação” deste tecido urbano (pelo seu inconsequente

esgarçamento) como “fragmentação dos laços de sociabilidade”; em assimilar o “tempo de deslocamento” casa-trabalho ao mesmo nível de uma empatia em que se conflua ao desperdício do “tempo de suas vidas” nas muitas horas de trânsito ou nas infundáveis parcelas do imóvel financiado e dificilmente quitado. Assim sendo, foram convidados pesquisadores de instituições brasileiras e argentinas, mais precisamente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Universidade San Martín (Argentina) juntamente com seus respectivos laboratórios de pesquisa: Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR), Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetura (EU:CA) e Centro de Estudos de Hermenêutica. Tal articulação ocorre devido a convergência entre os estudos destas instituições no que compete à uma reflexão sobre o âmbito ontológico-existencial humano no campo da fenomenologia, da política e do urbanismo, almejando o compartilhamento de suas reflexões as quais possam auxiliar no presente debate sobre como os conjuntos habitacionais – locais usualmente vistos como um ponto à margem nos mapas oficiais e, consequentemente, também as cartografias espaciais urdidas pelos seus residentes - intermedeiam uma cidade pulsante em que a ausência de direitos cria uma responsabilidade de deveres. Mais precisamente, uma responsabilidade que evidencia a necessidade de um meio urbano (urbs) emergido por meio dos limites revelados na vida orgânica destes residentes, a qual manifesta os limites da técnica e do capital através do surgimento de um sujeito-encarnado. Neste âmago, pretende-se com estes exposições engendrar um debate para que este limite, que é o do sujeito-encarnado enredado nos muitos modos de vida abarcados nestes conjuntos habitacionais populares, sejam encarados sob o prisma de um planejamento urbano de cunho mais existencial.

ESPAÇO URBANO, SOCIEDADE E SAÚDE NA PANDEMIA DE COVID-19

Alessandra Cristina Guedes Pellini (UNINOVE) – alessandra.pellini@uni9.pro.br
 Ligia Vizeu Barrozo (USP) – lija@usp.br
 Cristiano Capellani Quaresma (UNINOVE) – quaresmacc@uni9.pro.br
 Antônio Pires Barbosa (UNINOVE) – antoniopb@uni9.pro.br

A pandemia de COVID-19 trouxe inúmeros desafios para os mais diversos setores da sociedade, sem contar as sequelas decorrentes das perdas econômicas e dos lutos experienciados pela morte de entes queridos, vítimas diretas ou indiretas da doença. A pandemia impactou, de forma jamais prevista, no funcionamento geral e no modo de vida da sociedade. Desde o seu advento, foi produzida uma vasta literatura sobre a distribuição espacial dos indicadores de COVID-19, e de seus fatores determinantes e condicionantes, nas mais variadas configurações territoriais. É mister compreender o papel dos determinantes sociais, econômicos, ambientais, demográficos, de recursos de saúde, dentre outros, sobre a distribuição espacial da COVID-19. Importa, ainda, discutir os melhores caminhos para o

desenvolvimento da resiliência e da sustentabilidade urbana, na busca da reconstrução social, enquanto legados positivos que poderão se conformar em um novo alicerce para o enfrentamento de futuros eventos tão catastróficos como este que vivenciamos.

FACES DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA HABITACIONAL DURANTE A PANDEMIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - ANÁLISES A PARTIR DO OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

Talita Anzei Gonsales (UFABC) – talita.anzei@gmail.com
 Aluizio Marino (USP) – aluizio.marino@ufabc.edu.br
 Giovana Bonilha Milano (UNIFESP) – giovanna.milano@unifesp.br
 Larissa Gdynia Lacerda (USP) – larissa.gdynia@gmail.com

A mesa pretende fazer uma análise multidimensional e multiescalar da situação de emergência habitacional na Região Metropolitana de São Paulo durante a pandemia, que aprofundou a crise da moradia e impôs novos desafios a serem enfrentados. A análise tem como base o mapeamento do Observatório de Remoções – que completa 10 anos em 2022 – realizado durante o período pandêmico (entre março 2020 a março de 2022), indicando frentes de reestruturação territorial com considerável incidência de processos de remoção. O foco está na reflexão acerca do encontro entre elementos anteriormente presentes dos territórios populares – intervenções públicas, tendências do mercado imobiliário, dinâmicas dos mercados formais, informais e ilegais, além de articulações políticas reivindicativas e resistentes – e suas transformações tendo em vista a crise econômica instalada.

GOVERNANÇA URBANA E POLÍTICA LOCAL NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS: DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Filipe Souza Corrêa (UFRJ) – filipecorrea@ippur.ufrj.br
 Richardson Leonardi Moura da Camara (UFRN) – richardson.camara@ufrn.br
 Erick Omena de Melo (UFRJ) – erickomena@gmail.com
 Nilo Lima de Azevedo (UENF) – azevedo.nilo@pq.uenf.br

A presente proposta de sessão livre busca ampliar os diálogos, as reflexões e as análises construídas no âmbito do projeto INCT/Observatório das Metrópoles que tratam da investigação da existência de regimes urbanos a partir dos processos políticos no nível local. Portanto, esta sessão livre oferece uma contribuição para o debate sobre a política do urbano a partir de trabalhos que apresentam análises sobre quem e como se governam as cidades, explorando fenômenos como a relação entre a dinâmica fiscal e possíveis padrões de governança urbana dos municípios metropolitanos, seja pela financeirização da política urbana, por meio de operações urbanas consorciadas, dos efeitos fiscais das atividades neoextrativistas na economia minerária ou do petróleo ou ainda do surgimento de novos padrões gerenciais na prestação de serviços públicos tomando-se como exemplo a área da saúde.

A proposta se justifica pela necessidade de maior aprofundamento das discussões, no campo de estudo do planejamento urbano, sobre as dinâmicas propriamente políticas que envolvem a governança urbana no contexto de aprofundamento do projeto neoliberal. Para a caracterização desse desafio teórico, é importante considerar que os municípios brasileiros são os entes federativos responsáveis pela provisão da maior parte dos serviços públicos urbanos. Os municípios passaram a ter a partir da Constituição de 1988, novas competências na execução de políticas urbanas, tais como pavimentação, transporte, uso do solo, habitação, saneamento, entre outros, a partir de uma autonomia tributária, institucional e administrativa que, em tese, garantiria recursos fiscais e institucionais para essa provisão, apesar dos constrangimentos oriundos de outras escalas. A busca pela solução de problemas e pela melhor oferta destes serviços perpassa, necessariamente, pelas condições socioeconômicas, capacidades estatais dos governos, instrumentos de planejamento urbano utilizados e coalizões de poder. Além do mais, em um arranjo urbano regional no qual muitos dos gargalos existentes são de interesse comum, as disparidades fiscais, de capacidades burocráticas e de governança dos municípios são fatores que, certamente, dificultam uma ação conjunta e uma tomada coletiva de decisões em direção a uma governança democrática. Quando observamos os trabalhos sobre política local, há uma grande diferença entre abordagens no campo da Ciência Política e do Planejamento Urbano e Regional. Na Ciência política brasileira, os estudos realizados no plano local, em geral, estão focados em estudos de caso e pouco se articulam em termos de uma discussão teórica mais ampla e orientada a partir das especificidades desta escala de exercício do poder. Em geral, esses estudos apontam para o reatamento de discussões no plano da representação político-institucional, como as investigações acerca da dinâmica político-partidária e de comportamento eleitoral. A maior parte da produção local se dá sobre arranjos de democratização no nível local, como orçamentos participativos e a instituição de conselhos setoriais de políticas públicas, um nicho que acaba apresentando grande grau de sobreposição com as discussões no campo do planejamento urbano e regional. Já neste último, percebemos uma forte ênfase na análise das políticas urbanas (saneamento, mobilidade, uso do solo e habitação) à luz da economia política da produção do espaço urbano. No entanto, quando expandimos as questões de fundo para além dos escopos disciplinares, percebemos que, apesar da fragmentação de abordagens, existe uma riqueza de reflexões sobre o exercício do poder na escala local em campos disciplinares contíguos, como na Geografia, na Administração Pública, e etc. indicando também um terreno propício de articulação de colaborações interdisciplinares em torno da temática de maneira a superar tal dispersão. Essa dispersão contrasta diretamente com a experiência do desenvolvimento da temática nos EUA, cuja reflexão contribuiu diretamente para as discussões fundamentais sobre a política no urbano, constituindo um campo de estudos denominado de urban politics. No entanto, essa dispersão tem a sua razão de ser, pois, de acordo com Carvalho (2017), enquanto a polêmica em torno dos estudos sobre community power esteve restrita aos Estados Unidos (DAHL, 1961; HUNTER, 1953; POLSBY, 1963), estudos

inspirados pela perspectiva da economia política, como dos regimes urbanos e da máquina de crescimento (MOLOTOCH, 1976; PETERSON, 1981; STONE, 1989), fundamentaram uma primeira onda de estudos sobre poder urbano local e desenvolvimento. Carvalho (2017) também argumenta que a chegada das teorias do campo de urban politics na América Latina se dá num contexto de transformação do Estado trazido pela intensificação do processo de globalização. De acordo com Brenner (2004), o reescalonamento do Estado no contexto de transformação no processo de acumulação capitalista é um processo em que as unidades subnacionais (cidades e regiões) ganham notoriedade a partir sua relativa autonomia adquirida no interior da hierarquia administrativa de cada território estatal. Esse processo de reescalonamento, no entanto, é mediado pelas condições institucionais de cada estado-nacional, e pela forma como se dão as relações entre as cidades e os estados-nacionais. No caso brasileiro, essas transformações em direção a um processo de “glocalização” (SWYNGEDOUW, 2004), convergiram com processos de descentralização estatal a partir da onda de redemocratização e de reforma gerencial, nos anos 1990. Deste modo, o desenvolvimento das cidades brasileiras tendo como marco o arranjo federativo consagrado na Constituição Federal de 1988, assegura ao município importante competência na produção de equipamentos e na provisão de serviços coletivos voltados à promoção do bem-estar urbano. No entanto, alguns desafios são colocados a este modelo progressista de governança local que se organize em prol de um desenvolvimento urbano inclusivo e orientado por um parâmetro de justiça social, conforme preconiza a Constituição Federal. É inegável que a diversidade de posições hierárquicas na estrutura da rede urbana brasileira esteja parcialmente refletida em diferentes condições governativas e institucionais para as provisões de bem-estar em âmbito local. Essa atuação em prol de um bem-estar social no nível local exige do poder público um certo grau de estruturação burocrática e capacidade administrativa, capacidade orçamentária para investimentos, conquista de um grau significativo de transferências voluntárias, e etc. Mais recentemente, tais desafios tendem a ser complexificados por alguns processos mais amplos e de grande impacto para a esfera local. Por um lado, houve o recrudescimento da agenda neoliberal na escala global, dominante pelo menos desde a década de 1970, através da ascensão de “novos” projetos políticos que passaram a colocar o privilegiamento de agentes de mercado e seus objetivos de acumulação em detrimento de outras demandas em um patamar inédito. No Brasil, este recrudescimento pode ser compreendido como “inflexão ultra neoliberal”. Por outro lado, houve a agudização da crise do regime democrático liberal, indicada pela recente ascensão de governos nacionais com inclinações autoritárias em diversos continentes e por crescentes contestações populares quanto à legitimidade das instituições políticas estabelecidas (Pzerworski, 2020), o que pode ser entendida como uma inflexão ultraneoliberal. Ao fim de apresentações propostas, buscamos avançar sobre os principais desafios e possibilidades em torno da pesquisa da governança urbana nos municípios metropolitanos no país. Ao fim, e durante o debate de encerramento, apontaremos para possibilidades para as agendas de pesquisa.

HÁ ALGO DE NOVO NOS PROJETOS URBANOS? POR UMA RENOVAÇÃO NOS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE A REGULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA OBSERVADOS A PARTIR DO ESTADO

Paula Freire Santoro (USP) – paulasantoro@usp.br
 Laisa Eleonora Maróstica Stroher (UFRJ) – laisa.stroher@fau.ufrj.br
 Carolina Heldt D'almeida (FESP) – carolheldt@gmail.com
 Simone Guerresi (USP) – simone.guerresi@gmail.com

Esta sessão discute a hipótese de uma reestruturação em curso na agenda dos grandes projetos urbanos, questionando suas permanências e alterações, com foco na regulação e nos diferentes atores que mobilizam esses instrumentos na metrópole de São Paulo. O debate é estruturado a partir de quatro eixos: da ideia de que há uma maior complexificação, que se expressa na profusão, diversificação, articulação e justaposição de instrumentos de renovação urbana; da hipótese de que os interesses principais não giram mais em torno da produção de grandes obras de infraestrutura, mas, sobretudo, da concessão do espaço público; da noção de que os fluxos de renda provenientes de PPPs também compõem um motivador de interesses cada vez mais presente na modelagem das intervenções; da discussão sobre as novas artimanhas por meio do qual renova-se o uso instrumental da pauta da habitação popular para justificar intervenções que não atenderão necessariamente a esse fim.

HABITAR OS DESMORONAMENTOS CORPOS, PRÁTICAS E MODOS DE REENCONTRAR A VIDA NA CIDADE

Flavia de Sousa Araújo (UFAL) – flavia.araujo@fau.ufal.br
 Daniele Caron (UFRGS) – danielle.caron@ufrgs.br
 Gabriel Schvarsberg (UERJ) – gabrielsberg@esdi.uerj.br
 Samuel Thomas Jaenisch (UFRJ) – samueljaenisch@hotmail.com

A crise sanitária de proporções globais disparada pela emergência da pandemia de Covid-19 produziu impactos tão extensos quando intensos, reorganizando a mobilidade espacial em todas as escalas, desde as relações entre os corpos e as cadeias produtivas da economia, com reflexos nas cidades, em que se fizeram mais visíveis as desigualdades territoriais, de classe, raça e gênero. O objetivo desta sessão é trocar experiências e reflexões elaboradas ao longo de dois anos de pandemia, discutindo estratégias e modos para encontrar a vida na cidade a partir da atividade acadêmica, que nos leva, mais do que nunca, à necessidade de repensar nossas práticas de pesquisa, ensino e extensão. Longe de querer apresentar resultados, esta sessão intenta criar espaços de troca onde os participantes possam compartilhar suas experiências e formulações, mas também seus anseios, inseguranças e dilemas, frente aos desafios de um mundo que se mostra cada vez mais hostil à vida.

IMAGENS DA CIDADE: DAS NARRATIVAS DE CRISE

Felipe Dias Ramos Loureiro (FEMASS) – felipelour@gmail.com
 Robert Moses Pechman (UFRJ) – robertpechman@ippur.ufrj.br
 Teresa Hersen (UFRJ) – teresahersen@gmail.com
 Liliane Vasconcelos (UCSAL) – lilianelilivj@gmail.com
 Fabio Nienov (UNIFESO e IPP) – fabio.arq@gmail.com

A imagem é o mediador fundamental das relações que se travam na cidade. Sobretudo no século XXI, quando o percurso diário de cada cidadão é marcado pela importância da tecnologia, tal como pela onipresença das mídias digitais e da publicidade. Por meio das imagens é que interagimos e nos relacionamos com os discursos que circulam no espaço urbano. A partir delas emergem padrões sobre os quais cada indivíduo constrói sua personalidade. Portanto, as imagens são dialéticas e são obras de passagem, cumprindo um papel de fazer confrontar tempos, espaços e saberes. Podendo ser compreendidas também como uma espécie de operador temporal de sobrevivências, portadora de uma relevante potência política relativa ao nosso passado, presente e futuro. Destacam-se recorrentemente como recurso de linguagem que constrói e reconstrói cotidianamente os discursos que circulam na cidade. Participando de maneira efetiva para os processos de subjetivação individuais. Nesse sentido, para que se compreenda a vida urbana, as produções e as práticas de resistência que acontecem nesse espaço, um caminho possível é aquele que se abre a partir do gesto metodológico compreendido por montagem. Essa, por sua vez, pode ser entendida como um exercício ficcional que faz confrontar dialeticamente tempos, espaços, vozes e palavras. Permitindo, nessa perspectiva, a ocorrência de encontros entre tempos e realidades distintas. Por isso, pode-se dizer que a montagem abre caminho para análises de temáticas extremamente atuais e complexas no que concerne à vida na cidade. Não causa estranhamento dizer que a cidade em que vivemos não é a mesma em que viveram nossos pais e avós. Uma estrutura econômica, social e moral se afirmou como tradição no decorrer da modernidade, porém, pouco a pouco, todo esse aparato discursivo tem se transformado. Essas mudanças não se limitam ao campo subjetivo, elas estão expressas no tecido urbano. Novas formas de trabalhar, viver e se relacionar se apresentam, mas é o individualismo que sustenta a maioria desses enunciados. O urbanismo também não escapa, os planejadores urbanos pensam em intervenções consonantes com o paradigma econômico e político neoliberal. Parece que estamos a beira do precipício, entretanto, essa percepção aflita de estarmos vivendo uma crise urbana está presente desde a gênese da modernidade. A previsibilidade de um passado marcado por processos de exclusão não emerge como alternativa crível para as incertezas vividas pelos habitantes da cidade de hoje. Sendo assim, uma questão está proposta de antemão aos interessados nesta sessão livre: o indivíduo hipermoderno pode, privado de tempo, da duração exigida pelos sentimentos, experimentar outra coisa além de sensações? A pressa e a flexibilidade formam e deformam os indivíduos. Esses, responsabilizados totalmente por seus fracassos ou êxitos, tentam

se orientar enquanto precisam construir suas próprias narrativas em um mundo repleto de estímulos e enunciados. Portanto, diante da dificuldade de se estabelecer vínculos sociais estáveis e, reconhecendo a capacidade das imagens de afetar a subjetividade dos cidadãos, torna-se necessário dialogar com outros pesquisadores interessados em analisar a vida na cidade a partir de uma perspectiva imagética. Consideramos as mais variadas produções artísticas como objetos legítimos de estudo científico, ampliamos essa abordagem e incluímos no escopo as produções digitais que possam ser confrontadas com outras imagens e trabalhos acadêmicos.

IMIGRANTES INTERNACIONAIS E O ESPAÇO URBANO - ACOLHIDA DE INDÍGENAS IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM CIDADES: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO CULTURALMENTE SENSÍVEL

Duval Fernandes (PUC-Minas) – duvalfernandes@hotmail.com
 Márcia Maria de Oliveira (UFRR) – marcia.oliveira@ufrr.br
 Andrea Poletto Oltramari (UFRGS) – andreaoltr@gmail.com
 Marcelo Antônio Lemos (SJMRR) – marcelo.lemos@sjmrrbrasil.org

A migração de indígenas venezuelanos para o Brasil coloca inúmeros desafios que têm início no momento de chegada nas cidades de Pacaraima e Boa Vista e continuam acompanhando todo o trajeto dessa população imigrante. Diferenças culturais e de percepção na forma de apropriação do espaço urbano abrem caminho para situações de vulnerabilidade (seja ela ambiental, social ou laboral) que, sob a ótica de algumas interpretações, colocam esse grupo em situação de conflito com a lei. A sessão propõe fazer a discussão tratando da trajetória desse deslocamento, distinguindo olhares no ponto de entrada no país e acompanhado o trajeto até a região Sul, incluindo o debate sobre os desafios no processo de acolhimento dessa população.

INFRAESTRUTURA COMO TERRITÓRIO DO COMUM: PERSPECTIVAS PARA O URBANISMO E O PLANEJAMENTO URBANO

Juliana Sicuro (UFRJ) – juliana.sicuro@fau.ufrj.br
 Pedro Moraes (UFRJ e PUC-Rio) – pedrobarretodemoraes@gmail.com
 Luísa Gonçalves (UNESP) – luisa.agtg@gmail.com
 Eloísa Ikeda (USP) – eloisa@usp.br

Propomos um debate em torno do tema da infraestrutura urbana, compreendida como possível receptáculo de dinâmicas e atividades associadas à noção do "comum". Por "infraestrutura", entenda-se o suporte físico aos sistemas antrópicos e naturais, tais como os de mobilidade, eletricidade e comunicação, abastecimento de água, drenagem, esgoto e resíduos sólidos, coberturas vegetais e biodiversidade. Para além da sua condição de suporte a atividades indesejáveis (o que se traduz na síndrome de NIMBY – not in my backyard), procura-se compreendê-la como dispositivo relacional, de presença marcante em territórios nos

quais a forma e a apropriação do espaço urbano se distanciam de representações ou signos pré-estabelecidos. Nesse sentido, reivindica-se um entendimento do espaço infraestrutural como chave para a articulação entre escalas e a produção de urbanidade. O termo "comum", na literatura recente, adquire diferentes acepções. Por um lado, relaciona-se a tudo aquilo que compartilhamos, tomando-se a própria cidade, em suas dimensões física e cultural, como reservatório de recursos a ser gerenciado coletivamente (Avermate). Por outro lado, relaciona-se a um princípio político que oferece bases para atuações alternativas às esferas do Estado e do Mercado (Dardot e Laval). Pode ainda adquirir um caráter revolucionário, quando aliado às lutas sociais feministas e anticapitalistas (Federici). Nesta mesa, adotase o "comum" em uma perspectiva ampla, a partir do objetivo de apontar para os territórios urbanizados em busca de valores e práticas fundados no compartilhamento e na cooperação (Muxi, Montaner). Infraestruturas urbanas são responsáveis, em grande medida, por definir o caráter da ocupação de territórios extensivos e metrópoles, uma vez que atravessam localidades heterogêneas, impondo-lhes lógicas hierárquicas de desenvolvimento, fluxos e assentamento. Além de operar em múltiplas escalas, organizam-se em grandes redes que atravessam limites administrativos, tornando-se, assim, ainda mais desafiadoras para o planejamento urbano e regional. Dado seu caráter condicionante sobre a gênese urbana, sua multiescalaridade, ubiquidade e presença imperativa motivaram reflexões sobre possíveis maneiras de melhor integrá-las a diferentes tecidos físicos e sociais. Abordagens vinculadas às expressões "urbanismo infraestrutural" (Hauck & Kleinekort), paisagem infraestrutural (Allen) e urbanismo da paisagem (Waldheim), por exemplo, procuram tirar partido das múltiplas camadas que compõem o território e delinear um papel ativo para as infraestruturas urbanas, no âmbito do projeto de arquitetura e da paisagem e na esfera do planejamento. Diante disso, interessa-nos compreender, inspirados por Milton Santos, em que circunstâncias as redes infraestruturais, verticalmente instaladas sobre o território, podem vir a dialogar com a instância da horizontalidade, localmente gerada, atuando como propulsores de qualidade ambiental e de aderência a lugares plurais, nos contextos contemporâneos. A sessão livre aqui proposta coloca em diálogo quatro diferentes abordagens que procuram articular o tema das infraestruturas e a perspectiva do comum, a fim de abrir novas possibilidades para o urbanismo e o planejamento urbano.

INOVAÇÃO, REDES SOCIOTÉCNICAS E MUTAÇÕES ESPACIAIS

Tamara Tania Cohen Egler (UFRJ) – tamaraegler@gmail.com

Lalita Kraus (UFRJ) – lalitakraus@ippur.ufrj.br

Ana Cristina de Almeida Fernandes (UFPE) – anacf.ufpe@gmail.com

Fábio Tozi (UFMG e UFSCar) – fabio.tozi@gmail.com

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (UFRJ) – cuncabocayuva@gmail.com

A proposta da presente sessão livre mostra o desígnio de produzir um espaço de interlocução interdisciplinar para examinar as marcas, tangíveis e intangíveis, da inovação no território. A revolução digital possibilitou incrementar a penetrabilidade e influência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na sociedade, tornando todas as atividades humanas cada vez mais mediadas pela tecnologia. Assim, devemos identificar as alterações que se verificam nas relações espaço-temporais, atentando para as corporações de tecnologia e a criação, desenvolvimento e gestão de suas plataformas, bem como para a manipulação de dados e os interesses econômicos, políticos e sociais presentes. O desafio é examinar os resultados decorrentes das inovações tecnológicas que, permitindo a formação de redes sociotécnicas, transformam o exercício da democracia, a vida cotidiana e o exercício do poder sobre o território. O território, enquanto dimensão fundamental da existência humana, é composto por um substrato material, composto por redes técnicas e a materialidade que dá-lhe suporte. Estamos nos referindo à materialidade dada pela infraestrutura digital e a disseminação de dispositivos tecnológicos (sensores, câmaras de vigilância, smartphones, etc.) que são embutidos no tecido urbano e, em geral, na vida cotidiana. Trata-se de uma camada física que é alimentada e, ao mesmo tempo, gera informação acerca do território e orienta as ações sociais que nele acontecem. O território é, assim, definido também por relações sociais (imateriais) que são articuladas por sistemas técnicos-científicos-informacionais, que transformam todas as esferas da vida humana (econômica, social, cultural e política), atribuindo novos sentidos à cotidianidade. No contexto social brasileiro, marcado por exacerbadas desigualdades socioespaciais, é necessário compreender o entrelaçamento entre materialidade e imaterialidade, vitalidade e virtualidade, para desvendar o processo de apropriação social da tecnologia. Para tanto, é necessário identificar os atores hegemônicos, que determinam as normativas que orientam a implementação da inovação, e a seletividade que produzem no conjunto das cidades e das regiões. Nesse sentido, observamos alterações que se verificam nas relações espaço-temporais, atentando para as corporações de tecnologia (big tech) e a criação, desenvolvimento e gestão de suas plataformas, bem como para a extração e manipulação de dados e os interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos nesse processo. As plataformas desenvolvidas pelas corporações tecnológicas, conhecidas por GAFAS (Google, Amazon, Facebook, Apple), assim como os dispositivos tecnológicos urbanos, refletem novas formas de acumulação do capital, ancoradas no desenvolvimento da inovação tecnológica e na ciência dos dados. O que desemboca em amplos processos de dominação econômica e política, que impactam a vida urbana e, em geral, a existência social. Ao fundir política, economia e sociologia em um mesmo espaço em que se sobrepõem vitalidades e virtualidades, a inovação tecnológica demanda o surgimento de uma epistemologia que promova a interação de teorias, categorias e conceitos. Esse é o trabalho necessário ao desenvolvimento de um Campo de estudos capaz de analisar a atual complexidade. A inovação transforma a articulação dos atores quando inaugura transversalidades e transescalaridade entre os sujeitos da ação política, a invenção de banco de dados amplia as possibilidades

de gestão, assim como as plataformas digitais mudam as práticas espaciais. Urge incluir no campo do planejamento urbano e regional a inovação na gestão do território e no exercício da vida cotidiana.

JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA PRODUÇÃO DO HABITAT: INFRAESTRUTURAS FÍSICAS E SOCIAIS MAIS RESILIENTES

Heliana Faria Mettig Rocha (UFBA) – helianamettig@ufba.br
 Ana Claudia Duarte Cardoso (UFPA) – aclaudiacardoso@gmail.com
 Julia Carvalho Dias De Gouvêa (UFSB) – julia.gouvea@cja.ufsb.edu.br
 Liza Maria Souza de Andrade (UnB) – lizmsa@gmail.com

A proposta para esta Sessão Livre tem como objetivo dar continuidade ao debate sobre convergências socioecológicas nas distintas regiões do país, e avançar nas questões referentes aos riscos e vulnerabilidades, justiça climática, regularização fundiária e, essencialmente, às potencialidades locais e estratégias de resiliência no planejamento urbano regional, junto aos pesquisadores das universidades no âmbito nacional como a UFBA, UFSB, UFPA e UnB. Diante dos desastres ambientais recorrentes, onde os mais recentes atingem com severidade as cidades do sul da Bahia, e eventos extremos que acentuam as desigualdades sociais existentes como a ausência de saneamento bem como possibilidades de escassez hídrica em várias regiões do Brasil, pretende-se aqui uma trazer uma abordagem propositiva, evidenciando resistências e resiliências que emanam de práticas de populações vulnerabilizadas. Na presente mesa, serão apresentados alguns casos em Belém, Salvador, Distrito Federal e no Sul da Bahia.

MERCANTILIZAÇÃO DA TERRA E DA MORADIA POPULAR NA METRÓPOLE NEOLIBERAL: LÓGICAS INFORMAIS ENTRE O ESTADO E O MERCADO

João Tonucci (UFMG) – joaotonucci@cedeplar.ufmg.br
 Raul da Silva Ventura Neto (UFPA) – netoventurraul@gmail.com
 Marina Sanders Paolinelli (UFMG) – marinasanderspaolinelli@gmail.com
 Isadora de Andrade Guerreiro (USP) – isaguerreiro@uol.com.br

Os mercados informais do solo urbano são um dos mais importantes mecanismos de provisão de solo e moradia para os setores populares na América Latina. No caso brasileiro, mesmo depois do forte boom imobiliário dos anos 2000, que provocou alargamento do mercado imobiliário formal e sua extensão a segmentos antes excluídos, os arranjos informais mercantilizados de acesso à terra e à moradia ainda têm mostrado sua persistente relevância. Essa mesa propõe um debate crítico com compartilhamento de pesquisas sobre a mercantilização da terra e da moradia nos territórios populares das metrópoles neoliberais, com foco nas lógicas informais e suas relações entre o Estado e o

mercado. Buscamos trazer perspectivas diversas de investigação dessa temática, seja do ponto de vista do enfoque, contemplando diferentes facetas dos mercados informais a partir de diferentes casos, seja do ponto de vista regional, cobrindo experiências em Belém, São Paulo e Belo Horizonte.

NATUREZA, PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS: AGROECOLOGIA, AGRICULTURA URBANA, ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ACESSO AO TERRITÓRIO

Heloisas Soares de Moura Costa (UFMG) – heloisasmcosta@gmail.com
 Lara Rafaela Gomes (UFC) – nupega.ufc@gmail.com
 Valéria de Marcos (USP) – demarcos.vale@usp.br
 Mônica Cox de Britto Pereira (UFPE) – monicacoxbp@gmail.com

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar (UFMG) – victoralencar.aue@gmail.com

A sessão livre reforça o debate sobre a produção e comercialização de alimentos e sua inserção no campo do planejamento e das práticas urbanas e regionais. Discute experiências de 4 grupos de pesquisa na construção de um arcabouço teórico-conceitual compartilhado que visa contribuir para a consolidação de uma agroecologia urbana (e metropolitana), associando-a a experiências de movimentos sociais e redes de promoção de sistemas alimentares justos e saudáveis, e circuitos curtos de comercialização e de proximidade que buscam aproximar produtoras/es e consumidoras/es a partir de conceitos como economia solidária, comércio justo, entre outras possibilidades de redes urbanas/metropolitanas/rurais. Há uma forte interface com os debates feministas, com as mulheres assumindo um protagonismo na militância agroecológica, simultânea à luta contra a violência e a divisão sexual do trabalho. A agricultura urbana constitui também estratégia de resistência na disputa pela terra e pela água na dinâmica imobiliária recente.

NEOLIBERALISMO NA QUEBRADA: UMA MULTIDÃO DE EMPRESAS NAS PERIFERIAS URBANAS BRASILEIRAS

Gustavo Francisco Teixeira Prieto (UNIFESP) – gustavo.prieto@unifesp.br
 Danilo Volochko (UFPR) – danilovolochko@gmail.com
 Patrícia Laczynski (UNIFESP) – plsouza@unifesp.br
 Lia de Mattos Rocha (UERJ) – liarocha08@gmail.com
 Magaly Marques Pulhez (UNIFESP) – magaly.marques@unifesp.br

A característica fundamental do neoliberalismo é um avassalador processo de economização, ou seja, a conversão de domínios, atividades, coisas, lugares, objetos e sujeitos não-econômicos, ou mesmo extra-econômicos, em econômicos. As relações entre Estado, finanças e capital corporativo se estreitam e os cidadãos e trabalhadores são transformados em “consumidores”, “clientes”

e “empreendedores”. Em nome de um projeto geral de crescimento econômico em uma sociedade em crise, os cidadãos, tornados empresários de si, são representados como agentes responsáveis e culpabilizáveis por suas vidas e famílias e pela vida da nação. Dessa forma, está em curso um projeto ultraneoliberal urbano em que a cidade é uma mercadoria, o urbano é um negócio e os sujeitos são empresas com contabilidade, rentabilidade, riscos e oportunidades específicos. Os processos radicalizados de privatização, mercantilização e financeirização em um consórcio de agentes públicos e privados em suas interações incidem diretamente sobre as metamorfoses contemporâneas do espaço urbano. A nova subjetividade política neoliberal efetiva articulações de regimes normativos nas periferias urbanas: Estado, empresas, igrejas e crime se articulam em vasos comunicantes borrando indifferenciações entre governo, mercado e sociedade civil. Além disso, ao analisar o contexto nacional contemporâneo, nota-se que a ascensão da nova direita se dá em diferentes níveis e escalas de interpretação sobre o espaço urbano. Os conteúdos urbanos do conservadorismo e da autocracia neoliberal no século XXI precisam ser descortinados. Partimos da hipótese de que há um processo incisivo e recente de produção de regimes privados de controle territorial que se articulam com a militarização das cidades e que produz uma nova rodada de produção do espaço e acumulação do capital e de poder a partir da transformação das relações sociais em relações empresariais operadas nas periferias urbanas. Esta sessão livre busca, nesse sentido, refletir sobre as relações entre o neoliberalismo, a ascensão da lógica de militarização urbana, do neopentecostalismo, das ONGs e do empresariamento na produção do espaço da periferia e sua operação como forma de gestão socioespacial da pobreza, reprogramada para servir como Estado e como mercado, ou seja, como forma indeterminada de Estado-empresa e como síntese da moral da nova direita brasileira, a partir da visão dos sujeitos periféricos, ou melhor, desde as favelas, ocupações e quebradas. Camadas sobrepostas de empresariamento que submetem a vida e os lugares à uma gramática empresarial, inclusive: empreendedorismo, responsabilidade social empresarial, empoderamento, prosperidade, investimento, firma, etc. Como contraponto aos processos verificados de sujeição ou alienação como falsa consciência, interessa também problematizar, a partir da ideia de que o neoliberalismo se caracteriza por uma espécie de polimorfismo, que o torna heterogêneo, ambíguo e contraditório, como, o quê e onde localizamos aquilo que podemos identificar como resistência às práticas (objetivas e subjetivas) de privação e violência que esta racionalidade produz. Dialeticamente, busca-se entender a capilaridade do neoliberalismo como um projeto de transformação completa das relações sociais para além da epítome “pobre de direita”. Nesse sentido, especula-se uma inversão metodológica: uma direita que investe, culpabiliza e governa os pobres nas periferias urbanas brasileiras. Para o desenvolvimento desta discussão, a sessão se organiza em torno de quatro exposições situadas que, a partir de diferentes experiências periféricas, em três cidades brasileiras, procuram dar conta de entrecruzar o debate sobre as figuras neoliberais que incidem, produzem e transformam as periferias de modo cada vez mais radical: desde o espraiamento das lógicas financeiras e

empresariais que modulam estratégias de sobrevivência ao mesmo tempo em que reproduzem privações, passando pelas redes de projetos sociais operadas por diferentes agentes (Estado, fundações, ONGs, igrejas) como tecnologia de gestão da pobreza, alcançando os processos de militarização do espaço e de reprodução de moralidades autoritárias e violentas como mais uma camada de regulação da vida nas periferias. As pesquisas baseadas em experiências indicam que a gestão da vida cotidiana das populações periféricas reproduz processos violentos de segregação socioespacial, pauperização e gestão de recursos. Em síntese, a quebrada é um grande negócio.

NOVAS ABORDAGENS TEÓRICAS METODOLÓGICAS PARA PENSAR O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Fabiana Felix do Amaral e Silva (UNIVAP) – fabiana.amaral@gmail.com
 Lidiane Maria Maciel (UNIVAP) – lidiane@univap.br
 Thais Tartalha Lombardi (UFABC) – thatartalha@gmail.com
 Tatiana Gutiérrez Alarcón (UNIMINUTO) – tatiana.gutierrez@uniminuto.edu

Esta sessão livre busca refletir sobre o Planejamento Urbano na América Latina, em particular Brasil e Colômbia, entendido como uma experiência disciplinar e prática. Inspirando-se na reflexão dos processos desencadeados pelo neoliberalismo na América Latina nos últimos quarenta anos. Nessa discussão a própria mudança do léxico na definição dos termos aplicados para melhor decidir sobre o futuro das cidades chama nossa atenção. O termo “planejamento” ou ordenamento socio territorial passa a ser substituído por “gestão urbana” dentro dos quadros da administração pública. A lógica dos territórios - do campo à cidade - passam ser a empresarial, que se adapta melhor aos anseios da atual fase do capitalismo. O ato de planejar, ou seja, agir de maneira a transformar e elaborar o devir socioespacial, desempenhado fundamentalmente pelo Estado, nem sempre considerou aqueles que vivem nos territórios. Observa-se que até mesmo, no plano da produção intelectual-acadêmica, as experiências de vida dos sujeitos desaparecem nas análises, sobressaindo a dimensão analítica estrutural. A produção capitalista do espaço é ressaltada enquanto manipuladora da ordem estabelecida nos territórios em detrimento da ação dos sujeitos e seus cotidianos. Essas duas dimensões: da vida estrutura e da ação, se apresentam ainda pouco articuladas nos estudos do campo disciplinar, verifica-se então que essa condição analítica pode ser aprimorada a partir de um debate metodológico que considere também outras epistememes. Desta forma, a sessão livre visa sobretudo discutir o campo do planejamento urbano à luz da realidade latino-americana, reconhecendo sua historicidade de expropriação colonial e sua contemporaneidade marcada pela imposição de modelos de desenvolvimento exógenos, trazidos pelas elites locais pactuadas com o capital internacional. Nesse sentido, o giro metodológico propõe repensar a prática e a reflexão do planejamento a partir das experiências periféricas do Sul global (Santos, 2010), considera-se que ele pode ajudar na compreensão do porquê de as ideias estarem sem lugar quando

se trata da gestão estatal dos territórios a serviço das elites nacionais e globais. Portanto, o propósito é trazer para o debate do Planejamento Urbano algumas reflexões de cunho teórico e, sobretudo, metodológico capazes de tensionar categorias e abrir possibilidades para pensar o campo do planejamento urbano e regional hoje. Propõe-se quatro dimensões de análise: - as epistemologias decoloniais como alternativas analíticas para compreender o pensar e o fazer territorial a partir das realidades da América Latina; - o repensar a dimensão da escrita das experiências ao apresentar alternativas à produção do conhecimento no campo do planejamento urbano; rediscutir a dimensão do regional a partir das trajetórias de vida e experiências; as cartografias sociais das experiências em territórios periféricos.

NOVO PERÍODO HISTÓRICO, ATHIS E SAÚDE: SUAS RELAÇÕES

Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-CAMP) – manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

Tiago Holzmann da Silva (CAU/RS) – tiago@3c.arq.br

Sandra Fagundes (CAU/RS) –

sandra.m.sales.fagundes@gmail.com

Carmen Beatriz Silveira (FIOCRUZ) –

carmenbeasilveira@gmail.com

Paulo Soares (CAU-RS)

Sandra Becker (CAU-RS) – sandra.becker@caurs.gov.br

Envolve a reflexão e a discussão sobre as urgências da conjuntura histórica inspiradas nas leituras do humanismo concreto de Ana Clara Torres Ribeiro e Milton Santos. Explora a proposta de Milton Santos de que as pré-condições históricas para a constituição do período popular da história já estão dadas e, em Ana Clara, a formulação de que o século XXI tem aparência com o Renascimento, com o século XVI, abrindo-se um lugar de reflexão, de projetos e de construção de projetos. Pressupondo que a transição para esse novo período ainda não está completa, mas que há evidências de que o mundo é outro, propõe que a amálgama simbiótica saúde e cultura popular constitui sua variável chave. Nessa orientação, a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, a ATHIS, é interpretada como evidência da constituição do período popular, sendo a expressão arquitetônica que melhor corresponde ao uso e prática das variáveis-chave que comandam o período histórico atual: o amálgama simbiótico saúde e cultura popular. As comunicações envolvem a participação reflexiva dos agentes sociais envolvidos diretamente no desenvolvimento pioneiro desse projeto organizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul. As inter-relações da teoria crítica com o tema da saúde é compreendido sob o olhar da cidade, da saúde e de sociedades justas envolvendo pesquisadora da Fiocruz. Propõe-se que a difusão dos princípios da bioética em Ana Clara sejam estrategicamente expandidos junto às instituições profissionais relacionadas com a produção do espaço construído, especialmente nas cidades.

NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS: ABORDAGENS METODOLÓGICAS PARA A CARACTERIZAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Flávia da Fonseca Feitosa (UFABC) – flavia.feitosa@ufabc.edu.br

Cleandro Krause (IPEA) – cleandro.krause@ipea.gov.br

Juliana Petrarolli (USP) – juliana.petrarolli@usp.br

Joana Barros (Birkbeck, University of London) – j.barros@bbk.ac.uk

A questão da precariedade e informalidade urbana no Brasil permanece permeada de incertezas quanto a sua magnitude e características. A presente Sessão Livre busca contribuir para o debate sobre o desenvolvimento de metodologias para a identificação e caracterização de assentamentos precários. A Sessão foca nas contribuições metodológicas produzidas pelo projeto "Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil", coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e que contou com a participação de pesquisadores de diferentes regiões do país. A Pesquisa combinou abordagens distintas para o reconhecimento e caracterização de núcleos urbanos informais em seis polos regionais: Belo Horizonte, Brasília, Juazeiro do Norte, Marabá, Recife e Porto Alegre. As abordagens incluíram levantamentos de campo e modelagem a partir de dados secundários. O propósito da Sessão é apresentar e discutir os principais achados empíricos e desenvolvimentos metodológicos da Pesquisa.

O COMPLEXO FINANCEIRO-IMOBILIÁRIO, OS FUNDOS FINANCEIROS, A CIRCULAÇÃO AÉREA E A INOVAÇÃO COMO EXPRESSIVOS ELEMENTOS INTEGRADORES DA MEGARREGIÃO RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO

Sandra Lencioni (USP e PUC-RJ) – slencion@usp.br

Regina Helena Tunes (UFRJ) – tunesregina@gmail.com

Eudes Leopoldo (UNIFESSPA) – eudesleopoldo@unifesspa.edu.br

Oséias Teixeira da Silva (IFF) – oseias.silva.10@hotmail.com

Ana Paula Camilo Pereira (UEMS) – apaulacape@gmail.com

A produção de grandes regiões urbanas, como a megarregião Rio de Janeiro-São Paulo, se constitui numa das manifestações significativas das transformações recentes do processo de metropolização do espaço, sendo, inclusive, expressão territorial bastante relevante do momento atual do desenvolvimento capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro. Particularmente revela a integração dessa região à dinâmica global de reprodução do capital. Nessa sessão livre a proposta é analisar alguns elementos constituintes da integração regional da megarregião Rio de Janeiro-São Paulo a partir de quatro perspectivas. Essa seleção, resultado das investigações do grupo de pesquisa associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles, se justifica porque revela de forma expressiva processos que a diferenciam e a particularizam no território brasileiro.

O MERCADO DE TÍTULOS FINANCEIROS DE BASE IMOBILIÁRIA NO BRASIL. DISCUTINDO O PAPEL DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO E DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Samuel Thomas Jaenisch (UFRJ) – samueljaenisch@hotmail.com
 Estevam Vanale Otero (USP) – eotero@usp.br
 Raul da Silva Ventura Neto (UFPA) – raulvneto@ufpa.br
 Ramon da Silva Torres (UFMG) – rsnatorres@gmail.com

Esta Sessão Livre apresenta os resultados parciais de pesquisa que vem sendo conduzida no âmbito da Rede Observatório das Metrôpoles, que tem como tema central a reestruturação do setor imobiliário brasileiro ocorrido nas últimas duas décadas, destacando o papel da financeirização nesse processo, em especial a constituição do mercado de títulos financeiros de base imobiliária e seus efeitos sobre a ordem urbana das grandes metrôpoles do país.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Fernando César de Macedo (UNICAMP) – fernando.cezar.macedo@gmail.com
 Danilo Jorge Vieira (IPEA) – danilojorgevieira@gmail.com
 Paulo Aparecido Tomaz (UNICAMP) – p211655@dac.unicamp.br
 Luis Claudio Krajevski (UFPR) – luisck@ufpr.br
 Virgínia Elisabeta Etgtes (UNISC) – etgtes@unisc.br

O objetivo desta Sessão Livre é apresentar e debater os principais resultados da pesquisa "O papel das instituições de ensino superior na interiorização do desenvolvimento brasileiro", realizada sob os auspícios da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (DIRUR) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), cujos estudos compõem o livro Universidade e Território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil no século XXI.

Dezenas de pesquisadores e acadêmicos vinculados a Instituições de Ensino Superior de todas as regiões e de praticamente todas as Unidades Federativas do país participaram desse esforço de investigação, por meio de formulações das mais variadas perspectivas analíticas sobre o papel e as potencialidades de transformação que as atividades de educação pós-secundária podem desempenhar e exercer no desenvolvimento nacional, em particular no que diz respeito à sua dimensão regional e urbana. Trata-se de resultados de pesquisas e relatos de experiências que contribuem para elucidar melhor – e problematizar – os impactos territoriais da expansão do ensino superior do país neste início de século XXI, que foi marcada não apenas pelo aumento de sua escala orgânica e espacial, mas, principalmente, pela

interiorização de sua estrutura, induzindo, com isso novas lógicas e dinâmicas socio-territoriais.

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970 INSTITUIÇÕES, PLANOS E POLÍTICAS FEDERAIS DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA E REGIONAL

Rodrigo S. de Faria (UnB) – rod.dfaria@gmail.com
 Orlando Vinicius Rangel Nunes (UnB) – orlandovrnunes@gmail.com
 Eulalia Portela Negrelos (USP) – negrelos@sc.usp.br
 Nilce Cristina Aravecchia-Botas (USP) – nilcearavecchia@usp.br

Políticas urbano-regionais e planejamento no Brasil na ditadura militar. o planejamento territorial no Brasil e as ações formuladas e/ou implementadas nos planos nacionais para o desenvolvimento. Reunir investigações no campo da história do urbanismo e do planejamento urbano-regional dedicadas a analisar o arcabouço institucional que se conforma na década de 1970, os planos e programas de governo propostos e/ou executados, os investimentos em infraestrutura e habitação, entre outros pontos. Em termos gerais, a Sessão Livre está marcadamente interessada em debater três eixos principais em relação às instituições, planos e políticas federais de estruturação da rede urbana e regional: i) formação e consolidação do quadro institucional: a concepção das instituições estatais, a contribuição das consultorias, as possíveis articulação entre instituições municipais, estaduais e federais; ii) os planos e as suas referências teóricas: as concepções teóricas dos planos urbanos e regionais, ressonâncias e referências teóricas e urbanísticas; o debate intelectual produzido no âmbito latinoamericano sobre planejamento e urbanização iii) propostas e ações em infraestrutura: a construção das infraestruturas e das redes técnicas e urbanísticas e seus efeitos no território, as consequências socioeconômicas das políticas e ações setoriais, em especial a habitação.

O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970: INSTITUIÇÕES, PLANOS E POLÍTICAS ESTADUAIS DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA E REGIONAL

Fabíola Castelo de Souza Cordovil (UEM) – fscordovil@uem.br
 Maria Fernanda Derntl (UnB) – mariafernanda_d@yahoo.com.br
 Marclício de Oliveira Sudério (IESB) – marclio.suderio@gmail.com
 Jeferson Cristiano Tavares (USP) – jctavares@usp.br

A Sessão Livre tem o objetivo de reunir investigações no campo da história do urbanismo e do planejamento urbano-regional dedicadas a analisar o arcabouço institucional que se conforma na década de 1970, os planos e programas de governo propostos e executados, os investimentos estatais em infraestrutura e os seus resultados no espaço urbano-regional evidenciados em diferentes regiões e no distrito federal. Debatem-se três eixos principais: i) formação e consolidação do quadro institucional: a

concepção das instituições estatais, a contribuição das consultorias, a articulação entre instituições municipais, estaduais e federais; ii) os planos e as suas referências teóricas: as concepções teóricas dos planos urbanos e regionais, ressonâncias e referências teóricas e urbanísticas nos planos municipais; iii) propostas e ações em infraestrutura: a construção das infraestruturas e das redes técnicas e urbanísticas e seus efeitos no território, as consequências socioeconômicas das políticas e ações setoriais.

OS GÊNEROS E AS SEXUALIDADES DISSIDENTES NA CIDADE

Clevio Dheivas Nobre Rabelo (UFC) – cleviorabelo@gmail.com
Eduardo Rocha Lima (UFBA) – eduardolima@ufba.br
Diana Helene (UFAL e UFRJ) – diana.helene@fau.ufal.br
Paula Freire Santoro (USP) – paulasantoro@usp.br

A mesa pretende debater como os marcadores gênero e sexualidade atuam como uma forma de dissidência deliberada nos usos das arquiteturas e na experiência da cidade no Brasil. Procura caracterizar heterotopias e transtopias onde amor, luta, fervor, violência e estigma são elementos centrais da caracterização tanto da história dos lugares quanto de sua vivência atual e suas possibilidades de transformação no futuro. Nos interessa discutir as políticas do corpo e do cotidiano na constituição de coletividades que desviam da norma cisheterocentrada e engendam territórios que se estabelecem no conflito social derivado do choque entre os diversos modos de ser e de aparecer em público, sobretudo nas cidades.

PELA RETOMADA DE UMA AGENDA DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS POPULARES NO BRASIL

Karina Oliveira Leitão (USP) – koleitao@usp.br
Rosana Denaldi (UFABC) – denaldi.rosana@gmail.com
Patryck Araújo Carvalho (IBDU) – paca0803@yahoo.com.br
Solange Carvalho. (UFRJ) – solange@fau.ufrj.br
Maria Fernandes Caldas (PMBH) – caldas.maria@gmail.com
Demóstenes Andrade de Moraes (UFCG) – damoraes6@gmail.com

Essa sessão livre se propõe a debater os desafios para a retomada de uma agenda nacional sobre urbanização de assentamentos populares, abandonada pelas últimas gestões federais mais recentes no Brasil. Nela, espera-se promover um debate acerca das avaliações do maior programa de urbanização realizado no país, PAC UAP (Programa de Aceleração do Crescimento - modalidade Urbanização de assentamentos precários), visando uma reflexão propositiva sobre como superar entraves já conhecidos e lições aprendidas. Questionar-se-á, a partir de pesquisas avaliativas deste programa, como seria possível reinventar uma plataforma de luta pela necessidade de urbanização, que talvez seja das mais importantes necessidades no campo da qualificação espacial de territórios de moradia,

tratados nesta sessão à luz do conceito de favela. Note-se que a opção pelo uso deste termo tem relação com sua aplicabilidade abrangente para falar dos assentamentos autoconstruídos por extratos sociais de baixa renda, ainda que se reconheça que as nomenclaturas regionais variam no território nacional, abordado aqui por palestrantes cujas análises estão situadas em diferentes contextos municipais.

PLANEJAMENTO, MOBILIZAÇÕES COLETIVAS E ASSESSORIA POPULAR EM CONFLITOS TERRITORIAIS NO BRASIL

Fabrcio Leal de Oliveira (UFRJ) – flealdeoliveira@gmail.com
Jose Ricardo Vargas de Faria (UFPR) – jrvaria@gmail.com
Clarissa F. Sampaio Freitas (UFC) – urbcla@gmail.com
Caio Santo Amore de Carvalho (USP E PEABIRU) – santoamore@usp.br
Silvia Baptista (UFRJ) – 2baptista@gmail.com
Izabella Galera (UFPE) – izabella.galera@ufpe.br

Esta sessão propõe reflexões a partir de experiências brasileiras que desafiam as análises e teorizações produzidas sobre planejamento comunitário, insurgente, militante e radical em diferentes contextos. À luz da diversidade regional, com exposição de casos das regiões nordeste, sudeste e sul do país, as apresentações discutem os desafios e potências técnico-políticas que emergem das práticas desenvolvidas, incluindo os termos de uma permanente reinvenção dos processos de assessoramento popular no país e da articulação entre planejamento e as lutas socioespaciais contemporâneas.

PLANO DIRETOR: INSTRUMENTO DA REFORMA URBANA OU DO MERCADO? IMPACTOS DO PLANO DIRETOR PARA VIDA URBANA NAS FRANJAS DAS ÁREAS CENTRAIS VALORIZADAS

Maria Paula Albernaz (UFRJ) – paulaalbernaz@fau.ufrj.br
Rose Compans (Câmara da Cidade do Rio de Janeiro)
Luiz Paulo Leal (UFF) – luizpauloleal.irph@gmail.com
Ruth Maria da Costa Ataíde (UFRN) – rataide_58@hotmail.com
Clarice Misoczky de Oliveira (UFRGS) – arq.clarice@gmail.com
José Almir Farias Filho (UFC) – josealmirfarias@gmail.com
Antônio José Pedral Sampaio Lins

Devemos continuar falando sobre plano diretor, mesmo tão desacreditado frente à quase nula efetividade em responder prerrogativas da Reforma Urbana? Mesmo reconhecendo a impossibilidade da cultura urbanística para trazer avanços no equilíbrio socioambiental nas cidades brasileiras, e no entendimento de formas específicas e particulares de urbanização, há interesse em trazer o instrumento à tona? Merece mais uma vez ser recolocada a tensão entre grupos que atuam na área de incorporação imobiliária ou com interesses econômicos fortemente ligados à dinâmica de produção do espaço urbano, e outros representados por uma multiplicidade de “grupos-sujeito”

de resistência, ligados ao lugar? Acreditamos que sim, alinhando-nos na proposta temática do XIX ENANPUR, pensar um espaço da esperança para a maioria da população. Trata-se de abrir perspectiva para pensar nos embates em torno de concepções tradicionalmente antagonicas da cidade, e avaliar limites e possibilidades da participação popular e dos mecanismos inerentes a este enfrentamento. Além disso, vislumbrar propostas do Plano Diretor que rebatem na vida cotidiana das populações residentes nos territórios urbanos menos valorizados, e levantar a importante remissão a questões prementes contemporâneas, como a crescente presença das organizações criminosas na produção ou transformação de muitos desses territórios.

POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NA AMÉRICA LATINA

Camila Saraiva (UFABC) – lacamisaraiva@gmail.com
 Maria de Lourdes Zuquim (USP) – mlzuquim@usp.br
 Análida Rincón Patiño (Universidad Nacional de Colombia) – arinconpa@unal.edu.co
 María Soledad Arqueros Mejica (Universidad de Buenos Aires) – soledad.arqueros@gmail.com

Esta sessão livre objetiva discutir, a partir de uma perspectiva histórica e comparada, diferentes trajetórias de políticas de urbanização de assentamentos precários na América Latina. Para compreender os contextos históricos, os elementos facilitadores bem como os constrangimentos envolvidos no surgimento e na institucionalização de programas e políticas de urbanização de favelas nessa região, busca-se discutir na presente sessão os casos de três cidades: São Paulo, Buenos Aires e Medellín. A proposta consiste em reunir pesquisadores que têm se esforçado em analisar o desenvolvimento de políticas de urbanização de assentamentos populares nessas cidades, tanto em sua dimensão técnico-administrativa quanto política e num horizonte largo de tempo, examinando as conjunturas políticas nas quais se inserem, as racionalidades que as informam, os arranjos institucionais postos em prática para viabilizá-las e as abordagens de intervenção praticadas.

POR UM URBANISMO PÓS-COMPACTO: PARADIGMAS, SITUAÇÕES E ESTRATÉGIAS PROJETOIS

Guilherme Lassance (UFRJ) – guilherme.lassance@fau.ufrj.br
 Luciana Saboia (UnB) – lucianasaboia@unb.br
 Carolina Pescatori (UnB) – pescatori@unb.br
 Cauê Capillé (UFRJ) – cauecapille@fau.ufrj.br

O projeto para a cidade pós-compacta emerge da premente necessidade de um referencial projetual para lidar com as características da produção do espaço urbano contemporâneo. Se justifica pela busca de uma alternativa complementar ao paradigma da cidade compacta, hegemônico no campo do urbanismo, mas que implicou na exclusão da maior parte do que constitui hoje a experiência urbana. A ideia central dessa sessão

é fomentar o debate sobre a construção de novos referenciais de projeto urbano e planejamento. Adotar esse olhar mais inclusivo sobre o espraiado, difuso ou disperso, implica em se dispor de categorias conceituais e projetuais que sejam capazes de dialogar com seus elementos característicos: o componente infraestrutural, a arquitetura da cidade genérica e o vazio não-edificado. Essa análise apresenta a possibilidade de um urbanismo pós-compacto, que reduza as desigualdades e assimetrias espaciais da cidade dispersa, a fim de transformar situações urbanas existentes em uma referência útil para lidar com a complexidade e os desafios inerentes à cidade contemporânea.

POR UMA GENEALOGIA DO CAMPO DO DESENHO URBANO NO BRASIL: NOÇÕES, EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES

Carolina Pescatori Candido da Silva (UnB) – pescatori@gmail.com
 Dinalva Derenzo Roldan (UNIP) – dinaroldan@protonmail.com
 Maria Cristina da Silva Leme (USP) – crisleme@usp.br
 Renato Leão Rego (UEM) – rrego@uem.br

A intenção ao tratar da Genealogia do Desenho Urbano no Brasil é investigar a história e a constituição deste campo disciplinar assim como indagar sobre suas bases teórico-conceituais, as aproximações e diferenciações do panorama internacional e sua disseminação no país. A pesquisa estabelece algumas questões e hipóteses, ainda abertas: Seria o desenho urbano um campo intermediário entre arquitetura e urbanismo? Como se deram as relações entre teoria e prática no campo? Quais são as especificidades da constituição do campo no Brasil? Tendo os SEDURs como ponto de partida, as palestras desta sessão apresentam diferentes abordagens e temáticas a partir de uma visão ampliada, de longa duração que considera as alternativas na construção do campo, a bibliografia de referência, as experiências relevantes postas em relação ao quadro internacional. Destacam-se aqui os seguintes temas: habitação e unidade de vizinhança; o traçado de novas cidades; áreas peri-urbanas e assentamentos informais.

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: DEBATES INTERSECCIONAIS E DECOLONIAIS

Diana Helene (UFAL) – diana.helene@fau.ufal.br
 Maria Beatriz Andreotti (IFSP e USP) – bea.andreotti@usp.br
 Kaya Lazarini (UFG) – kaya.lazarini@gmail.com
 Rossana Brandão Tavares (UFF) – rossanatavares@id.uff.br
 Iazana Guizzo (UFRJ) – guizzoiazana@gmail.com
 Flávia de Sousa Araújo (UFAL) – flavia.araujo@fau.ufal.br

Desde os anos 1960, quando inicia-se uma profusão de críticas ao modernismo, inúmeras vertentes buscam trazer novas perspectivas para explicar os equívocos da teoria e da prática modernista no campo do Planejamento Urbano e Regional (PUR). As críticas e propostas metodológicas de análise do espaço

também têm destaque, sobretudo, nas práticas universitárias. É preciso lembrar que o ensino de PUR no Brasil ainda é bastante marcado pelos valores modernistas da universalidade, neutralidade e da racionalidade, que evocam a padronização e projetos funcionalistas pensados em função de uma ideia de “homem universal”, que na realidade se constitui de um homem do gênero masculino, heterossexual, branco e europeu. As críticas contemporâneas à epistemologia hegemônica, vem pautando a necessidade de uma abordagem mais complexa sobre a realidade social, que avance para além do recorte de classe: uma visão interseccional que abarque as diversas condições de opressão estruturadas pela colonialidade capitalista. Não por acaso evocamos essas vertentes, pois gostaríamos de trazer questionamentos e caminhos possíveis considerando os desafios sociais, culturais e políticos atuais de nossas cidades. O cotidiano, as experiências, as reflexões, as resistências e rupturas sociais, culturais e políticas que se estabelecem de forma paradoxal no espaço constituem e interferem no processo de produção do conhecimento. Assim, buscamos nessa sessão trazer experiências universitárias que escapam das armadilhas epistemológicas que ainda estamos presos ou vinculados. A proposta é realizar um debate sobre epistemologias no campo de PUR. Como por exemplo, apostar na experimentação teórica e teórica-prática para a construção mais ampla de novas epistemes que deem conta das questões contemporâneas de nossa sociedade brasileira e latino-americana. Outro ponto importante é a desconstrução e a construção de novas abordagens, menos eurocêntricas. É preciso dar um giro que coloque no centro nossas experiências como sujeitos e corpos de uma periferia global majoritariamente não branca, onde as desigualdades sociais de classe, raça, cisgênerossexualidade e geração emergem problemáticas diferenciais que historicamente têm sido indiferenciadas. Nossas referências estão associadas fundamentalmente a uma crítica decolonial, considerando as contribuições da teoria feminista, em especial relacionadas ao conceito de interseccionalidade, e às categorias de análise e metodológicas, como: sujeitos versus objeto de pesquisa, corpo e espaço, plano e projeto, práticas espaciais, experiências participativas, etc.

PRODUÇÃO DO IMOBILIÁRIA E CAPITALIZAÇÃO DA NATUREZA NO CONTEXTO DA FINANCEIRIZAÇÃO: UMA NOVA ABORDAGEM SOBRE O METABOLISMO URBANO CONTEMPORÂNEO

Luciana Nicolau Ferrara (UFABC) – luciana.ferrara@ufabc.edu.br
Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile) – rodrighidalgo@geogeo@gmail.com
Voltaire Alvarado Peterson (Universidad de Concepción, Chile) – voalvarado@udec.cl
Eudes Leopoldo (UNIFESSPA) – eudesleopoldo@unifesspa.edu.br

A sessão visa debater o processo de reestruturação imobiliária em cidades brasileiras e chilenas, enfatizando as formas de apropriação da natureza pelos novos produtos imobiliários no contexto da financeirização urbana e do neoliberalismo. Esse

processo apresenta características próprias nesses países, mas é possível afirmar que está em curso uma transição em relação a estrutura produtiva, fazendo com que empresas e capitais financeiros atuem cada vez mais no setor imobiliário, em parcerias com os governos, instrumentalizando o espaço urbano, apropriando-se privadamente da natureza e aprofundando desigualdades socioambientais. Os resultados da pesquisa “Natureza e metabolismo urbano na reestruturação da produção do espaço no Brasil e Chile”, com apoio da Fapesp (Brasil) e Conicyt (Chile) serão discutidos e debatidos. A abordagem conceitual e empírica da pesquisa é inovadora e tem como hipótese que a reestruturação imobiliária tem alterado o uso e a exploração da natureza, engendrando um novo metabolismo urbano. A crítica do metabolismo urbano aparece também como eixo problematizador das práticas recentes de planejamento urbano no Brasil e no Chile.

QUEM TEM DIREITO À CIDADE? OLHARES CRUZADOS PARA OS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS NO BRASIL

Angélica Tanus Benatti Alvim (UPM) – angelica.alvim@mackenzie.br
Bianca Moro de Carvalho (UNIFAP e UPM) – biancamoro@me.com
Lucia Maria Machado Bogus (PUC-SP) – lubogus@uol.com.br
Suzana Pasternak (USP) – suzanapasternak@gmail.com
Fabiana Generoso de Izaga (UFRJ) – fabizaga@gmail.com

A desigualdade socioespacial é resultante histórica da configuração da cidade dispersa que abriga diferentes territórios com distintas camadas de rendas, grupos etários, raça, religião e gênero, que, em geral, se encontram apartados dos diversos aspectos da vida pública.

O direito à cidade apresenta-se simultaneamente como demanda e apelo (LEBFREVE, 2001). Ao mesmo tempo em que se observa uma relação direta com o direito à moradia adequada, trata-se de um direito à própria vida, à valorização da obra e do uso, levando-se em conta a apropriação de espaços, de bens e equipamentos urbanos, e das representações dos habitantes nestes territórios. Esta sessão livre pretende debater as possibilidades de promoção do direito à cidade nos assentamentos precários a partir de olhares cruzados de uma rede de pesquisadores que vem dialogando sobre as múltiplas dimensões das intervenções em favelas de algumas cidades brasileiras e as efetivas conquistas dos seus habitantes.

RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DA INDÚSTRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Aristides Monteiro Neto (IPEA) – aristides.monteiro@ipea.gov.br
Danilo Severian (IPEA) – danilo.severian@ipea.gov.br
Raphael de Oliveira Silva (IPEA) – raphael.silva@ipea.gov.br
Ana Cristina Fernandes (Departamento de Geografia (UFPE) – anacf.ufpe@gmail.com

Apresentar e debater os principais resultados da pesquisa "Indústria e Território no Brasil – quadro atual e implicações para políticas regionais", realizada no âmbito do plano de trabalho da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (DIRUR) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cujos estudos compõem o livro recentemente publicado "Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI" de autoria dos apresentadores desta Sessão Livre. O esforço de pesquisa desenvolvido refere-se fundamentalmente ao tema da mudança ou transformação estrutural da economia brasileira em perspectiva territorial. Seu objetivo é analisar o percurso realizado pela atividade industrial no território brasileiro no período recente, delimitado pelos anos de 1995 a 2018, em linha com a trajetória longamente estabelecida de desenvolvimento da economia brasileira comandada pelo impulso industrializante. A investigação adotou uma combinação de dois recortes escalares – macro e microrregional – para observação da trajetória e das características do processo de desconcentração territorial da indústria no Brasil. Um esforço exaustivo de tratamento de dados de produção e emprego industrial (do IBGE e da RAIS) foi realizado no sentido da apreensão dos fenômenos em curso.

REDE DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DO CENTRO NORTE DO BRASIL COMO CAMPO DE POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Alex Pizzio (UFT) – alexpizzio@gmail.com
 Pedro Araújo Pietrafesa (PUC-GO) – pedro_pietrafesa@yahoo.com.br
 Waldecy Rodrigues (CAPES) – waldecy@uft.edu.br

A região norte do Brasil tem se caracterizado como uma região promissora e objeto de desenvolvimento. Dentre as ações acadêmicas implementadas na região destaca-se a criação de cursos de mestrado e doutorado na área PLUR na região. No entanto, os programas a muitos anos se recente de isolamento e dificuldades de integração em decorrência das enormes distâncias, agravadas pelos altos custos de deslocamentos. Nessa perspectiva, algumas experiências de integração foram tentadas, dentre elas, podemos citar o Projeto de Pesquisa Integrada financiado pelo BNDES que visava implantar incubadoras de políticas públicas na Amazônia legal. Com a incidência da pandemia de Covid-19 as universidades brasileiras passaram a intensificar os usos de tecnologias da informação via ensino híbrido. Tal fato possibilitou uma melhor entendimento e difusão dessas tecnologias derrubando certas resistências acerca de seus usos e abrindo outras possibilidades para as universidades brasileiras em especial as da região norte e centro oeste. Assim, ao final de 2020, fruto da articulação dos programas da área PLUR na região norte e Goiás após diversas articulações criaram a Rede de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Centro Norte do Brasil – REDE PLUR CENTRO NORTE DO BRASIL com a missão de implementar ações vinculadas ao desenvolvimento regional e territorial por meio da integração da ação acadêmica de sete dos oito programas da área Plur

existentes na região. O objetivo dessa mesa temática é promover um debate acerca das ações e potencialidades da Rede PLUR Centro-Norte enquanto um campo de possibilidades abertas as ações acadêmicas integradas vinculadas ao desenvolvimento regional e territorial. Compõe a Rede PLUR Centro-Norte os seguintes programas: Programa de Desenvolvimento Regional – PPGDR/UFT; Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas – GESPOL/UFT; Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais – PPGDIRE/UFNT; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano – PPDUM/UNAMA; Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – PUC-GOÍAS; Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR/UNIFAP; Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

REDES, DEMOCRACIA E AÇÃO NO TERRITÓRIO

Aldenilson dos Santos Vitorino Costa (UFRJ) – alsvcosta@gmail.com
 Tamara Egler (UFRJ) – tamaraegler@gmail.com
 Reginaldo Cardoso (UFRJ) – bauhaus2@uol.com.br
 Fabiana Mabel Azevedo de Oliveira (UFRJ) – fabianamabelrj@gmail.com

A presente proposta de sessão livre tem por objetivo analisar as redes sociotécnicas na transformação da democracia e da ação no território. Assim, questiona-se as estratégias levadas a cabo por atores de distintas redes sociotécnicas na transformação da democracia e de seus espaços, bem como seu espectro de ação sobre o território. O ponto de partida é a categoria território usado, proposta por Milton Santos (2008) que considera os usos feitos do território como elemento central para iluminar a análise. Isto porque através da análise dos usos do território é possível reconhecer e analisar as ações, que são aquelas que ao mesmo tempo norteiam a transformação da morfologia e requalificam os usos atribuídos ao território. Quer dizer, as ações podem ser lidas através do território tomando como ponto de partida as transformações produzidas, já que estas permitem o reconhecimento das racionalidades que estão fundamentadas em intenções, projetos e estratégias (Ribeiro, 2013).

REFORMA URBANA NA AMÉRICA LATINA I. DEBATES TEÓRICOS, AÇÃO PROFISSIONAL (TRANS)NACIONAL, INVISIBILIDADES

Alejandra Monti (Universidad Nacional de Rosario) – montialejandra@gmail.com
 Maria Cristina da Silva Leme (USP) – crisleme@usp.br
 José Carlos Huapaya Espinoza (UFBA) – joseespinoza@ufba.br
 Liana Viveiros (Universidade Católica do Salvador) – lianaviveiros9@gmail.com

A problemática da Reforma Urbana aqui colocada em discussão (duas sessões livres propostas, com recortes distintos, articulados e complementares) reúne pesquisadores de diferentes instituições do Brasil e da Argentina num projeto coletivo de pesquisa. Os trabalhos desta sessão se voltam para ideias, práticas e conceitos de reforma urbana mobilizados por profissionais de diferentes campos de conhecimento, atuando em órgãos governamentais e instituições nacionais, regionais e supranacionais. Também projetos editoriais internacionalizados são abordados enquanto espaço de confluência e de eleição de modos privilegiados de compreensão da questão. Ao invés, também está presente, tensionando o urbano, a emergência de pautas de movimentos indígenas e camponeses. Assim, reconhecendo especificidades de contextos e temporalidades nacionais, são problematizados, em escalas emaranhadas, estratégias, processos instituídos e instituintes na construção da pauta da Reforma Urbana em países da América Latina, combinando realidades (trans)nacionais e múltiplos atores, em zonas de contato e espaços de cooperação, intercâmbio e conflito.

REFORMA URBANA NA AMÉRICA LATINA II- AGÊNCIAS (INTER)GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL COMO POLOS FORMULADORES DE POLÍTICA URBANA

Ana Fernandes (UFBA) – anaf2017@gmail.com
 Fania Fridman (UFRJ) – fania.fridman@gmail.com
 Sarah Feldman (USP) – sarahfel@sc.usp.br
 Sanane Sampaio (UFBA) – sanane_sampaio@yahoo.com.br

A problemática da Reforma Urbana aqui colocada em discussão (duas sessões livres propostas, com recortes distintos, articulados e complementares) reúne pesquisadores de diferentes instituições do Brasil e da Argentina num projeto coletivo de pesquisa. Os trabalhos desta sessão interrogam alguns desses amplos processos em recortes específicos, sempre articulando agências (inter)governamentais transescalares e ações da sociedade civil. Agência, portanto, enquanto configurações de ação, definindo campos de problematização. Especificamente, são trazidos à cena polos emissores de política territorial em amplo leque de países da América Latina, em diferentes registros, tais como a Aliança para o Progresso, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais ou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Por sua vez, ações legislativas e enquadramentos jurídicos acerca do desenvolvimento regional e dos territórios comunais – interfaces urbano-rurais – são também inquiridas, ao lado de personalidades, também elas, pelo lugar que ocupam, polos emissores de políticas territoriais.

REGIONALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: VERSO E REVERSO DE UM PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO EM CURSO

Ana Lucia Britto (UFRJ) – anabrittoster@gmail.com
 José Irivaldo Alves O. Silva (UFCEG) – irivaldo.cdsa@gmail.com
 Isadora Cruxen (MIT) – cruxen@mit.edu

Alex M. S. Aguiar (Observatório Nacional do Direito humano) – alex_msaguiar@hotmail.com

Em plena pandemia foi aprovado o que se classificou como “novo” marco do saneamento básico brasileiro, a lei 14.026/2020. Essa lei promoveu mudanças em diversas outras leis, dentre as quais podem ser citadas: lei n. 9.984/2000, que criou a Agência Nacional de Água (ANA); lei n. 10.768/2003, que trata do quadro de pessoal da ANA; lei n. 11.107/2005, que dispõe sobre consórcios públicos; a lei n. 11.445/2007, que estabeleceu a Política Nacional de Saneamento Básico; lei n. 12.305/2010, que trata sobre a disposição final de rejeitos; lei 13.089/2015, que dispõe sobre regiões metropolitanas; lei n. 13.529/2017. Como se vê, trata-se de uma normativa federal que promove uma ampla mudança no arcabouço jurídico, não sendo um mero tratamento “cosmético” e sim um procedimento de transformação profunda no setor. É bem verdade que os números do acesso ao saneamento no país são ruins. Pensando em termos regionais, mais de 100 milhões de pessoas não tem acesso à coleta e tratamento de esgotos, e boa parte da prestação de serviço é feita por prestadores públicos. Isso leva à falsa conclusão de que o problema está na provisão dos serviços por empresas públicas e que a solução seria a abertura do setor de forma ampla para os prestadores privados em suas diversas modalidades. Por isso, que se compreende a necessidade de aprofundar o debate analisando já os primeiros efeitos da lei nova que altera a política de saneamento nacional. Sendo assim, a presente proposta de sessão livre visa apresentar os resultados das pesquisas realizadas no âmbito do grupo PRIVAQUA, grupo de estudos vinculado à FioCruz, sede Renné Racheaud, em Minas Gerais, formado por diversos professores, estudantes de pós-doutorado, doutorado e mestrado. A questão central a ser tratada versará sobre o modelo de regionalização instituído pelo suposto novo marco do saneamento e suas diretrizes controversas que apontam para um processo de fragilização do saneamento e não universalização, como é proposto no novo marco. Essa nova lei trata de forma bastante controversa o pacto federativo nacional, mitigando o protagonismo municipal nas decisões acerca do saneamento e trazendo incertezas sobre a universalização do saneamento, principalmente em regiões e municípios mais vulneráveis socioeconomicamente. É extremamente relevante analisar-se o fenômeno à medida que ele está ocorrendo, mesmo por que está-se diante de uma lei que foi aprovada no momento em que a pandemia estava em sua crescente no país, o que, certamente, desviou a atenção necessária que o tema exigia para uma ampla discussão do tema do saneamento no país e das implicações em adotar-se o modelo agora estabelecido na lei, cuja inconstitucionalidade é debatida em 4 ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). Para além disso, é grave o fato dos estados contarem apenas com 1 ano para se adaptarem e aprovarem suas leis de regionalização em um contexto de pandemia, em que todos os esforços deveriam estar voltados para o combate prioritário desse mal. Dessa forma, pretende-se abordar 4 casos específicos de regionalização em estágios diferenciados de implementação, dentre eles: o caso do Rio de Janeiro, já com leilão realizado; o caso de Alagoas, que leiloou lote referente à região metropolitana; o caso da Paraíba, que

aprovou sua lei de regionalização; e, por fim, o caso de Minas Gerais, também com lei aprovada. Portanto, temos modelos aqui em parte distintos em parte semelhantes. A importância de abordar-se a análise de casos que estão em implementação é fundamental na medida em que se pode avaliar as contradições presentes nesses modelos e apontar características, pontos positivos e negativos para a universalização dos serviços de saneamento, um direito humano que tem impactos consideráveis no planejamento urbano e regional.

REGULARIZAÇÃO, PREVENÇÃO DE CONFLITOS E MELHORIAS HABITACIONAIS

Myrian Silvana da Silva Cardoso Ataíde dos Santos (UFPA) – myrian@ufpa.br

José Júlio Ferreira Lima (UFPA) – jllima@ufpa.br

Luly da Cunha Fischer (UFPA) – lulyfischer@ufpa.br

Joélcio Ataíde dos Santos (MultiverCidades) – joelciotf@yahoo.com.br

Cláudio Santos de Miranda (UFMT) – cmiranda04@gmail.com

Francisco das Chagas Oliveira de Alencar (Prefeitura de Satubinha) – vavadimesquita@gmail.com

Esta proposta de sessão livre tem como objetivo debater os limites e potencialidades envolvidas nas experiências em rede de assistência técnica e tecnológica para regularização fundiária urbana, com foco na Região Amazônica. Considerando as experiências e práticas descritas, esta proposta de sessão especial visa reunir palestrantes da academia (docentes e discente) e do movimento social com interessados para discutir o conhecimento e as técnicas de ATHIS e de produção tecnológica no âmbito de projetos de REURB. Sem deixar de considerar a fragilidade em que se encontra o Estado nacional no que se refere a iniciativas de cunho participativo, as experiências revelam um campo ávido para atuação do aparelho estatal, enquanto árbitro das políticas de inovação tecnológica e fomento ao desenvolvimento local, a partir da abordagem multidimensional e transescalar que a questão fundiária reclama, especialmente na Amazônia.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CIDADE 1: CIDADES AFRO-DIASPÓRICAS

Fábio Macêdo Velame (UFBA) – velame.fabio@gmail.com

Andréia Moassab (UNILA) – andreia.moassab@unila.edu.br

Gabriel Cunha (UNILA) – gabriel.cunha@unila.edu.br

Ana Cláudia Castilho Barone (USP) – anabarone@gmail.com

A proposta da Sessão Livre “Relações Étnico-Raciais e Cidade 1: Cidades Afro-Diaspóricas”, proposto pela rede de pesquisa AFRO-ARQUI constituída por professores e pesquisadores de universidades africanas e brasileiras têm como objetivo promover a construção de um campo de debate, troca de experiências acadêmicas e pesquisas entre universidades brasileiras sobre a problematização, operacionalização e implementação no ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais, estudos

africanos, afro-brasileiros e afro-diaspóricos nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na graduação e pós-graduação no Brasil. Esse esforço está em consonância com as Leis 10.639 e 11.645 que tornam obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, assim como a Resolução n.01/2004 do MEC que traça diretrizes curriculares nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino superior no Brasil. Visa ainda avançar na esfera disciplinar do Urbanismo e dos estudos urbanos sobre as questões étnico-raciais, estudos africanos, afro-brasileiros e afro-diaspóricos em suas relações com a Cidade e Urbanismo, notadamente, no que tange ao legado civilizatório dos Africanos no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos urbanos. Busca tecer a relação do Negro com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, visando traçar a construção de uma agenda nacional que venha a contemplar as relações étnico-raciais, estudos africanos e afro-brasileiros nos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Construção essa que passa de forma indissociável com a África, na conexão entre o Brasil e a África, na diáspora negra no Atlântico, em virtude dos processos racializados que atravessam os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Serão apresentados os seguintes trabalhos: Territórios Afro-Diaspóricos: Travessias Negras nas Cidades de Fábio Velame (UFBA) que abordará os territórios afro-diaspóricos construídos pelos negros no Brasil, como espaços de resistência, existência, vida e projetos coletivos de futuro centrados nos quilombos, terreiros de candomblé e nos blocos afro; A Geopolítica Racial da Construção das Cidades Latino-Americanas: da exploração do trabalho aos impactos ambientais no capitalismo dependente, de Andréia Moassab e Gabriel Cunha (UNILA) tratará da divisão racial do trabalho na construção das cidades latino-americanas, apesar da construção das cidades brasileiras ter sido feita pelas mãos das pessoas negras, muito pouco se estuda ou se valoriza da contribuição vinda dos povos africanos para os saberes tecnológicos construtivos no país no ensino de arquitetura e urbanismo; Thereza Santos e Nina Simone na Terra Prometida de Ana Barone (USP) que abordará experiência de desterritorialização nas cidades vivida na trajetória de duas artistas e ativistas negras: a atriz e agente cultural brasileira Thereza Santos e a cantora e compositora estadunidense Nina Simone.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E CIDADE 2: CIDADES AFRO-BRASILEIRAS

Joana D´Arc de Oliveira (USP) – joanadarcoliveira@usp.br

Maria Estela Rocha Ramos Penha (UNIME) – mariaestelaramos@gmail.com

Carlos Henrique Lima (UnB) – carloshenrique@unb.br

A Sessão Livre “Relações Étnico-Raciais e Cidade 2: Cidades Afro-Brasileiras”, proposta pela rede de pesquisa AFRO-ARQUI constituída por professores e pesquisadores de universidades africanas e brasileiras têm como objetivo promover a construção

de um campo de debate, troca de experiências acadêmicas e pesquisas entre universidades sobre a problematização, operacionalização e implementação no ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais, estudos africanos e afro-brasileiros nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo na graduação e pós-graduação no Brasil. Esse esforço está em consonância com as Leis 10.639 e 11.645 que tornam obrigatório o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, assim como a Resolução n.01/2004 do MEC que traça diretrizes curriculares nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no ensino superior no Brasil. Visa ainda avançar na esfera disciplinar do Urbanismo e dos estudos urbanos sobre as questões étnico-raciais, estudos africanos, afro-brasileiros e afro-diaspóricos em suas relações com a Cidade e Urbanismo, notadamente, no que tange ao legado civilizatório dos Africanos no Brasil, ainda lacunar, na formação de arquitetos e urbanistas, na historiografia e teoria da arquitetura, no planejamento de cidades e projetos urbanos. Busca tecer a relação do Negro com a edificação de arquiteturas, territórios e cidades no país, visando traçar a construção de uma agenda nacional que venha a contemplar as relações étnico-raciais, estudos africanos e afro-brasileiros nos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Construção essa que passa de forma indissociável com a África, na conexão entre o Brasil e a África, na diáspora negra no Atlântico, em virtude dos processos racializados que atravessam os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Nessa Sessão serão apresentados os seguintes trabalhos: o Racismo e Cidade: as práticas de exclusão espacial e social dos povos negros e suas ações de resistência no interior paulista - Brasil de Joana D'Arc Oliveira que abordará a questão racial nos processos de urbanização das cidades brasileiras tendo como recorte e objeto de análise o município de São Carlos em São Paulo; Racionalidades Afro-Brasileiras como Lógicas de Produção de Espaço de Maria Estela Rocha Penha que abordará a formação de bairros negros a partir de conceitos cosmológicos como alternativa epistemológica para análise de cidades, evidenciando conhecimentos produzidos na diversidade do urbano diante de africanidades, em contraponto e em paralelo, aos conhecimentos tradicionais do urbanismo; e Rio de Janeiro: Políticas da Memória e Fragmentos da Urbanização de Carlos Henrique Lima propõe efetuar uma leitura a partir de um dos vértices minoritários do complexo arranjo de tensões que é a cidade: a presença de negras e negros no Rio de Janeiro.

SEGREGAÇÃO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

Ana Cláudia Castilho Barone (USP) – anabarone@usp.br
 Inaiá Moreira de Carvalho (UFBA) – inaiammc@ufba.br
 Danilo França (UFF) – danilosnfranca@gmail.com
 Renato Emerson dos Santos (UFRJ) – renatoemerson@yahoo.com.br

Um dos desdobramentos mais importantes do debate sobre a desigualdade social sobre o território urbano no Brasil se organiza em torno da questão da segregação sócio-territorial. Mais

recentemente, após a consolidação dos dados censitários por cor e raça pelo IBGE, o debate sobre a segregação se modificou sensivelmente, incluindo a questão racial na análise da desigualdade sócio-territorial. Em 2003, o sociólogo estadunidense Edward Telles publicou um livro seminal trazendo pesquisas comparativas entre a segregação racial urbana no Brasil e nos Estados Unidos da América a partir de dados estatísticos, para demonstrar as especificidades do racismo à brasileira (Telles, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003. 347 p). A prática de separação de pessoas pela raça e pela etnia nas cidades ganhou força no mundo conquistado pelos Impérios europeus a partir do século XVIII, como parte do projeto de dominação colonial. A segregação racial passou a ser praticada no momento em que as raças passaram a ser consideradas uma justificativa aceita como categoria explicativa para as diferenças humanas. Na era pós-colonial, a ingerência sobre a ocupação étnico-racial das cidades acabou se tornando um instrumento de controle sobre bairros, cidades e populações. Nesse contexto, a prática segregacionista passou a demandar um conjunto de instituições articuladas em torno dos governos, das redes de intercâmbio intelectual, da moderna indústria imobiliária capitalista, ancorados em juízes de direito, empresas de desenvolvimento urbano e instituições financeiras. Por meio de modelos disseminados em planos, congressos internacionais e revistas especializadas, o movimento segregacionista urbano se conectou em esfera global, ajudando a configurar "um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais" (Grosfoguel, R. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, 2008, p. 115-147). A proposta da mesa temática "Segregação racial nas cidades brasileiras" tem como objetivo incentivar a reflexão acerca da estrutura étnico-racial das cidades no contexto nacional por meio da segregação. Partindo da observação de casos localizados geograficamente, o objetivo da mesa é oferecer um quadro da situação das principais cidades brasileiras em termos da segregação, suas características, causas e implicações para a população, com vistas a promover um amplo debate capaz de oferecer uma perspectiva do enfrentamento da luta contra o racismo e a xenofobia em um contexto ampliado.

TERRAS EM DISPUTA: TRANSBORDAMENTOS E DIÁLOGOS DO URBANO-RURAL NO BRASIL

Daniele Regina Pontes (UFPR) – danieleregina.pontes@ufpr.br
 Gisela Cunha Vianna Leonelli (UNICAMP) – giselacv@unicamp.br
 Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos (UFABC) – luciana.travassos.ufabc@gmail.com
 Jocelda Ione de Oliveira (MST) – joceldaihone.33@gmail.com
 Julian de Pol (MPM) – julianpartigiani@gmail.com

O debate sobre as materialidades, instrumentos, sentidos e símbolos das terras em disputa manifesta as preocupações da academia e de movimentos sociais, aqui em diálogo, sobre a construção e as definições do urbano e do rural, tal como são comumente lidos e interpretados e, sobre as repercussões que tais caracterizações afirmam sobre a vida das pessoas e dos grupos sociais. O transbordamento dos limites e a ressignificação das espacialidades procuram ser compreendidas a luz das agências e relações de poder que as animam, portanto, como expressão política de desconformidades e insurgências em relação ao estabelecido. Em outros termos, o objetivo dessa Sessão Livre é promover a reflexão sobre as contestações e as permanências ou reafirmações do status quo que são trazidos e se relacionam às transformações ou questionamentos ou mesmo à manutenção das caracterizações frente à observação sobre as contradições, porosidades e mesclas presentes nas incertas qualidades tradicionalmente atribuídas a cada espaço definido e significado como urbano ou rural.

UM NOVO CICLO DE LUTAS URBANAS MAS EM QUE DIREÇÃO? UM DEBATE SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, INSTITUCIONALIZAÇÃO E O HORIZONTE PARA POLÍTICAS PROGRESSISTAS

Thiago Canettieri (UFMG) – thiago.canettieri@gmail.com
 Gabriel Silvestre (Newcastle University) – gabriel.silvestre@newcastle.ac.uk
 Bella Gonçalves (PSOL-MG & Brigadas Populares) – bellagm3@gmail.com
 Pedro Telles (Bancada Ativista-SP) – pedrortelles@gmail.com
 Edneia Aparecida de Souza (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) – edneiamov@hotmail.com
 André Dal-bó (USP) – andredalbo@gmail.com

O contexto das lutas urbanas no Brasil se alterou profundamente a partir de 2013. Uma série de interpretações apareceram nesse contexto, indicando o que seria um novo ciclo das lutas urbanas. Os movimentos de esquerda renovaram a presença que desempenham na esfera pública brasileira, com mais adesão e legitimidade de atuação. Esses movimentos se opuseram à produção do espaço urbano marcado pela prática neoliberal, que aprofundou as desigualdades socioespaciais e fez degradar, para uma enorme parcela da população, as condições de vida (ARANTES, 2014). A realidade, portanto, já era bem diferente de quando “novos atores entraram em cena” (SADER, 2007), durante o período da redemocratização brasileira. No entanto, a partir de 2016, mais um deslocamento ocorreu: um novo radicalismo de direita, de cunho ultraneoliberal e conservador ocupou a cena, com uma investida intensiva na redução de direitos e no desmonte de políticas públicas, que incidiu diretamente na gestão urbana (RIBEIRO; BOGUS, 2018). Não foram poucos os discursos, com mais recursos, acesso às instituições, divulgação midiática e em conluio com o poder econômico, que antagonizaram com as lutas urbanas. Por exemplo, a expansão das ocupações urbanas e dos movimentos que atuam

nessa pauta, foi, de certa maneira, confrontado com a exacerbação de um discurso violento contra “as invasões” e os “vagabundos” dos movimentos sociais. Tal rearranjo da correlação de forças numa dinâmica acelerada impactou o metabolismo dessas lutas sociais. Os movimentos que não conseguiram lançar raízes e diversificar suas formas de ação a partir do desenvolvimento de estruturas organizativas perenes acabaram passando por uma série de dificuldades na sua perpetuação e relevância política (NUNES, 2021). Diferentemente do contexto que abriu o chamado novo ciclo de lutas urbanas em 2013 caracterizado por uma atuação dos movimentos sociais urbanos desde fora do Estado - ainda que disputando o fundo público e reivindicando a efetivação dos direitos sociais - a partir de 2016 se observa uma inesperada guinada rumo à institucionalidade. Tal ensaio ecoa os movimentos de indignação que buscaram dar uma sequência política às mobilizações que ocuparam ruas, praças e centros financeiros pelo mundo (KARALIOTAS; SWYNGEDOUW, 2019). Algumas análises viam nessa direção um “amadurecimento”, como uma evolução dos movimentos sociais de sair das ruas e entrar nas instituições onde a incidência política é mais eficiente. Outras análises ressaltam o caráter experimental de novas formas de organização, mobilização, reivindicação e prática política, na qual ressalta a combinação de usar tanto as ruas quanto as instituições. Além disso, deve ser ressaltada que a expansão do radicalismo de direita conservador rebaixou o campo de ação dos movimentos sociais e as condições de efetivação dessas lutas, sendo que a ocupação institucional poderia servir como uma forma de legitimação desses atores (e até mesmo de proteção). Ainda que em um contexto de grande hostilidade, novas políticas de inclusão e justiça social estão sendo ensaiadas, discutidas e propostas. Parece-nos importante para os estudos urbanos refletir sobre as implicações dessas transformações sem implicar numa interpretação dualista. Há muitas nuances entre os espaços inventados e os espaços convidados (MIRAFTAB, 2016). Compreender os diferentes matizes, variados usos e os limites e potencialidades que podem ser mobilizados entre insurgência e institucionalidade é importante para uma análise aprofundada do sistema urbano contemporâneo e o papel desempenhado pelos diversos atores sociais que produzem o espaço. Trata-se, portanto, de compreender as estratégias que os movimentos sociais se valem e o padrão de relacionamento intrincado e complexo com o Estado, apesar do Estado e, também, contra o Estado (LOPES DE SOUZA, 2006). Todo esse processo se desenvolve no contexto dos aprendizados dos anos 1990 (SADER, 2007), da entrada do governo Lula e a incorporação desses movimentos ao Estado (GUERREIRO, 2017), da crise dessa governabilidade e da emergência de novas lutas urbanas (ARANTES, 2014) e o retrocesso político e democrático iniciado a partir de 2016 (RIBEIRO; BÓGUS, 2018). Há uma história a ser construída para que se compreenda esse processo. A atual conjuntura levou a uma complexificação do repertório de formas de atuação e organização política dos movimentos sociais urbanos e, ao mesmo tempo em que há experiência onde desenvolveram uma crítica aprofundada ao Estado e radicalizaram a pauta do direito à cidade (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019), também existem experiências de docilização e incorporação das formas de

governo e controle próprias do poder estatal (DAL-BÓ, 2018). Essas diferenças e modulações devem ser explicitadas e compreendidas para avançar na compreensão da produção do espaço urbano hoje e o novo arranjo - contraditório e tenso - da presença institucional da política de cunho popular. Assim, a presente sessão livre objetiva refletir sobre os rumos do atual contexto das lutas sociais urbanas. Como os movimentos sociais estão atuando? Quais são as avaliações que esses movimentos elaboram sobre o contexto político? Como percebem a entrada para uma ocupação da institucionalidade? Como essa tendência reverbera nas estruturas organizativas dos movimentos, na capacidade de mobilização e na incidência política? Como as instituições "recebem" essa nova presença? Quais pautas, antigas e pioneiras, tenta-se avançar ainda que em um contexto de hostilidade? O que se pode extrair de outras experiências como os Indignados, Occupy e o Estallido Social? Essas são algumas perguntas que orientam o debate proposto. Considerando o contexto descrito aqui e as questões levantadas, a sessão livre procura examinar as experiências contemporâneas dos movimentos sociais urbanos para pensar os rumos da política nas/das cidades brasileiras.

UM OLHAR PARA O URBANISMO DE DENTRO DA GESTÃO PÚBLICA: A TRAJETÓRIA DA EMURB NO PLANEJAMENTO URBANO PAULISTANO

Mariana Pinheiro de Carvalho (São Paulo Urbanismo) – maripinheirodecarvalho@gmail.com

Rosana Yamaguti (UFABC e PMSP) – rosieyamaguti@gmail.com

Camila Nastari Fernandes (UFABC) – camilanastari@gmail.com

Marilena Fajersztajn (São Paulo Urbanismo) – mfajer@spurbanismo.sp.gov.br

Luis Fernando Massonetto (USP) – massonetto@usp.br

Geraldo Magela Costa (UFMG) – gemcosta1@gmail.com

A Sessão Livre "Um olhar para o urbanismo de dentro da gestão pública: a trajetória da EMURB no planejamento urbano paulistano" foi proposta fundamentalmente a partir de duas motivações. A primeira delas se refere aos 50 anos da Empresa Municipal de Urbanização do Município de São Paulo (EMURB) celebrados em 2021. A segunda, aos desafios diários da prática de planejamento no interior da administração pública no atual contexto brasileiro de desmonte das instituições nas diversas escalas de governo (não faltam exemplos: fim do Ministério das Cidades, fechamento da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa e privatização da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, entre outros) e aos questionamentos e críticas à atuação do Estado na produção do espaço urbano, que não tem sido suficiente para o enfrentamento dos problemas urbanos no Brasil e, muitas vezes, beneficia interesse privados e reforça desigualdades. Assim, a ocasião do XIX Enanpur é um fórum oportuno e privilegiado para um convite ao diálogo que aproxime as reflexões originadas nos debates acadêmicos às análises oriundas da prática profissional dentro da gestão pública no campo do Planejamento Urbano. A EMURB foi criada pela Lei Municipal nº 7.670, de 24 de novembro

de 1971, com o objetivo de adquirir terras ao longo das linhas em construção da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) para promover o desenvolvimento e adensamento dessas áreas e depois revendê-las por um preço mais alto. Pretendia-se, desse modo, otimizar a utilização do solo urbano, prevenir a especulação imobiliária e possibilitar o financiamento de parte dos investimentos necessários à construção dessa infraestrutura de transporte. Entretanto, devido a questionamentos jurídicos quanto à realização de expropriação de terras por uma empresa pública, esse objetivo original foi abandonado e a atuação da empresa ficou restrita a projetos de replanejamento e intervenção no espaço urbano. Tais atribuições foram herdadas pela SP-Urbanismo, empresa originada, juntamente com a SP-Obras, da cisão da EMURB, a partir da Lei Municipal nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009. Formada no período de "milagre econômico" da ditadura militar, marcado por uma política federal centrada no planejamento territorial e financiadora de intervenções locais, a EMURB foi responsável por implementar ideias discutidas no campo do urbanismo, consolidando experiências e instrumentos como as Operações Urbanas. Tais práticas têm sido continuamente reavaliadas e repensadas nas propostas formuladas pela empresa, que por vezes são posteriormente regulamentadas e normatizadas, gerando novas práticas. São ainda objeto constante de análise e crítica nos debates acadêmicos, que também influenciam na (re)elaboração dessas ideias. Esse processo evidencia as complexidades inerentes às práticas de planejamento urbano no capitalismo periférico, marcadas por inúmeras desigualdades, incluindo a de poder político entre os diversos atores, o que influencia diretamente na ação pública e na aplicação dos instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade, muitas vezes diversa dos objetivos previstos na agenda da reforma urbana. Nesse sentido, coloca-se a importância do pensamento crítico no campo do Planejamento Urbano, de modo a pautar políticas alternativas e práticas transformadoras que privilegiem o direito à cidade e os comuns. Essa Sessão Livre tem como objetivo geral abrir instâncias de diálogo entre o debate acadêmico e a atuação prática no campo do Planejamento Urbano brasileiro. Para isso, será tomado como objeto de análise específico o meio século da EMURB/SP-Urbanismo, com o intuito de resgatar e valorizar os conhecimentos produzidos ao longo de sua história, mas principalmente, permitir uma reflexão crítica e coletiva, fomentando novas perspectivas e agendas para as práticas de pesquisa e de trabalho de planejadores comprometidos com a transformação social. Nesse sentido, as duas primeiras apresentações da mesa enfatizam o histórico de atuação da EMURB/SP-Urbanismo em duas perspectivas distintas. Primeiro, do ponto de vista da história das instituições de Planejamento Urbano no Brasil, enfatizando as mudanças institucionais graduais e seus aspectos políticos. Depois, um resgate sobre as vivências e as transformações das ideias do Planejamento Urbano em São Paulo pelo olhar dos técnicos que atuaram dentro da administração na empresa pública. Já as duas apresentações finais buscam ampliar o debate para além dessa empresa pública e do campo de atuação profissional de arquitetos e urbanistas. Em primeiro lugar, trazendo reflexões sobre o papel do Estado e suas capacidades na implementação da agenda urbana

estabelecida pelo Plano Diretor Estratégico. E, por fim, apresentando a experiência mineira tanto do ponto de vista do exercício profissional dentro das instituições públicas quanto das possibilidades de colaboração da academia na produção de políticas públicas que visam uma prática socioespacial transformadora.

UNIVERSIDADE E OS IMPACTOS NA SOCIEDADE - CONTRIBUIÇÕES PARA A ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO/REGIONAL

Amanda Silveira Carbone (USP) – amanda_scarbhone@hotmail.com
 Sandra Dalila Corbari (FURG) – corbarisandra31@gmail.com
 Cláudia Terezinha Knies (UNIFESP/USJT/UNITAU/IEA-USP) – kniesssl@gmail.com
 Rodrigo Affonso de Albuquerque Nobrega (UFMG) – raanobrega@ufmg.br

Ao longo do tempo, o modelo hegemônico de desenvolvimento tem gerado externalidades socioambientais que alimentam uma crise humanitária planetária, apontando para a necessidade de alternativas. Frente à necessidade de mudança de paradigma, os esforços ocorrem em diferentes setores da sociedade e as universidades – e a ciência como um todo – representam um meio significativo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nessa conjuntura, em alinhamento ao Grupo de Trabalho (GT) “Impacto e Relevância Econômica e Social” e complementarmente ao GT “Destaque Territorial”, ambos compostos por pesquisadores de diversas Universidades no Brasil, essa Sessão Livre busca promover discussões sobre a contribuição da Pós-graduação brasileira na implementação da Agenda 2030, como também trazer avanços metodológicos na busca pela criação de métricas sistemáticas de avaliação dos Programas de Pós-graduação e seu alcance em relação aos ODS.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS DE POLÍTICAS MUNICIPAIS

Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ) – adcard.cardoso@gmail.com
 Madianita Nunes da Silva (UFPR) – madianita@gmail.com
 Rosana Denaldi (UFABC) – denaldi.rosana@gmail.com
 Fernanda Lima-Silva (FGV) – emaildefernandalima@gmail.com

A pesquisa Direito à Cidade e Habitação: Condicionantes Institucionais e Normativas para implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas – Avaliação do ciclo recente, foi desenvolvida pela rede Observatório das Metrôpoles entre 2019 e 2021 e envolveu pesquisadores de nove universidades federais. A investigação dedicou-se a estudar as trajetórias das políticas de urbanização de favelas em oito municípios brasileiros - Belo Horizonte, Campina Grande, Curitiba, Fortaleza, Pelotas, Recife, Rio de Janeiro e Santo André - visando: (i) compreender em que medida as condicionantes institucionais e normativas interagem com as possibilidades de atuação dos

governos locais na execução dessa política; (ii) reconhecer, em perspectiva histórica, os elementos responsáveis pelos avanços, limitações e contradições das distintas políticas municipais. O propósito da Sessão Livre é apresentar e discutir com a comunidade da ANPUR os resultados da pesquisa, por meio da apresentação de trabalhos que exploram análises transversais e comparadas entre os casos estudados.

UTOPIAS URBANO-NATURAIS: (IM)POSSIBILIDADES E CONCRETUDES

Ester Limonad (UFF) – ester_limonad@yahoo.com
 Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP) – moysesarlete@gmail.com
 Roberto Luís Monte-Mór (UFMG) – robertoluismonte.mor@gmail.com
 Ana Cláudia Cardoso (UFPA) – aclaudiacardoso@gmail.com
 Jakob Sparn (UFMG) – jakob.sparn@gmail.com

“A teoria explora o possível/impossível e declara que “deve-se” (um imperativo teórico, não um imperativo ético) querer o impossível para realizar o possível. Nada mais próximo e nada mais distante do possível. A utopia assume assim um caráter urgente” (LEFEBVRE, 2009). Cabe buscar caminhos que compreendam as relações sociais de (re)produção além do âmbito geral, na vida cotidiana e nas distintas esferas da vida social. A relação entre a possível/impossível utopia-urbana e a centralidade contemporânea da natureza, a ser resgatada e ressignificada tem ganhado proeminência. Os atributos do urbano-utopia, desse urbano lefebvriano, anunciado como espaço da superação do urbano-industrial e que privilegia a coletividade e a solidariedade, a complementariedade e a complexidade, a diversidade e a comunhão, entre outros conceitos dão novo sentido à urbanização (extensiva e intensiva) dos nossos dias. Pretende-se explorar o urbano-natural em algumas de suas manifestações e proposições contemporâneas.

VAZIOS URBANOS EM ÁREAS CENTRAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS RECENTES DE CATEGORIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E DE CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Emanuel Ramos Cavalcanti (UFRN) – emanuel.cavalcanti.au@gmail.com
 Aída Paula Pontes de Aquino (UNIFACISA) – aida@labrua.org
 Vitor Araripe Freire Pacheco (Cooperativa Arquitetura, Urbanismo e Sociedade) – afpvitor@gmail.com
 Juliana Carvalho Clemente (IFRN) – jucarvalhojp@gmail.com

Os vazios urbanos se destacam nos estudos sobre os processos de produção da cidade contemporânea, compreendendo terrenos vazios ou edificados, sem uso ou subutilizados, presentes em diversas configurações urbanas, como as ruínas das áreas centrais. No Brasil, destacam-se os estudos que refletem sobre a relação entre esses espaços e o combate à especulação do solo, à luz da função social da propriedade, princípio do marco

regulatório nacional. Na prática, porém, os vazios urbanos são pouco conhecidos, os instrumentos urbanísticos raramente são regulamentados/aplicados, havendo considerável vacância nas áreas mais adensáveis e de melhores infraestruturas, contrastando com o notável déficit habitacional brasileiro. Assim, pretende-se contribuir tanto para a compreensão dos processos/agentes envolvidos na formação/produção dos vazios urbanos como para a identificação/categorização desses espaços. As quatro palestras organizam-se em abordagens teórico-metodológicas aplicadas e propositivas, visando garantir a função social dos vazios urbanos nas áreas centrais de Natal/RN, Recife/PE, João Pessoa/PB e Campina Grande/PB.

VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM CASOS DE REMOÇÕES FORÇADAS: A MATRIZ DE DANOS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

Laila Nazem Mourad (UCSAL) – mourad.laila7@gmail.com
 Francine Damasceno Pinheiro (UFRRJ) – francinedpinheiro@gmail.com
 Aparecida Netto Teixeira (UFBA) – aparecida.teixeira@ucsal.br
 Flávia Braga Vieira (UFRRJ) – flaviabvieira@gmail.com

A luta pela terra e a permanência no território é um dos temas mais acirrados na atualidade, com crescentes flagrantes de violações dos direitos humanos, particularmente em relação as remoções forçadas decorrentes dos desastres ambientais recentes e de grandes obras de infraestrutura que atravessam territórios populares. Nos casos estudados foram identificadas violações de direitos humanos que geraram prejuízo financeiro às famílias que vivenciam as remoções forçadas. A partir das experiências dos desastres-crimes ocorridos em (Mariana/2015), Paraopeba (Brumadinho/2019), Itatiaiuçu-MG (2020) foi possível pensar um processo de reparação integral, fundamentado nas decisões do sistema interamericano dos direitos humanos. Para a sociologia dos desastres este pode ser conceituado como um fenômeno sociológico complexo, que reflete o modelo de desenvolvimento adotado. Sua interpretação é disputada, tanto pela narrativa dos efeitos do desastre na realidade do território, quanto em formas de sua reparação. É um fenômeno de injustiça ambiental ou de conflito socioambiental potencializado. Nesse contexto, movimentos sociais, assessorias técnicas independentes e universidades vêm construindo estratégias para dimensionar os danos materiais e imateriais ocasionados por rupturas das barragens, e também de remoções forçadas decorrentes da implantação de grandes projetos de infraestrutura urbana, apontando formas de se restabelecer os territórios e compensar as perdas vividas em todos os seguimentos ecológicos, econômicos e sociais. A partir das lutas dos atingidos criou-se a possibilidade de participação livre e informada nas etapas de reparação integral, no intuito de assegurar a centralidade das vítimas nos processos decisórios e nas ações de reconstrução dos territórios e restituição dos modos de vida. Nesta perspectiva, os grupos de pesquisa Territórios em Resistência e Gestão Democrática das Cidades, articulam-se com esta experiência, tanto do ponto de vista conceitual, quanto aos

processos de participação centrados na satisfação das vítimas, a partir das ações conjuntas realizadas com as comunidades de Bairro da Paz, Km 17 de Itapuã, Jardim Abaeté, Vila Romana, localizadas em Salvador/BA. Segundo o documento da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010, p. 8) intitulado Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada. Guia: como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?, a remoção forçada é definida como a “retirada definitiva ou temporária de indivíduos, famílias e/ou comunidades, contra a sua vontade, das casas e/ou da terra que ocupam, sem que estejam disponíveis ou acessíveis formas adequadas de proteção dos direitos dos envolvidos e busca de soluções apropriadas”. Vale destacar, que a reparação integral é obrigação do Estado, ou empresas, em assumir a responsabilidade dos danos provocados de forma a restituir e indenizar pessoas ou coletivos por suas perdas materiais ou imateriais. Esta deve atender a seis dimensões: investigação dos fatos; restituição de direitos, bens e liberdades; reabilitação física, psicológica e social; satisfação das vítimas; garantia de não repetição de violações e indenização compensatória por danos materiais e imateriais, assim considerados: danos materiais - danos emergentes, lucros cessantes e danos ao patrimônio familiar) e imateriais (esfera moral, psicológica, física e projeto de vida). Em ambas ações em curso, pretende-se fazer prova nos respectivos processos judiciais para determinação/revisão de valor financeiro a ser pago às pessoas atingidas (compensação financeira); subsidiar uma sentença favorável à população atingida, bem como a elaboração e implantação de políticas públicas que contribuam para uma reparação justa nos casos de remoção e de desastres-crime. Para contribuir com esse debate propõe-se a presente Sessão que apresenta duas importantes experiências relacionadas a temática. A primeira refere-se às metodologias em pesquisas participativas nos processos de reparação integral. A segunda aborda a pesquisa sobre a remoção forçada em Salvador/BA, que vem sendo desenvolvida junto com as comunidades atingidas e os pesquisadores dos grupos citados.

VISÃO DAS CIDADES COMO SISTEMAS ADAPTATIVOS COMPLEXOS: POLÍTICAS E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS EM ESCALAS REGIONAL E LOCAL

Arlindo Philippi Junior (USP) – aphij@usp.br
 Valeska Cristina Barbosa (UFAM e UNISUL) – valeconomia@hotmail.com
 Gérsica Moraes Nogueira da Silva (USP) – gersicamns@usp.br
 Joselisa Maria Chaves (UEFS) – joselisa@uefs.br

Busca-se neste debate, refletir como a cidade pode ser adaptativa, criando alternativas em seu ambiente composto por sistemas complexos adaptativos, constituído por inter-relações que refletem a preocupação de diferentes setores sociais na busca de respostas para os diversos desafios que se apresentam. Cumpre mencionar que as universidades brasileiras têm proporcionado práticas metodológicas de ensino-pesquisa-extensão motivadoras da incorporação de princípios e diretrizes

para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Problemas ocasionados pelos padrões de desenvolvimento vigente têm decorrido da relação entre modos de vida predominantes das sociedades ocidentais e da forma como estas se relacionam com a natureza, considerando ainda a prevalência do ambiente urbano. As modificações provenientes da intervenção humana no território, provocadas pelos interesses diversos das forças sociais que compõem um espaço construído, geram impactos nas questões sociais, econômicas, ambientais e culturais em sua multidimensionalidade. A relação entre o conhecimento acadêmico, em articulação com os saberes diversos da comunidade, permite um aprendizado indutor de boas ou novas práticas de inclusão e inovação social, proporcionando mudanças no território, abertura e publicização de espaços de discussão, levando à construção de espaços pedagógicos de aprendizagem. Para este debate, serão apresentadas pesquisas em desenvolvimento, como o estudo de caso das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), com o objetivo de discutir a relevância do desenvolvimento de produtos educacionais e atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, como ferramentas de planejamento regional e local, como contribuição ao estabelecimento de cidades sustentáveis e resilientes. Será apresentado ainda, o projeto MAPBIOMAS, que envolve uma rede colaborativa de especialistas, inicialmente brasileiros, tendo como base usos da terra e geotecnologias, com proposta inovadora de processamento digital de imagens em nuvens a partir de classificadores automatizados gerando uma série histórica de mapas anuais de uso e cobertura do Brasil. Ambos os temas e propostas se entrelaçam com as Ciências Ambientais, em especial na Pós-Graduação brasileira, nas quais estão implícitos pensar a sustentabilidade ambiental na formação de pessoas com visão holística e interdisciplinar, e aproximar mais a universidade da sociedade, potencializando ações que proporcionem transformações socioambientais que contribuam para as necessárias transições orientadas para a construção de cidades sustentáveis.

VISÕES INSURGENTES SOBRE OS TERRITÓRIOS INVESTIGAÇÕES FEMINISTAS NA PANDEMIA

Rossana Brandão Tavares (UFF) – rossanatavares@id.uff.br
 Laura Sarmiento (CIESCS) – lauruch@hotmail.com
 María Novas (TU Delf) – enel8719@hotmail.com
 Poliana Monteiro (UFF) – poli.dmambembe@gmail.com
 Silvia Baptista (UFRJ) – s2baptista@gmail.com
 Lívia Perfeito Sampaio (UFF) – liviaperfeito@gmail.com
 Mariana Cardoso Pena (UFF) – mariana.ccarpe@gmail.com
 Mayra Baptista (Botafogo no Assédio)

A proposta tem como objetivo apresentar trabalhos no contexto de pandemia, com intuito de debater perspectivas de investigação feminista e de vivências distintas das mulheres em seus territórios urbanos. Busca-se evidenciar como no contexto da pandemia tem sido fundamental dar luz à vida cotidiana das mulheres para evidenciar experiências e compreensões das resistências e acomodações. Um caminho construído que tem produzido visões

insurgentes sobre os territórios a partir da interseccionalidade como instrumento epistemológico e de aliança/luta diante das instabilidades territoriais produtoras de precariedade urbana e experiências de segregação profundamente paradoxais. Os trabalhos a serem apresentados são: "Gestão Feminista do Habitat: reflexões a partir da pele doméstica", "O território feminista da cidade patriarcal", "Mulheres e subúrbios carioca", "Estádios, cidades, demarcações e disputas: uma análise espacial pelo olhar das mulheres".

AS RECENTES INFLEXÕES NO SETOR IMOBILIÁRIO NA CONTINUIDADE DA CRISE NO BRASIL: INTERFACES ENTRE DETERMINANTES MACROECONÔMICOS, MERCADO DE TRABALHO, FINANÇAS, PRÁTICAS EMPRESARIAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Letícia M. Sígolo (USJT) – lesigolo@gmail.com
 Juliana Bacelar de Araujo (UFRN) – julianabacelararaju@gmail.com
 Beatriz Tamasso Miotto (UFABC) – bea.miotto@gmail.com
 Luciana O. Royer (USP) – luroyer@usp.br
 Raphael Brito Faustino (USP) – raphael.faustino@usp.br
 Carlos Alberto Penha Filho (USJT) – carlos.penha@yahoo.com.br
 Carolina M. Pozzi de Castro (UFABC e UFSCar) – carolmcastro@gmail.com

Essa Sessão Livre pretende atualizar análises apresentadas no XVIII ENANPUR na SL O Recente Ciclo de Retração no Setor Imobiliário no Brasil: Análises das condições de produção e de acesso à moradia na continuidade da crise e seu agravamento no país. Serão enfocados: as correlações entre os condicionantes macroeconômicos, a dinâmica do capital imobiliário e as transformações no mercado de trabalho na construção civil; a trajetória das principais fontes de financiamento do SFH e marcos regulatórios correlatos; o comportamento das grandes empresas promotoras no avanço da financeirização imobiliária e as dinâmicas imobiliárias da oferta residencial no território metropolitano da RMSP.

